

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**ORGANIZAÇÕES ARMADAS E CAMPONESES
COMUNICAÇÃO, EMOÇÕES E ENGAJAMENTO POLÍTICO
(1968-1975)**

FABRICIO TELÓ

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA

Organizações armadas e camponeses:
comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)

FABRICIO TELÓ

Sob a orientação da Professora:
Leonilde Servolo de Medeiros

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do **grau de Doutor em Ciências Sociais** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T267o Teló, Fabricio, 1988-
 Organizações armadas e camponeses: comunicação,
 emoções e engajamento político (1968-1975) / Fabricio
 Teló. - Rio de Janeiro, 2019.
 239 f.: il.

 Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
 Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
 2019.

 1. Campesinato. 2. Luta Armada. 3. Engajamento
 político. 4. Comunicação. 5. Emoções. I. Servolo de
 Medeiros, Leonilde, 1949-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
 Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
 Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

FABRICIO TELÓ

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais.

TESE APROVADA EM 16/12/2019

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros - CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Dra. Débora Franco Lerrer - CPDA/UFRRJ

Dr. Jean Rodrigues Sales - UFRRJ

Dr. Marcelo Siqueira Ridenti - Unicamp

Dr. Daniel Aarão Reis - UFF

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

*Às camponesas e aos camponeses,
indígenas e todas as pessoas a quem foi
negado o direito à terra.*

AGRADECIMENTOS

Entre os dois anos do mestrado, um ano de pesquisa e os cinco anos do doutorado, Leonilde Medeiros foi minha orientadora por oito anos. Mas do que orientadora, uma amiga. Uma amiga de verdade. É difícil escolher as palavras para expressar o quanto fui privilegiado por contar com sua orientação, cuja qualidade dispensa comentários por ser largamente reconhecida como exemplo. Se fosse só isso, já seria muito, mas aqui gostaria de registrar o quanto sou grato pelo afeto como que maternal da Leonilde, que é uma inspiração de vida no sentido profissional e humano. No último aniversário dela, meu presente foi uma foto tirada no dia da minha defesa de mestrado, na qual posam comigo meus pais e ela. Isso mostra um pouco do lugar da Leonilde na minha formação e na minha vida. Por isso, em vez de me delongar aqui com palavras de agradecimento, apenas registro que minha retribuição vai ser por meio do comprometimento com os movimentos sociais, com o rigor acadêmico e com a dedicação institucional, valores que a prática da Leonilde reforça.

Mas uma tese não se faz apenas com a ajuda da orientadora. Uma grande e generosa rede de apoio foi crucial para a viabilidade deste empreendimento. Começo pelo meu companheiro Mohamed Zakzouk. Com ele aprendi o significado do doar-se por completo e com profundidade a alguém. E aprendi também a receber de coração aberto em nome de uma parceria maior, que chamamos amor. Graças a seu apoio, pude concluir a redação da tese com todo o conforto, calma e segurança que o momento pós-término da bolsa nem de longe proporcionaria. Além disso, Mohamed discutiu o esqueleto da tese comigo e me ajudou a construir com mais clareza a problemática da pesquisa. Não vou simplesmente agradecer. Vou expressar minha gratidão vivendo nosso amor.

Esta tese tampouco é resultado apenas da formação que recebi na universidade. A base necessária para chegar a essa etapa se deve também à minha família pelo apoio à minha educação desde criança. Por isso, esta tese também é uma homenagem aos meus pais, irmãos e padrinhos.

Muitos amig@s também me ampararam das mais diversas formas, desde hospedagem solidária (foram muitas!), até ajuda para tirar fotos de documentos em arquivos, passando por intermediação de contatos. Muito obrigado, Alberto Santos (*in memoriam*), Luiz Rodolpho Viveiros de Castro, João Lopes Salgado, Cristina Chacel, Custódio Coimbra, Sérgio Campos, Flávia Cavalcanti, Felipe Costa, Luna Gámez, Jeferson Scabio, Lucas Freire, Lívia Alcântara, Adriano Forigo, Ruan Torres, Robson Braga, Beth Linhares, Felipe Ribeiro, Maria José Souza, Hugo Belarmino, Flávia Pita, Maria Luiza Barbosa, Camila (Zuleika), Iby Montenegro, Marcon Antônio Teixeira, Ricardo Braga Brito, Aline Maia, Gabriel Bastos, Luiza Antunes, Helena Lopes, Rita Fagundes, Elisa Garcia, Ariane Favaretto, Rodrigo Kummer, Luiz Carlos de Oliveira, Lidiane da Luz, Anna Loppene, Dayane Martins, Thais Medeiros, Marcelo Rauber, Annagesse Feitosa, Elisandra Galvão, Carla Morsh, Leandro Bonecini, Larissa Cabral, Valdênio Menezes, Juanita Benavides, Lucas Petretti, Virna Plastino, Nadine Borges, Luciana Lombardo, Gustavo Simi, Fernanda Pradal, Janne Calhau, Fábio Cascardo, Ana Miranda, Vera Vital Brasil, Paulo Cesar Ribeiro, Lecilma Andrade, Alessandra Gasparotto, Higor Codarin, Janaína Sevá, Dibe Ayoub, John Comerford, Pedro Russo e tant@s outr@s.

Durante os diversos trabalhos de campo, a solidariedade veio de muita gente.

Em Belém, Eneida Guimarães, Marcos Panzera, Zélia Amador de Deus e Margaret Refskaleski;

Em Brasília, Regina Coelly, Leonardo Martins, Gilney Viana, Vladimir Carvalho e Sérgio Sauer;

Em Brotas de Macaúbas, Maisa de Oliveira, Olderico Barreto, Samuel Crisanto, Taylan Santana, Wilson Pinheiro da Silva, Dadá Ferro, Reizinho, Diva Pereira da Silva e Wanderley Rosa Matos;

Em Cachoeiras de Macacu/RJ, Ana Francisca da Silva, Elias Pereira, Maria Gomes dos Santos, Rita da Silva, Fábio Rosa, Lena Viana, Dionísio de Jesus, Rozeli Borges, Quito, Natália, Vinícius Cardoso, Aílton Rosa, Janille Campos, Marcela Galdino, Natassis Souza, Isabel Jovita Rodrigues e toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação;

Em Campinas/SP, Felipe Costa;

Em Duque de Caxias/RJ, Sandra Escobar e a equipe do Museu Vivo de São Bento - Marlúcia Santos de Souza, Cláudia e Paulo Pedro;

Em Foz do Iguaçu/PR, Aluizio Palmar e Jacqueline Castro;

Em Goiânia, Annete Rabelo, Edma José Reis, Rafael e Talita Matos;

Em Imperatriz/MA, Cesar Figueiredo, Jean Pierr, Dilsa Cortez, Jesus Marmarinho, Valdizar Lima, Adalberto Franklin (*in memorian*);

Em Itaguatins, Ramiro Pereira da Silva e Edmoça Pereira da Silva;

Em Livramento de Nossa Senhora/BA, Leônidas de Vasconcelos (Lezinho), Paulo Vasconcelos da Silva e a comunidade de Itanagé, que tão bem me acolheu;

Em Marabá/PA, Ywri Cortez Ferreira, Fernando Michelotti, Janaílson Macedo, Regy Cerqueira, Erivaldo Cavalcanti, Fabiano Campelo Bechelany;

Em Nova Iguaçu/RJ, Michelle Pessanha;

Em Porto Alegre, Juliano Florczak Almeida e sua companheira Karen, Vinícius Barth, Josiane Wedig, Alex Mengel e Silvia Aquino;

Em Porto Franco/MA, Lucélia, Vanessa, Laene, Epaminondas de Oliveira Neto e Adailton Marinho;

Em Rio de Contas/BA, Maurício, Rosinha e os moradores entrevistados que também me receberam com muita hospitalidade;

Em Salvador, Mirna Oliveira e seu companheiro Paulo, Clóvis Caribe, Emiliano José e a equipe do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas);

Em São Paulo, Gabriel Teixeira, Luciana Carvalho, Teresa Maia e Caio Teló;

Em Tocantinópolis/TO, Alberto Gomes;

Em Xambioá, Irene Gomes;

Na UFF, agradeço ao companheirismo dos colegas do Departamento de Sociologia que me acolheram tão bem durante os dois anos que atuei como professor substituto. Obrigado especialmente ao Valter Oliveira, Jaciane Milanezi, Daniel Mano, Carolina Zuccareli, Marcos Otávio Bezerra, Ana Mota, André Dumans Guedes, Flávia Rios, Victor Piaia, além de Delma Pessanha Neves e Alessandra Barreto do Departamento de Antropologia e a Rose, da secretaria.

À equipe do Projeto de Extensão Memórias das Lutas pela Terra, que tive a honra de coordenar no seu início em 2017, muito obrigado pela parceria. Eve Buhler, Valter Oliveira, Ana Mota, Paulo Alentejano, Pollyana Vidinha (*in memorian*), Juan Santos, Silas Borges, Raiene Evangelista, Gabriela Dantas, Alexania Rossato, Ricardo Braga Brito, Millena Reis, Luiza Antunes, Vitor Cadorin e outros.

Durante meu estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Victoria, no Canadá, contei com o apoio de minha supervisora, professora Michelle Bonner, e do professor Matt James, além dos colegas Phil, Elisa, Marta e Sharon e os demais integrantes do grupo de leitura sobre justiça de transição. Às meninas do Elap, muitíssimo obrigado pela parceria, Lívia, Emília, Deisy e Cláudia.

Aos professores do CPDA, agradeço pela formação que recebi ao longo desses vários anos. Obrigado especialmente ao Jorge Romano por ter participado da minha banca de qualificação. Aos funcionários e funcionárias do CPDA, meu reconhecimento e gratidão pela prestatividade de sempre. Diva de Faria, Diana Rosa, Reginaldo de Carvalho, Tiemi Kagohara, Raquel Passeri, Ana Lídia Barbosa, Fernanda Sodré, Silvia Andrade, Delcio Junior, Janete, Silvia e Carla, muitíssimo obrigado por tudo!

Aos professores membros da banca, muito obrigado pela disponibilidade, Daniel Aarão Reis (UFF), Débora Lerrer (UFRRJ), Jean Sales (UFRRJ) e Marcelo Ridenti (Unicamp).

Agradeço ainda ao Paulo Cesar Azevedo de Almeida, que esteve comigo nos primeiros anos do doutorado. Obrigado pela parceria e pelo suporte!

Por fim, esta pesquisa contou com o apoio institucional do CPDA, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e da Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ, da Capes, que me financiou a bolsa de pesquisa, da Faperj, e do Conselho Regional de Psicologia, que financiou parte de um trabalho de campo. Sem estes apoios, o trabalho não teria sido viável. Obrigado, portanto, à sociedade brasileira, que, por meio de seus tributos, permitiu a realização deste estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, inspiradas pelas Revoluções Chinesa e Cubana, as organizações armadas brasileiras tentaram liderar movimentos revolucionários de oposição à ditadura militar da época mobilizando camponeses para se engajarem em grupos de guerrilha rural. Esta tese analisa a relação entre esses atores sociais. Como se dava a comunicação entre eles, como eram apresentadas as propostas de revolução pela via armada, qual o papel das emoções para o processo de engajamento dos camponeses, de que maneira a clandestinidade impactava nas interações com as populações locais, quais os efeitos da adoção de uma perspectiva leninista por parte dos militantes e que lugar ocupava a pauta do acesso à terra nesse contexto são algumas das perguntas que orientam a pesquisa. Dentre as principais inspirações estão as contribuições de Paulo Freire e Jesus Martin-Barbero sobre comunicação; James Jasper e Helena Flam sobre emoções; Donatela Della Porta sobre clandestinidade; Oliver Fillieule, Julieta Quirós, Marcelo Kunrath Silva e Bianca Ruskowski sobre engajamento; Eric Wolf e James Scott sobre a relação entre campesinato e revolução. O estudo se baseia nas experiências do Comando de Libertação Nacional (Colina) em Cachoeiras de Macacu/RJ; da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em Imperatriz/MA; do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), em Brotas de Macaúbas/BA e da Ação Popular (AP), na Chapada Diamantina, também na Bahia. A metodologia utilizada foi a história oral, conjugada com a análise documental e bibliográfica, que permitiu a elaboração de uma comparação entre os diferentes casos analisados. Os resultados da pesquisa indicam que, a despeito do esforço dos militantes em se tornarem próximos aos camponeses, geralmente havia um estranhamento por parte destes, em função das diferenças culturais. Ainda que a adesão tenha sido minoritária, as diversas formas de assistência prestadas pelos militantes contribuíram para a produção de emoções recíprocas de amizade e lealdade, bem como para o processo de engajamento de alguns camponeses.

Palavras-chave: Campesinato, Luta Armada, Comunicação, Emoções, Engajamento.

ABSTRACT

In the late 1960s and early 1970s, Brazilian revolutionary organizations - inspired by the Chinese and Cuban Revolutions - attempted to advance an opposition to the military dictatorship of the time by mobilizing peasants to engage in rural guerrilla groups. This thesis analyzes the relationship between the militants of these organizations and the peasants they attempted to mobilize. The questions that guide the research are the following: what was the nature of the communicative interaction between the militants and the peasants; how did militants present their proposals for armed revolution; what role did emotions play in the peasants' decision to engage in the guerrilla project; how did militant clandestinity impact their interaction with local populations, and what were the effects of the adoption of a Leninist perspective by the militants on their interaction with peasants and how did landlessness affected this context? Among the main inspirations for this work are the contributions of Paulo Freire and Jesus Martin-Barbero on communication; James Jasper and Helena Flam on emotions; Donatela Della Porta on clandestinity; Oliver Fillieule, Julieta Quirós, Marcelo Kunrath Silva and Bianca Ruskowski on engagement; Eric Wolf and James Scott on the relationship between peasantry and revolution. The thesis investigates the experiences of the National Liberation Command (Comando de Libertação Nacional - Colina) in Cachoeiras de Macacu/RJ; the Revolutionary Armed Vanguard Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-Palmares), in Imperatriz/MA; the Revolutionary Movement of October, 8th (Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8) in Brotas de Macaúbas/BA; and the Popular Action (Ação Popular - AP), in Livramento de Nossa Senhora/BA and region. The research uses oral history, bibliographic, and documentary analysis as a methodological approach to compare and analyze selected cases. The results of the research indicate that, despite the effort of the militants to become close to the peasants, generally the cultural differences led the latter to distrust the former. The various forms of assistance provided by militants contributed to the production of reciprocal emotions of friendship and loyalty, as well as to the process of engagement of some groups of peasants.

Key-words: Peasantry, Armed Struggle, Communication, Emotions, Engagement

LISTA DE SIGLAS

- Abin** – Agência Brasileira de Inteligência
- Abra** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- Aciso** – Ações Cívico-Sociais
- AI** – Ato Institucional
- ALF** – Associação dos Lavradores Fluminenses
- ALN** – Ação de Libertação Nacional
- AMFNB** – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
- Anapap** – Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
- ANL** – Aliança Nacional Libertadora
- AP** – Ação Popular
- Aperj** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
- ARJ/SNI** – Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- BNM** – Projeto Brasil: Nunca Mais
- BOC** – Bloco Operário-Camponês
- Cang** – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base
- Cedi** – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- Cedoc/CUT** – Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores
- CEV-Rio** – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
- CGI** – Comissão Geral de Investigações
- CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores
- Cira** – Centro Interamericano de Reforma Agrária
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- Colina** – Comando de Libertação Nacional
- Contag** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPDA** – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB – Confederação Rural Brasileira

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DI-RJ – Dissidência Comunista do Rio de Janeiro

DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara

DI-BA – Dissidência Comunista da Bahia

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

Dops – Departamento de Ordem Política e Social

Dops/GB – Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara

Dops/RJ – Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro

DPS – Departamento de Polícia Social

DTC – Divisão de Terras e Colonização

Elap – Programa Líderes Emergentes das Américas (Canadá)

ELN – Exército de Libertação Nacional (Bolívia)

Esalq – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz - USP

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

Faerj – Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

Falerj – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Faperj – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Farerj – Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Faln – Forças Armadas de Libertação Nacional

FCOF – Federação dos Círculos Operários Fluminenses

Fetaesp – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

Fetag/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Flerj – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FLN – Frente de Libertação Nacional

FNM – Fábrica Nacional de Motores

Funrural – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GPH – Grupo de Promoção Humana (Nova Friburgo/RJ)

Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola

Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

ITR – Imposto Territorial Rural

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

Master – Movimentos dos Agricultores sem Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária (Chile)

Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MPF – Ministério Público Federal

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 08 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

NAF – Núcleo Agrícola Fluminense

NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - CPDA/UFRRJ

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirante

OEA – Organização dos Estados Americanos

OPM – Organização Político-Militar

ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PE – Polícia do Exército

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POC – Partido Operário Comunista

PORT - Partido Operário Revolucionário Trotskista

PROPPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - UFRRJ

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PRT-ERP – Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (Argentina)

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

Psol – Partido do Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Sisni – Sistema Nacional de Informações e Contra-informações

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNI – Serviço Nacional de Informações

SRB – Sociedade Rural Brasileira

STM – Superior Tribunal Militar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Supra – Superintendência de Política de Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UItab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Problemática da pesquisa	1
O que já se produziu sobre camponeses e luta armada no Brasil dos anos 1968-74	14
O percurso metodológico	20
Estrutura da tese	24
1. O CAMPESINATO COMO ATOR POLÍTICO	25
1.1 O olhar dos atores políticos	25
1.2 O debate acadêmico	32
1.3 Campesinato e revolução na América Latina	42
2. CAMPONESES, COMUNISTAS E A LUTA ARMADA NO BRASIL	46
2.1 Perspectivas orientadoras da luta armada no Brasil	46
2.2 O PCB e as disputas internas	52
2.3 As Ligas Camponesas e sua ala militar	60
3. A AÇÃO POPULAR	64
3.1 A formação da Ação Popular	64
3.2 A AP na Chapada Diamantina	69
3.2.1 O campesinato da Chapada Diamantina	71
3.2.2 A atuação com os camponeses de Itanagé, Livramento de Nossa Senhora	72
3.2.3 Na cidade de Livramento de Nossa Senhora	88
3.2.4 A tentativa de ampliação da área de abrangência: Mato Grosso de Rio de Contas	89
4. O COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES	95
4.1 A formação do Colina e da VAR-Palmares	95
4.2 As articulações contra o Estado por dentro dele	98
4.3 O Colina em Cachoeiras de Macacu/RJ	100
4.3.1 O campesinato de Cachoeiras de Macacu	100
4.3.2 O embrião do grupo	102
4.3.3 A formação de um grupo de camponeses na Gleba Nova Ribeira	110
4.3.4 As diferentes dimensões do engajamento	119
4.3.5 A chegada da repressão	128
4.4 A VAR-Palmares no Bico do Papagaio	133
4.4.1 O campesinato do Bico do Papagaio	134

4.4.2 Os camponeses de Cachoeiras de Macacu em Imperatriz/MA	137
4.4.3 A formação de um grupo de camponeses em Itaguatins/TO	141
4.4.4 Novamente a repressão.....	148
5. O MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO.....	154
5.1 A formação do MR-8 e sua visão sobre o campesinato.....	154
5.2 O MR-8 na Baixada Fluminense	158
5.2.1 O campesinato da Baixada Fluminense	158
5.2.2 A aproximação da organização	160
5.2.3 A chegada dos marinheiros	164
5.2.4 As dificuldades enfrentadas: desconfianças e a chegada da repressão	167
5.2.5 As articulações pós-repressão	171
5.3 O MR-8 em Brotas de Macaúbas/BA	175
5.3.1 O campesinato de Brotas de Macaúbas.....	175
5.3.2 O início do trabalho político	176
5.3.3 Os instrumentos de formação política e mobilização.....	181
5.3.4 A presença de Lamarca	187
5.3.5 A chegada da repressão	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
Uma análise comparativa entre os três casos	194
Memórias dos militantes e camponeses sobre suas experiências	201
Uma tentativa de interpretação	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210

INTRODUÇÃO

O tema desta tese é a relação entre quadros de organizações políticas da esquerda armada com camponeses quando de suas tentativas de formarem grupos de guerrilha rural para derrubar a então ditadura empresarial-militar e desenvolver um processo revolucionário nos marcos de uma tradição marxista-leninista. O recorte empírico se concentra na atuação dessas organizações entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Parte delas eram dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cada qual com influências teórico-políticas distintas. Todas, no entanto, tiveram vida muito curta. O Ato Institucional 5, de 13 de dezembro de 1968, abriu o caminho para que a repressão pudesse dizimá-las e marcou o período com a expressão que ficou conhecida como “os anos de chumbo”.

Tendo em vista as influências das revoluções marcantes do século XX nas quais os espaços rurais foram entendidos como decisivos para o enfrentamento armado, especialmente a chinesa (1949) e a cubana (1959), as lideranças da maioria das organizações brasileiras de esquerda estabeleceram como estratégia de luta política a revolução a partir do campo¹. Por isso, ainda que a luta armada contra a ditadura no Brasil tenha ocorrido fundamentalmente nas cidades, com a maioria de militantes urbanos, o campo esteve na maior parte do tempo no horizonte, pelo menos para a maioria das organizações, como o cenário ideal onde a revolução teria seu início, a partir da guerrilha rural. Para isso, precisavam, clandestinamente, mobilizar os camponeses para aderirem a essas organizações.

Embora a principal experiência de tentativa de formação de grupos de guerrilha rural tenha sido a do PCdoB que, desde 1967, já enviava quadros para a região do Araguaia, o objeto desta tese serão algumas outras situações, que, por terem sido mais efêmeras e contado com um número menor de militantes, são menos conhecidas. Trata-se dos casos do Comando de Libertação Nacional (Colina) e sua experiência em Cachoeiras de Macacu, estado do Rio de Janeiro; da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que deu continuidade ao trabalho do Colina em Imperatriz, Maranhão; do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que atuou com camponeses da Baixada Fluminense e tentou criar um grupo em Brotas de Macaúbas, Bahia, e da Ação Popular (AP), que desenvolveu um trabalho com os sertanejos na Chapada Diamantina, também no estado baiano². O recorte temporal baseia-se nos primeiros envios de militantes para as áreas rurais no intuito de iniciar os preparativos para a formação de focos de guerrilha.

A escolha desse objeto deve-se à minha participação, entre 2014 e 2016, em um projeto de pesquisa destinado a subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) no sentido de identificar os casos de violações de direitos humanos no meio rural fluminense entre 1946 e 1988, com foco no período militar.³ Uma das frentes da pesquisa foi a repressão sofrida pelos envolvidos na tentativa de formação de um grupo de guerrilha em

¹ Outro estímulo para os militantes brasileiros aderirem à luta armada foi o fechamento dos canais de participação democrática provocado pelo golpe de 1964, que reprimiu amplamente as organizações consideradas “comunistas”.

² As organizações citadas trabalharam com camponeses também em outras regiões. Além disso, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) e a Ala Vermelha do PCdoB, entre outras, também tentaram mobilizar camponeses para a guerrilha rural, compondo o que Della Porta (1995) chama de famílias de movimentos, uma vez que compartilham de um conjunto de objetivos e formas de luta.

³ O projeto “Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” foi aprovado pelo edital Faperj E_38/2013 - Apoio ao Estudo de Temas Relativos a Violações dos Direitos Humanos (Processo E-26/110.008/2014). Coordenada pela professora Leonilde Medeiros, a equipe do projeto elaborou dois relatórios. Um entregue à CEV-Rio (disponível em: <https://bit.ly/2SQ3BS1>) e outro, mais aprofundado, entregue à Faperj e recentemente publicado, com algumas alterações, em forma de livro (MEDEIROS, 2018). Além disso, um resumo dos resultados desta pesquisa foi publicado no Relatório Final da CEV-Rio (disponível em <https://bit.ly/346eJim>).

Cachoeiras de Macacu. No início do projeto a equipe sequer suspeitava da existência dessa tentativa. Chamou atenção nas conversas informais o desconhecimento a respeito deste caso tanto por parte dos estudiosos da região, como por parte de diversos moradores locais, o que nos fez pensar na hipótese de um silenciamento sobre o fato ou de um real desconhecimento do que ocorreu. Como naquele momento não foi possível aprofundar o estudo, decidi fazê-lo na pesquisa do doutorado. Esta tese, portanto, é uma consequência indireta das iniciativas de justiça de transição⁴ empreendidas pelo Estado Brasileiro a partir da mobilização de organizações da sociedade civil.

Com o objetivo de abordar a questão das tentativas de formação de grupos de guerrilha rural de forma mais ampla, decidi selecionar outros casos para além deste de Cachoeiras de Macacu. Com base em Gorender (1987) e Ridenti (2010), realizei um breve levantamento panorâmico das diversas tentativas e a partir disso selecionei algumas iniciativas da VAR-Palmares, do MR-8 e da Ação Popular, já que fazem parte do grupo das que mais conseguiram avançar no trabalho com os camponeses. A Guerrilha do Araguaia não foi incluída nesta pesquisa por já haver uma série de estudos sobre o caso, como veremos ao longo desta introdução. A figura abaixo localiza no território brasileiro os casos que analiso nesta tese.

Figura 1: Localização dos casos analisados na tese



⁴ Resultado de processos de mudanças políticas, a justiça de transição é um conjunto específico de iniciativas do Estado e da sociedade civil que procura reparar danos de um passado de violações de direitos humanos ocorridos geralmente em regimes políticos repressivos. Baseando-se no tripé Memória, Verdade e Justiça, a justiça transicional busca evitar o esquecimento das violências a fim de prevenir que elas se repitam; desvelar fatos ainda não conhecidos; responsabilizar os perpetradores e reparar as vítimas. No Brasil, dentre as principais iniciativas a nível federal, destacam-se a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995, a Comissão de Anistia, em 2001, e a Comissão Nacional da Verdade, em 2011, além de diversas iniciativas similares nos estados da federação. Ver mais em Teitel (2003) e Reátegui (2011).

Problemática da pesquisa

O objetivo inicial desta pesquisa era entender o que motivava os camponeses a atenderem (ou não) aos chamados dos militantes para a adesão à luta revolucionária pela via da luta armada. Ao longo da pesquisa, contudo, fui percebendo a inviabilidade de uma problemática tão audaciosa: boa parte dos atores envolvidos já faleceu, os raros documentos produzidos sobre o tema apresentam apenas a versão da repressão e o medo de falar, a despeito das diversas iniciativas de justiça transicional empreendidas nos últimos anos, é ainda forte nas áreas onde as experiências se desenvolveram.

Diante disso, sem abandonar o tema do engajamento, desloquei o foco e formulei uma nova problemática à qual eu dispunha de condições para responder, qual seja: em face da iniciativa das organizações de enviarem clandestinamente seus membros ao campo a fim de criar grupos de guerrilha rural, de que maneira se criou, se manteve e se desfez a relação entre os militantes já engajados e os camponeses? Para trabalhar com essa questão geral, algumas perguntas específicas serviram como baliza: como se dava a comunicação entre eles? Quais as estratégias de aproximação dos primeiros para conquistar a confiança dos últimos? Como e quando eram apresentadas aos camponeses as propostas de revolução pela via armada defendida pelas organizações? Nesse contexto, qual o papel das emoções, como o medo, a esperança e as trocas afetivas? Em que medida facilitavam ou dificultavam o acolhimento dos militantes e o engajamento dos camponeses? De que maneira a clandestinidade impactava nas interações com as populações locais? Como os camponeses recebiam os militantes e reagiam às ideias apresentadas por eles? Tal relação resultou no engajamento de camponeses? Que lugar ocupava a pauta do acesso à terra nesse processo?

A questão central desta tese inspira-se no estudo de Wolf (1969/1984) sobre o que ele chamou de “guerras camponesas do século XX”:

Quem é, então, que fala com o camponês e o que lhe comunica, que o impele à ação política violenta? Os camponeses, não raro, abrigam um profundo sentimento de injustiça, mas tal sentimento deve ser plasmado e expresso em organização antes de tornar-se ativo na cena política; é óbvio, não será qualquer agitador inexperiente a ser bem-vindo nos círculos da aldeia que tradicionalmente suspeita de estranhos, ainda mais vindos da cidade. Que circunstâncias e que espécie de gente serão propícias ao estabelecimento de tal comunicação? (WOLF, 1984, p. 13)⁵.

Meu eixo principal de investigação, portanto, será a comunicação entre os militantes e os camponeses. Para isso, recorri à contribuição de Paulo Freire, educador brasileiro que ofereceu relevantes chaves de leitura para pensar o processo revolucionário a partir de formas horizontais e libertárias de mobilização política pela via da educação popular baseada na comunicação. Para desenvolver seu argumento, o autor elaborou a *teoria da ação dialógica*, segundo a qual a libertação das opressões só ocorrerá a partir da problematização da realidade por parte dos sujeitos nela envolvidos. Em *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2018), o autor propõe que a comunicação com as massas não é apenas uma etapa da revolução, mas a “própria essência da ação revolucionária”.

⁵ Posteriormente, Scott (1979) também tratou dessa problemática ao abordar a relação entre os camponeses e o que chamou de “comissários”, militantes dos partidos comunistas das diversas experiências revolucionárias ocorridas no século XX que foram ao campo para mobilizar novos adeptos. Sua contribuição foi refletir sobre os desafios da “revolução na revolução” – parafraseando Debray (1967) – ou seja, a existência de dois “mundos de significados” entre os camponeses e a “*intelligentsia* revolucionária”, bem como os distintos interesses que cada grupo define como prioritários. Compreender, portanto, os valores vigentes nas sociedades camponesas pode ajudar a entender por que, em alguns momentos, os camponeses se distanciam dos objetivos propostos pelos líderes revolucionários e priorizam os seus próprios.

O desafio, para ele, é como o oprimido participará da “pedagogia de sua libertação”, ou seja, como estimular uma participação ativa e crítica dos oprimidos no processo revolucionário. De acordo Freire, isso só ocorrerá depois que ele se der conta de sua condição ambígua de oprimido e, ao mesmo tempo, de “hospedeiro” de um opressor dentro de si na medida em que vê na figura do opressor uma fonte de inspiração. Como superação da opressão, a libertação é entendida por Freire (2018, p. 71) como um processo que só pode acontecer de maneira coletiva. “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, argumenta ele, para destacar que os militantes das organizações não podem assumir a identidade de “libertadores das opressões”, uma vez que a libertação só ocorre de fato, quando os oprimidos participam ativamente do processo como sujeitos e não como objetos.

O autor propõe ainda que a liderança revolucionária não pode pensar sem a participação das massas, mas com elas. Caso contrário, não haverá sucesso. Em sua atuação, se a abordagem não for dialógica e as massas se deixarem domesticar, a revolução poderá até acontecer, mas será um “engano”. Na hipótese de não se deixarem domesticar, podem agir de acordo com o opressor “hospedado” dentro delas e contribuir com a repressão contra os militantes, impossibilitando a revolução (FREIRE, 2018, p. 182).

Em publicação destinada a agrônomos prestadores de serviços de assistência técnica a camponeses, Freire (1983) aponta para as limitações do trabalho extensionista que parte do pressuposto de que, como objeto de sua ação, as pessoas deveriam ser persuadidas de uma determinada ideia ou conhecimento levado pelo agrônomo, não havendo, portanto, uma relação dialógica com as pessoas a quem se dirige⁶. Como consequência, os camponeses não incorporam o conhecimento transmitido ou o incorporam de maneira acrítica, sem o esperado empoderamento e a autonomização das comunidades com quem agrônomos ou lideranças políticas trabalham. No lugar de uma ação extensionista, os agrônomos (no nosso caso, os militantes das organizações) iniciariam o diálogo problematizando situações concretas do cotidiano dos camponeses e buscariam aprender com o retorno dado por eles nessa troca de experiências. O resultado disso seria um conhecimento novo que, por ter sido produzido de forma crítica e em conjunto entre os mediadores e a população com quem é desenvolvido o trabalho, possuiria um potencial transformador e libertador.

Para Martin-Barbero (1997, p. 16), “mais do que de *meios*”, a comunicação é “uma questão de *mediações*, de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas também de re-conhecimentos”. O autor desloca o foco da atenção para “o outro lado da comunicação, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos” (1997, p. 16). No caso em questão neste trabalho, interessa a recepção dos camponeses ao conteúdo comunicado pelos militantes, suas reticências e usos.

Para desenvolver seu argumento, o autor resgata diferentes abordagens sobre a ideia de povo ao longo da história das escolas de pensamento: enquanto para os ilustrados (ou iluministas)⁷ a cultura popular representava ignorância, superstição, irracionalidade e tudo o

⁶ A crítica de Freire (1983) destina-se especificamente ao modelo difusionista de extensão rural difundido pelos Estados Unidos, sobretudo no âmbito da Revolução Verde. Tratava-se de um projeto de modernização baseado na incorporação de um pacote tecnológico voltado à intensificação da produtividade. Para saber mais sobre a contribuição de Paulo Freire para esse campo, ver Dias (2006).

⁷ Nesta categoria, o autor inclui Maquiavel, Hobbes e Rousseau. Martin-Barbero (1997, p. 24) destaca que, para o primeiro, embora o povo seja visto como a fonte de legitimação do poder político, é ao mesmo tempo “a ameaça mais insidiosa e permanente contra as instituições políticas”; para o segundo, “a ameaça constante à ordem civil que vem da multidão” constitui o centro de sua reflexão sobre o Estado Moderno; e para o último, embora o povo represente uma “condição de possibilidade para uma verdadeira sociedade”, ele o é “não enquanto população”, mas como “categoria” constituinte do Estado Moderno. Em síntese, “a racionalidade que inaugura o pensamento ilustrado se condensa inteira nesse circuito e na contradição que encobre: está contra a tirania em nome da vontade popular mas está contra o povo em nome da razão”.

que deveria ser superado, para os românticos⁸, que reagiam aos primeiros, ela representava aquilo que devia ser valorizado: a idealização do passado e o retorno ao primitivo e ao irracional. Posteriormente, o conceito de *classe social* construído pelo marxismo “efetuará uma ruptura completa com o romântico, recuperando não poucos traços da racionalidade ilustrada”, embora o anarquismo tenha mantido, segundo a interpretação do autor, “certos traços da concepção romântica num projeto e em algumas práticas revolucionárias”. Tanto os marxistas como os anarquistas, contudo, romperam com o *culturalismo* característico dos românticos e politizaram a idéia de povo, ou seja, explicitaram a “relação do modo de ser do povo com a divisão da sociedade em classes” e historicizaram essa relação “enquanto processo de opressão das classes populares pela aristocracia e pela burguesia” (MARTIN-BARBERO, 1997, pp. 31-2).

Ainda de acordo com o autor, a negação do popular pelo marxismo ortodoxo, que para ele é consequência do etnocentrismo, evidencia sua dificuldade de lidar com a pluralidade cultural e, portanto, de se comunicar com as classes populares, em boa medida em função da frequente equiparação entre o conceito de cultura ao de ideologia. Esse entendimento começa a mudar a partir de autores como Antônio Gramsci, como veremos na sequência. O resgate desses “traços da racionalidade ilustrada” como uma característica do marxismo é importante para nossa análise na medida em que ajuda a entender, em alguns casos, a visão dos militantes em relação aos camponeses como incapazes e dependentes de uma ajuda externa para “se libertarem das opressões” a que eram submetidos.

Para pensar a comunicação entre militantes e camponeses, apoio-me ainda em Bourdieu (2008), que concebe a existência campo linguístico, espaço no qual as “trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (2008, pp. 23-4). De acordo com esta perspectiva, a adoção de determinados “estilos expressivos”, muitas vezes de forma inconsciente e às vezes até mesmo involuntariamente, é resultado de um “*habitus* linguístico”, que, por sua vez, é expressão de um “*habitus* de classe”. Quando há uma distância social entre os interlocutores no “mercado linguístico”, ocorre o que Bourdieu chama de “colisão estilística”, uma tensão que impõe a necessidade de adaptação do discurso, caso do encontro entre os atores sociais em questão nesta tese.

O pressuposto de Bourdieu é que existe no campo linguístico uma “hierarquia de estilos” cuja ordem exprime a hierarquia dos grupos que dominam sua utilização. Nesse sentido, o domínio que os militantes possuíam da linguagem considerada culta pode ser lido como um “signo de autoridade”, fonte de “distinção” e de “eficácia simbólica” sobre os camponeses. Procuro observar, portanto, como os estilos expressivos utilizados pelos militantes resultavam no exercício de um poder simbólico sobre os camponeses, cujo domínio da “língua legítima” (a que segue a norma padrão ensinada nas escolas) era comparativamente mais frágil.

Ao analisar o trabalho político dos comunistas brasileiros junto ao campesinato, Medeiros (1995) observou a maneira pela qual o PCB procurou se aproximar dos camponeses nos anos 1950 por meio de uma linguagem que se fizesse compreensível para esse segmento. No caso dos militantes em questão neste estudo, sua ida ao campo para tentar formar grupos de

⁸ Para o autor, o romantismo, movimento artístico, político e filosófico que surgiu na Europa no final do século XVIII e se estendeu pelo século XIX, chega à “descoberta” do povo por meio de três caminhos: 1) o da exaltação revolucionária, que integra a valorização da coletividade e a do herói que se levanta contra o mal; 2) o nacionalismo, cuja “alma” estaria no povo e 3) a reação contra a Ilustração por duas vias: política e estética: “Reação *política* contra a fé racionalista e o utilitarismo burguês que, em nome do progresso, têm convertido o presente em um caos, em uma sociedade desorganizada. Logo: idealização do passado e revalorização do primitivo e irracional. (...) E reação, ou melhor, *rebelião estética*, contra a arte real e o classicista princípio de autoridade, revalorizando o sentimento e a experiência do espontâneo como espaço de emergência da subjetividade.” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 26).

guerrilha rural demandava não apenas uma adaptação de sua linguagem, mas também o deslocamento do próprio lugar social a ser ocupado. Em última instância, uma espécie de mutação identitária necessária para a aproximação entre esses atores.

O trabalho político das organizações era realizado em diferentes espaços do cotidiano dos camponeses. Por isso, compartilho da compreensão proposta por Cefai (2009; 2011) sobre a definição de “político”. Para o autor, se considerarmos o político como algo ligado apenas às organizações e instituições políticas, dotadas de formalidade, tudo o que está fora disso é considerado não-político. Seu argumento, no entanto, é que a fronteira que delimita o político e o não-político é constantemente deslocada, uma vez que as redes de sociabilidade, que fazem parte do cotidiano informal das pessoas (o “não-político”), têm uma importância decisiva para o mundo da política (no sentido das organizações e instituições). Além disso, com frequência, conversas que se iniciam tratando de trivialidades, rapidamente podem passar a tocar pontos nevrálgicos do universo político. Por isso, ao longo da pesquisa, procurei prestar atenção aos relatos sobre esses momentos do cotidiano em que se dava o trabalho político.

Como parte desse processo comunicativo, as trocas afetivas entre militantes e camponeses em suas interações constituem uma lente privilegiada em minha análise. Godwin e Jasper (2006) classificam as emoções em quatro diferentes tipos: os reflexos (raiva, surpresa etc.), os afetos de longa duração (também chamadas de emoções recíprocas – amor, ódio, confiança, respeito etc.), as emoções morais (vergonha, orgulho, simpatia etc.) e o humor (alegria, tristeza etc.). Neste trabalho, priorizo o segundo e o terceiro tipo, pois permitem compreender melhor a construção das relações (sobretudo de amizade) entre os militantes com os camponeses e as próprias decisões relativas ao engajamento na proposta revolucionária. Tornar-se amigos e queridos dos camponeses era um passo inicial dos militantes que buscavam mobilizá-los na luta revolucionária. Jasper (1998) sublinha a importância das emoções recíprocas de afeto e lealdade como fator chave para a construção de relações de confiança, condição para o processo de identificação com um movimento, sobretudo quando se trata de uma organização clandestina. Flam (2015) acrescenta que, embora os pesquisadores frequentemente argumentem que a solidariedade, a amizade, a camaradagem ou os laços familiares são fundamentais para os movimentos sociais, ainda é necessário um maior esforço no sentido de contextualizar e entender a relação entre essas emoções e a participação política. Para a autora, é necessário aprofundar essas relações, “apontando as condições sob as quais emergem, prosperam e são ameaçadas” (FLAM, 2015, p.269). Esta tese busca contribuir com esse esforço.

Nesta perspectiva, Wood (2001), em seu estudo sobre a participação camponesa na luta armada em El Salvador nos anos 1980, analisou como os *benefícios emocionais* (por exemplo, alegria e orgulho) decorrentes do envolvimento na luta eram frequentemente mais importantes do que benefícios mais palpáveis, como o acesso à terra ou mais direitos. Nesse caso, a própria luta era vista pelos camponeses como uma fonte de dignidade e respeito.

Della Porta (1998) também analisa emoções ao lidar com as motivações individuais de pessoas envolvidas em organizações clandestinas. Segundo a autora, se já nos movimentos sociais em geral os laços emocionais são importantes para a mobilização e para o comprometimento, no contexto das organizações clandestinas esses vínculos ganham relevância ainda maior, já que são o principal mecanismo pelo qual as organizações podem promover a adesão de novos membros e expandir seu tamanho. Della Porta acrescenta que o grau de intensidade desses laços também interfere no nível de importância que os indivíduos dão à política em suas vidas: quanto mais denso o vínculo de amizade entre os militantes das organizações clandestinas, maior será a importância dada às tarefas políticas. Em outras palavras, as relações de amizade dentro de um movimento podem favorecer, por exemplo, a transição de posições moderadas para posições mais radicais. Bahamon (2006, p. 180)

identificou motivações semelhantes quando estudou a entrada dos jovens nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc): “solidariedade, lealdade e camaradagem são emoções que, por si mesmas, constituem razões imperiosas para participar no grupo armado ou permanecer nele”⁹.

Partindo de uma perspectiva filosófica, Ortega (2000) também analisa as ligações entre amizade, política e emoções. Para ele, fazer amigos é uma forma de produzir novas formas de subjetividade e ação, e, portanto, uma forma de reinventar a política. Ao comparar conexões entre indivíduos no interior de uma família e o vínculo entre amigos, o autor argumenta que este proporciona à pessoa a possibilidade de ter contato não apenas dentro de um espaço privado (o ambiente familiar), mas também na esfera pública, essencial para o desenvolvimento de atividades políticas. A amizade, portanto, pode ser um exercício de política e, nesse sentido, a despeito do fato de que para os militantes a amizade com os camponeses era também um instrumento de mobilização política, a simples abertura que alguns camponeses deram aos militantes para serem seus amigos pode ser vista como um processo pelo qual, ao entrar em contato desconhecidos, ambos exerceram política.

À medida que os militantes chegavam às comunidades com mais recursos, tinham mais facilidade para se colocar a serviço dos camponeses e ajudá-los em momentos de dificuldade. Uma visão economicista e utilitarista poderia interpretar a participação política dos camponeses nas organizações armadas como uma resposta a essa ajuda e, portanto o engajamento se explicaria pela busca pela satisfação de seus interesses ou necessidades. A abordagem usada aqui, no entanto, tenta superar as dicotomias entre interesse e desinteresse; razão e emoção¹⁰.

Como aponta Quirós (2009), parte significativa da literatura sobre movimentos sociais é marcada por uma oposição entre economia e política, bem como entre economicismo e moralismo. Ao empreender uma etnografia sobre movimentos trabalhistas na Argentina, a pesquisadora mostrou que apenas a busca de doações (o interesse econômico) não era suficiente para explicar por que os trabalhadores estavam envolvidos com uma organização. Houve várias interações pessoais, emoções e preocupações morais que também desempenharam um papel central nos processos de engajamento na luta. Para apoiar seu argumento, a autora propõe uma interpretação do clássico *Ensaio sobre o dom* (MAUSS, 2003), que destaca o fato de que a obrigatoriedade e o interesse pela recompensa não anulam voluntariedade e o desinteresse do ato. Segundo ela, as próprias categorias empregadas não levam em conta a complexidade dos processos. Uma sociologia das emoções pode contribuir para avançar nesse aspecto. O conceito de prazer de protestar (JASPER, 1998), por exemplo, permite observar como as pessoas se engajam, permanecem envolvidas ou até mesmo fortalecem seu compromisso político com base no prazer que sentem ao participar das atividades da organização com a qual estão envolvidos.

Quiros (2010) usou uma ideia semelhante através do conceito de “prazer de fazer” (sentir-se bem ao fazer algo), de Florence Weber, como dimensão fundamental para superar as dicotomias acima mencionados e entender melhor o processo de compromisso político. Sentir-se bem entre as pessoas com quem se atua e ser feliz para fazer algo para o benefício do grupo foram elementos que Quiros identificou como essenciais para motivar os trabalhadores a

⁹ Ao longo da tese veremos que processos semelhantes ocorreram nos casos em tela: camponeses que atuavam politicamente por meio de sindicatos, ocupações de terras, marchas ou manifestações em frente a prédios públicos, a partir do contato e da forte amizade com militantes de organizações armadas, engajaram-se na proposta da guerrilha.

¹⁰ Jasper, Godwin e Poletta (2001) argumentam que a superação dessa dicotomia é importante para entender melhor a influência das emoções na vida social. Segundo os autores, as emoções são um aspecto constitutivo de todas as ações e relações sociais: “acompanham os atos racionais e irracionais, tanto experiências positivas como negativas” (2001, p.9).

participarem dos protestos e que também identifiquei nas entrevistas com os atores envolvidos nos casos selecionados nesta tese.

Honneth (2003) igualmente contribuiu com esse tema ao atribuir à dimensão afetiva (o que ele chama de amor) o estatuto de uma das três dimensões por meio das quais os indivíduos se sentem reconhecidos quando preenchidas. As outras duas são a institucionalidade, sobretudo aquela relacionada ao direito, e a vivência em comunidade, o que ele chama de solidariedade. Além disso, de acordo com o autor, os indivíduos constroem sua identidade na medida em que se reconhecem como portadores de direitos, que devem ser garantidos. A ausência desse reconhecimento é vista por Honneth como uma das causas dos conflitos sociais e da formação dos movimentos sociais. A afetividade também faz parte do argumento do autor quando ele propõe que uma das consequências do não reconhecimento é um sentimento de rebaixamento, de injustiça e de desrespeito, o que mobiliza os sujeitos a se engajarem em lutas justamente por reconhecimento.

O medo é outro sentimento que interfere com força nas decisões dos sujeitos sociais de se engajarem ou não em iniciativas políticas. No caso de um contexto adverso como o de uma ditadura, esse elemento ganha ainda mais centralidade. Godwin e Pfaff (2001) enfatizam a importância para os movimentos da gestão (não necessariamente a eliminação) do medo nos processos de ação coletiva, especialmente em situações de alto risco. Em sua análise da participação política dos camponeses salvadorenos, Wood (2001) fornece um exemplo dessa gestão. Segundo ela, o sentimento de orgulho pelas conquistas feitas pelos camponeses em sua luta facilitou a perda do medo da repressão. A ação coletiva em si contribuiu para a gestão do medo. A questão do medo está também ligada ao que Godwin e Jasper (2006, p. 629) chamam de emoções morais. Com base em um entendimento do que é certo ou errado, louvável ou condenável, “seguimos regras da moral porque temos medo das consequências de sua subversão, ou as seguimos porque nos sentimos bem fazendo o que é certo”. O ato de se engajar ou de decidir não se engajar ou de retirar-se de uma organização depois de ter nela ingressado é resultado, dentre outros elementos, do processo comunicativo e de trocas afetivas a que nos referimos até agora.

Diferentes enfoques são encontrados na literatura sobre engajamento político. Tilly (2003), por exemplo, atribui uma atenção maior à dimensão coletiva da prática política. Para ele, especialmente nos casos de engajamento em práticas de violência coletiva, a decisão dificilmente é apenas individual. Geralmente, quando há engajamento, são várias pessoas que o fazem, apoiando-se umas nas outras. Para o sociólogo americano, o engajamento em alguma ação reivindicativa inclui um grupo de pessoas previamente conectadas entre as quais circularam ideias acerca de sua situação: oportunidades, ameaças, meios disponíveis de ação, prováveis consequências das ações:

Na prática, unidades que constituem atores reivindicativos não são indivíduos, mas grupos, organizações, conjuntos de relações sociais e lugares sociais como ocupações e bairros. Atores constituem redes compartilhando histórias, culturas e conexões coletivas com outros atores (TILLY, 2003, p. 32).

Fillieule (2001), por outro lado, propõe uma análise processual para o que ele chamou de “compromisso individual” em uma causa ou organização. Tal compromisso é definido pelo autor como uma atividade social que tem duas características centrais: é individual e dinâmica. Por isso, precisa ser analisada sempre levando em consideração sua dimensão temporal. Inspirado na ideia de carreira proposta por Howard Becker¹¹, Fillieule (2001), sugere a utilização desta noção para melhor pensar os processos de engajamento e desengajamento

¹¹ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

político, já que essa categoria permite compreender como cada etapa da biografia da pessoa está delimitada pelas atitudes e comportamentos que essa pessoa desempenhou no passado, as quais condicionam o campo de possibilidades que essa pessoa terá ao definir uma estratégia de ação. Desse modo, os períodos de engajamento são contextualizados como uma etapa dentro de um ciclo maior de uma trajetória de vida, ou, nos termos de Becker, de uma carreira.

Embora sua ênfase seja no compromisso individual, sua abordagem busca evitar cair na armadilha da questão clássica da teoria sociológica: valorizar mais o indivíduo ou a coletividade? Ao reivindicar a perspectiva processual proposta por Norbert Elias, ficam vinculados, na proposta teórica de Fillieule, tanto a dimensão coletiva da ação, como o sentido atribuído pelos indivíduos à ação que estão desenvolvendo. De acordo com essa teoria, não há possibilidade de pensar indivíduo e sociedade como entes separados e independentes um do outro, mas como elementos que se completam e que dependem um do outro para sua existência. Da mesma forma, passado e presente não podem ser pensados como independentes um do outro porque não há como separá-los. Em última instância tudo o que fazemos pode ser considerado passado, pois até o que fizemos há um segundo é passado. Por outro lado, o que aconteceu há muito tempo está conectado aos acontecimentos mais recentes no que poderia ser caracterizado como um contínuo presente (ELIAS, 2006).

Dessa maneira, o engajamento e o desengajamento dos camponeses nas organizações armadas precisam ser compreendidos a partir das suas respectivas “carreiras”, buscando sempre abordar as inserções nas diversas coletividades e, ao mesmo tempo, suas intenções e expectativas particulares. Nesse sentido, quando se discute engajamento político, é importante sempre pensar também no desengajamento (FILLIEULE, 2015), ambos tomados como processos e não como resultado de algum fator determinante. Se analisarmos uma organização sem levar em conta as pessoas que se desvincularam dela, faremos uma análise não da organização em sua dimensão processual, mas apenas o que sobrou dela, ou seja, “os restos” (FILLIEULE, 2012). O autor procura, assim, superar as abordagens substancialistas dos movimentos sociais e propõe analisá-los como processos em constante transformação. Daí a importância de se levar em conta as ondas de entradas e saídas de militantes nas diferentes organizações.

Outra contribuição importante deste cientista político francês foi ter trazido para a análise sobre engajamento a noção de pluralidade, a fim de considerar as múltiplas vinculações que os indivíduos estabelecem ao mesmo tempo ao longo de suas trajetórias. As organizações, nesse sentido, precisam ser compreendidas como grupos compostos por indivíduos inseridos em uma multiplicidade de espaços, muitas vezes conflitantes entre si, o que lhes exige adaptação às regras de cada espaço. O compromisso político em uma organização implica na probabilidade de criação de tensionamentos com outros espaços onde o indivíduo tinha inserção até então (FILLIEULE, 2012).

Silva e Ruskowski (2016) identificaram quatro perspectivas orientadoras dos trabalhos sobre engajamento: disposicional, identitária, relacional e retributiva. A primeira foca nas características dos atores sociais que os tornam mais ou menos propensos ao envolvimento em algum projeto político. No caso do objeto desta tese, tal abordagem dialoga especialmente com a literatura sobre o potencial político do campesinato com base em suas condições sociais, como veremos no item 1.2. A segunda, também conhecida como a “teoria dos novos movimentos sociais”, foca nas questões identitárias e em como o fato de os indivíduos se reconhecerem como parte de um grupo identitário pode favorecer o engajamento político. A terceira, que tem Fillieule como autor de destaque, prioriza as interações cotidianas e as redes de relações pessoais das quais os indivíduos fazem parte. Por fim, a última dá mais centralidade às retribuições (materiais ou simbólicas) recebidas pelos indivíduos em função de seu engajamento político.

Com base nestas quatro perspectivas, os autores elaboraram um modelo analítico para observar as condições e os mecanismos que levam os indivíduos ao engajamento militante, entendendo esse comprometimento com uma causa como resultado de um processo. Em síntese, os autores propõem que um conjunto de disposições e capacidades adquiridas por meio de “socializações prévias” condicionam as oportunidades de engajamento. Tais disposições dependem da “mediação” de atores intermediários, que facilitarão a ligação com outros atores sociais e proporcionarão ao indivíduo oportunidades de “interações associativas”, ou seja, a participação em atividades que fazem parte do cotidiano do movimento social no qual está se engajando. Como resultado dessas interações, temos o que os autores chamaram de “socialização militante”, por meio da qual podem ser ativadas, inibidas ou construídas determinadas disposições que podem favorecer ou obstaculizar o engajamento, dependendo da ocorrência ou não de um alinhamento interpretativo entre o indivíduo e a organização. Na medida em que essas interações vão se fortalecendo, ocorre a “conexão estrutural”, por meio da qual o indivíduo passa a considerar seu envolvimento com a militância como uma esfera emocionalmente importante para si. Depois de ter ingressado em um movimento social, a permanência do militante dependerá do “alinhamento identitário” a partir do qual o indivíduo se sente parte de um “nós” cuja ação é orientada por molduras interpretativas compartilhadas. Por fim, as “retribuições” que os militantes recebem como resultado de seu comprometimento político retroalimentam e fortalecem seu engajamento.

Em seu estudo sobre a participação política dos camponeses da Zona da Mata Mineira, Comerford (2003) analisou o que chamou de processos de familiarização e desfamiliarização, por meio dos quais o autor explica os processos de aproximações e afastamentos, confianças e desconfianças, gentilezas e hostilidades e obrigações ou proibições de ajuda entre as famílias e seus respectivos membros. Nesse processo, Comerford destaca ainda a dimensão da respeitabilidade, garantida pela construção permanente de uma boa reputação. Por isso o autor focou sua atenção também na explicação do processo de controle social, a partir do qual, todos sabem da vida de todos e um controla o comportamento do outro a fim de avaliá-lo e, a partir disso, atribuir-lhe uma reputação boa ou ruim.

A construção de uma relação entre militantes e camponeses aqui em questão pode ser vista também como um processo de familiarização daqueles em relação a estes e vice-versa. Além disso, no decurso dessa interação, pode-se interpretar que a respeitabilidade dos militantes depende da reputação que conseguirem construir diante do controle social exercido pelos camponeses sobre sua conduta. Daí as recomendações, feitas por alguns documentos de organizações, para os militantes demonstrarem comportamento moral exemplar.

Ao beber nas contribuições de Malinowski (1922/1976), Mauss (1950/2003) e Sigaud (2004), a respeito das relações de obrigação criadas a partir das trocas, Loera (2009) destacou o papel das redes sociais para compreender os processos de mobilização política nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos anos 2000 e como elas são também fundamentais para a manutenção desta forma de organização. De acordo com a autora, as ocupações de terra, por parte deste movimento, só eram possíveis porque existia uma ampla rede de conhecidos e familiares, que era acionada tendo por base um conjunto de compromissos e obrigações entre os atores envolvidos, ou seja, em muitos casos, o engajamento político se dava mais em função de um compromisso de retribuir um favor à pessoa que estava convidando para participar da ocupação do que por uma consciência política de que a ocupação era uma estratégia de luta para promover transformações na sociedade.

A lógica observada por Loera baseava-se na ideia de que quem convida se sente no compromisso de ajudar a pessoa convidada e esta, depois de ajudada, se sente na obrigação de retribuir, à semelhança de uma relação de apadrinhamento ou de dom e contradom. Havia, portanto, uma circulação de ajudas que seguia a lógica da reciprocidade e que fazia com que

um acampamento estivesse sempre ligado a um assentamento ou a um acampamento mais antigo, que tenha participado do processo de mobilização. A prática das trocas, nesse sentido, assumia uma função social específica de construção e manutenção de laços sociais duradouros (LOERA, 2009).

Inspirado por esses estudos, destaco que no processo de engajamento dos camponeses nas organizações armadas analisadas nesta tese, as vinculações prévias a que se referem Silva e Ruskowski (2016) foram, por um lado, as relações de reciprocidade e fidelidade com os militantes que se aproximaram deles por meio de diversas atividades, seja no âmbito da alfabetização, seja da prestação de serviços assistenciais ou no fornecimento de suprimentos de saúde, locomoção, dentre outros. Por outro as relações previamente estabelecidas com camponeses que se tornaram militantes e retornaram às comunidades para mobilizar seus antigos vizinhos e familiares, tal como menciona Gramsci (1987) em relação aos camponeses italianos. Esses camponeses-militantes constituem como que uma zona cinzenta na relação aqui analisada entre militantes (geralmente de origem urbana) e camponeses não engajados ou em processo de engajamento.

Uma última ideia ainda dentro da lente do engajamento é sua relação com o universo militar. Assim como parte significativa da linguagem utilizada na política é típica do campo militar, como *recuar*, *atacar*, *aliados*, *inimigos*, *militante*, o termo *engajamento* também é apresentado por Clausewitz (1955) como a atividade combatente de cada uma das partes em luta, elemento constitutivo da guerra, portanto. Outra ideia presente no universo militar é a de recrutamento, frequentemente utilizada tanto por militantes para se referir ao ato de articular a adesão de novos integrantes às organizações. No caso da carreira militar, o recruta é o soldado com a menor graduação da hierarquia, restando a ele apenas a obediência. O termo recrutamento é usado também na área de recursos humanos para se referir à contratação de novos funcionários para uma empresa. Em ambos os casos, o recrutado é obrigado a seguir as regras da instituição para a qual entrou e seguir a hierarquia nela presente. A Ciência Política também faz uso dessa categoria seleção de quadros para as disputas eleitorais e para a formação de elites políticas dentro dos partidos (NORRIS, 2013; PERES e MACHADO, 2017, dentre outros). Faço essa reflexão com o objetivo de levantar a hipótese de que o uso constante desse termo por parte dos militantes seja um indício de que o esperado de um ingressante em uma organização, no nosso caso os camponeses, não era muito mais do que a adaptação à “institucionalidade” da organização à qual estavam aderindo, havendo pouco espaço para a construção de um projeto político com a participação ativa dos camponeses.

Ao analisar o estímulo ao engajamento dos camponeses com base em Gramsci, observa-se uma tentativa de desconstrução da hegemonia da classe dominante. Os militantes seriam, nesse caso, o que o autor chama de intelectuais orgânicos, que teriam o papel de instigar as pessoas à compreensão crítica de si mesmas e do mundo. Não se trata dos intelectuais ligados à institucionalização da educação formal, ou do contexto acadêmico, mas daquelas pessoas oriundas das próprias classes subalternas e que percorreram caminhos que os levaram a pensar mais criticamente sobre o seu mundo e, por isso, constituiriam a liderança do processo revolucionário. Para isso, na concepção do autor, teriam que ajudar as pessoas que ainda não adquiriram a visão crítica do mundo, a fazê-lo. Estabelecendo um diálogo entre essa tese e a teoria de Paulo Freire, tal “ajuda” pode se dar de maneira dialógica ou não, dependendo da postura adotada pelos militantes. Uma perspectiva que considera as classes populares como desprovidas da consciência necessária para a revolução, de modo que precisam ser dirigidas pela vanguarda para que o processo revolucionário pudesse se dar por completo, caminha no sentido de uma ação antidialógica, uma vez que, nesse caso, o projeto revolucionário seria construído pelo partido, sem a participação das classes populares.

O trabalho dos militantes brasileiros com os camponeses não fugia ao que postulou Lenin (1978) em relação à necessidade de a atividade revolucionária nos contextos autoritários ser clandestina. Tal condição impunha aos militantes determinados tipos de ação e um conjunto de cuidados e limitações. Della Porta (1995, 2009), em relação às organizações armadas que estudou na Itália e na Alemanha nos anos 1960 e 1970, apontou que a vida clandestina as obrigou a intensificar os roubos e sequestros para manter a organização, já que não havia mais formas legais de conseguir recursos. No Brasil, no mesmo período histórico, a clandestinidade somada à repressão do Estado foi aos poucos tornando as organizações cada vez mais isoladas do contato com a população, dificultando o recebimento de apoio e a eventual inserção de novos membros. Da mesma forma, forçava os militantes urbanos que se preparavam para ir ao campo a fazê-lo antes de previsto, sob pena de serem presos devido à maior exposição nas cidades. Acselrad (2012, p. 13) analisa a clandestinidade dos militantes urbanos do Rio de Janeiro destacando uma disposição recíproca ao isolamento: “os clandestinos evitando maiores contatos com a população urbana, deslocados como estavam de seus meios de origem — ‘autoexilados’ e em estado de permanente vigilância e suspeição — enquanto a população parecia preferir não ver para não ser envolvida numa trama de perigos”.

A tendência ao isolamento, contudo, não foi uma especificidade do contexto brasileiro. Como aponta Della Porta (1998), essa é uma tendência dos grupos clandestinos de forma geral. A autora destaca três características dos fenômenos de radicalização, clandestinidade e violência política. A primeira, em consonância com Tilly (2003)¹², é sua dimensão relacional, ou seja, não podem ser compreendidos apenas a partir dos indivíduos ou das organizações, mas como um processo que envolve diferentes atores, sempre em interação. A segunda é o fato de serem socialmente construídos, ou seja, as percepções a respeito das oportunidades políticas são produtos da dimensão cultural e simbólica. Nesse sentido, um processo que acontece no oeste paranaense e outro que acontece no sul do Maranhão (diferentes espaços onde a VAR-Palmars, por exemplo, tentou criar focos de guerrilha) não podem ser considerados sem se levar em conta as diferenças culturais e econômicas que marcam esses distintos espaços e como isso interfere na forma como os camponeses enquadram as situações e eventualmente formam um *frame* de ação coletiva¹³ (SNOW, 2001). A terceira característica apontada por Della Porta é a dinamicidade desses fenômenos, dado que há uma recíproca influência da dimensão macrosocial sobre o processo de radicalização e desta sobre aquela, o que impede que ele se mantenha inerte. A repressão militar no caso em questão pode ser apontada como um dos principais elementos do nível macro que interferiram no comportamento das organizações armadas até o ponto de aniquilá-las. Antes disso, porém, o próprio golpe de Estado foi um fator que impulsionou as ações armadas dado o fechamento das possibilidades de participação política pela via institucional¹⁴. Além disso, o fortalecimento das organizações revolucionárias

¹² Para Tilly (2003), os episódios de violência coletiva precisam ser compreendidos levando-se em consideração três elementos intercambiados: as ideias, o comportamento e as relações interpessoais, com especial ênfase para o fato de que a geração, difusão e implementação da violência coletiva depende fundamentalmente das interações sociais. Tilly propõe, portanto, uma abordagem relacional, que não está focada em identificar intenções e crenças dos atores especificamente que agiram com violência para então qualificar como justa ou injusta sua ação, mas focada na identificação das causalidades por meio da análise das interações sociais, o que acaba dificultando um julgamento valorativo de tais ações.

¹³ Por meio dos *frames* de ação coletiva, “os adeptos dos movimentos negociam um entendimento compartilhado de alguma condição problemática ou situação que eles definem como tendo que mudar, fazem atribuições demarcando de quem é a culpa ou qual é a causa dos problemas, articulam um conjunto de alternativas combinadas, incitam outros para agir com vistas a contribuir para a mudança” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615).

¹⁴ Antes do golpe já havia iniciativas de luta armada em diferentes espaços do país. Algumas lideranças das Ligas Camponesas, a Polop e o PCdoB já defendiam essa forma de atuação, o que impede de afirmarmos que a via armada foi simplesmente uma resposta ao fechamento do regime como o AI-5. No entanto, a restrição de direitos

a nível internacional, impulsionado pela vitória de revoluções importantes como a chinesa e a cubana também constituíram um fator macrosocial determinante. No Brasil, essa dinamicidade destacada pela autora se expressa no curto período de duração das organizações armadas e nas constantes fusões e dissidências.

A essas características é possível acrescentar ainda o fato de que a condição clandestina da militância aqui tratada impôs que uma quantidade significativa de informações fossem objeto de “estancização”, ou seja, repassadas apenas a quem estritamente precisava delas, a fim de evitar ao máximo os riscos de prisão ou morte dos militantes¹⁵. Isso tem implicações tanto para a natureza do envolvimento político que os camponeses em questão puderam (ou não) experienciar, como para o nível de acesso a informações que eu tive ao longo da pesquisa a partir das entrevistas com os poucos sobreviventes que restaram, como veremos na sequência.

As práticas inseridas no âmbito da violência política clandestina¹⁶ são examinadas aqui pela ótica dos movimentos sociais, tal como proposto por Della Porta (1995, 2009), para quem a análise desse tipo de situação não deve tomar como ponto de partida a ideia advinda do senso comum de que tais práticas devem ser condenadas, mas sempre compreendidas em seu contexto. Não é minha intenção discutir a legitimidade de tais organizações, se acertaram ou erraram, se foram vitoriosas ou derrotadas, se iriam provocar transformações positivas ou negativas, mas compreender tais processos do ponto de vista sociológico: conhecer o que estava em jogo nas situações de aproximação das organizações com os camponeses, o que cada ator colocava como prioridade, quais as principais dificuldades, os estímulos ao engajamento e de que forma esses casos específicos nos ajudam a entender as práticas de mobilização política para fins revolucionários.

Apresentei até agora o referencial teórico que orienta a análise da problemática central da tese: a comunicação, permeada por emoções, entre militantes e camponeses, na tentativa dos primeiros de estimular os últimos a se engajarem em um projeto revolucionário contra um governo ditatorial. Ao refletir sobre essa questão, busco contribuir para pensar a atuação de organizações políticas em geral com sujeitos sociais, sejam eles do campo ou da cidade, problematizando as formas de comunicação e a definição dos objetivos a serem alcançados a partir de um eventual engajamento político desses sujeitos. Além disso, por meio do método comparativo, procuro observar as variações entre os diferentes casos, identificando possíveis relações causais entre uma determinada forma de abordagem e a resposta dos camponeses, ou entre as características socioeconômicas de uma determinada região e a trajetória política dos camponeses com sua abertura ao engajamento.

Propor-se a discutir tentativas frustradas de revolução implica em correr o risco de cair na armadilha de se restringir à pergunta do “por que no Brasil não deu certo?”, pautada em uma tendência normativista que tem como pressuposto implícito a ideia de que um determinado objetivo deveria ter sido alcançado. Diante disso, procuro exercitar a vigilância epistemológica proposta por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) para evitar a reflexão em termos de

políticos que se deu em 1964 e que se expandiu em 1968 impulsionou para a via armada uma quantidade significativa de opositores da ditadura que até então não compartilhavam dessa forma de atuação política

¹⁵ O termo “estancização” faz parte do vocabulário dos militantes das organizações armadas para se referir a uma estratégia de segurança baseada na restrição de contatos entre os militantes, que deveriam se reportar apenas à direção e não ao conjunto dos membros da organização a fim de evitar que, no momento da prisão, o militante abrisse informações de companheiros, deixando-os vulneráveis em relação à repressão. Souza (2013) sublinha que, a despeito do esforço dos militantes no sentido da estancização, tal estratégia acabou não sendo suficiente para evitar o chamado efeito cascata nas prisões que acabaram por dismantelar todas as organizações armadas.

¹⁶ Della Porta (1995), ao tempo em que define violência política como ações coletivas que fazem uso da força física a fim de causar prejuízo a adversários e atingir objetivos políticos, aponta para os limites históricos dessa definição, uma vez que os tipos de ações enquadradas nessa categoria variam conforme as mudanças políticas e culturais por que passam as sociedades ao longo do tempo.

como a história deveria ter sido de acordo com uma determinada subjetividade, mas como aconteceu na sua complexidade.

O que já se produziu sobre camponeses e luta armada no Brasil dos anos 1968-74

Em um dos primeiros trabalhos sobre a esquerda armada no Brasil dos anos 1960-70, Jacob Gorender (1987) apresenta um histórico de cada organização desde o PCB e suas dissidências, passando pela eliminação de cada uma pelas Forças Armadas, até o que ele chama de “os embriões da autocrítica”. Embora o tema da guerrilha rural não tenha sido seu foco, o autor apresenta uma síntese de como cada organização compreendia essa estratégia. Para ele, o PCdoB foi o único que definiu como estratégia central a guerrilha rural, enquanto as demais, embora a tivessem como horizonte de luta, priorizavam em um primeiro momento a guerrilha urbana.

Considerada a primeira análise estritamente sociológica sobre a luta armada no período 1968-1974, a tese de Marcelo Ridenti defendida em 1989 (RIDENTI, 2010)¹⁷ focou nas implicações das origens sociais dos militantes das organizações armadas para sua atuação política e destacou a predominância de oriundos da classe média, sobretudo de estudantes. No capítulo em que analisa a inserção das esquerdas armadas nas bases da sociedade, o autor baseia-se nos processos judiciais sistematizados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM) para observar a quantidade de “subversivos” denunciados nas diversas categorias sociais: operários, mulheres, ex-militares e camponeses. No caso destes últimos, Ridenti destaca a ausência de reflexão teórica por parte dos militantes acerca da realidade rural brasileira, o que resultava na não percepção das transformações resultantes do avanço das relações capitalistas de produção no campo e em uma consequente dificuldade de planejamento estratégico para atuação nessa área.

Essa pode ter sido uma das razões para o que Ridenti classificou como uma participação modesta dos camponeses na luta armada, já que, do total de 3.698 denunciados nos inquéritos policiais militares (IPMs), apenas 88 (2,4%) eram do campo, em um momento em que 43% da população vivia na zona rural. O autor pondera que a proporção de denunciados não corresponde necessariamente à proporção de participantes, uma vez que muitos podem ter se engajado e não terem sido denunciados pela justiça militar. Isso não seria suficiente, no entanto, para acreditar que a proporção de camponeses participantes das organizações armadas seja muito maior do que o que apontam os dados do BNM, visto que a ausência de denúncia ocorreu também com militantes urbanos.

O autor aponta algumas razões para o fato de as esquerdas armadas, apesar de se constituírem basicamente como um movimento urbano, terem “assumido um discurso que propunha o campo como cenário principal da revolução brasileira”: 1) a tradição de análise política do PCB que colocava o campesinato como ator central¹⁸; 2) a influência das revoluções cubana, vietnamita, argelina e chinesa, nas quais os camponeses foram fundamentais; 3) as origens rurais dos antepassados da maioria dos militantes que ensinavam nestes um imaginário do rural como o “paraíso perdido”, que deveria ser recuperado diante de um contexto urbano que se consolidava cada vez mais como o espaço da modernização conservadora e da perda de

¹⁷ Sua tese foi publicada pela primeira vez em forma de livro em 2005. Utilizo aqui a edição ampliada, de 2010.

¹⁸ Este ponto será aprofundado no capítulo 1. Houve momentos em que o PCB não considerou o campesinato como ator central.

direitos e 4) a visão da guerrilha rural como oportuna para os militantes negarem o estigma de sua origem supostamente pequeno-burguesa¹⁹.

Sales (2005) analisou a forte influência da revolução cubana (processo político em que a guerrilha rural foi central) no debate ideológico e nas formulações políticas das organizações comunistas no Brasil dos anos 1960 e 1970. As organizações apontadas pelo autor como as que mais se inspiraram no modelo cubano foram a Ação de Libertação Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ala Vermelha do PCdoB e o Comando de Libertação Nacional (Colina). Sales aponta que até mesmo o PCdoB, um dos principais representantes do maoísmo no Brasil, apresentou diversas semelhanças com o modelo cubano em sua experiência com os camponeses na região do Araguaia.

Além desses trabalhos que trataram da guerrilha rural de maneira mais ampla nas diversas organizações da esquerda armada brasileira, outros estudos foram realizados com foco mais específico em casos particulares, com predominância sobre os casos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)²⁰, na Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, entre 1966 e 1967, e do PCdoB, na região do Rio Araguaia, entre 1967 e 1974.

Com relação ao Caparaó, Guimarães (2006) sublinhou o anticomunismo que legitimou o golpe de 1964 como um elemento central para compreender o medo dos moradores locais em relação aos guerrilheiros do movimento. O temor dos camponeses, em boa medida produzido pelos policiais e soldados responsáveis pela repressão aos guerrilheiros, era de que, uma vez implantado o comunismo, perderiam suas terras e sua liberdade, medo este reforçado pelos militares que se dirigiram para a região a fim de prender os militantes. O autor assinala que, diferente dos demais casos, os guerrilheiros do Caparaó evitavam estabelecer contatos com a população local, de modo que não realizaram qualquer trabalho político com os camponeses. Isso não impedia, todavia, que estes identificassem a presença de elementos estranhos no local, o que lhes causava forte apreensão, agravada pelo fato de esses desconhecidos andarem armados. Daí a que a principal razão apontada como causa da prisão dos guerrilheiros tenha sido as conversas difundidas pelos moradores locais, que chegaram aos ouvidos da Polícia Militar mineira.

Almeida (2014) aprofundou o estudo sobre o caso de Caparaó com as memórias dos guerrilheiros, que à época foram para a região com o objetivo de espalhar o “espírito da resistência” e encorajar outros grupos a fazerem o mesmo. Nas entrevistas à autora, no entanto, apontaram para o equívoco cometido por eles ao escolherem aquela região para iniciar uma guerrilha, sem um histórico de envolvimento da população em lutas sociais e sem qualquer trabalho político organizado de militantes, condições básicas para o sucesso de uma guerrilha. Uma das poucas situações de interação entre guerrilheiros e camponeses relatados pela autora a partir das entrevistas com antigos moradores foi com um militante oriundo de Magé/RJ²¹, que se passava por criador de cabritos. Ele passava pelas propriedades locais comprando os animais para levar até a serra, onde tinha um sítio, e costumava frequentar os bares locais, conversando com os camponeses, fazendo amizade e até mesmo pagando bebida para os demais frequentadores, o que não foi suficiente, contudo, para evitar a desconfiança que levou os

¹⁹ O exemplo mais nítido desse desconforto é a AP, que definiu como obrigatória a integração dos militantes na produção camponesa e operária, como será observado no capítulo 3.

²⁰ Movimento de curta duração, o MNR foi idealizado por Leonel Brizola e apoiadores, quando do exílio no Uruguai, a fim de derrubar os militares do poder. Apesar de receber auxílio de Cuba, há um debate acerca da inspiração ideológica do movimento (se era pautado ou não pelas ideias comunistas). Ver mais em Guimarães (2006) e Almeida (2014).

²¹ Trata-se de Valdemar de Souza, que havia militado no PCB e atuado como vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé em 1963. Ver item 4.3.3 desta tese.

moradores locais a denunciarem a presença dos estranhos e a incorporarem a propaganda anticomunista fortemente difundida pelas Forças Armadas quando da repressão ao grupo.

No que se refere à guerrilha do Araguaia, a literatura é bem mais vasta. Um dos primeiros estudos sobre o caso foi realizado por um grupo de jornalistas (DÓRIA [et. al.], 1978) com informações de que dispunham a partir de viagens realizadas à região a fim de relatar a construção da Transamazônica, os planos de colonização e a ocupação das terras pelas grandes fazendas. Na Apresentação do estudo, o sociólogo José de Souza Martins sublinha que a ida dos guerrilheiros para o Araguaia se deu simultaneamente à instalação da agropecuária subvencionada e incentivada pela Sudam e respaldada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)²², processo este responsável pela expropriação de um grande número de lavradores. Por isso, para o autor, as Forças Armadas e os guerrilheiros foram “protagonistas de uma tensão muito mais profunda e ampla do que a sua mera expressão local” (1978, p. 7), qual seja, a questão fundiária, que tinha na figura do posseiro e do grileiro os personagens históricos centrais daquele conflito. Segundo Martins, era entre lavradores e fazendeiros que se dava “o conflito real, o verdadeiro problema” (1978, p. 12).

No livro reportagem de Portela (1979), já é possível identificar algumas das características da relação estabelecida entre militantes e camponeses. O jornalista aponta para uma “vida dupla” que os guerrilheiros levavam nos primeiros anos de atuação na região, fase da inserção junto à população local: publicamente viviam como “posseiros pacíficos, comerciantes ou profissionais liberais” e, de maneira oculta, preparavam-se para a guerrilha: “por ecletismo ideológico, iam às missas e terecôs (candomblé local), participavam de forrós, sempre mantendo uma postura de monges, pessoas de comportamento moral irrepreensível, tanto os solteiros quanto os casados” (PORTELA, 1979, p. 36)²³. Para o autor, esses fatores somados à prestação de serviços assistenciais foram fundamentais para a atração dos camponeses.

Campos Filho (1995/2012) foi um dos primeiros a tratar com profundidade do tema do ponto de vista historiográfico. Ele descreve a maneira como os militantes, apesar da inexperiência de vários deles no meio rural, desenvolveram um bem sucedido processo de aproximação com a população local por meio da amizade e do atendimento de necessidades relativas à saúde, ao comércio e à educação. Depoimentos de camponeses qualificando os “paulistas” como “gente boa”, “delicada”, que “atendia a gente quando precisava” são citados para ilustrar a admiração e a simpatia conquistadas pelos militantes.

O autor relata que tal situação se alterou depois da segunda campanha, quando os militares mudaram de estratégia e passaram, por um lado, a se infiltrar na região disfarçados de funcionários do Incra ou compradores de produtos agrícolas e, por outro, a desenvolver ações de assistência social, chamadas de Ações Cívico-Sociais (também conhecidas como operações Aciso), no intuito de compensar a violência cometida pelos soldados e disputar os “corações e mentes” da população, a fim de que ela deixasse de dar suporte aos guerrilheiros e passasse a apoiar os militares por meio do fornecimento de informações relativas a possíveis locais onde os guerrilheiros pudessem ser abatidos.

²² O Incra foi criado em 1970, em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) criados em 1964, pelo Estatuto da Terra.

²³ Inspirado no conceito goffmaniano de “dupla fachada”, Acselrad (2012) observou processo semelhante em relação aos militantes clandestinos que viviam clandestinamente no subúrbio do Rio de Janeiro durante a ditadura e precisavam se reportar aos vizinhos como cidadãos não envolvidos em organizações políticas. Segundo ele, os militantes “construíam relações sociais nas quais tendiam a mesclar traços da identidade assumida com traços de sua identidade original, operando uma espécie de antropologia espontânea, analisando em permanência as perturbações criadas por sua própria presença no campo social em que se inseriam” (ACSELRAD, 2012, p. 14).

Com isso, segundo Campos Filho, parte dos camponeses passou a colaborar com os agentes da repressão, também estimulados por recompensas financeiras, pela propaganda anticomunista que acusava os guerrilheiros das piores barbaridades e pelo medo de perderem a vida, como vários militantes que já haviam sido mortos. O historiador aponta ainda para a ausência de um trabalho político anterior dos comunistas como um dos fatores responsáveis por essa mudança de postura dos camponeses, uma vez que estes foram pegos de surpresa quando a repressão chegou e não entendiam o motivo das perseguições. Os membros do PCdoB só iniciaram o trabalho político²⁴ de explicação dos objetivos de sua ida à região no intervalo entre a segunda e a terceira campanha²⁵, o que, de acordo com o autor, surtiu efeito, com a adesão de cerca de dez camponeses à guerrilha. Campos Filho destaca o apoio de parte considerável dos camponeses aos guerrilheiros durante a terceira fase, sobretudo por meio do fornecimento de alimentos.

Ibiapina da Silva (2002) também se debruçou sobre o conflito do Araguaia com base nas memórias dos moradores locais, especificamente do município de Palestina do Pará. De acordo com as constatações a que chegou a partir dos relatos que ouviu, a guerrilha significou para esses sujeitos uma “guerra que lhes foi imposta à sua revelia e da qual foram obrigados a participar sem sequer conhecer suas verdadeiras motivações” (2002, p. XI). Com base nas reflexões de José de Souza Martins sobre a “chegada do estranho” (MARTINS, 1993), a autora também destaca o estranhamento sentido pelos camponeses em relação à chegada dos “paulistas”. Além disso, ela sublinha a natureza efêmera e mutante dos relatos que ouviu ao longo dos sete anos em que realizou entrevistas na região, jogando luz para a temporalidade que os conforma: em 1995, quando iniciou sua pesquisa, as narrativas eram muito mais temerosas de represálias, ao passo que no início dos anos 2000, já com indicativos do Estado no sentido da reparação às vítimas do regime, os receios diminuíram e os relatos puderam ser realizados com mais tranquilidade.

Ao tratar das transformações provocadas pela presença dos *paulistas* na vida cotidiana dos camponeses, Silva (2008) destaca mudanças no aspecto social, provocadas pelos serviços de assistência relacionados à saúde e à educação, bem como no aspecto cultural, devido aos saberes compartilhados pelos militantes. Em relação ao convívio com a população, o autor chama atenção para a rigidez disciplinar²⁶ que os militantes eram obrigados a seguir a fim de passar uma boa impressão aos locais, bem como a prestatividade necessária para conquistar não apenas o respeito dos camponeses, mas também sua simpatia. Sua dissertação traz ainda relatos

²⁴ Uma das maneiras pelas quais esse trabalho era realizado era por meio de versos de cordel, alguns compostos pelos próprios militantes. Essa forma de expressão cultural fazia sentido para aquela população que, em boa medida, era oriunda do Nordeste, onde o Cordel era muito presente. Campos Filho (2012) transcreve o trecho de um deles, memorizado por vários camponeses: “Senhores, peço licença/ me ouçam com atenção,/ vou falar sobre o Brasil/ da atual situação,/ do camponês cá do Norte,/ que sendo valente e forte,/ ainda passa aflição. Os viventes destas bandas/ são escravos do patrão/ só são pagos com bagulhos/ quer o povo queira ou não./ No esforço do trabalho/ não lhe deixam escoar/ então é grande a exploração. Garimpeiro, seringueiro,/ madeireiro, lavrador,/ seja qual a profissão/ é um povo sofredor./ O vaqueiro nem se fala/ o barqueiro esse não cala/ vão lutar pra ter valor” (apud, CAMPOS FILHO, 2012, p. 196).

²⁵ O conflito foi marcado por três diferentes momentos que correspondem às distintas investidas (campanhas) das Forças Armadas na região. A primeira delas, derrotada pelos guerrilheiros em função do despreparo dos militares, se deu entre abril e julho de 1972. A segunda, também derrotada, ocorreu entre setembro e outubro do mesmo ano. Por fim, a terceira campanha se inicia no final de 1972, quando agentes oficiais do serviço de informações se infiltram na região disfarçados de fazendeiros, forasteiros e viajantes a fim de coletar informações para melhor planejar o ataque, que ocorreu de forma mais intensa apenas em outubro de 1973, quando a repressão sobre os guerrilheiros e sobre a população local assume mais claramente contornos de terror de Estado. O conflito se desenrola até o final de 1974, quando a quase totalidade dos guerrilheiros é morta (PORTELA, 1979).

²⁶ Fausto (2016) também chama atenção para esse aspecto em seu estudo sobre os movimentos anarquistas do início do século XX.

de participação dos militantes nas partidas de futebol, mutirões e festas, espaços nos quais, embora não realizassem a propaganda revolucionária aberta em um primeiro momento, procuravam levantar críticas à miséria do povo por meio de conversas informais e da leitura de versos de cordel. Somente a partir de 1972, quando os militares já se encontravam na região, os guerrilheiros começaram a fazer frente à intensa propaganda anticomunista do Exército e a difundir as ideias em favor da guerrilha mediante folhetos, cantigas, versos, peças de teatro e festas.

Ao focar na memória dos camponeses sobre o processo, Reis (2013) aponta para o fato de que a posição dos camponeses em relação aos “paulistas” era marcada ora pela confiança, admiração e acolhimento, ora pela desconfiança e insegurança, sentimento que foi se intensificando a partir de 1972, quando se iniciou o conflito. Até então, a maior parte dos camponeses acreditavam estar se relacionando com pessoas iguais a eles (posseiros em busca de terra para melhor viver). De modo semelhante a Portela (1979), a autora descreve que os militantes adotaram o modo de vida camponês com muita discrição e levavam uma “vida dupla”: publicamente eram posseiros, clandestinamente preparavam a guerrilha. Ela critica ainda o que chama de uma memória dominante, em boa medida influenciada pelo PCdoB, que idealizaria os guerrilheiros e ocultaria o fato de o partido ter negligenciado os riscos que a população local passaria a correr em função do projeto guerrilheiro que estavam empreendendo. Embora não tenha sido seu foco, Reis (2013) insere alguns trechos de entrevistas com camponeses com relatos de conversas nas quais os militantes pediam o apoio da população local, o que não necessariamente significaria pegar em armas, mas prover, por exemplo, comida, ilustra como esta frase dita por um militante a um camponês entrevistado pela autora: “Se não tiver alimento, pode ter a melhor arma que tiver e não ganha a guerra” (2013, p. 127).

Mechi (2012)²⁷ analisou as representações dos camponeses, militantes e militares, com uma ênfase maior nas representações dos primeiros por entender que constituíam o grupo mais invisibilizado pela historiografia. Depois de ter traçado o perfil do campesinato do Bico do Papagaio, marcado pela mobilidade decorrente da dinâmica excludente da agricultura brasileira, a autora analisou o envolvimento dos camponeses no processo e argumentou que o apoio dado por eles aos militantes foi interpretado pelo PCdoB como uma adesão à proposta revolucionária, ao passo que as práticas de fornecimento de alimentos e pouso estavam relacionados mais à sociabilidade camponesa, do que propriamente a uma adesão à causa. Para a autora, esse tipo de auxílio a qualquer chegante não se tratava apenas de gentileza, mas também de uma questão de sobrevivência, dadas as longas distâncias entre uma casa e outra.

A historiadora destaca ainda que o bom relacionamento construído entre militantes e camponeses não foi resultado de uma atuação unilateral dos primeiros, como o partido costuma relatar. Havia uma troca de saberes e favores: enquanto aqueles levavam conhecimentos técnicos, remédios e serviços assistenciais, estes os ensinavam a pescar, cultivar roçados e a sobreviver na região, ou seja, as especificidades da região também contribuíram para o fortalecimento dos laços. Outro exemplo de característica regional apontada pela autora como constitutiva da relação entre militantes e camponeses foi a ausência do Estado na prestação de serviços públicos e, ao mesmo tempo, sua presença perversa na legitimação da violência privada de grileiros contra posseiros. O PCdoB teria preenchido, portanto, esse papel que deveria ser ocupado pelo Estado na garantia de direitos e na proteção dos cidadãos, estratégia apontada por Migdal (1974) como fundamental para a mobilização de camponeses para o engajamento em processos revolucionários, como veremos no segundo item do primeiro capítulo.

²⁷ O trabalho foi premiado pelo Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, e publicado em livro com o mesmo título em 2015.

Por fim, Studart (2013)²⁸, embora tenha focado no imaginário social dos guerrilheiros, abordou também algumas questões referentes ao cotidiano da relação com os camponeses. Nesse sentido, destacou a organização de jogos de futebol por parte dos guerrilheiros, que providenciaram camisas de times do Rio de Janeiro e São Paulo, bola, apito etc, o que foi visto pelos moradores locais como um sinal de que “os paulistas nadavam em dinheiro”. Silva (2008) também já havia destacado essa percepção dos camponeses. Para nossa análise esse fator possui importância, pois assinala a diferença de lugar social ocupado pelos militantes em relação aos camponeses, como discutido no item anterior. Abordarei o tema nos casos analisados nesta tese.

Studart sublinhou ainda a instalação pelos militantes de pequenas farmácias e comércios de secos e molhados nas diversas localidades onde se estabeleciam, o que facilitava o abastecimento do grupo e também, de certa maneira, justificava sua presença ali. Rodas de cantigas animadas com viola e sanfona, algumas vezes tocadas pelos próprios guerrilheiros, também foram objeto de destaque da tese de Studart. “A sanfona na mão e a carabina ao alcance”, complementou em sua descrição (STUDART, 2013, p. 287).

A religião foi outra dimensão observada pelo autor. Os terreiros de terecô eram vistos, segundo sua interpretação, como espaços de interesse revolucionário, por ser um dos principais espaços de socialização. Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como Osvaldão, um dos principais líderes, não só participava como chegou a ser iniciado nos “mistérios da religião” (receberia espíritos). Os camponeses, que o chamavam de *Preto Velho*, acreditavam que seu corpo era “fechado”, motivo pelo qual não seria pego. Por isso, a guerrilha só foi considerada efetivamente vencida pelas forças armadas, no final de 1974, quando Osvaldão foi morto e seu corpo exposto em praça pública na cidade de Marabá. Junto com Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, Osvaldão é uma das lendas do conflito: ele teria a capacidade de se transformar em lobisomem, ela em borboleta. Alguns ainda creem que as duas lideranças ainda estejam vivas na forma desses animais.

Uma das principais contribuições de Studart (2013) foi a identificação de documentos produzidos por militares em que são encontradas informações sobre os camponeses que aderiram, com nomes e até mesmo o nível de adesão, divididos em “apoios fortes” (36 camponeses) e “apoios fracos” (142 camponeses). Embora o autor pondere a importância de relativizar tais documentos, dado que há inconsistências entre eles, é possível perceber que houve uma quantidade significativa de camponeses engajados na guerrilha. Com base nisso, o autor sugere a necessidade de novas pesquisas serem empreendidas com foco específico no engajamento dos camponeses na guerrilha.

Além dos estudos sobre Caparaó e Araguaia, alguns trabalhos também foram desenvolvidos sobre outras organizações que tentaram formar grupos de guerrilha rural. Ferreira (2014) analisou a atuação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em Pernambuco e reservou um subitem de sua dissertação para analisar o trabalho dessa organização no campo, que se dava fundamentalmente com os assalariados agrícolas dos engenhos de cana. Por meio do jornal *Luta Camponesa* e de atividades como palestras e rodas de conversa, os militantes propagandeavam ideias como a da valorização da organização sindical²⁹. Já as conversas mais direcionadas à revolução propriamente eram realizadas de maneira individual e secreta, devido à clandestinidade. O ator relata a realização de algumas

²⁸ Os trabalhos de Studart têm sido objeto de crítica em função da forma como o autor relatou determinados fatos envolvendo alguns militantes. A referência à sua pesquisa nesta tese não implica em corroborar com sua versão desses fatos, mas tão somente reportar sua contribuição no tocante ao trabalho político dos militantes do PCdoB com os camponeses.

²⁹ Tais elementos indicam que, mesmo as organizações guerrilheiras faziam uso de repertórios de ação típicos do sindicalismo, que as antecedeu.

sessões de treinamento de guerrilha, das quais teriam participado seis camponeses, o que não significou, contudo, um comprometimento deles com a organização.

Sobre a atuação das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, Botosso (2001) destacou que do total de militantes dessa organização processados pela justiça militar, 11 deles (22%) eram lavradores, porém não analisou a relação entre os militantes dessa agremiação com esses camponeses. Teixeira [et. al.] (2015), ao se debruçarem sobre esse caso, jogaram luzes sobre o papel central desempenhado pelo sindicalismo rural no processo de arregimentação de camponeses para as FALN e para a ALN³⁰, motivo pelo qual, na interpretação dos autores, havia certa dissonância de opinião entre as lideranças das organizações e os camponeses em relação a ações mais radicais (sequestros ou justicamentos, como o realizado contra um grileiro sob a liderança da ALN). Para Teixeira [et. al.], embora os camponeses fossem vítimas constantes de violência por parte dos grileiros, não havia disposição da parte deles de reagir com mais violência. Ao contrário, procuravam dirigir suas demandas à Secretaria Estadual de Agricultura e à Justiça, a despeito do fechamento do regime militar. Situações semelhantes foram observadas nos casos em tela nesta tese. Teria faltado ainda aos militantes uma compreensão mais apurada a respeito das transformações ocorridas nas relações trabalhistas no campo após o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963, que estendia aos trabalhadores do campo os mesmos direitos dos da cidade. Tal incompreensão teria dificultado aos militantes a identificação de uma abordagem mais adequada junto àqueles camponeses.

Por fim, Campos (2014) desenvolveu um estudo sobre a atuação de um casal de militantes da VAR-Palmares na localidade de Anta Gorda, município de Nova Auroa, oeste paranaense. Segundo o autor, o casal passou a trabalhar como professores, fazendo uso do método Paulo Freire de alfabetização. Campos relata ainda que, por meio do magistério, que lhes garantia uma posição de autoridade local, os militantes desenvolviam também um trabalho de conscientização de pais, alunos e sociedade em geral sobre os problemas dos camponeses e posseiros. Com o auxílio de um mutirão envolvendo pais e alunos, os militantes promoveram a reforma da escola rural local. Clandestinamente, buscavam simpatizantes (pessoas descontentes com o regime) para treinamentos práticos e teóricos, que envolviam desde a sobrevivência nas matas até a fabricação de bombas caseiras. O grupo chegou a mapear rios e pontes para estar melhor preparado para eventuais batalhas. Seis camponeses haviam aderido ao grupo, em sua maioria posseiros e diaristas que trabalhavam na derrubada de matos e na cafeicultura. Quando a repressão os identificou, prendeu os militantes e parte dos camponeses. Um deles, após sua prisão, acabou sendo expulso da terra onde morava porque o fazendeiro não queria macular sua propriedade com pessoas com histórico de prisão. Não conseguindo emprego na cidade de Nova Aurora, precisou se mudar para outro município.

Como vimos, a maior parte da literatura sobre as tentativas de formação de grupos de guerrilha rural no Brasil durante a ditadura militar concentra-se no PCdoB, por razões óbvias: foi o caso mais duradouro e que envolveu um número considerável de militantes (69). Os casos menores e mais efêmeros, no entanto, permanecem pouco conhecidos, sendo meu objetivo contribuir para diminuir este desconhecimento e observar as variações entre os diferentes casos por meio do método comparativo, conforme discuto no próximo item.

O percurso metodológico

³⁰ As duas organizações eram muito próximas na região.

O ponto de partida para desenvolver a pesquisa foram os arquivos dos processos penais disponibilizados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*³¹ e os documentos do extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-informações (Sisni) disponíveis no Arquivo Nacional por meio do projeto *Memórias Reveladas*³², que me deram acesso à versão dos militares sobre alguns dos fatos que me propus pesquisar, além de nomes de pessoas que pude procurar para entrevistar. Complementei a análise com fontes bibliográficas, documentos das próprias organizações e entrevistas realizadas por outros pesquisadores disponíveis em arquivos públicos. Depois de levantar as informações possíveis de cada caso selecionado, procurei semelhanças e diferenças entre eles, de modo a buscar a identificação de regularidades que permitissem melhor compreender o objeto em estudo. O percurso metodológico da pesquisa poderia ser sintetizado, portanto, em três pontos (análise documental, história oral e comparação).

O tratamento dos arquivos exige uma abordagem não ingênua. Como aponta Ricoeur (2007), eles são, além de lugares físicos e espaciais, lugares sociais. Os arquivos, portanto, devem ser tomados como produtos de relações de poder. As informações neles registradas passaram por escolhas de determinadas pessoas, que carregavam consigo uma trajetória, tinham uma determinada compreensão de mundo e ocupavam uma posição específica de poder. Os diferentes tipos de arquivo reproduzem distintas perspectivas sobre os fatos e o pesquisador deve tomá-los como tal (CATELLA, 2011).

Os arquivos utilizados neste trabalho inserem-se no conceito de “documentos sensíveis”, definidos por Thiesen (2014) como aqueles produzidos em regimes de exceção contendo segredos de Estado e/ou que expressam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida privada ou pública e de seus descendentes. São também chamados de “arquivos da repressão”, caracterizados por Catela (2002) como aqueles que afetam agentes do Estado, as vítimas, seus familiares, organizações de direitos humanos e a comunidade como um todo. Rodrigues (2014) se refere aos documentos oficiais destacando que, embora tenham autoridade (devido ao fato de serem produzidos por agentes estatais e ao local onde se encontram arquivados), eles não são necessariamente portadores de “fatos verdadeiros”. Sua veracidade, segundo a autora, depende das circunstâncias de sua criação e preservação. Inspirei-me ainda em Frehse (2005) e Costa (2010), que propõem uma “etnografia dos arquivos”, em que o “campo” da pesquisa são os próprios documentos. Embora o pesquisador não possa interagir diretamente com os interlocutores, ele pode observar e ficar atento a todas as informações que os registros gráficos, visuais e orais podem fornecer.

A metodologia da história oral, por meio de entrevistas e de conversas informais, foi central para acessar a memória dos sobreviventes, familiares, vizinhos e/ou quaisquer outras pessoas envolvidas nos processos relacionados ao tema da pesquisa. Tal como destaca Novaes

³¹ Coordenado pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e pelo pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, Jaime Wright, o estudo publicado em 1985 é considerado a primeira “Comissão da Verdade” do Brasil, porém não oficialmente, já que foi uma iniciativa não do Estado, mas de atores da sociedade civil que fizeram uso da ideia de comunicação alternativa (CUNHA, 2014). Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em 21/04/2019.

³² Formalmente criado em 2009 pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas”, sediado no Arquivo Nacional reúne os documentos que, até 2005, estavam sob guarda na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), indisponíveis ao público. A publicização desses arquivos foi possível após intensa mobilização das organizações de familiares de vítimas, ex-presos políticos e militantes dos direitos humanos, que levou o Presidente Luis Inácio Lula da Silva a assinar o decreto 5.584/2005, determinando a abertura dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O projeto também reúne a documentação de órgãos de repressão estaduais. Ver mais em Silva (2014). O portal está disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em 21/04/2019.

(2001), é preciso atentar para as dificuldades em lidar com esse tipo de memória, em função dos traumas vividos por essas pessoas, dadas as violências sofridas pela repressão da ditadura. Por muito tempo se impôs um silêncio sustentado em uma visão negativa dos que se envolveram, ainda que apenas indiretamente, com a luta armada. A autora destaca ainda que o objetivo a ser alcançado pela pesquisa não deve ser “a verdade”, mas “as verdades” das narrativas socialmente construídas, tendo em vista a identificação de pontos em comum entre as diferentes reconstruções da memória.

Mesmo passadas várias décadas do regime, o medo de falar de certos temas ainda é muito presente nas pessoas que vivenciaram esses episódios. As iniciativas da justiça de transição, que vieram ganhando força a partir da segunda metade dos anos 2000 e se multiplicaram na primeira metade da década de 2010 favoreceram a disposição desses atores em se abrir e relatar suas experiências. Por outro lado, as mudanças na conjuntura política que se expressaram em 2016 e se intensificaram em 2018 estimularam o retorno de um medo semelhante ao descrito por Novaes (2001). Trata-se de um movimento de posituação do regime militar que recoloca no lugar social de desviantes os que a ele se opuseram (“subversivos”, “criminosos”, “ameaça à segurança nacional” etc.).

Cito um exemplo. Em maio de 2018, entrei em contato com uma camponesa com a qual já vinha interagindo havia alguns anos. Perguntei se seria possível que me fornecesse algumas informações específicas que eu estava precisando naquele momento sobre seu envolvimento em uma das organizações. Utilizei o *facebook*, rede social por meio da qual costumávamos conversar. Transcrevo aqui sua resposta:

Olha, está difícil de a gente conversar [sobre isso] agora porque nós estamos em um ano político [eleitoral], tem muitos candidatos que são da polícia e você sabe que se um deles ganhar, vai implantar a ditadura militar de novo. É como eu já falei em outra ocasião: a anistia no Brasil tem prazo de validade (camponesa entrevistada, áudio enviado em 26/05/2018).

Embora nem todos os entrevistados tenham reagido nesse sentido, boa parte das entrevistas realizadas entre 2018 e 2019 foram influenciadas por esse novo contexto. Várias outras não foram sequer realizadas em função da recusa em conversar sobre o assunto, algumas vezes mesmo com a mediação de conhecidos. Muitos desconfiavam que eu fosse um infiltrado. Em uma ocasião em Imperatriz, em novembro de 2018, quase fui expulso pelo filho de um senhor que eu estava entrevistando. Não atribuo à nova conjuntura política a causa de todas as recusas, porque algumas pessoas já haviam se recusado a conversar mesmo antes de 2016, mas, se já em tempos favoráveis à abertura para o tema, a reticência era grande, as transformações políticas dos últimos anos dificultaram ainda mais o tratamento do tema. Por essa razão, alguns nomes de entrevistados foram substituídos por pseudônimos marcados em itálico, a fim de evitar riscos de constrangimento.

Das (1999) refletiu sobre a dificuldade em se trabalhar com a memória de eventos traumáticos ao tratar do caso de Manjit, uma mulher indiana raptada durante a Partição de seu país e depois resgatada pelo exército. As violências por ela sofridas eram de uma intensidade tal que desafiavam a própria linguagem: era impossível falar sobre o assunto em função do forte sofrimento que essa lembrança causava. O silêncio era uma espécie de proteção³³. A autora, no entanto, chama atenção para o fato de que, no espaço do cotidiano, Manjit encontrava maneiras indiretas de falar sobre esse indizível. Suas narrativas sobre os conflitos “dizíveis” eram permeadas pelas lembranças indizíveis:

³³ Pollack (1989) também trata desse tema ao jogar luz sobre o que ele chama de memórias subterrâneas (aquilo que é silenciado, o não-dizível), que fazem o papel subversivo de colocar em questão as memórias oficiais. Daí a constante agonística que marca os processos de construção e afirmação da memória.

Se a fala proferida durante os tumultos comunais não pode ser socializada ou domesticada nas narrativas da vida cotidiana, isso não significa que não possa ser narrada de modo algum. No registro do imaginário social, parece que a violência pode ser corporificada em histórias ou imagens, contanto que se confundam as próprias fronteiras da vida e da não-vida (DAS, 1999, p. 40).

Essa mistura entre narrativas “da vida e da não-vida” era feita, dentre outras formas, por meio das metáforas, que permitiam narrar de modo indireto as violências da Partição. Em outro texto (DAS, 2011), a autora trabalha com a história de Asha, uma viúva indiana que, após ter sofrido as violências daquele processo político, viu-se obrigada a lidar com o problema de estar vivendo com um segundo marido em um contexto fortemente marcado pelo patriarcado, que a colocava em uma situação vulnerável. Ao refletir sobre as memórias de Asha, Das diz ter procurado desenvolver uma abordagem diferente da dos historiadores. Segundo ela, eles costumam perguntar “o que aconteceu”, ao passo que o foco de sua pesquisa era “ver como a violência da Partição incidiu sobre as relações cotidianas”, ou seja, as implicações da memória desse passado no presente. Sua abordagem evita tomar a memória como uma “posse do passado”, mas como uma construção “constantemente mediada pela maneira em que o mundo está sendo habitado no presente” (DAS, 2011, p. 35).

Minha abordagem não é exatamente etnográfica, tal como a de Das, porém ao longo dos trabalhos de campo, procurei manter um olhar etnográfico inspirado nas questões levantadas pela autora. Em vez de analisar os efeitos da memória nas relações cotidianas hodiernas dos que continuam vivos, como propõe Das, as perguntas a que me propus responder caminharam no sentido de identificar diferentes versões, atualizações, indícios. Nos trabalhos de campo tive alguns momentos de convivência com os entrevistados: com alguns passei alguns dias, com outros realizei viagens, com outros ainda participei de atividades de homenagem à memória dos mortos pela repressão.

Fravret-Saada (2007) também contribuiu com a análise ao pontuar que, a todo momento, as pessoas avaliam que tipo de informação pode ser passada dependendo da situação em que se encontram, das pessoas com quem estão interagindo, do contexto histórico-político do momento e assim por diante. A forma como a informação é passada também depende desse conjunto de fatores. Para a autora, falar é agir, posicionar-se politicamente e sujeitar-se às consequências dessa fala. E isso se aplica não apenas ao entrevistado, mas também ao pesquisador. Não existe espaço neutro, em que este possa se colocar para observar, de maneira distanciada, as práticas dos interlocutores. O simples uso da fala já o obriga a posicionar-se de algum modo. Pollack (1989) também destaca essa dimensão da reflexividade no momento de falar: as pessoas avaliam a todo momento o que pode ser dito e o que não pode.

Favret-Saada nos leva a considerar também o lugar do entrevistado nas disputas internas aos grupos sociais. Qualquer grupo a ser pesquisado é cortado por relações de poder. Daí a importância de a análise das falas sempre levar em conta o lugar das pessoas nessas relações. A memória não é a mesma para todos. Depende do lugar onde se está. As situações de violência são sentidas de diferentes formas conforme as trajetórias de vida e as experiências vividas pelas diferentes pessoas.

Nosso terceiro eixo metodológico é a comparação. Mahoney e Rueschemeyer (2003), ao tratar do método histórico-comparativo, destacam três características centrais desta abordagem: a busca por proposições causais cuidadosamente selecionadas e testadas, atenção à dimensão processual dos fatos ao longo do tempo e a contextualização, especialmente do ponto de vista histórico, da comparação. Schneider e Schmitt (1998), ao discorrer sobre a operacionalização deste método, elencam três procedimentos centrais: a identificação de duas

ou mais séries de fenômenos efetivamente comparáveis, a definição dos elementos a serem comparados e a tentativa de generalização.

No nosso caso, o objeto da comparação são as tentativas de formação de grupos de guerrilha rural empreendidas por três diferentes grupos: Colina/VAR-Palmares, MR-8 e AP. Os tópicos comparados são o perfil dos camponeses em questão, a forma de aproximação, a apresentação ou não da proposta da guerrilha, a quantidade de militantes e de camponeses envolvidos, como os camponeses receberam os militantes e as atividades que desenvolviam, a quantidade de engajamentos, o lugar da questão agrária nesse processo, a duração temporal do trabalho junto aos camponeses, a ocorrência ou não de repressão e seus efeitos e se houve algum esforço dos militantes de retomarem contato com os camponeses depois de frustrado o projeto da guerrilha.

Considerando que um dos eixos de investigação desta tese é a dimensão afetiva, cumpre notar que o fazer desta pesquisa provocou também em mim emoções. De um lado vivi momentos de intensa alegria, ao encontrar sobreviventes e pessoas dispostas a contribuir, descobrir documentos significativos, confirmar ou afastar hipóteses e criar laços afetivos com os interlocutores. De outro, momentos de frustração e tristeza ao partilhar as lembranças de sofrimento dos que foram torturados e perderam familiares, ao saber do falecimento de interlocutores, ao perceber o receio das pessoas em falar, ao notar a inviabilidade de se aprofundar certos casos ou aspectos dos processos em análise e, sobretudo, ao vivenciar nos anos de 2018 e 2019 uma mudança de conjuntura política que levou à legitimação de governos sustentados justamente no orgulho de pertencer ao mesmo campo político responsável pelas violações de direitos humanos a que foram submetidos a maior parte dos camponeses e militantes cujas histórias fazem parte desta tese.

Estrutura da tese

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, resgato as discussões a respeito do papel do campesinato para os processos revolucionários tanto na literatura produzida por lideranças comunistas, como pela academia e discuto brevemente algumas experiências latinoamericanas.

No capítulo segundo, sintetizo as principais perspectivas orientadoras da luta armada no Brasil, procurando analisar a recepção das experiências internacionais, sobretudo chinesa e cubana, pelos militantes brasileiros e sua influência para a prática política junto aos camponeses e historicizo a relação entre os comunistas, a luta armada e os camponeses no Brasil ao longo do século XX.

Nos capítulos três, quatro e cinco, analiso as experiências das três organizações selecionadas como objeto desta tese, respectivamente, a Ação Popular na Chapada Diamantina, o Colina/VAR-Palmares em Cachoeiras de Macacu/RJ e no Bico do Papagaio, e, por fim, o MR-8 na Baixada Fluminense e em Brotas de Macaúbas/BA. Ressalto que a ordem escolhida para a apresentação de cada caso não está relacionada a uma eventual hierarquia entre eles, mas à cronologia em que as respectivas organizações foram criadas: a AP em 1962, o Colina entre 1967 e 1968 e o MR-8 em 1969.

Nas considerações finais, comparo os três casos em suas semelhanças e diferenças, analiso algumas avaliações realizadas por militantes e camponeses a respeito de sua experiência nos casos tratados na tese e, por fim, procuro confrontar as questões apresentadas na introdução e no primeiro capítulo com os dados empíricos apresentados nos capítulos três, quatro e cinco.

1. O CAMPESINATO COMO ATOR POLÍTICO

Tendo em vista que um dos objetivos desta pesquisa é compreender sociologicamente o engajamento de atores sociais em ações coletivas que envolvem a luta armada, neste capítulo analiso como a literatura tratou das potencialidades políticas dos camponeses e das implicações da heterogeneidade que marca o campesinato. Dividi a análise em duas partes: a primeira com foco no debate que tomou forma no âmbito dos atores políticos, sobretudo dentro do marxismo, e a segunda com base nas discussões acadêmicas sobre o tema. Cumpre notar que, devido à fluidez da fronteira entre ação política e academia, essa distinção não é tão nítida na prática, pois houve acadêmicos que militaram em partidos políticos e militantes que produziram análises importantes para o meio acadêmico. De todo modo, essa separação facilita o mapeamento do debate e a contextualização dos autores para a melhor compreensão de seus argumentos. Ao final, destaco algumas análises – também acadêmicas – sobre o tema especificamente na América Latina.

1.1 O olhar dos atores políticos

No debate revolucionário do século XIX, havia uma divergência em relação ao papel político dos camponeses. Embora nos anos 1960, essa discussão já tivesse sido relativamente superada em função de experiências como as revoluções chinesa e cubana e pelos movimentos de libertação nacional, como o argelino, que afirmaram o protagonismo camponês nesses processos, considero importante resgatar algumas ideias centrais desse debate a fim de melhor compreender a sociogênese³⁴ da forma como os militantes revolucionários têm construído sua visão e, por consequência, sua relação com os camponeses.

Para a teoria marxiana, o sujeito revolucionário por excelência seria o proletariado por ser ele que está no centro das contradições do modo de produção capitalista. No famoso panfleto de 1848 da Liga dos Comunistas intitulado Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (2005) escreveram:

De todas as classes que se opõem hoje à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete a sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História (MARX & ENGELS, 2005, p. 49).

Camponeses e pequeno-burgueses são vistos pelos autores como resíduos de uma sociedade pré-capitalista em vias de extinção. Seria apenas uma questão de tempo para que eles deixassem de existir com o desenvolvimento das forças produtivas, que os tornaria proletários ou burgueses. Esse pressuposto levava a uma perspectiva pessimista em relação à ação coletiva do campesinato, enquanto classe social. Engels (2008) reproduz essa mesma compreensão, em artigo publicado na Revista *New-York Daily Tribune*, em 1851, ao comentar as revoltas de 1848 na Alemanha, no contexto do que chamou de Primavera dos Povos³⁵:

³⁴ Como já mencionado na Introdução, inspiro-me aqui na abordagem de Elias (2006), que defende que as análises sociológicas sejam realizadas desde uma perspectiva de longa duração, entendendo-se os recortes temporais como momentos que fazem parte de processos sociais mais amplos e não planejados, cujas partes são inseparáveis.

³⁵ Série de revoltas operárias nos diversos países europeus que se deram em 1848 em resistência ao movimento de Restauração, que buscava o retorno da ordem vigente antes da Revolução Francesa.

(...) os pequenos camponeses livres, os rendeiros e os trabalhadores agrícolas nunca se preocuparam muito com a política antes da revolução, mas é evidente que este acontecimento teve de lhes abrir uma nova via, cheia de brilhantes perspectivas. A cada uma delas a revolução oferecia vantagens e, uma vez o movimento bem engrenado, era de esperar que cada uma por sua vez se lhe haveria de juntar. Mas, ao mesmo tempo, é também evidente e igualmente testemunhado pela história de todos os países modernos, que a população agrícola, em consequência da sua dispersão por um grande espaço e da dificuldade em conseguir um entendimento entre qualquer parte considerável dos seus membros, nunca pode tentar um movimento independente com sucesso; requer o impulso iniciador da gente das cidades, mais concentrada, mais esclarecida, mais facilmente posta em movimento (ENGELS, 2008, p. 173)

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx (1982) analisa as relações de disputa entre as diversas classes sociais na França no contexto entre 1848 e 1852 e, na reflexão, passa a conceber a existência de diferentes perfis de camponeses: conservadores e revolucionários, deixando claro que a dinastia de Bonaparte representava, não o camponês revolucionário, aquele que lutava para fugir de sua condição social, a pequena propriedade³⁶, mas o camponês conservador, que objetivava manter-se na propriedade. Ainda assim, porém, os camponeses considerados revolucionários não teriam capacidade suficiente para agir politicamente com autonomia. Eles deveriam ser liderados pelo proletariado, que seria seu “dirigente natural”, cuja tarefa era derrubar o regime burguês.

Nessa mesma análise a respeito do campesinato, o autor aponta seu entendimento sobre classe social:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e os opõe a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcela uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe (MARX, 1982, p. 503).

Um debate marcante na história desse tema ocorreu na segunda metade do século XIX entre os chamados populistas russos³⁷ e os bolcheviques a respeito do papel do campesinato na revolução. Uma característica central dos populistas era a visão de que classe fundamental no processo revolucionário na Rússia deveria ser o campesinato, não sendo necessário o “desenvolvimento das forças produtivas” de que falava Marx, ou seja, seria possível chegar ao socialismo sem precisar passar pelo capitalismo (REIS, 2002). Os populistas defendiam as comunas por considerarem que suas qualidades (a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo) eram a semente do socialismo (SILVA, 2012).

Para defender suas ideias, os populistas argumentavam que a realidade na qual Marx se baseou para postular o fim do campesinato era a ocidental, diferente da Rússia, e que se tivesse tomado como base a realidade russa, teria chegado a outras conclusões. Vera Sassulitch, uma das principais representantes dos populistas, chegou a escrever uma carta a Marx pedindo-lhe que esclarecesse a polêmica “sobre o destino possível da nossa comuna rural e sobre a teoria da

³⁶ Para Marx, o camponês revolucionário era, em última instância aquele que lutava para deixar de ser camponês, ou seja, que se juntava ao proletariado, pois esse seria obrigatoriamente, em função do avanço do capitalismo no campo, o seu destino final.

³⁷ Também conhecidos como Narodniki, que significa “ir ao povo”, os populistas russos se deslocaram ao campo para mobilizar camponeses para se juntar ao processo revolucionário. Sua atuação se concentrou na década de 1870 e pode ser considerada uma das primeiras experiências na história comparáveis às experiências dos militantes brasileiros em questão nesta tese. Ver mais em Pedler (1927).

necessidade histórica de todos os países do mundo terem que passar por todas as fases da produção capitalista” (SASSULITCH, 1881, *apud*, MALAGODI, 2003, p. 13).

Corroborando com o argumento populista, Marx respondeu afirmando que a tese do fim do campesinato se restringia à Europa Ocidental, mas procurou não tomar partido, de maneira explícita, a favor de um ou outro lado do debate: “a análise exposta n’O Capital não oferece, portanto, razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural (...)” (MARX, 1881, *apud*, MALAGODI, 2003, p. 13). Contudo, admitiu que, em sendo retiradas “as influências deletérias” que prejudicam as comunas e assegurando as “condições para seu desenvolvimento espontâneo”, elas poderiam ser, sim, um fator de “regeneração social na Rússia”.

Posteriormente, no prefácio à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*, reconhecendo as diferenças de contexto entre a Rússia e a Europa Ocidental, Marx e Engels retomam o tema e apresentam, de maneira mais explícita, sua visão mais favorável à tese dos populistas:

O problema agora é: poderia a *obshchina* [comunidade rural, aldeã] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista (MARX & ENGELS, 2005, p. 72).

O debate prossegue com a publicação, em 1896, de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (LENIN, 1982), obra em que o principal líder da revolução russa argumenta contra os populistas e as reformas promovidas pelo czar. Para Lenin, seria impossível lutar contra o fim das relações comunitárias características do *mir*. Pensar, portanto, que essa forma organizativa pudesse ser a base para a revolução seria um equívoco. Tentar salvar a pequena propriedade camponesa seria uma ilusão, pois, cedo ou tarde, o capitalismo iria fazê-la sucumbir. Ademais, Lenin via nas comunas diversos fatores que lembravam resquícios da servidão feudal, o que corroborava com a tese de que estariam caminhando para o fim em função do avanço das relações capitalistas no campo, que gerava uma subordinação da produção agrícola ao capitalismo: “a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra, a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarianização da maioria e sua exploração pela minoria (...)” (SILVA, 2012, p. 114).

Essa visão de Lenin, no entanto, não implicava em uma compreensão de que os camponeses não tivessem um papel no processo revolucionário, como pensavam algumas lideranças do Partido Socialdemocrata Russo³⁸. Em um texto de 1901, intitulado *O Partido Operário e o Campesinato*, Lenin escreve: “Os pequenos camponeses não podem libertar-se do jugo do capital senão aderindo ao movimento operário e ajudando os operários a lutar pelo regime socialista (...)” (LENIN, 1961, p. 53). Desse modo, o papel da socialdemocracia seria lutar contra a situação de opressão sofrida pelos camponeses. Para isso, deveria levar a luta de classes ao campo, onde, na sua compreensão, ela se expressava de duas formas: entre operários

³⁸ Em 1903, este partido passou por um processo de divisão interna que resultou em dois grupos principais: os mencheviques (minoridade) e os bolcheviques (maioria). Dentre os primeiros, liderados por Plekhanov e Martov, predominava a defesa da estratégia de participar ativamente dos espaços políticos, esperar o desenvolvimento das forças produtivas, e só então protagonizar a revolução. Os bolcheviques, por sua vez, liderados por Lenin, defendiam a tese de que os trabalhadores só chegariam ao poder pela ação revolucionária instaurando a ditadura do proletariado, com a ajuda do campesinato. O Partido Comunista da União Soviética veio a ser fundado posteriormente a partir da articulação de lideranças ligadas a este segundo grupo.

rurais e empregadores rurais e entre camponeses e latifundiários. A primeira em crescimento, a segunda em diminuição.

Lenin defendia que o Partido Operário Socialdemocrata Russo incorporasse em seu programa a defesa da libertação efetiva dos camponeses e que isso não causaria, como diziam seus oponentes dentro do partido, um desvio de foco na luta revolucionária. Isso não significava, para o líder, que os militantes urbanos devessem ir ao campo: “Não cabe a menor dúvida de que todos os elementos combativos do partido devem procurar ir para as cidades e para os centros fabris, de que só o proletariado industrial é capaz de lutar em massa e resolutamente contra o absolutismo, (...)” (LENIN, 1961, p. 57). Todavia, o líder bolchevique compreendia que o campesinato não poderia ficar de fora da estratégia política do partido: “Ora, acaso pode-se conseguir isto sem levar às massas de milhões de camponeses as sementes da luta de classes e da consciência política?” (1961, pp. 57-8)³⁹. Na disputa com os populistas, as teses de Lenin saíram vitoriosas, o que ajuda a compreender as experiências de coletivização forçada, a que foram submetidos os camponeses da Rússia e dos diversos países da Europa Oriental que passaram por revoluções socialistas.

O debate sobre como os partidos revolucionários deveriam atuar com os camponeses ganhou força não apenas na Rússia, mas também no interior do Partido Socialdemocrata Alemão, no qual Karl Kautsky firmava-se como importante quadro. Ele discutia se a teoria de Marx, elaborada com base em contextos industrializados, poderia ou não ser aplicada para entender o problema agrário. Kautsky corroborou a tese de Marx de que o destino dos camponeses era a proletarização e acrescentava que as grandes explorações capitalistas nas quais os camponeses se tornariam trabalhadores assalariados seriam as precursoras das cooperativas socialistas. Por mais que os camponeses lutassem contra essa tendência, seu destino seria inevitavelmente a proletarização. E seria justamente esse processo de coletivização no trabalho assalariado que tornaria os camponeses mais tendentes à luta revolucionária (KAUTSKY, 1898/1980)⁴⁰.

De acordo com Berriel (2007), embora tenha sido inicialmente na Rússia e na Alemanha que o debate se desenvolveu, foi o Partido Operário Francês o primeiro a elaborar, em 1892, um programa agrário que visava atingir politicamente os camponeses⁴¹. A esta iniciativa, Engels (1981) responde, dois anos depois, em artigo na revista *Neue Zeit*, com algumas reflexões a respeito do que chamou de “problema camponês” na França e na Alemanha. Introduz seu texto da seguinte forma:

Os partidos burgueses e reacionários ficaram extraordinariamente assustados porque agora, de repente, os socialistas puseram na ordem do dia em toda parte o problema camponês. Na verdade, deveriam ficar assombrados de que isso não tenha ocorrido já há muito tempo. (...) o camponês é um elemento essencialíssimo da população, um fator essencial da produção e do poder político (1981, p. 59).

Engels, no entanto, apresenta o caráter reacionário que o campesinato vinha assumindo ao longo da história, citando, por exemplo, o caso trabalhado por Marx (1982) no famoso texto do *18 Brumário*, em que os camponeses franceses garantiram a eleição de Luiz Bonaparte e a

³⁹ Silva (2012) destaca o ineditismo de Lenin ao propor essa estratégia, já que mesmo na clássica obra de Karl Kautsky de 1898, intitulada *A Questão Agrária*, não havia essa perspectiva de levar a pauta revolucionária ao campo.

⁴⁰ Isso não quer dizer que Kautsky tenha sido responsável por estimular as experiências de coletivização forçada.

⁴¹ De acordo com Engels (1981), esse programa defendia que os operários agrícolas deveriam ter direito a um salário mínimo, que deveriam ser instalados tribunais industriais rurais, proibição da venda de terrenos comunais, pensões por aposentadoria ou invalidez mantidas por um imposto a ser cobrado dos latifundiários, dentre outras propostas.

criação do Segundo Império. A despeito disso, tendo em vista a importância do campesinato mencionada anteriormente, Engels propôs que, para tomar o poder, o partido socialista precisava “ir da cidade para o campo e aí converter-se numa potência” (1981, p. 60).

Para enfrentar esse problema, Engels analisa a diversidade de perfis que compõem o campesinato e se propõe a identificar, dentro dessa heterogeneidade, quais categorias eram as que poderiam “ser ganhas” pelo partido: o pequeno camponês, “como futuro proletários, deveria dar ouvidos à propaganda socialista. Mas há algo que o impede, no momento, e esse algo é o instinto de propriedade que está em seu sangue” (ENGELS, 1981, p. 63).

É nesse contexto que Engels se debruça sobre o programa agrário do Partido Operário Francês, que procurava defender as demandas dos camponeses no sentido de garantir a posse de suas terras, com base no argumento de que a liberdade só seria alcançada com a não separação entre o trabalhador e seus meios de produção. A crítica de Engels dirige-se ao fato de que tal programa levaria a uma falsa solução, já que a propriedade individual jamais poderia ser acessada por todos indistintamente. A única forma de garantir acesso de todos seria por meio da propriedade coletiva. Disso advém o problema de como convencer os camponeses de que apenas a coletivização das terras lhes traria a verdadeira liberdade e de que a propriedade individual garantiria uma falsa liberdade.

Engels admite a impossibilidade de alcançar esse objetivo “da noite para o dia” em função dos “preconceitos que lhes imprimem toda sua situação econômica, sua educação, o isolamento em que vivem, e que são neles alimentados pela imprensa burguesa e pelos grandes proprietários de terras” (1981, p. 72). Seria falsa a promessa da preservação das propriedades individuais. Para o autor, seria melhor não contar com o apoio imediato dos camponeses do que prometer-lhes o que não se pode cumprir apenas para ter seu apoio: “Não temos o menor interesse em ganhar o camponês da noite para o dia, para, em seguida, se não pudermos realizar o prometido, ele nos dar de novo⁴² as costas no dia seguinte” (1981, p. 73).

O desafio seria convencer os camponeses de que sua pequena propriedade, de uma forma ou de outra, seria necessariamente aniquilada: no capitalismo, a subordinação em relação à indústria tornaria inviável a pequena produção em função do endividamento e o resultado seria sua proletarização. A única forma de fugir a isso seria pela via socialista com a coletivização das terras e a cooperativização da produção⁴³. A proposta de Engels, portanto, era começar o trabalho de aproximação com os operários agrícolas e, a partir deles, expandir para os camponeses pobres, já que “novos ventos” começariam a soprar.

Chayanov, apesar de ter sido, entre 1921 e 1922, Ministro da Agricultura de Lenin, destacou-se por ser uma voz dissonante dentre as lideranças revolucionárias russas no que se refere à compreensão do papel político do campesinato. Em sua obra intitulada *A organização da unidade econômica camponesa*, publicada em 1925, defendia a tese de que, na economia camponesa, não havia a separação entre trabalho e capital, não havendo, portanto, extração de mais-valia. Seria possível, dessa forma, dar prosseguimento ao processo de instauração do socialismo sem eliminar a economia camponesa, como propunha o líder bolchevique (CHAYANOV, 1974). Com a morte de Lenin, assumiu o poder Josef Stalin, que promoveu o processo de coletivização das terras no intuito de intensificar a produtividade agrícola em grandes fazendas e com intensa mecanização. Discordando do novo líder soviético, Chayanov propunha outra estratégia, que chamou de “autocoletivização”, um processo de cooperativização no qual a herança camponesa e as unidades de produção familiares fossem

⁴² Refere-se a situações anteriores como a relatada por Marx (1982), quando os camponeses da França apoiaram o golpe de Luiz Bonaparte em contrariedade ao movimento operário no contexto das revoluções de 1848.

⁴³ Foi o que fizeram, por exemplo, os sandinistas na Nicarágua na década de 1980. Houve, no entanto, um descontentamento dos camponeses em relação a essa forma de organização, o que contribuiu para o processo de adesão desses descontentes ao movimento contrarrevolucionário (MACIEL, 2013).

mantidas, permitindo aos camponeses exercerem ainda certo protagonismo na definição das formas de produção. Sua proposta, no entanto, foi considerada subversiva por Stalin, o que resultou na prisão de Chayanov e, posteriormente, sua morte, ainda no cárcere.

Com textos escritos entre 1919 e 1926, Gramsci (1987) também deu contribuições ao debate sobre o papel dos camponeses no processo revolucionário. Para ele, a “psicologia do camponês” seria uma “pequeníssima soma de sentimentos primordiais”, tendo vivido sempre “fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral”, como um “elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo” (1987, p. 70). Por essas razões, a população do campo não compreendia os elementos necessários para participar do processo revolucionário como a organização, o Estado e a disciplina. Na sua concepção, o camponês era “(...) selvagemmente impaciente e violento na luta de classe, incapaz de se propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática”, mas isso não significava que ele não pudesse mudar. Os camponeses russos, por exemplo, teriam modificado esse perfil após sua participação nos conflitos da revolução de 1917: “Os instintos individuais egoístas foram atenuados, modelou-se um espírito unitário comum, os sentimentos se identificaram, formou-se um hábito de disciplina social” (GRAMSCI, 1987, p. 71).

Para o autor, era necessário que o proletariado do norte abrisse mão de qualquer resquício de corporativismo e de todo preconceito em relação aos camponeses do sul⁴⁴ a fim de conquistar sua confiança e consenso. Nesse contexto, os camponeses que migraram para as cidades e aderiram à propaganda comunista deviam ser incentivados a levarem a seus próximos do campo essa mensagem: “devem servir como cimento entre a cidade e o campo, devem ser utilizados para realizar no campo uma densa obra de propaganda que destrua as desconfianças e os rancores” (1987, p. 74). Observando o contexto brasileiro a partir de Gramsci, temos que a tarefa dos intelectuais orgânicos brasileiros junto aos camponeses seria promover justamente esse processo de atenuação do individualismo e de fortalecimento da coletividade em prol do movimento revolucionário. Diferentemente de Lenin, no entanto, Gramsci propunha a luta revolucionária com base em conquistas progressivas, disputando a hegemonia, com menos centralidade para a luta armada.

Outro ator político central no debate sobre o papel do campesinato no processo revolucionário foi líder de uma das mais influentes revoluções, a chinesa. Mao Tse Tung defendia que, para o contexto chinês, marcado pela predominância de uma economia agrária, o campesinato era o ator chave para o projeto comunista. No *Relatório sobre uma investigação feita na Província de Hunan a respeito do movimento camponês* (TSE TUNG, 1927/2011), o líder chinês elenca um conjunto de avanços alcançados a partir do trabalho conjunto entre o Partido Comunista Chinês e as associações camponesas desde o início do século XX. Um deles foi o sucesso da propaganda política que ensinava cânticos para a população, inclusive para as crianças, promovia a utilização de expressões de linguagem como “Abaixo o imperialismo”, “Abaixo os caudilhos militares” etc. Além disso, Mao apontava para a formação de milícias camponesas que promoveram o desmantelamento das forças armadas dos senhores de terras. De acordo com a descrição, o movimento teria liquidado ainda as diversas autoridades que orientavam a vida das aldeias até então: o Estado, os clãs, a religião e, no caso das mulheres, a autoridade marital. De acordo com sua interpretação, esse conjunto de forças encarnava a ideologia feudal hegemônica à época, que amarrava os camponeses à imobilidade política.

Em artigo posterior, intitulado *Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China* (TSE TUNG, 1936/2011), fica clara a influência leninista em sua visão da política,

⁴⁴ Naquele contexto, havia uma divisão econômica entre o norte inustrializado, considerado desenvolvido e moderno, e o sul agrário, considerado arcaico e pobre.

quando, a respeito da pequena-burguesia e do campesinato, ele chega a dizer que são a principal força da revolução, porém faz a seguinte ressalva: “pelo fato de serem pequenos produtores, eles têm uma visão política limitada (...) não podendo dirigir corretamente a guerra” (TSE TUNG, 2011, p. 317). Caberia, portanto, ao proletariado e ao Partido Comunista, que teriam “menos estreiteza de espírito e egoísmo”, a condução do processo revolucionário.

Tse Tung (1939/2011) diferencia o campesinato nas categorias rico, médio e pobre. O primeiro tipo, que compunha 5% da população rural, embora participasse do trabalho da terra, pertenceria à burguesia rural, pois arrendava terras e explorava mão de obra de assalariados agrícolas. Apesar disso, o líder chinês considerava que os camponeses ricos poderiam contribuir com a luta antiimperialista. Se, por um lado, não se somavam à luta revolucionária, por outro, poderiam se manter neutros na luta contra os senhores de terra, de modo que não deveriam ser considerados como inimigos. Os camponeses médios compunham 20% da população do campo, conseguiam “economizar algo” quando as colheitas eram produtivas e ocasionalmente empregavam trabalhadores, porém ao mesmo tempo sofriam as consequências do imperialismo e a exploração dos senhores de terra. Por isso, o campesinato médio era considerado um importante aliado para a revolução, sendo sua adesão um fator decisivo para o sucesso do projeto revolucionário. Por fim, os camponeses pobres, que, junto com os assalariados agrícolas, compunham 70% da população rural chinesa, foram descritos por Mao como “a maior força motriz da revolução chinesa e o aliado natural e mais seguro do proletariado”.

O maoísmo foi a principal inspiração da Revolução Vietnamita. O general Giap, braço direito do líder Ho Chi Minh, ambos muito lidos também por militantes da esquerda armada brasileira, descreve algumas estratégias adotadas pelo Partido Comunista Indochino (em 1959, o nome mudou para Partido dos Trabalhadores do Vietnã) junto à população camponesa:

A aplicação dessa estratégia de resistência prolongada exigia um trabalho de educação, uma luta ideológica entre o povo e membros do partido, um gigantesco esforço de organização a partir de um duplo ponto de vista militar e econômico, sacrifícios e um heroísmo extraordinário no exército e no povo na vanguarda e na retaguarda (GIAP, 1971, p. 55).

No mesmo texto, o militar vietnamita define também o que entende por guerrilha:

uma guerra das massas populares de um país economicamente atrasado levantando-se contra um exército de agressão poderosamente equipado e bem treinado. Se o inimigo é forte, deve ser evitado, se é fraco, deve ser atacado; a seu armamento moderno se opõe um heroísmo sem limites para vencê-lo incomodando-o e aniquilando-o de acordo com as circunstâncias e combinando as operações militares com a ação política e econômica (GIAP, 1971, pp. 56-7).

Uma das principais ênfases de Giap é a importância de o exército revolucionário estabelecer uma boa relação com a população: “o trabalho político abarca também a correta aplicação no exército dos programas do partido e do governo, o estabelecimento de boas relações com a população e entre os soldados e os quadros” (GIAP, 1971, p. 64), de modo a alcançar aquilo que já propunha Mao, ou seja, “o povo deveria ser para o exército aquilo que a água é para o peixe”. Tal preocupação se expressa também em um dos nove juramentos que os soldados eram obrigados a fazer para poder compor o exército: “Nos contatos com o povo, ajustar-se a três recomendações: respeitar o povo, ajudar o povo e defender o povo (...) a fim de ganhar sua confiança e seu afeto e realizar uma perfeita aliança entre o povo e o exército” (GIAP, 1971, p. 65)⁴⁵.

⁴⁵ Um aspecto interessante a ser destacado é o fato de que as famosas encenações de julgamentos, chamados *paredóns*, cuja principal referência, pelo menos no Brasil, é a Revolução Cubana, já eram praticados antes dos

Fanon (1968) foi um dos atores políticos que mais se diferenciaram da abordagem clássica do marxismo a respeito dos camponeses. Escrevendo sobre a Revolução da Argélia e no processo de luta pela descolonização daquele país (especialmente entre 1954 e 1962), o autor defendia que antes de a resistência à colonização ser uma violência, o processo colonizador foi mais violento em função da exploração e da apropriação das riquezas, causa de tanto sofrimento para os argelinos. Portanto, se a colonização era um processo violento, a descolonização, por consequência, também deveria ser. Daí a legitimidade das ações armadas na luta pela independência do país ou pela revolução.

Nesse sentido, os camponeses seriam os mais dispostos a assumir o protagonismo dessa resistência para a descolonização por meio da violência: “(...) nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder, tudo tem a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa” (FANON, 1968, p. 46). Sua tese era a de que, como o campesinato nunca tem a oportunidade de negociar e está sempre excluído de qualquer tipo de afago, seja dos colonizadores, seja dos partidos políticos (mesmo os de esquerda), não haveria para ele “possibilidade de arranjo” ou aliança de modo a acalmar o sentimento de indignação e revolta. Daí a tese da maior propensão do campesinato para o engajamento na violência política. Vários militantes que entrevistei relataram ter se inspirado nos textos de Fanon.

Como vimos, a tese de Marx e Engels a respeito do fim do campesinato como decorrência do desenvolvimento do capitalismo foi reproduzida por parte significativa das lideranças comunistas que os sucederam, a exemplo de Lenin e Kautsky. Esse entendimento não implicou necessariamente em uma decisão de não procurar os camponeses para participarem do processo revolucionário, uma vez que os camponeses, como pontuou Engels, eram numericamente relevantes. O desafio era como convencê-los da ideia de que a propriedade individual da terra os deixaria dependentes e que só a propriedade coletiva garantir-lhes-ia a liberdade. Por outro lado, se o pressuposto era que os camponeses deixariam inevitavelmente de existir, não haveria necessidade de se pensar em um lugar para o campesinato, enquanto dono de sua própria terra, no projeto político comunista. Por consequência, o camponês precisaria mudar de condição social para ter seu lugar no novo sistema a ser construído.

Por esse motivo e por ter contrariado a previsão de Marx e Engels ao ter resistido ao desenvolvimento do capitalismo, o campesinato tornou-se o calcanhar de Aquiles da teoria marxista, vindo a ganhar ainda mais centralidade em meados do século XX quando diversos países predominantemente agrários, com destaque para China e Cuba, realizaram suas revoluções contando com o protagonismo camponês e servindo de inspiração para os movimentos revolucionários latino-americanos, como veremos no terceiro item deste capítulo e no primeiro item do segundo capítulo.

1.2 O debate acadêmico

O debate sobre a relação entre campesinato e revolução tornou-se objeto de discussão acadêmica nos anos 1960 a partir das contribuições de Hanza Alavi, Theodor Shanin, Barrington Moore Jr., Eric Wolf e Eric Hobsbawn. Na década seguinte, deram continuidade às reflexões Joel Migdal, Jeffrey Paige, James Scott e Theda Skocpol. Esta última explica que uma das razões que explicam por que o tema ganhou importância nesse momento histórico foi

guerrilheiros castristas, pelos chineses durante seu processo revolucionário, como apontou Wolf (1984), ao destacar o a rebelião de Nien, na qual os revoltosos “abriram as prisões e encenaram julgamentos de vingança contra os guardas carcerários” (WOLF, 1984, p. 159). Tratava-se da ridicularização pública dos opressores, o que fortalecia os trabalhadores engajados no processo revolucionário.

o impacto da guerra do Vietnã entre os intelectuais, sobretudo para os estadunidenses⁴⁶, “fascinados com o potencial revolucionário do campesinato – especialmente do Terceiro Mundo” (SKOCPOL, 1982, p. 352).

Alavi (1965) refletiu sobre a relação entre campesinato e revolução a partir de uma perspectiva não essencialista. Dialogando com Fanon à luz das experiências russa, chinesa e indiana, o autor propõe ir além da pergunta a respeito do perfil e da respectiva tendência política do campesinato – se ele é conservador ou reacionário – e procurar entender em que condições ele *se torna* um sujeito político com tais ou quais características. No entanto, nas suas conclusões, discute as implicações políticas de algumas características dos camponeses. Os pobres, por não possuírem terra ou por possuírem em extensões insuficientes, tornam-se dependentes dos proprietários das terras onde trabalham ou para os quais vendem sua força de trabalho. Para Alavi, essas características dificultam seu engajamento em ações revolucionárias. Comparando-se com o proletariado urbano, que goza de relativo anonimato, o camponês pobre não pode, por exemplo, optar por uma posição de maior enfrentamento sem arcar com as retaliações que sofrerá dos proprietários de terras de que depende para sobreviver. Os camponeses médios, por sua vez, por serem relativamente independentes, terem sua propriedade de terra e seus interesses serem muitas vezes contrapostos aos latifundiários seriam aqueles que reuniriam as características que mais facilitariam o engajamento revolucionário.

Tais tendências, todavia, não são permanentes. Para Alavi, os camponeses pobres podem ser levados ao enfrentamento se lhes for mostrado na prática que o poder do seu amo (senhor) pode de fato ser quebrado e que outro modo de vida, emancipado, é possível. Da mesma forma, a tendência inicialmente “revolucionária” dos camponeses médios pode se diluir quando seus interesses entrarem em conflito com as propostas da revolução. A extinção da propriedade individual tem sido na história o principal exemplo desse processo.

Shanin (1966/1979) discute as fragilidades da atuação política do campesinato em função de sua segmentação vertical e da diversidade de interesses no interior das comunidades, o que dificulta as ações coletivas baseadas no critério de classe. Estabelecendo-se uma gradação nos níveis de “classissidade⁴⁷”, o campesinato estaria, comparativamente ao proletariado, em um patamar inferior. Por outro lado, destaca o autor, os camponeses possuem pontos fortes como o “monopólio da produção de alimentos” e sua expressividade numérica no contingente populacional⁴⁸. Nesse sentido, embora o prevalescente sejam suas debilidades políticas, não se pode considerar o campesinato como politicamente impotente, nem suas ações podem ser esquecidas, já que “não são apenas os vitoriosos e os governantes que determinam a realidade política” (SHANIN, 1979, p. 230).

A partir disso, o autor distingue três diferentes padrões de ação política do campesinato. O primeiro seria a *ação de classe independente*, tal como descrita pelo marxismo, uma ação enquanto “classe para si”, que “se forma no desenrolar do conflito, cria sua própria organização nacional, elabora sua ideologia, seus objetivos e símbolos e produz seus líderes entre suas fileiras” (SHANIN, 1979, p. 231). Para o autor, no entanto, este padrão seria o menos comum entre os camponeses. O segundo padrão seria a *ação política guiada*, por meio da qual o grupo político em questão é movido por uma elite do poder que vem de fora e o unifica em torno de um objetivo. Shanin atribui uma importância específica a esse padrão para o campesinato, já que compartilha, em alguma medida, da visão marxista que destaca o caráter conservador deste

⁴⁶ A Guerra do Vietnã ocupou papel central na arena pública dos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 em função do papel assumido pelo país na luta contra os revolucionários vietnamitas. Intensas campanhas contra a participação americana naquele conflito ocorreram com a liderança de diversos intelectuais.

⁴⁷ *Classness* no original.

⁴⁸ Destaque-se que o contexto que serviu de base para as afirmações é o dos anos 1960. Atualmente os camponeses já não possuem nem mais o monopólio da produção alimentícia, nem mais compõem a maioria da população.

grupo social. Essa posição passiva do camponês geralmente só é superada, na compreensão do autor, quando alguma “organização exógena dotada de grande poder político e emocional” aproxima-se dos camponeses e os dirige politicamente. Uma característica marcante desse padrão é “a existência de um grupo estreitamente conectado de ativistas, dotado de seu próprio ímpeto, de uma estrutura de organização específica, de objetivos e líderes; um grupo para o qual o campesinato é um objeto de liderança e manipulação” (SHANIN, 1979, p. 231).

Esse padrão é o que mais se assemelha aos casos em análise nesta tese. As organizações armadas oriundas de dissidências do PCB constituíram-se justamente nesse grupo externo que se dirigiu ao campo, com objetivos específicos, no intuito de conduzir os camponeses para as ações revolucionárias.

O terceiro padrão apontado por Shanin (1979) é a *ação política totalmente espontânea, amorfa*, que pode se dar por meio de revoltas locais, facilmente reprimíveis, ou pela interrupção da entrega de alimentos, o que pode gerar crises para os governos. Além dessa categorização, destaca dois aspectos do agir político camponês. O primeiro é o empoderamento político advindo do ingresso nas fileiras dos exércitos nacionais, onde “se destrói a segmentação do campesinato”, em função das trocas culturais entre os soldados oriundos de diferentes locais, que estimulam a pensar nacionalmente e não mais apenas a nível local. O serviço militar, para o autor, proporcionaria ao camponês um conjunto de aprendizados que poderiam ser utilizados posteriormente em sua aldeia mesmo que já tenha deixado o exército. O segundo aspecto é a ideia de que, depois das experiências chinesa e cubana, especialmente, a guerra de guerrilhas apareceria como a principal expressão da ação camponesa armada. Todavia, Shanin pondera que tal repertório só tem efetividade, quando acompanhado por um grupo de “rebeldes profissionais”, capazes de elaborar uma estratégia de longo prazo, unir os camponeses e “transformar sua revolta em uma revolução triunfante”. Para entender esses processos, pontua o autor, é necessário ir além do estudo das organizações e investir na análise da relação que seus membros estabelecem com os camponeses, objetivo a que me propus nesta tese.

Moore Jr (1966/1983) também contribuiu com o tema em seu estudo sobre o papel dos camponeses e senhores nos processos sociais formadores das instituições políticas modernas. Por meio do método histórico-comparativo, analisou o papel dessas duas classes nas seguintes situações históricas: nas revoluções burguesas que levaram a democracias capitalistas (Inglaterra, França e EUA); nas revoluções burguesas abortadas que levaram ao fascismo (Alemanha e Japão); nas revoluções camponesas que levaram ao comunismo (Rússia e China) e uma quarta situação histórica, a da Índia, onde não houve nenhuma dessas revoluções. Uma comparação entre este último caso com a China, por exemplo, permitiu ao autor se perguntar por que na China houve uma revolução camponesa e na Índia não, a despeito de os camponeses serem explorados em ambos os países. Uma de suas perguntas fundamentais era: que tipos de estruturas sociais e situações históricas produzem revoluções camponesas e quais as inibem ou impedem?

Sua tese é de que a maior parte das explicações para essa pergunta se concentram demasiadamente nos camponeses, apontando para sua condição econômica ou religiosa e esquecendo a relação entre a classe camponesa e a dos senhores rurais: “antes de observarmos os camponeses, teremos de observar toda a sociedade” (1983, p. 451). A partir da comparação entre China e Índia, postula:

Uma sociedade altamente segmentada, que depende de sanções difusas para obter alguma coesão e para extrair o excedente dos camponeses, está quase imune às rebeliões de camponeses, porque provavelmente a oposição toma a forma de mais um segmento. Por outro lado, uma burocracia agrária, ou uma sociedade que depende de uma autoridade central para extrair o excedente, é um tipo muito mais vulnerável a esses movimentos (1983, p. 453).

As formas de produção e comercialização das classes superiores também possuem consequências políticas, de acordo com o autor. Para ele, a adoção da agricultura comercial moderna por parte dessas classes resultou em revoluções camponesas mais fracas, uma vez que o estabelecimento de novas relações capitalistas de produção pode levar a uma “nova forma de estabilidade conservadora”, baseada em uma “sociabilidade fraca” decorrente da modernização, como ocorreu na França e em partes da Alemanha durante o século XIX. A tendência é inversa quando os proprietários não conseguem desenvolver relações comerciais sólidas: a ausência de uma revolução comercial por parte das classes superiores rurais, ou de uma revolução burguesa, é apontada pelo autor como uma das razões das revoluções camponesas.

Moore Jr converge com Alavi ao postular que um dos fatores que dificultam a revolta dos camponeses é a presença de laços fortes entre eles e os senhores de terra, já que a dimensão afetiva impedia o enquadramento do senhor rural como o inimigo político. A criação de monarquias centralizadas é um fator apontado pelo autor como estímulo ao enfraquecimento desses laços, uma vez que, com a monopolização do uso da força pelo Estado, os senhores perdiam sua função de proteger os camponeses dos ataques violentos de inimigos externos.

Com base nos casos que analisou, concluiu que os contextos em que houve revolução camponesa foram precedidos de transformações capitalistas que estabeleceram novas formas de extração do excedente camponês, sem que isso implicasse em um enfraquecimento dos sistemas tradicionais. Nesse sentido, o ritmo em que isso acontecia era crucial para influenciar a indignação:

A deterioração econômica em fases lentas pode ser aceita pelas vítimas, como parte de sua situação normal (...) O que enfurece os camponeses (e não só os camponeses) é uma nova e súbita exigência imposta que cai sobre muita gente, ao mesmo tempo, e significa uma quebra de regras e costumes aceitos (1983, p. 467).

A inserção dessas transformações não significa necessariamente a ocorrência de uma revolução burguesa, como ocorreu na França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo. Para Moore Jr, foi justamente a combinação entre o surgimento de novas formas de extração de excedente com a manutenção da estrutura social mais ampla que proporcionou as condições favoráveis às revoluções camponesas. A importância do campesinato como ator revolucionário foi assim resumida pelo autor: “decisiva na China e na Rússia, muito importante na França, muito pouco importante no Japão, insignificante na Índia, até agora trivial na Alemanha e na Inglaterra, depois de derrotadas as explosões iniciais” (MOORE JR, 1983, p. 447).

Ao final de sua obra, sugere que o caso indiano, que resultou na não ocorrência de uma revolução camponesa, pode ser um sinal de que a “grande onda de revoluções camponesas” que, na sua opinião, foi uma das características marcantes do século XX, estaria perdendo força. Contudo, pondera: “Qualquer tentativa para considerar a questão seriamente exigiria um estudo detalhado da América Latina e da África, tarefa imensa que terá de ficar para outros” (MOORE JR, 1983, p. 475). A propósito, o item 1.3 aborda justamente alguns estudos sobre o papel político-revolucionário do campesinato na América Latina.

Wolf (1984) foi um dos autores que mais contribuiu para a elaboração da problemática desta pesquisa. Para o autor, todas as experiências analisadas em sua obra (México, Rússia, China, Argélia, Cuba e Vietnã) constituíram uma resposta ao avanço do capitalismo no campo, que mercantilizou a terra e o trabalho. Sua tese central é a de que há um perfil específico do campesinato mais propenso ao engajamento em rebeliões ou movimentos revolucionários, qual seja, aquele que possui certa estabilidade econômica, uma espécie de “campesinato médio”. Em convergência com Alavi e Moore Jr., afirma Wolf: “Uma rebelião não pode partir de uma impotência completa; os fracos são vítimas fáceis” (1984, p. 347).

De acordo com essa interpretação, o camponês só tomará partido pela rebelião se enxergar a existência de um poder externo em que possa confiar para desafiar o poder que o constrange localmente (o senhor da terra, por exemplo). A esses atores vindos de fora, Wolf chama de “mediadores que fazem a ponte entre a aldeia camponesa e a sociedade mais ampla da qual faz parte”. No caso da revolução russa, esse poder externo foi representado pelo colapso do exército nacional em 1917 e pelo refluxo dos camponeses-soldados, armados, às suas aldeias. Na revolução chinesa, foi representado pelo Exército Vermelho Chinês. “Onde um tal poder externo existir, o camponês pobre e o lavrador sem terra terão lugar para movimentar-se; onde estiver ausente, estarão quase que totalmente coagidos” (1984, p. 348).

As conclusões do autor corroboram com a perspectiva marxista-leninista de que os camponeses, sem liderança externa, não podem fazer revolução. Os episódios analisados de rebelião autônoma contra a ordem estabelecida conseguiram no máximo alterar os ordenamentos locais, mas nunca se apossar do Estado. Para o autor, uma rebelião estritamente camponesa em uma sociedade complexa e industrializada tende a ser autolimitadora e anacrônica.

Para Wolf, a única categoria de moradores do campo que independem do poder externo é a dos camponeses médios, que são proprietários de terras ou então os camponeses situados em áreas externas ao controle dos proprietários de terras. Surge, no entanto, um paradoxo:

Esse é também o campesinato que os antropólogos e sociólogos rurais vieram a considerar como condutor principal da tradição camponesa. Se nosso estudo estiver correto, então – por estranho que pareça – precisamente esse estrato culturalmente conservador é o que mais colabora para dinamitar a ordem social camponesa. Esse paradoxo, no entanto, se desfaz quando refletimos que o camponês médio é, relativamente, o mais vulnerável às mudanças econômicas feitas pelo comercialismo, enquanto suas relações sociais permanecem encaixadas no plano tradicional. Ele dá um espetáculo de equilíbrio, mas tem seu equilíbrio continuamente ameaçado pelo crescimento populacional; pela usurpação de proprietários de terras rivais; pela perda dos direitos às pastagens, às florestas e à água; pela queda dos preços e pelas condições desfavoráveis do mercado; pelos pagamentos de juros e pelas execuções de hipotecas (1984, pp. 349-50).

É esse campesinato médio também o mais exposto à influência do proletariado em desenvolvimento, enviando seus filhos para trabalhar na cidade, que podem levar ideias políticas ao campo.

Provavelmente, o que produz atividade revolucionária não é tanto o crescimento de um proletariado industrial como o desenvolvimento de uma força de trabalho industrial ainda estreitamente ligada à vida da aldeia. Assim, a própria tentativa do camponês médio e do camponês livre, de se conservarem tradicionais, é que os torna revolucionários⁴⁹ (1984, p. 350).

Hobsbawn também se propôs a pensar o tema em discussão nesse item. Ainda nos anos 1950 ele já havia feito um estudo sobre as diversas formas de rebelião, que chamou de “primitivas” (HOBSBAWN, 1970), mas foi só em artigo publicado em 1973 (HOBSBAWN, 1978) que se propôs a pensar especificamente a relação do campesinato com a política procurando responder às seguintes questões: o que acontece quando os camponeses tradicionais se envolvem com a política moderna? Até que ponto se pode falar em campesinato como uma classe social? Para refletir sobre essas perguntas, trabalha com a ideia de que uma das principais

⁴⁹ Thompson (1998) corrobora com essa tese quando destaca que as mobilizações políticas nem sempre buscam a transformação da sociedade, mas em alguns casos, lutam pela manutenção da ordem estabelecida, especialmente em momentos em que surgem ameaças aos costumes e aos direitos anteriormente conquistados.

fragilidades políticas dos camponeses é o caráter geralmente local de suas ações. Ela apenas se tornaria mais ampla por meio de alguma “força externa – natural, econômica, política ou ideológica” ou quando um número significativo de comunidades ou aldeias fossem estimuladas a agir conjuntamente no mesmo sentido.

Assemelhando-se a Alavi, Hobsbawn (1978) pontua que o problema central não é saber se os camponeses são sujeitos políticos ativos ou passivos. Eles podem ser as duas coisas. A questão estratégica é saber em que momento é possível passar de uma para outra. E isso depende de uma avaliação da situação política. Nesse sentido, para o historiador britânico, os camponeses são muito capazes de fazer avaliações políticas locais, porém têm dificuldades de fazê-lo em âmbitos mais amplos, que podem determinar as situações locais. Daí mais uma vez a necessidade, como destacou Wolf (1984), dos mediadores externos para auxiliar nessa tarefa.

Hobsbawn finaliza sua análise com três conclusões: a primeira é a de que no âmbito da heterogeneidade que marca os camponeses, os que estão em situações mais favorecidas conseguem impor aos demais a sua própria agenda de interesses, o que dificulta uma ação política conjunta; a segunda conclusão é a de que a “política eleitoral democrática não funciona para os camponeses enquanto classe” (1978, p. 55), já que, mesmo quando alguns partidos ganham apoio majoritário entre os camponeses, seus quadros não têm origem camponesa. Então o campesinato em contextos democráticos tende a ser mero recheio eleitoral, exceto quando impede ou exige certas medidas políticas especializadas. Por último o autor repete a tese marxista de que os camponeses são incapazes de impor seus interesses de classe em seu próprio benefício. Por não conseguirem se representar, conclui, precisam ser representados⁵⁰.

O argumento de Hobsbawn converge com a interpretação proposta por Bourdieu (1977) acerca do campesinato enquanto “classe objeto”, dada sua incapacidade, na leitura do autor, de produzir sua própria representação social e de se constituir enquanto “sujeito de sua própria verdade”, ficando por conta das classes dominantes a produção de tais imagens. Como consequência, mesmo quando os camponeses participam ativamente de processos revolucionários, como foi o caso da Revolução Francesa, acabam condenados a uma posição secundária ou até mesmo tachados como reacionários, uma vez que “a forma específica de dominação que eles sofrem dificulta-lhes a apropriação do significado e dos ganhos das suas revoltas” (BOURDIEU, 1977, p. 5).

Partindo de estudos empíricos realizados no México e na Índia, Migdal (1974) procura entender a relação entre campesinato e revolução a partir das mudanças pelas quais passaram as comunidades camponesas, ou seja, uma intensificação das relações com o mundo externo a elas. O envolvimento camponês na política é analisado pelo autor como produto das consequências dessa abertura camponesa ao mundo externo às aldeias, especialmente com o mercado moderno, que gerou, dentre outras implicações, o aumento da dependência dos camponeses ao dinheiro, à necessidade de uma melhor infraestrutura e mais acesso a tecnologias de produção e de comunicação. Por isso, para o autor, quanto mais rápidas as mudanças pelas quais passam os camponeses, maior a facilidade dos revolucionários organizá-los. Tributário da teoria da escolha racional, sua principal tese é que os camponeses participam de movimentos revolucionários institucionalizados porque buscam “solucionar determinados problemas individuais e locais por meio de incentivos imediatos oferecidos pelas organizações revolucionárias” (MIGDAL, 1974, p. 229).

Com base nisso, Migdal aponta três prerequisites necessários para o engajamento camponês em processos revolucionários: 1) uma crescente participação camponesa no mercado (entendido pelo autor como um mundo externo à comunidade camponesa), o que está associado

⁵⁰ O argumento de Hobsbawn converge com a interpretação proposta por Bourdieu (1977) acerca do campesinato enquanto “classe objeto”, dada sua incapacidade de produzir sua própria representação social e de se constituir enquanto “sujeito de sua própria verdade”, ficando por conta das classes dominantes a produção de tais imagens.

ao empobrecimento dos camponeses; 2) a existência de corrupção, monopólio e incompetências estruturais: “Onde o governo falhou em criar instituições viáveis e bem reguladas e onde os poderosos proprietários fizeram não-lucrável a participação camponesa, aí é mais provável que os camponeses acolham outros arranjos institucionais” (1974, p. 230); e 3) um bom grau de liderança dos revolucionários, uma vez que o campesinato é observado pelo autor como “ainda relativamente fraco em termos organizacionais se comparado a outras classes sociais” e “possui geralmente menos recursos como expertise e educação associada à construção de organizações” (1974, p. 232).

Para Migdal, é necessário que a liderança dos revolucionários se sobressaia em relação às demais devido aos riscos envolvidos na cumplicidade dos camponeses para com os revolucionários. É preciso ainda que estes criem novas instituições que substituam as instituições estatais existentes a fim de minar o controle e o poder do Estado sobre seu território e viabilizar progressivamente a tomada do poder. Nesse sentido, o autor levanta uma hipótese que pode ajudar a compreender por que as tentativas de empreender um processo revolucionário no Brasil não avançaram:

Se revoluções camponesas institucionalizadas foram largamente mal sucedidas nos anos 1960, não foi porque os governos estariam agora lidando com as deficiências e a exploração sofrida pelos camponeses, mas porque os governos preveniram que os revolucionários institucionalizassem processos de troca social em curso. Além disso, alternativas de mobilidade dos camponeses por meio da emigração também diminuíram as oportunidades para os revolucionários atraírem elementos inovadores para os camponeses (MIGDAL, 1974, p. 264).

Paige (1975), por sua vez, argumenta que os autores que o precederam⁵¹ elaboraram “diferentes tipologias da organização agrícola e das relações de classe, mas não teorias sobre a relação entre essas duas variáveis” (1975, p. 9). Diante disso, com base em estudos de casos no Peru, Angola e Vietnã, elaborou o que chamou de uma “teoria dos conflitos de classes rurais”. Seu foco são os países cuja economia caracteriza-se por uma agricultura de exportação, segundo ele, a principal maneira por meio da qual as populações rurais estabelecem relação com o mercado e, por consequência, a principal fonte de mudanças socioeconômicas: novas formas de agricultura de exportação criaram novas classes sociais, destruíram outras e criaram novos padrões de conflito de classes.

Seu pressuposto é que as ações dos camponeses “dependem das relações que estabelecem com outras classes agrícolas, com quem precisam compartilhar os rendimentos de seu trabalho” (1975, p. 9). Paige divide as classes rurais entre o que chama de “cultivadores” e “não-cultivadores”⁵². Estes são divididos entre os que vivem da renda da terra e os que investem capital na propriedade. Os rentistas, caracterizados como mais fracos do que os capitalistas econômica e politicamente, geralmente dependem do trabalho servil ou semelhante e, no conflito de interesses com os cultivadores, apenas conseguem atender a reivindicações dos cultivadores na medida em que abrem mão de rendimentos, no que Paige chama de um jogo de soma zero. Os capitalistas, por sua vez, extraem renda do capital investido e, por isso, expandem seu capital, o que lhes permite atender a algumas reivindicações dos cultivadores sem necessariamente diminuir seus próprios rendimentos. Da mesma forma, em relação à questão fundiária, o principal conflito que os capitalistas enfrentam, na visão de Paige, não é a distribuição da propriedade em si, mas dos produtos dela advindos.

⁵¹ Refere-se a Julian Steward e associados, Arthur Stinchcombe e Eric Wolf. Ver mais em Steward [et. al.] (1956), Stinchcombe (1961) e Wolf (1969/1984).

⁵² “Cultivators” e “non-cultivators” no original.

Ter a terra como principal fonte de renda tende a dividir a classe dos cultivadores, enquanto que o salário tende a unificá-los: “quanto maior a importância da terra como fonte de renda dos cultivadores, maior sua aversão ao risco e maior sua resistência aos movimentos políticos revolucionários.” (1975, p. 26). O inverso aconteceria com os assalariados. Em outras palavras, para o autor, o camponês que depende exclusivamente da terra é mais conservador por medo de perdê-la e se tornar miserável, tendência baseada em um “balanço racional” entre a probabilidade de sucesso contra o risco de um revés que poderia levá-lo a perder sua propriedade. Paige lembra ainda que essa mesma tese foi defendida por Mao Tse Tung em seu texto de 1926 sobre a situação das classes sociais na China do início do século XX (TSE TUNG, 2011).

Adicionalmente, “quanto maior a importância da terra como fonte de renda para os cultivadores, maiores os incentivos para a competição econômica e mais fracos os incentivos para a organização política” (PAIGE, 1975, p. 30). O inverso se daria em relação aos assalariados: ao contrário do que dizia Marx, a classe mais propensa à revolução não estaria nos países industrializados, mas nos países de agricultura exportadora do mundo subdesenvolvido, pois nestes a estrutura de classes permanece homogênea, a desigualdade é expressiva e é ali que se encontram os principais incentivos à revolução, ao passo que naqueles, segundo Paige, a estrutura de classes se complexifica mais e a desigualdade diminui. Por fim, “quanto maior a importância da terra como fonte de renda dos cultivadores, maior o isolamento estrutural ou a dependência em relação a não-cultivadores e mais fracos os incentivos para a solidariedade política” (PAIGE, 1975, pp. 34-5) e novamente o inverso se daria em relação aos assalariados.

Como consequência, Paige identifica quatro tendências de comportamento político entre as classes rurais a partir das diferentes combinações de rendimentos. Quando a principal fonte de renda das duas classes é a terra⁵³, o mais provável é que o camponês seja conservador e incapaz de se organizar politicamente. Quando o faz, é por meio de revoltas, movimentos políticos de curta duração, geralmente interrompidos pela repressão ou atenuados com o atendimento das demandas mais imediatas. Nesses contextos, os partidos comunistas são vistos mais como ameaça ao princípio da propriedade da terra, caro aos camponeses, do que como instrumento de organização para a solução dos problemas. Por isso, a consequência política mais provável para esse tipo de combinação é a revolta agrária e não uma revolução.

Quando a principal fonte de renda dos não cultivadores é o capital e a dos cultivadores permanece sendo a terra, a disputa fundamental se dá em torno das regras comerciais, ou seja, os cultivadores reivindicam uma maior participação nos lucros, de modo que a consequência política mais provável desse arranjo é a organização de movimentos por reforma mercantil. Quando o arranjo passa a ser capital e salário, foco dos conflitos se dirige para a disputa pelos rendimentos da propriedade e a tendência é que os assalariados agrícolas reivindiquem questões econômicas limitadas, de modo que a tendência política dessa combinação é o surgimento de organizações voltadas a lutar por reforma trabalhista.

Por fim, é apenas nas situações de combinação entre terra e salário que Paige aponta para a revolução agrária como a consequência mais provável. Trata-se de um arranjo em que os cultivadores conseguem se organizar politicamente, ao passo que os não cultivadores não são capazes de prover concessões aos trabalhadores porque não podem expandir sua renda, a não ser pela expansão territorial, em um jogo de soma zero. Tal situação, segundo Paige, torna a classe superior dependente da repressão para manter sua posição de poder e demonstra sua

⁵³ Nesse caso, a principal remuneração recebida pelo camponês por seu trabalho é o direito de utilizar a terra para o plantio de subsistência.

fraqueza econômica e política. É apenas nesse tipo de combinação que a revolução é mais provável.

O principal exemplo do arranjo “Terra e Salário” é o sistema de trabalho à meia, no qual os trabalhadores têm direito apenas à metade do que produzem, enquanto a outra parcela da produção é apropriada pelo proprietário como forma de pagamento pelo uso da terra. Nesse sistema, ainda segundo o autor, os cultivadores possuem um vínculo fraco com a terra uma vez que mudam frequentemente de local de trabalho, conforme as crises e conveniências. Além disso, o baixo rendimento que recebem geralmente assemelha-se ao que receberiam se fossem assalariados. Por isso é que, embora não sejam pagos propriamente na forma de salário, Paige os coloca nessa categoria. Além disso, os meeiros seriam mais interdependentes do que os pequenos proprietários devido a que a produção de um afeta as expectativas dos donos das terras sobre a produção dos outros. Eles também estão geralmente mais presentes em áreas de maior densidade demográfica, como nas plantações irrigadas de arroz do sudoeste asiático, o que os torna semelhantes aos proletários em termos de facilidade de comunicação e de troca de experiências. Paige ainda assinala que Mao Tse Tung também reconheceu o potencial organizativo dos meeiros em seu relatório de 1927 sobre Hunan. O modelo teórico proposto por Paige é uma contribuição fundamental para o estudo da participação político-revolucionária do campesinato. Ao mesmo tempo, percebe-se em seu esquema analítico pouca centralidade para a agência no sentido giddensiano do termo, ou seja, a capacidade do indivíduo de promover mudanças no estado de coisas em curso, com base no conhecimento das normas sociais vigentes (GIDDENS, 1989).

Skocpol (1979) contribuiu para o tema a partir de um estudo comparativo entre as revoluções francesa, russa e chinesa. Embora seu foco central não tenha sido o papel dos camponeses, eles compõem uma dimensão chave de seu argumento. Para ela, nos casos que analisou, a participação camponesa teve peso decisivo por dois fatores novos para a história dos três países: sua extensão para o nível extra-local e sua relação de antagonismo com as classes superiores. Além disso, ela joga luz para as implicações do desenvolvimento do capitalismo nas relações entre Estados no nível global e entre classes no nível local. Nesse sentido o imperialismo foi notado pela autora como um elemento impulsionador de revoluções de base camponesa nos países vítimas dessa forma de relação internacional.

Por fim, destaco a perspectiva proposta por Scott (1977). Partindo do pressuposto de que a maior parte das revoluções do século XX foram revoluções camponesas, uma vez que o campesinato foi seu ator central, como ocorreu na China, Vietnã, México e Angola, o autor identifica um paradoxo em relação à teoria marxista ortodoxa que enxergava não no campesinato, mas no proletariado a classe por excelência revolucionária. Sua proposta analítica é, portanto, resolver tal paradoxo. Para ele, o fato de que tais revoluções ocorreram em países predominantemente agrários, com uma classe proletária numericamente pequena ajuda a entender por que o proletariado não foi o agente social da revolução, mas não explica por que o campesinato o foi. Da mesma forma, a variável demográfica não explica as razões pelas quais o proletariado dos países industrializados tampouco conseguiu empreender uma revolução. De maneira oposta a Migdal (1974), a tese de Scott (1977) para explicar o protagonismo camponês nessas revoluções é a de que

o relativo isolamento do campesinato da vida institucional e cultural do Estado e suas elites dirigentes significou que, como classe, o campesinato tem estado mais imune do que o proletariado à *hegemonia* (no sentido atribuído por Gramsci) social e cultural das classes dominantes. Além disso, o isolamento não tem implicado em ausência de capacidade de ações coordenadas na defesa de seus interesses de classe. Uma série de conexões informais, como os mercados locais, laços de parentesco, direitos de uso

comum, seitas religiosas e peregrinações, padrões de pequeno comércio e migrações sazonais têm geralmente garantido a rede social para a ação mútua (1977, p. 270).

Inspirado na abordagem thompsoniana, Scott argumenta que o fato de os camponeses serem fruto de uma tradição muitas vezes milenar torna mais difícil a penetração dos valores capitalistas junto a eles devido a um conjunto de institucionalidades camponesas que competem com as iniciativas capitalistas. Ao lado disso, os instrumentos das mídias de massa, que difundem os valores capitalistas, como televisão, jornais e filmes, chegavam mais facilmente nas áreas urbanas do que rurais⁵⁴. Mas não é apenas o isolamento que explica o engajamento camponês nas revoluções. Sua cultura normativa também é um elemento que se contrapõe às instituições hegemônicas, o que pode ser entendido, segundo o autor, no âmbito do que chama de uma “economia moral do campesinato”, uma “esfera distinta de percepção e informação, mas acima de tudo, de obrigações morais que tendem a excluir outsiders.

Trata-se de um localismo, segundo Scott, que garante uma relativa autonomia do campesinato e diferencia as aldeias não apenas umas das outras, mas também das elites externas. Em outras palavras, “a comunidade camponesa incorpora um conjunto de interesses de classe local e comunal – uma economia moral – que pode formar e forma a base para contestações violentas para com essas elites” (1977, p. 280). A partir disso, para o autor, o que torna esse descontentamento uma revolução comunista não são as motivações ou os valores camponeses, mas a *intelligentsia* radical ou o partido que consegue se conectar a uma massiva insatisfação popular. Scott, no entanto, aponta para as contradições presentes na institucionalização dos partidos e questiona a orientação leninista que geralmente carregam tais organizações. Seu argumento é que o leninismo conduz os camponeses à hierarquia das organizações partidárias, cujo destino é geralmente a cooptação, o abandono do socialismo e a acomodação junto ao poder estabelecido.

As dificuldades inerentes ao leninismo são retomadas pelo autor em outro texto em que discute as diferenças de interesses e de sentido atribuído à revolução para camponeses e militantes, estes referidos por Scott como comissários, nome usado pelo Partido Comunista da União Soviética para se referir aos seus integrantes responsáveis pela propaganda política e pela garantia da obediência das regras do partido (SCOTT, 1979). Trata-se de uma análise particularmente importante para pensar o objeto sobre o qual me debruço nesta tese.

Para o autor, o hiato cultural entre esses dois grupos sociais foi uma das razões pelas quais os trabalhadores olharam com ceticismo e desconfiança para militantes socialistas de classe média que tentaram organizá-los. Scott identifica nos camponeses uma predisposição maior à contestação devido a uma autonomia e a um isolamento maior em relação aos proletários. Por outro lado, essas mesmas características são vistas pelo autor como obstáculos para o engajamento camponês em institucionalidades organizativas, sejam elas conservadoras ou revolucionárias.

Qualquer elite radical que queira mobilizar os camponeses vai encontrar não uma tábula rasa, mas uma rica tradição de identificações prévias, uma história de luta organizada e um conjunto de ideias político-religiosas que afetarão qualquer que seja a síntese que emergir [a partir da junção entre os dois mundos] (SCOTT, 1979, p. 101).

⁵⁴ Embora essa não seja a realidade em boa parte das áreas rurais contemporâneas, nas dos anos 1970, a que o autor se refere, eram mais escassos os meios de comunicação de tecnologia avançada. No caso brasileiro, tal isolamento era em alguma medida quebrado pelo rádio, principal meio de comunicação para os camponeses. Nesse sentido, cumpre destacar o estudo de Alonso (2011) sobre a relação entre a música sertaneja e o apoio ao regime militar. Várias composições faziam chegar aos camponeses a imagem de um governo que cuidava dos lavradores e preocupado com os mais vulneráveis.

De acordo com seu argumento, há uma distância maior entre as *intelligentsias* dos partidos revolucionários para com o universo camponês do que entre estes e as próprias elites agrárias que os exploram. No início da relação entre os militantes e os camponeses, estes vêem aqueles com cautela, desconfiança e de acordo com os interesses imediatos, como apontou Migdal (1974). Além disso, embora os camponeses possam se considerar e agir enquanto classe, eles são propensos a se verem antes de tudo como uma comunidade de um povoado. Em outras palavras, “se a classe vem a ter significado fenomenologicamente, esse significado tende a ser local” (1979, p. 110). Para o autor, a “ideologia revolucionária moderna”, quando chega ao campesinato, é “integrada às crenças e valores existentes”. Devido à frequência com que se identificam rebeliões camponesas voltadas à busca pelo desligamento com o poder central dos Estados, Scott atribui a elas um caráter anarquista expresso em incêndios de prédios estatais, assaltos a autoridades e nos diversos movimentos separatistas protagonizados por camponeses, o que também difere da característica organizativa dos partidos leninistas.

Com base nessas diferenças, Scott elenca três principais possibilidades quanto aos interesses dos revolucionários e dos camponeses: 1) convergência de objetivos; 2) divergência, mas sem competição e 3) conflito de interesses. Essa última não implica necessariamente na inviabilização da revolução, mas terá impacto tanto no processo revolucionário, como no arranjo que se formar depois dele. Sua tese sobre o papel da *intelligentsia* revolucionária nas revoluções bem sucedidas é que ela não substitui a maneira tradicional dos camponeses se revoltarem, mas a ela se soma, gerando no decorrer do processo revolucionário uma aproximação de valores e interesses entre vanguarda e massas. Scott concorda que, para a consolidação de um Estado revolucionário, a liderança do partido é necessária, mas para o início e desenvolvimento do processo revolucionário, quanto mais autonomia e atuação local os camponeses tiverem, maiores as chances de sucesso.

Uma ideia comum a boa parte dos autores discutidos nesse item é a da necessidade de uma organização externa para liderar os camponeses no sentido de caminharem coletivamente em uma esfera mais ampla que a local, para uma direção específica. Tal constatação pode ser um indício de que o leninismo não influenciou apenas atores políticos ao redor do mundo, mas também acadêmicos que se propuseram a analisar o tema, com exceção de Scott, cuja proposta é crítica a essa perspectiva. Jogar luz sobre as consequências políticas dessa abordagem à luz dos casos analisados é um dos objetivos desta tese.

As problematizações apresentadas acima são ferramentas analíticas para melhor compreender os casos em análise nesta tese. Trazê-las ao debate é condição para que o estudo das experiências brasileiras possa também contribuir com o avanço das reflexões sobre o tema.

1.3 Campesinato e revolução na América Latina

Na América Latina, o debate sobre campesinato e revolução foi inaugurado por Mariategui (1928/1975), com sua clássica obra intitulada *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, cuja intenção, segundo o próprio autor, era a de “contribuir para a criação do socialismo peruano” (1975, p. XXII). Embora focado no contexto de seu próprio país, sua análise é considerada o primeiro esforço de adaptação da teoria marxista ao contexto latino-americano. Para isso chamou atenção para a importância da população indígena e defendeu que a análise sobre o que ele chamou de “problema do índio” deveria ser realizada na chave do “problema da terra”. Segundo ele, a revolução que levou à independência do Peru não colocou uma nova classe no poder, pois fora fruto de uma aliança entre burgueses e latifundiários, que não levaram em conta as reivindicações dos camponeses e indígenas. Embora se pretendesse liberal, a revolução manteve o domínio do latifúndio e anulou medidas de proteção da pequena

propriedade. Para Mariategui, a transição para o socialismo poderia ocorrer através das formas de coletivismo tradicionais, praticadas pelos indígenas.

Ao longo do século XX, boa parte dos países latinoamericanos foi palco de tentativas de mobilização dos camponeses para processos revolucionários, especialmente após a vitória da revolução cubana em 1959, que motivou a criação de diversas organizações políticas no continente. Dentre as de maior destaque estão as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), fundadas em 1964 e ativas até hoje, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), da Venezuela, criadas em 1962, o Exército de Libertação Nacional (ELN)⁵⁵, da Bolívia, fundado em 1966, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, do Uruguai, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), da Argentina, e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), do Chile, os três últimos fundados em 1965. Trata-se de um momento de expansão dos partidos e organizações comunistas na América Latina, em um contexto de guerra fria e de disputas entre a China e a União Soviética. É certo que nem todas as organizações colocavam o campesinato e a guerrilha rural como prioridade, mas o sucesso das revoluções chinesa e cubana estimulavam a maioria das organizações a seguir esse caminho.

Ao analisar a participação política dos camponeses na América Latina, Wolf (1973/2001) sublinhou as implicações políticas do sistema de produção baseado nas *haciendas*, ainda que em declínio na segunda metade do século XX. Para ele, a atuação camponesa foi mais relevante em função dos questionamentos ao sistema de poder do que em função de seu caráter propriamente revolucionário. Antes dele, Falsborda (1968/2015) também já havia se debruçado sobre o que chamamos de “revoluções inconclusas” da América Latina e apontado para o êxodo rural e a relativa melhora de vida dos camponeses que migraram para as cidades como elementos explicativos para o não avanço dos processos revolucionários iniciados no continente, uma vez que tal processo serviu como uma espécie de “válvula de escape” para os conflitos agrários. Segundo ele, esses migrantes teriam, em geral, assimilado a ordem estabelecida e contribuído para a vitória das forças conservadoras. O distanciamento dos intelectuais e das universidades em relação às classes populares também é apontado pelo autor como um fator dificultante para os movimentos revolucionários no continente.

Interpretação distinta foi desenvolvida por Ianni (1985), que discorda da ideia de “revoluções inconclusas” proposta por Falsborda. Para Ianni, elas não teriam ficado pela metade, mas tomado caminhos distintos dos inicialmente almejados e terminaram de outra forma. Ianni utilizou uma concepção mais ampla da ideia de revolução e atribuiu um protagonismo maior aos camponeses que participaram de experiências como as revoluções mexicana (1910)⁵⁶, boliviana (1952)⁵⁷, cubana (1959)⁵⁸ e nicaraguense (1979)⁵⁹, além de outros movimentos políticos no continente, dentre os quais se destacam os seguintes:

⁵⁵ Ernesto Che Guevara foi morto lutando nessa organização em 1967 ao tentar espalhar a experiência cubana para o restante da América Latina.

⁵⁶ Ianni (1985, p. 19) destaca o papel dos zapatistas, para quem “a revolução era insperável da luta pela terra, principalmente a reconquista da terra perdida ao longo do século XIX, pela atuação das companhias de demarcação e colonização”.

⁵⁷ Sob a liderança do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), foram formadas milícias compostas por camponeses e trabalhadores da mineração, que venceram o exército boliviano e viabilizaram a tomada do poder por Victor Paz Estensoro, cujo governo (1952-56) acabou por trair o movimento revolucionário, apesar de ter nacionalizado minas de estanho e distribuído terras. Observe-se que Wolf (2001) não classifica a experiência boliviana como revolução.

⁵⁸ Voltarei a ela no item 2.1.

⁵⁹ Resultado de um processo de longa duração iniciado no final dos anos 1920 sob a liderança de Augusto Cesar Sandino, na luta contra invasores norte-americanos e oligarquias locais, a revolução nicaraguense derrubou a ditadura de Anastasio Somoza Debayle (1967-1979) e iniciou um programa de reconstrução nacional sob a

Na Guatemala, em 1944-54, a questão agrária influenciou bastante o processo político⁶⁰. No Brasil, em 1954-64, as ligas camponesas criadas no Nordeste recolocaram a questão agrária e puseram em casa o bloco de poder organizado sob o lema do desenvolvimento capitalista. No Peru, em 1957-65, a questão da terra foi muito importante, tendo ocorrido inclusive um movimento guerrilheiro de base camponesa nos vales de La Convención e Lares⁶¹. No Chile, em 1970-73, as contradições sociais no campo exerceram acentuada influência no processo político nacional⁶² (...) (IANNI, 1985, p. 16).

Ianni interpreta que a revolução cubana foi no continente a única capaz de implantar o socialismo em função da adaptação de ideias ocorrida entre a liderança revolucionária e o movimento camponês no sentido da construção de uma plataforma unificada, processo que não ocorreu nas demais experiências latinoamericanas.

Em sintonia com Scott (1979), diversos estudos trataram deste descompasso entre direção e base camponesa das organizações. Um deles é o de Castor (1998), sobre a participação camponesa nas organizações revolucionárias do Haiti durante a ditadura de François Duvalier (1957-1971), sendo a principal delas o Partido do Entendimento Popular (PEP), de orientação marxista-leninista. Dentre as razões apontadas pela autora para o insucesso desses intentos estão o foco demasiado restrito no militarismo, em detrimento do trabalho político, a subestimação das forças repressivas e o hiato entre as orientações teóricas e a prática junto ao campesinato⁶³.

Outro estudo na mesma linha é o de Del Pino (1992) sobre o Sendero Luminoso, do Peru, organização revolucionária de inspiração maoísta que, embora fundada em 1969, apenas iniciou a execução mais sistemática de ações armadas em conjunto com camponeses a partir de 1979. De acordo com o autor, uma das divergências entre o Partido e os camponeses era a determinação daquele para que estes interrompessem as trocas mercantis que estabeleciam com as cidades a fim de criar uma situação de fome e crise de modo a enfraquecer o governo, o que não foi obedecido. Além disso, o movimento selecionou jovens camponeses para serem “chefes políticos” representantes do partido em seus povoados, desconsiderando a liderança dos antigos chefes e criando conflitos não apenas políticos, mas também geracionais. Tal decisão levou à criação das “rondas camponesas”, grupos contrarrevolucionários voltados ao combate ao Sendero Luminoso.

liderança da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), movimento que congregou o operariado urbano e rural, camponeses e trabalhadores da mineração (IANNI, 1985).

⁶⁰ Também nos anos 1960 houve na Guatemala tentativas de impulsionar o envolvimento camponês na luta armada revolucionária. De acordo com Bran (1998), ainda que tais tentativas tenham sido marcadas pela liderança de “pequeno-burgueses radicalizados” com inspiração na revolução cubana, sem uma base social sólida, elas serviram de aprendizado para a experiência dos anos 1980, na qual os camponeses se engajaram de forma mais ampla.

⁶¹ Destacando-se pelas ocupações de terra, o movimento foi reprimido pela ditadura militar. No entanto, devido à força da demanda por terra, o governo do general Velasco Alvarado tomou algumas iniciativas de reforma agrária a fim de atender às reivindicações dos camponeses (IANNI, 1985).

⁶² Como mostra Pérez (2000), ainda antes de 1970 o Partido Socialista do Chile já promovia ações armadas com os camponeses, como foi o caso da “Batalha do Fundo de São Miguel”, na província de Aconcagua, em 1968, quando os agricultores sindicalizados que ocuparam a área tiveram que combater com as forças repressivas para manter-se na terra. Além do Partido Socialista, o MIR também procurava mobilizar camponeses para a luta armada.

⁶³ Segundo Castor (1998), a luta armada via guerra de guerrilhas como estratégia prioritária para a luta contra Duvalier foi adotada pelo PEP em 1966. Para isso, seguindo a tendência das organizações revolucionárias a nível internacional, também atribuíram ao campo e ao campesinato um papel central no processo revolucionário. O movimento chegou a avançar em algumas ações: parte dos camponeses interromperam o pagamento da corvéia e de outros impostos relativos ao uso da água, enfrentaram coletores de taxas, negaram-se a trabalhar em terras griladas, incendiaram plantações, tentaram recuperar terras griladas e justiçaaram alguns dos representantes do regime de Duvalier. A resposta do governo, no entanto, foi a intensificação da violência repressiva. Ainda em 1969 a resistência armada já estava praticamente desmantelada.

Inseridas nesse mesmo contexto, as organizações revolucionárias brasileiras possuíam características semelhantes, uma vez que seus militantes estabeleciam intercâmbios com experiências de países vizinhos como Venezuela e Colômbia (ver item 4.2) e compartilhavam boa parte das inspirações teóricas e empíricas, como veremos no capítulo seguinte.

Em suma, havia uma tendência – talvez mais intensa entre os atores políticos, mas também presente em parte da literatura acadêmica – de substancialização do campesinato como um grupo social dotado de uma essência e uma propensão política pré-definida, havendo pouco esforço no sentido de compreender em profundidade as nuances e as diferentes historicidades que marcam os diferentes campesinatos.

2. CAMPONESES, COMUNISTAS E A LUTA ARMADA NO BRASIL

Neste capítulo, trato brevemente das principais perspectivas orientadoras das organizações armadas brasileiras quanto às ideias legitimadoras de seus projetos políticos e às estratégias a serem adotadas para chegar à revolução. Posteriormente, apresento uma análise sobre o PCB, suas disputas internas e o lugar do campesinato nos diferentes momentos do partido. Por fim, discuto a experiência da ala militarista das Ligas Camponesas no pré-64.

2.1 Perspectivas orientadoras da luta armada no Brasil

Em linhas gerais, o embasamento teórico-político que norteava as organizações de esquerda de modo geral a nível internacional era o leninismo, com sua defesa da existência de uma vanguarda política que deveria conduzir a classe trabalhadora para a revolução. Lenin se baseou na teoria de Marx para analisar o contexto russo e, a partir da vitória na revolução de 1917, inspirou diversas outras experiências políticas ao redor do mundo. Como veremos no item 2.2, o próprio PCB foi criado em 1922 a partir da III Internacional, dirigida por Lenin.

Embora houvesse um debate entre defensores da via pacífica e adeptos da tese da luta armada, o paradigma da revolução violenta, que havia ganhado maior expressividade entre os bolcheviques russos, era uma das principais ideias norteadoras das organizações revolucionárias brasileiras do período analisado nesta tese. Com base em Marx, compreendiam a violência como “parteira da história”, um ato intenso, porém passageiro, que daria lugar a uma nova vida, a superação das opressões e a emancipação da classe trabalhadora.

Uma das principais experiências influenciadas por essa perspectiva foi a revolução chinesa. A partir de um processo de sinização do marxismo, seus líderes reproduziram o paradigma da revolução violenta e contaram com o protagonismo dos camponeses. Resultado de um processo longo de revoltas locais desde meados do século XIX contra as dinastias que governavam o país havia séculos e contra o imperialismo britânico que explorava suas riquezas pela via do comércio, a revolução chinesa alcançou a vitória em 1949. Por ter triunfado, constituiu-se como uma importante inspiração para diversas organizações revolucionárias brasileiras.

Entendendo que o problema do campesinato era a questão central da revolução, o líder Mao Tse Tung, filho de um camponês dono de suas próprias terras⁶⁴ da província de Hunan, conduziu o confisco e a redistribuição de terras no âmbito das associações camponesas. Ele apontava para três requisitos básicos para a revolução: romper com o Kuo Min Tang⁶⁵, buscar apoio do campesinato e criar uma força militar própria (o Exército Vermelho). A primeira medida adotada foi a realização de uma reforma agrária. Mas, com o tempo, os líderes comunistas deram-se conta de que apenas essa iniciativa não era suficiente. Era preciso avançar sobre as formas de controle político das aldeias. Daí a introdução de novas formas de organização: conselhos de aldeia, equipes de trabalho e sindicatos camponeses, que dariam a essa população uma capacidade maior de influenciar as decisões de suas aldeias.

Isso facilitou o recrutamento de camponeses, especialmente os pertencentes às camadas com maiores dificuldades econômicas, ao Exército Revolucionário, o qual se tornou, para

⁶⁴ Em um contexto em que a maioria dos camponeses não tinham terra e era explorada pelos senhores rurais, o fato de os pais de Mao terem sua própria terra, ainda que em pequena extensão (1,5 ha), permitiu a Mao acumular um capital cultural que lhe foi útil para adquirir também o capital político que lhe foi necessário para liderar o processo revolucionário

⁶⁵ Partido Nacionalista do Povo, de orientação republicana (não socialista), o Kuo Min Tang foi fundado em 1912, ano em que assumiu o poder após o fim da dinastia Qing que havia governado a China por vários séculos. Teve como líderes Sun Yatsen e Chiang Kai-shek, que governaram a China até a Revolução liderada por Mao.

muitos deles, um degrau para a ascensão social. Para Wolf (1984), o êxito dos comunistas foi justamente decorrente da incitação do campesinato à guerra – inicialmente contra o Kuo Min Tang, e depois contra os japoneses que haviam invadido seu país.

No Brasil, o maoísmo ganhou força nos anos 1960, sobretudo com a criação do PCdoB, em 1962. Maurício Grabois, um dos principais líderes da cisão, colocava Mao Tsé Tung no mesmo patamar de Marx, Engels, Lenin e Stálin e o considerava um dos maiores teóricos do marxismo (GORENDER, 1987). De acordo com o autor, os principais textos de Mao lidos pelos militantes brasileiros, especialmente os da AP, eram: *Escritos Militares*, *Sobre a Prática* e *Sobre as Contradições*. Em relação ao primeiro, destaca-se a carta de 1930, intitulada *Uma faísca pode incendiar toda a pradaria* (TSETUNG, 2011, p. 187), na qual o autor utiliza esse provérbio chinês para fazer uma analogia entre uma pradaria e as massas. Os militantes brasileiros interpretaram esse texto de modo a se autoatribuírem a responsabilidade política de ser a faísca a incendiar a pradaria. Em arguição a meu projeto de qualificação de doutorado, em 13/12/2017, Daniel Aarão Reis, ex-militante da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e do MR-8, relatou que o pressuposto dessa interpretação era que a pradaria estava seca, pronta para ser incendiada, quando, na realidade, não estava. Havia, portanto, um otimismo entre os militantes brasileiros, que acreditavam que bastariam algumas ações “incendiárias” para que as massas aderissem à revolução.

Segundo Reis (1991), o cisma entre a China e a União Soviética⁶⁶ foi fator determinante para a incorporação das ideias maoístas por uma parcela dos comunistas brasileiros. O autor discorda da interpretação de que os militantes das organizações maoístas brasileiras tenham realizado no Brasil uma aplicação automática de uma “receita” criada para o contexto chinês. Para ele, a referência às experiências internacionais buscava muito mais um argumento de autoridade do que necessariamente uma cópia de uma experiência vinda de fora.

A segunda perspectiva política que influenciou os militantes das organizações armadas brasileiras foi o foquismo. Segundo Sales (2005), esse foi o termo utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista com base na guerra de guerrilhas a partir do campo e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba. As principais organizações apontadas pelo autor como seguidoras desta perspectiva no Brasil foram o PCBR, o MR-8, a Ala Vermelha, a ALN e o Colina.

Debray (1967) é considerado o principal teorizador desta perspectiva. Ele busca destacar o caráter de originalidade que teve a Revolução Cubana em relação à Chinesa, tendo em vista as diversas referências que se fazem às semelhanças entre as duas. Um dos argumentos que ele usa para defender essa ideia é a informação de que Fidel teria lido os escritos de Mao apenas depois da ofensiva de 1958, quando sua tática militar já estaria definida.

Ao defender o foquismo, o autor critica o trotskismo⁶⁷ por ser este um tipo de estratégia política que não concordava com a tática guerrilheira. Defendia, por sua vez, o trabalho de

⁶⁶ O conflito sino-soviético teve início na segunda metade da década de 1950. Antes disso, o Partido Comunista Chinês havia contado com o apoio prolongado da União Soviética, motivo pelo qual era tratada com certa superioridade por Moscou, o que se mostrou de maneira mais expressiva na primeira visita de Mao à União Soviética em dezembro de 1949, logo após a vitória da revolução chinesa. As relações entre os dois países se complicou em 1956 quando Khrushchev, o líder que substituiu Stalin, criticou muitas das políticas de Stalin, principalmente os expurgos dos membros do Partido. Isso criou um mal-estar interno para Mao, uma vez que havia apoiado Stalin. Além disso, passou a haver entre as duas potências uma disputa em torno da liderança do movimento comunista a nível internacional, daí o esforço por parte da China para receber lideranças comunistas de outros países como o Brasil, a fim de fortalecer sua influência nesse sentido.

⁶⁷ Corrente do marxismo-leninismo fundada por Leon Trotsky, militante comunista russo, que disputava com Stalin a hegemonia no Partido Comunista da União Soviética. Derrotado, foi expulso do partido e se exilou no

agitação, por meio de greves, manifestações, ocupações de terras, criação de sindicatos, etc, para que, a partir disso, fossem criadas as condições para a tomada do poder. Debray chega a citar as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, como um exemplo de aplicação do trotskismo⁶⁸. O autor defende que a organização inicial das guerrilhas deveria ter caráter clandestino, justamente porque o trabalho de agitação proposto pelos trotskistas seria uma forma de expor o movimento revolucionário à repressão policial. Como alternativa à necessidade de conquistar o apoio da população ao movimento revolucionário, Debray defendia que a demonstração de força dos guerrilheiros seria mais eficiente do que “mil discursos”, já que uma vitória militar dos rebeldes evidenciaria que a revolução já estaria em curso e que as forças estatais não seriam tão invulneráveis quanto tentavam demonstrar ser. Apesar de ser muito lida, porém, a perspectiva desenvolvida por Debray não era necessariamente seguida ao pé da letra pelas organizações brasileiras.

Guevara (2011) também descreve a experiência cubana de forma semelhante, informado por sua participação ativa no processo. Ao narrar a chegada do navio *Gramma*, que levou Fidel Castro e os outros 81 guerrilheiros do México a Cuba em 1956, Guevara conta que, apesar da morte da maioria dos combatentes revolucionários, o movimento teve duas vitórias importantes. Embora insignificantes do ponto de vista numérico, teriam sido fundamentais do ponto de vista psicológico, pois teriam acabado com a suscetibilidade dos guerrilheiros (urbanos) em relação aos camponeses, que estavam desconfiados dos guerrilheiros e temiam as represálias do governo:

Nessa etapa, evidenciaram-se duas coisas de grande importância e interligadas entre si: os camponeses aprenderam que a violência e a barbárie do exército poderiam acabar com suas casas, suas colheitas e suas famílias, mas não com a guerrilha e que, por isso, dentro delas estariam a salvo; os guerrilheiros, por sua vez, aprenderam a necessidade cada vez maior de ganhar as massas camponesas, e para tal era evidente que tinham de lhes oferecer algo que desejam com todas as suas forças: e não há nada que um camponês deseje mais do que a terra (GUEVARA, 2011, pp. 118-9).

Uma das características mais conhecidas do foquismo é sua aversão aos partidos políticos na luta revolucionária. Nessa obra, Debray apresenta alguns argumentos para defender tal posição. Um deles é a divisão que se cria no processo, já que vai haver uma direção para ficar na cidade, atendendo às demandas burocráticas de um partido, e outra para conduzir a guerrilha no campo. Essa compartimentalização das forças revolucionárias, para Debray, seria um dos principais fatores de enfraquecimento das guerrilhas. Para serem bem sucedidas, seria necessário que o líder do processo conduzisse ao mesmo tempo os trabalhos na esfera política e militar. A necessidade de abandonar a estrutura partidária era defendida em função da crença na impossibilidade de o líder do partido se manter presencialmente na guerrilha, ocasionando uma divisão dentro do movimento revolucionário. Em artigo em que comenta o processo revolucionário, Che Guevara, braço direito de Fidel, relata:

México, onde foi morto por agentes a mando de Stalin. A principal contribuição teórica de Trotsky foi a Teoria da Revolução Permanente, que rejeitava a tese da necessidade de passar pela etapa capitalista para se chegar ao socialismo. O trotskismo defende ainda a necessidade da universalização do socialismo, visto que considera impossível obter sucesso com a implantação do socialismo em apenas um país. Uma das principais divergências entre Debray e o trotskismo era o fato de que este defendia o sindicalismo como a base fundamental sobre a qual deveria se dar a luta de classes, ao passo que aquele argumentava que tal tese favorecia apenas os sindicatos urbanos, mais suscetíveis à corrupção, e seria uma tese oriunda não da práxis, mas de uma esperança sem fundamento na realidade. Ver mais em Ferrera (1969).

⁶⁸ Ressalte-se que a referência que Debray faz às Ligas não leva em conta o fato de que havia no interior da organização um grupo que defendia, sim, a tática das guerrilhas, não havendo uma única forma de entendimento a respeito da melhor estratégia de ação política.

O problema fundamental era que se nos vissem teriam que nos denunciar. Se o exército ficasse sabendo de nossa presença por terceiros, eles estariam perdidos. Denunciar-nos, violentava suas consciências e, de qualquer maneira, os punha em perigo, pois a justiça revolucionária é rápida. Apesar desses camponeses aterrorizados ou, pelo menos, neutralizados e inseguros, que preferiam evitar esse grave dilema deixando a Sierra, nosso exército ia se fortificando cada vez mais (GUEVARA, 1968, p. 197).

Para Guevara (2011), embora o campesinato cubano, em sua maioria, tenha se proletarizado em função da mecanização, o que aumentava a chance de ele adquirir “consciência de classe”, na Sierra Maestra os camponeses ainda lutavam contra os latifundiários:

Iam para lá tentar criar suas próprias riquezas, ocupando um pedaço de terra pertencente ao Estado ou a algum latifundiário. Isso os obrigava a estar em luta contínua contra a ação dos soldados, eternos aliados do poder latifundiário, e seu horizonte se limitava à posse do título de propriedade. Concretamente, o soldado que integrava o nosso primeiro exército guerrilheiro de tipo camponês provem desta classe social que mais agressivamente demonstra seu amor pela terra e pela sua posse, ou seja, que mais claramente demonstra o que podemos chamar de espírito pequeno-burguês; o camponês luta porque quer terra para si mesmo e para seus filhos, para administrá-la, vendê-la e enriquecer-se com seu próprio trabalho (GUEVARA, 2011, pp. 61-2).

Esse campesinato, todavia, na interpretação de Guevara, apesar deste “espírito pequeno-burguês”, aprenderia logo que a única forma de conseguir a terra é lutando contra o sistema de propriedade latifundiária. Os operários, concordando com isso, unir-se-iam aos camponeses e dariam ao processo revolucionário o caráter de unidade operário-camponesa.

Um reforço fundamental para os guerrilheiros foi o envio de cerca de 50 homens armados provenientes da província de Oriente, o que fortaleceu significativamente o grupo e possibilitou a intensificação do processo de recrutamento de novos camponeses ao movimento. Isso demonstra, conforme enfatiza Bambirra (1974), que o Movimento 26 de julho possuía uma capilaridade e uma base social muito diversa formada por estudantes, operários e intelectuais que dava sustentação aos guerrilheiros, sem a qual dificilmente sobreviveriam. Outro aspecto central para o entendimento deste processo é o fato de que a região de Sierra Maestra era ocupada por camponeses com alguma experiência de luta contra o latifúndio e que iam para lá em busca de terra. Era também uma região famosa por ser habitada por pessoas “fora da lei”, especialmente cultivadores contrabandistas de maconha.

O processo revolucionário contou com o apoio também do movimento estudantil e do operariado urbano por meio da realização de greves e manifestações e do fato de que boa parte da burguesia cubana insatisfeita com o imperialismo americano também se mostrou simpática aos revolucionários e de que os latifundiários não adotaram uma política muito beligerante contra os opositores de Batista. Bambirra (1974) ressalta, por fim, um aspecto fundamental da guerrilha desenvolvida na Revolução Cubana e que se aplica a todas as situações em que se pretende usar essa estratégia: o fato de que ela só obtém sucesso se contar com o respaldo da população. Sem o apoio dela, não é viável a luta pela via guerrilheira.

Gorender (1987, p. 79), relata que, em 1962, no Congresso do Partido Comunista do Uruguai, ouviu de Blas Roca, chefe da delegação de Cuba, um relato que concebia o foquismo como uma “revolução que começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência montanhosa”. O autor, no entanto, problematiza o simplismo, a

omissão dos determinantes históricos e a pretensão de generalidade que teria marcado a apresentação do representante cubano. Contrapõe Gorender:

A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. Esta campanha nacional contra a ditadura de [Fulgêncio] Batista, de que participavam o Movimento 26 de Julho chefiado pelo próprio Fidel Castro e por Frank País, o Diretório Revolucionário, o Partido Comunista, sindicatos operários e mesmo correntes políticas burguesas, é que reduziu consideravelmente a eficiência do Exército de Batista e forneceu aos guerrilheiros elementos materiais e morais para as suas façanhas. (...). Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco (GORENDER, 1987, pp. 81-2).

Se analisarmos as experiências brasileiras, veremos que havia uma preocupação com essas questões, já que boa parte das organizações escolhiam para servir como áreas estratégicas as regiões que tivessem algum tipo de histórico de luta pela terra. Exemplos disso são os casos da Baixada Fluminense (aí incluído Cachoeiras de Macacu) e oeste paranaense, regiões em que o PCB pôde desenvolver, dos anos 1950 até o golpe, um trabalho relevante junto aos camponeses, o que favorecia um pouco a entrada dos militantes das organizações dissidentes desse mesmo partido. Voltarei a esse ponto no item subsequente.

Em última instância, a crença de que a vitória de Fidel Castro tenha se dado a partir de “um grupo de doze ou dezessete homens” é vista por Gorender como um mito: “não há começo a partir do nada (...). O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à ideia do foco. Desde o primeiro momento foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda” (GORENDER, 1987, p. 81), o que não foi o caso dos militantes brasileiros, apesar do trabalho do PCB e demais organizações de esquerda no pré-golpe. O movimento revolucionário brasileiro não tinha conseguido criar um ambiente de hegemonia das ideias revolucionárias, como o cubano. Por isso, os revolucionários e camponeses brasileiros foram obrigados a lidar com a propaganda contrarrevolucionária promovida pelos militares e por organizações da sociedade civil, como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), conforme demonstrou Dreifuss (1981) em sua obra sobre o golpe de 1964.

Ao analisar o processo revolucionário cubano, Bambirra (1974) corrobora com a crítica de Gorender, ao propor uma interpretação mais complexa sobre a ideia de que o foquismo era avesso à organização em torno de um partido político. Para ela, embora o Movimento 26 de julho não se constituísse formalmente como tal, ele possuía uma organicidade e uma distribuição espacial e exigia de seus membros uma disciplina tal que se assemelhava a uma estrutura partidária, o que foi fundamental para o sucesso dos guerrilheiros⁶⁹. Mais do que isso, a autora opõe-se à ideia de que os operários urbanos teriam cumprido um papel secundário na revolução já que a guerrilha começou no campo. De acordo com sua interpretação, até abril de 1958, quando do fracasso da greve geral, o papel pensado para a guerrilha rural era apenas fazer propaganda contra a ditadura e dar o respaldo armado necessário à greve geral. Apenas depois disso e da ofensiva do Exército de Batista é que passou a ocupar o papel principal para o processo revolucionário. Ao final do processo, portanto, o conjunto de ações praticadas pelos militantes nas cidades foi tão importante quanto a dos soldados do Exército Rebelde.

Gorender (1987) resume as duas principais características dessa perspectiva: a primazia do fator militar sobre o político e do foco guerrilheiro sobre o partido. Com críticas ao

⁶⁹ O Movimento 26 de Julho congregava militantes provenientes de diversas organizações anteriormente formadas para lutar contra o regime, tais como o Movimento Nacionalista Revolucionário, a Ação Libertadora e a Ação Revolucionária Nacional.

burocratismo e à corrupção que prejudicavam vários partidos comunistas⁷⁰, os cubanos procuravam não esperar pelos partidos: o foco assumiria a responsabilidade de iniciar a luta.

Era muito comum no Brasil uma visão diferente daquela proposta por Gorender (1987) e Bambirra (1974) e mais próxima daquela apresentada por Blas Roca, que simplificava o processo como um movimento cuja centralidade estava na guerrilha rural, secundarizando todo o trabalho anteriormente necessário no sentido de disputar a hegemonia da sociedade, imprescindível para o sucesso da própria guerrilha. Não apenas no Brasil o foquismo exerceu influência, mas em diversos países latino-americanos como Venezuela, Nicarágua, Colômbia, Guatemala, Argentina e Peru. O fato de as organizações brasileiras não serem as únicas a adotarem tal perspectiva constituía um fator de estímulo à defesa desta forma de atuação, de forma que havia um contexto internacional que favorecia a difusão da perspectiva socialista revolucionária.

Compunham esse contexto as experiências vitoriosas a nível internacional, sobretudo nos países de maioria camponesa, que fortaleciam não apenas a tese da revolução socialista, mas também a da via armada para se chegar a esse objetivo. Tratava-se, dentre as principais, das revoluções cubana e chinesa, a guerra entre Vietnã e Estados Unidos e a os movimentos de libertação nacional, com destaque para a Argélia. Segundo Reis, o argumento presente entre os militantes brasileiros era: “Se tantas revoluções estavam dando certo, por que a brasileira não iria dar?” Para além da esperança da vitória, as experiências internacionais indicavam ainda a centralidade do papel a ser preenchido pelos camponeses: “Daqueles eventos e do que sobre eles se escreveu ressaltava uma conclusão: a da potência revolucionária do campesinato” (GORENDER, 1987, p. 76).

Por fim, para além das teorias relacionadas à guerrilha propriamente dita, Gorender (1987) destaca um conjunto de ideias que tratam da realidade brasileira da época de maneira mais ampla e “fizeram a cabeça da esquerda” no Brasil no contexto do golpe. Dentre as obras brasileiras, estão *Dialética do Desenvolvimento*, de Celso Furtado (1964), *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr (1966), o filme *Terra em transe*, de Glauber Rocha (1967), *O colapso do populismo no Brasil*, de Octavio Ianni (1968) e as discussões em torno da teoria da dependência, que se contrapunham ao que pensavam os cepalinos. De fora do país, o autor cita o panfleto de Lin Biao, *Salve a vitória da guerra popular*, sobre a revolução chinesa, *Os condenados da terra*, de Franz Fanon (1961) e o estruturalismo althusseriano. Daniel Aarão Reis, na arguição anteriormente referida, acrescentou ainda, dentre as obras mais lidas pelos revolucionários brasileiros⁷¹, os *Escritos Militares*, de Mao Tsetung, *Que fazer?*, de Vladimir Lenin (1902); *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed (1919), sobre a Revolução Russa; a primeira parte da biografia de Trotsky, intitulada *O profeta armado* (1954), de Isaac Deutscher⁷²; *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969), de Ruy Mauro Marini; e o *Manual do Guerrilheiro Urbano* (1969), de Carlos Marighella, líder da ALN. João Lopes Salgado citou ainda os escritos do líder vietnamita Ho Chi Minh como uma de suas principais inspirações.

⁷⁰ A denúncia do então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev, em 1956, foi um dos elementos que contribuíram para a intensificação das críticas aos partidos comunistas ao redor do mundo.

⁷¹ Reis resalta que, apesar de haver uma parcela dos militantes muito intelectualizada e apreciadora dessas leituras, outra parcela, talvez maior do que a primeira, não dava a mesma importância para essa dimensão. Segundo o ex-militante, especialmente depois de 1964, a prática da leitura ficou desmoralizada como “coisa de burocrata”, enquanto que o importante era a ação. Como veremos ao final desta tese, alguns militantes avaliam que gostariam de ter tido uma formação teórica mais sólida quando do momento de sua militância.

⁷² As outras duas partes (*O profeta desarmado* e *O profeta banido*) eram menos lidas, segundo Reis, justamente porque destoavam do clima de celebração da luta armada que marcou os anos 1960.

2.2 O PCB e as disputas internas

O Partido Comunista Brasileiro⁷³ (PCB) foi fundado em 1922, a partir de uma articulação de agremiações comunistas presentes no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro (no Vale do Paraíba/SP)⁷⁴ e Porto Alegre. Dos nove delegados presentes no encontro de fundação, oito eram ligados ao anarco-sindicalismo⁷⁵. Pandofi (1995) destaca o caráter eminentemente urbano deste grupo, considerando o fato de que o Brasil nesse período era um país majoritariamente rural, tanto em termos demográficos, como econômicos⁷⁶. No grupo dos fundadores, havia professores, gráficos, sapateiros, operários, alfaiates e outros. Posteriormente, com a aproximação ao tenentismo, houve nos quadros do PCB um crescimento do número de militares. Esse dado sobre o perfil dos militantes comunistas é importante, sobretudo para a questão que orienta essa pesquisa: a relação entre os militantes da esquerda armada (parte deles dissidentes do PCB) e os camponeses, sendo este partido, assim como a maioria dos demais semelhantes a ele ao redor do mundo, originalmente fundado por trabalhadores citadinos.

A linha política que orientava o grupo fundador do partido era inspirada nas ideias de Lenin, que defendia a tese de que em um país agrário como a Rússia, não se deveria esperar pela iniciativa da burguesia em promover uma revolução burguesa para desenvolver as forças produtivas, mas a própria classe operária deveria tomar para si essa responsabilidade, unindo-se ao campesinato para “destruir a velha superestrutura” baseada no trabalho servil e estimular o desenvolvimento do capitalismo, para promover a revolução socialista. Para Lenin, portanto, nos países cuja principal atividade econômica era a agricultura, a revolução burguesa significava, em linhas gerais, a solução da questão agrária.

A criação do PCB está estritamente relacionada à III Internacional, fundada por Lenin em 1919. Conforme aponta Vieira (2011), uma diferença da III para a II Internacional é o fato de que, pela sua origem na Rússia, um país onde o capitalismo não estava tão avançado como na Europa Ocidental, o foco de atuação se expandiu para os diversos países de economia agrária, como era o caso do Brasil. Além disso, a vitória da revolução russa fortaleceu as

⁷³ A primeira denominação era Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC). Posteriormente, a sigla PCB passou a ser lida como Partido Comunista do Brasil. Em 1961, no intento de legalizar a sigla decorrente de mudanças de concepção política pelas quais passou o partido, houve a mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, com a dissidência que criou o PCdoB, passaram a coexistir dois partidos comunistas no Brasil e o PCB ficou com a denominação Partido Comunista Brasileiro e o PCdoB, Partido Comunista do Brasil (PANDOLFI, 1995).

⁷⁴ Embora fosse uma cidade pequena, Cruzeiro era importante por possuir um entroncamento de ferrovias e contar com um fluxo intenso de cargas e pessoas, atraindo um significativo número de operários. Daí a existência de uma agremiação comunista ainda antes da fundação do Partido.

⁷⁵ Diferentemente do anarquismo, que propunha a substituição do Estado por comunas autônomas por meio de insurreições violentas com vistas à expropriação da propriedade capitalista, o anarco-sindicalismo, também chamado de sindicalismo revolucionário, considerava o sindicalismo como a estratégia para que a classe operária tomasse o controle da economia e, a partir disso, transformasse a estrutura da sociedade, suprimindo o Estado, visto como defensor da propriedade. Dentre os principais valores defendidos por essa corrente estão a solidariedade, a autogestão, a democracia direta e a ação direta, ou seja, a desnecessidade da mediação de burocratas na organização social. Exerceu influência na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX, muito em função dos imigrantes italianos que traziam tais referências.

⁷⁶ Em 1940, quando se começou a contabilizar as populações rural e urbana separadamente, o Brasil tinha cerca de 13 milhões de pessoas vivendo nas cidades e mais de 28 milhões no campo. Até a República Velha, a principal atividade econômica no Brasil era a agricultura, especialmente a produção de café. Apenas com o governo Vargas é que o país passa por um processo de efetiva industrialização, ainda que São Paulo já se projetava como um pólo industrial importante desde o final do século XIX, sendo a Greve Geral de 1917 uma expressão desse crescimento industrial da capital paulista.

esperanças de movimentos revolucionários de outros países e aumentou as possibilidades de internacionalizar a revolução. Soares (2011) destaca como essas influências contribuíram para a construção de um determinado imaginário de representações que os comunistas construíam a respeito do campesinato e de sua classe opositora, os latifundiários:

para os comunistas, o apego material deformava não apenas o caráter, mas também o corpo dos homens, tornando-se um vício inaceitável e desprezível. No caso dos camponeses, os distanciava de seus iguais, de suas origens humildes, minava sua inocência e destroçava sua consciência. Se o proletariado se configurava numa classe essencialmente revolucionária por não possuir nem desejar a propriedade, o mesmo não ocorria com o campesinato, já que todos os trabalhadores rurais compartilhavam, de acordo com os pecebistas, o anseio por possuírem terras próprias (SOARES, 2011, p. 240).

Pandolfi (1995) chega a afirmar que, no início da trajetória do partido, sua principal atividade era fazer propaganda da Revolução Russa e do movimento comunista internacional. Essa era a compreensão dos fundadores do PCB, mas não foi hegemônica por muito tempo. Alguns anos depois, passou a ganhar força a tese de que seria necessário o Brasil passar pela etapa do capitalismo, desenvolver as forças produtivas, para, somente depois, implantar o socialismo. Voltarei a esse ponto na sequência.

A trajetória do PCB é marcada por instabilidade e perseguição. Logo no primeiro ano de fundação, foi colocado na ilegalidade pelo governo de Epitácio Pessoa. Retomou a condição legal em janeiro de 1927, mas em agosto do mesmo ano voltou a perdê-la. Com Vargas no poder, o PCB aderiu à iniciativa de oposição ao novo governo, a partir da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento criado em 1935, que congregou diversos setores sociais, como partidos políticos, sindicatos, associações etc, com destaque para os tenentes⁷⁷. Luiz Carlos Prestes, que havia liderado a Coluna Prestes⁷⁸ 10 anos antes, foi escolhido como presidente de honra. Nesse momento, ele defendia a implantação de um “governo popular revolucionário” pela via armada.

Tendo a ANL sido posta na ilegalidade quatro meses após sua criação, o PCB parte para o que ficou conhecido como o Levante Comunista de 1935, um conjunto de revoltas, sobretudo militares, ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Por não contar com o apoio massivo da população, acabou sendo derrotado pelo Exército Nacional e usado como justificativa para a prisão não mais apenas dos comunistas, mas dos opositores de Vargas como um todo. Isso foi o início de um processo de fechamento do regime que culminou com a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, o que intensificou ainda mais a repressão sobre o partido, que foi, nas palavras de Pandolfi (1995), praticamente dizimado.

O único grupo que conseguiu se manter minimamente organizado nesse período foi o da Bahia⁷⁹, cuja atuação se notabilizava pelo trabalho mais intenso com os diversos setores da sociedade em geral e com a aliança com setores liberais⁸⁰. Ali começaram as primeiras

⁷⁷ Movimento de revolta política e militar que surgiu na década de 1920 entre os tenentes descontentes com as políticas de governo vigente na Primeira República, em especial aquelas impostas pelas oligarquias agrárias. Defendiam, entre outras pautas, a desconcentração fundiária e a modernização do país por meio da industrialização.

⁷⁸ A Coluna Prestes (1925-1927), um movimento de tenentes contra o autoritarismo que marcava a República Velha, cujos governos contavam com o apoio das oligarquias rurais, foi um processo importante para que o campesinato se tornasse um pouco mais conhecido. Diversos tenentes que participaram da Coluna aderiram posteriormente ao PCB.

⁷⁹ Isso ajuda a entender a relativa força das organizações de esquerda na Bahia tanto no período da ditadura, como nos períodos mais recentes.

⁸⁰ Destacavam-se nesse grupo quadros importantes da intelectualidade brasileira, como Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Armênio Guedes, Maurício Grabois, Jorge Amado, Jacob Gorender e Giocondo Dias.

discussões a respeito da possibilidade de apoio ao governo Vargas em função de seu esforço de guerra, ou seja, a aliança de Vargas com a URSS (CAVALCANTE, 1986). Tal debate ganhou força e foi levado a um espaço mais amplo de articulação do partido: a Conferência de Mantiqueira, em 1943, organizada por grupos de militantes do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, que constituiu um momento importante para a recuperação do partido.

Esse encontro representou uma mudança significativa de posicionamento. Depois de um intenso trabalho de convencimento dos que defendiam a tese da luta armada, foi vitoriosa a tese da União Nacional, ou seja, mesmo que Vargas tivesse reprimido intensamente os comunistas, a decisão mais sensata naquele momento seria apoiá-lo e lutar pela anistia e pela legalização do partido. Os discursos giravam em torno do estímulo ao entendimento dos trabalhadores com seus patrões na busca por um acordo com a burguesia progressista. Ganham destaque nesta conferência nomes como Diógenes de Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois (todos militantes que compuseram o PCdoB posteriormente) (GORENDER, 1987).

Permaneceram, no entanto, fissuras. Como aponta Cavalcante (1981), as atividades do partido pós-conferência de Mantiqueira foram marcadas pela falta de consenso em torno da tese vencedora. Somado à situação de ilegalidade, o dissenso constituiu um elemento de dificuldade para a reconstrução do partido. Não obstante, de acordo com Pandolfi (1995, p. 13), “a despeito de sua quase permanente ilegalidade, o PCB, na tentativa de ocupar um espaço maior na sociedade, buscou se adaptar às regras do jogo político-partidário vigente no país”. De acordo com a autora, ganhou força no partido um entendimento de que o comunismo só poderia ser implantado no Brasil por meio de uma “revolução burguesa” e que ela seria realizada em etapas. Essa postura, no entanto, não impedia que os adeptos ao partido não fossem perseguidos e atacados pelos adversários como “clandestinos” e “bandidos”. Assim como na maior parte das agremiações políticas em geral, no PCB os vencidos geralmente se subordinavam ao centralismo democrático ou então eram expulsos ou perdiam cargos na hierarquia. O partido funcionou dessa maneira até o ponto em que a divergência falou mais alto e, em 1962, o partido se dividiu, como veremos adiante.

Uma característica da trajetória do PCB é a reprodução da clássica disputa entre reformistas e revolucionários que marcou o movimento comunista internacional desde meados do século XIX, quando ele começou a se formar. A disputa entre o investimento na ocupação de espaços dentro do parlamento ou fora dele era um dos desdobramentos desse debate maior. No final dos anos 20, por exemplo, tendo em vista seu não reconhecimento legal, o PCB atuava no parlamento por meio do Bloco Operário Camponês (BOC)⁸¹, um instrumento de mobilização criado pelo partido para ter condições de disputar as eleições de maneira indireta com vistas à realização da revolução democrático burguesa. Com isso, esperava-se suspender o conflito entre capital e trabalho, por meio de uma revolução agrária antifeudal, ou seja, em vez focar na luta contra o capital⁸², procurava-se, antes de tudo, acabar com o feudalismo e com o imperialismo, considerados como os principais obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas (DE DECCA, 1981).

⁸¹ Criado em 1927, apenas com a denominação Bloco Operário, o bloco recebeu o complemento “camponês” no ano seguinte. Durante os primeiros anos de sua existência conseguiu eleger um deputado e dois representantes no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, mas na eleição de 1930 não obteve sucesso e foi extinto. Pesou também nesse processo a pressão do governo e das forças de oposição, que perceberam nele um incômodo, tendo em vista o fato de ter se firmado relativamente como o representante do operariado (DE DECCA, 1981). A memória sobre a experiência com o BOC se tornou objeto de disputa entre os comunistas de modo que os “reformistas” procuram enfatizar os avanços conquistados por meio do bloco e os “revolucionários”, o oposto (PANDOLFI, 1995).

⁸² De acordo com a leitura do BOC, a luta contra o capital como prioridade naquele momento não se justificava tendo em vista a debilidade da burguesia industrial brasileira e a força das oligarquias rurais que detinham mais poder no país.

De fato, era isso que propunha o Congresso de 1929 da Seção Sul-Americana da Internacional Comunista, em Buenos Aires. Interessante notar o que dizia um trecho deste documento a respeito de quem seriam as “únicas forças anti-imperialistas”: em primeiro lugar os operários, depois os camponeses e, por último, uma parte da pequena-burguesia⁸³. No caso do BOC, pelo que aponta De Decca (1981), percebe-se que a prioridade do Bloco se restringiu à primeira força, deixando as demais sem investimentos de mobilização, já que o foco das atividades eram sempre os operários. O adjetivo “camponês” ao final do nome, portanto, parece ter sido mais uma adaptação à teoria da proposta revolucionária proposta por Lenin do que uma representação efetiva da realidade da prática do Bloco.

Assim como nos demais partidos comunistas ao redor do mundo, o papel do campesinato, enquanto força revolucionária, esteve no debate desde o início da trajetória do PCB. Em seu segundo Congresso, em 1925, o entendimento era o de que “a revolução brasileira seria em sua primeira fase democrática-pequeno-burguesa porque dirigida pela burguesia radicalizada que, no Brasil, diferentemente da Rússia, era urbana e não rural” (PANDOLFI, 1995, pp. 97-8). O pressuposto era que a contradição fundamental da sociedade brasileira era entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno.

Já no terceiro Congresso, realizado na virada de 1928 para 1929, essa compreensão se modifica: o papel de protagonismo da revolução deixa de ser projetado na pequena-burguesia e passa para o proletariado. O campesinato, antes deixado de lado, entra como um aliado importante (embora isso não tenha implicado no início de um trabalho sistemático do partido junto ao campesinato naquele momento, tendo em vista que a tomada do poder por Vargas em 1930 intensificou a repressão sofrida pelos comunistas).

Durante os primeiros anos do PCB, nos anos 1920, as representações do partido acerca da figura do camponês eram baseadas na ideia de um “homem atrasado, explorado e alienado, fruto de uma sociedade marcada por resquícios feudais” (SOARES, 2011, p. 240). Essa visão passará por uma mudança nos anos 1940, como veremos na sequência.

Viana (1992) e Pandolfi (1995) chamam a atenção para o fato de que já na década de 1930 começou a ser defendida dentro do PCB uma perspectiva de embate mais radical, inclusive por meio da criação de guerrilhas no campo. Era o que propunha, por exemplo, José Caetano Machado, um dirigente pernambucano inspirado na experiência do cangaço no nordeste. “Nesse mesmo período, o desprezo da direção do PCB pelo parlamento era quase total (...)” (PANDOLFI, 1995, p. 111).

O PCB voltou novamente à legalidade em 1945 e mudou novamente de estratégia. De acordo com Gorender (1987, p. 21), esse processo iludiu as lideranças do partido de que a luta institucional seria o caminho: “acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de ‘progressista’ e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira”. Com a liderança de Luiz Carlos Prestes, o partido viveu um momento de fortalecimento. Segundo Gorender (1987, p. 20), o PCB se tornou a “principal força da esquerda de inspiração marxista” da época. Tratava-se de um período favorável aos partidos comunistas pelo mundo em geral, sobretudo após a vitória do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial, que aumentou o prestígio da União Soviética e lhe permitiu exercer forte influência sobre outros países, sobretudo os da Europa Oriental, após acordo com os Estados Unidos e a Inglaterra.

Nesse momento, como aponta Pandolfi (1995), o PCB vivia um dilema entre seguir as regras do jogo do Estado burguês e ser coerente com os valores originais do partido. Para isso,

⁸³ El movimiento revolucionario latino-americano: versiones de la primera conferencia comunista latino-americana. Buenos Aires, *La Correspondencia Sudamericana*, 1929, p. 25. Disponível em: <http://amauta.lahaine.org/?p=2053>.

criou-se um estatuto “legal”, para satisfazer às exigências da Justiça Eleitoral, que proibia referências, por exemplo, ao marxismo e à ditadura do proletariado, e outro “clandestino”, para dar conta do projeto original leninista.

Foi surpreendente o resultado das eleições de dezembro de 1945, quando o candidato do PCB, Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis e ex-diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro, um político pouco conhecido nacionalmente, recebeu 10% dos votos, sendo o mais votado em São Paulo, Campinas, Santos, Sorocaba, Olinda, Recife, Natal e Aracaju, cidades cuja população possuía um contingente significativo de operários. De acordo com Brandão (1988), foi apenas a partir de 1945 que o PCB passou a existir no sistema político brasileiro como um partido político de peso.

Uma das fragilidades eleitorais do PCB nesse período era justamente o fato de que, em um país de maioria camponesa, o partido ainda não tinha um trabalho consolidado junto às populações rurais. Em função disso, Brandão (1988, p. 133), em consonância com Pandolfi (1995), refere-se ao PCB como um partido “especificamente urbano em um país de predominância agrária”. Foi justamente nesse momento que começaram as primeiras iniciativas nesse sentido. Soares (2011) aponta como uma explicação para essa mudança uma nova forma de representar o camponês, influenciada pelas lutas camponesas no processo revolucionário chinês e pela leitura de obras sobre os conflitos de Canudos, Contestado e o Cangaço, que estimularam uma representação do camponês agora como “um homem inconformado com a exploração e a injustiça; (...) perseverante, imbuído de bravura para lutar pelos seus direitos, além de ser honesto” (SOARES, 2011, p. 240).

Um exemplo dessas iniciativas foi o trabalho liderado por Gregório Bezerra em Pernambuco, quando da sua campanha a deputado federal, na qual, como ele mesmo conta em suas memórias, realizou diversos comícios em municípios do interior do estado denunciando a exploração dos latifundiários sobre os camponeses e propondo a organização destes em ligas ou associações. Ao descrever a realização de um comício no município de Carpina/PE, Bezerra (2011), conta que, após ter denunciado a exploração vivida pelos camponeses, mostrou-lhes o caminho a seguir:

Disse que, diante da complacência do governo ante o latifúndio, só havia um remédio: a reforma agrária radical, ou seja, o confisco de todas as terras dos latifundiários e sua distribuição gratuita a todos os camponeses sem terra e a todos que nela quisessem trabalhar. Mas, para isso, era necessária a união de todos os camponeses, organizados em ligas ou em qualquer associação camponesa. Disse-lhes que somente unidos e organizados, ao lado de seu poderoso aliado – a classe operária – e ajudados por outras camadas sociais, como o movimento estudantil, os intelectuais honestos, democratas e outros patriotas, poderiam os camponeses conquistar uma reforma agrária radical (BEZERRA, 2011, p. 320).

Em 1947, no entanto, quando o acordo entre as potências que haviam vencido o nazifascismo na Segunda Guerra se rompe e tem início a guerra fria, o partido perdeu novamente o reconhecimento legal e voltou à clandestinidade, o que provocou uma nova guinada de estratégia, saindo do pacifismo e passando à pregação da “violência revolucionária imediata” (GORENDER, 1987, p. 21). Retomam-se as teses do III Congresso realizado na passagem de 1928 para 1929 e o campesinato voltou a ser considerado como um aliado prioritário do proletariado. Tal perspectiva culminou com o manifesto de agosto de 1950, cujas linhas foram reafirmadas no quarto congresso do partido, em 1954. Esse foi o ano também em que o PCB aprovou seu Programa Agrário, que estabelecia, dentre outras definições, o confisco das terras dos latifundiários e sua gratuita distribuição a quem nela quisesse trabalhar na forma de

propriedade privada⁸⁴; o reconhecimento legal das posses já ocupadas por camponeses; a anulação de suas dívidas e a não expropriação dos camponeses ricos⁸⁵.

A proposta da luta armada, no entanto, não evoluiu. Conforme Gorender (1987), as únicas tentativas foram as revoltas de Porecatu (1944-1951), no norte do Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1964). O primeiro foi um conflito entre posseiros e latifundiários originado a partir do processo de expansão da fronteira agrícola estimulada pelo então interventor Manoel Ribas, que incentivava a migração de famílias camponesas para as terras do oeste do estado. Com a saída de Ribas do poder, entrou Moisés Lupion, que decidiu interromper essa política, de modo que as tais famílias não chegaram a receber o título de propriedade das terras, deixando-as vulneráveis a disputas com outros interessados. Foi o caso, dentre outros, do cafeicultor paulista Ricardo Lunardelli, chamado de “rei do café” que adquiriu vastas extensões de terras já ocupadas por camponeses e vendia a terceiros, que entravam em conflito com os agricultores que já estavam ocupando tais terras.

De acordo com Priori (2011), o PCB, sabendo do processo de resistência dos camponeses por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, iniciou um trabalho de aproximação e de condução política do grupo. Interessa-nos destacar aqui as estratégias apontadas pelo autor por meio das quais ocorreu essa aproximação: “mediante atividades de lazer, como o jogo de futebol, a pescaria, o jogo de truco (modalidade de jogos de carta), que sempre enveredava para o debate político” (2011, p. 133), além de reuniões junto às Associações de Trabalhadores Rurais que existiam na região, sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha⁸⁶.

O autor também destaca que, enquanto o PCB via no conflito uma oportunidade de fortalecer o projeto revolucionário, os camponeses focavam na resistência contra a violência dos latifundiários e jagunços e na busca pela legalização de suas terras. “É bem provável que os camponeses não tivessem consciência do que significava aquela aproximação – embora ela resolvesse parte de seus problemas (...)” (PRIORI, 2011, p. 219). Também pontua que a decisão de recorrer às armas nesse episódio não foi uma determinação do Partido, embora os documentos recomendassem isso. “Quando o partido chegou à região, a intenção da luta armada já era uma realidade manifesta” (PRIORI, 2011, p. 218). Não era consenso dentro do partido a adoção desse caminho. Os principais resistentes a ela eram os militantes ligados aos sindicatos.

Ainda de acordo com o autor, a ligação entre os posseiros e o PCB foi momentânea e pragmática: “os posseiros precisavam de infraestrutura para manter a luta; o PCB precisava de um palco para colocar em pauta suas estratégias políticas” (PRIORI, 2011, p. 219). Por fim, aponta ainda para o silenciamento que caracteriza o partido em relação a esse fato nos documentos e declarações públicas de suas principais lideranças, possivelmente em função dos novos rumos adotados pelo partido a partir de 1958, quando o caminho armado e abandonado⁸⁷.

Conflito com causas semelhantes ao de Porecatu, o de Trombas e Formoso foi decorrente da supervalorização das terras da região decorrente da construção da rodovia Transbrasiliana, que ligou o centro-oeste ao norte do país, e à criação da Colônia Agrícola

⁸⁴ Percebe-se aqui uma semelhança com o programa agrário do Partido Operário Francês, criticado por Engels (1981), como vimos anteriormente.

⁸⁵ Íntegra disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm.

⁸⁶ Veremos como essa estratégia da aproximação via atividades lúdicas foi muito utilizada também pelos militantes das organizações armadas no pós-golpe. Os relatos dos que conviveram com José Campos Barreto (Zequinha), por exemplo, quando da sua atuação com os camponeses em Brotas de Macaúbas no início dos anos 1970 pelo MR-8 evidenciam essa mesma característica. Tais constatações corroboram com a interpretação proposta por Cefai (2009) a respeito da linha tênue que separa o que é político e o que não é. Um jogo de futebol ou uma roda de cantigas pode ter um importante potencial político na medida em que cria laços de proximidade e empatia entre desconhecidos e estabelece relações de confiança e reciprocidade, necessárias para as ações coletivas.

⁸⁷ Uma série de estudos já foram realizados sobre esse conflito e estão sistematizados em Forigo (2017), que trabalhou com as disputas em torno da memória desse conflito entre os atuais moradores do local.

Nacional de Goiás (Cang), em 1941, uma das principais iniciativas da “Marcha para o Oeste”, que atraiu camponeses para a região do Vale do São Patrício, região central do estado (MECHI, 2012). O estopim da revolta se deu pela insatisfação dos posseiros com a cobrança extorsiva de taxas de arrendamento da terra. Uma peculiaridade deste conflito é o fato de que sua principal liderança, José Porfírio, tornou-se, no início dos anos 1960, o primeiro camponês do país a ser eleito deputado. Ainda que o cargo fosse a nível estadual, Porfírio tornou-se conhecido nacionalmente. Carneiro (2014) analisa esse conflito buscando verificar de que forma o Partido Comunista aplicou o Programa Agrário de 1954 naquela região.

Assim como Priori, à semelhança de Scott (1977; 1979), Carneiro também destaca as diferenças entre os militantes e os camponeses. Geraldo Marques, um dos quatro militantes do PCB que deram início ao trabalho em Formoso, relatou em um depoimento que era mais fácil os camponeses acreditarem na tese defendida pelo latifundiário de que o comunismo levava para o inferno do que acreditarem nos militantes do partido. Diferentemente dos militantes do partido que foram para Porecatu, que eram de origem urbana, Geraldo e outros dois militantes eram de origem camponesa, o que facilitava um pouco a aproximação, porém, ainda assim, ele conta ter tido dificuldades.

A adesão ao uso de armas pelos camponeses se deu em função da necessidade de resistir aos despejos violentos promovidos pelos grileiros. Depois de terem passado por muitos e fortes momentos de repressão, os camponeses romperam com o Partido em função de uma série de motivos, mas principalmente pelo fato de receberem ordens externas de militantes que nunca tinham estado no local. Eram ordens, portanto, no entendimento dos camponeses, desprovidas de legitimidade:

Nós pensamos que o partido não manda nada, quem manda é o povo (...). A direção do partido não vive nunca e nem nada com a direção inferior, por isso não entendeu nada do caso de Trombas. (...) Eles devem é parar de ficar falando de camponês igual cachorro, porque nós somos úteis mesmo (...) Camponês é também desenvolvido, sim (depoimento de Geraldo Marques, *apud*, Carneiro, 2014, pp. 161-2).

Embora esses eventos tenham ocorrido em contextos diferentes e com atores distintos em relação às tentativas de formação de focos guerrilheiros no campo no pós-golpe, em ambos tratava-se de um grupo externo – os mediadores, nos dizeres de Wolf (1984) – que se aproximaram de camponeses com a finalidade de conduzi-los politicamente de acordo com uma linha política também trazida de fora.

Na primeira metade da década de 1950, o PCB foi um forte opositor do governo Vargas (1951-54). Segundo Gorender (1987), a consequência dessa postura foi o afastamento do operariado que se aproximava do trabalhismo varguista em função das diversas políticas que beneficiavam a classe trabalhadora, como o salário mínimo, por exemplo. A morte de Getúlio intensificou a crise do partido, de modo que a linha do Manifesto de Agosto de 1950 passou a se enfraquecer e, nas eleições de 1955, o PCB já estava apoiando a chapa de Juscelino Kubistchek e João Goulart.

Nesse contexto dos anos 1950, como apontou Medeiros (1995), o campesinato recebeu especial atenção do partido, que buscou realizar diversas iniciativas no sentido de se aproximar das populações rurais a fim de se construir enquanto um líder político de uma classe se organizando na luta por direitos. Para isso, estimulou a criação de associações de lavradores, federações estaduais e, a nível estadual, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), fundada em 1954.

Em 1958, depois de mudanças na composição do diretório nacional, e em um contexto internacional de guerra fria, com avanços das forças socialistas em países como a China e da Europa Oriental, foi publicado um novo manifesto que expressava a nova linha política do

partido, influenciada pelo sexto Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que postulava a revolução em duas etapas: a primeira uma revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Somente após isso se passaria à revolução socialista. Para a primeira etapa, propunha-se a composição de forças entre proletariado, campesinato, pequena burguesia e burguesia nacional. O caminho passou a ser novamente a revolução pacífica. Gorender (1987, p. 30), que foi também da direção do partido, relata: “para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente de nossa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente – o da luta armada”. Embora o autor considere que essa crença na burguesia tenha sido uma ilusão, tendo em vista que ela já era a classe dominante e já estava aliada ao imperialismo, ele pondera que a Declaração de Março de 1958, reafirmada no V Congresso do Partido em 1960, acertou no que se refere à estratégia das reformas de base, que permitiram criar, entre 1963 e 1964, um ambiente que ele chamou de “pré-revolucionário”.

De acordo com Pandolfi (1995), esse encaminhamento resultou em uma nítida divisão interna no partido. De um lado estava o grupo vitorioso naquele momento, liderado por Prestes, que intensificou o processo de tentativa de se ajustar às regras do jogo político vigente e realizou, em 1961, uma Conferência Nacional, aprovando um novo estatuto, sem fazer referência à “ditadura do proletariado” e modificando o nome do partido, substituindo a expressão final “do Brasil” por “Brasileiro” com o objetivo descaracterizar os vínculos com a URSS e com a Internacional Comunista. De outro, sob a liderança de João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar, estava o grupo dos que defendiam como tarefa imediata a instauração do novo regime, que deveria ser anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Esta corrente também realizou, em 1962, uma Conferência Extraordinária, que elegeu um novo Comitê Central e decidiu manter a expressão “do Brasil”, passando a adotar a sigla PCdoB. Com isso, passou a haver dois partidos comunistas, ambos reivindicando-se como os verdadeiros herdeiros do “partido do proletariado”, fundando em 1922. Nesse momento, o PCB disputava a representação política dos camponeses com duas outras forças importantes: a Igreja Católica e as Ligas Camponesas. Sobre estas últimas nos deteremos no item 2.3.

Antes disso, vale uma pequena nota sobre o que representou o golpe de 1964 para o PCB. Para Prestes (2014), apesar da intensa repressão sofrida pelas lideranças, a política do partido, que ela chamou de nacional-libertadora, permaneceu a mesma. As divergências, porém, que já existiam, intensificaram-se.⁸⁸ “O partido não esperava o golpe e não se havia preparado para enfrentá-lo” (PRESTES, 2014, p. 162).

Ainda de acordo com a autora, em maio de 1964, reuniu-se no Rio de Janeiro a Comissão Executiva do partido que, àquele momento, era composta majoritariamente por membros do grupo que defendia a luta armada. Desse encontro resultou o documento “Esquema para discussão”, no qual se estabelecia como objetivo do partido a derrubada da ditadura recém-instaurada. Se fosse necessário para isso pegar em armas, o fariam, sobretudo no campo. Um ano depois, no entanto, o Comitê Central reuniu-se em São Paulo e revogou o referido encaminhamento, propondo a criação de uma ampla frente de resistência em defesa das liberdades democráticas, mas sem o enfrentamento armado, em um claro movimento de defesa das teses do V Congresso (que defendia, em síntese, a aliança com a burguesia, a União Nacional e a Revolução Democrático-Burguesa) e acusava os que haviam defendido a luta armada de serem guiados por uma “pressa pequeno-burguesa” e de conceberem a revolução brasileira como um produto não das massas, mas da ação de uma cúpula.

⁸⁸ Ainda em 1962 havia se criado um grupo no PCB que se colocava contra as posições “conciliadoras” de Jango e criticava a orientação política do partido aprovada no Congresso de 1960. Deste grupo participavam Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender (PRESTES, 2014).

Brandão (1995, p. 184) analisa como positivo o fato de o PCB ter “resistido ao colapso da razão abraçado por parte ponderável da intelectualidade brasileira, que embarcou ‘culturalmente’ na aventura da luta armada”. Ao contrário, para o autor, o PCB considerava o processo eleitoral como o “terreno privilegiado para a arregimentação de forças”, sendo inevitável uma eventual aliança entre a esquerda e os liberais. De acordo com a interpretação de Brandão, apesar das limitações que a semilegalidade impunha, o PCB “desempenhou um papel político e ideológico maior que sua expressão partidária, sindical e eleitoral” (1995, p. 207).

Em suma, com idas e vindas em relação à adoção da luta armada como ferramenta política, o PCB, de origem marcadamente urbana, priorizou pouco o trabalho junto aos camponeses nos anos iniciais de sua atuação. Embora tenha desenvolvido algumas iniciativas pontuais nos anos 1940, foi apenas nos anos 1950 e início dos anos 1960 que o partido deu mais centralidade à mobilização dos trabalhadores do campo, momento em que os camponeses brasileiros alcançam uma articulação a nível nacional, inédita na história brasileira até então.

2.3 As Ligas Camponesas e sua ala militar

As Ligas Camponesas foram inicialmente criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em alguns estados do país a partir de 1945, com vistas à luta pela terra e melhorias no acesso a mercados para venda de seus produtos. Dependendo da região, as Ligas podiam adotar diferentes formatos, como “associações” ou “irmandades”. Com a cassação do registro do partido, em 1947, as Ligas foram praticamente extintas, o que não significou a interrupção absoluta da atuação do PCB no campo, que continuou, de maneira clandestina, estimulando a criação de algumas organizações e/ou mobilizações camponesas, como o conflito de Porecatu, no Paraná (1950-51), por exemplo. Foi paradoxalmente neste período que o PCB, a despeito de não contar com o reconhecimento oficial de seu registro como partido político, logrou avançar seu trabalho junto aos camponeses.

Em meados dos anos 1950, agora não mais como uma iniciativa do PCB, mas com a participação de antigos militantes do partido, como foi o caso de Zezé da Galileia, as Ligas Camponesas ressurgiram em Pernambuco, expandindo-se pela Paraíba. Depois que seu principal líder, Francisco Julião, visitou Cuba, em 1961, o lema passou a ser “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”. As ligas foram o primeiro grupo brasileiro a receber apoio financeiro de Cuba e vários militantes depois de Julião também foram à ilha para fazer cursos de treinamento guerrilheiro⁸⁹ (SALES, 2005).

Tentativas de organizações de esquerda no sentido de iniciar focos de guerrilha rural não são restritas ao período pós-golpe. No início dos anos 1960 já havia algumas experiências desenvolvidas, por exemplo, por uma ala das Ligas Camponesas, a chamada “ala militarista”. De acordo com Clodomir Santos de Moraes⁹⁰ (2012), advogado que atuou como liderança desta perspectiva em Pernambuco, um dos principais motivos que levaram uma parte da organização a adotar a tática guerrilheira foi a ameaça americana de derrubar Fidel Castro, à época recém-chegado ao poder em Cuba, por meio do processo revolucionário que influenciou grande parte

⁸⁹ A ida a Cuba ou a outros países que já tinham passado por uma revolução socialista não foi uma especificidade das Ligas. Militantes do PCB também o fizeram, desde integrantes do Comitê Central, como Mário Alves, até militantes de hierarquias inferiores no partido, como Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, liderança sindical da Baixada Fluminense, que passou três meses na ilha. Como se davam essas viagens de militantes comunistas, o que faziam lá, quem articulava essas viagens e o que esperavam delas são questões a serem ainda respondidas.

⁹⁰ Clodomir era do PCB, mas em função da falta de sintonia com as ideias defendidas pelo partido naquele momento, acabou sendo expulso em 1962.

dos grupos de esquerda na América Latina durante os anos 1960 e 1970. Embora a tática guerrilheira não tenha passado de apenas um projeto⁹¹, o fato de terem sido instalados em torno de oito⁹² dispositivos militares (locais onde os militantes eram treinados para a guerrilha) já é significativo para análise. Em entrevista concedida ao jornalista Vandecck Santiago (2012), a esposa de Julião, Alexina Crespo, conta que, a despeito da discordância do marido, defendia a estratégia armada na organização. Ela realizou treinamento de guerrilha em Cuba e chegou a solicitar armamento a Mao Tse Tung⁹³.

Em entrevista concedida a Alves (2015), Clodomir de Moraes relatou que o Congresso Camponês de 1961, realizado em Belo Horizonte foi um marco no fortalecimento da tese da luta armada dentro das Ligas⁹⁴, pois de lá, muitos militantes teriam se dirigido aos dispositivos militares com a justificativa de treinamento para autodefesa, já que, segundo Clodomir, o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, teria distribuído cerca de 20 mil armas para os latifundiários do país.

Julião, em entrevista concedida a Aspásia Camargo, ainda durante seu exílio no México, em 1977, relatou sua contrariedade em relação a essa perspectiva:

(...) havia elementos da liga que estavam fundando dispositivos, de forma anárquica e irresponsável. Imediatamente, tratei de pôr uma pessoa em contato com o Clodomir para lhe dizer: "vocês estão cometendo uma série de erros gravíssimos, que podem comprometer o movimento" (Francisco Julião, entrevista a Aspásia Camargo, Yxcatepec, Morelos, México, 1977, p. 117).

De fato, para sua condição de candidato a cargos políticos, a associação de seu nome a iniciativas de guerrilha rendia-lhe diversas críticas e prejudicava sua busca por votos nas eleições. Em função disso, Sales (2005) e Alves (2015) apontam para a necessidade de se levar em conta a possibilidade de que o discurso público de Julião não necessariamente correspondia ao que ele realmente pensava, especialmente em relação a esse tema. Sales (2005) chega a apontar para certa convivência de Julião para com a iniciativa dos dispositivos.

⁹¹ A única ocasião que se tem notícia em que houve, de fato, confronto armado com as forças armadas, foi quando o corpo de paraquedistas e fuzileiros navais invadiram o centro de treinamento de Dianópolis/GO, em novembro de 1962.

⁹² Há diferentes números apontados nas diversas fontes. Clodomir aponta para o número de oito dispositivos. Alexina Crespo indica que eram pelo menos oito. Sá (2007) afirma que, embora a intenção fosse instalar cerca de 20 dispositivos pelo território nacional, que se juntariam no momento em que as guerrilhas estivessem em uma fase mais avançada, apenas cinco foram iniciados. Os locais apontados por Alves (2015), com base em documentos fornecidos a ele por Clodomir, onde houve, a partir de 1961, a instalação de dispositivos militares são: Gilbué, no Piauí, próximo à fronteira com a Bahia; Teófilo Otoni, em Minas Gerais; uma localidade não identificada na Serra da Saudade, em Mato Grosso; Prudentópolis e Toledo, no Paraná, e uma localidade próxima a Petrópolis, no Rio de Janeiro. O documento informa ainda o envio de militantes para a criação de outros dispositivos em um local não determinado do Rio Grande do Sul; no nordeste de Goiás; um local entre São João dos Patos e Pastos Bons, no Maranhão; na região oeste da Bahia, entre Corrente e Formosa; na região da Serra do Mar, no Rio de Janeiro, e no Vale do Ribeira, em São Paulo. O autor não informa, porém, se esses dispositivos foram efetivamente instalados ou não. Havia ainda a previsão para a instalação de dispositivos especiais voltados a objetivos vários como o suporte a guerrilheiros paraguaios e à instalação de uma rádio, por exemplo. Por fim, o documento cita a existência de alguns aparelhos das Ligas na cidade do Rio de Janeiro voltados a dar apoio aos militantes e manter contato com outros movimentos revolucionários do continente.

⁹³ O documentário *Memórias Clandestinas*, de Maria Thereza Azevedo (2007) aborda a trajetória de Alexina Crespo e seu papel na ala militarista das Ligas. A produção encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2bi5c9W2r8>.

⁹⁴ O Congresso de Belo Horizonte serviu também como estímulo à intensificação das ocupações de terra. Depois dele, aumentou significativamente o número de terras ocupadas, com destaque para o Rio Grande do Sul (via Master), Pernambuco (via Ligas Camponesas) e Rio de Janeiro (via Federação dos Lavradores)

O dispositivo que ganhou maior destaque foi o de Dianópolis, à época pertencente ao Estado de Goiás, atualmente Tocantins, distante 800 quilômetros da capital Brasília. Alves (2015) chama atenção para o perfil dos enviados a esses locais de treinamento: a maioria militantes urbanos – ou nascidos no campo e migrados para a cidade – com histórico de militância no PCB ou no movimento estudantil. Amaro Luiz de Carvalho, conhecido como Capivara, é um exemplo. Nascido no município de Joaquim Nabuco/PE, migrou para Recife, onde conheceu o partido e depois entrou para as Ligas, tornando-se líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros/PE. Em 1961, participou de um curso de treinamento em Cuba e, na volta, responsabilizou-se pela direção da criação de diversos dispositivos, dentre eles o de Dianópolis⁹⁵. Já no período pós-golpe, militou no Partido Comunista Revolucionário (PCR), em função do que foi morto pela repressão em 1971.

Ayberê Sá é outro exemplo semelhante, porém destinado a outro dispositivo, o de São João dos Patos, no Maranhão, numa fazenda cedida pela ex-prefeita do município, admiradora de Fidel Castro e amiga de Clodomir. Em suas memórias biográficas (SÁ, 2007), relata ter aceitado o convite de Capivara para as Ligas em função de sua descrença na eficácia do movimento estudantil, no qual militava até então. Assim como no caso das demais tentativas, os militantes não chegaram a ficar um ano na área. Ayberê relata que o grupo precisou interromper as atividades em função da interrupção do repasse de recursos pela organização. Durante esse tempo de trabalho, conta que chegou a haver uma aproximação com um grupo de 10 camponeses, porém apenas um teria aderido ao movimento, o que reforça a tese apontada por Alves (2015) de que era pequena a participação de camponeses nos treinamentos.

De acordo com Moraes (2012), um dos dispositivos instalados foi no Rio de Janeiro, na região serrana, próximo a Petrópolis. Duas figuras que se destacaram durante o período ditatorial nas tentativas de formação de grupos de guerrilha participaram da instalação deste campo de treinamento: Mariano Joaquim da Silva (conhecido como Loyola), que, depois, integrou a VAR-Palmares e teve papel central no trabalho da organização no projeto de colonização Alexandre Gusmão, próximo a Brasília, gerido pelo Ibra, em 1969⁹⁶; e Alípio de Freitas, ex-padre, que fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e também coordenou diversos experimentos de aproximação com camponeses tendo em vista a luta guerrilheira.

O fracasso dos centros de treinamento teve início com a invasão do dispositivo de Dianópolis, em novembro de 1962. Depois disso, Clodomir, principal mentor da iniciativa, foi preso e os demais dispositivos também tiveram que ser encerrados⁹⁷. A despeito disso, segundo Moraes (2012), as Ligas foram a única organização que resistiu armada ao golpe de 1964. Ele se refere ao processo de tomada de uma rádio em Vitória de Santo Antão/PE, invasões de engenhos e de paralisação de trabalhadores que ocorreram no dia primeiro de abril, data imediatamente posterior ao golpe, sendo rapidamente reprimidos já no dia seguinte.

Retomei a experiência das Ligas Camponesas para marcar que, embora experiências independentes uma da outra, as tentativas das organizações armadas do pós-golpe de mobilizarem camponeses para comporem grupos de guerrilha rural não eram uma novidade.

⁹⁵ Depois do golpe, Amaro participou da fundação do Partido Comunista Revolucionário, uma dissidência do PCdoB, ao qual havia se filiado ainda antes do golpe, e liderou diversas tentativas de aproximação com camponeses da Zona da Mata pernambucana no final dos anos 1960. Foi morto pelos agentes da repressão em 1971 enquanto estava preso no Recife (CARNEIRO & CIOCCARI, 2011).

⁹⁶ Em entrevista ao autor, em 02/06/2017, em São Paulo, o ex-militante da VAR-Palmares, Raul do Valle, relatou sua experiência como técnico do Ibra nesse projeto de colonização e o trabalho de recrutamento dos assentados que fazia em conjunto com Loyola e com outro militante egresso das Ligas, chamado Perseguini.

⁹⁷ Nesse momento, Clodomir foi desligado do PCB, partido pelo qual havia sido deputado estadual em Pernambuco.

Ao contrário, como relatou Daniel Aarão Reis, na arguição de meu projeto de qualificação, dizia-se que os movimentos revolucionários do final dos anos 1960 foram “uma espuma do grande chopp” que foi o movimento pré-64. Aliás, como vimos, diversos militantes fizeram parte das duas experiências, a exemplo de Mariano Joaquim da Silva (Loyola), que integrou a VAR-Palmares; Azizo Cordeiro da Fonseca, que ingressou no primeiro MR-8, e Amaro Luiz de Carvalho (Capivara), que foi para o PCR.

Neste capítulo apresentei uma contextualização histórica a respeito das esquerdas brasileiras, especialmente no que se refere às disputas internas quanto à estratégia da luta armada e às alianças com outros países do espectro socialista, mas especialmente na sua relação com o campesinato: inicialmente tratada como algo secundário, ganhou centralidade a partir dos anos 1950. Tal panorama oferece melhores condições de compreender os três casos empíricos que analisarei nos próximos capítulos: a AP, o Colina/VAR-Palmares e o MR-8.

3. A AÇÃO POPULAR

Introduzo este capítulo com uma breve contextualização sobre o surgimento da AP e seu entendimento sobre o papel do campesinato enquanto ator político. Depois disso, apresento a experiência de um grupo de militantes dessa organização em dois municípios da Chapada Diamantina, na Bahia: Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas.

3.1 A formação da Ação Popular

As raízes da Ação Popular (AP) remontam a 1935, quando o Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Sebastião Leme da Silva Cintra, criou um movimento de leigos denominado Ação Católica Brasileira (ACB)⁹⁸, que reproduziu o caminho percorrido por um de seus principais assistentes, Dom Helder Câmara⁹⁹. Dentro da ACB, havia uma série de organizações para desenvolver atividades sociais, dentre elas a Juventude Universitária Católica (JUC), a que tinha maior expressão nacional; a Estudantil (JEC), que reunia os estudantes secundaristas; a Operária (JOC) e a Agrária (JAC), estas últimas com menor expressão.

Junto com o PCB, a JUC se tornou uma das principais forças da esquerda universitária no Brasil do início dos anos 1960. Com extensa capilaridade, conseguiu eleger por diversas vezes o presidente da União Nacional dos Estudantes (Aldo Arantes, entre 1961 e 1962, Vinícius Caldeira Brandt, no ano seguinte, e José Serra posteriormente. Influenciados pela aproximação crescente com o pensamento marxista e insatisfeitos com a falta de comprometimento social da organização e da excessiva interferência da hierarquia da Igreja nos rumos da JUC, suas lideranças decidiram criar uma organização independente em forma de partido político. Com base na estrutura da UNE, que dirigiam, foram articulando a criação da Ação Popular, o que ocorreu em 1962, com a realização do seu primeiro congresso nacional no ano seguinte em Salvador (RIDENTI, 1998).

Embora as origens da AP estejam no movimento estudantil, seus militantes desenvolveram diversos trabalhos junto aos camponeses, ainda antes do golpe de 1964. Um dos meios pelos quais atuavam era o Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁰⁰, que utilizava o

⁹⁸ A ACB se inspirou fundamentalmente na experiência da Ação Católica Francesa. Em 1947 um padre francês (Louis-Joseph Lebret) veio ao Brasil para ministrar um curso de dois meses intitulado “Introdução à economia humana”, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Durante o período em que ficou no Brasil (até 1954), Lebret fazia severas críticas ao sistema capitalista e defendia atacar as causas da miséria humana, sobretudo em relação aos moradores de favelas. As ideias trazidas por ele tiveram significativa influência no meio católico brasileiro. Como resultado, criou-se no ano seguinte uma organização destinada ao desenvolvimento de pesquisas sociais de acordo com a perspectiva indicada por Lebret, o que resultou na publicação de influentes publicações como *Princípios para a ação* (1952) e *Dimensões da Caridade* (1960). Nomes respeitados no catolicismo brasileiro foram especialmente influenciados pelo pensamento de Lebret, dentre eles Dom Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes, além dos principais nomes da JUC da década de 1950: Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker, Luís Eduardo Wanderley e Vinícius Caldeira Brandt. Outro pensador francês influente no catolicismo brasileiro foi Emmanuel Mounier, que defendia uma espécie de “socialismo cristão” (LÖWY, 2016).

⁹⁹ Inicialmente próximo dos integralistas, Dom Helder Câmara progressivamente mudou de postura, vindo posteriormente a se tornar um símbolo do que se chama de clero progressista do Brasil.

¹⁰⁰ Criado em 1961 por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em parceria com o Governo João Goulart, o MEB tinha por objetivo alfabetizar as camadas populares, sobretudo camponeses. O principal instrumento utilizado era o sistema radiofônico, a partir do qual as aulas eram transmitidas pelo rádio, o que facilitava o alcance de um público mais amplo. A primeira experiência de educação radiofônica no Brasil se iniciou em 1958, quando Dom Eugenio Sales, então Arcebispo do Rio grande do Norte, criou a Emissora de Educação Rural de Natal, por meio da qual coordenava a alfabetização de agricultores daquele estado. Mais detalhes sobre o tema podem ser buscados em Wanderley (1984), Kadt (2003) e em: <https://bit.ly/2C6MzrB>. Acesso em 26/09/2019.

“método da conscientização”, caracterizado pelos antigos militantes Haroldo Lima e Aldo Arantes como uma estratégia baseada no pressuposto de que, “despertando-se o explorado para a realidade de exploração de que é vítima, por meio de exposições esclarecedoras da sua situação concreta”, o sujeito seria conduzido a buscar os “meios de se libertar” (LIMA e ARANTES, 1984, pp. 88-9)¹⁰¹.

Tendo chegado à conclusão, no entanto, de que apenas a conscientização não era suficiente para a transformação estrutural da sociedade, a AP identificou a necessidade de também organizar os camponeses para a luta. Daí o trabalho de muitos de seus militantes nos processos de sindicalização rural. De acordo com Lima e Arantes (1984), dos cerca de 100 sindicatos fundados em Minas Gerais sob jurisdição da Superintendência de Política Agrária (Supra) do Governo João Goulart, cerca de 70 foram criados a partir da influência da AP. Na Bahia, além da criação de sindicatos, a própria sede da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais funcionou por um tempo na sede da AP daquele estado. Os autores afirmam ainda que os militantes da AP contribuíram para a fundação da Contag em 1963. Costa (1996) vai além e cita as diversas federações estaduais de trabalhadores rurais que estavam sob o controle da AP¹⁰² e os cargos ocupados por seus quadros na primeira diretoria da Contag¹⁰³. No pós-golpe, ainda que a repressão tenha prendido diversos militantes da AP e forçado a um recuo dos demais, o trabalho com os camponeses teve continuidade, mas de formas diferentes, com um progressivo abandono do uso da institucionalidade e um crescimento da atuação clandestina.

Com o golpe, ganha força na AP o marxismo (SANTANA, 2008). Lima e Arantes (1984) relatam que a principal consequência do golpe para o âmbito da definição das estratégias de luta foi a “derrota do reformismo”, perspectiva na qual a AP se encontrava até então¹⁰⁴. A dupla de militantes aponta que, apesar das divergências entre os membros da organização, preponderou na AP naquele momento “o despertar viçoso de uma perspectiva revolucionária”, que se refletiu na *Resolução Política de 1965*. Já estava presente nesse documento a tese da “inevitabilidade da luta armada para a libertação efetiva dos explorados e oprimidos”, porém não havia uma definição clara de como e baseada em quais experiências essa estratégia seria implementada. O que se fez foi a criação de uma comissão militar, que atuava tanto nas cidades

¹⁰¹ Ainda que houvesse significativa convergência de ideias entre integrantes da AP e educadores do MEB (alguns deles compunham ambos os grupos), tratava-se de grupos distintos, cuja relação nem sempre foi desprovida de tensionamentos. No conjunto de depoimentos de antigos integrantes do MEB editados por Costa, Jacoud e Costa (1986, pp. 107-9), a educadora Maria José Souza dos Santos (Zezé), da Equipe Estadual do Maranhão, avalia que, em função de sua capilaridade e estrutura comunicativa, o MEB era “cobiçadíssimo pelos partidos políticos emergentes naquele momento histórico”, especialmente pela AP, o que gerou uma disputa interna em torno dos rumos do movimento (embora não usasse a palavra “partido” em seu nome e não fosse reconhecida pelo Estado como tal, a AP se reconhecia enquanto um partido). O tensionamento cresceu a partir do golpe de 1964, uma vez que a presença de militantes de organizações como a AP no MEB atraía a repressão para o próprio movimento como um todo. Para Aída Costa, da Equipe Estadual de Pernambuco, “ficou claro que eram duas lógicas de atuação e que não tínhamos condição de estabelecer uma aliança em bloco”. Já para Zezé, “essa questão, quantíssima para todo mundo, tomava cores mais fortes e menos fortes conforme o lugar e conforme o momento”, sendo o golpe de 64 o principal ponto de inflexão no processo.

¹⁰² Refere-se às federações de trabalhadores rurais de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Além dessas, estavam ainda nas mãos da AP a Federação dos Trabalhadores na Produção Extrativa Rural de Minas Gerais e a Federação dos Produtores Autônomos de Alagoas.

¹⁰³ Tratava-se da 1ª e 3ª Vice-Presidências, ocupada por Manoel Gonçalves Pereira e José Gomes Novaes, respectivamente, além da Secretaria Geral, exercida por Sebastião Lourenço de Lima, e da 2ª Tesouraria, sob a responsabilidade de Manoel Lito Muniz. Como se vê, a AP ficou responsável por quase a metade das posições diretivas da primeira gestão da Contag, expressão da abrangência de sua atuação junto aos camponeses no Brasil naquele momento.

¹⁰⁴ Ainda antes do golpe, contudo, a AP já fazia alianças conjunturais com o PCB, como foi o caso da formação da direção da Contag em 1963, cujo presidente era Lyndolpho Silva, quadro do Partidão.

como no campo, para treinar os militantes no uso de armas e explosivos. Sales (2005) identifica diversos fatores de influência do foquismo nesse documento.

De acordo com Gorender (1987), nesse momento a AP recebia, de fato, influência de Cuba, por parte de militantes como Paulo Wright e Alípio de Freitas, que haviam participado de cursos na ilha, mas também da China, por parte de Aldo Arantes, Manoel da Conceição¹⁰⁵, Jair Ferreira de Sá, dentre outros que também haviam participado de atividades formativas por lá. Lima e Arantes (1984) caracterizam essa situação como um “ecletismo” resultante do despreparo teórico e prático dos militantes da organização no tocante à luta armada.

Ainda que não tenha neutralizado por completo a inspiração foquista, aos poucos, a AP passou a receber uma maior influência do maoísmo e sua estratégia da “guerra popular prolongada” e começaram a deixar de lado o imediatismo da luta armada, típica do foquismo. Em reunião do Comitê Nacional da organização, realizada em 1967, após a leitura de um texto produzido pelo dirigente Aldo Arantes a partir de seus aprendizados adquiridos em viagem à China, aprovou-se uma resolução em torno da ideia de tornar-se um “partido de vanguarda”, reconhecendo a importância de Lenin no processo revolucionário, não havendo posicionamento, contudo, sobre o caráter proletário da revolução. Devido ao histórico de atuação da AP junto a camponeses, analisou-se o andamento dos trabalhos com esse público e criticou-se a ideia advinda do foquismo de que os militantes seriam “catalizadores revolucionários pelos quais certas ações violentas seriam feitas com vistas ao despertar das massas” (LIMA e ARANTES, 1984, p. 67). Ao contrário, tais ações seriam prejudiciais pois ignorariam as experiências organizativas da própria massa e seu potencial de protagonismo.

Conforme Gorender (1987), a aceitação dos ensinamentos provenientes da China levou a AP a adotar a compreensão de que o Brasil ainda possuía resquícios feudais e que, portanto, a revolução deveria ocorrer em duas etapas: primeiro a fase nacional e democrática e depois a revolução socialista. No plano teórico, tal entendimento apoiava-se fundamentalmente em Louis Althusser, cujas ideias, em parte convergiam com a virada maoísta da organização e em parte se confrontavam com a origem “jucista” de boa parte da militância da AP, uma vez que o pensador francês apontava a Igreja como um dos principais aparelhos ideológicos de Estado, ou seja, um instrumento de reprodução das relações de produção capitalistas (ALTHUSSER, 1970/1980). Gorender (1987) sublinha como um foco de tensão interna na AP a convivência entre o que ele chamou de um “dogmatismo de procedência althusseriana” com as raízes cristãs que continuavam presentes na prática dos militantes da AP, razão pela qual alguns militantes chegaram a se desligar da organização. As entrevistas com militantes e camponeses analisadas na sequência deste capítulo corroboram essa interpretação.

Ainda segundo o mesmo autor, um produto dessa “simbiose cristã-maoísta” foi a elaboração da estratégia política da “integração na produção”, a partir da qual todos os militantes da AP de origem pequeno-burguesa deveriam se tornar operários ou camponeses no intuito de vivenciar na prática a exploração a que era submetida a classe trabalhadora no Brasil naquele período. O pressuposto era que não bastava agir enquanto classe trabalhadora apenas subjetivamente. Era preciso tornar-se, objetivamente, um trabalhador para ter condições de, a partir da conquista da confiança dos camponeses e operários, tornar-se capaz de conduzir um processo de transformação estrutural da sociedade de baixo para cima. “Era preciso transformar a organização pequeno-burguesa em organização proletária”, sintetizam Lima e Arantes (1984, p. 110). Tal movimento encontrava inspiração na chamada Revolução Cultural Chinesa dos anos 1960, na qual formaram-se grupos de militantes, conhecidos como Guardas Vermelhas, que se deslocavam das cidades para o campo a fim de recrutar camponeses para o partido.

¹⁰⁵ Ícone do movimento camponês maranhense, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim/MA e liderou marcantes mobilizações de posseiros contra grileiros da região. Ver mais em Santos (1980).

Santana (2008) acrescenta que esse objetivo apontado pelos autores foi característico do momento inicial da AP, ao passo que o contato com a teoria maoísta promoveu uma reformulação do programa da organização de modo que a integração na produção passou a ser também uma forma de ampliar as bases do partido junto à classe trabalhadora. Em documento de 1966¹⁰⁶, a AP afirma que o “revolucionário profissional” devia colocar no centro de sua vida a preocupação com a revolução, de modo a estar permanentemente disponível a ela. Sua vida privada não poderia estar separada de sua vida política, de modo que o objetivo principal da “profissionalização do revolucionário” e da integração na produção era a “criação das condições para o desenvolvimento de um trabalho revolucionário”. De fato, tratava-se de algo muito similar ao que Mao havia determinado a partir de 1966, naquilo que chamou de Revolução Cultural: os intelectuais eram obrigados a passar temporadas entre operários e camponeses, vivendo e trabalhando como eles, a fim de eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o manual.

A memória da experiência dos padres-operários¹⁰⁷ na França do pós-guerra reforçava ainda mais a ideia da integração na produção, uma vez que boa parte de seus militantes traziam a bagagem da formação humanista cristã dos tempos da JUC, fortemente inspirada nas ideias da Igreja progressista francesa (GORENDER, 1987; LÖWY, 2016). Apesar dessa influência, Santana (2008) pondera que nem todos os militantes da AP tinham histórico de JUC, portanto não carregavam essa memória e os objetivos dos padres-operários eram “totalmente diferentes” dos da AP: enquanto os primeiros buscavam a evangelização, os segundos a politização das massas.

De acordo com Lima e Arantes (1984), dos cerca de 120 militantes que se integraram na produção, aproximadamente 90 foram para o campo e o restante para as fábricas. Embora esse número maior de militantes enviados aos espaços rurais tenha relação com o fato de que estar no campo significava estar mais longe da repressão¹⁰⁸, ele pode ser também um sinal da centralidade ocupada pelo campesinato na estratégia política da AP.

Uma das experiências mais eloquentes da AP com camponeses nesse período foi a de Pindaré-Mirim, no Maranhão, onde Manoel da Conceição Santos, Rui Frazão e Oswaldo Rocha (os dois últimos, *integrados na produção*) lideraram a resistência armada dos lavradores às tentativas de despejos e às solturas de gado nas lavouras¹⁰⁹. O apoio dado por militantes da AP

¹⁰⁶ *Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente*. Ação Popular, 1966. Texto para militantes, N. 4. Disponível no Arquivo Edgar Leuenroth, Fundo Duarte Pereira.

¹⁰⁷ Com origem nos anos 1940 na Juventude Operária Católica da França, os padres-operários eram sacerdotes convencidos da necessidade de um trabalho mais próximo da Igreja com a classe trabalhadora e, com base nisso, decidiam tornar-se também trabalhadores para poderem praticar uma forma de evangelização específica para esse público. Com a morte, em 1949, do Cardeal Suhad, arcebispo de Paris, que os apoiava, o movimento se desfez nos anos 1950 por conta da oposição de setores conservadores da Igreja, que discordavam dessa forma de atuação por considerar que os padres, por serem pessoas sagradas, não deveriam se misturar com o mundo profano como o faziam os padres-operários. Eles só foram novamente autorizados a atuar como tal a partir dos pontificados de João XXIII, que abriu o caminho para as articulações no sentido do retorno da possibilidade dessa forma de atuação, e de Paulo VI, que finalmente autorizou formalmente. Para mais informações sobre a influência dessa experiência francesa na Igreja brasileira, ver Löwy (2016).

¹⁰⁸ Marcos Panzera comentou sobre esse assunto: “Tendo em vista que a ditadura não veio para ficar por pouco tempo, nós tínhamos que preparar uma resistência no campo, que é onde a repressão é mais fraca e a gente tem condições de começar a construir bases para uma resistência mais sólida (...), que deveria ser armada” (entrevista em 31/10/2018, Belém/PA).

¹⁰⁹ Manoel da Conceição Santos relata tal experiência com mais detalhes em seu livro de memórias. Ver Santos (1980). Ridenti (2010) destaca que no âmbito dessa experiência, chegou a haver uma preparação do grupo para tomar algumas cidades do Maranhão, o que seria resultado da influência de setores castristas da AP, que nesse período ainda influenciavam significativamente a organização, antes de o maoísmo tornar-se a principal referência. Do total de 17 camponeses ligados à AP denunciados em IPMs sistematizados pelo BNM, 11 estiveram relacionados ao caso de Pindaré-Mirim.

à greve dos canavieiros em Pernambuco em 1968 foi outra frente de atuação que marcou a história da organização. Ao lado desses casos mais conhecidos, os militantes da AP trabalharam com camponeses em vários outros lugares, dos quais dois serão analisados neste capítulo: Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, ambos na Chapada Diamantina, Bahia. Lima e Arantes (1984, p. 80) afirmam que “foi no movimento camponês que a AP acumulou maior experiência de trabalho junto às massas fundamentais”. Ridenti (2010) identificou que, dentre os 88 camponeses identificados em processos do BNM, o maior número (17) eram ligados à AP.

Em 1968, a organização chegou a produzir um documento voltado especificamente à orientação dos militantes sobre como deviam se portar na convivência com os camponeses:

A educação e a propaganda das massas deve se fazer em torno dos problemas concretos e mais diretamente ligados à vida do camponês: situação de miséria dos camponeses, morte do filho, gado do latifúndio que comeu a roça do camponês, latifundiário que bateu no camponês, etc. (...) [O militante deve] ouvir muito; observar, discreta e atentamente tudo que se passa à sua volta e no local de seu trabalho; falar pouco, somente o necessário; nada impor, fazer as massas raciocinarem; ser prestativo, ajudar em tudo que for possível, mesmo nos trabalhos do campo ou de casa, não se tornar pesado economicamente; respeitar as crenças, costumes e hábitos do lugar onde trabalhar; não chamar atenção sobre si mesmo; tudo deve ser referendado à organização e à revolução; não prometer o que não pode cumprir, nem faltar em hipótese alguma ao combinado; no tocante à moral, seja de toda severidade consigo mesmo, jamais se permitir qualquer desvio¹¹⁰.

O trecho demonstra significativa similaridade com a teoria da ação dialógica proposta por Freire (2018): problematização da realidade, capacidade de ouvir, estímulo à reflexão das massas, “co-laboração” (compromisso, prestatividade), respeito às culturas locais (o oposto do que o autor chama de “invasão cultural”), valorização do coletivo mais do que a si mesmo e testemunho. Quanto à dimensão da moral, chama atenção a semelhança com a descrição feita por Portela (1979, p. 36) a respeito dos militantes do PCdoB no Araguaia, que viviam, segundo ele, como “monges, pessoas de comportamento moral irrepreensível”. Tal postura já era uma característica da militância de esquerda no Brasil desde o início do século XX, com os anarquistas. Em estudo sobre a formação da classe operária brasileira, Fausto (2016) sublinha a adoção do que ele chamou de “normas puritanas” por parte de tais lideranças. Ele observa o fato de que tal postura era informada por uma autocompreensão dos militantes como um grupo de “eleitos”, “apóstolos da transformação radical”. Essa preocupação dos militantes com a moralidade faz sentido no contexto do que Comerford (2003) chamou de “economia de reputações”, de acordo com a qual, especialmente no meio rural, a respeitabilidade de uma pessoa depende da aprovação da coletividade em face do controle social exercido uns em relação aos outros.

Naquele mesmo ano de 1968, duas correntes se formaram no interior da organização: uma que reforçava o maoísmo já presente na organização desde o ano anterior, liderada por Jair Ferreira de Sá, Duarte Pereira, Aldo Arantes, Paulo Wright e Haroldo Lima, e outra inspirada no foquismo, encabeçada por Vinícius Caldeira Brandt, Alípio de Freitas, Sérgio Bezerra de Menezes, Maria do Carmo Biapina e Altino Dantas. Essa divisão é sintetizada, conforme Filgueiras (2014, p. 528), em dois documentos principais produzidos naquele ano: *Os seis pontos*, sob a liderança de Jair Ferreira de Sá, pela corrente maoísta, e *Dois Posições*, da corrente foquista. O primeiro reconhece “a desvantagem” da “origem pequeno-burguesa e antimarxista” da AP e, por isso, defende uma ruptura com essa velha AP a fim de torná-la um

¹¹⁰ *Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês*. Ação Popular, 1968, pp. 13-18. Disponível no Arquivo Edgar Leuenroth, Fundo Duarte Pereira.

partido efetivamente “marxista-leninista, integrado com as massas populares”. Mao é considerado neste documento como o representante da terceira etapa do desenvolvimento do pensamento marxista-leninista.

O documento *Duas Posições* foi uma resposta ao *Seis Pontos*, em que ficam claras as divergências. O grupo foquista critica a *Resolução Política de 1965* por ser “uma interpretação moralista da história” e não partir de uma “análise concreta do ponto de vista de classe”, cuja consequência seria o “transplante mecânico” de “modelos pré-fabricados” (referindo-se ao projeto da integração na produção que teria copiado a Revolução Cultural Chinesa) que se afastariam dos “verdadeiros interesses das classes oprimidas em nosso país”. De fato, como pontua Gorender (1987), a obrigatoriedade definida pela AP de seus militantes abandonarem tudo e se tornarem operários ou camponeses foi motivo de diversos desengajamentos e dissidências, caso de Rosalina Santa Cruz, Zélia Amador de Deus e Margareth Refskaleski, que por esse motivo migraram para a VAR-Palmares, como veremos no próximo capítulo.

Ainda no documento *Duas Posições*, reafirma-se a prioridade do campo na luta revolucionária por ser onde se encontra o “elo mais fraco do poder burguês e imperialista, onde as contradições sociais são mais agudas” e também onde o Estado teria menor capacidade de repressão e menor “prestígio”, dada sua “incapacidade administrativa”. Os foquistas da AP, no entanto, discordavam da tese do cerco das cidades pelo campo¹¹¹, como defendia o grupo dirigente (maoísta), e lembram que é nas cidades onde se encontram os “interesses da burguesia”. Portanto, “esperar no Brasil que a ‘avalanche’ camponesa desborde sobre as cidades, as cerque e as domine significa o desconhecimento total da nossa realidade política, econômica, militar e demográfica” (*apud* FILGUEIRAS, 2014, p. 535). O trabalho político, nesse sentido, deveria ser realizado tanto com operários, como com camponeses. O resultado dessas divergências foi a expulsão, em setembro de 1968, do grupo foquista, que fundou, em janeiro do ano seguinte, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), extinto dois anos e meio depois (meados de 1971) após a prisão de suas principais lideranças.

3.2 A AP na Chapada Diamantina

A estratégia da AP de integração na produção tinha como um dos objetivos a aproximação com camponeses no intuito de criar relações de confiança a partir das quais seria possível mobilizá-los para se inserir na organização como parte de uma base que comporia grupos de guerrilha rural. Um dos militantes relata como ocorreu a escolha da Chapada Diamantina para se enviarem os militantes¹¹²:

foi desenvolvido todo um trabalho de pesquisa no país inteiro¹¹³ para localizar as áreas mais propícias para desenvolver esse tipo de trabalho. E eu fiquei responsável, com outros companheiros, por fazer essa pesquisa no Estado da Bahia. Então nós rodamos o estado todinho atrás de áreas que tivessem montanha e mato, como tinha sido na

¹¹¹ Essa tese era similarmente defendida pelo líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião.

¹¹² Antes de irem à Chapada Diamantina, vários deles haviam se integrado à produção na região cacaueteira, no Sul da Bahia, dentre eles Marcos e Eneida, junto com um dos dirigentes da organização, Haroldo Lima. Juntamente com a Chapada, o sul da Bahia tinha sido apontado como área estratégica para a formação de grupos de guerrilha (PANZERA, 2016).

¹¹³ A referida pesquisa, chamada de PAE (Pesquisas de Áreas Estratégicas), foi coordenada por Haroldo Lima depois que a integração na produção já havia começado. Na Bahia, concentrava-se na região cacaueteira (SANTANA, 2008).

China, no Vietnã e em Cuba. Então identificamos a Chapada Diamantina¹¹⁴ (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018).

Tal pesquisa prévia se deu entre 1968 e 1970. Outro militante, *Marilson*, também relata sua participação nesse processo:

Juntamos Haroldo Lima, que era da Bahia, o Jair Ferreira de Sá e eu. Montamos um esquema, compramos um jipe velho e vasculhamos a Chapada toda. Começamos em Livramento de Nossa Senhora e terminamos em Seabra (...). Resolvemos abrir uma primeira frente [de trabalho] em Seabra, onde fui morar. Mas antes morei em Feira de Santana, para adquirir uma identidade (...). A gente estudava os fluxos migratórios, então você morando em uma cidade de certo tipo justificava você tentar comerciar em outra [de outro tipo]. (...) Em Seabra eu trabalhava como mascate, com o jipe, em várias feiras. Ali morei por cerca de um ano (*Marilson*, entrevista a Fabricio Teló, São Paulo, 29/05/2019).

A interrupção do trabalho em Seabra ocorreu devido à perseguição a Carlos Lamarca, que estava escondido a poucos quilômetros daí, em Brotas de Macaúbas, conforme veremos no capítulo 5. O trabalho em Itanagé, distrito de Livramento de Nossa Senhora, surge como alternativa ao trabalho interrompido em Seabra. Antes, porém, os militantes moraram por um tempo em Vitória da Conquista, o que chamavam de “zona de aproximação”, a fim de se inteirar dos códigos da região e diminuir o estranhamento da população local. *Marilson* explica que Itanagé era estratégico porque era um povoado de porte significativo, com uma “feira boa” que atraía a população da região e ficava na bacia da irrigação, o que não significava que houvesse uma decisão amadurecida de que ali seria objetivamente iniciada uma guerrilha. “Estávamos em uma fase de pura prospecção”, relata *Marilson*.

De acordo com o documento de 1968, anteriormente citado¹¹⁵, as regiões a serem escolhidas para se constituírem no que a organização chamava de “bases de apoio” deviam ser caracterizadas por “conflitos agudos e condições topográficas favoráveis ao desenvolvimento da luta armada”, com “tradição de luta camponesa”, onde os camponeses tivessem um “nível de consciência relativamente alto”. Livramento não possuía propriamente essas características¹¹⁶ mas foi um dos municípios escolhidos pela AP para se desenvolver tal trabalho por conta da presença de apoiadores da organização. Embora um deles fosse próximo do partido de oposição à ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), não se dispunham a abandonar tudo para se tornarem membros orgânicos da AP e se integrem na produção.

Na Chapada, os militantes atuaram em Livramento de Nossa Senhora, Rio de Contas, Paramirim, Piatã, Abaíra e Canarana (Haroldo Lima, entrevista a Fabricio Teló, Rio de Janeiro/RJ, 14/09/2018,)¹¹⁷. Nesse capítulo, no entanto, analisarei a atuação dos militantes da AP apenas nos dois primeiros por conta da viabilidade do acesso aos camponeses com os quais os militantes conviveram.

¹¹⁴ Mais tarde, os militantes se deram conta de que a Chapada não era necessariamente uma boa região por conta da ausência de mata fechada, o que facilitava o trabalho da repressão.

¹¹⁵ Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês. Ação Popular, 1968. Disponível no Arquivo Edgar Leuenroth, Fundo Duarte Pereira.

¹¹⁶ Livramento atendia à demanda topográfica na medida em que dispunha de muitas montanhas, onde os futuros guerrilheiros poderiam vir a se refugiar. No entanto, elas não eram cobertas por mata fechada, o que facilitaria a identificação dos militantes por parte da repressão. Essa foi uma das razões pelas quais os militantes acabaram deixando a região em 1975, conforme veremos ao final deste capítulo.

¹¹⁷ Fora da Chapada, a AP concentrou-se na região cacauzeira: Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna e Ilhéus (SANTANA, 2008).

3.2.1 O campesinato da Chapada Diamantina

De acordo com Neves (2003), a Chapada Diamantina atraiu um contingente populacional significativo com a descoberta de jazidas auríferas nos séculos XVIII e XIX que proporcionavam aos imigrantes emprego na atividade mineradora e terra para produzir alimentos para subsistência. Segundo o autor, isso configurou uma estrutura agrária com predominância de uma maioria de pequenos estabelecimentos rurais. Ao longo do século XIX, todavia, com o declínio da mineração e o êxodo para o sul forçado pelas secas periódicas, houve um processo de concentração fundiária, ainda que boa parte dos que permaneceram tenham conseguido se firmar em pequenas propriedades.

Outra marca importante do campesinato da Chapada Diamantina, como aponta Rosa (1973), é a sujeição ao poder dos coronéis, detentores de prestígio social e poder político, calcados no domínio sobre a terra. Eles se valiam da assimetria social para alimentar relações de dependência com apadrinhados que empregavam em troca de lealdade política e respeito. Também agiam com poder de polícia e autonomia extralegal. Antes da chegada dos coronéis, que se apropriaram de parte significativa das terras, os garimpeiros podiam extrair minerais livremente na Chapada. Depois disso, o garimpo só podia ser realizado sob a autorização do coronel e o garimpeiro não trabalharia mais para si, mas para o dono da terra. Era praticamente autocrático o poder que exerciam tais figuras:

Era o Coronel, o chefe político, o legislador, o juiz, a autoridade em seu território. Encarnava o poder de fato e de direito (tornando-se Intendente), delegando-se todos as suas atribuições, fossem de ordem política, econômica, jurídica, policial ou militar, apoiado no prestígio e na submissão e dependência da “sua gente” (ROSA, 1973, p. 27).

Como consequência, a autora sugere que até os anos 1970, quando se criaram os sindicatos de trabalhadores rurais, em sua maioria na Chapada, não havia entre os camponeses uma articulação política que atuasse no sentido da defesa de seus direitos. Além disso, a maior parte dos sindicatos nessa região foram criados por iniciativa de prefeitos locais interessados na circulação maior de recursos na economia a partir do direito à aposentadoria dos homens do campo em 1971, que passaram a ter direito a meio salário mínimo de previdência¹¹⁸ e que dependiam dos sindicatos para a comprovação de sua condição de trabalhador rural, requisito necessário para o acesso ao direito.

Poucos agricultores possuíam extensões de terra com mais de 100 hectares. A maioria plantava como meeiros em terras de outros, trabalhavam como diaristas, ou possuíam pequenas propriedades, muitas vezes objeto de grilagem, como relataram alguns agricultores entrevistados. A principal produção agrícola à época era o arroz. Plantavam ainda feijão catador, de coloração branca, também conhecido como feijão de corda. Por ser uma região onde chove pouco, os agricultores dependiam da irrigação. Portanto, além de pagar a renda da terra, era necessário pagar ainda a renda da água para o dono da instalação de irrigação.

Anna Martins, uma das militantes que morou na cidade de Livramento, destacou a continuidade de relações de trabalho marcadamente escravistas. Ela conta que os sábados eram dia de feira e

os negros dos ‘Gerais’ [povoado de Rio de Contas] vinham para vender cabo de enxada e marcela [um tipo de chá] e também para se oferecer para o trabalho. (...) Os

¹¹⁸ O direito à “aposentadoria por velhice” aos trabalhadores do campo (apenas para os homens acima de 65 anos de idade) se concretizou por meio da lei complementar nº 11, de 25/05/1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

fazendeiros contratavam esses negros para virar a terra. Tínhamos a notícia de que havia apenas três tratores na região toda. Eles ficavam enfileirados na esquina da feira e os fazendeiros passavam para olhar e escolher quem contrataria com base na aparência física, como na escravidão, olhavam os dentes pra ver se tinha saúde (Anna Martins, entrevista a Fabricio Teló, São Paulo, 29/05/2019).

Além disso, ela relata que, quando o governador visitou a cidade, a principal reivindicação era o fornecimento de sementes e enxadas. Pediam ainda que não deixassem o trator chegar para evitar a perda de trabalho, o que evidencia uma situação de intensa precariedade dos camponeses da região.

3.2.2 A atuação com os camponeses de Itanagé, Livramento de Nossa Senhora

Nos anos 1970, havia em Livramento de Nossa Senhora cerca de 25 mil habitantes, dos quais 19 mil eram habitantes da zona rural. Itanagé, onde a organização atuou por mais tempo, é um dos distritos do município. Não há dados sobre o número de habitantes desse distrito na década de 1970. O primeiro censo demográfico que dispõe de dados é o de 1996 que indica cerca de quatro mil habitantes. Com base nisso, é possível estimar que na década de 1970 houvesse em torno de três mil pessoas, pelo menos. À época, a sede do distrito “tinha duas ou três ruas, uma igreja, umas cinco dezenas de casas, pequenos comércios, um pequeno cartório e uma escola de primeiro grau. Além do vilarejo, havia muitos moradores que residiam nas cercanias” (PANZERA, 2016, p. 53).

O casal de militantes da AP que mais tempo morou em Itanagé foi Marcos Panzera¹¹⁹ e Eneida Guimarães¹²⁰, que para lá se deslocaram em 1970. Junto com o casal, deslocou-se para Itanagé um outro militante chamado Arlindo, cujo paradeiro é desconhecido. Em seu livro autobiográfico, Panzera (2016) comenta que Arlindo tinha origem camponesa na Paraíba, havia passado pela polícia militar e era revoltado com o fato de uma irmã sua ter falecido em decorrência da fome aguda a que era submetida no sertão. Além de Arlindo, outra militante, Jussara Barreto de Oliveira [codinome Julia], ficou por alguns meses morando com o casal. Os camponeses pensavam que ela fosse irmã de Eneida.

Antes de se mudar para Livramento, Marcos e Eneida haviam permanecido por um tempo no município de Buerarema, sul da Bahia, onde contam ter passado por dificuldades “porque a maioria do pessoal não sabia nem como plantar uma planta: o pessoal plantava mandioca de cabeça para baixo, deixava pegar fogo na roça do vizinho... teve muita gente que não aguentou a barra porque era muito pesada” (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018). Sobre as dificuldades encontradas pelos militantes, Lima e Arantes (1984) narram um episódio ocorrido em um dos municípios da Chapada, quando, como dirigentes da AP, passaram pelo local. Ao dialogarem com os moradores, ouviram deles o relato de que “dois

¹¹⁹ Filho de pai comerciante e mãe pianista, Marcos é natural de São Lourenço, município do sul de Minas Gerais. Estudou agronomia na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa, onde ingressou na JUC e militou no movimento estudantil, participando da ‘Greve do um Terço’, deflagrada em junho de 1962, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em defesa da reforma universitária. Já incorporado à AP, trabalhou como agrônomo no Ministério da Agricultura em Goiás, condição que lhe facilitava o trabalho político com camponeses daquele estado. Preso em 1967 em decorrência de suas atividades políticas com os camponeses, conseguiu fugir. Passou um tempo escondido em diversas cidades de Minas Gerais e São Paulo, até ser transferido para a Bahia.

¹²⁰ Oriunda de uma família de fazendeiros goianos, Eneida era considerada uma “filha rebelde”. Entre 1962 e 1964, cursou magistério (à época conhecido como curso Normal), a partir do qual iniciou seus primeiros contatos com a JEC. Como estudante universitária de Belas Artes da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, militou no movimento estudantil, tendo presidido o Diretório Central dos Estudantes da referida universidade. Trabalhando como secretária no Ministério da Agricultura em Goiânia, conheceu Marcos, com quem começou a namorar.

rapazes muito bons, atenciosos” que haviam morado por lá por um tempo, mas cuja intenção ninguém sabia qual era, haviam, “sem maldade”, incendiado as lavouras dos moradores locais. Em um dado momento da conversa,

observando as fisionomias e os jeitos dos dois ouvintes [Haroldo e Aldo] a quem contavam sua história, jeito urbano e mais ou menos intelectualizado, atitude de respeito, fisionomias jovens, os narradores dos casos [moradores locais] acrescentaram com a sabedoria instintiva que lhes é própria: “eram iguaizinhos a vocês” (LIMA e ARANTES, 1984, p. 119).

Como veremos ao longo do texto, essa não foi a única situação em que os militantes se viram em uma situação em que os moradores davam sinais de que estavam percebendo algo de diferente nesse grupo de “estranhos”, cujas origens e intenções eram frequentemente objeto de curiosidade. Studart (2013, p. 342) apontou que situação semelhante se deu também no Araguaia, conforme demonstra o trecho de uma entrevista de um camponês sobre Osvaldão, um dos líderes dos guerrilheiros: “ele tentava disfarçar, mas nós sempre comentávamos tudo o que ele e seu grupo fazia [treinamentos e exercícios físicos]. Achávamos tudo muito estranho, mas ele era nosso amigo”. Depoimento parecido de outra camponesa do Araguaia foi transcrito por Campos Filho (2012, p. 114): “eles trabalhavam na roça nossa, apanhando arroz pra viver. Eram três e passavam o dia apanhando arroz e só apanhavam uma arroba de arroz. Aí a gente fazia críticas deles, porque eles não sabiam apanhar arroz”.

Marcos conta ter sido encaminhado ao campo por ser agrônomo e ter mais proximidade com a agricultura, o que lhe facilitou o início das atividades na produção, mas não significou ausência de dificuldades, mesmo em Livramento, dado que chegou sem ter moradia garantida, nem conhecimento aprofundado sobre a região, ainda que tivesse uma pequena área de terra comprada pela organização¹²¹ para poder desenvolver a agricultura¹²².

Além disso, tiveram de criar uma história falsa sobre sua origem e identidade para justificar sua ida para lá, uma vez que o movimento “natural” era o contrário: o êxodo em direção ao Sudeste, sobretudo São Paulo. Para os camponeses, desconfiados com a chegada inesperada de estranhos, diziam que eram originários do sul da Bahia, onde de fato haviam passado um tempo, e que tiveram que sair de lá porque o pai de Eneida (que passou a usar o codinome Isabel) não concordava com o casamento e Marcos (que passou a usar o codinome Nelson) tivera que fugir com ela. Sobre isso, Marcos comenta em seu livro autobiográfico: “O mais difícil e doloroso foi ter que criar uma nova história de minha vida, com detalhes para caso de necessidade” (PANZERA, 2016, p. 43). Ele lamentava a necessidade de rompimento com seus amigos, parentes, sua formação profissional e sua história. Euler Ivo¹²³, que atuou na

¹²¹ De acordo com o relato de um camponês local, a área foi comprada por um homem identificado como Pereira, que chegou antes dos demais e não ficou. Não há maiores informações sobre ele. (José Zacarias da Silva, entrevista a Faricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018,).

¹²² Assim como os demais moradores, desenvolveram a rizicultura. Por sorte, a área de terra que a AP tinha adquirido era próxima ao rio que atravessava a localidade: “Cada roça tinha direito a um dia de água por quinzena para irrigar. No dia que tínhamos direito, tínhamos que, de madrugada, seguir pelo canal que dava em nosso roçado, até encontrar onde estava a água. Daí, vínhamos tapando as entradas para as outras roças até a água chegar à nossa lavoura. Passávamos então o dia direcionando a água, de forma que toda a extensão da lavoura ficasse bem molhada. O cultivo do arroz era extremamente trabalhoso. Primeiro era preciso arar a terra e gradear (desmanchar os torrões). Os fazendeiros locais forneciam a junta de bois com o arado, que seria pago com a produção. Quando o arroz começava a germinar, tínhamos que tomar conta, pois às vezes os marrecos do mato, vendo as plantinhas nascerem, arrancavam as sementes que ainda existiam na terra molhada” (PANZERA, 2016, p. 55).

¹²³ Euler Ivo é natural de Piracanjuba/GO. Seu pai trabalhava como vaqueiro. Quando adolescente mudou-se para Goiânia para estudar. Lá ingressou no movimento estudantil. O amigo de Euler que o convidou a fazer parte da AP o convenceu com o argumento de que a AP seria a única dentre as três principais organizações da esquerda que era genuinamente brasileira, uma vez que o PCB seria ligado à Rússia e o PCdoB à China. Diferentemente da

cidade de Livramento e no município vizinho de Rio de Contas, também mencionou a necessidade de uma autovigilância constante para não evidenciar sinais que denunciasses suas verdadeiras procedências. “Tinha que cuidar de todos os detalhes: a forma de você pegar num objeto, a forma de você conhecer. Você não podia revelar seu conhecimento. Era um perigo” (entrevista em 08/12/2018, Goiânia/GO).

A história contada e os cuidados tomados, no entanto, não convenceram todos os camponeses. O farmacêutico local, por exemplo, relatou que “desconfiava porque eles disseram que chegaram aqui fugidos” (Arlito, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018). Diversas hipóteses chegaram a ser comentadas pelos camponeses: “tinha gente que achava que Nelson e Isabel eram irmãos porque eram muito parecidos¹²⁴” (Fátima Ferreira, entrevista a Fabricio Teló, Livramento de Nossa Senhora/BA, 02/10/2018). Diversos moradores também comentaram que muitos tinham inclusive medo de que se tratasse de novos “revoltosos”, adjetivo utilizado na região para se referir tanto aos tenentes que participaram da Coluna Prestes¹²⁵, como aos cangaceiros¹²⁶, muito presentes no imaginário local. Conforme o relato de uma antiga vizinha, as diferenças culturais eram muito evidentes para que os camponeses não desconfiassem da estória contada por Marcos e Eneida:

O pessoal achava estranho que tudo neles era diferente: as coisas deles, a comida¹²⁷ deles era diferente, até o jeito de botar a comida no prato era diferente. Eles colocavam o arroz, o feijão e a verdura, tudo separadinho. Aqui não, primeiro a gente coloca o feijão, depois vai servindo a comida. Tudo isso eu achava diferente neles. Eu ia muito na casa dela [Eneida], gostava deles. Tinha um menino pequeno. Ela ligava o rádio pra ele dormir. Num instantinho o menino dormia. Aqui pra nós, se fizesse barulho, o menino não dormia. E o dela não. Só dormia com o som ligado. Tudo era diferente da

maioria, Euler não chegou a fazer parte da JUC. Seu interesse pela política foi herdado do pai que ouvia muito os noticiários pelo rádio e tinha admiração por Stálin por ter vencido os nazistas na Segunda Guerra Mundial. Antes de se mudar para Livramento, Euler viajou à China em 1969 para estudar a estratégia da guerrilha (Euler Ivo, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 08/12/2018).

¹²⁴ Não teria sido a primeira vez que dois irmãos teriam formado uma família. De acordo com os entrevistados, isso não era algo tão incomum na região.

¹²⁵ Produto do tenentismo, movimento formado majoritariamente por militares de baixa oficialidade descontentes com a situação política do Brasil durante a República Velha, a Coluna Prestes foi assim chamada em função do nome de seu líder, Luiz Carlos Prestes, que veio a ser presidente do PCB, mas que à época, ainda não era filiado. Os tenentes saíram de Santo Ângelo/RS em novembro de 1924, em direção ao norte do país. Durante a maior parte da marcha, que durou dois anos, os tenentes eram geralmente bem recebidos pela população, a quem procuravam difundir suas ideias (fundamentalmente a defesa do voto secreto e a crítica ao poder dos coronéis latifundiários). Ao chegarem à Chapada Diamantina, porém, a recepção foi diferente devido à atuação dos coronéis locais, que promoveram uma visão negativa dos rebeldes, geraram medo na população e recrutaram soldados para lutar contra os chamados *revoltosos*, que acabaram obrigados a interromper a epopeia e fugir (PRESTES, 1995). Diversos entrevistados relatam histórias ouvidas de seus pais e avós sobre a fuga desesperada das populações locais para as matas quando começava a correr a notícia de que os “revoltosos” estavam próximos.

¹²⁶ Queiroz (1986) classifica o cangaço em dois tipos. O mais antigo foi o “subordinado aos fazendeiros”, com início ainda no século XVIII. Menos conhecido, e sem delimitação espaço-temporal precisa, foi formado por homens armados que pertenciam aos chefes de grandes famílias oligárquicas, moravam nas terras de seus mandatários e eram acionados quando necessário para proteger os bens da fazenda ou a vida do latifundiário. Já o cangaço “independente” teve início na década de 1900 e seu fim ocorreu na década de 1940. Tendo Lampião como seu principal expoente, esse tipo de cangaço foi o que mais se tornou conhecido. Era formado por homens e mulheres armados, porém sem residência fixa. Viviam de saques e assaltos e estavam em permanente confronto com a polícia. Embora fizessem alianças, sobretudo baseadas no compadrio, com alguns chefes locais, os cangaceiros independentes não estavam subordinados tais como os do tipo anterior. De acordo com a autora, embora muitos apoiavam os bandos por simpatia, boa parte estava motivada ou pelo dinheiro pago pelos cangaceiros para lhes dar apoio ou pelo medo imposto pelas suas ações violentas.

¹²⁷ Há uma vasta literatura nas Ciências Sociais sobre a relação entre alimentação e identidade. Para o contexto mais especificamente camponês, ver Woortman (2013).

gente. (Fátima Ferreira, entrevista a Fabricio Teló, Livramento de Nossa Senhora/BA, 02/10/2018).

A própria Eneida relata ter sido objeto de riso das mulheres locais em função da maneira como ela lavava suas roupas no riacho, já que ela sempre o fazia utilizando tanque. Detalhes como esses eram indicações que colocavam em dúvida a veracidade da estória contada aos camponeses e, por consequência, impunha um investimento maior de tempo para o alcance do objetivo de construir uma relação de confiança com a comunidade. “Via-se que não eram da roça”, comentou um sertanejo. A preocupação dos militantes em evitar o desvelamento de seu passado a fim de manter a segurança levava-os a exporem pouco sobre suas vidas: “Eles eram também muito reservados”, comentou um camponês (José Zacarias da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018). Euler, citando o curso de guerrilha feito na China, admitiu que era, de fato, muito desconfiado e fechado e que andava sempre armado. Isso foi sendo aos poucos superado na medida em que o grupo ia se fazendo conhecer a partir das interações que serão descritas na sequência.

“No campo, a orientação geral [da organização] era para que se fizesse a ‘integração’ na condição de camponês pobre (meeiro, rendeiro, posseiro, pequeno proprietário) ou assalariado rural, dependendo da região” (LIMA e ARANTES, 1984, p. 112). Marcos e Eneida começaram a vida em Itanagé produzindo arroz como meeiros, condição mediada pelos apoiadores da AP mencionados no início deste capítulo. Eneida complementava a renda com costura de roupas e com o artesanato de flores e Marcos com a prestação de serviços musicais em festas para as quais era contratado, já que tocava sanfona e cantava, o que foi fundamental para sua inserção na região, como veremos adiante. Posteriormente ambos começaram a trabalhar como professores do ensino primário.

Em seu livro de memórias, ele relata as dificuldades desse momento inicial: “Cheguei a passar várias noites na rua, esperando a saída da condução para Livramento¹²⁸ na manhã do outro dia. Às vezes o frio¹²⁹ era tanto que os dentes batiam, sem termos onde nos agasalhar do vento que parecia cortar a gente ao meio” (PANZERA, 2016, p. 50). Na entrevista, ao comentar sobre as adversidades, Marcos revela uma dimensão importante dos pressupostos políticos que guiavam a atuação dos militantes junto aos camponeses:

A gente sentir na pele o que é ser explorado, a humilhação que o povo passa... e a gente fazer isso conscientemente era ainda mais difícil. A gente ficava revoltado, mas tinha que se segurar. O entendimento era que a gente tinha que crescer junto com o povo. Não podia a gente aparecer sozinho (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018).

Inicialmente, a tarefa dos militantes era somente inserir-se no meio dos camponeses a fim de tornar-se um deles, ser considerado como um igual e criar as condições para um posterior trabalho de mobilização política para engajamento na proposta da guerrilha:

Nossa missão era se integrar com a população em primeiro lugar, sem fazer nenhum trabalho político. O pessoal da organização dizia que a gente tinha que se transformar como uma peça da natureza, uma pessoa comum de lá que todo mundo conhecesse, com muitas relações e muita amizade, que fizesse um trabalho de servir ao povo e construir uma liderança entre os camponeses na região e começar a ver como a gente

¹²⁸ Marcos frequentemente precisava viajar para receber notícias e/ou orientações dos dirigentes da organização, porém não podia externar aos vizinhos o verdadeiro motivo das viagens, o que constituía outra razão para a desconfiança dos moradores locais, que raramente viajavam.

¹²⁹ Embora o clima da Bahia seja o tropical, a altitude média de Livramento de 500m acima do nível do mar faz com que as temperaturas no inverno cheguem à mínima de 10°C.

poderia desenvolver uma formação política com o pessoal lá (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018).

Nossa primeira preocupação era esse laço de amizade. Era a gente conquistar a confiança. Esse debate sobre a ditadura, o que estava acontecendo [a nível nacional], de gente [sendo reprimida], nada disso passava, porque as pessoas também não estavam muito acordadas pra isso (Eneida Guimarães, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 30/10/2018).

Nesse primeiro momento, os militantes seguiam fundamentalmente o famoso “livrinho vermelho do presidente Mao”, que os orientava a permanecer o tempo todo à disposição e a serviço do povo. Eneida relata que nunca cobrava pelos serviços que prestava como parteira da comunidade, habilidade que foi obrigada a adquirir “na marra” em uma situação em que uma vizinha estava por dar à luz um filho, mas não havia ninguém para acudir. Depois dessa situação, procurou ajuda com Emerson Leal, um médico que havia militado na AP quando era estudante em Salvador¹³⁰, para que ele lhe desse instruções básicas de como realizar um parto. Até hoje Eneida guarda os presentes que recebia como retribuição. Ela conta ainda que tinha até um bisturi para procedimentos simples quando alguém precisasse. Também era sempre acionada para fazer curativos quando havia brigas e alguém se cortava com facão. “Receitávamos remédios, aplicávamos injeções e prestávamos uma série de serviços”, complementou Panzera (2016, p. 63). Por conta disso, o sentimento de gratidão e respeito pela generosidade e presteza dos famosos “Nelson e Isabel” e os demais “companheiros” que ficaram menos tempo é a dimensão mais presente nas memórias dos camponeses entrevistados. Abaixo estão reproduzidos os trechos das entrevistas concedidas a mim por diversos camponeses comentando a atuação do grupo de militantes em Itanagé:

Quando tivesse algum doente na localidade, sempre podia ir pra casa do Nelson, que eles sempre iam ter um comprimido pra dar, sempre tinha remédio pra fazer curativo. Sempre levou gente pra fazer exames. Depois começou a levar gente para aposentar” (José Elso Moreira, entrevista em 29/09/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Eram gente boa. Se tinha doente, estavam cuidando, levavam no médico. Isabel fazia parto. Lembro que eu só tinha uma blusa. Isabel foi na cidade e trouxe uma pra mim. Disse: “Toma, essa é pra você, porque eu vejo que você veste sempre a mesma blusa”. [risos] (...) O povo aqui era muito besta e depois que eles vieram ficou muito civilizado. Eles eram muito educados. Levavam a gente para aposentar. Hoje é fácil, mas naquela época a gente tinha até medo de gente. (Blandina, entrevista em 28/09/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Faziam cultos na igreja, davam catecismo, faziam brincadeiras com as crianças, eram muito cultos, pessoas muito boas. Isabel organizava os chás de bebê (Arlito, entrevista em 28/09/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Chegou aqui compadre Nelson, Dona Isabel... Antes deles chegou um cara e comprou um terreno aí. De vez em quando Tiãozinho [codinome de Marilson, que atuou em Paramirim] estava aqui. De vez em quando Zé Mineiro [codinome de Euler Ivo, que atuou na cidade de Livramento e em Rio de Contas] estava aqui. E eram todos conhecidos um do outro. Eram humanos demais. Fomos nos aproximando, fazendo

¹³⁰ Em entrevista, Emerson relatou que dizia aos militantes da AP que não tinha condições psicológicas para participar de uma guerrilha. Acreditava que não havia clima para isso no Brasil, mas que se houvesse guerrilha, ele daria suporte como médico. Enfatizou que, mesmo que tivesse disposição para a guerrilha, não havia clima por causa da hegemonia do anticomunismo (Emerson Leal, entrevista a Fabricio Teló, Livramento de Nossa Senhora/BA, 02/10/2018,).

amizade. Eu levava ovo, feijão pra eles¹³¹. Ele [“Nelson”] começou a tocar sanfona. Até hoje sonho com seu Nelson. Eram um povo de Deus. Só trouxeram o bem. Pegava os velhos pra aposentar, sem cobrar nada de ninguém. Deixaram muitas saudades (Nico, entrevista em 28/09/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Tenho saudades deles como se fossem irmãos. Nelson era um homem muito distinto, dedicado, inteligente, honesto, pessoa boa. Quem conheceu ele sente saudade até hoje. Fez muita falta. Até hoje sinto falta. Esse rancho aqui onde eu moro foi dele. (...) Dona Isabel era pequena em estatura, mas grande em sabedoria e amor. (...) Eram muito cultos e respeitados (José Zacarias da Silva, entrevista em 01/10/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Minha mãe sempre dizia que falar de Seu Nelson e Dona Isabel era falar de bondade. Eles só trouxeram coisas para ajudar a população. (...) As pessoas não sabiam direito como eles tinham chegado aqui, mas consideravam que era alguém do bem, que Deus tinha mandado (...) As pessoas gostavam de conversar com eles (Paulo Vasconcelos da Silva, entrevista em 01/10/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Além do reconhecimento e do respeito para com o casal, os trechos destacados evidenciam que os camponeses percebiam Marcos e Eneida como pessoas “cultas”, “grandes em sabedoria”, em boa medida em função do *hábitus* linguístico que os distinguiu (BOURDIEU, 2008) e dos conhecimentos que compartilhavam com a comunidade.

Um momento central da inserção do casal na comunidade foi o da construção da casa. Segundo Marcos, os camponeses só os reconheceram como “do local” depois que o casal decidiu sair da casa provisória onde moravam de aluguel e construir uma casa própria: “Enquanto a gente não tinha a casa, nós não éramos de lá. A casa foi construída em mutirão, era assim que funcionava lá. *Aí fincamos raízes* [grifo meu]” (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018). Marcelin (1999), ao realizar uma etnografia das casas no Recôncavo Baiano, analisa a casa como algo muito maior do que um simples prédio. Ela é também uma forma de linguagem. A de Marcos e Eneida comunicou à comunidade que o novo casal viera para ficar e se tornar um deles. Serviu como um símbolo de pertencimento ao local, uma espécie de garantia de comprometimento com um determinado projeto de vida naquele lugar, com aquelas pessoas, naquele momento.

De acordo com o autor, a casa não se completa em si mesma. Ela apenas existe no contexto de uma “rede de unidades domésticas”, ou seja, “ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma *configuração* (grifo do autor)”. (MARCELIN, 1999, pp. 36-7)¹³². Foi nessa rede que Marcos e Eneida deram um passo fundamental no sentido de “fincar raízes” e avançar no processo de conquista da confiança dos camponeses.

Merece ainda destaque o fato de a casa ter sido construída em mutirão. Para a população dos bairros populares da região estudada por Marcelin (1999), construir uma habitação não era uma decisão individual, pois a decisão de fazê-lo precisava levar em conta “onde construir, com quem, com quais recursos...”, ou seja, edificar uma casa é um evento que se baseia e interfere em relações sociais com as pessoas do entorno. No caso de Marcos e Eneida, o mutirão serviu

¹³¹ Este trecho indica que não apenas o grupo de militantes prestava assistência aos sertanejos, mas estes também o fizeram, sobretudo no momento da chegada, quando era mais necessário.

¹³² O conceito de configuração foi cunhado inicialmente por Norbert Elias para destacar a interdependência entre as pessoas como elemento chave para o pensar sociológico, de modo a superar a dicotomia sociedade versus indivíduo. Para ele, é impossível pensar essas duas categorias separadamente porque uma não existiria sem a outra. Uma configuração seria toda situação social em que pessoas estabelecem relações entre si, dependendo umas das outras e atuando em um jogo de equilíbrio de poder que varia ao longo do tempo. Ver mais em Elias (2015).

para fortalecer os vínculos com os vizinhos e reforçar a identidade de “um igual” a eles, objetivo desafiador para quem possuía trajetórias de vida tão distintas das dos camponeses.

As habilidades musicais de Marcos também foram centrais no processo de integração com os camponeses. Como ele cantava bem e tocava acordeão, era frequentemente convidado para animar festas de batizado, casamento, aniversários, dentre outras, não apenas em Itanagé, mas também em outras localidades de Livramento e até mesmo outros municípios: “isso tudo ajudou muito a gente a se tornar mais conhecido e amigo das pessoas” (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018). Elso também comentou: “Nelson era tocador de sanfona, então uma porção de gente criou amizade com ele porque gostavam dele nesse assunto. Começaram a chamar ele pra ser testemunha de casamento, começou a arrumar compadre...” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018). “Tocava violão, gaita de boca, sanfona. Faziam festas, animavam a comunidade”, complementou José Zacarias da Silva (entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018)¹³³. Na companhia de Marcos, geralmente ia *Marilson*, dirigente regional da organização, que residia no município vizinho de Paramirin. Como fotógrafo, aproveitava as andanças para registrar os momentos e, ao mesmo tempo, obter uma renda com a venda das fotos.

Para além da dimensão lúdica que aproxima as pessoas, Mithen (2005) argumenta que o ato de cantar ou ouvir música coletivamente, decorrente da habilidade de sincronizar o ritmo das músicas presente nas comunidades humanas desde os nossos primórdios, transpõe os limites do individual e fortalece o senso de pertencimento a um grupo. Os momentos de cantoria, portanto, não contribuíram apenas para que Marcos se tornasse mais conhecido, mas também para que ele próprio fosse aos poucos se sentindo mais parte do grupo e se sentisse mais encorajado a estreitar as relações com os sertanejos.

A AP construiu uma tradição de realizar trabalho político, sobretudo com os camponeses, a partir da música. Em 2015, um grupo de antigos militantes se organizou e lançou um CD¹³⁴ com os principais cantos compostos por membros da organização e utilizados nas atividades políticas promovidas pela organização. Um deles foi escrito por Odilon Pinto, em 1970, no município de Camacã, na região cacauzeira da Bahia, onde se “integrou na produção”. O refrão do canto de título *Paradeiro*, por exemplo, diz: “Eu trabalhei pro patrão durante o ano inteiro. Ele ficou com o milhão e eu fiquei no paradeiro”, referindo-se aos trabalhadores agrícolas da região que recebiam baixos salários na colheita do cacau. Vários outros cantos também retratavam a exploração sofrida pela população camponesa.

Em Itanagé, no entanto, não se tem notícias de que esses cantos tenham sido usados. De fato, a presença da AP naquela região era relativamente recente para se realizar uma agitação política tão explícita, comparando-se a outras áreas onde a organização já atuava desde o pré-golpe. De acordo com Marcos, os militantes costumavam contar essas músicas apenas quando não estavam na presença dos camponeses a fim de evitar riscos. “Onde já havia anterior base de massa, a ‘integração’ era facilitada e as pessoas que se ‘integravam’ iam-se aproximando rapidamente das organizações de base existentes” (LIMA e ARANTES, 1984, p. 112), o que facilitava o acionamento de cantos de conteúdo mais explicitamente políticos, mas não era o caso em Itanagé.

¹³³ Uma foto de Marcos tocando gaita na presença dos camponeses está disponível em: <https://bit.ly/2KtlXp9>. Acesso em 19/09/2019.

¹³⁴ O CD é intitulado *Cantos da Resistência*: pela preservação da memória, contra o esquecimento. São Paulo, 2015. Foi produzido sob a coordenação de Ronilde Rocha e Annete Rabelo. Uma cópia está disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ.

Euler Ivo citou um episódio ocorrido em uma visita sua a Abaíra, município onde tampouco a AP tinha enraizamento, mas que contava com a atuação de dois jovens militantes da organização, um como cobrador de ônibus, outro como maestro da banda local, que se apresentava semanalmente aos sábados à noite na praça da cidade. De acordo com Euler, no momento de sua chegada, para sua surpresa e indignação, a banda estava tocando a “música oriental”, ou seja, a Internacional Comunista. “Imagine, em plena clandestinidade!” lembrou Euler, para mostrar que alguns militantes não seguiam tão rigidamente a disciplina da organização e não tomavam os cuidados necessários para não chamar atenção da repressão.

O futebol foi também importante para a aproximação dos militantes com os camponeses. Marcos relata que jogava no time local e enfrentava os times dos povoados vizinhos: “Geralmente, no final do jogo, havia uma festa com arrasta pé e muita cachaça, que era a bebida mais consumida na região” (PANZERA, 2016, p. 62). Conforme Stédile (2013), o futebol nasceu na Inglaterra como um esporte de elite e no Brasil se deu da mesma forma. Na década de 1880, no entanto, na Inglaterra o futebol começou a ser apropriado pelas camadas populares e, como aponta Hobsbawn (2005), tornou-se um esporte proletário de massa, constitutivo da cultura proletária e formador da identidade local, objeto de lazer do operariado durante seu tempo livre. Como consequência, Stédile (2013) assinala que os movimentos de esquerda, que no final do século XIX e início do XX, viam o futebol com maus olhos por sua origem não proletária, modificaram sua percepção a respeito desse esporte, passando a tomá-los como espaços importantes de sociabilidade da classe trabalhadora a partir da qual poderiam estreitar vínculos e difundir ideias.

O tipo de futebol referido por Marcos corresponde, de acordo com a terminologia proposta por Stédile (2013), à sua matriz comunitária, ou seja, baseia-se na participação dos membros de uma determinada comunidade, também conhecido como futebol de várzea, que reproduz em menor escala a matriz espetacular, “aquela regulada política e economicamente por agências, com constituição de um público, de dispositivos de preparação dos profissionais e com mediação especializada” (STÉDILE, 2013, p. 30). Para o autor, a participação em times de futebol comunitário fortalece o senso de pertencimento ao lugar, reforça a identidade local e afirma laços de solidariedade.

Cabral (2008) analisou como o movimento anarquista fluminense do final do século XIX e início do XX viu no futebol inicialmente uma forma de alienação da classe operária por ser um esporte oriundo da burguesia, “violento, que incita às paixões e repele a razão”, mas depois passou a ver nele uma forma de disputar com o Estado e com a classe patronal o controle do *tempo do não-trabalho*¹³⁵ dos operários, no sentido de utilizar os espaços ocupados por eles fora do trabalho a fim de difundir e disputar ideias e fortalecer uma identidade de classe. No caso das partidas de futebol em Itanagé, se ainda não era possível difundir as ideias da guerrilha, tal como se almejava para quando os militantes julgassem possível, tratava-se de espaços ideais para fazer-se conhecer e cativar os moradores, passo preliminar para a apresentação da proposta revolucionária.

Por trazerem consigo o letramento aprendido durante o tempo em que eram estudantes, Marcos e Eneida também começaram a organizar espaços de alfabetização para os camponeses

¹³⁵ Thompson (1987) desenvolve esse conceito ao analisar as transformações provocadas pelo sistema fabril no cotidiano dos trabalhadores, sobretudo os tecelões no Reino Unido entre os séculos XVIII e XIX. Para ele, a industrialização tornou mais nítida a separação entre o tempo do trabalho (racionalizado, mediado pelo relógio) e o tempo do não trabalho, que deveria estar sob o controle do trabalhador, mas que estava sendo cada vez mais objeto da influência do sistema fabril. Era nesses espaços-tempo de divertimento ou descanso, geralmente considerados “não políticos”, que se refletia sobre as consequências do sistema fabril e onde ocorriam boa parte das expressões socialmente julgadas como “desordem”, “arruaça” ou comportamento “vulgar”. Esta abordagem converge com a de Cefaï (2009) discutida na Introdução a respeito da definição de “político”.

e seus filhos. Inicialmente o faziam de maneira informal, à noite. Depois foram contratados pelo poder público, por meio de seus documentos “frios”. “Tinha muita gente que não sabia assinar o nome e aprendeu na escola da ‘Dona Isabel’. Depois ela ensinou as crianças como funcionária da prefeitura. Depois ensinou o Mobral¹³⁶” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018). Evidencia-se aqui como a prática dos militantes da AP estava influenciada pela experiência do MEB e pelas ideias de Paulo Freire, que considerava a alfabetização, desde que baseada na reflexão crítica sobre a realidade local, uma forma de libertação das opressões.

Nessas atividades, a discriminação de gênero foi um dos desafios enfrentados por Eneida: “muita gente não queria ter aula comigo por eu ser mulher. Depois, viram que eu era uma boa professora” (Eneida Guimarães, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 30/10/2018). Além de ensinar a ler e a escrever, Eneida compartilhava também seus saberes artesanais: “Dona Isabel sempre chamava as moças pra ensinar a trabalhar: bordar, costurar...” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018). José Zacarias da Silva, criança à época, relata que também participava dos encontros promovidos por Eneida e rememora seu senso de humor:

Aos domingos à tarde, Dona Isabel reunia as mulheres e as crianças das famílias mais próximas pra fazer fuxico, aqueles retalhos de pano que iam se juntando e formava um tapete. Eu ia também e não era capaz de fazer direito. Ela dizia: “Já que você não sabe fazer direito, você vai fazer o café pra nós [risos]” (José Zacarias da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018).

Relações de confiança foram construídas também pela via da entrega dos filhos de Marcos e Eneida para vizinhos tomarem conta quando o casal precisava viajar. “Dessa forma, nossos laços foram se aprofundando. E eles cada vez confiavam mais em nós” (PANZERA, 2016, p. 63). Ao analisar esse trabalho inicial de aproximação com os camponeses, Euler Ivo comentou:

É uma história bonita de vínculo com o povo. Morávamos lá sem nenhum interesse material. Queríamos despertar o povo para uma vida nova, para uma nova sociedade e não podia falar do socialismo. Não podia fazer a propaganda aberta. Fazíamos um trabalho de servir ao povo, de ficar amigo da população e construir relações de profunda confiança, de modo que a gente virava *autoridade diante do povo* (grifo meu) pelo nosso exemplo de comportamento. Éramos queridos. Se você falasse mal de nós, você ia se ferrar (Euler Ivo, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 08/12/2018).

Destaque-se a referência à dimensão da autoridade. Com base nesse trecho, é possível inferir que o trabalho de servir ao povo era um instrumento por meio do qual os militantes acreditavam que atingiriam o objetivo de se construírem enquanto dirigentes de um processo revolucionário a ser promovido com a participação massiva do campesinato com o qual haviam construído essa relação de autoridade. Como qualquer outro fato histórico, essa questão pode ser lida a partir de diferentes chaves. Perspectivas mais críticas questionariam o papel dos camponeses nesse processo como mera massa seguidora de uma autoridade constituída, da qual “ninguém podia falar mal”. Questionariam ainda o eventual caráter utilitarista (os mais críticos diriam manipuladora) da abordagem militante, cuja prestatividade era um meio para atingir a finalidade de mobilizar os camponeses.

¹³⁶ Criado com base na Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi o programa de alfabetização popular criado pelo regime militar para substituir o trabalho do MEB. Contudo, como se pode perceber pelo próprio exemplo de Eneida, alguns militantes e educadores do extinto MEB continuaram atuando na alfabetização popular via Mobral.

Valverde (1986) é um exemplo de análise dentro dessa perspectiva. Baseado fundamentalmente em Nietzsche e Foucault, o autor apresenta uma genealogia da militância comunista brasileira. Em função do leninismo, argumenta o autor, os militantes eram informados por uma mentalidade regida pela “razão de Estado”, que parte do pressuposto de que o Partido Comunista precisa ser capaz de “educar” os trabalhadores e tomar o poder de Estado a fim de “dirigir e organizar um novo regime”, o que implica na imposição de uma disciplina¹³⁷ aos trabalhadores. “As massas aparecem para o partido como a população¹³⁸ para o governo: ‘como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto (...), como consciente (...) daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça’” (VALVERDE, 1986, pp. 190-1).

O argumento em defesa da importância da autoridade no processo revolucionário, por outro lado, é elaborado por Engels (1874/2014), para quem é impossível pensar em qualquer forma de organização sem a existência de autoridade. O objetivo do texto de Engels é responder a argumentos críticos semelhantes aos de Valverde (1986), já utilizados ainda no final do século XIX: “Ora, porquanto estas duas palavras [autoridade e subordinação] soem mal e sejam desagradáveis para a parte subordinada a relação que exprimem, trata-se de saber se há meio de prescindirmos delas (...)” (ENGELS, 1874/2014, p. 1). Assim como em uma fábrica é preciso um engenheiro para coordenar a produção, também no processo revolucionário, complementa Engels, é preciso uma autoridade para dirigi-lo. “É portanto absurdo falar do princípio da autoridade como de um princípio absolutamente mau e do princípio da autonomia como um princípio absolutamente bom” (ENGELS, 1874/2014, p. 3). A própria revolução, para o autor, é o processo “mais autoritário que existe”. É o “ato por meio do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões” (ENGELS, 1874/2014, p. 3).

Além dessas duas perspectivas, vale destacar a compreensão de autoridade proposta por Arendt (1994) e Freire (2018): uma relação de respeito baseada no reconhecimento, ao contrário do autoritarismo, baseado na força. De acordo com esses autores, quem tem autoridade não precisa coagir nem persuadir seus interlocutores para que sua vontade seja atendida. Dentro dessa perspectiva, os camponeses iriam participar da luta revolucionária de maneira consciente e ativa, afastando dessa forma a imagem de uma “massa de manobra”, como os críticos costumam acusar.

Só depois de alguns anos morando em Itanagé, os jovens forasteiros começaram a discutir algumas questões de cunho mais político com os camponeses:

a gente começou a desenvolver algumas ideias preliminares de união e de não aceitar todas as exigências do fazendeiro ou dos latifundiários. (...) Lá [na Chapada], diferente das demais regiões agrícolas do país em que os animais são presos e a agricultura é solta, lá a agricultura é cercada e os animais ficam soltos. Então, quando o gado do patrão entrava e comia partes da plantação, a gente começou a dizer: o gado do patrão comeu a lavoura, comeu a parte dele e não a nossa. Ele que pague pelo prejuízo dele. Então esse tipo de ideia, digamos, de formação inicial de consciência era que a gente ia trabalhando com o pessoal. Pra eles também criarem uma associação comunitária,

¹³⁷ Foucault (2015) utiliza o conceito de “dispositivos disciplinares” para se referir às formas como diferentes formas de poder passam pelos corpos dos indivíduos, constituindo, dessa forma, a própria individualidade dos sujeitos, sendo a vigilância um dos principais instrumentos de controle nesse sentido. Em sua genealogia da militância, Valverde (1986, p. 182) se propõe a analisar os “mecanismos pelos quais se constitui o corpo militante, submetido ao dispositivo de poder e saber engendrado pela militância”.

¹³⁸ Ao tratar das “grandes formas de poder no Ocidente europeu”, Foucault (2008), lança mão do conceito de governamentalidade, a partir do qual postula que o poder do Estado se materializa em um controle exercido por meio de dispositivos de segurança, como a polícia, tendo como alvo a população.

envolver o trabalho solidário, a união... (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018).

Sobre isso, um dos camponeses que conviveu com Marcos e Eneida, relatou:

Eles diziam: o que está faltando aqui pra vocês é união. Vocês não têm união. Vocês, muitos diaristas, trabalham de dia pra comer de noite. Não tem futuro. Esse povo tem que plantar roça. Um dia eles falaram: Vamos fazer uma reunião. Mas eles só queriam gente pobre. Eles eram do lado dos pobres. Os amigos deles aqui eram a maioria pobres. Eles diziam que os ricos só eram ricos porque exploraram a gente. Os ricos só queriam da gente o serviço. Se a gente ficasse doente, eles não lembravam de levar a gente no médico, nem davam remédio. Adoeceu, acabou. Não tem prestígio. E outra: vocês têm que se unir pra que, quando vocês forem trabalhar, o trabalho de vocês ter valor. Não é o patrão que deve decidir quanto pagar (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

Percebe-se aqui uma coincidência entre o relato do militante Marcos com o do camponês José Elso no que se refere à ênfase na insistência dos militantes em estimularem a união dos camponeses, condição fundamental para o processo revolucionário. O entrevistado conta ainda que “Nelson” (Marcos) estimulava muito os pequenos proprietários a fazer sua própria lavoura a fim de diminuir a dependência dos vizinhos com mais terras que os contratavam para trabalhar como diaristas. Ele relata que a resposta dos camponeses geralmente era:

- Mas, seu Nelson, a gente não pode plantar roça porque, se a gente não trabalhar para os outros, a gente não tem o que comer pra ir pra roça.

Seu Nelson respondeu:

- Olha, vocês têm que fazer uma reunião. Vocês controlam. Vocês trabalham três dias, ganha o dinheiro da farinha, e nos outros três dias vocês limpam a roça. Depois você vai encher a barriga dos seus filhos (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

O camponês relata que Marcos propunha a realização de mutirões para “limpar as roças” e desempenhar as demais atividades agrícolas necessárias para que os agricultores conquistassem sua soberania alimentar, mas a proposta não avançava por falta de adesão: “Mexer com gente é difícil. Quando um concorda, dez não concordam e aí é difícil de ir pra frente”, comentou José Elso. Guiberto também relata a relutância dos camponeses em aceitar as ideias trazidas pelos militantes:

Eles faziam várias reuniões¹³⁹, convidavam para ir na casa deles, depois faziam em outros lugares também. Algumas reuniões eram na igreja, outras nas casas, outras no sindicato. Participavam em torno de 20 ou 30 pessoas cada. Algumas mulheres participavam, mas a maioria eram homens. (...) Aí conversávamos sobre o custo de vida, sobre o sofrimento do lavrador, que é muito sofrido. Eram muito inteligentes. Mas não ia pra frente essa reunião porque uns concordavam, outros não. Tinha o acordo de uns, mas não de todos. Tem um ditado que diz que uma andorinha só não faz verão. Se todos concordassem a reunião prosseguia, mas a maioria não continuava e eles ficavam esmorecidos. Mas eles tinham boa vontade de ajudar a população. Os que não concordavam diziam que não dava, que não adiantava. O povo aqui é muito fraco, não tem condições financeiras. E o senhor sabe: a corda só quebra no lugar mais fraco. Não tinha como ter um desenvolvimento. (...) O trabalho à meia era uma

¹³⁹ Não houve unanimidade entre os camponeses entrevistados sobre a realização de tais reuniões. Perguntado sobre o assunto, José Elso respondeu: “Na verdade, reuniões foram poucas. Era mais conversa informal mesmo. Ele [Marcos] orientava a gente mais em casa. Reunião pra bastante gente quase não existiu. Eu não estou lembrado” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

injustiça. Eu concordava com isso, mas não tinha outra maneira de a gente sobreviver, então tinha que aceitar desse jeito. (Guiberto Caio dos Anjos, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018).

Eneida também relata a dificuldade encontrada na tentativa inicial de estimular uma percepção de injustiça nas relações de trabalho em que os camponeses estavam inseridos: “Era natural que todo mundo trabalhasse só para os donos da terra. Era considerado natural alguns terem terra e outros não. Uns tinham porque nasceram em uma família que tinha, outros não” (Eneida Guimarães, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 30/10/2018). Não seria em apenas algumas poucas conversas que um conjunto de compreensões e expectativas sobre o mundo, ou *framings*, na perspectiva de Goffman (2012), seria transformada. Seria necessário um longo e contínuo processo de comunicação dialógica, baseado na cumplicidade da vivência dos desafios do cotidiano sertanejo e na abertura dos militantes para também aprender com os camponeses, para que tal enquadramento interpretativo fosse aos poucos sendo transformado.

Não obstante, ficou marcado na memória de diversos moradores de Itanagé o esforço dos militantes em promover a valorização do trabalho camponês. Paulo Vasconcelos da Silva, filho de um casal de compadres de Marcos e Eneida, relata as memórias da mãe falecida: “Minha mãe falava que eles achavam que a condição dos meeiros não era legal. Eles achavam que a pessoa suava no sol e sofria no cabo da enxada e no fim das contas só levava o básico, o alimento necessário para a casa” (Paulo Vasconcelos da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018).

Uma das formas utilizadas por Marcos e Eneida para dialogar sobre a exploração do trabalho era o que chamam de “método das contas”, uma técnica baseada na contabilidade de custos e de horas trabalhadas em contraposição ao montante de direito do trabalhador como pagamento. Isso valia tanto para os meeiros, que destinavam 50% de sua produção ao dono da terra e outros 20% ao dono da água, ficando apenas com 30% dela, como para os diaristas, cujo pagamento por dia de trabalho, na descrição de um camponês, não era suficiente “nem para comprar um quilo de carne”. Nas conversas do cotidiano, os militantes procuravam despertar a atenção dos trabalhadores para a injustiça que ocorria com eles pelo fato de não terem a terra própria e o quanto era desvalorizado o trabalho deles por conta disso.

Começamos a fazer um trabalho baseado no método das contas para ver se a gente conseguia abrir um mínimo de consciência. Na produção do arroz, todos os membros da família trabalhavam e todos precisavam de alimentação, vestuário e remédios e isso tudo eram custos que a gente procurava levar em conta na hora de colocar em prática o método das contas: valorizar esse trabalho que não era reconhecido (Eneida Guimarães, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 30/10/2018).

Percebe-se nesses relatos a centralidade da questão agrária como um problema social que estruturava as relações de poder daquele contexto e como os militantes procuraram problematizar essa realidade com os camponeses a fim de estimulá-los para a “pedagogia da libertação” de que fala Freire (2018). Trata-se de uma questão agrária em seu sentido completo, uma vez que não se restringe apenas a seu aspecto fundiário (a falta de acesso à terra), mas envolve também as relações trabalhistas decorrentes dessa questão (o valor da diária, as negociações contratuais etc).

Ao estimular a percepção dos camponeses sobre as contradições entre eles e os fazendeiros a partir da problematização da realidade vivenciada por esses camponeses, os militantes estavam ao mesmo tempo estabelecendo uma comunicação dialógica, tal como proposto por Freire (2018), e “levando a luta de classes ao campo”, tal como preconizado por Lenin (1961), o que evidencia alguns pontos de contato entre as duas abordagens, a despeito de suas diferenças.

Os relatos dos camponeses poderiam ser mais detalhados não fosse a desconfiança em relação à procedência do pesquisador e suas intenções com as entrevistas. Nico, compadre de Marcos e Eneida, perguntado sobre os assuntos conversados com o casal e os demais militantes, desconversou: “Moço, o que eles queriam era tudo de bom para a gente” (entrevista em 28/09/2018). Praticamente todos os entrevistados pensavam que eu fosse filho ou parente de Marcos e Eneida que estava interessado em recuperar a história deles. Daí também a preocupação dos camponeses em relatar todas as qualidades e lembranças positivas do casal.

Na mesma entrevista, Nico chegou a sinalizar, mesmo que indiretamente, que dispunha de algum entendimento sobre o que estava ocorrendo naquele contexto, embora os militantes se mantivessem reservados sobre sua história, sua vinculação à AP e sobre seus objetivos ao estarem lá: “Não podia revoltar. Eles já vieram corridos. Vê tudo, enxerga tudo, mas fazer o que? Correr para onde mais?”, ou seja, ele percebia a indignação dos militantes com a exploração dos meeiros e diaristas, mas não identificava caminhos para a superação desse problema, dado o contexto de repressão daquele momento. A presença de soldados do Exército na região por conta da captura de Lamarca e os demais militantes do MR-8 em Brotas de Macaúbas era conhecida pelos moradores de Itanagé, o que lhes permitia formar uma mínima compreensão sobre a conjuntura política que estavam vivendo.

Essa dificuldade dos militantes de promover uma mudança de enquadramento na avaliação dos camponeses sobre as relações de produção em que estavam inseridos pode ser lida à luz de Scott (1977; 1979), que destaca como as diferenças culturais, formativas e políticas entre os militantes e os camponeses é um obstáculo muitas vezes despercebido pelos primeiros nos trabalhos de mobilização que desenvolvem com os segundos. Nesse sentido, compreender a força da tradição camponesa, construída ao longo de séculos (no caso baiano, pelo menos três), baseada nas relações de reciprocidade entre os donos das terras (chamados de “agricultores”) e os diaristas ou meeiros (chamados de lavradores), era uma condição fundamental para o avanço da interação entre militantes e camponeses. Um dos moradores de Itanagé revelou como a cultura local previa o respeito aos proprietários de terra, uma das razões para a discordância relatada em relação à ideias levadas por Marcos e Eneida: “Primeiro vem Deus, depois o agricultor. Tem agricultor que desenvolve o trabalho dele e tem a boa vontade de ajudar o lavrador. Outros já não têm” (Guiberto Caio dos Anjos, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018).

Euler Ivo relatou um episódio que lhe marcou a memória a respeito da leitura dos camponeses sobre o grupo de militantes. Ele conta que certo dia, Seu Juvêncio, tocador de viola e trovador, aproveitou a oportunidade em que estava compondo alguns versos para expressar que, embora não soubesse do que se tratava, estava percebendo que havia algo em comum entre os militantes. Assim ele declamou:

Aquí nessa região
Tem quatro pessoas
Que são irmãos um do outro.
Zé Cearense¹⁴⁰, Zé Mineiro¹⁴¹,
Nelson¹⁴² e Tião¹⁴³

O fato de o camponês ter colocado os quatro como irmãos, apesar de serem fisicamente diferentes uns dos outros, foi interpretado pelos militantes como um indicativo de que os moradores locais estavam notando que havia alguma cumplicidade entre eles e que Seu

¹⁴⁰ Não se tem notícias sobre a identidade desse militante.

¹⁴¹ Codinome de Euler Ivo.

¹⁴² Codinome de Marcos Panzera.

¹⁴³ Codinome de *Maurilson*.

Juvêncio havia utilizado uma maneira indireta de dar esse recado, o que deixou o grupo apreensivo, dado o risco de serem descobertos e denunciados. “Ele alinhavou nós quatro. Impressionante!”, comentou Euler.

Os membros da AP atuaram também na subdelegacia sindical de Itanagé¹⁴⁴. Um camponês mencionou: “Seu Nelson lutou pra trazer uma delegacia sindical aqui. Ele foi o primeiro a levar gente pra se aposentar aqui” (Guiberto Caio dos Anjos, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018). A atual subdelegada sindical, que atua nessa atividade há mais de 40 anos, também relatou:

Zé Cearense¹⁴⁵ e Nelson atuaram como delegados sindicais. Seu Nelson era o que mais sabia explicar pro povo. Ele dava conselhos aos pais, de que tinha que colocar as crianças na escola, que tinha que educar os filhos não só batendo, mas conversando. Toda vez seu Nelson estava com aquela roda de gente ao redor dele ouvindo o que ele falava. (...) Muita gente aqui só se filiou ao sindicato depois que o Nelson deu muita orientação (Maria Vasquez Souza, entrevista em 01/10/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA).

Os militantes entrevistados, contudo, procuraram ressaltar que tal atuação era mais informal do que propriamente orgânica. “De vez em quando participávamos de reuniões no sindicato”, relatou Eneida. Em sua autobiografia, Panzera (2016) não menciona seu envolvimento com o sindicato. É possível que Zé Cearense tenha, de fato, atuado formalmente como delegado sindical, já que um outro camponês corroborou a informação: “Depois que todos foram embora, Zé Cearense ficou um tempo mais cuidando do sindicato” (José Constança Pereira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018). Tal forma de atuação evidencia a flexibilidade dos militantes de adaptarem sua militância às circunstâncias e possibilidades oferecidas pela realidade em que se encontravam. A despeito de os sindicatos estarem naquele momento estritamente ligados à burocracia estatal e terem pouquíssima capacidade de contestação, dado o autoritarismo do regime militar, os militantes encontraram nessas instituições um espaço oportuno para se aproximar de mais camponeses e acumular forças para o processo revolucionário.

¹⁴⁴ A delegacia sindical de Itanagé pertencia ao STR de Livramento, fundado em 1971. O ex-dirigente sindical de Livramento de Nossa Senhora, Antônio Lima, relata ter sido responsável pela articulação em torno da criação do STR tanto de seu município como de diversos outros na região. Ele conta que trabalhava como funcionário do setor de contabilidade da Prefeitura e a Fetag da Bahia procurou o prefeito de Livramento a fim de pedir ajuda na criação de sindicatos. A partir da indicação do prefeito, Antônio assumiu essa tarefa e tornou-se, posteriormente, assessor da Fetag/BA. Ele conta que o principal mote para atrair os camponeses para as reuniões era a ideia de “criar um órgão de amparo”, sobretudo em relação à prestação de serviços de saúde (Antônio Lima, entrevista a Fabricio Teló, Livramento de Nossa Senhora/BA, 02/10/2018). Outro dirigente, conhecido como “Tião do Sindicato”, fez parte da primeira gestão da entidade como secretário e conta que muita gente era contra a criação do sindicato porque “achava que era para ser contra a ditadura”, inclusive o Bispo de Caetité, Dom Paulo de Albuquerque. Tião conta que o pároco local, no entanto, Padre Sival, era a favor e que uma justificativa importante para a criação do órgão sindical era o encaminhamento das aposentadorias. Ele relata, por fim, que, depois que assinou a ficha sindical, o dono da terra em que trabalhava à meia afirmou que iria interromper a parceria em função do receio de que seria uma iniciativa “subversiva”. No entanto, depois de um mês, ao perceber que “o sindicato não fez nada de errado”, voltou atrás e manteve a parceria (Tião do Sindicato, entrevista a Fabricio Teló, Livramento de Nossa Senhora, 02/10/2018).

¹⁴⁵ Zé Cearense era o codinome utilizado por outro militante da AP que atuou temporariamente em Itanagé, cujo nome verdadeiro e paradeiro atual é desconhecido, dado que perdeu o contato com os demais membros da organização. A informação que se tem, transmitida pelos camponeses entrevistados, é que quando o grupo saiu de Livramento, ele se mudou para Morro do Chapéu, município próximo a Irecê, no norte da Chapada Diamantina. Conforme Euler Ivo, também militante da AP, Zé Cearense tinha seis filhos e trabalhou por um tempo como pedreiro.

Marcos e Eneida também buscavam se comunicar com os camponeses por meio da simbologia do compadrio, relação por meio da qual se atribui ao casal de padrinhos a obrigação da prestação de assistência ao afilhado e a este o dever de retribuir com respeito, lealdade e obediência. Cientes de que a maioria dos meeiros e diaristas, com renda monetária baixa, geralmente escolhiam para serem padrinhos de seus filhos os casais mais abastados da região a fim de receberem deles certa tutela, Marcos e Eneida decidiram escolher para essa função casais de amigos de baixa renda, eximindo-os de qualquer custo com a roupa do batismo ou com a festa. Geralmente eram os padrinhos os responsáveis por esses custos. “Em nosso trabalho, procurávamos ir aos poucos mudando esses hábitos” (PANZERA, 2016, p. 63).

Essa atitude foi lembrada por boa parte dos camponeses entrevistados com sentimento de respeito e admiração pelo gesto, que transmitiu de maneira muito eficaz a mensagem da valorização das pessoas economicamente pobres, como dignas do mesmo prestígio recebido pelos mais ricos, geralmente proprietários das maiores extensões de terra. “Fiquei tocado pelo gesto deles”, disse o falecido Nico, um dos escolhidos para o compadrio (entrevista em 28/09/2018, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA). Seu filho Paulo também reforçou que seus pais se sentiram valorizados: “Não é qualquer um que batiza o filho da gente” (Paulo Vasconcelos da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018). Fátima Ferreira, outra vizinha, complementou: “O povo de Itanagé gostou da atitude deles de darem os filhos pra vizinhos mais pobres batizarem para dar valor a eles” (entrevista em 02/10/2018, Livramento de Nossa Senhora/BA).

O fato ganha singularidade na medida em que historicamente as relações de compadrio no sertão baiano foram marcadas pelo clientelismo, definido por Wolf (2003) como uma forma de relação social que acontece quando uma das partes da díade tem um poder político e/ou econômico superior à outra, configurando uma relação de obrigatoriedade e lealdade do mais fraco para com o mais forte, dada sua incapacidade de retribuir na mesma proporção a ajuda recebida. Rosa (1973), ao analisar o mandonismo na Bahia, descreve a figura do Patrão-Compadre, o proprietário rural para quem os trabalhadores deviam obediência e respeito em função da tutela sobre eles exercida. Tais práticas são apontadas pela autora como fundamentais para a reprodução da dominação política da oligarquia agrária na Bahia. A escolha de Marcos e Eneida, portanto, ao mesmo tempo em que aproximou o casal da comunidade, também serviu de estímulo à quebra de um ciclo de reprodução da desigualdade alimentado, dentre outros elementos, por esse compadrio clientelista.

A forma como os militantes lidavam com a dimensão racial também foi mencionada por um dos entrevistados: “pra eles [Marcos e Eneida] tanto fazia abraçar um preto que um loiro” (José Zacarias da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018), o que reforçava o princípio da igualdade não apenas de classe, mas também de raça, embora essa não fosse uma questão central para as organizações da esquerda naquele contexto.

Os militantes usavam ainda a estratégia de fazer visitas às casas dos camponeses à noite, quando conversavam por mais tempo. Marcos descreve que procuravam incentivar “a união dos trabalhadores”, por meio da narração das histórias das “lutas vitoriosas de trabalhadores de outras regiões”, como as experiências de Trombas e Formoso, em Goiás, e Pindaré-Mirim, no Maranhão, além de outras experiências internacionais. Percebe-se aqui o acionamento da dimensão subversiva da memória de que nos fala Pollack (1989), na medida em que esse tipo de narrativa entra em disputa com a memória hegemônica, que geralmente enquadra como atitude reprovável as experiências de rebeldia popular, como as narradas pelos militantes. O ato de apresentar tais episódios como exemplos de vitória dos trabalhadores foi uma forma encontrada pelos militantes de disputar a memória dos camponeses e realizar um trabalho político de mobilização sem que isso fosse notado como tal.

Assim como nas demais incursões junto a camponeses desenvolvidas por outras organizações, a prática da caça foi uma importante estratégia utilizada pelos militantes da AP (no caso, os homens) para reconhecer a região e treinar militarmente: “todo mundo tinha uma cartucheira. A caça era comum na região. Caçávamos tatu, preá, pomba do campo, tamanduá, lagarto” (Marcos Panzera, entrevista a Fabricio Teló, Belém/PA, 31/10/2018). Alguns camponeses também lembraram a prática: “Caçávamos muito juntos. Nelson sempre ia pra Conquista¹⁴⁶, trazia espingarda e cartucheira” (José Zacarias da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 01/10/2018).

A caça é uma prática importante não apenas para os camponeses de Itanagé, mas de boa parte do campesinato. Figueiredo e Barros (2016) analisaram o papel social dessa atividade com base em um estudo de caso em uma comunidade quilombola no noroeste do Pará. Eles destacam como a caça é regida por um conjunto de normas culturais sobre o que pode e o que não pode ser caçado, a forma como deve ser preparada a carne, quem caça (geralmente os homens) e como os animais devem ser compartilhados entre os membros da comunidade, dentro de uma moral baseada na reciprocidade, ou seja, um espaço essencial da sociabilidade camponesa.

Além das armas para caça, os militantes escondiam também outras armas para quando se iniciasse a guerrilha: “quando chegaram armas pra gente, construímos um buraco dentro de casa. Cavávamos à noite para não aparecer a terra”, contou Marcos na mesma entrevista. Outro objetivo da escavação, além de esconder as armas, era ter um refúgio para onde os militantes pudessem se homiziar em caso de necessidade. Devido à dificuldade do intento, todavia, a escavação não passou de dois metros. A estratégia era inspirada na experiência dos vietnamitas, que usavam túneis subterrâneos para se esconderem do inimigo (PANZERA, 2016).

Marcos relata ainda que o único camponês para quem começou a revelar sua verdadeira história foi um tocador de viola que o acompanhava na animação das festas da região e com quem havia construído uma relação de amizade mais sólida. Eneida também partilhou partes de sua história com uma amiga mais próxima, que, por sua vez, relatou: “como a gente era muito amiga, ‘Isabel’ (Eneida) me contou que eles estavam ali fugidos da ditadura e que Nelson tinha sido preso em Goiânia. Que ela tinha passado muito aperto, mas que, como gostava dele, veio com ele” (Blandina, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018).

Isso não significou, contudo, que chegaram a conversar sobre a proposta da AP de formar um grupo de guerrilha. Este seria o passo seguinte. Porém não houve tempo suficiente. No início de 1975, os militantes identificaram agentes da repressão às voltas investigando a presença de “subversivos”: “quando estourou a guerrilha do Araguaia, as forças da repressão começaram a olhar mais para o campo também. E aí começaram a aparecer umas pessoas estranhas na região. (...) Já tinha dado problema na área de Brotas de Macaúbas”, relatou Marcos. Tendo sido identificada uma situação de risco para os militantes, decidiram abandonar a área e justificaram a saída aos camponeses com uma urgência familiar: “o pai de um deles

¹⁴⁶ Refere-se a Vitória da Conquista, município polo da região, onde atuavam outros militantes da AP, dentre eles José Gomes Novaes, histórico líder camponês oriundo de Alagoas, onde havia sido vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e 3º Vice-Presidente da primeira diretoria da Contag. Zé Novaes, como era mais conhecido, fez parte da comitiva da AP que viajou à China junto com Aldazir Ferreira de Sá. Em seu retorno, mudou-se para Canarana, norte da Chapada Diamantina, onde atuava em parceria com *Maurilson*, que ficava mais em Seabra, naquilo que seria uma primeira investida da AP na região. Com a perseguição aos militantes do MR-8 que estavam em Brotas de Macaúbas, a menos de 150 km de distância, o militante foi obrigado a sair às pressas, motivo pelo qual dirigiu-se a Vitória da Conquista, onde veio a ser, já nos anos 1980, fundador do Partido dos Trabalhadores e secretário rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (JOSÉ, 2016). Conforme relato de Euler Ivo, Novaes tinha uma esposa e oito filhos que passavam muita necessidade devido à falta de recursos financeiros. Diante disso, *Maurilson*, que coordenava o grupo na Chapada, decidiu comprar, por meio da AP, um carrinho para vender pastel, que teria sido de significativa valia para a família do histórico líder camponês.

ficou doente, tiveram que ir embora e não voltaram mais” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

É importante observar ainda que, embora o trabalho na região tenha se iniciado enquanto Ação Popular, em um segundo momento, já não se tratava mais dessa organização, mas do PCdoB, uma vez que em 1972, o grupo que lá estava aderiu ao movimento de integração com o PCdoB, marcado por divergências internas. Os principais entusiastas da ideia eram Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Renato Rabelo, que enfrentavam a oposição de Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright e Manoel da Conceição, dentre outros (GORENDER, 1987). Parte dos antigos militantes da AP mantêm até os dias atuais certo inconformismo com essa incorporação.

3.2.3 Na cidade de Livramento de Nossa Senhora

Na zona urbana do município residiam outros militantes da AP, como Euler Ivo, que ficou mais tempo (entre 1972 e 1974)¹⁴⁷ e o casal Antônio Almeida Soares (conhecido como Ton)¹⁴⁸ e Anna Maria Martins Soares, oriundos de São Paulo, que ficaram apenas alguns meses. Cientes da capilaridade da comunidade de informações que alimentava a repressão com nomes de possíveis “subversivos”, os militantes procuravam chegar às localidades disfarçados de vendedores ou de camponeses errantes, o que chamavam de “política do bordejamento”, ou seja, uma estratégia que buscava chegar pelas bordas, sem causar impacto, para não chamar atenção.

Por isso, Euler chegou como mascate, vendendo pequenos objetos. Além de prover seu sustento financeiro, essa atividade lhe permitia se fazer conhecido pelas pessoas, estudar a geografia da região e se familiarizar com o território. Somado a isso, trabalhava também em atividades temporárias em olarias e pequenas obras em geral. Depois de um tempo, montou uma pequena farmácia, a partir da qual prestava também pequenos serviços gratuitos de assistência à saúde.

Anna conta que a principal razão da ida deles à Bahia foi o fato de que Ton estava sendo muito procurado pela repressão e que havia uma lista de procurados, na qual o nome de Ton era o primeiro. A situação era considerada especialmente grave pois a informação que corria era que a orientação dada aos militares era que os “subversivos” apontados na referida lista não deviam ser presos, mas sumariamente mortos.

Uma vez em Livramento, Ton trabalhava como vendedor em uma loja de autopeças pertencente a um apoiador da AP, conhecido como Gomes, responsável pelo acolhimento do casal na cidade. Anna cuidava da casa, da horta e do pomar. Depois de um tempo, “em 1972, Gomes foi chamado para implantar na cidade o Funrural. Ele então começou a receber os primeiros idosos, mas não tinha paciência”, razão pela qual passou a atribuição a Ton, que passou a acumular o trabalho na loja com o atendimento aos camponeses que buscavam a aposentadoria. “Chegou a fazer mais de três mil fichas do Funrural”, o que evidencia uma vez mais a política do possível, como mencionei anteriormente sobre a atuação dos demais militantes na delegacia sindical de Itanagé. Aos domingos, Ton se deslocava aos povoados do interior para atender aos idosos que não tinham condições de ir até a cidade. Anna também chegou a visitar alguns povoados, como Itaguaçu, Olho d’Água e outros. Era uma forma de conhecer a população local camponesa e se fazer conhecido por ela conhecido. O mesmo objetivo era buscado também por ela quando às quartas-feiras se juntava às mulheres que

¹⁴⁷ No início do ano de 1974, Euler se mudou para o povoado de Mato Grosso, no município vizinho de Rio de Contas, o que será objeto de análise do próximo item. Em setembro daquele ano, sua companheira, Isaura Lemos mudou-se para lá também, porém ficou só até dezembro daquele ano, quando o casal precisou fugir por conta de indícios de repressão.

¹⁴⁸ Ex-padre bastante procurado pela repressão.

lavavam as roupas das famílias mais abastadas. Iam juntas até o rio mais próximo, onde passavam o dia conversando. Ela aproveitava a oportunidade para procurar despertar nelas o senso de injustiça diante da situação que viviam.

Ton e Anna procuravam trazer novas visões para os vizinhos nas conversas do cotidiano, especialmente à noite, depois do jantar, quando sentavam na frente de casa para chupar cana. Anna se recorda ainda de uma família vizinha que só podia comprar um pão na feira e dividir entre todos os seus membros. Em uma ocasião um dos filhos perguntou ao pai quando iria ser possível comer o pão inteiro, ao que o pai respondeu-lhe com um tapa em sua face dizendo que era preciso respeitar a “vontade de Deus”. Ton, então, falou com o pai do menino e disse para não fazer mais isso com o filho e que ele deveria ajudar o garoto a querer comer o pão inteiro, pois estava muito magro. Essa família de vizinhos, embora morasse na cidade, tinha uma área de terras no interior e plantava arroz.

Anna também relatou seu estranhamento em relação a seu novo local de moradia: “Os hábitos culturais do povo eram bastante atrasados. (...) Não deixavam as frutas amadurecerem. Tinham o hábito de a mulher andar atrás do homem. Mas eu não aceitava (...)”. Ela conta que o pior seria andar de mãos dadas, então ela evitava isso, mas fazia questão de andar posicionada ao lado e não atrás do marido.

No âmbito da Igreja Católica, Livramento era uma diocese, cujo bispo, Dom Hélio Paschoal, era considerado um “progressista”. Ele organizava um evento anual chamado de “Semana Cultural”, que contava com a presença de estudantes universitários de Salvador, que se deslocavam para o município a fim de dar palestras sobre os mais variados temas, inclusive políticos, como a questão da fome no mundo e no Brasil. O médico Emerson também participava. Embora Ton e Anna não dessem palestras, tratava-se de uma oportunidade importante para se aproximarem da população e construir eventuais alianças.

Assim como Marcos e Eneida, Ton e Anna também deixaram Livramento ao saber do risco de serem identificados pela repressão.

3.2.4 A tentativa de ampliação da área de abrangência: Mato Grosso de Rio de Contas

Depois de cerca de um ano residindo na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Euler mudou-se para o povoado de Mato Grosso, no município vizinho de Rio de Contas, a fim de se aproximar mais de camponeses. Por ser uma região de maior altitude (cerca de 1400 metros acima do nível do mar), o clima é menos quente, mais úmido e a vegetação mais densa, o que permite aos camponeses produzir uma diversidade maior de produtos, sendo o café o principal deles. Pelas casas, é possível perceber que a condição financeira dos moradores dessa região era significativamente mais confortável do que nas regiões mais baixas e mais secas.

Assim que chegou, Euler pode contar com a hospitalidade dos camponeses. Chamou-me a atenção o relato de Isaltina, camponesa que o recebia em sua casa nos primeiros dias. Assim ela compartilhou suas lembranças sobre a chegada do então “Zé Mineiro”: “Eu era como uma mãe. A gente tinha dó. Chega uma pessoa estranha que não tem mãe, não tem ninguém, tem que ter alguém pra ter dó” (Isaltina, entrevista a Fabricio Teló, Mato Grosso, Rio de Contas/BA, 03/10/2018). Woortman (1990) assinala como a família (em conjunto com a terra e com o trabalho) faz parte do tripé de valores que constitui uma “ordem moral” camponesa. Ao ocupar o lugar de “família” na vida de Euler, Isaltina e o marido criavam as condições para que ele pudesse se tornar “um deles”¹⁴⁹. Além disso, durante o trabalho de campo, percebi na

¹⁴⁹ Atitude semelhante adotaram os camponeses da região do Araguaia com os militantes do PCdoB quando de sua chegada, hospitalidade que foi interpretada como apoio político, mas que, como apontou Mechi (2015), estava

forma como os camponeses se tratavam entre vizinhos um esforço constante em agradarem-se uns aos outros. Sempre que algum vizinho fazia alguma visita, o anfitrião dizia várias vezes: “Mas está cedo, fique mais!”. Ainda que esta seja uma prática de gentileza usual não apenas entre os camponeses, chamou-me a atenção como isso se expressava mais intensamente na Chapada Diamantina.

Em Mato Grosso de Rio de Contas, Euler montou inicialmente uma pequena padaria, da qual desistiu em pouco tempo devido às dificuldades. Como alternativa, montou outra pequena farmácia, ao lado da igreja, aos moldes daquela que geria em Livramento. Focados em seguir as recomendações da doutrina maoísta de servir ao povo, os militantes estudavam noções básicas de medicina para atender às necessidades mais frequentes da população relacionadas à saúde. “Eu tinha ganhado um livro [de medicina] de um amigo e a gente escondia esse livro num buraco cavado no chão”, contou Euler. Antônio Batista, camponês com quem Euler construiu uma relação de maior proximidade, relatou: “Ele buscava remédio em Itanagé e aplicava no povo aqui e curava o povo. Era uma beleza. Ele era o nosso médico” (entrevista a Fabricio Teló, Mato Grosso, Rio de Contas/BA, 03/10/2018). Seu Isaltino, outro camponês amigo de Euler também comentou: “Ele era entendido. O povo confiava mais nele do que nos médicos” (entrevista a Fabricio Teló, Mato Grosso, Rio de Contas/BA, 03/10/2018). Essa foi uma das principais formas por meio das quais Euler foi se aproximando e se fazendo amigo dos camponeses do povoado: “A gente viu nele um cara muito legal, muito boa prosa. E ele foi pegando amizade com a gente”, relatou Antônio.

Por outro lado, se no campo da sociabilidade havia acolhimento, no campo político, Euler procurava se preservar para evitar riscos diante do perfil dos camponeses locais, avaliado por ele como conservador:

Nós éramos muito fechados, muito fechados mesmo. Não se falava de política. Em Rio de Contas menos ainda porque era um lugar muito atrasado culturalmente. Parecia um mundo feudal, muito conservadores, cheios de códigos. As mulheres casadas usavam pano na cabeça. Nas festas, só as solteiras não tinham pano na cabeça. (...) Em Mato Grosso de Rio de Contas, todos os votos, exceto um, eram do Antônio Carlos Magalhães¹⁵⁰ (Euler Ivo, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 08/12/2018).

Isaura Lemos, sua companheira, que foi de São Paulo para o povoado em setembro de 1974 para viver com Euler, conta que uma de suas dores foi ter sido impedida de levar seu violão, uma vez que na localidade era convencional que apenas homens podiam tocar esse instrumento. Calça comprida também era uma indumentária exclusivamente masculina. Sobre sua ida para o povoado a militante comentou: “Eu era uma estudante de Psicologia da PUC e de repente me tornei uma camponesa. Então vocês imaginam os foras que eu dei, porque eu não conhecia nem o que era uma galinha choca” (Isaura Lemos, depoimento ao documentário *Amor na Ditadura*, TV Brasil, 2018¹⁵¹).

Fazendo jus à origem católica da AP, os militantes também contribuía com as celebrações religiosas nas igrejas locais. Essas também eram situações propícias para os camponeses perceberem as diferenças dos militantes em relação a eles e despertarem para uma curiosidade em relação às verdadeiras origens daqueles jovens. Euler relatou uma ocasião em que, ao ser solicitado para realizar a leitura de um trecho da Bíblia, não se deu conta da

mais relacionada à ordem moral camponesa de acolher e ajudar quem precisa, do que propriamente um sinal de engajamento na proposta revolucionária.

¹⁵⁰ Tradicional político baiano, ícone dos partidos conservadores e apoiador do regime militar, Magalhães governou o estado por três mandatos, foi senador e ministro das comunicações.

¹⁵¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_vuzwr4DMY. Acesso em 25 /03 /2019.

facilidade com que lia, o que foi objeto de estranhamento da comunidade, uma vez que os poucos alfabetizados possuíam dificuldade de ler com rapidez:

(...) como eu lia olhando para o povo, eles [os camponeses] começaram a achar que eu sabia a Bíblia de cor. Eles estranharam o fato de eu ler rápido porque o seu Zé Lima, que era o letrado do lugar [e o responsável pelas celebrações], lia muito despassadamente. Então, me dei conta: que loucura estou fazendo! Que falha! Depois eu comecei a ler mais lento, tentando embromar (Euler Ivo, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 08/12/2018).

Este relato nos leva a uma leitura às avessas de *Economia das trocas linguísticas* de Bourdieu (2008), para quem o domínio da “língua legítima” ou simplesmente a familiaridade com textos formais, como no caso da Bíblia, constituía fonte de “lucro” a ser adquirido em forma de capital simbólico pelos atores sociais que possuíam tal privilégio. Se por um lado isso era verdade para os militantes que, por conta de seu *hábitus* linguístico, eram considerados “cultos” e, como vimos, ganhavam respeito e se constituíam enquanto autoridades junto aos camponeses, por outro, este “lucro” se transformava em “prejuízo” na medida em que chamava atenção para as características distintas desses militantes em relação à população local, já que o letramento não era uma característica comum na região e os militantes buscavam justamente se inserir na região como “iguais”.

A “distinção”, portanto, atuava como uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo que servia como instrumento de poder, tinha também o potencial de colocar em risco a própria segurança dos militantes, como ilustra este caso: repercutindo a desconfiança dos camponeses, o padre de Rio de Contas começou a pressionar Euler e Isaura com perguntas sobre a procedência do casal. Dar satisfação ao religioso não constituiu problema até o momento em que ele começou a pedir para ver fotografias do casamento, o que o casal não possuía. Diante desta necessidade, Euler e Isaura decidiram voltar a São Paulo para tirar fotos vestidos com trajes de uma cerimônia matrimonial e retornar a Rio de Contas com uma “prova” de que eram oficialmente casados. Os registros, porém, foram feitos na casa de uma irmã de Isaura, o que não satisfez o padre, que queria ver as fotos do casal na igreja. A nova exigência obrigou o casal a retornar novamente a São Paulo e realizar de fato uma cerimônia, que contou apenas com os membros mais próximos da família.

Foi no retorno dessa segunda viagem que Euler soube da saída dos demais companheiros de militância da região, o que identificou como indício de repressão à volta, e tomou a decisão de sair também. Antes de partir, no entanto, Euler procurou passar seus conhecimentos sobre saúde para seu amigo Antônio Batista, morador local, para que ele pudesse dar continuidade ao trabalho de assistência médica mais imediata ao povoado e dar continuidade à farmácia. Assim relatou o camponês:

Aí o Zé Mineiro [codinome de Euler] chegou um dia e falou:

- Vou ter que ir embora por um tempo. Você não quer ficar com essa farmacinha?

- Mas eu não tenho lógica pra isso.

- Faz o seguinte: você vem aqui e eu vou lhe explicando como fazer as coisas.

Chegava uma pessoa pra fazer injeção, ele me chamava e me mandava aplicar a injeção. Ele me ensinava, eu aplicava. Aprendi a aplicar injeção! Ele falava: assim está bom. E dava risada. Ele me deu um livro. Eu ia para casa dele à noite e eu fui aprendendo, aprendendo. Eu ficava alegre em aprender. Aí ele foi embora e eu é que virei o médico daqui. Apliquei mais de mil injeções. Curei muita gente. Peguei fama de doutor (Antônio Batista, entrevista a Fabricio Teló, Mato Grosso, Rio de Contas/BA, 03/10/2018).

Se não houve tempo suficiente para Euler apresentar a proposta revolucionária, pelo menos houve para uma troca de saberes. Perguntado sobre o período da ditadura e se haviam trocado ideias sobre esse assunto, Antônio pediu para desligar o gravador, comentou que naquela época não se podia falar sobre política e desconversou.

O casal se emociona ao lembrar que no momento da partida, os camponeses choraram ao ver o carro saindo do povoado com o casal e as malas¹⁵². Embora Euler tenha morado por apenas um ano no povoado de Mato Grosso, a memória dos camponeses a respeito do famoso “Zé Mineiro” ainda é viva. Ao chegar às casas indicadas pelo militante para procurar antigos conhecidos seus na localidade e ao informar que eu havia chegado lá por indicação dele, foi nítido o sentimento de alegria nos camponeses por estarem recebendo alguma notícia do antigo amigo. Como em Itanagé, achavam que eu fosse um filho ou parente de Euler.

Ciente de que a entrevista estava sendo gravada e que o áudio eventualmente poderia vir a ser ouvido por Euler, Antônio aproveitou para enviar-lhe uma mensagem: “Mas eu quero que você, Zé Mineiro, venha aqui pra gente se lembrar das vezes em que a gente caçava junto. Cadê a cartucheirinha? Ainda tem?” (entrevista em 03/10/2018, Mato Grosso, Rio de Contas/BA). Euler conta que Antônio queria que o militante lhe desse de presente sua cartucheira. Percebem-se nessa fala dois elementos igualmente identificados nas falas dos moradores de Itanagé: o desejo dos camponeses de, quase 50 anos depois, reencontrar os antigos amigos, apesar da ausência de notícias, e a recorrência à caça como estratégia privilegiada para os militantes desenvolverem o trabalho necessário para formar o grupo guerrilheiro.

Passado o período da redemocratização, os militantes construíram suas vidas em outros lugares. Marcos e Eneida construíram o PCdoB no Pará. Euler e Isaura, em Goiás. O próprio partido reviu sua estratégia de atuação e seus objetivos, dada a nova conjuntura. Não houve, portanto, um movimento articulado desse grupo de militantes de retorno à região para retomar um trabalho político. A única que voltou para Itanagé para fazer uma visita aos camponeses e relatar-lhes o que, de fato, estava buscando naquela comunidade nos anos 1970 foi Eneida, em 2010: “eu sentia que tinha a obrigação de voltar lá e dar uma satisfação para aquelas pessoas, para dizer que eu não me chamava Isabel”. Os moradores contam ter admirado muito a atitude de Eneida: “ela veio pra desmentir, que o nome dela era outro. Você vê: ela é tão honesta que ela veio desmentir” (Blandina, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018). “Todo mundo admirava eles. Eram todos muito boa pessoa. E aí depois nunca mais tivemos notícia. Só depois de muito tempo Dona Isabel esteve aí” (José Constança Pereira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

Além de Eneida, um dos camponeses relatou que o militante conhecido como Zé Cearense, que ficou um curto tempo a mais em Itanagé, depois da fuga do grupo, retornou ao povoado e contou a um grupo pequeno de amigos mais próximos que fazia parte de um grupo de militantes. “Mas não se falava muito no assunto”, complementou (José Constança Pereira,

¹⁵² Após esse período na Bahia, Euler e Isaura ficaram por um tempo no litoral paulista, de onde partiram para o Acre a fim de tentar formar um novo grupo guerrilheiro. Eles tinham esperança de reencontrar guerrilheiros sobreviventes do Araguaia. Segundo Euler, havia um combinado entre os militantes de que, no caso de repressão, os sobreviventes iriam para um ponto determinado do Acre, uma localidade chamada Extrema, às margens da BR 364, a 120 km de Rio Branco, hoje distrito de Porto Velho, capital de Rondônia. Inicialmente moraram em um paiol abandonado, depois construíram uma casa de madeira. *Maurilson* e a esposa também se mudaram para o mesmo local com o mesmo objetivo. De acordo com Euler, se Angelo Arroyo não tivesse sido morto na Chacina da Lapa em 1976, ele teria igualmente se juntado ao grupo. Isaura tinha sido designada para ir à região do Araguaia para procurar guerrilheiros sobreviventes, mas acabou não concretizando a missão, dado que, com a Lei de Anistia, em 1979, o partido reviu a estratégia política da guerrilha e modificou seu entendimento sobre a forma de atuação política dada a nova conjuntura. Os militantes puderam sair da clandestinidade e retornar a seus locais de origem.

entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018). Nenhum dos camponeses, todavia, tem notícias atualizadas de Zé Cearense.

Nas conversas informais com os camponeses, era possível perceber um sentimento de tristeza ao mencionarem fato de os demais nunca mais terem-lhes visitado. “Só Isabel que veio prestar uma homenagem pra gente” (Nico, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 28/09/2018). Alguns lamentavam ainda o fato de o trabalho deles não ter tido continuidade: “Isabel e Nelson sempre lutavam pro lugar crescer, mas isso não aconteceu porque eles ficaram pouco tempo e depois saíram” (José Elso Moreira, entrevista a Fabricio Teló, Itanagé, Livramento de Nossa Senhora/BA, 29/09/2018).

Esse capítulo nos oferece a oportunidade de refletir sobre a experiência de uma organização que demonstrava procurar desenvolver uma ação dialógica com os camponeses e o praticou em boa medida, como percebemos no caso analisado, a despeito das dificuldades desse encontro: as desconfianças dos camponeses, o custo de estar em regiões distantes dos centros urbanos e, sobretudo, a reticência dos camponeses em reagir positivamente às problematizações provocadas pelos militantes a respeito das relações trabalhistas e à falta de acesso à terra, por exemplo. Essa mesma organização, por outro lado, inspirava-se fortemente no maoísmo, que, assim como o leninismo, prevê a existência de um partido de vanguarda dirigente das massas e responsável pelas principais decisões do processo revolucionário. Mainwaring (1989) assinala que Paulo Freire rejeitava a ideia leninista do partido de vanguarda que tomava as decisões chave e persuadia as massas, pois enfatizava a necessidade de respeitar a liberdade e a capacidade de todas as pessoas. Além disso, Ridenti (2002) apontou como uma das características da AP a ideia de que ela possuía uma “missão histórico-salvadora, redentora” da classe trabalhadora¹⁵³, o que também vai de encontro à perspectiva freireana¹⁵⁴. O desafio colocado à AP parece ter sido, portanto, a conciliação de uma ação dialógica com o vanguardismo que, em boa medida, o contradizia.

Colocando a questão em outros termos, trata-se de pensar sobre a importância de os militantes estarem abertos para também aprender com os camponeses e assim viabilizar a produção de uma compreensão da realidade que congregasse tanto o acúmulo teórico do marxismo, como as experiências práticas do cotidiano no campo. Scott (2002) argumenta que, embora a forma mais difundida de resistência às dominações seja aquela publicizada e organizada em movimentos sociais, organizações ou partidos políticos, existem outras formas menos conhecidas e não visibilizadas de resistência que também imprimem desgastes às forças dominantes¹⁵⁵. Na mesma linha, ao analisar os processos de luta pela terra mais contemporâneos no Brasil pós-redemocratização, Fabrini (2007) chama atenção para a importância de não se absolutizar as organizações de movimentos sociais como os detentores do monopólio da luta, nem como possibilidade única de mudanças sociais, pois que elas podem acontecer mesmo sem a atuação dessas organizações. Não se trata de negar a importância das organizações. Apenas de reconhecer que os camponeses, mesmo não organizados, também têm algo a ensinar em termos de resistência e que essa sabedoria pode ser conjugada com a bagagem dos militantes.

¹⁵³ Segundo o autor, esse “romantismo revolucionário” era típico das diversas organizações de esquerda no Brasil dos anos 1960.

¹⁵⁴ Não que a AP se reivindicasse freireana enquanto organização política, mas adotava o método proposto pelo educador como instrumento de trabalho com as massas e seguia boa parte de suas proposições, como demonstram os documentos do partido. Segundo uma antiga militante entrevistada, os integrantes da AP inclusive liam textos de Paulo Freire e contavam com sua participação em algumas atividades de formação do pré-golpe.

¹⁵⁵ Baseadas fundamentalmente em discursos ocultos, não dizíveis (maledicência, fofoca), as formas cotidianas de resistência constituem como que uma preparação para o discurso público, que geralmente tenta captar elementos do discurso oculto. Além disso, malemolência nos ambientes de trabalho, sabotagens, saques e outras formas de provocar prejuízos às forças dominantes também são apontadas por Scott (2002) como exemplos dessa ação contestatória desorganizada, mas não desprovida de importância.

Ainda que a atuação da AP/PCdoB na Chapada tenha sido a mais duradoura das organizações analisadas nesta tese, o fato de seus militantes não terem apresentado a proposta de formar um grupo de guerrilha nos impede de analisarmos aqui o engajamento, não engajamento ou desengajamento dos camponeses, tal como foi possível nos demais casos, mas nos permite analisar a aproximação inicial, ou a socialização prévia (SILVA e RUSKOWSKI, 2016), que constitui o momento inicial do processo de mobilização. Foi possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos militantes para se inserir nas comunidades como um igual, suas estratégias e avanços. Do lado dos camponeses, ao mesmo tempo em que havia uma desconfiança em relação à origem dos militantes, observei um profundo reconhecimento pelas diversas formas de solidariedade que estes lhes prestavam e uma vitalidade da memória do que aprenderam com os camponeses, como a importância da organização coletiva para alcançar os objetivos comunitários. Exemplo disso é a associação de moradores de Itanagé. Embora criada após a saída dos militantes, sua fundação é creditada em parte ao estímulo dado pelos militantes para que se criasse algo nesse sentido no distrito. Por fim, refletimos sobre as tentativas iniciais dos membros da organização no sentido de difundir algumas ideias e de promover um sentimento de indignação nos trabalhadores diaristas e meeiros no tocante à forma como se relacionavam com os donos das terras. Tal análise nos levou a pensar ainda a dimensão assimétrica da relação estabelecida entre militantes e camponeses e as implicações disso para o processo revolucionário.

4. O COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES

Início este capítulo com um breve histórico da formação do Comando de Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e a forma como essas organizações enxergavam o campesinato. Na sequência, destaco o papel de funcionários do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que se tornou espaço importante de articulação e recrutamento de militantes para as organizações em questão. Em seguida, analiso as duas tentativas de formação de grupos de guerrilha rural por parte do Colina e da VAR: Cachoeiras de Macacu/RJ e Bico do Papagaio (mais precisamente Imperatriz/MA e Itaguatins/TO).

4.1 A formação do Colina e da VAR-Palmares

O Colina¹⁵⁶, assim como o Partido Operário Comunista (POC) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), surgiu a partir de uma dissidência da Polop (Organização Revolucionária Marxista-Leninista – Política Operária), que se caracterizava por tentar mesclar o trabalho com as massas com o foquismo.

Em comum, mas com matizes variados, estas organizações tinham como característica a crítica à incapacidade de sua matriz política em adotar uma clara tática de luta contra a ditadura militar, já que a POLOP ficara no meio do caminho entre a luta de massas e preparação da luta armada em um momento em que a atração pelas armas fazia eco em todas as organizações de esquerda. Não por acaso, os grupos que surgiram do interior de POLOP estiveram entre os defensores mais ferrenhos do caminho imediato da luta armada no Brasil, principalmente a VPR e o COLINA (SALES, 2005, p. 239).

Conforme aponta Leite (2015), a maior parte dos dissidentes da Polop que formaram o Colina era de Minas Gerais. Dentre eles, destacam-se Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Alberto Soares de Freitas¹⁵⁷ e Jorge Baptista Filho. No Rio Grande do Sul, o grupo contou com a adesão de Carlos Franklin de Araújo Paixão, recentemente falecido. Inicialmente o grupo não tinha adotado um nome. Chamavam apenas Organização ou simplesmente O. (“O pontinho”). Em 1968, muda para Organização Político-Militar e só depois adota o nome Colina.

Segundo Gorender (1987), o principal fato relacionado a essa organização foi a tentativa de assassinato, no Rio de Janeiro, de Gary Prado, capitão boliviano que prendeu Che Guevara e foi acusado de tê-lo matado. Prado estava no Brasil para um curso na Escola do Estado Maior do Exército. Os militantes acreditavam que seu justicamento honraria o movimento revolucionário de toda a América Latina. Ocorreu que o homem atingido não foi o militar boliviano, mas um major alemão, resultando fracassada a tentativa.

¹⁵⁶ A organização é também referenciada no plural (Colinas) por se tratar de diversos comandos. Optei pelo uso do nome no singular por entender que, apesar de serem diversos comandos, a articulação entre eles os tornava uma organização política.

¹⁵⁷ Este veio a ser o líder da VAR-Palmares e responsável pela coordenação da primeira tentativa de formação de um foco de guerrilha, em Imperatriz/MA, que constitui parte do objeto desta pesquisa. De acordo com relato de Sergio Campos, seu colega de militância, na viagem que Carlos Alberto fez a Cuba para conhecer a experiência revolucionária daquele país, visitou algumas experiências de reforma agrária realizadas após a revolução, o que também estimulou sua sensibilidade para o campesinato brasileiro (Sergio Campos, Rio de Janeiro, entrevista a Fabricio Teló em 15/10/2015). Para saber mais sobre a biografia de Carlos Alberto, ver Chacel (2012).

Esta organização é apontada por Sales (2005) como uma das mais representativas do foquismo. Acreditavam seus líderes que as condições necessárias para o desencadeamento da luta armada estavam dadas e que o caráter das guerrilhas deveria ser rural, numa crença de que no processo revolucionário cubano havia sido dessa forma. Como vimos anteriormente, há reinterpretações a respeito desse caráter rural da experiência da ilha caribenha, mas a leitura do Colina era essa. Tal como propunha Debray (1967), o exército popular seria formado a partir da luta e não antes dela.

A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) é oriunda da fusão, em junho de 1969, do Colina com a VPR, que, como vimos, eram oriundas da mesma organização (a Polop). Compuseram a primeira direção da VAR as seguintes lideranças: Roberto Espinoza, Carlos Lamarca, Cláudio Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Franklin Araújo e Carlos Alberto Soares de Freitas. O fato mais conhecido da atuação desta organização, para Gorender (1987), foi o assalto ao cofre de Ana Capriglione, pessoa íntima do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, em junho de 1969. O montante arrecadado (cerca de US\$ 2,5 milhões) seria destinado a cobrir os custos com a guerrilha rural.

A fusão, no entanto, durou pouco (cerca de dois meses) e, grosso modo, os militantes vindos da VPR voltaram a ela e os que eram do Colina permaneceram na VAR (RIDENTI, 2010), embora Gorender (1987) ressalte que houve uma mistura entre militantes das duas organizações. Depois do racha, o dinheiro do cofre foi dividido igualmente entre as duas organizações. A VPR se caracterizou por uma postura mais militarista e a VAR por uma defesa da necessidade de se mesclarem ações “massistas” como “militaristas”, à semelhança do que propunha a Polop, da qual haviam saído.

Um dos documentos de doutrina da VAR-Palmares faz referência ao famoso excerto de Clausewitz para defender a primordialidade do político sobre o militar: “o segundo é expressão do primeiro. (...) Enquanto o militar é forma, o político é conteúdo. ‘A guerra é a continuação da política por outros meios’”¹⁵⁸. O mesmo documento alerta para a importância de a organização “estar atenta para combater os desvios foquistas” a que os militantes eram tentados durante sua prática: “o foquismo tem como base o desprezo pelo papel desempenhado pelas massas na revolução, a confusão no relacionamento vanguarda-massa, a ilusão de que a pura ação militar é suficiente para trazer as massas à luta”¹⁵⁹. Ao mesmo tempo, criticava o outro extremo, o que o documento apresenta como “gradualismo”, caracterizado pela subestimação das ações armadas.

Merece destaque o fato de que, com a recriação da VPR, a VAR remontou sua direção e nela entrou Mariano Joaquim da Silva¹⁶⁰, o Loyola, figura chave no trabalho com os camponeses para as tentativas de formação dos grupos de guerrilha, especialmente no Núcleo Colonial Alexandre Gusmão¹⁶¹, na região de Brasília. As duas principais investidas dessa

¹⁵⁸ *Estudo sobre a luta armada no Brasil*. VAR-Palmares, s/d, p. 2. Aperj, setor Dops, notação 164.

¹⁵⁹ *Estudo sobre a luta armada no Brasil*. VAR-Palmares, s/d, p. 3. Aperj, setor Dops, notação 164.

¹⁶⁰ Mariano Joaquim da Silva nasceu no ano de 1930, no município de Timbaúba, Pernambuco. Na década de 1950, ingressou no PCB, razão pela qual sofreu sua primeira de prisão em 1954 e outra em 1956, por “atividade subversiva”. Durante esse período integrou o Comitê Municipal do partido em Recife. Em 1961, foi eleito secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba. Dois anos depois, tornou-se membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas e mudou-se para Brasília. Após o golpe de 1964, refugiou-se com a família em Goiás, onde trabalhou na agricultura. No ano de 1966, teve sua prisão preventiva decretada e passou para a clandestinidade. Depois de ter passado pelo PCdoB e pela AP, onde se destacou na sua Comissão de Assuntos Camponeses, incorporou-se à VAR-Palmares em 1968, integrando seu Comando Nacional a partir do ano seguinte, até ser sequestrado pelos agentes da repressão e ter seu corpo desaparecido.

¹⁶¹ Criado no governo João Goulart, por meio do decreto 51.517, de 25/06/1962, o Núcleo Colonial Alexandre de Gusmão cresceu com o ingresso de um contingente significativo de trabalhadores que haviam migrado para o

organização no campo foram em Imperatriz/MA e em Nova Aurora/PR, esta última analisada por Campos (2014)¹⁶².

A guerrilha rural era compreendida pela VAR-Palmares como sendo composta por três diferentes etapas: a defensiva estratégica, o equilíbrio de forças e a ofensiva estratégica. De acordo com o documento, a organização ainda estaria na primeira, na qual a organização previa a necessidade de se defender da repressão estatal, esperada em forma de um cerco militar¹⁶³.

A defensiva estratégica seria composta por três fases: a preparação e o lançamento da guerrilha rural, seguida de sua transformação em exército e, por fim, o alcance da condição de “guerra de posição” após a passagem pela “guerra de movimento”, compreendida como a tentativa do movimento revolucionário de aumentar seu “poder de fogo no nível de sua organização militar, dos seus serviços e de sua rede de apoio”. A guerra de posição, por sua vez, era a ocupação de regiões por parte do exército revolucionário a fim de proporcionar um território onde pudesse se estabelecer e, assim, fortalecer-se diante do inimigo. Apenas depois disso é que haveria um equilíbrio de forças entre guerrilheiros e o exército estatal, a partir do qual poderia haver uma ofensiva estratégica por parte do exército revolucionário. Como veremos, a experiência da VAR-Palmares sequer saiu da primeira fase da primeira etapa, tendo sido desmantelada ainda na fase da preparação, tendência prevista pelo próprio documento na análise de conjuntura que apresentou:

As massas se encontram desorganizadas, desmobilizadas. Os sindicatos, superados como forma de organização, não conseguem aglutinar os trabalhadores. O movimento estudantil está desarticulado. A organização, independente da massa em cada local de trabalho ou estudo, não está enraizada. A contraposição ao reformismo no terreno da luta de massas é ainda muito débil. As organizações que praticam a luta armada estão isoladas das massas e enfraquecidas até na sua rede de aliados, dependendo fundamentalmente de suas próprias forças. (...) Inexiste uma organização estruturada nacionalmente com uma prática homogênea, centralizada. (...) As organizações revolucionárias ainda estão isoladas umas das outras, sem encaminharem um planejamento conjunto (...) A falta de uma penetração efetiva no campo reduz a área de atuação do movimento revolucionário (...). Este isolamento político leva ao progressivo estreitamento do cerco militar, impede o crescimento das forças revolucionárias e reduz os seus efetivos. (...) Para o lançamento da guerrilha rural e a superação da atual fase de defensiva estratégica, é necessário, em primeiro lugar, romper o isolamento político – sob pena de as forças revolucionárias sucumbirem por asfixia¹⁶⁴.

Por fim, merece destaque a influência do marxismo ortodoxo na visão dos militantes da VAR sobre os camponeses, como demonstra a ata de uma reunião em que um dos militantes afirma: “o nível de consciência da massa camponesa é mais baixo (não é socialista), mas o grau de revolta é alto”¹⁶⁵. Ele é acompanhado pela intervenção convergente de outra militante: “o campo se caracteriza por uma menor consciência e uma maior violência”. Por isso, com base no pressuposto de que apenas o proletariado incorpora realmente as contradições do capitalismo, a prioridade definida pela organização foi se concentrar nas regiões de assalariados agrícolas, “para desenvolver uma luta socialista, a partir de reivindicações específicas”. No

planalto central para trabalharem na construção de Brasília e que, após a conclusão dos trabalhos, em 1960, decidiram permanecer na região.

¹⁶² Além desses casos, um houve ainda um trabalho da VAR em Pernambuco, onde a organização buscava recrutar antigos militantes das Ligas Camponesas, além de Ceará e Distrito Federal.

¹⁶³ *Estudo sobre a luta armada no Brasil*. VAR-Palmares, s/d. Aperj, setor Dops, notação 164.

¹⁶⁴ *Estudo sobre a luta armada no Brasil*. VAR-Palmares, s/d, pp. 1-2. Aperj, setor Dops, notação 164.

¹⁶⁵ *Ata do 1º Ativo (Semi-Nacional) realizado logo após o Segundo Congresso*. VAR-Palmares, s/d. Aperj, setor Dops, notação 164.

entanto, como veremos ao longo desse capítulo, a despeito da proposição apresentada no documento, os contatos que os militantes da VAR estabeleceram no campo foram com posseiros, pequenos proprietários e assentados de núcleos coloniais criados no pré-golpe.

4.2 As articulações contra o Estado por dentro dele

Ganha destaque nesse processo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)¹⁶⁶ como um espaço de articulação e recrutamento de militantes para a luta armada, com destaque para um grupo agrônomos formados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em Piracicaba, que se deslocaram para o Rio de Janeiro logo depois de concluídos seus estudos e ingressaram no Colina (posteriormente VAR-Palmares): Amilcar Baiardi, Geraldo Leite, Francisco Xavier Castro Alves e José Roberto Monteiro.

Amilcar relatou em entrevista que se aproximou da estratégia da guerrilha rural a partir de contatos estabelecidos por ocasião de um curso que fez em 1966, como funcionário do Ibra, no Centro Interamericano de Reforma Agrária (IICA-Cira)¹⁶⁷ na Colômbia, onde discutiu a estratégia e adquiriu cartilhas:

estabeleci relações com venezuelano, argentino, peruano, um dominicano, um panamenho, um salvadorenho (...). Nós fizemos um grupo e discutimos a possibilidade de ter um contato com representantes das Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] que fossem lá falar da guerrilha e como isso teria sido determinado pela grilagem, pela apropriação de terras por parte do latifúndio (...). Nesses contatos eu pedia a eles que nos permitissem visitar uma área de guerrilha e eles: “Não, está descartado completamente”. Eu disse assim “Então eu queria ter acesso ao que vocês tiverem produzido de reflexão teórica”. Então eu juntei uma quantidade de documentos enorme. Depois, eu fiz uma visita ao México e encontrei o pessoal da FLN, da Frente de Libertação Nacional da Venezuela, que também me deu material. Então quando eu terminei meu curso eu voltei para o Brasil com um saco cheio de material sobre guerrilha (Amilcar Baiardi, entrevista em 04/02/2017, Salvador/BA).

Em depoimento prestado em 06/08/1969 ao IPM que investigou o Colina, Baiardi também relatou que este mesmo curso foi igualmente feito por José Roberto Monteiro, como bolsista da OEA entre os meses de julho e dezembro de 1967, tendo permanecido na Colômbia e na Venezuela, o que indica certa recorrência de quadros do Ibra participando de cursos em países latino-americanos e absorvendo a influência das experiências políticas desses países,

¹⁶⁶ Previsto no Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964), o Ibra substituiu a Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), criada pelo governo João Goulart. Além de prática, a intenção era simbólica: mudar a linha política da reforma agrária que vinha sendo desenvolvida e enfraquecer as articulações das lideranças e dos funcionários que atuavam na Supra.

¹⁶⁷ O IICA-Cira foi um espaço de formação criado em 1963 pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA (o instituto mudou de nome nos anos 1970 e passou a se chamar Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, mantendo a mesma sigla), por meio do Programa de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, conhecido como Projeto 206, iniciado no ano anterior, que tinha por objetivo fomentar a pesquisa sobre o tema e ministrar cursos de formação para técnicos envolvidos em programas de reforma agrária nos diversos países da América Latina. A iniciativa foi realizada em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União Pan-americana. No âmbito local de Bogotá, onde o IICA-Cira estava sediado, havia uma parceria com a Universidade Nacional da Colômbia e com o Instituto Colombiano de Reforma Agrária (MORENO, 1975; MOLESTINA, 2002).

sobretudo de Cuba¹⁶⁸. Francisco Xavier Castro Alves, em depoimento, também relatou ter realizado o mesmo curso no mesmo período¹⁶⁹.

Uma figura influente, ainda que de maneira indireta, nesse processo de ocupação dos espaços do Ibra por jovens críticos ao regime e, portanto, mais abertos à possibilidade de se engajarem na luta armada, foi o agrônomo José Gomes da Silva, que trabalhou como professor da Esalq e foi central na elaboração do Estatuto da Terra, que previu a criação do Ibra. Geraldo Leite e José Roberto Monteiro haviam sido colegas de graduação em Agronomia na Esalq e alunos de José Gomes:

De Piracicaba, saiu um grupo que era um pessoal mais de esquerda, que, diante da perspectiva de vender adubo, não sei o que e tal, a gente queria fazer alguma coisa, vinculada ao campo e tal. Então, reforma agrária. Porque já havia pessoas, de Piracicaba, lá no Ibra. (...). Então isso aí, pegou muito a gente, lá em Piracicaba. Porque o Zé Gomes [José Gomes da Silva] foi dar aula, depois disso aí, ele foi dar aula para nós, no último ano, sobre planejamento e tal. E ele era um entusiasta da reforma agrária¹⁷⁰. Então, ele falou – “O nosso negócio é o seguinte: vamos trabalhar lá no Ibra. É o que nos resta.” – e então saímos e fomos em 6, para trabalhar no Ibra. Só que assim: já todos, com uma formação política, de organização popular e tal, tal, tal. (Geraldo Leite, entrevista em 13/01/2015, São Paulo/SP).

Amilcar também relata que, como chefe de uma das seções do Ibra, contratou vários agrônomos desse grupo de Piracicaba, dentre eles Geraldo e José Roberto. Além desses, Antônio de Pádua Perosa e Richard Dulley também fizeram o mesmo percurso. Em 1971, o Serviço Nacional de Informações (SNI) chegou a elaborar um documento de sistematização dos “grupos subversivos no Incra”¹⁷¹, que reunia uma lista de 40 nomes de técnicos do órgão. Dentre os nomes referenciados, apenas o de Geraldo não consta dessa lista, dado que até o momento da elaboração da sistematização (junho de 1971), não havia registro de “atividades subversivas” em seu nome. Um trecho do documento do SNI diz o seguinte: “Logo que os comunistas assumiram os postos chave, trataram em seguida de colocar em todos os cargos os outros companheiros, os simpatizantes, os interesseiros e os ingênuos úteis, assim como requisitar e contratar elementos estranhos aos quadros da autarquia”¹⁷².

Bruno (2012) analisou a atuação de um grupo de técnicos que aproveitava os “mínimos espaços administrativos”, as “brechas institucionais”, para efetivar pequenas iniciativas no sentido de agilizar encaminhamentos que favorecessem a distribuição da terra para quem dela

¹⁶⁸ O IPM utiliza a denominação Organização Político Militar para designar o Colina, tratando os dois nomes como designadores da mesma organização (Ação Penal 25/69_BNM 233).

¹⁶⁹ (Depoimento de Francisco Xavier Castro Alves à Justiça Militar em 12/11/1970. BNM 688, pp. 208-10).

¹⁷⁰ Como ainda hoje existem diversas concepções de reforma agrária, nos anos 1960 não era diferente. Se as organizações de esquerda focavam nas desapropriações de terras como o principal caminho, as de direita focavam na chamada modernização agrícola como a forma mais eficiente de desenvolvimento agrário. Dessa forma, o fato de José Gomes da Silva ser um “entusiasta da reforma agrária” naquele momento não significa que ele fosse necessariamente um quadro do campo da esquerda naquele momento. Como aponta Medeiros (2006), Silva participou da elaboração do Estatuto da Terra na companhia de Roberto Campos, Paulo de Assis Ribeiro, Fernando Sodero e Carlos Lorena. Se, por um lado, o Estatuto impunha um limite à propriedade da terra e previa a desapropriação para fins de distribuição, por outro, tal previsão acabou não se concretizando em função das pressões políticas dos que eram contrários a tal política. Diante dessa situação, José Gomes da Silva se afastou desse grupo e fundou em 1967 a Associação Brasileira de Reforma Agrária, um importante espaço de articulação dos defensores do tema, vindo a ocupar, já na redemocratização, o cargo de presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado em 1970, em substituição em Ibra.

¹⁷¹ Em 1970, o Ibra foi transformado em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

¹⁷² Atividades Subversivas do Incra. Informação nº 1372/71 – S – 102 – CIE. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ACE_39744_71_001 e AC_ACE_39744_71_003).

dependia para viver. Por isso, a autora refere-se a eles como os “guardiões da reforma agrária”. Tal postura desse grupo de técnicos se construiu

durante os anos de formação escolar, universitária e de especialização; em meio à convivência familiar; devido à amizade com pessoas consideradas de esquerda; e/ou nas atividades do grêmio escolar, na participação no movimento estudantil, ou religioso cristão, formado e conformado pela defesa de um mundo mais justo e mais igualitário numa conjuntura em que a reforma agrária se apresentava como bandeira política e fazia parte das estratégias de mudança da sociedade brasileira e latino-americana (BRUNO, 2012, pp. 73-4).

Tiveram ainda relação com o Colina e/ou VAR/Palmares, conforme relato de Amilcar, os seguintes servidores do Ibra: Maria de Lourdes Siqueira, Virginia Leporacce e Alceu Fernandes Azevedo. Este último, em entrevista ao projeto Memória Incra, coordenado por Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Pompeo Braga e Regina Landim Bruno, relatou ter tido contatos com os militantes do Colina e da VAR-Palmares, mas não de forma orgânica por conta de compromissos com a família¹⁷³. Conforme relato de Geraldo Leite, era muito importante para os militantes o apoio de uma rede de simpatizantes que ajudavam as organizações escondendo pessoas em suas casas, enviando recados, cobrindo pontos, guardando documentos e armas e assim por diante. Segundo ele, inicialmente os militares não reprimiam esses apoiadores de forma tão intensa, mas quando perceberam a importância dessa rede, a maioria da classe média, começaram a prender e a torturar também essas pessoas, o que teria sido uma das principais inflexões no desbaratamento das organizações armadas.

Ainda que, nesse caso, o Ibra não tenha sido usado como ponte direta para chegar aos camponeses, porque Geraldo não se apresentava enquanto funcionário do Instituto, houve outras situações em que agrônomos da instituição valiam-se da oportunidade de fazer visitas aos agricultores para prestar-lhes assistência técnica e, ao mesmo tempo, realizar um trabalho político de aproximação à organização. Foi o caso, por exemplo, do assentamento Alexandre de Gusmão, próximo a Brasília, onde atuaram Raul do Valle e Antônio de Pádua Perosa, ambos também egressos da Esalq.

Esses elementos nos levam a perceber que, mesmo em um contexto de ditadura, o Estado não é um bloco monolítico fechado a interferências de forças contra hegemônicas. Como apontou Poulantzas (1981), no Estado se dão lutas entre forças políticas do passado e do presente, que tornam inconstante o equilíbrio entre essas forças. As contradições de classe se expressam dentro do sistema estatal por meio de grupos e facções, mesmo nos contextos de estatismo autoritário. Agências reguladoras, institutos de pesquisa, universidades, fundações e autarquias do Estado são exemplos de espaços em que essas disputas se dão e nos quais os militantes comunistas brasileiros têm ocupado posições, inclusive durante o período ditatorial. No caso em questão, o Ibra como um órgão do Estado, serviu como espaço de articulação para a mobilização de militantes voltados ao trabalho com camponeses com vistas à formação de grupos de guerrilha rural para tentar tomar o poder desse mesmo Estado.

4.3 O Colina em Cachoeiras de Macacu/RJ

4.3.1 O campesinato de Cachoeiras de Macacu

¹⁷³ Entrevista disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ, código MI.trans.ALAZ.

O município de Cachoeiras de Macacu está situado entre a Baixada Fluminense e o início da Serra Verde Imperial. Entre 1831 e 1835 a região sofreu uma epidemia de febre amarela que resultou na morte de uma parcela significativa da população do município. A população que já habitava a região no início do século XX era preponderantemente pobre e composta por grande número de ex-escravizados, trabalhando de forma arrendada ou em parcerias diversas, tendo no uso da terra a base de sua sobrevivência e organização social.

Em 1950, a população rural do município era de cerca de 13 mil habitantes. Na década seguinte, o número passou para mais de 19 mil. Conforme Brito (2018, p. 67), entre 1950 e 1970, a área de pastagem no município aumentou de 6.600 ha para 12.541 ha e a área de lavoura, de 5.983 ha para 24.655 ha, ao passo que as áreas incultas caíram de 25.991 em 1940 para 5.605 em 1960. Essas mudanças se explicam pela criação, em 1951, do Núcleo Colonial Papucaia¹⁷⁴ por Getúlio Vargas, a fim de se formar um cinturão verde ao redor do Rio de Janeiro, então capital federal. Em função dessa política de colonização, a maior parte dos camponeses que ali se instalaram era imigrante, seja da região norte do estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo ou de estados do Nordeste. Esse era o perfil da maior parte dos camponeses com os quais os militantes do Colina realizaram o trabalho político em análise nesse capítulo: um campesinato marcado pela itinerância resultante de um acesso precário à terra (BRITO, 2018). O censo demográfico de 1970 do IBGE indica que 23 mil dos 44 mil habitantes que o município possuía na época viviam na zona rural, onde produziam, dentre outros produtos agrícolas, mandioca, milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o governo Vargas realizou diversas obras de saneamento na Baixada Fluminense, incluindo em Cachoeiras de Macacu, o que favoreceu a valorização das terras. Como consequência, a região tornou-se palco de intensas disputas fundiárias que se intensificaram na década de 1960. A principal delas envolvia a área limítrofe entre este núcleo de colonização e a Fazenda São José da Boa Morte, chamada Nova Ribeira (SILVA, 1994; ROSA JR, 2009; BRITO, 2018). Como veremos na sequência, isso foi determinante para a decisão do Colina de iniciar uma tentativa de formação de um grupo de guerrilha rural com os camponeses da região.

Em 1966, no âmbito do Ibra, foram criadas Guardas Rurais¹⁷⁵ para atuarem nos núcleos de colonização a fim de expulsar possíveis invasores e, o mais importante, reprimir os

¹⁷⁴ As terras utilizadas para a criação desse núcleo pertenciam inicialmente à Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia. Outras fontes usam a denominação de Fazenda Macacu. Sua extensão era de quatro léguas de comprimento por três de largura. Durante o período colonial era uma sesmaria, doada à Companhia de Jesus, em 1571. Dentre os nativos que ocupavam a área à época, havia os considerados inimigos, cuja maioria foi morta, e os considerados aliados, que foram cristianizados e escravizados. Chegou a ser considerada em 1757 a fazenda jesuítica de maior produção de farinha de mandioca, devido à grande quantidade de animais utilizados para a tração e transporte, mas também pelo uso de mão de obra cativa (indígena e negra). Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a Fazenda Papucaia trocou de proprietário por diversas vezes, até ser adquirida pelo governo Vargas para a criação do Núcleo (CARDOSO, 2009). Durante todo esse período, destacou-se a produção agrícola de homens pobres e livres e de escravos com relativa autonomia, voltada para o mercado interno, tanto do Rio de Janeiro quanto da própria Vila, gerada majoritariamente por outra classe, com práticas específicas, formada por homens e mulheres livres e pobres que tinham como sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada. Esta população livre e pobre se caracterizava por ter ou não a posse de alguns poucos escravos de forma que auxiliassem e complementassem o trabalho na lavoura, estando profundamente atrelada à economia da grande lavoura e ao mercado interno (CARDOSO, 2009; ROSA JR, 2014).

¹⁷⁵ A Guarda Rural foi criada pela Lei nº 4.947, de 06/04/1966, que fixava normas de direito agrário e dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra. Em seu capítulo II, artigo 12, esta lei previa a criação de “Comissões Especiais de Verificação e Regularização”, que ficaram conhecidas como Guarda Rural, cujo objetivo era garantir nos Núcleos Coloniais o cumprimento do Decreto-Lei nº 6.117, de 16/12/1943, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, que não cultivasse a área mínima estabelecida, que desvalorizasse o lote ou que não observasse qualquer dos dispositivos desse decreto-lei.

“subversivos” que estivessem atentando à “ordem”. No Núcleo de Papucaia, onde está Nova Ribeira, há relatos de que esta Guarda atuou com intensa violência na expulsão de posseiros cuja ocupação foi considerada irregular. O incêndio de casas e lavouras era o procedimento mais recorrente (TELÓ e MEDEIROS, 2019).

Outra controvérsia envolvendo o Ibra na região foi um projeto de criação de um condomínio agropecuário (PIC Marubaí), formado por um grupo de 42 famílias que criariam gado de leite de maneira coletiva. Muitas famílias que residiam na área onde o projeto foi estabelecido não concordavam com a ideia e precisaram sair da terra que ocupavam para dar lugar ao projeto (BRITO, 2018). Tais acontecimentos compuseram o contexto no qual se deu a atuação dos militantes do Colina em Cachoeiras de Macacu.

4.3.2 *O embrião do grupo*

A escolha pelo Colina da área de Cachoeiras de Macacu se deu em função de um laço de amizade entre as duas principais lideranças: o então padre Gerson da Conceição e a assistente social Rosalina de Santa Cruz. O primeiro era pároco de Sant’Anna de Japuíba, distrito de Cachoeiras de Macacu. A segunda era uma antiga militante da JUC. Como a maioria das pessoas que participavam dessa organização, Rosalina também migrou para a AP quando esta foi criada. Ambos se conheceram em Olinda, Pernambuco, quando Gerson para lá se dirigiu para concluir seus estudos de Teologia antes de ser ordenado padre.

Gerson, filho de operários de um município próximo (Magé), ligados ao sindicato dos têxteis, dirigido por quadros do PCB, iniciou seus estudos em 1950 no Seminário Menor Nossa Senhora do Amor Divino, de Petrópolis, diocese liderada por Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, de perfil considerado conservador¹⁷⁶. Em 1958 foi transferido para cursar Teologia no Seminário Maior São José, no bairro Rio Comprido, no Rio de Janeiro, onde já havia alguma abertura para ideias mais progressistas. Conforme relato do Pe. Geraldo Lima, colega de Gerson em ambos os seminários, Gerson era uma liderança do “grupo de esquerda” do seminário, que tinha articulação com a então recém formada Ação Popular¹⁷⁷. Pe. Geraldo relata ainda que poucos meses antes do golpe, assistiram no seminário a uma palestra do militante Luis Eduardo Wanderley¹⁷⁸, na qual alertava os seminaristas para a eclosão do golpe que se aproximava.

No final de 1963, Gerson foi expulso do seminário em função de seu posicionamento político. A decisão foi dos bispos Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, bispo de Petrópolis e do então padre (posteriormente bispo) José Fernandes Veloso, reitor do Seminário¹⁷⁹. Diante disso, conhecedor do perfil mais aberto do Dom Clemente

¹⁷⁶ Embora, como aponta Gomes (2014), categorias como conservador e progressista sejam construções memorialísticas que simplificam demasiadamente a complexidade das posturas políticas dos atores sociais (aí incluídos os bispos), optei por manter seu uso apenas para indicar uma tendência do perfil de Dom Cintra, que implicou em consequências para o então seminarista Gerson.

¹⁷⁷ Depoimento de Pe. Geraldo Lima à Comissão Nacional da Verdade, 18/03/2014. Audiência Pública “O papel das igrejas na ditadura militar”. Disponível em: <https://bit.ly/2r3iXZJ>. Acesso em 18/07/2019.

¹⁷⁸ Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP em 1959, Wanderley compôs a direção nacional da JUC e foi coordenador nacional do Movimento de Educação de Base (MEB), sobre o qual elaborou sua tese de doutorado, publicada em livro (WANDERLEY, 1984).

¹⁷⁹ Em entrevista concedida em 2015, no Rio de Janeiro, Gerson relatou que a participação de seu pai e seu irmão no PCB o colocava em crise: “o seminário me dizia uma coisa e a realidade era outra. Então, eu fiquei partido”, afirmou (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 06/05/2015). Isso pode ajudar a entender seu afastamento forçado do seminário e a posterior articulação com os bispos alinhados a uma perspectiva política mais próxima da sua para retornar aos estudos para o sacerdócio, desta vez em outro estado.

Isnard¹⁸⁰, bispo de Nova Friburgo, Gerson o procurou para pedir ajuda a fim de concluir seus estudos. O pedido foi aceito e Dom Clemente acionou Dom Helder Câmara, naquele momento bispo titular de Olinda e Recife, para articular a transferência. Dom Helder havia conhecido Gerson quando atuou como bispo auxiliar do Rio de Janeiro antes de assumir a arquidiocese pernambucana, onde Gerson pôde concluir sua graduação em Teologia, necessária para a ordenação sacerdotal. Em seu livro de memórias (CONCEIÇÃO, 2016, p. 163), Gerson ainda acrescenta:

A troca de domicílio entre Rio e Pernambuco foi providencial, pois mais tarde fiquei sabendo que, consumado o golpe, alguém me procurara lá em Pau Grande, tendo em vista que já naquela época eu travara certa relação com o Sindicato de Tecelagem, ligado ao Partido Comunista, bem como estivera na concentração dos posseiros do Rio do Ouro, cuja inspiração tinha sido o médico Adão Pereira Nunes, filiado ao Grupo dos Onze, do então deputado federal Leonel Brizola.

Em Olinda, Gerson continuou mantendo contato com o então coordenador do MEB. Luis Eduardo Wanderley, que estava em Pernambuco no dia do golpe e se refugiou no seminário, assim como o fizeram várias outras lideranças da época, sob a proteção de Dom Helder. Gerson conta ter conversado com Wanderley um dia antes de sua prisão, já pressentida por ter percebido que um padre apoiador do golpe (Padre Melo¹⁸¹) o havia visto na rua. O então seminarista carioca em terras pernambucanas passou o ano de 1964 concluindo sua faculdade de Teologia. Nesse período, juntamente com seus colegas de seminário, partindo do método Paulo Freire, fazia trabalho pastoral nas periferias da cidade, atividade compartilhada também com integrantes da JUC, dentre eles Rosalina, que relatou como conhecera o então seminarista Gerson:

Eu estudava em Recife, e a gente tinha reuniões no seminário de Olinda. E a gente ia para lá, fazer serenata, discutir política. Principalmente os estudantes que eram da JUC, da Juventude Universitária Católica. E eu era JUC. Então eu ia para lá. E lá, o Gerson era seminarista. E nós fomos fazer uma pesquisa com os camponeses, lá em Sapé¹⁸² e tal. E o Gerson, um grupo de seminaristas e um grupo de estudantes de

¹⁸⁰ Beneditino, Dom Clemente exerceu, entre 1960 e 1992, a função de Bispo da Diocese de Nova Friburgo à qual pertence a Paróquia de Sant'Anna de Japuiba, onde Gerson trabalhava. Participou das discussões do Concílio Vaticano II sobre a reforma litúrgica, motivo pelo qual foi responsável pela coordenação dessa reforma no Brasil, tendo ocupado o cargo de presidente da Comissão Litúrgica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por muitos anos. Foi um dos principais responsáveis pela substituição do latim pelo idioma do povo nas celebrações eucarísticas a fim de promover uma participação mais ativa da população e um dos principais defensores da rediscussão sobre o celibato sacerdotal. Foi vice-presidente da CNBB na gestão 1979-1983 e vice-presidente do Conselho Episcopal da América Latina (Celam) na gestão 1983-1987. Faleceu em 2011, aos 94 anos de idade. Ver mais no vídeo *Sacrosanctum Concilium*: a Constituição sobre a Sagrada Liturgia, de Gaspar Guimarães (2002). Disponível em: <https://bit.ly/2WMEe62>. Ver ainda: Dom Clemente Isnard: proposta de mudança para a Igreja e plena comunhão com ela. *Revista IHU Unisinos*, 12/03/2013. Disponível em: <https://bit.ly/2GhNMyP>. Acesso em: 21/07/2019.

¹⁸¹ Juntamente com o Padre Paulo Crespo, o Padre Antônio Melo Costa atuou na criação de sindicatos rurais em Pernambuco, com vistas a disputar com os comunistas a representação política dos camponeses. Em entrevista ao CPDOC em 1978, Padre Crespo relatou ainda que Padre Melo sediava na sede de sua paróquia um escritório do IBAD, instituto que, conforme Dreifuss (1984) contribuiu significativamente com as articulações em torno do golpe de 1964 (Paulo Crespo, entrevista a Aspásia Camargo e Dulce Pandolfi, Recife, 14 e 15/05/1978. Disponível em: <https://bit.ly/2Kqy86r>. Acesso em 26/07/2019).

¹⁸² O município de Sapé, na Paraíba, foi um dos locais de maior visibilidade das Ligas Camponesas, uma das principais organizações dos trabalhadores rurais do pré-golpe, inicialmente criadas pelo PCB em vários estados do país a partir de 1945, com vistas à luta pela terra e melhorias no acesso a mercados para venda de seus produtos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, as Ligas foram praticamente extintas. Em meados dos anos 1950, as Ligas Camponesas foram rearticuladas em Pernambuco, expandindo-se pela Paraíba. No momento em que

Serviço Social. Eu era do primeiro ano do Serviço Social. (...) A gente fez uma pesquisa, ali. (...) E conheci o Gerson, fiquei muito amiga dele (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

Rosalina, depois de formada (1966), decidiu participar de um curso de especialização organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na Venezuela sobre maneiras alternativas de construção de casas. Para isso deixou a condição de militante orgânica da AP e passou a ser apenas simpatizante. Lá começou a ter contato com pessoas já envolvidas com a luta armada e a conhecer o processo de construção das guerrilhas rurais na Venezuela sob a liderança de Douglas Bravo, antigo militante do Partido Comunista Venezuelano, que com ele rompeu e criou o Partido da Revolução Venezuelana. Nesse período também recebeu com muita tristeza a notícia da morte de Che Guevara, em 1967, uma das figuras que mais estimulavam a juventude de esquerda da América Latina. Em entrevista a Ângela de Castro Gomes, em 2002, Rosalina relatou:

eu comecei a achar que a violência que existia no mundo e que é muito presente nos países de capitalismo dependente, que essa violência, ela justificava uma violência revolucionária. Uma violência, que era a única forma da gente realmente acabar com a violência institucional, com a injustiça. E essa violência tinha regras, era ética, mas era a forma do enfrentamento. Eu tinha, a gente tinha muito como modelo Cuba. E lá... Sim, o Che morrendo e tal, ficou mais claro para a gente que poderíamos fazer o que foi feito em Cuba, ou seja, oitenta homens invadindo a serra e derrubando o poder, o poder burguês, e criando uma sociedade socialista, uma sociedade sem classe, essa sociedade de justiça e igualdade. E eu, nesse momento, comecei a achar, mesmo vendo as pessoas ali, na Venezuela, morrendo e tal, que eu estaria disposta a morrer para ter um mundo melhor. Que isso era... era, talvez, algo que a nossa juventude teria que fazer em prol da humanidade, em prol das gerações futuras (Rosalina Santa Cruz, entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Na Venezuela, Rosalina conheceu também alguns funcionários do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Rio de Janeiro, que estavam fazendo o mesmo curso e a convidaram para trabalhar com eles na referida instituição. De regresso a Recife e tendo aceitado o convite, Rosalina pediu aos dirigentes da AP (com a qual mantinha o vínculo como simpatizante) uma carta de recomendação e indicações de militantes com os quais ela pudesse entrar em contato na capital fluminense. Os contatos indicados foram de um grupo de agrônomos que moravam no bairro de Botafogo. Entre eles estava Francisco Xavier Castro Alves, mencionado no item 4.2. Segundo Rosalina, ele estava prestes a mudar-se para o campo no âmbito do movimento estimulado pela AP de integrar-se junto a operários e camponeses como parte de sua estratégia revolucionária¹⁸³.

Rosalina e Gerson estiveram em Sapé, as Ligas já estavam desarticuladas pelo golpe, mas eles interagiam com os camponeses que haviam participado da organização. Isso pode ter alguma relação com o trabalho que desenvolveram com os camponeses em Cachoeiras de Macacu.

¹⁸³ Conforme descrito com mais detalhes no terceiro capítulo, a AP passou por diferentes fases na sua história. Nesse momento pós golpe, a organização viveu uma fase de disputa entre uma corrente foquista e outra maoísta. Depois do atentado mal sucedido contra o Ministro da Guerra e então pretendente ao cargo de presidente, Costa e Silva, a ala foquista foi sendo enfraquecida até a expulsão de seus representantes. É a partir desse momento, quando a perspectiva hegemônica passou a ser o maoísmo, que a AP iniciou o movimento de estímulo aos militantes para se integrarem à população nas fábricas e no campo (RIDENTI, 1998). Quando Francisco Xavier Castro Alves foi preso, em outubro de 1970, estava morando no bairro Corte Oito, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em seu depoimento após a prisão em outubro de 1970, embora não tenha admitido sua militância na AP, afirmou ter decidido se mudar para essa localidade a fim de “sentir os problemas do povo e procurar emprego”, objetivo que se enquadra na linha da integração na produção seguida pela organização naquele momento. Não é possível saber se o trabalho que buscava era como operário ou como camponês. Foi preso na companhia de outros militantes

Quando Gerson concluiu seus estudos, voltou ao Rio de Janeiro. Por contar com a confiança de Dom Clemente Isnard, trabalhou por alguns meses como seu secretário, em Nova Friburgo. Ordenado sacerdote em junho de 1965, trabalhou nas paróquias de Santo Antônio do Alto e Madalena e, por alguns meses na Paróquia do Cônego em Nova Friburgo, onde conheceu o Padre Haroldo Bezerra, então pároco de Duas Barras, município fluminense a cerca de 50 km de Friburgo. Gerson conta em seu livro de memórias (CONCEIÇÃO, 2016) que foi apresentado pelo Pe. Haroldo a contatos da AP, organização com a qual já possuía alguma familiaridade, mas não chegou a conversar sobre ações armadas.

No início de 1967¹⁸⁴, foi enviado para a Paróquia de Japuiba, então uma área com características bastante rurais, porém com duas pequenas áreas urbanas: Japuiba e Papucaia. A primeira, mais antiga, é descrita por Gerson como “tradicional e conservadora, composta de funcionários públicos, comerciantes e pacatos lavradores” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 193). A segunda, ao contrário, ele descreve como de “formação recente, com população advinda de outras cidades e até mesmo outros estados, forte comércio na cidade e sitiantes nas terras da antiga Supra, já então após 1964 com o nome Ibra” (2016, p. 193). Gerson também se referiu à população de Papucaia como “um pessoal mais violento¹⁸⁵, destemido”, com o qual se identificava mais.

Apesar desse perfil da população, Gerson relata ter notado que as lideranças camponesas de Papucaia estavam “amedrontadas, querendo esquecer o passado que tinha lhes trazido grandes aborrecimentos”. De fato, como consta em Teló e Brito (2015), as mobilizações dos trabalhadores (especialmente camponeses e ferroviários) no pré-64 tornou Cachoeiras de Macacu um alvo preferencial da repressão do imediato pós-golpe, o que obrigou as lideranças a se esconderem e recuarem. Era necessário, portanto, “despertar novas lideranças locais”, pois as outras “queriam permanecer esquecidas” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 210).

Gerson iniciou então um trabalho de aproximação com os camponeses da paróquia como um todo, celebrando missas em suas casas, alfabetizando, distribuindo remédios e procurando vagas em hospitais para os doentes:

Desde o início comecei a organizar o plano pastoral da paróquia. Não somente na sede, também nas capelas da mesma. Não somente a parte litúrgica, como também a parte social. Tive, como objetivo inicial nessa paróquia, formar lideranças populares e melhorar a situação dos pobres¹⁸⁶.

Sua atuação foi objeto de vigilância da repressão desde o início de sua estada em Cachoeiras de Macacu, como demonstram os diversos relatórios de monitoramento que constam em seu prontuário. Em relação a esses momentos iniciais de seu trabalho, os informantes registraram:

Padre Gerson fundou capelas em Derribada, Parque da Ribeira, Areia Branca, Papucaia, Soarim, Raiz da Serra, Patis, Japuiba, Faraó de Cima, Faraó de Baixo e Santa Maria, onde faz alfabetização. As aulas que ministra estão suspensas por falta

da AP, como Luis Fabiano Miranda e Margarida Sollero, sua então companheira (Depoimento de Francisco Xavier Castro Alves à Justiça Militar em 12/11/1970. BNM 688, pp. 208-10).

¹⁸⁴ Em depoimento prestado ao Tenente Coronel Antônio Rodrigues, do Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, em 06/10/1971, Gerson afirmou ter sido transferido para Japuiba apenas em 1968. No entanto, o primeiro registro de batizado realizado por ele na Paróquia da Japuiba é de 10/03/1967. Além disso, em outros documentos do SNI, há referência a atividades realizadas por Gerson em 1967. Ver mais em Prontuário de Gerson da Conceição. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144.

¹⁸⁵ Gerson procurou atribuir uma conotação não negativa ao termo “violento”. Complementou que não se referia à “violência de hoje”, no sentido da criminalidade, mas no sentido de rebeldia e da defesa da honra.

¹⁸⁶ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 881.

de material escolar. O MEB (Movimento de Educação de Base) não tem enviado verbas¹⁸⁷.

Henrique, camponês de Nova Ribeira, relata como era convidado para as atividades promovidas pelo então padre:

Tinha um ambiente lá de católicos, umas festinhas... (...) O camarada chegava e convidava a pessoa para aprender a ler em 15 ou 20 dias, um negócio assim. Aí levava a pessoa lá para a casa do Seu *Márcio*¹⁸⁸. Lá tinha uma escolinha e o Padre Gerson fazia as missas (*Henrique*, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, Jardim Primavera, Duque de Caxias/RJ, 18/09/2015).

A referência ao aprender a ler em poucos dias se deve à utilização do método Paulo Freire de alfabetização, baseado no estudo de palavras geradoras pertencentes ao universo da população educanda a fim de que esta perceba de imediato a utilidade do aprendizado daquela palavra. De fato, Gerson “mexia com isso” e frequentava a sede do MEB no Rio de Janeiro, como conta em sua entrevista. Rosalina, que também contribuía com atividades de alfabetização, também havia tido contato com esse método quando militava no movimento estudantil de Pernambuco.

Uma das atividades que realizou foi uma caminhada em homenagem ao dia do trabalhador, de 1967. Para tanto, acionou outro religioso que atuava na região, Pe. Antônio da Costa Carvalho¹⁸⁹, uma figura controversa, com um perfil reconhecidamente anticomunista, mas sensível às necessidades dos camponeses. Seu apoio seria importante para diminuir as chances de a repressão intervir no ato ou vir a punir seus participantes:

[Falei]: “Padre Carvalho, vamos fazer o 1º de maio? Em Papucaia eu não posso fazer, em Japuiba, não posso fazer. Você que é amigo dos homens, vamos fazer em Areia Branca¹⁹⁰?” E ele: “Topo”. Rapaz! Nós fizemos uma procissão de Papucaia – da Igreja de Papucaia – até Areia Branca. De ferramentas, com foice, enxada. (...) Quando nós chegamos em Areia Branca, a gente começou a encontrar um pessoal diferente, à paisana [infiltrados da comunidade de informações]. Só circulava. E a gente deu um viva a São José Operário [falando] “Levanta a foice!” E houve um companheiro que não aguentou, trepou num caixote e [gritou]: “A gente não tem vergonha de mostrar as nossas armas! Que as nossas armas são instrumentos do nosso trabalho! Pior são esses aí, que estão rondando a gente, que esconde a arma debaixo da camisa!” Provocação lascada. E eles não atacam (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

No relatório¹⁹¹ apresentado ao I Exército, os infiltrados presentes nessa atividade destacaram um excerto do discurso de Gerson, que teria afirmado na ocasião “que sendo Padre

¹⁸⁷ RPB nº 14, I Exército, em 06/02/1969. Prontuário de Gerson da Conceição. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.O.MCP.AVU.357, UD 144, p. 25.

¹⁸⁸ Camponês mediador da aproximação entre Gerson e os demais camponeses, como veremos adiante.

¹⁸⁹ Padre Carvalho trabalhou como diretor do Plano de Ação Agrária no governo Badger da Silveira (1963-1964). Como assistente eclesástico da Federação dos Círculos Operários do Estado do Rio de Janeiro, organizou diversos sindicatos de lavradores, disputando representação política com lideranças comunistas. Amigo do General Golbery do Couto e Silva, contribuiu com as articulações em favor do golpe de 1964. Depois disso, em 1966, ao criticar as práticas violentas da Guarda Rural do Ibra em relação aos camponeses de Papucaia, chegou a ficar um dia preso, sendo necessária a intervenção do bispo de Niterói à época junto ao governador do estado para soltá-lo. Ver mais em Teló e Brito (2015) Teló e Medeiros (2019).

¹⁹⁰ Areia Branca é uma localidade de Cachoeiras de Macacu, onde Pe. Carvalho coordenava um centro de formação de lideranças rurais por meio da Federação dos Círculos Operários do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹¹ RPB nº 225, I Exército, em 09/11/1967. Prontuário de Gerson da Conceição. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.O.MCP.AVU.357, UD 144, p. 24.

Carvalho amigo dos trabalhadores, estará sempre ao seu lado”. O documento acrescenta ainda que “houve inclusive desfile de homens armados, em sua maioria, de foices, enxadas, machados, etc.” Vale notar que tal atividade ocorreu antes do AI-5, assinado em dezembro de 1968, responsável pelo endurecimento da repressão e pela inviabilização de atividades nesse sentido.

O mesmo documento informa ainda que a dupla de padres estava “fundando um Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu”, caracterizado como de provável “caráter subversivo”. De fato, Gerson confirma na entrevista que concedeu em 2015 que o Pe. Carvalho estava tentando “iniciar um sindicato” e que teria contribuído com a ideia colocando o amigo em contato com um camponês que conhecia. Note-se que antes do golpe, ainda nos anos 1950¹⁹² já havia sido criada a Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, transformada em Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos de Cachoeiras de Macacu no ano de 1962. Tal sindicato, porém, foi desarticulado com o golpe de 1964 (COSTA, 2015). Embora Gerson tenha relatado que a iniciativa do Pe. Carvalho não foi bem sucedida, Brito (2018) aponta que o atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município foi criado justamente no ano de 1967. Não há, no entanto, informações sobre as lideranças do processo que levou à rearticulação do referido sindicato.

Na sequência, o referido registro acrescenta que Gerson costumava realizar “reuniões secretas” após as missas, dais quais participavam um grupo de seis camponeses, chamados pelo então padre de “camaradas”: “supõe-se que os mesmos estejam sendo doutrinados a fim de orientarem os [demais] camponeses na prática do comunismo”, registram os informantes¹⁹³. Nas entrevistas com antigos moradores, fui informado que os camponeses citados no documento já são falecidos. Embora faça sentido presumir que Gerson tomasse certos cuidados para realizar tais reuniões, é pouco provável que o conteúdo das discussões estivesse relacionado diretamente ao projeto da guerrilha, uma vez que os nomes supracitados não constam na lista de camponeses citados por Gerson como participantes das reuniões do grupo que se engajou propriamente na proposta da luta armada.

No final de 1968, Rosalina procurou Gerson para pedir sua ajuda no processo de mobilização de camponeses para a guerrilha. Ela ainda mantinha vínculo com a AP, mas já tendia a se aproximar da perspectiva foquista em função de sua experiência na Venezuela, onde estabeleceu contato com militantes adeptos dessa linha. Estando Gerson com um trabalho político ainda prematuro, porém iniciado, com os camponeses, os dois concordaram em se unir em um projeto conjunto. Em um primeiro momento mais voltado à alfabetização e à politização e posteriormente já focado na luta armada.

Outro documento do SNI expõe a preocupação dos militares com a atuação de Gerson junto aos camponeses, sobretudo em função do potencial que a respeitabilidade de sua figura religiosa representava em termos de projeção de um determinado conjunto de ideias, ameaçadoras da “segurança nacional”:

Padre Gerson da Conceição Almeida¹⁹⁴, originário de Friburgo, foi, há cerca de dois anos, transferido para Cachoeiras de Macacu. Sua atuação subversiva estende-se a

¹⁹² Brito (2018) identificou diferentes versões sobre a data de criação da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu: o IPM 7.477, que investigou a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte indica o ano de 1954; Costa (2015) afirma ter sido em 1958 e algumas reportagens de jornal usam a data de 1959.

¹⁹³ RPB nº 225, I Exército, em 09/11/1967. Prontuário de Gerson da Conceição. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144, p. 24.

¹⁹⁴ Gerson explicou que seu nome foi registrado apenas como Gerson da Conceição, uma vez que sua mãe era separada de seu pai, cujo sobrenome era Almeida, de modo que ele recebeu apenas o sobrenome da mãe. Gerson, então, “quando ficava puto”, costumava acrescentar o sobrenome do pai como forma de rebeldia, como foi o caso de sua prisão.

municípios vizinhos, como Bemposta¹⁹⁵, onde por ordem sua, elementos procuraram aliciar camponeses para atividades de guerrilha. Leciona no Ginásio de Cachoeiras de Macacu¹⁹⁶, cuja direção aspira, a fim de servir de cobertura para outras atividades ilegais. É protegido do Bispo Dom Clemente Isnard, daquela Diocese e muito amigado ao Padre Antônio da Costa Carvalho. Tem exercido atividade de arregimentação na zona rural do Estado do Rio, particularmente nos municípios de Magé, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo. Há informe não confirmado de que estaria organizando escolas de líderes rurais. Trata-se de elemento muito conhecido e estimado na região, conhecedor profundo da mesma e de seus habitantes. (...) Por se tratar de autoridade eclesiástica, gozando do prestígio que é inerente à classe no interior do nosso país, obtendo grande profundidade nas suas pregações, conviria ser estudada fórmula para afastá-lo do sua Diocese e colocá-lo em área de maior facilidade de observação de suas atividades¹⁹⁷.

Não há, seja nos depoimentos de Gerson aos órgãos de repressão, seja na entrevista que concedeu em 2015, nenhuma menção a atuação em Bemposta. No entanto, Roberto Delgado de Carvalho, colega seu de seminário e posteriormente pároco de Raíz da Serra (que abrangia Pau Grande, onde os pais de Gerson residiam), relatou que a referida paróquia era dirigida pelo Padre Geraldo Lima, muito amigo de Gerson desde os tempos de seminário. É possível, portanto, que houvesse alguma articulação com essa localidade por meio desse padre. Não consegui, porém, consultar nenhum dos dois religiosos para responder a essa questão, uma vez que ambos infelizmente já faleceram (Gerson, em julho de 2017 e Geraldo, exatamente um ano depois). Sabe-se, todavia, que posteriormente, já na redemocratização, Padre Geraldo tornou-se liderança da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Diocese de Nova Iguaçu, constituindo importante apoiador das lutas camponesas da Baixada Fluminense (Roberto Delgado de Carvalho, entrevista a Fabricio Teló, São Paulo, 30/05/2019).

Tampouco há menção por parte de Gerson em relação a camponeses de Itaboraí e Nova Friburgo. A explicação para a inserção desses municípios no informe da espionagem pode ser o fato de que a Gleba Nova Ribeira fazia divisa com a localidade de Vargem Grande, pertencente a Itaboraí, onde também houve conflitos fundiários e pode ter havido alguma articulação com lideranças remanescentes desses conflitos. Em Friburgo, Gerson também mantinha contato com trabalhadores militantes de esquerda e padres ligados à AP, como Aloisio Neno¹⁹⁸ e Haroldo Bezerra Coelho¹⁹⁹, este posteriormente pároco de Duas Barras.

¹⁹⁵ Não se trata de um município, mas do terceiro distrito do município de Três Rios, nas proximidades da divisa com o Estado de Minas Gerais.

¹⁹⁶ Refere-se ao Colégio Carlos Brandão, onde Gerson foi convidado pelo diretor Mario Assaf a lecionar a disciplina de Sociologia para o curso Normal.

¹⁹⁷ Informação 232/69 – Atividades subversivas desenvolvidas pelo Padre Gerson da Conceição Almeida. Primeiro Exército, 2ª Seção, 27/02/1969. Arquivo Nacional, ARJ_ ACE_3745_69.

¹⁹⁸ Ligado à JEC, à JUC e ao MEB na região de Belém/PA, abrigou-se na Diocese de Nova Friburgo depois de golpe de 1964, uma vez que o bispo da capital paraense, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, não via com bons olhos sua forma de atuação junto a essas organizações (CONCEIÇÃO, 2016). A pedido de Dom Clemente, Gerson e Aloisio fundaram em 1966 no bairro de Cônego em Nova Friburgo, uma entidade de assistência social chamada Grupo de Promoção Humana, em atividade até os dias de hoje. Ver mais em: <https://bit.ly/2rB3DUH>. Acesso em 21/07/2019. (GPH: 43 anos prestando assistência ao povo carente do Cônego e região. *Jornal Fórum Século XXI*, Nova Friburgo, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2CzjN2Z>. Acesso em 21/07/2019).

¹⁹⁹ Natural de Fortaleza, ainda antes do golpe mudou-se para a Diocese de Nova Friburgo, onde foi ordenado padre em novembro de 1964. Em 1971 exilou-se na França, onde fez pós-graduação na Universidade de Sorbonne. Voltou ao Brasil após a Lei de Anistia, em 1979, instalando-se em sua terra natal, o Ceará, onde tornou-se professor da Universidade Estadual do Ceará e concorreu a governador do estado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 1986. Posteriormente tornou-se militante do Partido do Socialismo e Liberdade (Psol), tendo falecido em 2013. (Um homem de fé vermelha. *Informativo do Psol/CE*. Out/Nov, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/32yWxwB>. Acesso em 21/07/2019).

De todo modo, chama atenção no trecho citado o fato de os militares, apesar de já terem conhecimento das atividades de Gerson com os camponeses, restringiram-se apenas a sugerir o estudo de uma estratégia para retirá-lo da região, sem necessariamente prendê-lo. Tal observação contribui para analisar a natureza complexa da ditadura empresarial-militar de 1964-1985: não se tratava de prender imediatamente toda e qualquer pessoa envolvida em “ações subversivas” ao bel prazer dos agentes da repressão. Havia um conjunto de precauções políticas que garantiam ao regime a aparência de democracia e mantinha o apoio necessário dos setores da sociedade civil atemorizados com a “ameaça comunista”. Prender um padre, figura considerada como autoridade, sem uma justificativa publicamente evidente, poderia gerar um custo político alto, prejudicial à manutenção da legitimidade social que sustentava o regime. “Talvez esperavam me surpreender para não causar problemas políticos com a Igreja Católica”, comentou Gerson em seu livro (CONCEIÇÃO, 2016, p. 235).

Gomes (2014) analisa com mais propriedade a tensa relação entre Igreja e ditadura ao trabalhar com os dados da espionagem sobre os bispos católicos, particularmente Dom Helder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga, dois dos principais oponentes do regime. Tais figuras evidenciam a heterogeneidade política no interior da Igreja Católica: embora hegemônica por apoiadores dos militares, especialmente no contexto do golpe, ela ainda dava espaço para vozes críticas, os “católicos radicais”, como diz Kadt (2003), que foram crescendo nos anos finais da ditadura e acabaram por ser fundamentais para o processo de redemocratização.

No entorno de Papucaia, Gerson também procurou mediar o conflito entre os camponeses e a Guarda Rural do Ibra, o que contribuiu para a construção de uma relação de cumplicidade entre o então padre e os lavradores. Em depoimento atribuído a Gerson, consta que as primeiras reuniões com os camponeses tiveram como pauta esse tema. Não se tratava ainda de reuniões clandestinas. A finalidade era “conclamar os moradores a se unirem pela defesa de suas terras, porque nessa ocasião o antigo Ibra queria desapropriar as terras para estabelecer a pecuária²⁰⁰ na região e terminar com a agricultura existente”²⁰¹. Em depoimento atribuído a *Márcio*, um dos camponeses que se engajou no grupo, consta que Gerson iniciara “a doutrinação dos fieis, dizendo que todos deveriam se unir para a luta em defesa de suas terras e quem não lutasse não teria direito às terras”²⁰².

Na ocasião, organizou um abaixo-assinado que foi levado por Gerson e por uma comitiva de camponeses para o bispo de Nova Friburgo, Dom Clemente Isnard, o prefeito de Cachoeiras de Macacu, Rui Coelho Gomes, e para o administrador do Núcleo Colonial Papucaia, Amaury do Prado Guterres. Em depoimento ao Dops da Guanabara alguns dias depois, complementou informando que o resultado da articulação foi “a promessa de que a ação de despejo não seria levada a efeito, mas que seria implantada na área um planejamento rural, tendo em vista um maior aproveitamento das terras”²⁰³. Na entrevista, acrescentou ainda que isso contribuiu para tornar sua figura uma ameaça a ser vigiada pela ditadura: “comecei a ficar manjado”, comentou (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

Esse episódio evidencia que Gerson estava a par das angústias dos lavradores de sua paróquia e se colocou como um intermediário importante para tentar solucionar seus problemas. Em seu livro de memórias, comentou: “O Ibra era o inimigo comum. Daí, o padre, para ser bem aceito pela coletividade, tinha que ser contra o Ibra” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 216). Apesar disso, ele diz se arrepende de não ter desde o início dialogado politicamente com os

²⁰⁰ Refere-se ao projeto de criação do Condomínio Agropecuário Marubaí mencionado no início deste item.

²⁰¹ Depoimento de Gerson da Conceição ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, em 06/10/1971. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144, p. 10.

²⁰² Depoimento de *Márcio* ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971, BNM 351, p. 35.

²⁰³ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 881.

camponeses sobre esse problema específico, uma vez que para eles, o Ibra era a “fonte de espoliação dos homens do campo”. Analisando sua experiência quase meio século depois, Gerson avalia que esse deveria ter sido o “começo da história” da construção da relação entre ele e os camponeses (CONCEIÇÃO, 2016, p. 212), embora o assunto tenha feito parte das discussões posteriores, quando o grupo já estava em uma etapa mais avançada, conforme relatou Gerson em um de seus depoimentos, como veremos na sequência.

De todo modo, a mediação de Gerson na defesa dos camponeses em relação ao Ibra foi fundamental para que se criasse uma relação de confiança entre ele e os camponeses, o que era necessário para que estes aceitassem seus chamados para participarem das diversas atividades que promovia, como veremos a seguir. Embora marcada por uma ideia de ensinar e conscientizar, como se houvesse um saber superior a ser aprendido pelos camponeses, esta proximidade do padre na vivência cotidiana fortalecia a legitimidade de seu convite, porque se tratava de alguém mais próximo com quem havia se estabelecido certa cumplicidade, e não um agente externo cujas intenções seriam objeto de desconfiança.

Hobsbawn (1978), ao discutir as possibilidades do engajamento camponês em projetos revolucionários, aponta a Igreja como uma das três principais formas de mediação tradicional entre o campesinato e o “sistema político predominante”. As outras duas são “o rei” e o “protonacionalismo”. Para o autor, as três assumem característica ambígua: ao mesmo tempo em que constituem as bases de uma “estrutura social estável”, também podem ser acionados pelos camponeses em casos de injustiça, caso de Gerson em relação às arbitrariedades da Guarda Rural do Ibra.

Nessa situação, ele reproduziu uma postura frequente da Igreja em relação a situações de conflito: o uso de sua externalidade para “apagar incêndios” (TORRENS, 1994). Novaes (1994), por sua vez, baseando-se especialmente na experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dos anos 1970 e 1980, aponta que há situações em que a ação mediadora de agentes eclesiais se desfaz dessa condição externa, se torna mais presente no cotidiano da população e enfatiza a ideia de que é a própria comunidade que fala por si mesma, sem a necessidade de mediação, porque entende o representante da Igreja como parte do povo.

Embora o trabalho de Gerson não estivesse voltado à construção das CEBs, já que atuou em um momento anterior ao surgimento deste projeto, há semelhanças entre as duas perspectivas: uma Igreja mais próxima do povo, compartilhando de seus problemas e servindo de apoio para sua emancipação. A diferença é que o trabalho de construção das CEBs fez parte de um projeto da Igreja, ao passo que o projeto da guerrilha adotado por Gerson, por mais progressista que fosse Dom Clemente, estava longe de ser compartilhado pela hierarquia da instituição. Gerson, portanto, exerceu o papel de mediador em dois sentidos: primeiramente, entre os camponeses e o poder público para tratar de um problema específico que estavam enfrentando naquele momento, e posteriormente, entre os camponeses e o Colina, como veremos a partir do item subsequente.

4.3.3 A formação de um grupo de camponeses na Gleba Nova Ribeira

Conforme relatou Gerson em entrevista e em seu livro de memórias, sua aproximação com os lavradores da Gleba Nova Ribeira²⁰⁴ se deu a partir do dia em que a família de um deles,

²⁰⁴ Nova Ribeira era uma das 14 glebas que formavam o Núcleo Colonial Papucaia. As demais eram: Papucaia (sede), Ribeira, Colégio, Soarinho, Porto da Cana, Rio Rabelo, Vargem Grande, Quizanga, Sebastiana, Condomínio Agropecuário Marubaí, Guapiaçu, Vecchi e Ilha Vecchi (BRITO, 2018).

Márcio, foi até a Paróquia de Japuíba para batizar uma criança²⁰⁵. Estavam em julho de 1967, no dia da tradicional Festa de Sant'Ana, padroeira da paróquia, e muita gente aproveitava a data para batizar suas crianças. Como a família de *Márcio* chegou tarde, Gerson já estava cansado e contou ter conduzido o ritual de um modo um pouco relaxado. Tendo *Márcio* notado essa postura do padre, fez um comentário crítico em voz baixa: “Bem que minha mãe dizia que cultura não dá educação a ninguém”. Gerson conta ter ficado tocado com a repreensão: “Menino! Aquilo foi um tapa na minha cara. Eu fiquei com uma vergonha!” Concluiu que *Márcio* era uma pessoa corajosa e questionadora e, portanto, alguém com quem poderia se articular: “Quando terminou a cerimônia, eu falei – ‘Rapaz, vou pegar esse cabra. Se esse cabra tem coragem de peitar o padre, esse cara é bom’” (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

Tendo migrado do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro por volta de 1965, *Márcio* possuía uma religiosidade arraigada. Rezava o terço diariamente e organizava celebrações religiosas junto à vizinhança. Ele e a família ganhavam a vida vendendo seus produtos agrícolas (especialmente milho verde e farinha de mandioca) em uma feira em Duque de Caxias. Sua casa, assim como as demais da redondeza, era de “chão batido, paredes de taipa e coberta de sapê. Não tinha privada e muito menos banheiro. As necessidades eram feitas no mato. O banho era de lata, ao ar livre, enquanto as mulheres usavam a bacia dentro de casa. Água potável, só da cacimba²⁰⁶” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 217). É provável que essa era a situação da maioria dos camponeses da região.

Depois desse dia do batizado, Gerson se aproximou de *Márcio* e estabeleceu uma relação de amizade, que chegou a evoluir para uma relação que o ex-padre descreveu como “uma coisa paternal”, já que *Márcio* era bem mais velho. Gerson conta que, às vezes dormia na casa de *Márcio*, e este “ficava balançando a rede” para ele. “Ainda hoje não consigo entender se ele me via como padre, filho ou político agitador, comprometido em organizar os demais para lutar contra o Ibra”, acrescentou em seu livro de memórias (CONCEIÇÃO, 2016, p. 212).

As emoções recíprocas (JASPER, 1998) presentes nessa relação entre os dois foi central para a inserção de Gerson na localidade de Nova Ribeira, dada a influência de *Márcio* na localidade. Como destaca Gerson em seu livro, o novo amigo era “bem aceito pela vizinhança” e ao entardecer “perambulava por outras propriedades, conversando com o chefe da casa, enquanto ‘pitava’ o seu cachimbo” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 217). A proximidade de *Márcio* com o então padre também servia como fonte de prestígio e autoridade ao camponês perante seus iguais, especialmente em se tratando de um contexto em que a fé era uma dimensão central da vida.

Como desdobramento, Gerson propôs construir uma capela, uma escola e um salão de festas. “Tudo muito rústico e primitivo, de acordo com o nível econômico dos moradores”²⁰⁷. A comunidade se envolveu contribuindo com mão-de-obra e materiais. Uma filha de *Márcio*, *Salete*, relata que seu pai estava muito animado com a proposta: ele plantou árvores ornamentais ao redor da capela e ofereceu a madeira necessária para o altar, uma das partes centrais da igreja (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista em 18/09/2015). Iniciativas como essas geralmente fortalecem o senso de coletividade uma vez que estimulam as pessoas a se

²⁰⁵ Diferentemente de Gerson, *Márcio* relatou em depoimento ter conhecido Gerson por ocasião do casamento de sua filha com *Vitor* (Depoimento de *Márcio* ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971, BNM 351, p. 35). Independentemente da ocasião, trata-se de uma aproximação viabilizada por práticas religiosas, que compunham uma dimensão central na vida de ambos os atores em questão.

²⁰⁶ Também conhecido como “poço caipira” ou “poço freático”, a cacimba é uma perfuração de cerca de 20 metros no solo até atingir lençol freático, reserva de água mais próxima da superfície, portanto mais suscetível à contaminação.

²⁰⁷ Depoimento de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 881.

deslocarem de sua esfera privada para a pública, agindo em conjunto a fim de atingir um objetivo em comum, movimento fundamental a ser exercitado quando se pretende desenvolver um projeto político com um determinado grupo de pessoas.

A construção da capela rendeu ainda ao então padre a fama de milagreiro, conforme relatou em entrevista:

A gente fez uma capela de pau a pique e sapê. E tinha um toco seco que a gente serrou para botar a imagem do padroeiro. Aí, nós fizemos uma eleição para saber qual seria o padroeiro. E escolheram São José. E eu falei: “Rapaz, lá na igreja de Sant’Ana do Japuiba, tem um São José sobrando. Eu vou trazer aquele São José para cá”. E eu trouxe e botei em cima do toco. O toco começou a brotar. Começaram a sair uns galhos. Acharam que era milagre, mas não tinha nada de milagre: como você botou telhado, aquilo ficou úmido. (...). E eu fiquei com fama de milagreiro (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

Com a acolhida dos lavradores, por meio da assistência religiosa e de iniciativas de cunho comunitário, Gerson pôde iniciar um trabalho político com os lavradores e aos poucos foi criando condições para a sua afirmação como líder não apenas religioso, mas também político. Para usar uma expressão de Bourdieu (2011), Gerson estava tomando emprestado de seu capital religioso um capital simbólico importante para fortalecer sua atuação no campo político.

Mas não foi apenas seu capital religioso que garantiu o engajamento dos lavradores. Sua presença constante no meio deles e sua postura de trabalho em parceria direta com um dos camponeses também agregou simbolismo à sua figura. Gerson inseriu esse aspecto em seu depoimento ao Dops:

Pretendendo ser simpático aos lavradores e ensinar-lhes o amor ao trabalho, resolvi também trabalhar na agricultura durante dois dias por semana, de tal maneira que não prejudicasse o ministério pastoral do resto da paróquia. Nesse trabalho de agricultura, associei-me a um lavrador, *Vitor*, que tinha um lote no então Ibra, mas não tinha meios financeiros para cultivá-lo²⁰⁸.

Vitor era casado com *Salete*, portanto genro de *Márcio*. Participou da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963, juntamente com seu tio²⁰⁹, com quem morava²¹⁰. Após o golpe, em função da repressão militar, foi obrigado a deixar a área, junto aos demais ocupantes e a se esconder para não ser detido. Foi indiciado no IPM que investigou a ocupação,

²⁰⁸ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 881.

²⁰⁹ Juntamente com três filhos, que também participaram da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, o tio de *Vitor* foi preso no imediato pós-golpe, sendo posteriormente indiciado no IPM do Processo de nº 7.477/69, que investigou tal ocupação (BNM 017). Nos depoimentos de testemunhas ouvidas pelo referido IPM e também em entrevistas com antigos moradores, um de seus filhos é apontado como um dos principais agitadores no processo de mobilização dos camponeses para a ocupação.

²¹⁰ Como mostram Silva (1994) e Brito (2018), a ocupação de 1961 da Fazenda São José da Boa Morte foi liderada por Mariano Beser, uma liderança crítica ao PCB e ligada às Ligas Camponesas, organização que, como vimos no item 2.3, possuía uma ala militar e recebia forte influência da perspectiva foquista. Os autores relatam episódios de insinuações de fuzilamento de um administrador da fazenda, à semelhança dos *paredóns*, da Revolução Cubana. Além dos camponeses supracitados que participaram desta experiência e que posteriormente integraram o grupo liderado por Padre Gerson, houve outros dois camponeses (os irmãos Joaquim e Silvio Salomão) que, após terem participado da ocupação de 1961, foram acusados de, em 1969, terem liderado um grupo de camponeses responsável pelo justicamento de um militar acusado de grilagem na Fazenda Lagoinha, também em Cachoeiras de Macacu, na região limítrofe com Teresópolis (SILVA, 2018). Não foi possível apurar qual era a ligação entre um caso e outro, mas futuras pesquisas poderão elucidar o caso.

mas, por não ter sido preso em função da ocupação²¹¹, não chegou a prestar depoimento sobre o fato. Permaneceu, no entanto, nas redondezas até adquirir o lote em Nova Ribeira²¹². Gerson e *Vitor* iniciaram em conjunto a construção de uma casa para produzir farinha. Embora não tenha sido concluída, a iniciativa fortaleceu ainda mais a relação de apoio mútuo entre o padre e a família de *Márcio*. Em depoimento atribuído a *Vitor*, depois de preso, consta que o depoente foi “recrutado” entre o final de 1967 e o início de 1968 pelo então padre Gerson,

que angariou a simpatia dos moradores, prontificando-se a realizar missas regulares na residência de cada um deles, se mostrava generoso e prestativo, arranjando remédios, vagas em hospitais, etc, conquistando com isso a confiança dos moradores da localidade, inclusive do depoente e de seu sogro, *Márcio* (...) Padre Gerson começou a doutrinação de alguns moradores (...) pregando a subversão da ordem pelo emprego da força e a derrubada do governo pela ação violenta²¹³.

Atente-se para a utilização de uma linguagem característica dos órgãos de repressão nesse depoimento, prestado por *Vitor* sob tortura. Embora seja possível, é pouco provável que o camponês tenha usado expressões como “doutrinação”, “subversão da ordem”, “emprego da força” etc. Além disso, é possível perceber uma semelhança entre os depoimentos de *Vitor*, *Márcio* e Gerson, que confirmam a tese dos militares necessária para justificar a prisão dos depoentes.

Merece destaque a expressão “ensinar-lhes o amor ao trabalho”, no trecho do depoimento atribuído a Gerson. Guardadas as devidas ressalvas ao ambiente vulnerável em que se encontrava, que o obrigava a adaptar seu discurso ao gosto dos torturadores e a possibilidade de que a frase sequer tenha sido pronunciada, a expressão realça a perspectiva hierárquica que marcou a relação entre Gerson e os camponeses. A indicação da necessidade de ensinar a “amar o trabalho” baseia-se na pressuposição de que os camponeses não são afeitos ao trabalho, de que seu modo de vida e seu conjunto de conhecimentos não servem, portanto precisam aprender a maneira “correta” de trabalhar. Tal assimetria se estendeu também para o plano político: os camponeses precisariam “ser politizados”, ou, em outras palavras, “aprender política”, tal como “ensinada” pelos militantes, naquilo que Freire (1983; 2018) chama de ação anti-dialógica.

É notável a semelhança com outras experiências revolucionárias no mundo: o general Vo Giap, auxiliar de Ho Chi Minh na Revolução Vietnamita e autor de um manual de guerrilha inspirado no líder da revolução chinesa, Mao Tse Tung, ambos muito lido pelos militantes brasileiros, destacava a importância de os militantes se esforçarem para estabelecer boas relações com a população, especialmente com os camponeses. Ao resgatar a célebre frase maoísta de que o exército revolucionário deveria andar no meio da população com a mesma desenvoltura que um peixe nada na água, Giap destaca o ponto nove do juramento de honra do soldado vietnamita: “Nos contatos com o povo, ajustar-se a três recomendações: respeitar o povo, ajudar o povo e defender o povo (...) a fim de ganhar sua confiança e seu afeto e realizar uma perfeita aliança entre o povo e o exército” (GIAP, 1971, p. 65)²¹⁴. Note-se que, apesar dessas recomendações, não há referência à importância de uma relação simétrica com os

²¹¹ *Vitor* foi preso apenas posteriormente, em agosto de 1971, por seu envolvimento com a VAR-Palmares, como veremos na sequência.

²¹² De acordo com *Salete*, *Vitor* não recebeu o lote do Ibra, mas o adquiriu do pai de uma cunhada sua, indício da existência de um mercado paralelo de lotes de terra, mesmo após a criação do Ibra e sua Guarda Rural, cujo objetivo era justamente “regularizar” a situação dos núcleos coloniais. Destaque-se a dimensão das trocas no interior do parentesco presentes nesse mercado de terras.

²¹³ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 24.

²¹⁴ Como aponte na Introdução, amparado por Guimarães (2014), essa mesma estratégia de aproximação pela via da assistência foi utilizada depois pelas próprias forças repressivas do Estado brasileiro por meio das Ações Cívico-Sociais.

camponeses, tampouco à possibilidade de construção de um projeto político em conjunto com eles, mas à sua *conquista* para adesão a um projeto previamente definido.

Conforme Rosalina Santa Cruz, o grupo de camponeses chegou a contar com “mais de 20” membros. Isso não significa dizer que todos eles tenham se engajado na proposta da luta armada. O número dos que participavam das reuniões em que se discutiam ações propriamente armadas, conforme os depoimentos e entrevistas, varia entre sete e nove. Na primeira fase da formação do grupo, enquanto Rosalina e Gerson ainda estavam mais ligados à AP, discutiam sobre questão agrária e estrutura da sociedade: “a gente ensinava o que era socialismo, o que era sociedade de classes e tal... Eles participavam muito. Botavam isso na porta da igreja: ‘A sociedade é de classes e tal’” (Rosalina Santa Cruz, entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Essa forma de atuação política característica da AP, no entanto, não estava contemplando os anseios de Rosalina, que desejava mudanças não demoradas e considerava que a maneira como a AP atuava não levaria a essa transformação. Nesse momento, os militantes mais simpáticos ao foquismo já haviam sido desligados da organização. Isso a estimulou a buscar o engajamento em uma organização alternativa.

E o trabalho em Cachoeiras [com os camponeses] começa a crescer. E as discussões também. (...) E eu digo: “ah, eu não vou ficar na AP, eu vou para a luta armada. Eu vou para a luta armada, não tem jeito. Porque esse negócio da AP não vai acontecer nunca”. (...) Aí eu peguei e falei para o padre: “eu vou passar para a luta armada”. (...). Comecei a namorar com o Geraldo [Leite], que era o agrônomo que estava junto com a gente, que também era de AP, e resolvemos, os dois, passar para a VAR-Palmares. E eu levei o pessoal da VAR-Palmares para um contato... Enquanto isso, eu trabalhava todo dia no BNH e o Geraldo no Incra²¹⁵. Mas já sem o coração lá, sem muita... Fazendo uma coisa muito mais formal, o trabalho no BNH (Rosalina Santa Cruz, entrevista a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Apesar de Rosalina referir-se “ao pessoal da VAR-Palmares”, essa organização não existia ainda naquele momento (entre o final de 1968 e o início de 1969), embora pudesse estar em processo de articulação para sua criação, o que só veio a ocorrer formalmente, como apontado por Gorender (1987), em julho de 1969, a partir da fusão entre Colina e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Gerson, na entrevista que concedeu, também se referiu uma vez à VPR. No depoimento ao Dops, escreveu: “Nem, ao menos, sabíamos, ao certo, a que organização pertencíamos. No início, falaram que era OP não sei o que...”²¹⁶. Na continuidade de seu depoimento, Gerson assim relatou a aproximação com a proposta da luta armada:

Rosalina ficou simpática com o trabalho da promoção social, que eu estava levando na localidade de Nova Ribeira. Divergiu, todavia, do encaminhamento dos problemas rurais, dizendo que tal [a via não-armada] não levaria a coisa alguma. Ofereceu-se, então, para me colocar em contato com um “grupo” da Guanabara que haveria de ajudar-me a conduzir os trabalhos sociais na localidade de Nova Ribeira. Foi marcada uma reunião na Guanabara, na qual eu compareci com três lavradores: *Márcio*; *Renato* e *Vitor*, moradores de Nova Ribeira (...). Nessa reunião, eles pediram para que descrevêssemos a situação social de Nova Ribeira. Ficaram bastante animados em desenvolver um trabalho conjunto. Falaram que o importante não era resolver casos isolados dos moradores, mas fazer a revolução. E que esta começaria no campo, para a cidade²¹⁷.

²¹⁵ À época, o Incra ainda se chamava Ibra. Mudou de denominação em 1970.

²¹⁶ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 881. É possível que este comentário esteja também relacionado a uma tentativa de isenção de responsabilidade, dado o contexto de tortura a que estava submetido quando prestou o depoimento.

²¹⁷ Depoimento de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, Ação Penal 01/72, BNM 057, p. 882.

Os principais interlocutores de Rosalina e Geraldo nesse momento (fins de 1968 e início de 1969) eram os militantes do Colina, Amilcar Baiardi, José Roberto Monteiro, Juarez Guimarães de Brito, João Lucas Alves e Severino Viana Colon²¹⁸, sendo estes três últimos os que foram apresentados por Rosalina aos camponeses e este último o que mais se aproximou deles.

Ainda de acordo com depoimento de Gerson, foram realizadas “seis reuniões clandestinas” com o grupo de camponeses, nas casas de *Márcio* e *Vitor*, na Gleba Nova Ribeira, com a participação de Viana e Gerson. Os assuntos tratados, conforme redação do escrevente que redigiu o conteúdo da inquirição, foram:

Análise de classe, em que eram explicadas aos lavradores as classes existentes no nosso país, isto é, classes dominantes e classes dominadas; Estrutura Agrária, sendo explicada a reforma agrária sob o ponto de vista ideológico do Partido Comunista²¹⁹, isto é, a reforma agrária em termos socialistas, e não a que era preconizada pelo Ibra na época e que focalizavam ainda o Ibra como instrumento das classes dominantes²²⁰.

Em depoimento atribuído a *Vitor*, consta que Gerson e Viana afirmavam a necessidade de o povo “se unir e se preparar para a luta, pois sem união da massa não se conseguiria nada, e que fariam ações de guerrilha para derrubar o governo; que só pela força a massa poderia viver melhor”²²¹. No depoimento atribuído a *Márcio*, a descrição acerca do conteúdo das referidas reuniões é semelhante:

Padre Gerson concitava os moradores a se “reunir” para lutar pelos seus direitos; que eles deviam lutar pelas terras e que deveriam empregar a força para derrubar o governo; que deviam seguir o exemplo de Cuba, cujo povo vivia livre e que essa luta não era só daqui, mas de todo o mundo²²².

É provável que um número maior de encontros tenha havido entre os militantes do Colina (posteriormente VAR-Palmares) com os camponeses. Há também menções a uma reunião realizada na residência de Dom Clemente Isnard, sem o conhecimento deste, em um horário em que não se encontrava em casa, já que Gerson sabia como entrar no prédio, por ter ali morado antes de se mudar para Japuíba.

O depoimento de *Márcio* menciona ainda uma outra reunião realizada em uma casa existente atrás da igreja da localidade de Taboado, próximo a Japuíba. Nem ele, nem *Vitor* teriam participado, apenas vigiado o local durante a reunião, para o que teriam contado com a participação de pessoas vindas em cinco diferentes carros, indício de que pode ter sido uma reunião de militantes da organização. Um dos documentos da espionagem registra que Gerson vivia nessa localidade com uma irmã da congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, chamada Jandira Monte de Resende²²³. Em seu livro de memórias, no entanto, Gerson relata ter morado na casa paroquial de Japuíba, mas pediu pouso às freiras em uma ocasião por conta de sua segurança (CONCEIÇÃO, 2016).

²¹⁸ Aprofundarei a análise sobre ele no item a seguir.

²¹⁹ Suponho que o escrevente não esteja se referindo ao PCB propriamente, enquanto agremiação partidária, mas enquanto perspectiva política baseada na ideia de comunismo em geral, uma vez que tais militantes não militavam nem no PCB, nem no PCdoB.

²²⁰ Depoimento de Gerson da Conceição ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, em 06/10/1971. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144, p. 11.

²²¹ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 25.

²²² Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971, BNM 351, p. 36.

²²³ RPB nº 14, I Exército, em 06/02/1969. Prontuário de Gerson da Conceição. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144, p. 25.

Entrei em contato com essa congregação para saber informações sobre essa religiosa. A irmã que me atendeu confirmou a presença da congregação em Cachoeiras de Macacu naquele período e relatou a proximidade dessa ordem religiosa com a Ação Católica, especialmente com o setor juvenil (JAC, JEC, JOC e JUC), que em 1962 deu origem à AP. Ela relatou ainda que os diversos cursos de graduação em Serviço Social administrados pela congregação no Brasil foram fechados ou passados para a administração federal pela ditadura. Por fim, informou que Irmã Jandira era uma assistente social “muito revoltada com as injustiças” e que, depois de um tempo atuando como religiosa, deixou a congregação e se tornou advogada popular, tendo posteriormente falecido. Duas antigas moradoras de Nova Ribeira entrevistadas, relataram que Gerson costumava levar consigo “umas freiras” para falar com a população. Apesar desses indícios, não encontrei evidências para afirmar que havia uma participação das missionárias no grupo, o que poderá ser melhor investigado em pesquisas futuras.

No conjunto de nomes relatados nos depoimentos de Gerson, *Vitor* e *Márcio* como participantes das reuniões, são citados alguns lavradores de Nova Ribeira, aqui referenciados pelos seguintes nomes fictícios: *Márcio*, *Vitor*, *Renato* (filho de *Márcio*), *Gabriel* (genro de *Márcio*, casado com sua filha *Cláudia*), *Júlio* (vizinho, casado com uma prima) e um último sobre o qual não encontrei informações.

O grupo em formação, no entanto, não era composto apenas por camponeses. Foram também citados alguns trabalhadores urbanos de Nova Friburgo (um operário metalúrgico, um funcionário de uma Casa de Saúde e um professor) e de Magé (o irmão de Gerson, Carlos Alberto da Conceição, conhecido como Carlinhos, e sua irmã Solange da Conceição).

Conforme entrevista com uma antiga moradora, também participavam do grupo outros dois familiares de *Márcio* (o genro *Aldazir* e o sobrinho *Sérgio*²²⁴), além de Amaro de Andrade, conhecido como Amaro Barbudo. Este último residia no Parque Ribeira, ao lado da sede de Papucaia. Também participou da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, sendo indiciado no IPM que investigou esse movimento²²⁵. Segundo uma de suas filhas, no imediato pós-golpe seu pai só não foi preso porque ficou por cerca de nove meses escondido em diferentes locais (BRITO, 2018). Por esse motivo, não há depoimentos de Amaro no referido IPM. Em entrevista, Gerson relatou que contou com a ajuda de Amaro para fazer uma visita ao ex-prefeito Ubirajara Muniz, político que admirava pela liderança que exerceu no município. Amaro ajudou Gerson a localizar Ubirajara em Teresópolis, para onde havia se mudado após o golpe (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

Outro personagem central nesse caso foi Severino Viana Colon. Natural de Pernambuco, Viana foi sargento da Polícia Militar do extinto Estado da Guanabara, onde atuou como presidente da Associação de Cabos e Sargentos. Após ter desertado, entrou para o Colina. Conforme depoimento de Gerson, Viana morava em um aparelho em Magé e era responsável por mediar a relação entre os camponeses e o “pessoal da Guanabara”, ou seja, os integrantes do Colina, que viriam posteriormente a integrar a VAR-Palmares. Em seu livro, o ex-padre descreve Viana com mais detalhes: “(...) um senhor de meia idade, mulato, alto, franzino (...) Vinha de ônibus e da casa paroquial de Japuíba de jeep e o conduzia até Nova Ribeira, deixando-o na casa do Seu *Márcio* (...). Impressionou a mim e a todos os posseiros já conquistados.” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 222).

Destaco aqui o uso da expressão “posseiros já conquistados” para observar a perspectiva dos militantes (Gerson incluído) sobre o trabalho que desenvolviam com os camponeses. Freire (2018) discute justamente a ideia de “conquista” como uma característica da ação antidialógica, porque baseada em uma ideia de “colonização” do pensamento dos “conquistados”. Ele associa

²²⁴ Procurado, *Sérgio* preferiu não conceder entrevista. *Aldazir* já é falecido.

²²⁵ IPM 7.477, BNM 017.

precisamente a expressão “conquistar uma pessoa”, no sentido político, à conquista de um território por parte de um Estado colonizador, processo no qual a autonomia dos povos conquistados é submetida ao poder do conquistador: “Adesão conquistada não é adesão porque é aderência do conquistado ao conquistador através da prescrição deste àquele. A adesão verdadeira é a coincidência livre de opções”, conclui Freire (2018, p. 228). Com isso não estou concluindo que o trabalho político de Gerson e demais militantes era por completo antidialógico. A presença constante no cotidiano dos camponeses e o trabalho manual em conjunto com eles (a “co-laboração” a que se refere o autor) era uma característica em sentido dialógico da ação política e se aproximava da perspectiva posteriormente desenvolvida via CEBs.

Na continuidade da descrição sobre Viana, Gerson afirma que ele “não fumava e não bebia álcool. Portava-se como um espartano. Notava-se que era um homem de ação, não dado à teoria” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 222), duas características comuns dos militantes das organizações armadas, como discutido na introdução desta tese: a preocupação com a adequação a uma moral específica em relação ao comportamento e a fragilidade teórica que enfraquecia a qualidade da ação.

Viana desempenhou papel de liderança junto ao grupo. Em depoimento, Gerson afirmou que o ex-sargento havia conseguido “atrair a simpatia da área. Não só pela sua delicadeza, como pela sua maneira de se identificar com os lavradores”²²⁶. Sua contribuição maior foi no aspecto militar. Em depoimento anterior de Gerson há menção a duas sessões de treinamento de utilização de armas, realizadas em fins de 1968 em um local denominado “Mata do Marino”²²⁷, a cerca de 12 quilômetros da Gleba Nova Ribeira, das quais teria participado na companhia dos camponeses, sob a orientação de Viana.

De acordo com os depoimentos de *Vitor*²²⁸ e *Márcio*²²⁹, houve apenas uma sessão de treinamento, na qual Viana conduziu a “instrução de conduta” em casos de confronto com o Exército. Para isso, o grupo era dividido em dois: um fazia o papel das Forças Armadas, o outro dos guerrilheiros e um grupo precisava fazer o outro de prisioneiro. Viana ensinava ainda como montar e desmontar uma metralhadora e como consertá-la quando apresentasse algum defeito. Cada sessão durava um dia inteiro e o grupo deslocava-se no dia anterior para o local, onde acampavam. Gerson era o responsável por prover a alimentação: arroz, feijão, carne seca, pão, salsicha e farinha. *Márcio* era o responsável por prepará-la no próprio local em meio à mata. As armas ficavam escondidas em uma escavação no solo feita pelos camponeses.

Tais informações constam de forma muito semelhante nos depoimentos de Gerson²³⁰ prestados posteriormente, à diferença que este afirmou terem sido duas as sessões de treinamento. No relato atribuído a *Márcio* há ainda a informação de que Viana os teria ameaçado de morte caso algum dos participantes comentasse sobre os exercícios militares com alguém de fora do grupo²³¹. Em seu livro de memórias, Gerson acrescentou que Viana transmitia ao grupo a informação de que no futuro eles seriam transferidos para outra área onde seria instalado o foco guerrilheiro (CONCEIÇÃO, 2016, p. 223). Um antigo morador da área, que foi coroinha e amigo de Gerson, em uma entrevista nos relatou como foi preparado o ambiente para o treinamento:

²²⁶ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 883.

²²⁷ Marino era o nome do administrador da Fazenda São José da Boa Morte, vizinha à Gleba Nova Ribeira.

²²⁸ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 26.

²²⁹ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971, BNM 351, p. 37.

²³⁰ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, em 06/10/1971. Arquivo Nacional, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.357, UD 144, p. 12.

²³¹ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971, BNM 351, p. 38.

Dentro da mata eles fizeram um galpão sem derrubar um pau. Entendeu? Não derrubaram um pau. Para não mexer aqui, trouxeram de lá [de fora] os varões e amarravam o varão numa árvore, arrumaram um lugarzinho estratégico, eles fizeram uma cobertura, para as reuniões, [de modo que] quem passava por cima [sobrevoando] não sabia. Só se viesse por baixo. (...) Vinha muita gente de fora (Antigo morador, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga Brito, Marubá, Cachoeiras de Macacu/RJ 08/11/2014).

Viana coordenava ainda outro trabalho em Magé, com uma família de pescadores, cuja finalidade, segundo depoimento atribuído a Gerson, era “aliciar rapazes desempregados, na cidade de Magé, e iniciá-los no trabalho da pesca e, ao mesmo tempo, dar-lhes uma consciência política e ideológica”²³². *Mateus*²³³, antigo militante do Colina, relatou ter passado alguns meses de 1969 nesse local:

(...) A gente estava indo para Magé para fazer um trabalho na região e fomos eu e mais um outro que era um garoto que era militante do movimento estudantil no Rio de Janeiro²³⁴. E na verdade se ambientar na região. Era essa a orientação. Inclusive eu acho que a direção tinha certos planos com a gente – porque volta e meia tinha uma pessoa da direção nacional com a gente – (...) [no sentido] de a gente estar sendo preparado para a área. Estávamos digamos que fazendo uma espécie de estágio ali em uma região de campo. (...). Trabalhávamos, ajudávamos lá essa família (*Mateus*, entrevista a Fabricio Teló, Belo Horizonte, 20/12/2015).

Ao falar da relação que Viana estabelecia com os pescadores, complementou: “Percebia-se que eram companheiros”. *Mateus*, no entanto, relatou não ter conhecimento da iniciativa em Cachoeiras de Macacu devido à estagnação. Esta outra atividade liderada por Viana evidencia a diversidade de formas por meio das quais as organizações buscavam se enraizar junto à população: ao mesmo tempo em que atuavam no recrutamento de estudantes e operários, os militantes buscavam aproximação também com camponeses, pescadores e possivelmente outros grupos sociais.

É indicativo desse processo o fato de que nesse aparelho de Magé, Viana contava com a parceria de Waldemar Santana de Souza, militante do PCB, que havia sido, em 1963, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, junto com Manoel Ferreira de Lima, quadro importante entre as lideranças comunistas no campo e também candidato a prefeito pelo partido em 1950 (RIBEIRO, 2015). *Mateus* conta que lhe chamava atenção o fato de que os filhos de Waldemar tinham nomes que homenageavam lideranças soviéticas importantes, como Lenin e Stálin. Este último, Luiz Stálin Santana de Souza, à época com 17 anos de idade, chegou a ser preso após a captura de Viana e foi obrigado a depor no inquérito que investigava as “ações subversivas” do Colina²³⁵. Waldemar não chegou a ser preso naquele

²³² Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 883. Atente-se para o fato de que Viana já havia sido morto no momento do depoimento de Gerson. Era uma estratégia dos presos a atribuição do máximo de responsabilidade possível para pessoas que já não estivessem mais vivas ou livres a fim de diminuir a probabilidade de novos militantes serem capturados.

²³³ *Mateus* iniciou sua militância ainda pelo movimento estudantil no Colina, em Belo Horizonte, onde conheceu Carlos Alberto Soares de Freitas, que veio a ser a principal referência da VAR-Palmares. Perseguido pela repressão na capital mineira, migrou ao Rio de Janeiro para militar já na clandestinidade.

²³⁴ O entrevistado disse não se lembrar do nome do referido militante.

²³⁵ Depoimento de Luiz Estelio Santana de Souza ao IPM da OPM [Colina], BNM 233, pp. 107-111. Repare-se que os militares substituíram o segundo nome Stálin, como consta em sua certidão de nascimento, por Estelio, possivelmente pela recusa a usar um nome soviético (Certidão de nascimento de Luiz Stálin Santana de Souza, Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_N8_0_PSN_IVT_0002_d30028). Em entrevista, Luiz denunciou que tal depoimento foi dado sob tortura e que a versão que consta no inquérito foi, na sua quase totalidade, redigida de

momento porque conseguiu fugir assim que soube da prisão de Viana²³⁶. Em entrevista, Gerson relatou que, por sorte, não foi preso junto com Viana, pois no dia de sua captura, Gerson tinha ido até o aparelho para pegar dinheiro para a construção da casa de farinha em parceria com *Vitor*, mas saiu antes de os militares chegarem. Ele conta ter sido o último companheiro de militância que Viana encontrou antes da prisão.

Viana parece ter sido uma figura central na estratégia da Colina de se aproximar da população e recrutar para a organização não apenas camponeses, mas novos militantes em geral. Isso se percebe tanto pelos documentos da repressão, como pelas entrevistas. No IPM que investigou o Colina, um dos relatórios parciais afirma:

Na Guanabara destacou-se Severino Viana Colon, revolucionário profissional, experiente e audacioso, participante ativo de quase todas as expropriações realizadas pela OPM [Colina]. Como justificar a presença de um expropriador experiente, um líder capaz, um combatente ativo como Viana Colon, em Magé, longe dos acontecimentos urbanos de sua organização? Nos parece lógico que os recursos já capitalizados pela OPM tenham encontrado em Viana Colon o homem e em Magé o endereço certo [para] a guerrilha²³⁷.

Segundo o inquérito, com Viana foram planejadas ainda algumas expropriações armadas, como um assalto a uma agência do extinto Banco do Estado do Rio de Janeiro em Duas Barras e à fábrica de tecidos América Fabril, em Magé. De acordo com o que consta no depoimento atribuído a *Vitor*²³⁸, na reunião realizada na casa de Dom Clemente Isnard, teriam participado outros dois rapazes, sobre os quais não localizei informações. A pedido de Gerson, *Vitor* e *Renato* teriam chegado a deslocar-se a Duas Barras para “fazer o reconhecimento” do local e verificar se havia mata disponível para a fuga após o assalto. Tendo sido constatada a inviabilidade de ambos os intentos, o grupo teria abandonado a ideia. No mesmo depoimento, consta ainda que os camponeses do grupo foram consultados se poderiam armazenar em suas casas os tecidos expropriados da América Fabril, mas responderam negativamente. Por isso, tampouco esse plano foi executado. Viana foi preso em maio de 1969 e morto nas dependências da 1ª Companhia da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro.

4.3.4 As diferentes dimensões do engajamento

Como propõem Benford e Snow (2000), Cefaï (2001) e outros autores baseados na perspectiva dos quadros proposta por Goffman (2012)²³⁹, o engajamento em movimentos sociais passa por um reenquadramento interpretativo da realidade, que passa a ser vista como inaceitável e se aproxima da interpretação proposta pelas organizações de movimentos sociais.

acordo com as hipóteses dos militares e não de acordo com o que ele realmente havia falado (Luiz Stálin Santana de Souza, Magé/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Felipe Ribeiro, 07/05/2017).

²³⁶ Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969, BNM 233, p. 114. A esposa de Waldemar, Luiza Aquino Santana se viu na responsabilidade de cuidar sozinha de seus 13 outros filhos enquanto Luiz Stálin estava preso e Waldemar foragido. Ela relatou a aflição na petição de habeas corpus enviada ao STM por meio do advogado Heleno Fragoso (Gueiros relatará no STM habeas corpus da Susipe, *Correio da Manhã*, 16/08/1969).

²³⁷ Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969, BNM 233, pp. 113-6.

²³⁸ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, pp. 32-3.

²³⁹ O enquadramento a que se refere Goffman (2012) é forma como ocorre a definição de uma situação, o que se dá sempre de acordo com determinados princípios de organização que orientam as pessoas a definirem do que se trata a situação em que se encontram e, a partir disso, decidirem qual deverá ser o melhor comportamento a ser adotado.

Da mesma forma, a adesão à luta armada como forma de atuação política é condicionada por uma mudança de enquadramento em relação às ações armadas.

Se partirmos do pressuposto de que antes da aproximação às organizações armadas as pessoas enxergavam o uso de violência na política como algo negativo, como é comum acontecer, poderíamos dizer que, no caso em tela, a adesão à luta armada passou por um processo de mudança na forma de enquadrar as ações armadas: não mais como imorais, mas como necessárias para libertar-se das opressões, especificamente aquelas exercidas pelo regime político autoritário vigente no país naquele período.

Utilizo a palavra pressuposto para levar em consideração a possibilidade de que uma visão não negativa da violência já pudesse existir antes da aproximação com as organizações armadas, de modo que a ideia de um completo reenquadramento pode ser relativizada. Aliás, os novos significados incorporados geralmente se acomodam junto aos já existentes, que não desaparecem por completo de uma hora para outra. Alguns trechos da entrevista de Gerson são exemplos:

O Renato era um paraíba muito violento, muito bravo, (...) destemido. (...). Seu Márcio gostava muito do Viana. (...) Gostava muito de armas. Eles eram encantados. E o Viana tinha armamento pesado. (...) Numa das festas que aconteciam no galpão que construímos, a cachaça e jogatina de dados começou a rolar. E eu fiquei com medo. Eu pensei: “Eu já estou manjado. Se sair uma morte aqui dentro, eu...” Chamei o seu Márcio e disse: “Seu Márcio, não dá mais, não. Olha a confusão!” E aí, o seu Márcio falou: “Olha, vamos fazer o seguinte: na próxima vez, o senhor vem armado, que nós vamos organizar esse diabo. Não cancela a reza, não. Nós vamos botar ordem aqui”. E assim fizemos. O primeiro que fez confusão, eles amarraram e jogaram dentro de uma vala. O cara ficou 24 horas dentro da vala. Só soltaram no dia seguinte. Aí, não houve mais briga (Gerson da Conceição, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, Rio de Janeiro, 06/05/2015).

Tse Tung (2011, p. 29), em seu texto sobre o movimento camponês da província da Hunan em 1927, descreveu as chamadas “interdições proclamadas pelos camponeses”, a partir das quais os próprios camponeses passaram a proibir comportamentos considerados “indecentes” a fim de manter uma determinada ordem. Com frequência, precisavam usar da violência para fazer valer suas decisões, “excessos” necessários para “proibir a crítica malévola às associações camponesas”. No caso dos camponeses de Nova Ribeira, embora não houvesse uma “associação” tal qual as existentes na China pré-revolucionária, utilizou-se da violência a fim de estabelecer-se uma determinada ordem, ou, nas palavras de Benjamin (2011), “instituir um novo direito”.

Outro exemplo (que deve ser lido com as devidas relativizações) é um trecho de um ofício trocado entre militares a respeito de Vitor: “gabava-se em Papucaia de possuir armas para a revolução que estava prestes a eclodir”.²⁴⁰ Observe-se que este último exemplo precisa ser lido com mais cuidado tendo em vista a fonte. Não era comum que os engajados na luta armada propalasse aos quatro ventos sua adesão justamente por questões de segurança. Era possível que Vitor se gabasse de ter armas, mas pouco provável que dissesse publicamente que eram para a revolução. Sua viúva Salete relata que naquele momento nem mesmo com ela Vitor comentava sobre a luta armada revolucionária.

²⁴⁰ Ofício 314/2ª Sec, do major Ênio de Albuquerque Lacerda, comandante da Primeira Companhia da Polícia do Exército, para o Tenente Coronel Ary Pereira de Carvalho, responsável pelo Inquérito Policial Militar que investigou a Organização Político Militar (OPM), também conhecida como Colina. BNM 233, pp. 54-55.

Os exemplos trazidos acima sugerem que tais camponeses não tinham uma compreensão do uso de armas ou de determinadas formas de violências como algo necessariamente imoral²⁴¹. O reenquadramento, portanto, não era relativo ao uso da violência em si, que parecia lhes ser próxima, mas do sentido do seu uso, agora coletivo, organizado e voltado para uma finalidade política. Nesse sentido, embora pudesse haver uma disposição prévia para uma forma de atuação com uso de violência, a interlocução com militantes já engajados em organizações pautadas pela via da luta armada forneceu tanto ao padre como aos camponeses argumentos que justificavam e davam legitimidade a essa forma de atuação.

Gerson procurou explicitar o sentido do termo ao se referir à personalidade de *Renato*: “Quando eu digo violência, não é violência de bandido. Quero dizer que o cara era destemido”. Ele diferencia, portanto, uma violência que considera ilegítima, imoral e condenável (“de bandido”), da violência positivada, sinônimo de coragem, de disposição, em última instância, aquela que, como diz Fanon (1968), liberta da opressão e à qual os camponeses estariam mais propensos, por serem os mais explorados e não terem “nada a perder” (FANON, 1968, p. 46).

Salete também comentou que ele “não tinha medo de nada”. Esta coragem descrita pelos entrevistados em relação a *Vitor*, *Márcio* e *Renato* foi fundamental para o seu engajamento. Em sentido inverso, aqueles que temiam ser objeto de repressão, acabaram não se engajando, como contou este outro camponês: “Não tive nada a ver com isso. Sabe como é, a gente tem medo” (Antigo morador, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga, 08/11/2014). De acordo com a perspectiva de análise do processo de engajamento, tal como referida por Silva e Ruskowski (2016), essa disposição de *Vitor*, *Márcio* e *Renato* precisaria ser “disparada” ou estimulada pelos mediadores (no caso em questão, os militantes) para dar início ao processo de engajamento.

Salete também estabelece uma diferenciação entre diferentes tipos de ações contestatórias. Ao ser perguntada sobre a participação do então marido na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, negou veementemente que ele tivesse participado “daquela lambança toda”²⁴². Ao ser informada de que os documentos do IPM que investigou a ocupação da fazenda apresentavam o nome de *Vitor*, respondeu de imediato, expressando o que Jasper e Godwin (2006) chamam de emoções morais: “Mentira! Mentira! O meu marido, ele foi um revolucionário, não vagabundo”²⁴³. Percebe-se, portanto, uma visão da ação coletiva via ocupação de terra como sinônimo de imoralidade, de algo condenável e depreciativo e da luta armada como uma atuação com um sentido moralmente respeitável.

Para Benford e Snow (2000), as significações atribuídas pelos membros dos movimentos sociais a seus antagonistas, a eles mesmos e aos que os rodeiam, não são algo dado, ao contrário, são produzidas de maneira processual pelos atores. O *framing*, portanto, é uma construção de significados, um “fenômeno ativo e processual que implica agência e contestação

²⁴¹ Nordstron e Robben (1995) destacam que a violência é uma dimensão inerente à própria existência humana e também a própria definição do que é ou não uma prática violenta varia no tempo e no espaço, daí a necessidade de superar uma visão essencialista da ideia de violência.

²⁴² Há uma disputa em torno da construção da memória da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte. Por um lado, há um esforço por valorizar essa experiência como um avanço das lutas sociais com vistas à redução das desigualdades sociais, atribuindo uma valoração positiva à iniciativa dos que participaram da ocupação. Por outro lado, dando ênfase aos saques realizados pelos ocupantes em comércios locais e ao abate de animais da fazenda para sua alimentação, há uma visão de que tais sujeitos foram responsáveis por promover desordem e transtorno à vida dos residentes no município. Ao referir-se ao episódio como “lambança”, *Salete* demonstra alinhar-se ao discurso do segundo grupo. Os motivos que levaram a essa narrativa podem ser vários, inclusive o medo de ter sua imagem também associada à ideia de desordem.

²⁴³ É possível que *Salete* soubesse da participação do marido e tenha negado para preservar sua imagem, como também é possível que não soubesse já que o conheceu alguns anos depois do episódio e era criança na época da ocupação. O que nos interessa aqui, no entanto, é a moralidade em questão.

no nível da construção da realidade” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614). Os autores propõem, então, o conceito de “*frames* da ação coletiva”, isto é, os produtos resultantes do *frame alignment*. Por meio deles,

os adeptos dos movimentos negociam um entendimento compartilhado de alguma condição problemática ou situação que eles definem como tendo que mudar, fazem atribuições demarcando de quem é a culpa ou qual é a causa dos problemas, articulam um conjunto de alternativas combinadas, incitam outros para agir com vistas a contribuir para a mudança (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615).

A “condição problemática”, no caso, é a maneira autoritária como os agentes do Estado chegaram ao poder e se relacionavam com a sociedade civil. Especificamente em relação aos camponeses, a expulsão das famílias cujo lote fosse considerado irregular e a violência que marcava essas ações eram os principais elementos que compunham essa condição problemática que foi definida como “tendo que mudar”. A “culpa” seria dos “latifundiários” (categoria que lhes chega por intermédio do próprio engajamento político) e dos militares e a causa seria o golpe de 1964. A luta armada, portanto, seria a alternativa para a mudança.

As características até aqui apresentadas sobre os *frames* da ação coletiva são apontadas pelos autores como predicados constantes, invariáveis, mas haveria também um conjunto significativo de características variáveis que constituiriam os *frames* da ação coletiva, dentre as quais destaca-se o grau de ressonância, ou seja, a capacidade de mobilização. O grau de ressonância varia conforme a credibilidade do *frame* que o movimento social está promovendo, o qual depende de três fatores: consistência, credibilidade empírica e a credibilidade dos articuladores do *frame* e das lideranças dos movimentos (*claimsmakers*). Não é mero detalhe, portanto, a relação de proximidade que Gerson construiu com os camponeses, tentando ser-lhes simpático, ajudando-os quando precisavam e criando laços de amizade. Isto foi condição para garantir a credibilidade de Gerson no processo de criação do *frame* da ação coletiva que definiu a ação armada como a estratégia a ser adotada.

Em entrevista com um antigo morador, que acompanhou o processo e era amigo de boa parte das pessoas que compunham o grupo, perguntei o que motivou os camponeses a aderirem ao convite das lideranças do grupo. Ele respondeu: “Eles davam bicicleta novinha para o camarada, espingarda nova, rifle novo”. De fato, no depoimento atribuído a Vitor²⁴⁴, consta que ele e Renato ganharam bicicletas novas de Gerson. Apesar de o entrevistado ter indiretamente atribuído a adesão dos camponeses a um ganho material imediato, não notei em sua fala, pelo contexto, uma tentativa de deslegitimar o engajamento dos que o fizeram. Não foi o caso de Elza, antiga moradora, irmã de um camponês que se engajou no grupo. Ela usou o argumento da adesão interesseira ou condicionada a uma vantagem utilitarista para deslegitimar o ato de se engajar:

No tempo em que eu morava nos “Duzentos Alqueires”, que agora se chama Marubaí, eles [Márcio e família] moravam lá. Aí entraram uns comunistas lá naquele tempo. Os comunistas eram escondidos. E eles [a família de Márcio e os demais que se engajaram], pobres, preguiçosos [palavra falada com ênfase], não tinham coragem de trabalhar mesmo... [Os comunistas] ofereceram muita coisa boa para eles, dinheiro, comida... Na época do Padre Gerson. Aí eles entraram nessa (Elza, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista em 11/02/2015).

Como veremos na sequência, Elza e seu marido tentaram várias vezes convencer o irmão, Aldazir, a se desvincular do grupo. Como se percebe-se no comentário, Elza possuía uma posição contrária à perspectiva comunista. Sua narrativa evidencia a disputa pela memória

²⁴⁴ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 33.

por meio da desqualificação dos que aderiram à iniciativa. Embora seja plausível concordar que tais distribuições de objetos favoreceram a criação de uma relação de simpatia entre os militantes e os camponeses, não é possível afirmar que elas constituem o único fator explicativo do engajamento dos camponeses ao grupo. Para interpretar esse aspecto, baseio-me em Quirós (2009), cuja interpretação do ensaio sobre o dom (MAUSS, 2003) sustenta que a exigência e interesse de recompensa em relação a uma ação não anulam a voluntariedade e o desinteresse do ato, sendo necessário pensar em outras categorias analíticas para entender o engajamento. A dimensão emocional do “prazer de fazer”, nesse sentido, é uma chave analítica importante para compreender as decisões relacionadas ao envolvimento político. Desse modo, não foram apenas as doações de bicicletas, armas, dinheiro e comida que mobilizaram os agricultores de Nova Ribeira a aderirem ao grupo liderado pelo padre. O entusiasmo com a construção da casa de farinha, a alegria em ver a capela pronta, o respeito criado pela ação de Gerson em favor dos vulneráveis e o prestígio adquirido a partir da amizade com uma autoridade religiosa expressa na figura do padre constituíram “prazeres” que alimentaram uma intensa troca de afeto entre eles e o sacerdote e serviram como um estímulo à participação nas atividades promovidas por ele.

Wood (2001, p. 272) também destacou a dimensão do prazer como chave para entender a participação dos camponeses na guerrilha de El Salvador nos anos 1980: “uma vez que a conquista do acesso à terra não requeria participação [na guerrilha], sustento que o prazer da agência [ou os ‘benefícios emocionais’] era cada vez mais a principal motivação dos participantes [para permanecer engajados na luta]”. Conquistas como o acesso à terra e a criação de cooperativas foram percebidas como fontes de orgulho para os camponeses salvadorenhos. No caso do Colina, de acordo com conversas com os entrevistados, os “benefícios emocionais”, como o “prazer de agência” ou “prazer de fazer” também foram um fator de motivação para a adesão à organização. No entanto, diferentemente do caso de El Salvador, para os agricultores aqui em questão, os benefícios foram baseados mais em camaradagem e lealdade, do que em orgulho por alguma realização, uma vez que o movimento foi suprimido logo após a criação do grupo, sem conquistar nenhuma vitória, mesmo que parcial. Tais análises aproximam-se da perspectiva retributiva a que se referem Silva e Ruskowski (2016).

Para além da dimensão do “dom”, que exige algo em troca, a bicicleta pode ser vista também como um instrumento necessário para o próprio processo de mobilização. Considerando-se que na época os camponeses não dispunham de telefone, seja fixo ou móvel, muito menos de carro, a bicicleta poderia facilitar muito os deslocamentos necessários para a articulação do grupo (agendamento de reuniões, avisos, conversas etc). Perguntado sobre quem dava as bicicletas, o entrevistado, inicialmente, disse não saber. Depois disse: “Quem dava era justamente o...” E deixou a informação no ar. Percebeu-se claramente uma preocupação em não nos dar informações que pudessem prejudicar as lideranças do grupo. O entrevistado também afirmou que não participava do grupo. Esta era uma tônica em quase todas as entrevistas realizadas no trabalho de campo da pesquisa. Como o tema objeto de análise ainda é relativamente próximo, há uma notável preocupação dos atores envolvidos em evitar constrangimentos para quem quer que possa sofrê-los, inclusive para o próprio entrevistado.

Ao mesmo tempo, embora o entrevistado tenha afirmado que não compunha o grupo, relatou ter aceitado o pedido de ajuda de membros do grupo para esconder armas:

Dentro da minha casa mesmo ficaram dois rifles, mais de dois meses dentro da minha casa, o cara mandou guardar. Chegava [panfleto] e papai mandava botar fogo. Papai era semianalfabeto, mas tinha boa cabeça (...). Nós vivíamos no foco mesmo. Em volta todo mundo participava”. (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubá, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Esse relato nos fornece um indício de que havia quem não se engajava diretamente no grupo, mas constituía como que uma rede de apoio logístico, necessário para a organização, evidenciando assim a existência de distintos graus de engajamento. O simples fato de não denunciar e concordar em guardar armas supõe, no mínimo, alguma concordância com a iniciativa. Embora tal cumplicidade pudesse estar mais baseada nas relações pessoais de camaradagem ou reciprocidade com os vizinhos participantes do grupo do que necessariamente em um entendimento político de que era necessário fazer uma revolução, o fato de receberem panfletos e queimarem é um indício de que havia uma compreensão mínima do que representavam aqueles materiais em termos políticos e dos riscos que eles implicavam. É presumível, portanto, que esses camponeses possuíam algum conhecimento, ainda que precário, a respeito dos objetivos políticos do grupo em formação naquele momento e o apoiaram de forma indireta.

A despeito da ênfase desse entrevistado na amplitude do engajamento dos camponeses, com a ideia de que “em volta todo mundo participava”, houve vários outros relatos de camponeses que não o fizeram. Trata-se do não-engajamento sobre o qual reflito nas considerações finais desta tese. “Eles me chamavam, mas eu não ia”, afirmou um antigo morador. *Henrique*, cunhado de *Vitor*, conta que era convidado para essas atividades, “mas não frequentava. Andei indo lá umas duas ou três vezes só para atender o convite, mas eu não tinha tempo porque trabalhava direto. Como eu sou evangélico, eu não frequentava esse tipo de ambiente” (*Henrique*, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, Jardim Primavera, Duque de Caxias/RJ, 18/09/2015).

Merece destaque a expressão “só para atender o convite”, na qual está implícita uma obrigação entre vizinhos de responder positivamente aos convites uns dos outros, característica da lógica camponesa a que se refere Sabourin (2009; 2011) em seus estudos de reciprocidade. A participação de *Henrique* nas atividades promovidas por Gerson e o grupo poderia representar um primeiro passo em um eventual processo de engajamento, mas estava longe de constituir qualquer adesão. É possível que dentre os “mais de 20” camponeses a que se referiu Rosalina como participantes do grupo, estivessem incluídas figuras como *Henrique*, cuja participação estava mais vinculada a uma relação de boa vizinhança com *Márcio* e os demais vizinhos, do que necessariamente com uma identificação política. Tal interpretação dos fatos por parte de Rosalina ajuda a compreender o otimismo característico dos militantes das organizações armadas daquele momento em relação à viabilidade e à proximidade da revolução, o que acabou por frustrá-los quando esta “faltou ao encontro”, como resumiu Reis (1990).

Um relato mais detalhado sobre o que pensavam os camponeses que não se engajaram foi feito por *Elza*, irmã de *Aldazir*, um dos participantes do grupo. Segundo ela, seu falecido marido era contrário ao envolvimento do irmão: “Meu marido não era estudado, mas era inteligente. Ele dizia: ‘Como a pessoa vai fazer alguma coisa contra o governo? Não está vendo que é furada, coisa de comunista? Que poder a gente tem para ficar contra o governo?’” (*Elza*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló, 09/05/2019). Ela conta ainda que seu marido o estimulava a deixar o grupo, alertando para o risco de ser preso, mas Natanael estava convencido e contra-argumentava dizendo que “mais tarde [a iniciativa do grupo] ia dar uma grana boa pra gente”. Um dos argumentos acrescentados por ela para justificar a não adesão à proposta do grupo era o fato de que “eles [os participantes do grupo] invadiam, tomavam as terras das pessoas”, prática que considerava incorreta. Embora não tenha havido nenhuma ação de ocupação de terra por parte do grupo, a explicação para essa associação estabelecida por *Elza* está no fato de que alguns dos membros do grupo, dentre eles *Vitor* e

Amaro Barbudo, haviam participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963, igualmente reprimida pelo Exército²⁴⁵.

Nas conversas que estabelecemos com antigos moradores da localidade, diferentes interpretações sobre o processo são evidenciadas. Em uma delas estavam presentes diversas pessoas que haviam morado na localidade à época dos acontecimentos. No momento em que uma senhora se referia aos “comunistas” que haviam entrado lá, uma outra senhora a interpelou: “Disseram que eram comunistas, né?!”, ou seja, quis evidenciar que havia controvérsias sobre se tais figuras eram ou não comunistas. Notei um tom pejorativo no termo, como um xingamento. Na sequência da conversa, *Elza* questionou até mesmo se Gerson era realmente padre ou não:

Esse padre, ele não era padre. Ele se vestia de padre. Levava as mulheres vestidas de freira lá para o meio do mato lá, para fazer as desgraças lá, com os pobres morrendo de fome, não tinham coragem de trabalhar. Eles [Gerson e companheiros] chegaram lá, davam dinheiro, davam comida, davam tudo e entraram nessa. Eu morava lá nesse tempo, com meu marido. E meu marido falou assim: “Eu, entrar nessa? De jeito nenhum!” A gente pulou fora (*Elza*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló, Ricardo Braga Brito e Alberto Santos, 11/02/2015).

Perguntada sobre o que eram as desgraças a que se referia, a entrevistada respondeu: “Ah, era que eles levavam as mulheres vestidas de freira”. É possível que esteja se referindo à Missionárias de Jesus Crucificado a que me referi anteriormente, mas não encontrei evidências concretas para afirmar. Na sequência do comentário da antiga moradora anteriormente citado, estabeleceu-se um diálogo entre as duas mulheres:

- Aquilo não era freira coisa nenhuma. Era só para enganar o povo!
- Padre Gerson que era o cabeça do movimento.
- E o seu *Márcio*, muito bobão...
- Seu *Márcio*, muito católico, foi na onda. A pessoa é católica, é da Igreja, mas não pode ser tanto bobo assim igual eles eram. Ele foi na onda. Padre Gerson era como um deus pra eles (Diálogo entre duas antigas moradoras de Marubá, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

Perguntadas se havia muita gente que participava dos encontros promovidos pelo padre Gerson, ambas foram enfáticas: “Não! A gente não participava. Um vizinho nosso participava, mas saiu fora”. Chama atenção o medo das entrevistadas em serem enquadradas também como comunistas, porque a pergunta foi: “Havia muita gente que participava?” E elas entenderam como se fosse (ou desconfiaram que fosse) uma tentativa de incriminá-las por terem participado também do grupo, o que poderia lhes trazer problemas. Esse medo não existe por acaso. É fruto de um processo no qual muitas pessoas sofreram os efeitos colaterais da repressão às lideranças, como veremos no item 4.3.5.

Houve ainda um camponês que, além de não aderir, denunciou a família de *Márcio* ao Dops por ocupação indevida de um lote. Paradoxalmente, foi o caso de uma liderança sindical do pré-golpe, perseguido político por ter participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963. Segundo o relato de um filho desta liderança, a denúncia teria sido feita porque

²⁴⁵ Para os militares havia uma relação direta entre ocupações de terra e formação de grupos de guerrilha, conforme se nota no trecho a seguir do inquérito que investigou o PCB: “Todos os movimentos inspirados no marxismo-leninismo adquirem uma tendência mais acentuada para violência e ação armada. *As invasões de terra por grupos armados constituem escolas e preparação para a guerra de guerrilhas*” (IPM 709, vol. 2, p. 258-259, grifos nossos).

“os paraibas” (forma como se referiu à família de *Márcio*²⁴⁶) teriam ocupado um dos lotes de seu pai, enquanto este esteve preso. Ao sair da prisão, irritado com o fato, teria denunciado os ocupantes. Ele também desconfiava da veracidade do sacerdócio de Gerson, tendo em vista os armamentos levados por ele até a localidade (Filho de uma liderança do pré-1964, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Ricardo Braga Brito, 12/02/2015). Ainda que a denúncia não tenha sido referente à tentativa de formação de um grupo de guerrilha especificamente, o fato de este camponês estar a par da distribuição de armas e de ter dirigido a queixa da ocupação irregular do terreno à polícia política e não ao então Ibra, ou à delegacia regular, é um indício de que parte dos próprios camponeses se opunham ao projeto político em construção²⁴⁷.

Conforme relato de *Salette* e *Cláudia*, filhas de *Márcio*, o grupo era composto apenas por homens: “tinha essas reuniões e a gente não sabia o que estava acontecendo. A gente não participava de nada. Eram só homens”. Para justificar a saída para reuniões, *Cláudia* relata que *Márcio*, *Vitor* e *Gabriel* justificavam suas saídas dizendo que iam para reuniões dos Alcoólicos Anônimos, já que seu marido, *Gabriel* tinha problemas com alcoolismo. *Salette* e *Cláudia* contam ter ficado sabendo do que se tratava nessas reuniões “quando estourou”, ou seja, quando chegou a repressão.

Destaca-se nesse caso a centralidade da formação católica presente em três das principais personagens envolvidas no processo: um padre, uma antiga militante da JUC e da AP e um camponês muito devoto. Ao mesmo tempo, essa religiosidade conflitava com a perspectiva ateuista que marca boa parte da militância comunista, baseada na famosa frase, muitas vezes descontextualizada, de Marx (2010, p. 145): “A religião é o ópio do povo”. Geraldo Leite, ex-marido de Rosalina, narrou um episódio em que essa conflitualidade se expressou, quando Calino Pacheco Ferreira Filho (codinome Artur ou Mangabeira) militante do Colina e posteriormente VAR-Palmares,

começou uma discussão com o seu *Márcio*, tentando mostrar o marxismo e o leninismo. Porque seu *Márcio* sempre falava muito na religião e tal. E ele então, achou por bem, que deveria conscientizá-lo de que a religião é o ópio do povo e tal. O seu *Márcio* começou: “Não, veja bem...” “Não, seu *Márcio*, o senhor observa assim, veja bem...” Todos aqueles princípios leninistas... Ficaram horas nisso. Quando ele [Calino] foi embora, que eu voltei com o seu *Márcio* – e eu tinha uma amizade mais com o seu *Márcio* – ele [*Márcio*] virou e falou assim – “Coitado. Esse menino é garoto novo. Ele não sabe nada. Está falando bobagem, que Deus não existe”. (Geraldo Leite, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros, São Paulo, 13/01/2015).

²⁴⁶ Atente-se para a dimensão pejorativa do termo “paraíba” como sinônimo de imigrante nordestino, indício de que a família de *Márcio* precisava lidar com certa xenofobia entre seus próprios pares em função de sua origem geográfica.

²⁴⁷ O apoio camponês às forças contrarrevolucionárias esteve presente também em outras experiências, a exemplo da Nicarágua durante a experiência revolucionária sandinista na década de 1980. Segundo Maciel (2013), a postura desses camponeses opositores se explica, dentre outras razões, por uma série de medidas tomadas pelo governo sandinista, dentre as quais destacam-se a substituição da forma tradicional de organização camponesa pela cooperativização da produção, o controle econômico sobre a comercialização de seus produtos, o envio de líderes urbanos ao campo para coordenar projetos sem a participação dos líderes locais, a desapropriação de terras dos próprios camponeses e o recrutamento forçado de jovens rurais para compor o Exército Popular Sandinista, além de “milícias e batalhões de luta irregular”. Em reação a isso, muitos camponeses se somaram ao exército oponente ao sandinismo, alguns em posição de liderança. Tse Tung (2011) também relata um processo de adesão de camponeses chineses a atividades contrarrevolucionárias quando da derrota sofrida pelos comunistas em 1927, na qual as milícias, que haviam sido formadas pela adesão forçada dos camponeses, acabaram se tornando um instrumento dos senhores de terra contrários à revolução.

Em entrevista concedida no âmbito desta pesquisa, Calino demonstrou que tal conflitualidade ainda persistia, ao referir-se a *Márcio* como “uma figura interessantíssima, aquele camponês oriundo do nordeste, com muita sacação, muita percepção das coisas, mas ao mesmo tempo muito supersticioso” (Calino Pacheco Ferreira Filho, Porto Alegre/RS, entrevista em 20/12/2017), o que exemplifica a distância a que se refere Scott (1977; 1979) entre a *intelligentsia* radical e os camponeses. Com efeito, Fillieule (2012; 2015) aponta como uma das características do processo em que se dá o engajamento justamente o tensionamento entre distintas visões de mundo que compõem a pluralidade de organizações ou associações de que os atores sociais participaram ao longo de suas *carreiras*. As organizações militantes, nesse sentido, “se compõem também de indivíduos inseridos em uma multiplicidade de lugares dentro do espaço social” (FILLIEULE, 2001, p. 207).

No caso de *Márcio*, citado no trecho acima, ele estava inserido no Colina (e depois na VAR-Palmares), mas também na Igreja Católica como fiel e nos espaços laicos da localidade de Nova Ribeira, cada qual com um conjunto de códigos e valores específicos, ora convergentes entre si, ora conflitantes. Gerson também expressa esse conflito de perspectivas em um de seus depoimentos, quando, ao explicar as razões pelas quais os planos de expropriações não foram executados, acrescentou que sua “formação cristã rejeitava tais ações”²⁴⁸.

Tais tensionamentos, no entanto, não constituem impedimentos para o engajamento. Como ponderou o próprio Marx (2009) em outro texto em que abordou o que no início do século XIX ficou conhecido como “questão judaica”, a religião em si não é impedimento para a emancipação. Para o autor, nem os judeus, nem os cristãos precisariam negar suas crenças religiosas para se libertarem das opressões. A fonte do problema, segundo ele, estava na esfera política, ou seja, no fato de o Estado servir como instrumento da classe dominante e de que a ideia burguesa de defesa do direito à liberdade era antes de tudo uma defesa do direito de propriedade, verdadeira fonte da opressão.

Moore Jr. (1983) constrói seu argumento de forma semelhante ao negar a simplificação de que as crenças religiosas impedem a insurreição popular, mas assinala que podem constituir um obstáculo significativo, como aconteceu no caso indiano em função do sistema de castas. De acordo com o autor, os comunistas daquele país iniciaram na década de 1940 um processo revolucionário na região de Hyderabad. Embora tenham tido êxito nos primeiros anos, com os camponeses se negando a pagar impostos e cumprir as ordens dos senhores rurais, em 1948 o Exército indiano os derrotou em cerca de uma semana. Essa experiência, ainda que derrotada, é apontada por Moore Jr. como prova de que é falsa a tese simplista de que o sistema de castas constitui uma barreira para a insurreição. Por outro lado, a primeira explicação apresentada pelo autor para o fato de essa experiência ter sido uma das poucas exceções nesse sentido no país é a organização social baseada nas castas, o que “fazia do governo central algo supérfluo” e “implicava uma submissão hierárquica. Se se obrigar um homem a sentir-se humilde em milhares de atos diários, ele se comportará humildemente” (MOORE JR., 1983, p. 377). Sua tese, portanto, é de que as crenças religioso-culturais dos camponeses indianos tiveram “consequências políticas definidas”, ou seja, dificultaram seu engajamento revolucionário.

Nas diversas experiências da América Latina, por outro lado, especialmente após o surgimento da Teologia da Libertação – ou Cristianismo da Libertação, como prefere colocar Löwy (2016) – as crenças religiosas contribuíram para que uma parcela, ora maior, ora menor, da população se engajasse em processos revolucionários. Nesse sentido, destacam-se figuras como o Padre Camilo Torres, na Colômbia, liderança importante do Exército de Libertação Nacional, morto em 1966, e o Padre Ernesto Cardenal, outro líder de proeminência durante a

²⁴⁸ Depoimento manuscrito de Gerson da Conceição ao Dops/GB em 10/11/1971, BNM 057, p. 883.

revolução sandinista na Nicarágua no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (BRODERICK, 1977; RÍOS, 2014).

No caso do grupo em formação em Cachoeiras de Macacu, como vimos, as crenças religiosas produziram diferentes “consequências políticas”: no caso dos católicos, facilitaram o engajamento em função do prestígio ligado à figura do padre; no caso dos evangélicos, pelo mesmo motivo, produziram o efeito inverso. Além disso, no caso dos militantes já engajados, constituíram uma fonte de tensionamento entre distintas crenças. Retorno a Fillieule (2015) para complementar a análise com a ideia de que cada etapa da biografia política dos atores sociais é delimitada por etapas anteriores que condicionam o campo de possibilidades. Daí a importância de se dar atenção às *carreiras* tanto dos indivíduos, como dos espaços que eles ocupam e dos grupos nos quais se engajaram e se desengajaram.

Exemplo disso são as trajetórias de Waldemar Santana de Souza, *Vitor* e Amaro de Andrade. Até 1964, Waldemar era um militante do PCB e atuava no STR de Magé. *Vitor* e Amaro participaram da ocupação de 1963 da Fazenda São José da Boa Morte. Os três foram obrigados a se desengajar de seus grupos em função da repressão advinda com o golpe. Essas trajetórias individuais retratam também um pouco da história dos municípios onde atuavam. Magé e Cachoeiras de Macacu foram espaços de intensa atuação do PCB desde os anos 1950, sobretudo por meio do sindicalismo. Ribeiro (2015) e Rodrigues (2015), respectivamente, analisaram esse processo nesses municípios chamando atenção para os sindicatos da indústria têxtil, no caso de Magé, e dos ferroviários, no caso de Cachoeiras de Macacu, ambos com uma relação muito próxima com os camponeses. Não é por acaso que os investigadores do IPM do Colina apontaram como um dos elementos a serem considerados na investigação sobre Viana em Magé “os antecedentes e as características peculiares dessa região”²⁴⁹. Apesar das especulações dos militares, não identificamos indicativos de que em Magé tenha se criado algum grupo para treinamento guerrilheiro, diferentemente da Gleba Nova Ribeira, onde, como vimos, houve algumas atividades treinamento. Em consonância com o que pontuou Fillieule (2015) sobre os condicionantes prévios do engajamento, ponto que o histórico das *carreiras* de Waldemar, *Vitor* e Amaro, assim como dos demais atores envolvidos dos municípios acima referenciados e o contexto em que se inseriam, favoreceram o encontro entre eles e os militantes.

Percebe-se, com base no que apresentei acima, que houve diferentes reações dos agricultores residentes na região em relação à tentativa de organização de um grupo de guerrilha. Houve quem aderiu completamente, quem simpatizou, mas não foi às últimas consequências, quem ficou indiferente e quem foi contrário, atuando no sentido de colaborar com a repressão. Além disso, há que se observar a dimensão da dinamicidade desses perfis de engajamento. Della Porta (2009) aponta para esse fator como um dos elementos a serem analisados nos estudos sobre violência política e radicalização. Uma pessoa pode ter aderido completamente e, aos poucos ter começado a se desmobilizar, como ocorreu com *Gabriel* e *Vitor*, por exemplo, em função da intensificação da repressão. Outra pessoa pode ter começado mais desconfiada e depois ter aderido com mais empenho. Foi o que aconteceu com Gerson, que, posteriormente também se desengajou. Tais exemplos ilustram como são diversas e dinâmicas as possibilidades de engajamento, daí a importância de uma visão processual e não essencialista em relação a esse objeto de pesquisa.

4.3.5 A chegada da repressão

²⁴⁹ Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969 (BNM 233, p. 114).

Embora o trabalho político de Gerson com os camponeses em geral tenha se iniciado ainda em 1967, quando chegou à paróquia, o trabalho de mobilização e de formação do grupo especificamente para a guerrilha não chegou a durar um ano: do final de 1968 a maio de 1969, quando chegou a repressão. Depois disso, um dos militantes continuou a fazer algumas visitas a alguns camponeses, mas por pouco tempo.

Ainda em janeiro de 1969, o Serviço Nacional de Informações já tinha conhecimento de “atividades subversivas” desenvolvidas pelo grupo sob a liderança de Gerson²⁵⁰. É possível que essas informações tenham sido repassadas ao SNI pelos soldados da Guarda Rural do Ibra. Conforme relato de Júlio Ramirez, antigo técnico do instituto, tais soldados repassavam constantemente informações sobre atividades suspeitas no Núcleo Colonial Papucaia. Segundo ele, havia uma “paranoia” em relação aos Grupos dos Onze²⁵¹, de modo que toda e qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra que tivessem algum grau de suspeita de proximidade com a esquerda ou com esses grupos deveria ser vigiada: reuniões com os lavradores, visitas aos lotes, tudo precisava ser controlado pelos guardas para depois ser informado ao SNI. Participavam das reuniões com a justificativa de que estavam garantindo a segurança dos participantes, mas o objetivo era o controle do conteúdo das falas:

a Guarda Rural tinha essas funções... Ela era informante do que acontecia no projeto e do que os próprios técnicos do Ibra que iam visitar [faziam]; quantas pessoas que iam para lá (...). Porque o rádio [utilizado como uma espécie de telefone] ficava do lado da administração. Por isso eles estavam sempre... eram cinco guardas: dois sempre ficavam no escritório; um no rádio e um guardando a administração (...), e três sempre estavam em campo, rondando de jipe. Nós tínhamos um colega, também agrônomo, responsável pela garagem [das instalações do Ibra] de Papucaia. Cuidava dos tratores, dos veículos, do combustível, da oficina mecânica – havia uma oficina mecânica muito grande, lá – e esse colega nosso, havia servido ao Exército. Então, tinha essa linha militar. Ele se dizia que era do SNI. Mas a gente não acreditava. Porque quem é do SNI, não vai se identificar – “Eu sou do Exército!” – mas, de qualquer forma, alguma coisa ele tinha. Porque ele dava privilégios à Guarda Rural (Júlio Ramirez, entrevista concedida a Fabricio Teló em Brasília, em 29/04/2015).

Os guardas rurais faziam parte, portanto, da grande rede de informantes que alimentava a Comunidade de Informações do SNI com dados sobre “subversivos”²⁵². Uma das estratégias utilizadas era namorar meninas das localidades e pedir a elas para acompanhar as missas e relatarem tudo o que os padres falassem. Segundo Ramirez, os mais visados eram o padre Carvalho e o “padre de Japuiba” (até 1969, o vigário dessa paróquia era Gerson e, depois, o holandês Joaquim Van Leewen²⁵³). Não acessei nenhum documento demonstrando que a

²⁵⁰ Tal afirmação se sustenta em um documento informativo datado de 27/02/1969 (Inf. 232/69), no qual consta a referência a um ofício (024/SNI/ARJ/969 – não encontrado até o momento) enviado pela Agência Rio de Janeiro do SNI à Agência Central do órgão, em 13/01/1969, com informações sobre “atividades subversivas” desenvolvidas pelo padre Gerson da Conceição, pároco de Japuiba. Arquivo Nacional, Projeto Memórias Reveladas, ARJ_ACE_3745_69.

²⁵¹ Os Grupos dos Onze (ou Comandos Nacionalistas) foram uma iniciativa liderada pelo então deputado federal pela Guanabara, Leonel de Moura Brizola, no fim de 1963, a fim de pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária. Por meio da rádio Mayrink Veiga, Brizola mobilizava a sociedade a formar os grupos. Os estados onde houve maior adesão foram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Tiveram vida curta pois foram destruídos completamente após o golpe de 1964 (Ferreira, 2004).

²⁵² Para entender o funcionamento dessa estrutura de espionagem, ver Fico (2001).

²⁵³ Padre Joaquim von der Leewen, embora não tenha se envolvido na luta armada, fazia parte do clero progressista. Trabalhou na Paróquia de Japuiba por 20 anos (até 1989) e deixou saudades na população, sobretudo em função de sua engajada atuação junto aos camponeses na luta pela terra, já no contexto da redemocratização, sobretudo por meio da CPT. No início de 1980 chegou a ser preso por apoiar os camponeses sem-terra que reocupavam –

Guarda Rural soubesse, de fato, da existência da iniciativa de formação do grupo de guerrilha, porém, conforme relato de Ramirez, eles tinham essa desconfiança. Além disso, como vimos, o então padre Gerson, assim como o padre Carvalho, havia se posicionado contra a expulsão dos lavradores pelo Ibra. Isso colaborava para que a Guarda Rural mantivesse uma constante e intensa vigilância sobre as ações de Gerson. Uma outra hipótese sobre pessoas que podem ter atuado como informantes do Exército foi levantada por outro entrevistado. Disse ele:

Naquela época, antes um pouquinho de o Exército vir, chegou um senhor aí com duas filhas, (...) a mulher e um garoto. (...). Chegou aí como um vento, ninguém sabia de onde veio nem nada. (...) Aí quando o Exército vinha, ele vinha com a folha na mão, no [banco do] caroneiro, com a lanterna assim à noite. Geralmente (...) à noite. Por exemplo, se estivéssemos nós três assim, andando nos trilhos – que não tinha estrada, era trilho – aí ele: “Pare aí. Qual seu nome?” “Fulano de tal”. O cara olhava [na sua folha com uma lista de nomes]: “Então fica aqui. O seu?” “Fulano de tal”. Se o nome tivesse aqui, “fica aqui. E o seu?” “Fulano de tal” [e assim por diante] (...) Depois de tudo nós fomos saber que ele que passava a informação para o Exército, entendeu? (...) Ele não era daqui. Mas ele convivia numa harmonia danada com todo mundo, o pessoal não ia adivinhar. (...). Até hoje o pessoal fala dele. Se pertencia ao Exército, a gente não sabe (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubá, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Já o IPM que investigou as ações do Colina na Guanabara indica que foi por meio da perseguição a Viana que a iniciativa de Nova Ribeira foi descoberta:

Entre as diligências efetuadas na região [da Guanabara], destaca-se aquela que procurou localizar o sítio e a fábrica de farinha que Colon encarregou “Moisés” [codinome de Gerson] de adquirir. Essa diligência conduziu militares da 1ª Cia PE a Nova Ribeira, distrito de Papucaia (Cachoeiras de Macacu) e à localização de uma casa onde duas bicicletas novas, encostadas, indicavam presença humana²⁵⁴.

No entanto, a razão pela qual o grupo foi identificado pelos militares foi a busca por *Vitor*, no âmbito do IPM que investigava sua participação na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. No dia 30/05/1969, um grupo de soldados se dirigiu a Nova Ribeira a sua procura, mas ele não se encontrava em casa. Ao perceber a aproximação dos militares, *Renato*, filho de *Márcio*, e Carlos Alberto, irmão de Gerson²⁵⁵, entraram em confronto armado, o que resultou na morte do primeiro²⁵⁶ e no ferimento do segundo, que conseguiu fugir. O episódio gerou medo e terror em toda a vizinhança. *Salete* relatou como vivenciou o episódio:

agora pela terceira vez – a Fazenda São José da Boa Morte, para finalmente ser criado o assentamento que existe até hoje. Foi graças a ele que foi possível realizar uma entrevista com Gerson, uma vez que eram amigos.

²⁵⁴ Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969 (BNM 233, p. 114). A forma como esse documento está escrito confirma a informação de que os militares não associaram a figura de Gerson ao codinome Moisés, já que no mesmo documento referem-se aos dois nomes como se fossem pessoas diferentes. Por isso é que Gerson só foi preso mais de um ano depois, em outubro de 1970, em uma viagem a trabalho, na companhia do sociólogo Lucio de Brito Castelo Branco, que trabalhava na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase). O mais provável é que Gerson tenha sido preso em função dos depoimentos dados por *Márcio* e *Vitor* na prisão em Brasília para onde foram levados quando detidos em Imperatriz/MA e teriam aberto a informação de que Moisés era o codinome de Gerson.

²⁵⁵ Havia um mês que Carlos Alberto estava morando no sítio de *Renato* para iniciarem um projeto agrícola em conjunto. De acordo com Gerson, eles estavam trabalhando no roçado para o plantio da mandioca, quando da chegada dos soldados.

²⁵⁶ Relatos de entrevistados dão conta de que, depois de morto, o corpo de *Renato* foi exposto ao público em Papucaia “para mostrar ao povo o que acontece com comunista”. Depois disso, por determinação da chefia da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, foi enterrado no Cemitério do Maruí, em Niterói/RJ, como indigente, como demonstra o Ofício 23/69 enviado pelo administrador do Necrotério do Instituto Médico Legal do Estado do Rio de Janeiro, Jorlei Jorge Borges Marins ao administrador do referido cemitério, em 15/07/1969.

Chegaram dois rapazes e falaram assim – “Você é a mulher de *Vitor*?” – ‘Sou’. Eram da polícia. Mas não estavam de farda. Estavam de carro. Eles chegaram até o sítio de Valdomiro. Porque para chegar no sítio do meu pai, não dava para passar de carro. E aí eles falaram – “Me acompanhe, que nós vamos para a sua casa com você.” – E eu falei – ‘Mas o que é que está acontecendo?’ – “Quando chegar lá, você vai ver.” – e eles já tinham tirado o meu irmão de lá; trouxeram para Papucaia. Itamar²⁵⁷ falou assim – “Olha, seu irmão virou carne moída.” – E eu falei – ‘Mas para que tamanha covardia, se um tiro só mata uma pessoa? Ele não fez nada para poder morrer. E ainda fizeram isso?’ – E ele falou – “Daqui da sua casa até Papucaia, ficou um rastro de sangue assim; onde passaram com ele. (...). E eu não sabia o que fazer. Fiquei transtornada. E aí, começaram a me interrogar para saber do meu marido; onde ele estava; que *Renato* só tinha morrido, porque eles foram procurar *Vitor* e não encontraram *Vitor* (...) E eu falei – ‘Olha só: meu marido saiu para trabalhar. Eu sei que ele foi trabalhar. Agora, se ele chegou do serviço, eu não sei. Para onde ele foi, eu não sei. Como é que eu vou saber qual foi o itinerário que ele pegou pelo caminho?’ – E eu tinha 16 anos. Estava descalça descabelada (...). Eles quebraram o carrinho da minha filha, todinho! Dois, três homens sentados no carrinho da minha filha. Quebrou tudo. E diziam – “Filho de comunista não tem direito a ter nada, não!” (*Salete*, entrevista a Fabricio Teló e a Alberto Santos, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, 18/09/2015).

Isso provocou uma raiva profunda de *Márcio* em relação ao Exército, o que o motivou a aprofundar seu compromisso com a organização e colocar ainda mais energia em atividades destinadas a acabar com o governo responsável pelo assassinato de seu filho. Geraldo Leite, marido de Rosalina, militante da Colina, contou: “*Márcio* ficou tão comovido com esse fato que quis matar o homem [militar] acusado de ser o assassino” (Geraldo Leite, São Paulo, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, 13/01/2015).

De fato, como apontaram Jasper e Godwin (2006, p. 630), “quando a repressão é considerada extremamente injusta, é mais provável que a indignação amplie o protesto, mas para isso é preciso superar o medo”. E quando a repressão tem como alvo um membro da família, o ressentimento tende a ser ainda mais forte. Honneth (2003) interpretaria esse episódio como uma experiência de desrespeito, uma ofensa moral, geradora de uma indignação que reforça a tendência ao engajamento político. *Márcio* já estava envolvido em treinamentos de guerrilha, o que facilitou esse processo de aprofundamento de seu compromisso com o projeto guerrilheiro. Della Porta (1995) também identificou a repressão policial como promotora da raiva e da indignação, o que fortaleceu o desejo dos militantes de lutar contra o governo e como justificativa para o uso da violência política.

Por outro lado, muitos que viviam em Nova Ribeira, Marubaí e arredores naquele período, mesmo os que não faziam parte do grupo, decidiram deixar o local em virtude da truculência do Exército quando da tentativa de captura de Gerson e companheiros:

A gente também naquela época saltou fora²⁵⁸. O nosso sítio que tinha lá dentro, a gente deixou para lá. A gente nunca mais... Nem sei mais o que é aquilo lá. Deixamos tudo. Poxa, você acordava de manhã com o Exército na sua porta, de arma em punho assim. Eu tinha na época três filhos, uma menina e dois meninos, os três mais velhos, e a gente falou assim: “Vamos sair daqui, vamos embora”. E voltamos para a nossa casa

Tal documento foi localizado pelo historiador Alberto Santos em 2015 na residência de um genro de *Márcio*, residente em Itaboraí/RJ.

²⁵⁷ Refere-se provavelmente ao vizinho Itamar da Silva, que também participava das reuniões e chegou a ser detido para interrogatório, mas foi liberado em pouco tempo.

²⁵⁸ O “saltar fora” tem sido uma constante na história do campesinato brasileiro desde o período colonial, dado o caráter sempre precário de acesso à terra, o que tornava as famílias suscetíveis a pressões de grileiros e latifundiários sedentos por aumentar suas extensões.

aqui [em Papucaia] e largamos o sítio para lá. Deixamos lá. A gente perdeu tudo (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista em 11/02/2015).

Outros eram interpelados para prestar contas. *Sérgio*, por exemplo, ficou preso e incomunicável durante uma semana no Rio de Janeiro para que desse outras informações sobre os filhos e a esposa de *Márcio*. *Júlio* ficou preso por cerca de um mês, segundo relato de sua cunhada. *Henrique*, que foi casado com uma irmã de *Vitor* e que morava nas proximidades, também relatou ter sido preso por um dia para ser interrogado:

Eu estava chegando em casa e os homens me abordaram. Me abordaram com uma certa violência. (...) Me colocaram dentro do camburão e me levaram para Papucaia. Eu não sabia de nada. Me levaram preso. (...) Tinha mais três [moradores que também foram presos]: Itamar [da Silva]²⁵⁹ e mais dois cujo nome não lembro [possivelmente *Sérgio* e *Júlio*]. (...). Quando eu fui interrogado já eram onze horas da noite. Isso sem comer, desde sete horas da manhã. (...) Só cheguei em casa às duas horas da madrugada. Minha mãe estava desesperada. Quando ela me viu foi um céu aberto. (...) Porque pelo que ela sabia, [o comum] era: pegava, sumia e matava (*Henrique*, Jardim Primavera, Duque de Caxias, 18/09/2015).

Os antigos moradores entrevistados relatam que o Exército vasculhou as casas em busca dos armamentos: “revistavam tudo, não faziam muita cerimônia”. Muita gente, sequer saía de casa por conta do medo.

Depois deste fato, Gerson, Rosalina e Geraldo procuraram formas para esconder *Márcio*, *Vitor* e suas famílias a fim de evitar que fossem presos. Ficaram um tempo escondidos em diferentes lugares em casas de conhecidos que deram abrigo provisório. Posteriormente, retornaram e permaneceram por duas semanas na casa do Padre Aloisio Neno em Nova Friburgo, de onde se mudaram para outra casa alugada em nome de Geraldo Leite, na mesma cidade. Ali permaneceram até janeiro de 1970, quando se mudaram para o Maranhão a fim de dar continuidade ao projeto de guerrilha rural, já como integrantes da VAR-Palmares, assunto sobre o qual tratarei no item subsequente.

Durante o tempo em que permaneceram em Nova Friburgo, Calino Ferreira Pacheco Filho, começou a ter contato com *Márcio* e seus familiares²⁶⁰. Conforme seu relato, ele recebeu a incumbência de prestar-lhes assistência após a queda da área. Também ficou incumbido de manter contato com os demais participantes do grupo que haviam permanecido na área. Para isso, ia à noite, na companhia de *Márcio*, a fim de evitar ser visto, seja pela população, seja pelos militares que permaneciam nas redondezas. Ele se recorda de chegar sempre com muita fome nas casas dos camponeses, que lhes serviam o que tinham. Ele se recorda particularmente de ter comido muito feijão em suas visitas. Lembra de ter conhecido também a esposa de um camponês, cujo nome não se recorda. “Como Cachoeiras de Macacu já era uma área queimada, o objetivo era tentar levar os camponeses já recrutados para a área estratégica²⁶¹ e, se possível, recrutar outros através destes que já estavam recrutados” (Calino Ferreira Pacheco Filho,

²⁵⁹ Itamar da Silva também participou da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963 e foi indiciado no IPM que investigou tal movimento.

²⁶⁰ Nesse momento (julho de 1969), o Colina estava em processo de unificação com a VPR para formar a VAR-Palmares.

²⁶¹ Cumpre notar, para efeitos de esclarecimento, que a “área estratégica” a que se refere Calino ainda estava longe de constituir em um território sob domínio da VAR-Palmares, como o termo pode sugerir, mas de algumas propriedades rurais adquiridas pela organização para a instalação de militantes, cuja responsabilidade era o recrutamento de camponeses para a formação de um futuro foco guerrilheiro. Como veremos no item subsequente, a VAR possuía um sítio em Lagoa Verde, Imperatriz/MA, outro em Angico, Itaguatins, então estado de Goiás, hoje Tocantins.

entrevista a Fabricio Teló, Porto Alegre, 20/12/2017). O objetivo, porém, não foi atingido. Perguntado como era a relação com os camponeses, respondeu:

A gente começava procurando identificar a situação deles, quais eram os problemas, o que eles pensavam e a partir dali a gente começava a conversar. Falávamos da revolução, da estratégia da guerrilha, que ia ter uma determinada área, que esta área precisava ser povoada por camponeses. Que eles não iam necessariamente pegar em armas, que ia precisar todo uma estrutura no entorno dessa área. A ideia inicial era eles se instalarem na região e servirem de retaguarda.

Depois da queda da área, Gerson retirou-se da região, deslocando-se para uma temporada em um mosteiro de Salvador por sugestão de Dom Clemente Isnard. Ele já estava iniciando um processo de afastamento da organização, a despeito de ter visitado por duas vezes a família na casa alugada por Geraldo. Em uma terceira visita, conta já não os ter mais encontrado. Como aponta Della Porta (2013), o cotidiano da militância em organizações clandestinas reduz significativamente a rede de relações com as quais se podem trocar afetos. Eventuais rompimentos desses poucos laços em decorrência de repressão ou extinção da organização produzem um isolamento ainda maior dos militantes. Foi o que aconteceu com Gerson após o desmantelamento da iniciativa em Nova Ribeira. “Abateu sobre mim uma tremenda solidão”, comentou (CONCEIÇÃO, 2016, p. 233).

Retomarei no item a seguir a trajetória dos três casais que permaneceram vinculados à VAR-Palmares e por meio dela se dirigiram ao Maranhão: *Márcio* e sua esposa *Danila*; *Vitor* e *Salete*; *Gabriel* e *Cláudia*, além de outros dois filhos adolescentes de *Márcio*: Jorge e Josué.

4.4 A VAR-Palmares no Bico do Papagaio

O percurso entre Nova Friburgo/RJ, onde estavam morando provisoriamente, até Imperatriz/MA, onde atuaram por cerca de um ano, foi demorado e marcado por aventuras. Conforme relato de *Salete*, o primeiro trajeto foi realizado nos primeiros dias de janeiro de 1970, de kombi com destino a Salvador. Lá, permaneceram por 15 dias em um hotel, onde *Vitor* e *Márcio* se encontraram com Carlos Alberto Soares de Freitas (codinome Breno, Beto ou Roberto), então coordenador nacional da VAR-Palmares, a fim de receber dinheiro e instruções. Chacel (2012, p. 80), assim analisa esse encontro:

A grande missão revolucionária, na concepção da VAR, estava nas mãos da população rural, das famílias de camponeses, formando comunidades no território delimitado para a implantação da Área Estratégica, o foco revolucionário. Por isso, os poucos contatos existentes no campo eram valorizados. Ter um camponês por perto era estar mais perto da revolução. Não por outra razão, *Breno* assumiu o resgate de uma família camponesa de Cachoeiras de Macacu, no interior do Rio de Janeiro, instalando-a em algum lugar da Área Estratégica, que, àquela altura, passara a funcionar como esconderijo para militantes queimados ou desgarrados. Era o lugar mais seguro para gente como a família de lavradores que escapou da repressão, em Cachoeiras de Macacu. (...). A Área era um bom lugar, terra de roça, estrada de chão, eles se adaptariam com facilidade e começariam a integração necessária à luta. (...) Gente que era, sem dúvida alguma, uma boa razão para não desistir da luta. Gente, mais que isso, essencial à luta.

Em seu depoimento²⁶², *Vitor* conta que a senha de reconhecimento para o ponto com Carlos Alberto (codinome Roberto, ou Beto), visto que não se conheciam, era ir à Praça Castro

²⁶² Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 29.

Alves, com uma revista e um charuto na mão. Lá deveria perguntar “Onde fica o palácio?” A resposta deveria ser “Fica na beira do rio” e *Vitor* deveria comentar “Eu pensei que ficasse na beira do mar”. De acordo com Geraldo Leite, a primeira tentativa de encontro não foi bem sucedida, de modo que ele precisou viajar às pressas de avião para Salvador, a fim de mediar o encontro entre Carlos Alberto e os camponeses (Geraldo Leite, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Luis Rodolpho Viveiros de Castro e Alberto Santos, na companhia de *Salete e Cláudia*, 02/07/2015)²⁶³.

Da capital baiana, foram de ônibus até Petrolina/PE, depois Teresina/PI, até chegarem a São Luís do Maranhão. De lá, precisavam ir até Belém do Pará. Preocupados com a possibilidade de serem identificados pela repressão na estrada, decidiram tomar um transporte marítimo, que levou 12 dias até chegar a Belém. *Salete* conta que no décimo dia de viagem, quando estavam nas proximidades de Luiz Domingos, já no estado do Pará, com a reserva de alimentos da “jangada 48 panos” já escasseando, decidiram parar para fazer uma troca com uma tribo indígena das proximidades:

Meu marido perguntou ao barqueiro: “Estamos perto da terra?” Ele falou: “Olha, nós estamos perto de duas aldeias de índios”. E meu pai: “Ah, vamos passar por lá. Para a gente conhecer o povo”. Meu pai era muito dado. Aí, ele fez tudo para ficar o mais próximo que podia. Tinha bote na jangada. Aí, desceram meu pai e meu esposo e foram até a aldeia. Todo mundo sentado na lama: criança; mulher; adulto. Meu esposo levou dois litros de cachaça, deu a eles e jogou cigarro para eles. Eles ficaram numa alegria tão grande por ter ganhado aquela cachaça e aquele cigarro, que o homem bateu com o pé no chão e vieram quatro índios fortões, gordões, todos sujos de lama. O homem bateu o pé no chão, falou uns negócios lá e eles vieram trazendo para a gente camarão salgado feito no sol e farinha d’água. Fizemos uma troca e fomos embora (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Em Belém, precisaram esperar até final de fevereiro para um ponto com outro militante da organização, de nome Euclides²⁶⁴, para receber outras orientações. Alugaram, então uma casa em Castanhal, município da região metropolitana. Coberto o ponto, recebeu a instrução de se deslocarem até Imperatriz, para onde foram com uma kombi que adquiriram com recursos da organização, lá chegando em fins de março de 1970. Por cerca dois meses, moraram provisoriamente em uma casa alugada por outros militantes da VAR, sobre quem tratarei no item 4.4.3.

Depois do curto período de tempo na cidade de Imperatriz, *Vitor* então finalmente adquiriu um sítio, tal como recomendado por Euclides, utilizando um nome fictício. Localizava-se na localidade rural de Lagoa Verde, a 10 km da sede do município. Antes de analisar a presença dos camponeses de Cachoeiras de Macacu nesse povoado, apresentarei a seguir algumas características do campesinato do Bico do Papagaio para melhor compreender a interação entre a VAR-Palmares e essa população.

4.4.1 O campesinato do Bico do Papagaio

²⁶³ A gravação foi gentilmente cedida por Luiz Rodolpho a Cristina Chacel, que, por sua vez, repetiu a gentileza e compartilhou comigo. A ambos, meu agradecimento.

²⁶⁴ Um relatório militar cita Euclides como sendo seu codinome e Carlito José dos Santos como seu nome completo, porém não consegui confirmar essa informação. Embora não tenha sido preso, perdeu-se de sua família e é um desaparecido político ainda que não reconhecido oficialmente pelo Estado. Conforme depoimento de *André*, seu companheiro de militância, Euclides também havia militado na Ala Vermelha e migrou para a VAR junto com *André* (Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 28/08/1971. BNM 351).

A região conhecida como Bico do Papagaio compreende o sul do Maranhão, sul do Pará e o norte do Tocantins (à época norte de Goiás)²⁶⁵, área de transição entre o Cerrado e a Amazônia. O nome é decorrente dos rios Araguaia e Tocantins, cuja junção forma um desenho semelhante ao bico de um papagaio. Além da produção para a subsistência, uma das principais atividades econômicas da região à época, era o coco de babaçu. De acordo com Mesquita (1998), com o fim da escravidão essa atividade extrativista substituiu o algodão na principalidade da produção local. Especialmente depois da Primeira Guerra Mundial, o babaçu se torna o principal produto exportado e o algodão passa a ser comercializado majoritariamente no mercado interno. Até esse período, os principais produtores do babaçu eram posseiros (ocupantes), arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. Com o fortalecimento do mercado de babaçu, os proprietários de terra passaram a cobrar uma renda ou um serviço dos produtores sem-terra para extraírem o produto de seus cocais, o que gerou uma série de conflitos em torno da possibilidade de reprodução dessa atividade, visto que até então, o livre acesso às palmeiras do babaçu era um direito, que deixou de existir após o início dessas cobranças. Somada ao coco babaçu, outra produção dos camponeses da região, como aponta Mechi (2012), era a castanha, que proporcionava um rendimento extra em relação às demais atividades, uma vez que sua colheita era concentrada entre os meses de outubro e abril e permitia aos camponeses trabalhar em outros serviços durante o restante do ano.

O relatório da Operação Mesopotâmia²⁶⁶ lista como principais atividades fontes da economia da região a pecuária, a rizicultura e a extração do babaçu. Acrescenta ainda que a tecnologia agrícola “moderna” ainda não havia chegado na região: “o cultivo se faz à custa do devastamento da cobertura vegetal, feito de forma empírica e sem nenhum aproveitamento da madeira, que é queimada indiscriminadamente”²⁶⁷. O relatório reconhece, por fim a desigualdade social que marcava a região naquele momento, com a riqueza concentrada “nas mãos de uns poucos comerciantes ou grandes proprietários”, ao tempo em que os salários recebidos pela “massa da população” eram “aquém dos índices estabelecidos oficialmente”, o que levava a um “clima de descontentamento e insatisfação muito fortes”.

Uma das principais características dos camponeses do Bico do Papagaio nos anos 1960 e 1970 era sua condição de imigrantes. Em sua grande maioria, eram oriundos do centro-sul de Goiás, sudeste do Maranhão e outros estados do Nordeste, com destaque para Ceará, Bahia e Piauí, em boa medida em decorrência de conflitos fundiários²⁶⁸. Considerada pouco habitada devido à invisibilização dos povos indígenas ali radicados, a região atraía agricultores despossuídos em busca de terras virgens e livres para se instalarem como posseiros e “fazer a vida”. Esse movimento migratório começou a ser mais fortemente incentivado pelo governo Vargas na década de 1930 com sua política de “Marcha para o Oeste”, que buscava “povoar” as regiões com baixa densidade demográfica e favorecer a integração da região centro-sul, em processo de industrialização, com as demais regiões do país. Posteriormente, os governos militares também retomaram o discurso baseado na visão da Amazônia como um “espaço

²⁶⁵ O Estado do Tocantins foi criado apenas em 1988. Antes a área pertencia a Goiás.

²⁶⁶ Como veremos no item 4.4.4, a Operação Mesopotâmia foi uma investida das Forças Armadas na região do Bico do Papagaio, em agosto de 1971, que resultou na prisão dos militantes da VAR-Palmarenses e do PRT que lá se encontravam, além de moradores locais ligados a essas organizações.

²⁶⁷ Informação nº 326 CIE/ADF. Relatório da Operação Mesopotâmia. Brasília, Ministério do Exército, 17/08/1971. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ACE_37923/71, p. 13.

²⁶⁸ No caso de Goiás, o historiador e jornalista de Imperatriz/MA Adalberto Franklin, afirma que o Bico do Papagaio recebeu diversos camponeses remanescentes do conflito de Trombas e Formoso sobre o qual tratei no item 1.3.1. Com a repressão militar ocorrida com o golpe, os camponeses encontraram como alternativa a migração para o norte. Segundo ele, a memória que esses camponeses levavam consigo favorecia seu engajamento em iniciativas de resistência à ditadura (Adalberto Franklin, Imperatriz/MA, entrevista a Fabricio Teló, Cristina Chacel e Custódio Coimbra, 04/03/2016).

vazio”, que precisava ser ocupado pelos sertanejos sem-terra em grande número nos estados nordestinos. Além disso, os ciclos da borracha e do garimpo também constituíram atrativos populacionais centrais para a formação socioeconômica da região (BORGES, 1996; CASTILHO, 2010; LOUREIRO e PINTO, 2005).

Por constituir parte da fronteira agrícola no período da ditadura, o Bico do Papagaio foi conseqüentemente palco de conflitos fundiários marcados pela violência. Como assinalam Loureiro e Guimarães (2002), o costume do camponato daquela região até os anos 1960 era apossar-se de um determinado perímetro de terra e utilizá-la na forma de posse, sem que a ausência do título de propriedade fosse motivo para questionamento da legitimidade do uso daquela terra. Conforme a demanda por terra foi aumentando e com elas as ações de grilagem, não bastava mais apenas a legitimidade baseada no costume. Para ter alguma garantia de estabilidade sobre a terra, era necessário ser proprietário ou ter relações com cartórios ou autoridades políticas para regularizar terras ilegalmente apropriadas.

Os camponeses entrevistados no município de Itaguatins/TO relatam que tiveram que resistir a diversas tentativas de grilagem e despejo nos anos 1960, sobretudo com a soltura de gado nas lavouras dos posseiros. Uma das formas de resistência era recorrer à prefeitura via abaixo-assinados solicitando que o prefeito determinasse, por exemplo, o confinamento do gado dos grileiros a fim de cessar a destruição das lavouras. O município de Açailândia (à época distrito de Imperatriz) era um dos mais violentos nesse sentido, sendo por diversas vezes mencionados nas atas que consultei das sessões da Câmara de Vereadores entre 1969 e 1971. Os conflitos por terra são também mencionados no relatório da Operação Mesopotâmia, que assim os descreve:

A disputa entre posseiros e grileiros é outro fator de tensão. É uma situação antiga que vem se arrastando e desafiando a ação governamental. Com o advento da Belém-Brasília, agravou-se ainda mais, face ao grande número de forasteiros que diariamente chegam à área em busca de terra para trabalhar. Acresce que esses imigrantes são, em regra, camponeses rudes, ignorantes, sem recursos e, portanto, sem condições de produzir, sem uma orientação segura e ajuda dos poderes públicos²⁶⁹.

Ianni (1979) interpreta a ocorrência desses conflitos em função do choque entre duas formas simultâneas de ocupação da Amazônia: de um lado a migração de posseiros que se deslocaram por conta própria em busca de terras, o que o autor chamou de “reforma agrária espontânea”, e de outro, a ocupação capitalista da região, incentivada pelo Estado, sobretudo pelos governos militares.

Mechi (2012) define “o Araguaia”²⁷⁰ como um ponto de intersecção das rotas migratórias dos camponeses oriundos do nordeste com os do centro-oeste, cuja migração para o norte foi facilitada pela construção da rodovia Belém-Brasília entre 1956 e 1960. Ao comparar o camponato da região com os “caipiras” descritos por Cândido (1970), em seu clássico *Os parceiros do Rio Bonito*, a autora aponta a mobilidade como uma das principais semelhanças entre os dois grupos sociais, dimensão que implica em conseqüências práticas no cotidiano, como a rusticidade das habitações, a insegurança alimentar²⁷¹ e certa debilidade nos laços

²⁶⁹ Informação nº 326 CIE/ADF. Relatório da Operação Mesopotâmia. Brasília, Ministério do Exército, 17/08/1971. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ ACE_37923/71, p. 13.

²⁷⁰ Embora não exista formalmente enquanto região geográfica, a expressão “o Araguaia” é utilizado pela autora como sinônimo da região onde ocorreu a guerrilha do Araguaia, justamente no Bico do Papagaio, de modo que podem ser consideradas como sinônimos.

²⁷¹ A autora se refere a segurança alimentar não apenas como acesso à comida, mas a uma alimentação balanceada para a manutenção da saúde.

comunitários entre os posseiros. Ela acrescenta que os camponeses da região tampouco tinham acesso a energia elétrica, água tratada, saneamento básico e aos avanços da medicina.

Adalberto Franklin, historiador local de Imperatriz, apontou o fato de a região ser caracterizada como uma “terra de forasteiros” como um fator determinante para a escolha de diversas organizações armadas para iniciar processos de formação de grupos de guerrilha rural, uma vez que a chegada dos militantes seria menos estranhada que em outras regiões. A ideia era que “ninguém é forasteiro onde todos são forasteiros” (Adalberto Franklin, Imperatriz/MA, entrevista a Fabricio Teló, Cristina Chacel e Custódio Coimbra, 04/03/2016).

De fato, além da VAR-Palmares, o Bico do Papagaio recebeu outras cinco organizações armadas do período da ditadura: 1) o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que, em 1965, enviou Flavio Tavares e um grupo de 15 militantes para Imperatriz em uma tentativa de formar um foco guerrilheiro para derrubar o governo militar, em um plano interrompido em 1967 com a queda do foco de Caparaó, eixo principal da organização²⁷²; 2) o PCdoB, que protagonizou, de 1966 a 1974, a tentativa que ficou conhecida guerrilha do Araguaia, mais duradoura e sólida de todas as realizadas, como vimos na Introdução desta tese; 3) a ALN, que, em 1969, enviou militantes para formar grupos de guerrilha rural, iniciativa rapidamente desmobilizada em função da queda de um dos militantes a caminho da região no ano seguinte²⁷³; 4) a VPR, que, em 1970, também enviou alguns quadros com o mesmo intento²⁷⁴; e 5) o PRT, dissidência da AP dirigida pelo Padre Alípio de Freitas, que tentou formar um grupo de guerrilha nos municípios de Porto Franco/MA e Tocantinópolis (então estado de Goiás, hoje Tocantins), iniciativa também reprimida em 1971, por meio da Operação Mesopotâmia²⁷⁵. Gaspari (2014) descreve essa situação como um “engarrafamento de projetos guerrilheiros” na região, o que levou o PCdoB, segundo o autor, a afastar seus militantes das proximidades de Imperatriz em direção ao território paraense a fim de evitar tal sobreposição de organizações.

4.4.2 Os camponeses de Cachoeiras de Macacu em Imperatriz/MA

²⁷² Além do foco de Imperatriz, o MNR havia outros dois: o do Caparaó, que era o principal e se tornou o mais conhecido, como vimos na Introdução, e um outro, no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia. Ver mais em Guimarães (2006) e Franklin e Lima (2016).

²⁷³ Segundo Franklin e Lima (2016), em 1968, Marighella enviou os frades dominicanos Ivo Lesbaupin, Fernando de Brito e o ex-frade Nestor Mota para percorrerem a região do Araguaia-Tocantins a fim de identificarem potenciais áreas para a instalação de campos de treinamento de guerrilha. Feita a incursão, os religiosos definiram os municípios de Imperatriz, Marabá, Conceição do Araguaia e São Geraldo como os mais adequados para essa finalidade. Em entrevista a um projeto de pesquisa da Universidade Federal do Pará, o militante da ALN João Moacir relatou que alguns quadros da organização foram levados para Marabá, outros para Conceição do Araguaia e outro grupo para Praia Chata, município de Cidelândia, na região entre Imperatriz e Marabá. João Moacir ficou responsável por distribuir nos pontos de guerrilha os militantes da ALN que estavam sendo perseguidos nas cidades e que queriam ir para as áreas rurais. Alguns já vinham com treinamento diretamente de Cuba. Ele conta ainda ter encontrado algumas vezes militantes do PCdoB, que estavam na Guerrilha do Araguaia: “Eles de um lado do rio e eu do outro. Às vezes a gente se encontrava, cruzando um barco com o outro, he! [faz sinal de abano com a mão]. Eles sabiam que nós estávamos na região e nós sabíamos que eles estavam também. (...) [Mas] não sabíamos o que eles estavam fazendo, nem quantos eram. Nós só sabíamos que eles estavam na mesma região que a gente, só que numa outra margem do rio, assim como eles também não sabiam quantos nós éramos desse lado do Maranhão” (João Moacir Santiago de Mendonça, Belém/PA, entrevista a Edilza Fontes, 01/07/2014). Disponível em: <https://bit.ly/2CdwQqI>. Acesso em 29/07/2019.

²⁷⁴ Dentre eles, Denis Casemiro, de origem camponesa, oriundo de Votuporanga, São Paulo, onde atuou no Sindicato dos Lavradores (FRANKLIN e LIMA, 2016).

²⁷⁵ Durante o trabalho de campo, tive oportunidade de entrevistar alguns participantes desse grupo. A intenção era eventualmente inserir esse caso como objeto de estudo da tese, porém não foi possível pela limitação temporal, ficando aberta essa janela para futuras pesquisas, que poderão incluir também as tentativas da ALN e da VPR.

Os camponeses de Cachoeiras de Macacu chegaram a Lagoa Verde, município de Imperatriz, às margens da BR 010, também conhecida como Belém-Brasília, entre o final de maio e o início de junho de 1970. Tratava-se de um povoado habitado por pouca gente. “Dava para contar nos dedos”, comenta uma antiga moradora. Atualmente, com cerca de cinco mil habitantes, já é um bairro mais ligado ao meio urbano, dada a expansão da cidade de Imperatriz. A precariedade das condições de vida era marcante (e continua sendo em certa medida). Essa senhora aposentada contou na entrevista que não sabia o que era uma geladeira até se tornar adulta. Para refrescar a água, usavam o “pote de barro”, que conserva a temperatura da água amena. “Rara era a casa de alvenaria”. A grande maioria era feita de barro (“pau a pique”) e cobertas com sapê, “até a Igreja e o mercado”, relatou ela. Os animais (principalmente bode, porco e galinha) eram criados soltos.

No relatório da Operação Mesopotâmia, o município de Imperatriz é descrito como isolado de São Luís do Maranhão. O fato de a cidade ser à época cortada apenas pela BR 010, a tornava mais ligada a Belém e a Brasília do que à própria capital maranhense. Tal condição, segundo o relatório,

deixa a impressão de uma cidade abandonada e sem lei, o que constitui um convite aos agentes da subversão ou aos criminosos comuns que para lá acorrem, em grande número, na convicção de que não serão caçados ou perseguidos. Imperatriz, apesar de sua população urbana superar os 50.000 habitantes [o relatório é de 1971], não tem aspecto de cidade, parecendo mais um aglomerado humano desorganizado, não possuindo iluminação elétrica, nem água, nem esgoto. Não se veem obras públicas e não se vê ação da Prefeitura²⁷⁶.

Além disso, o relatório descreve a população local como mais sensível ao “aliciamento subversivo” em função da “ausência e inoperância das autoridades” e ao fato de “a figura do governo” ser vista pelas pessoas como uma “organização a temer, por cobrar impostos, prender gente e tomar terras de posseiros”.

Em função da ausência de mediadores locais para me introduzir aos antigos moradores, a presença da VAR-Palmares em Imperatriz foi o caso mais difícil para eu conseguir ouvir relatos. Além disso, o fato de os camponeses terem sido presos e de o Exército ter passado pela área agregou um obstáculo a mais, pois deixou certo trauma na população que vivenciou o período.

A primeira inserção nesse campo ocorreu em março de 2016, na companhia de *Salete*, Sergio Campos, ex-militante da VAR-Palmares, e de Cristina Chacel, autora do livro *Seu amigo esteve aqui* (CHACEL, 2012), que conta a história de vida de Carlos Alberto Soares de Freitas, líder da VAR-Palmares e responsável pela “área estratégica” da organização para a formação de um foco guerrilheiro. O fotógrafo Custódio Coimbra, marido de Cristina, também compôs o grupo com a responsabilidade de produzir um registro audiovisual dos encontros. Para *Salete*, a intenção da viagem era encontrar informações sobre o paradeiro de *Gabriel*, Jorge e Josué, que se perderam da família por conta da chegada da repressão, como veremos no item 4.4.4²⁷⁷. Para Cristina, era dar continuidade às suas pesquisas sobre a VAR-Palmares, preencher lacunas da biografia supracitada e, eventualmente, em parceria com Custódio, produzir um

²⁷⁶ Informação nº 326 CIE/ADF. Relatório da Operação Mesopotâmia. Brasília, Ministério do Exército, 17/08/1971. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ ACE_37923/71, p. 12.

²⁷⁷ Essa viagem contou com auxílio financeiro do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, que, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, atendeu à solicitação de contribuir na busca pelos desaparecidos supracitados. Agradeço especialmente à conselheira Janne Calhau por ter intermediado a interlocução com a entidade. Conte ainda com auxílio do Projeto Conflitos e Repressão no Campo no estado do Rio de Janeiro, financiado pela Faperj e coordenado pela professora Leonilde Medeiros, do CPDA/UFRRJ.

documentário sobre a história. Por fim, para Sergio, conhecer melhor uma parte da história da organização na qual militou e pela qual foi preso em 1971.

Tal configuração trouxe facilidades para o trabalho de pesquisa porque *Salete* pôde indicar nomes a serem procurados e intermediar a interlocução com os antigos moradores que se lembravam dela, mesmo depois de 45 anos sem contato. Por outro lado, a chegada inesperada de um grupo de cinco pessoas, uma delas munida de uma câmera filmadora registrando as conversas, causou certo receio nos entrevistados por não terem clareza a respeito da origem do grupo e suas intenções. A primeira pessoa encontrada foi uma neta de um vizinho de quem *Vitor* comprou o terreno onde passaram a morar em Lagoa Verde²⁷⁸. Ela nos passou o endereço de sua mãe, à época parteira local que fez o parto de uma das filhas de *Salete* e *Vitor*, e de um indígena com quem costumavam “trocar serviço”.

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu em novembro de 2018, logo depois do período eleitoral que resultou na vitória do candidato que teve como uma de suas plataformas justamente a defesa do que ele prefere chamar de “regime” militar, em vez de ditadura²⁷⁹. Desta vez fui sozinho, mas consegui conversar apenas com dois antigos moradores. Claramente amedrontados, limitaram-se a compartilhar comentários genéricos sobre o que lembravam dos três casais vindos do Rio de Janeiro.

A parteira relatou que não sabia o motivo da prisão dos vizinhos, mas que imaginava que fosse algo relacionado à política porque eles “falavam que o Brasil era um país rico”, que “a riqueza deveria ser distribuída” e que eram “contra o governo”.

A presença de *Márcio* e família no Maranhão assumiu um novo significado quanto ao lugar político ocupado por eles: de objeto de “recrutamento”, passaram à condição de potenciais novos “recrutadores”, agora como integrantes da organização. Um antigo comerciante entrevistado relata que *Márcio* e *Vitor* frequentemente reuniam os vizinhos para conversar embaixo das árvores, na beira da rodovia. Conta que “falavam mal do governo” e insistiam na necessidade de “o povo se unir”. Devido ao medo de falar do assunto, o entrevistado não deu mais detalhes sobre a recepção dos moradores locais em relação às falas de *Márcio* e *Vitor*. De todo modo, é possível perceber que se tratava de camponeses que se tornaram militantes realizando trabalho político com outros camponeses. No caso de *Márcio* especificamente, ele apresentava ainda mais similaridade com a população local em função de sua origem nordestina e sua trajetória de migrante: nascido no Rio Grande do Norte, migrou para o Rio de Janeiro e depois para Imperatriz.

Outra antiga vizinha, conta que *Gabriel*, a quem conhecia por Maninho, gostava de visitar sua casa para jogar baralho com seu falecido marido, *Tercílio*. Da amizade entre os dois, surgiu o convite de Maninho para que *Tercílio* comprasse com ele um terreno na localidade de Trecho Seco²⁸⁰, também às margens da BR 010, a cerca de 40 km ao norte de Lagoa Verde, a fim de produzirem carvão, aproveitando a experiência de Maninho nessa atividade quando morava em Cachoeiras de Macacu, o que evidencia um intercâmbio de conhecimentos entre eles. As árvores eram cortadas a machado e o carvão, vendido na cidade de Imperatriz. Para se deslocar até Trecho Seco, dependiam de caronas de caminhoneiros que passavam pela rodovia (Antiga vizinha, Lagoa Verde, Imperatriz/MA, entrevista em 10/11/2018).

²⁷⁸ Sobre a compra de terrenos por parte das organizações armadas, Gaspari (2014, p. 196) escreveu: “Enquanto chineses e cubanos estabeleceram suas bases rurais tomando a terra em combates, as siglas brasileiras estabeleceram-se no campo pela via legítima da propriedade fundiária, comprando fazendas com o dinheiro arrecadado nos assaltos. Fora desse padrão, ficaram apenas o brizolismo, em Caparaó, e o PCdoB, no Araguaia”.

²⁷⁹ Para esta etapa, contei com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRRJ, por meio do II Edital de Apoio à Participação Discente em Eventos e Missões de Pesquisa - PROPPG-UFRRJ de 2018.

²⁸⁰ À época pertencente a Imperatriz, atualmente a localidade pertence ao território do município de São Francisco do Brejão, vizinho a Imperatriz.

Cláudia, viúva de *Gabriel*, conta que ela e o então marido chegaram a morar por um tempo em um rancho de palha que construíram para eles nesse terreno. Além do carvão, produziam ainda alimentos para subsistência (arroz, feijão, fava branca, milho, quiabo) e criavam animais. Trabalhavam muito em parceria com os indígenas da redondeza. “Trocávamos serviço”, comentou. Segundo ela, nenhuma reunião da organização foi realizada na casa deles. Era sempre *Gabriel* que se deslocava para participar (*Cláudia*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

De acordo com o depoimento atribuído a *Vitor*²⁸¹, enquanto estavam no povoado de Lagoa Verde, em Imperatriz, costumavam receber a visita de três militantes da VAR: Euclides, “Roberto” (Carlos Alberto Soares de Freitas) e “Manoel” (James Allen), que lhes levavam panfletos e exemplares do jornal *Voz Operária*²⁸² e comentavam sobre a interpretação da organização de que as eleições (que continuavam a existir para os cargos legislativos e executivos, com exceção da eleição presidencial) eram fraudadas. Consta ainda no depoimento que o trio de militantes dava a *Vitor*, *Márcio* e *Gabriel* instruções sobre como sobreviver na selva e preparar armadilhas e “empregar os meios oferecidos pela região”. O depoimento acrescenta ainda que, por vezes, os militantes cobravam uma produtividade maior dos camponeses em termos de produção de alimentos. Conforme depoimento de *Márcio*²⁸³, Manoel informou, em uma de suas visitas, que estaria prestes a adquirir uma área de terras às margens do Rio Araguaia a fim de servir como “base de apoio” da organização.

Zélia Amador de Deus, à época militante da VAR-Palmares em Belém, relata que, além dos três militantes listados por *Vitor*, costumava ir para a área um outro militante conhecido como “Zé Baiano”. Segundo Zélia, ele era responsável pela instrução militar dos camponeses ligados à organização no Bico do Papagaio. Ela não sabe o nome completo desse militante e disse ter perdido o contato devido ao desmantelamento da VAR, porém sabia que ele “era muito procurado porque diziam que ele tinha matado um militar” (Zélia Amador de Deus, Belém/PA, entrevista em 01/11/2018).

Uma dimensão do engajamento identificada no grupo foi a continuidade forçada do comprometimento com a organização, situação ocorrida com *Gabriel* e *Vitor*. No caso do primeiro, sua então esposa *Cláudia*, filha de *Márcio*, relata:

Gabriel bebia muito. Depois que estourou [a repressão], ele falava assim comigo: “Eu bebia para ver se eles me largavam de mão. E ninguém me largava de mão”. (...) [Um dia], meu pai veio e convidou ele para ir para o Maranhão. Eu disse para ele: “Olhe, eu não lhe dou conselho para você acompanhar meu pai” (...) Ele quis ir e eu fui. (...) Era meu marido. [Um dia,] quando eles [*Márcio*, *Vitor* e demais militantes] chegaram lá procurando ele, para fazer reunião, ele me disse: “Vamos fugir?” Eu disse: “Agora é tarde. Eu lhe avisei. Você veio porque você quis. Agora, dê o que der, eu não vou” (*Cláudia*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Salete complementou o relato, afirmando que *Gabriel* apenas aceitou o convite de *Márcio* para acompanhá-lo ao Maranhão porque confiava muito no sogro, ou seja, enfatiza que sua decisão de permanecer engajado se deveu mais à relação pessoal com *Márcio* do que a uma convicção no projeto político em que estava inserido. É possível que essa justificativa do consumo de álcool apresentada por *Gabriel* tenha sido apenas uma forma de legitimar seu vício. No entanto, o relato de *Cláudia* nos faz perceber a possibilidade de uma forma específica de

²⁸¹ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 30.

²⁸² Jornal fundado em 1949 pelo PCB. Tendo circulado regularmente até fevereiro de 1959, foi fechado por iniciativa do próprio PCB naquele ano e voltou a circular clandestinamente entre 1964 e 1975. Desse ano até 1979, passou a ser editado do exterior. Ver mais em: <https://bit.ly/2NEfJ6M>. Acesso em 05/11/2019.

²⁸³ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 26/08/1971. BNM 351, p. 40.

comprometimento: mesmo querendo deixar o grupo, seguir participando em função de fatores alheios a sua vontade, ou seja, pode haver situações em que a continuidade do comprometimento se desprende da decisão individual e sustenta-se em outras bases como a pressão do grupo, ou até mesmo, ameaças à própria vida. No depoimento atribuído a *Vitor*²⁸⁴, há menção a ameaças de morte por parte dos militantes da organização, caso *Vitor* desertasse. Embora essa afirmação possa ter sido falseada pelos responsáveis pela redação das declarações de *Vitor*, *Salete* relata uma conversa que presenciou entre seu então marido e outro militante da organização em que *Vitor* dava sinais de uma possível deserção:

Vitor estava vendo falha da organização: muita gente caindo, uns presos, uns mortos. Ele pegou e expôs para o Alberto²⁸⁵, que era esse grandão que eu te falei e disse:
- Eu não fujo mais.
- Por quê? [perguntou Alberto].
- Eu não vou. Eu estou botando a vida do meu povo em risco. Eu já perdi o meu cunhado [*Renato*], minha cunhada [esposa de *Renato*] ficou para trás, doida. Eu não sei o que fazer. E eu não posso liderar esse povo desse jeito, não. Eu só estou vendo pedaço caindo para trás. Não vou mais não.
- Mas rapaz, agora vai ficar melhor, vai ficar bom.
Eu vou fazer uma carta, vou expor para o presidente Emilio Garrastazu Médici, para ele mandar vir me buscar aqui. Mas como homem. Não vir com canalhice para mim, não, porque eu sou macho. Eu tenho palavra. Eu não sou vagabundo, não.
- Ah, mas você não vai fazer isso.
Eles foram embora. Isso foi numa reunião que teve na minha casa. Até aí, eu presenciei. (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Não identifiquei casos em que a VAR-Palmares tenha efetivamente praticado justicamento contra militantes considerados traidores, mas há registros de casos em outras organizações, como a ALN, PCdoB e PCBR (PAZ, 1996; STUDART, 2005; GORENDER, 1987). Della Porta (2013) também reporta um caso semelhante praticado pelas Brigadas Vermelhas na Itália dos anos 1970.

Por fim, apesar das conversas conduzidas por *Márcio* e *Vitor* com os camponeses de Lagoa Verde sobre a necessidade de “se unir contra o governo”, não há, seja nos depoimentos ao IPM, seja nos relatos dos sobreviventes, indicações de que algum camponês dessa localidade tenha aderido à organização, nem que tenham conversado especificamente sobre a proposta revolucionária da organização com algum morador local, ao contrário de Itaguatins, onde se formou um grupo, conforme veremos no próximo item.

4.4.3 A formação de um grupo de camponeses em Itaguatins/TO

Se em Lagoa Verde tive dificuldades por falta de um mediador para as entrevistas, em Itaguatins, para onde fui pela primeira vez em março de 2016, contei com a ajuda de Dilsa Cortês, professora aposentada de Imperatriz, que possui uma chácara na ilha de Serra Quebrada²⁸⁶, ao lado da comunidade do Angico, município de Itaguatins/TO, onde morava o casal de militantes *André* e *Roberta*²⁸⁷ responsável pelo trabalho de formação de um grupo de

²⁸⁴ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 34.

²⁸⁵ Salete não se recorda com precisão se “Alberto” era Carlos Alberto Soares de Freitas ou outro militante da VAR.

²⁸⁶ Ilha do Rio Tocantins, divisa entre Maranhão e Tocantins, situada a cerca de 10 km ao Sul de Imperatriz, distância que demandava três horas de barco a remo.

²⁸⁷ O casal preferiu não ter seus nomes identificados.

camponeses no local. O militante Euclides passava tempos na casa do casal, passando-se por irmão de *Roberta* e se tornou conhecido de alguns camponeses. Ele era responsável por levar notícias, dinheiro e fazer a ponte com os demais militantes da organização.

Dilsa me levou até a localidade de Angico, próximo à ilha, onde mora *Fábio*, o único dos camponeses participantes do grupo ainda vivo. À época, ele morava na localidade vizinha de Laginha. O fato de eu ter chegado acompanhado de uma conhecida dele e de *Salete*, com quem *Fábio* havia se encontrado algumas vezes na época, ajudou a criar uma relação de confiança mínima necessária para que informações relevantes pudessem ser compartilhadas por ele na entrevista.

Com *André* e *Roberta*, que moram atualmente em Goiás, o contato demandou um esforço maior para conseguir um relato deles. “A gente não gosta de se lembrar dessa época”, justificou ela, ao atender um telefonema meu no qual eu pedia uma entrevista. Ela enfatizou o sofrimento por que passaram na época, sobretudo depois da prisão do marido em agosto de 1971. Em dezembro de 2018, quando fui a Goiás, aceitaram me receber para uma visita, após eu me comprometer a não fazer nenhuma pergunta sobre o tema. A visita só foi possível pela mediação de uma amiga do casal, antiga militante da AP, cujo marido havia dividido cela com *André* durante a ditadura, motivo pelo qual haviam construído uma relação de amizade²⁸⁸. Em outubro de 2019, retornei a Goiás e tivemos oportunidade de passar várias horas conversando em um almoço organizado por essa amiga em comum. Foi quando tive a oportunidade de ouvir um relato do casal, ainda que não gravado, sobre sua experiência com os camponeses de Itaguatins.

Filho de um fazendeiro de Santa Inês, próximo a Feira de Santana, na Bahia, *André* mudou-se para São Paulo quando era ainda muito jovem. Tendo passado um tempo em Osasco, como operário (prensista) da fábrica Gazarra, na capital paulista. Entre 1966 e 1968, integrou a Ala Vermelha do PCdoB, período em que procurava mobilizar outros operários para aderir à organização. Em 1969, migrou para a VAR-Palmares. Perseguido pela repressão, encontrou na “área estratégica” de sua nova organização uma alternativa para ficar distante dos centros urbanos, onde a repressão era mais intensa, e, ao mesmo tempo, contribuir com a construção da guerrilha rural²⁸⁹. Segundo seu relato, a organização o enviou para “a área” pois precisava de “alguém que entendia de campo”, já que os camponeses eram “danados, iriam descobrir” que ele seria um militante. Por ser oriundo do campo, *André* se enquadraria nesse perfil. “O partido [refere-se à VAR-Palmares] mandou a gente ir para o campo para organizar os camponeses para a luta armada. Luta de conversa não resolve nada, não” (*André*, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 24/10/2019).

André e *Roberta* saíram de São Paulo em setembro de 1969 e chegaram a Imperatriz no mês seguinte, tendo lá permanecido por cerca de dois meses, até a compra de um sítio na localidade de Angico, município de Itaguatins, às margens do Rio Tocantins. Com base nessas informações, é possível estimar a chegada do casal em Itaguatins por volta de novembro ou dezembro de 1969. Nesse momento, o casal possuía dois filhos: um nascido em 1968 e outro em 1969. “Ele chegou, comprou o sítio, começou a trabalhar, plantou feijão”, relatou um dos camponeses com quem fez amizade.

No depoimento atribuído a *André* às Forças Armadas, consta que, perguntado sobre “as ações que passou a desenvolver em Serra Quebrada”, respondeu que

inicialmente, seguindo as orientações da organização, procurou adquirir a confiança dos moradores locais, sendo generoso e prestativo para com todos. Que depois de um

²⁸⁸ O encontro com essa ex-integrante da AP ocorreu por coincidência em agosto de 2018, durante o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Florianópolis, no qual ela contou sua história e cantou algumas das músicas do CD *Cantos da Resistência*, mencionado no capítulo anterior.

²⁸⁹ Requerimento de anistia nº 2008.1.62791. Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 26/09/2008.

certo tempo, pôde começar a falar com alguns moradores que lhe pareciam mais fáceis de conseguir apoio. Que nessas conversas, o depoente dizia que a situação não estava boa, que isso tinha que mudar e que essa mudança só seria pela força²⁹⁰.

Nas conversas que tive com os moradores de Angico que conviveram com *André*, foram unânimes os relatos de prestação de assistência, distribuição de alimentos e remédios, transporte de doentes e uma postura de constante prestatividade. Vejam-se dois exemplos de relatos de antigos moradores do Angico que, a despeito de não terem aderido ao grupo, conviveram com Euclides, *André* e sua família:

André chegou como uma pessoa muito delicada, fazendo caridade para o povo. (...). Ele dizia que tinha vindo pra ajudar o povo. Se ele fosse na casa de alguém e visse que precisava de remédio, ele dava um jeito de conseguir. Sempre por caridade. Um filho meu mesmo, eles deram remédio, tentaram ajudar. Ele acabou morrendo depois, mas fizeram o possível para ajudar (*Silvo*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 19/11/2018).

André morava a 600m de casa. Eu não sabia do que eles tratavam. Nem sabia se eles tratavam de alguma coisa, ou não. Mas era boa pessoa. Fornecia remédio para a gente, quando a gente precisava. Se precisasse hospitalizar, a gente tinha a garantia deles de que eles levavam a gente para o hospital (*Jeferson*, Araguaianã/TO, entrevista em 27/11/2018).

Roberta também relata que se tornou parteira, tendo aprendido o ofício com as próprias parteiras locais. *André* também aprendeu a aplicar injeção quando já estava em Itaguatins. “Fui a cobaia dele”, lembrou *Roberta*. Ela também relatou que, como não tinha origem camponesa, aprendeu muito com as camponesas locais em termos de cultivos agrícolas, chás etc. Por sua vez, ela também compartilhou saberes que trouxe de sua vivência prévia. “Ensinei a comer verdura, porque o povo lá não comia. Não dormiam em cama, só em rede. Viram a minha cama e todo mundo passou a querer também” (*Roberta*, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia, 24/10/2019). O estímulo à mudança de hábitos, que vimos no capítulo anterior como um objetivo deliberado dos militantes da AP, no sentido de uma construção paulatina de um processo de mudança social, não se restringia, portanto, apenas à dimensão política, mas se estendia às diversas esferas da vida cotidiana e ocorria, muitas vezes, de maneira não intencional, como mostram esses exemplos.

No entanto, apesar dessa boa relação com os moradores, a chegada de uma família oriunda de São Paulo em uma região que recebia fundamentalmente camponeses sem-terra do nordeste e de Goiás causou estranhamento em alguns camponeses, que se indagavam a respeito das intenções “deste homem sabido e inteligente no meio da população fraca”, como disse um deles. “Quando *André* chegou, pela conversa dele, a gente viu que era uma pessoa inteligente, meio sabido. Eu mesmo estranhei. Que será que esse homem faz por aqui?”, complementou. “Todo mundo percebeu que ele vinha de fora quando chegou e ele mesmo dizia que era paulista”, comentou outro. Não houve, portanto, como no caso dos militantes da AP, uma tentativa de apresentar-se como camponeses de um município vizinho, de modo que se tornava mais difícil para *André* evitar um estranhamento da população local, dada a excepcionalidade da situação.

Apesar da desconfiança de alguns camponeses, a postura prestativa de *André* e Euclides favoreceu o engajamento de alguns camponeses, como *Fábio*, que conta ter participado do grupo formado por *André* a partir da relação de amizade construída entre os dois. Nascido em 1946 no interior do município de Amarante do Maranhão, *Fábio* mudou-se com seus pais para

²⁹⁰ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 28/08/1971. BNM 351, p. 45.

Itaguatins, na localidade de Laginha, quando ainda criança. Ali se instalaram como posseiros, acompanhando a tendência da região conforme discutido no item 4.4.1.

Quando *André* chegou, no final de 1969, *Fábio* já era casado e já tinha sua primeira filha. O camponês conta com nostalgia como aos poucos foram se aproximando: *André* costumava visitá-lo para almoçar e vice-versa, conversavam muito e sempre que *Fábio* precisasse de algo, *André* e Euclides procuravam auxiliar. *Fábio* compartilhou esse mesmo relato alguns dias depois também com Cristina Chacel e Custódio Coimbra: “Me ajudavam com lata de óleo, pacote de café, levavam minha filha no médico, aplicavam injeção...” (*Fábio* Pereira da Silva, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 12/03/2016). Nas conversas comigo, era perceptível o sentimento de gratidão em relação a *André* enquanto relatava sua relação com o militante, sobretudo quando falava de uma situação em que a filha ficou adoentada e *André* a levou ao médico, o que nos remete novamente ao tema da importância dos laços afetivos e das relações de reciprocidade, anteriormente discutidos, para os processos de engajamento político. Como observou Della Porta (2013, p. 244),

Ativistas políticos se tornaram melhores amigos, enquanto que os laços com amigos não-políticos se enfraqueceram. Laços fortes de amizade com amigos políticos tendiam a provocar o aumento da importância do envolvimento político. (...) No que se refere às organizações clandestinas, os laços afetivos foram definitivamente para o recrutamento [de novos integrantes]. Tanto os militantes de esquerda da Itália, como os da Alemanha testemunharam que a “lealdade” para com os amigos os compeliram a imergir para a clandestinidade e que as organizações clandestinas eram formadas por grupos de amigos-camaradas²⁹¹.

O relato de *André* confirma essa perspectiva ao se referir aos camponeses: “quando o camponês deposita confiança em você, é confiança pra valer” (*André*, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 24/10/2019). Dentre os camponeses que se engajaram no grupo formado em Itaguatins, *Fábio* é o único ainda vivo. Diversos momentos de sua fala evidenciam esse sentimento de lealdade, confiança e reciprocidade para com os militantes, sobretudo em relação a *André*. Seguem abaixo alguns trechos das entrevistas que concedeu a mim e a Cristina Chacel e Custódio Coimbra, em que conta sobre sua relação com os integrantes da VAR-Palmares em Itaguatins e o que ouvia deles:

André ia pra minha casa com os parceiros dele que vinham de outros lugares. Palestravam²⁹² e discutiam. Conversava um bocado de coisa, só que eu não entendia porque eu não tenho leitura. Mas dizia que o pessoal tinha que se unir para ter uma vida melhor, porque a união é que fazia a força para lutar contra esse pessoal que fazia mal para a gente. (...) Não chegaram a falar de ocupação de terra, nem falavam o nome da organização. (...) Falavam sobre o pessoal de Cuba, Fidel Castro, Che Guevara, que era médico, Raul Castro, todo esse pessoal (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista a Fabricio Teló em 05/03/2016).

[Os militantes] diziam que nós tínhamos que nos unir, enquanto população pobre, para lutar contra o Exército poderoso que estava no poder, que era a ditadura militar (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista a Cristina Chacel e Custódio Coimbra em 12/03/2016).

²⁹¹ Tradução livre do original: Political activists became best friends, while ties to nonpolitical friends weakened. Strong friendship ties with political friends tended to increase the importance of political involvement (...) Affective ties ultimately were vital to recruitment into clandestine organizations. Both the Italian and German left-wing militants testified that “loyalty” to friends compelled them to descend into the underground and that underground organizations were founded by cliques of friendscomrades. (DELLA PORTA, 2013, p. 244).

²⁹² Observe-se que o termo palestrar é utilizado nesse caso como sinônimo de conversar e não de proferir uma aula, como é o sentido mais comumente utilizado.

André também relatou a dificuldade dos camponeses de entender os militantes, quando estes falavam sobre política ou sobre a proposta revolucionária. A dificuldade maior, segundo *André*, era “quando iam os estudantes”, os militantes da VAR que não moravam na área, mas se deslocavam ocasionalmente para atividades de formação política e de treinamento militar²⁹³. “Eles iam lá falar de metamorfose, de dialética etc e depois os camponeses vinham me perguntar o que era. Aí eu explicava que era como se eles precisassem transformar uma mesa em uma cadeira. A transformação de uma coisa em outra seria a metamorfose” (*André*, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia/GO, 24/10/2019). Este caso é o exemplo por excelência da “colisão estilística” a que se refere Bourdieu (2008), em relação às situações de encontros de estilos expressivos utilizados por atores sociais tão distantes entre si, que resulta em prejuízo à capacidade de se comunicarem.

Percebe-se ainda no relato de *Fábio* a forte influência da experiência cubana no discurso mobilizador do militante para com o camponês, o que corrobora a tese de Sales (2005) sobre o assunto. Na primeira conversa que tive com *Fábio*, percebi um sentimento de medo e desconfiança em relação a mim em um primeiro momento, o que era previsível, uma vez que essa entrevista foi concedida no dia em que ele me conheceu. Em 2018 fiz-lhe uma nova visita, na qual pude passar quatro dias em sua casa, o que proporcionou uma abertura maior, como veremos na sequência.

Fábio conta ainda que o primeiro camponês com quem *André* e Euclides “abriram o jogo” sobre a proposta da guerrilha foi *Adilar*. Este camponês, no entanto, teria sido um dos responsáveis pela delação dos militantes aos órgãos repressores: “*Adilar*, na presença do *André* era uma coisa. Por trás ficava dizendo: ‘Rapaz, esses caras são uns miseráveis, são terroristas’. Aí comecei a desconfiar (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista a Cristina Chacel e Custódio Coimbra em 12/03/2016). *Fábio* relata ter comentado sobre sua desconfiança em relação a *Adilar* com *André* e Euclides, porém não houve tempo para a tomada de alguma providência porque logo depois a repressão chegou.

Studart (2013), tratando do caso do Araguaia, também descreve o caso de um camponês que aderiu à guerrilha, depois atuou como mateiro na perseguição aos guerrilheiros e trabalhou por 30 anos com o major Curió após o fim do conflito. Embora no caso do Araguaia seja preciso considerar as ameaças sofridas por quem se negasse a obedecer às determinações do Exército na área, é possível fazer um paralelo com o caso do *Adilar*, pois em ambos os casos houve um primeiro momento de adesão e um posterior movimento de associação às forças repressivas ou de ação contrarrevolucionária, como se referiu Maciel (2013) em relação à Nicarágua. Tais deserções foram peças-chave nos processos de desmantelamento das diversas tentativas de formação de grupos de guerrilha rural aqui analisadas.

Na segunda visita que fiz a *Fábio*, em 2018, ele deu mais detalhes sobre seu engajamento:

Antes de abrir o jogo pra mim, ele [*André*] pediu pra eu não conversar água [compartilhar as informações] com ninguém. Aí ele me explicou qual era o sentido da coisa, eu concordei e continuo concordando até hoje. (...) Ele falava que quando a gente tivesse mais competência [para atirar] e mais gente no grupo, aí qualquer coisa poderia acontecer. Mas não deu tempo (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 20/11/2018).

Além de *Adilar* e *Fábio*, um primo deste também “assistiu a algumas reuniões, mas desconfiou, ficou meio assustado e saiu fora”. Posteriormente, um outro também aderiu ao grupo, mas por pouco tempo devido à prisão dos militantes que aconteceu pouco tempo depois

²⁹³ *André* não os nomeou.

(*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista a Cristina Chacel e Custódio Coimbra em 12/03/2016).

Diversos treinamentos militares foram realizados no sítio de *Fábio*, que morava em um local mais retirado, no povoado vizinho de Laginha, a fim de evitar que alguém ouvisse o barulho dos tiros. Quando perguntei sobre esse assunto, *Fábio* respondeu:

Isso aconteceu, não vou mentir, não sou homem de mentir. Posso até ser prejudicado e preso, mas mentir não. Quando eles vinham, era o *Vitor*, o *André*, o Euclides e outros que apareciam aqui e acolá, que vinham mais de longe²⁹⁴. Iam lá pra casa onde eu morava, íamos para o meio da mata. Eles levavam as balas e a gente atirava em uns paus lá. Dávamos 30 ou 40 tiros treinando. (...) Esse treinamento era para que, se fosse preciso trocar tiro com a polícia, era para trocar. E aí o cabra tinha que saber atirar para não errar. E saber se defender também. (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 05/03/2016).

Aqui novamente percebe-se o receio de falar do assunto, mas, ao mesmo tempo, a coragem de *Fábio* de dispor-se a sofrer eventuais represálias em nome de uma responsabilidade com a história e com o registro dos fatos que aconteceram. No depoimento atribuído a *Vitor*, também consta um relato de sua participação em um “exercício de tiro” em Serra Quebrada, do qual teriam participado Euclides, Manoel (James Allen), *André*, *Fábio*, *Adilar* e outro camponês, sobre o qual não encontrei informações e ao qual tampouco *Fábio* se refere. Além disso, *Vitor* e *Márcio* teriam realizado alguns treinamentos de tiro em Lagoa Verde²⁹⁵. A participação nos treinamentos militares já representava um estágio mais avançado do processo de engajamento, constituindo o que Silva e Ruskowski (2016) chamam de socialização militante, responsável pelo fortalecimento da conexão estrutural do indivíduo para com a organização e, eventualmente, um alinhamento identitário entre eles.

Diferentes relatos sobre a participação das mulheres nos treinamentos me foram relatados. Enquanto *Salete* e *Roberta* relataram não terem participado sequer das discussões políticas, a viúva de *Adilar* contou ter participado de alguns treinamentos, embora não soubesse a razão de tal atividade. Para ela, o “aprender a dar tiro” era uma forma de diversão. Ela acrescentou que seu diferencial era conseguir atirar com o revólver em movimento, enquanto a maioria dos demais só o fazia com a arma parada. Ela afirmou que *André* e Euclides não conversavam com ela sobre política. Sequer sabia o que era “governo” à época, disse. A única coisa que lhe expuseram, conforme conta, foi que “não podia contar pra ninguém” sobre aqueles treinamentos. *Salete*, embora não tenha relatado participação em treinamentos, mencionou em uma conversa comigo que era “muito boa de mira” e que em uma ocasião teria matado uma cobra com um tiro. *Roberta* também relatou que as esposas dos camponeses que participavam do grupo se reuniam com regularidade para socar arroz, cortar coco, dentre outras atividades, o que indica certa identificação entre elas.

Vale notar que a viúva de *Adilar* só relatou esse fato na segunda visita que fiz a ela, em 21/11/2018, em uma conversa não gravada, na ausência do filho. Ela afirmou que nunca havia compartilhado essa informação com ninguém. Na primeira visita, em 05/03/2016, quando fui acompanhado de *Salete*, apesar de nos ter recebido muito hospitaleiramente, dissera explicitamente: “Não vou responder nada. Depois que meu marido morreu, eu perdi toda a minha memória”. Na segunda visita, no entanto, como eu estava sozinho e com mais tempo disponível, pude me apresentar melhor, contar minha história, almoçar com ela e, assim, prover elementos que pudessem facilitar a construção de uma relação mínima de confiança. “A gente

²⁹⁴ Tratarei desses outros militantes na sequência do texto.

²⁹⁵ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, Brasília, 23/08/1971. BNM 351, p. 30.

nunca sabe de onde as pessoas vêm, quais são as intenções delas”, justificou ao se referir à sua reticência em conversar sobre o assunto²⁹⁶.

Assim como no caso da AP, o recurso à caça como espaço para treinamento militar, reconhecimento da área, familiarização com a floresta e diálogo com os camponeses foi um instrumento frequentemente utilizado por *André* e Euclides para executar o trabalho político com os camponeses do povoado. *Fábio* relata que nesses momentos ele se sentia mais confiante em função de seus saberes sobre a vida em meio à floresta e sua familiaridade com o manuseio da espingarda:

Eu sentia medo e entusiasmo ao mesmo tempo, mas não tinha muita cisma, não. Eu não ficava pensando que ia morrer, mas vencer e sair vitorioso no final da história. O entusiasmo era maior do que o medo porque a gente achava que ia entrar naquela luta e vencer. Eu também já tinha um pouco de habilidade com a espingarda, de andar no meio do mato. Nesse sentido eu já era bem avançado. O pessoal que saiu [do grupo] é que ficou mais assustado (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 20/11/2018).

Os momentos de caça, portanto, podem ser analisados como “mecanismos de encorajamento” dentro da ideia de “gestão do medo” proposta por Godwin e Pfaff (2001), diante das dificuldades encontradas pelos movimentos sociais de mobilizar novos adeptos devido ao receio de sofrer represálias em função do engajamento. Nas organizações armadas, tal sentimento é ainda mais presente, dados os altos e diversificados riscos que sua prática envolve. A prática da caça era também uma forma utilizada pelos moradores de Angico para se referir aos encontros realizados pelo grupo em torno de *André*: “Tinha um pessoal que se envolvia mais com ele [*André*], que gostava de negócio de caçada, mas eu nunca me envolvi. A afinidade maior era com *Fábio* e *Adilar*, além de um cunhado meu” (*Silvo*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 19/11/2018).

Ainda em relação ao comentário de *Fábio*, merece destaque a referência a seu entusiasmo e sua esperança de que o projeto guerrilheiro sairia vitorioso. Aminzade e McAdam (2001) apontam para o que chamam de “mobilização da esperança”, associada à mobilização da raiva, como uma das formas utilizadas pelos movimentos sociais para recrutar novos seguidores ou manter os já envolvidos. Romanos (2011) reforçou essa interpretação em sua análise sobre os libertários anarquistas durante o regime repressivo de Franco na Espanha. Nesse caso, segundo o autor, a esperança de vitória constituiu uma emoção central para a mobilização e fortalecimento do compromisso dos militantes.

Tal sentimento nos remete ainda a Alavi (1965), para quem os camponeses pobres, a despeito de sua propensão ao não-engajamento revolucionário devido à sua dependência em relação aos senhores rurais, poderiam tornar-se sujeitos políticos engajados se lhes fosse mostrada, na prática, a viabilidade da emancipação, tarefa que os treinamentos militares, de certa forma, preenchiam, na medida em que encorajavam os camponeses participantes e lhes proporcionavam uma sensação de empoderamento, como relatou *Fábio*. Os treinamentos fortaleciam ainda aquilo a que Wolf (1984) se refere como o “poder externo” em que os camponeses precisam confiar para enfrentar seus medos.

Os militantes da VAR em Itaguatins e Imperatriz mantinham contato com os demais integrantes da organização com relativa frequência. O principal elo era Euclides, que passava

²⁹⁶ O fato de eu ter aceitado almoçar com ela, especialmente por se tratar de uma refeição preparada por ela própria, também contribuiu para sua abertura. Como observou Simmel (2004, p. 160), “o comer e beber juntos – que para o árabe permite transformar o inimigo mortal desconhecido em amigo – libera uma enorme força socializadora (...) produtora da ideia primitiva de que se produz deste modo carne e sangue comuns”. É como se o compartilhar de um mesmo alimento tivesse evocado a humanidade presente em mim e nela e, com isso, favorecido uma postura de empatia de um em relação ao outro. Além disso, minha disposição em comer da comida preparada por ela também era expressão da minha confiança para com ela.

boa parte de seu tempo viajando para Belém e para o Sudeste. Além dele, é possível inferir, com base nos relatos coletados a partir das diversas entrevistas e documentos consultados, que, dentre os demais militantes que visitavam a região, estavam Carlos Alberto Soares de Freitas (Breno, Roberto), James Allen (Ciro, Manoel), e José Carlos da Costa (Baiano, Maneco)²⁹⁷.

Além disso, a atualmente professora da UFPA, Zélia Amador de Deus, também cobriu alguns pontos em Imperatriz a fim de prover recursos financeiros para o sustento dos militantes que lá se encontravam. Ela, contudo, não podia permanecer por muito tempo porque, como ainda mantinha sua vida na legalidade, precisava manter seu emprego de professora de Língua Portuguesa do Ensino Básico, em Belém, onde residia. “O nosso contato não implicava vivência”, comentou: encontravam-se no porto da cidade, conversavam trivialidades por alguns minutos e Zélia retornava para a capital. Ela conta que conheceu dois camponeses: um baixinho de bigode (provavelmente *Fábio* ou *Vitor*) e outro mais alto, negro, chamado de Velho (possivelmente *Márcio*). Ela foi a Itaguatins apenas uma vez com o objetivo de “aprender a atirar”. Foi na companhia e sob a instrução de José Carlos da Costa, o Baiano, quadro nacional da VAR. Nessa ocasião, ela conta ter permanecido na região por três dias (Zélia Amador de Deus, Belém, entrevista em 01/11/2018). *Fábio* lembrou da ocasião em que Zélia esteve em seu sítio para treinamento: “Ela se encheu de carrapato e disse que quando chegasse em Belém ia precisar de ajuda pra tirar os carrapatos [do corpo]” (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista a Cristina Chacel e Custódio Coimbra em 12/03/2016).

Por fim, cumpre notar que não houve por parte de *Fábio* um movimento de desengajamento em relação à ideia da revolução, tal como se notou em *Vitor* e *Gabriel*, anteriormente descritos. Ao contrário, na visita que lhe fiz em 2018, por várias vezes, *Fábio* evocou sua esperança de que um dia o projeto revolucionário volte a ganhar força: “A gente tinha esperança de que a gente ia conseguir derrubar a ditadura. Quem sabe ainda seja possível. Quem sabe se não vai surgir de novo [um movimento de resistência]? A raiz do projeto ainda não acabou” (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 20/11/2018).

4.4.4 Novamente a repressão

Assim como as demais tentativas de formação de grupos de guerrilha rural, a do Bico do Papagaio também foi desmantelada precocemente pela repressão. Considerando-se que o primeiro casal de militantes a chegar na região (*André* e *Roberta*) o fez em novembro de 1969 e a Operação Mesopotâmia, responsável pela prisão dos militantes, foi em agosto de 1971, é possível concluir que o trabalho político da VAR com os camponeses da região durou menos de dois anos.

Segundo o relatório da referida operação, a prisão de *Márcio*, *Vitor* e *André* ocorreu no dia 05/08/1971, em Lagoa Verde²⁹⁸. *André* lá estava, pois havia cortado o pé com um caco de vidro quando descia de um pé de coco e estava se tratando na cidade. *Cláudia*, então esposa de *Gabriel*, relata como foi esse dia, que resultou na perda do bebê que estava gestando:

Eu estava na casa do meu pai. Chegou uma pessoa assim, quase amanhecendo o dia, chamando assim: “Seu João²⁹⁹, seu João, abre a porta que eu quero água, que o carro está pegando fogo!” E meu pai abriu a porta e eles [os soldados] pegaram pai. Levaram *Vitor*, meu pai e *André*. Os dois meninos [Jorge e Josué, irmãos mais novos] estavam

²⁹⁷ Os três foram desaparecidos após suas prisões em fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro, março de 1973, em Porto Alegre, e dezembro de 1973, em Belém, respectivamente. Ver mais em Chacel (2012) e CNV (2014).

²⁹⁸ Informação nº 326 CIE/ADF. Relatório da Operação Mesopotâmia. Brasília, Ministério do Exército, 17/08/1971. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ACE_37923/71, p. 6.

²⁹⁹ João Ferro era o codinome utilizado por *Márcio*.

em casa com a gente, mas fugiram. Meu marido [Gabriel] também (*Cláudia*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

É possível que os militares não tenham buscado por *Gabriel* em Lagoa Verde pois esperavam encontrá-lo em seu sítio no Trecho Seco, como consta no relatório da Operação Mesopotâmia: no dia 05/08/1971, foi realizado “vasculhamento na propriedade de *Gabriel*”, o que indica que no dia das prisões, já dispunham do levantamento de todos os militantes presentes na área, antecipadamente mapeados, provavelmente com auxílio da comunidade de informações.

Não tendo encontrado *Gabriel* no Trecho Seco, os militares retornaram à casa de *Márcio* para buscar informações sobre o paradeiro de *Gabriel*: *Cláudia*, sua esposa, precisou dar satisfações, conforme relatou em entrevista: “Eles pegavam nos meus cabelos assim, seguravam e botavam uma faca no meu pescoço: ‘Cadê o teu marido? Eu corto a tua língua!’ Eu disse: ‘Corta. Eu não sei onde ele está’” (*Cláudia*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Salete conta que alguns dias após a prisão do pai e do marido, um dos dois irmãos mais novos, Jorge, retornou para informar onde estavam escondidos.

Ele falou assim: “Mãe, não se preocupe que onde eu estou, eu estou bem. Estou numa fazenda perto daqui. Fazenda Cascavel. Eu estou lá, Josué [o caçula] está lá e *Gabriel*. Estamos nós três juntos. E nós estamos trabalhando naquela fazenda. Mas a gente vai vir aqui. De vez em quando a gente vem aqui. Deixa uma roupa de vocês aqui, pendurada, para a gente ver que vocês estão aqui.” E eles iam. Aí, quando chegou uma época, não apareceu mais ninguém (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Voltarei a esse ponto na sequência do texto. De acordo com *Fábio*, a descoberta da iniciativa ocorreu devido à delação de um próprio membro do grupo de Itaguatins: “As conversas estavam indo e você sabe que gente ruim tem em todo lugar. Começaram a falar até que chegou nos ouvidos dos detetives que trabalham com a polícia em Imperatriz, até que chegaram na conclusão de pegar ele [*André*]” (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 05/03/2016). Um comerciante que administrava um pequeno comércio no leito do Rio Tocantins durante a temporada de praias³⁰⁰, no depoimento que prestou aos agentes da repressão³⁰¹, relatou que ele mesmo havia alertado a polícia militar de Imperatriz de que *André* “era comunista”, estava convidando os moradores a entrarem para a organização e “que possuía muitos recursos”. Ele foi informado, porém, que a polícia maranhense não poderia atuar por se tratar de um caso em território de outro estado (à época Goiás). O fato de *André* fazer muitas e volumosas compras foi um dos fatores geradores de estranheza em Raimundo.

Jeferson, outro antigo morador que não aderiu ao grupo, relatou que antes da prisão de *André*, havia um detetive que ficou “rodando de voadeira³⁰² na região”, a fim de reconhecer o terreno e investigar. *Silvo*, que tampouco aderiu ao grupo, relatou que alguns dias antes da Operação Mesopotâmia, “começou a surgir um comentário que eles [*Euclides*, *André* e família] eram um povo diferente etc, então a gente foi se tocando pra ficar meio distante um pouco” Mesmo assim, foi igualmente levado a Imperatriz a fim de prestar depoimento.

³⁰⁰ De junho a agosto, devido à diminuição da vazão, formam-se pequenas praias no leito do rio.

³⁰¹ Depoimento ao Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, 18/08/1971. BNM 351, p. 18.

³⁰² Meio de transporte aquático comum na região amazônica, com estrutura e casco de metal, a maioria com motor de popa. Por ser uma embarcação leve e de pequeno porte, a voadeira possui a vantagem de poder ser utilizada em águas mais rasas, como é o caso do Rio Tocantins entre os meses de junho e agosto, quando chove menos e sua vazão diminui consideravelmente, dificultando a navegação de embarcações maiores.

Nesse dia, *André* estava preso lá em Imperatriz. [No depoimento], falei que tinha pouco conhecimento, que fazia pouco tempo que *André* tinha chegado e que ninguém sabia de nada. Para quem estava mais envolvido, teve uma investigação mais demorada, mas como eu não estava envolvido, não demorou muito. Outros além de mim foram intimados a dar depoimento também (*Silvo*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 19/11/2018).

Jeferson também foi levado pelos militares para ser “entrevistado” para dar sua “palestra”, como se diz na região, sobre o que sabia a respeito de *André*, se havia sido “convidado para alguma coisa” e se tinha “participado de alguma coisa”, ao que respondeu: “Não senhor. Era só bom dia e boa tarde. Nunca me passaram nada”. Ele conta ainda que “os policiais” diziam que *André* era “terrorista”, ao que respondia afirmando que “não podia dizer se era ou não”, mas que ele e Euclides “ajudavam a gente”. Junto com *Jeferson*, foi levado também outro camponês, hoje já falecido, que ficou detido até o dia seguinte. “Foi um bocado de gente que teve que ir dar depoimento”, comentou o antigo morador, que conta ter sido também solicitado a acompanhar os militares indicando os nomes dos moradores de cada casa no povoado do Angico (*Jeferson*, Araguaianã/TO, entrevista em 27/11/2018).

Volto aqui ao ponto sobre a importância das ações de solidariedade de *André* e *Roberta* para com os camponeses. Segundo *André*, devido aos relatos positivos dos camponeses em relação a ele aos militares da Operação Mesopotâmia, o General Bandeira, que coordenava a operação, teria enviado uma carta a Brasília determinando que interrompessem as torturas, já que *André* seria “uma boa pessoa”. Se, por um lado, temos aqui indícios de uma possível superestimação na interpretação de *André*, por outro, ela se coaduna com os relatos dos camponeses sobre o que se recordam da atuação do antigo militante, bem como com o que me relataram sobre seus depoimentos sobre *André* aos militares.

No IPM que investigou o caso, consta um depoimento de outro suposto camponês, de nome Antônio Rodrigues de Souza, porém desconhecido de todos os entrevistados de Itaguatins, o que me causou estranhamento, uma vez que todos se conheciam mutuamente. De acordo com esse testemunho, *André* teria feito o convite para Antônio “participar de um movimento de guerrilhas”, no qual “inicialmente iria tomar parte em treinamento, para posteriormente engajar-se na luta armada”³⁰³.

Nessa ocasião, *Fábio*, ao prever que seria igualmente procurado, evadiu-se para a floresta “porque o pessoal [do povoado] aqui sabia da nossa amizade”. Sua esposa permaneceu em casa e precisou dar satisfação aos militares sobre o paradeiro do marido: “Andou gente aqui me procurando. Não me encontraram, desistiram, mas humilharam minha mulher, pisaram no pé dela” (*Fábio*, Angico, Itaguatins/TO, entrevista em 05/03/2016).

Depois das prisões, *Danila* (esposa de *Márcio*) e as filhas *Salete* e *Cláudia* (esposas de *Vitor* e *Gabriel*, respectivamente) precisaram buscar formas de sobreviver a partir das lavouras que haviam iniciado em Lagoa Verde e Trecho Seco, além de enfrentar a constante vigilância dos militares e o preconceito dos vizinhos que passaram a considerá-las também como suspeitas:

[Diziam] que o nosso dinheiro era roubado, que era de organização que tinha roubado, que tinha feito assalto, essas coisas assim. Eu falava: “Olha só: o meu marido não é vagabundo, não. Eu como o que a gente trabalhou. O que nós trabalhamos, eu como”. A gente tinha dinheiro e não podia comprar as coisas [para não dar argumento aos detratores]. Era uma coisa horrível. Passamos um sufoco danado. Você sabe o que é

³⁰³ Depoimento de Antônio Rodrigues de Souza. Quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, 18/08/1971. BNM 351, p. 20.

a gente comer uma iguana³⁰⁴? Pois é. Nós comemos iguana. Caçamos bicho no mato, para comer. Cavamos buraco no chão, para pegar lagarto para comer (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

A viúva de *Vitor* conta ainda que depois das prisões, dois membros da organização³⁰⁵ se dirigiram até sua casa com passaportes falsos oferecendo como alternativa a fuga para Cuba, mas ela preferiu não aceitar. Já estava em uma fase de mágoa para com a VAR-Palmares, por atribuir à organização a culpa pelo sofrimento por que estavam passando. Em entrevista, *Salete* me contou como lhes respondeu:

Vocês ficaram loucos? [Se eu aceitar essa proposta], vou assinar a culpa de morte para o meu pai e o meu marido. Vocês estão doidos? Podem ir embora daqui, levar esse dinheiro, que eu não quero um centavo. Essa desgraça aí, eu não quero. Eu tenho dinheiro em casa, do nosso trabalho. E não posso comprar o que eu quero comer, porque estão dizendo que a gente usa o dinheiro roubado. Então, vocês podem sumir daqui. (...). Quando eles foram embora, voltou uma operação da polícia. Voltou quente. E eu pensei: “Se eu pego essa desgraça [o dinheiro e os passaportes], olha a merda que ia dar” (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

É provável que a operação a que *Salete* se refere seja a Axixá, realizada entre fevereiro e março de 1972 no Bico do Papagaio a fim de identificar a presença de “elementos subversivos” na região. O relatório³⁰⁶ da referida operação informa que “Euclides³⁰⁷ e *Gabriel*” foram vistos em janeiro de 1972 em Lagoa Verde, em contato com *Salete* e *Roberta*³⁰⁸ (esposas de *Vitor* e *André*, respectivamente). De acordo com o documento, eles teriam “pressionado” as duas a “se retirar do local em que se encontravam”. Tal informação converge com o relato de *Salete* sobre a vinda de militantes fazendo essa oferta, porém possui incongruências. A primeira é em relação a *Gabriel*: *Cláudia* e *Salete* sempre afirmaram nunca mais terem visto o então esposo de *Cláudia* após sua fuga em agosto de 1971. A segunda é em relação a *Roberta*, que não morava em Lagoa Verde e afirmou nunca mais ter visto Euclides após a Operação Mesopotâmia. De todo modo, trata-se de indícios de que a VAR-Palmares procurou manter algum contato com as esposas dos camponeses após a prisão destes.

Salete prossegue sua narrativa relatando que foi a partir da Operação Axixá que emergiu a solução para o problema delas:

Aí, voltou um chefe da operação e disse assim: “Escuta aqui: deixa eu conversar com você. Pelo jeito, você é uma moça muito nova, mas inteligente. Você tem 24 horas para vender essa casa. Senão, vocês vão ficar na rua. Vai vir outra equipe, depois de mim, para tirar vocês daqui e quebrar essa casa todinha. Você consegue vender essa casa?” Eu falei: “Vou tentar”. Ele falou: “Você faz o seguinte: você vai para Imperatriz, no Fórum, fala com o juiz que você precisa de uma declaração, uma autorização, para vender a sua casa, que você vai achar quem compra no mesmo dia. Que essa aqui é uma região de fazendeiros, e fazendeiros tem olho em terra. Se você

³⁰⁴ Réptil semelhante a um lagarto, porém com coloração esverdeada e espinhos nas costas.

³⁰⁵ Um deles era Euclides, que não havia sido preso, provavelmente por estar viajando no dia da operação. Do outro ela não se recorda o nome, apenas que era “branco, de nariz fino”.

³⁰⁶ Relatório da Operação Axixá. Ministério do Exército. Brasília, 20/03/1972. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas, AC_ ACE_46067/72.

³⁰⁷ *Jeferson*, antigo morador de Angico, Itaguatins/TO, relata ter encontrado Euclides em Imperatriz, cerca de um ano após a prisão dos militantes, mas preferiu não conversar muito para evitar riscos. Depois disso Euclides nunca mais foi visto e é considerado desaparecido.

³⁰⁸ Esposa de *André*, *Roberta* tampouco foi presa. Ela refugiou-se por uns dias na casa de *Fábio* e depois morou provisoriamente no povoado do Centro do Gavião, nas proximidades de Imperatriz.

oferecer, eles vão querer comprar.” (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Tendo seguido a orientação do soldado, *Salete*, além de conseguir a autorização com o juiz, também recebeu deste uma pista de onde poderia encontrar o pai e o marido. “Você precisa se comunicar com Brasília”, teria dito o magistrado. “Então é lá que eles estão”, concluiu ela. Após terem vendido a casa e o sítio, as três esposas mudaram-se para Anápolis/GO para facilitar a localização da prisão onde estavam *Márcio* e *Vitor*, em Brasília. Tal mudança dificultou ainda mais a comunicação com *Gabriel*, Jorge e Josué, que nunca mais foram encontrados³⁰⁹. Uma filha de um vizinho muito próximo em Lagoa Verde conta que *Márcio*, depois que foi posto em liberdade, em agosto de 1972, chegou a voltar a Imperatriz a fim de localizar os filhos e o genro, porém não obteve sucesso. Ele faleceu poucos anos depois de morte natural, mas suas filhas acreditam que as torturas sofridas tenham contribuído para sua morte. *Vitor* foi solto um ano depois de *Márcio* e também faleceu de morte natural alguns anos depois.

Roberta relatou que permaneceu por dois anos no Centro do Gavião, cuidando sozinha dos três filhos pequenos. Nesse período plantava arroz e também comprava a produção dos vizinhos para vender. Ela relatou que, por diversas vezes, foi procurada por militares para responder se conhecia rostos de militantes que lhe mostravam em fotos. Em outras ocasiões, era levada para a delegacia de Imperatriz para igualmente responder se conhecia os presos. Depois desse tempo, adoeceu e mudou-se para São Paulo, para morar com uma prima sua, enquanto se recuperava e procurava localizar *André*, o que conseguiu alguns anos depois, em Goiânia (*Roberta*, entrevista a Fabricio Teló, Goiânia, 24/10/2019).

Ridenti (2010), ao analisar a inserção da VAR-Palmares e das demais organizações armadas no campo durante a ditadura, escreveu que ela se caracterizou “muito mais pela preocupação com a implantação de um núcleo rural, possível embrião da futura guerrilha, do que com a organização dos trabalhadores do campo” (RIDENTI, 2010, p. 221). De fato, a condição clandestina da maioria dos militantes, geralmente forçada devido ao autoritarismo dos governos militares, dificultava um processo de organização mais aberto em torno de possíveis associações ou sindicatos. O investimento em atividades nesse sentido poderia comprometer a segurança dos militantes, uma vez que aumentava a probabilidade de a comunidade de informações identificar os militantes. Além disso, como observou Sales (2005), a forte influência de uma interpretação debrayista da revolução cubana estimulava os militantes a priorizarem as atividades militaristas em detrimento da formação política e organizativa. Embora a VAR-Palmares se propusesse teoricamente a conciliar as duas dimensões, acabava reproduzindo, em boa medida, a perspectiva do Colina, da qual se originou, a partir da fusão com a VPR, outra organização fundamentalmente militarista.

Alguns elementos podem ser destacados como centrais para entender o processo de criação de um grupo de guerrilha rural em Cachoeiras de Macacu: o histórico de luta dos camponeses no pré-64 como um critério de escolha do Colina para iniciar o trabalho de busca de novos militantes; o papel do Ibra como um espaço de refúgio dos agrônomos de esquerda para trabalhar com reforma agrária, que acabou sendo um espaço de articulação para o recrutamento de novos militantes para a luta armada, como vimos, com Amilcar Baiardi, Geraldo Leite, José Roberto Monteiro, Antônio de Pádua Perosa e Richard Dulley; a importância da proximidade e da relação de confiança construída entre Gerson e os camponeses, elemento sem o qual não teria sido possível a adesão do grupo. Além disso, a dimensão da

³⁰⁹ Nenhum dos três consta da lista oficial de mortos e desaparecidos da Comissão Nacional da Verdade. Apenas o primeiro consta da lista da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, por ter nascido em território fluminense. Jorge e Josué, embora tenham morado no estado do Rio de Janeiro, nasceram no Rio Grande do Norte e desapareceram no Maranhão, o que impediu a inserção de seus nomes na lista da comissão fluminense.

religiosidade católica, especialmente presente em três dos principais envolvidos (Gerson, *Márcio* e Rosalina), favoreceu a aproximação entre militantes e camponeses e garantiu a credibilidade necessária para gerar um processo de abertura ao engajamento na proposta da guerrilha.

Em Itaguatins, uma das principais dimensões da relação entre *André* e os camponeses foi a prestatividade daquele para com estes, que abriu caminho para a construção de relações de amizade marcadas pelo *ethos* da reciprocidade e da lealdade, característico da moralidade camponesa.

Embora os camponeses que se engajaram, tanto em Cachoeiras de Macacu como em Itaguatins, não estivessem necessariamente sujeitos à exploração de proprietários de terra – os “Senhores” a que se refere Moore Jr (1986) ou os “não-cultivadores” de que fala Paige (1975), suas características socioeconômicas não permitem enquadrá-los na categoria de “camponeses médios” apontados por Alavi (1965) e Wolf (1984) como os mais propensos ao engajamento revolucionário, o que joga luz sobre a importância do trabalho político realizado pelos militantes do Colina e da VAR-Palmares no sentido de estimular tal engajamento.

Por outro lado, a maior parte dos camponeses não se engajaram. Pretender explicar as razões para esse não-engajamento seria pretensão. Parece razoável, no entanto, resgatar o argumento elaborado de que quando a fonte de renda principal dos camponeses é a terra, a vinculação entre aqueles e esta torna-se mais intensa, de modo que o medo de perder a terra dificulta o apoio a organizações comunistas, dado seu objetivo de eliminação da propriedade (ENGELS, 1981; TSE TUNG, 2011; PAIGE, 1975).

Por fim, ganha destaque também o desengajamento, que acometeu boa parte dos envolvidos, quer em função das prisões e constrangimentos vários, quer por medo de ser a próxima vítima, o que contribuiu fortemente para o desmantelamento tanto desta como das demais tentativas de formação de grupos de guerrilha no campo.

5. O MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO

Neste capítulo analisarei a relação estabelecida entre os militantes do MR-8 com os camponeses no âmbito das tentativas desta organização de promover o engajamento desses atores ao projeto revolucionário por ela proposto. Selecionei dois casos para ilustrar esse processo: o trabalho iniciado na Baixada Fluminense, mais precisamente na região compreendida entre Xerém, município de Duque de Caxias, e Tinguá, em Nova Iguaçu, e a iniciativa subsequente na região centro-oeste da Bahia, com foco no município de Brotas de Macaúbas.

5.1 A formação do MR-8 e sua visão sobre o campesinato

O nome Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possui a peculiaridade de ter sido usado inicialmente por um grupo e depois por outro, dando origem ao que se chama “primeiro” e “segundo” MR-8. Na prática são duas organizações diferentes que adotaram o mesmo nome. Como várias das organizações armadas aqui abordadas, o “primeiro” MR-8 surgiu a partir de uma dissidência do PCB, conhecida como a dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), tendo por principais lideranças: Aluizio Palmar, Nielse Fernandes e Milton Gaia Leite. A esse grupo somou-se posteriormente a dissidência do Paraná. O nome da organização MR-8 é uma homenagem a Che Guevara³¹⁰. Antes disso, o grupo usava a nomenclatura DI-RJ, cuja sede era Niterói (HERLER, 2015).

Este primeiro grupo empreendeu tentativas de trabalho com camponeses na região do oeste paranaense, sob a liderança de Aluizio Palmar, nos municípios de Matelândia (hoje Ramilândia), Vera Cruz do Oeste e no Parque Nacional do Iguaçu. Em seu livro de memórias, Palmar relata que o MR-8 havia comprado uma área de terras para a organização do foco na localidade de Espigão São Sebastião (que chamavam de Sítio Banhadão), no município de Matelândia, onde viviam posseiros (PALMAR, 2005). Ficou responsável por morar no sítio o lavrador Azizo Cordeiro da Fonseca, oriundo de São Fidelis, região norte do estado do Rio de Janeiro e ligado às Ligas Camponesas. De acordo com Palmar, em 1971, depois de os militantes do MR-8 já terem sido presos, esses posseiros viveram conflito fundiário com jagunços. Alguns foram até presos por uma operação do Exército.

O primeiro MR-8 foi uma das primeiras organizações armadas comunistas e também uma das primeiras a ser desmantelada. Em 1969, já estava derrotada pelos agentes da repressão, o que rendeu destacadas reportagens de jornais³¹¹ que propagandeavam a força dos militares por terem conseguido eliminar a dita “organização subversiva”. Nesse momento, outro grupo dissidente do PCB, a chamada Dissidência da Guanabara (DI-GB), até então majoritariamente formada por estudantes, realizou sua primeira ação armada (um assalto a um banco) e assinou o panfleto em que reivindicava a autoria do ato com o nome MR-8. Com isso, foi possível desfazer o ganho de capital político que os militares haviam tido com o desmantelamento do “primeiro MR-8”. Formou-se assim o “segundo MR-8”, que durou mais tempo (sobreviveu à ditadura) e é o grupo mais conhecido (CODARIN, 2018)³¹².

³¹⁰ À época da escolha do nome, acreditava-se que Che Guevara havia sido assassinado em 8 de outubro de 1967. Anos mais tarde, soube-se que essa data estava equivocada e que sua morte ocorrera no dia 9 de outubro daquele ano.

³¹¹ Desbaratada célula de subversivos: 4 foragidos. *O Estado de São Paulo*, 27/07/1969.

³¹² Ainda antes da criação do “novo MR-8”, a Dissidência da Guanabara havia se integrado com a da Bahia após um processo de aproximação iniciado no final de 1968 e formalizado em junho de 1969. Visto como um “ponto

Este novo MR-8, em função de sua origem no movimento estudantil, embora fizesse a crítica à atuação pacífica do PCB, levou mais tempo para tomar iniciativas no sentido da luta armada. Como estratégia política, defendia a articulação entre ações armadas e não armadas, porém, muito em função do fechamento do regime, acabou priorizando as primeiras. De acordo com Codarin (2018), a linha política do MR-8 se formou ainda quando os militantes faziam parte da DI-GB, que recebia influência tanto do maoísmo e do leninismo como do foquismo. Acreditavam, portanto, que a luta deveria se basear em focos guerrilheiros, porém sem abandonar a ideia do partido político responsável por trabalhar a consciência das massas, condição necessária para o sucesso da luta armada. Defendiam a tese de que o problema para o desenvolvimento das forças produtivas não eram os resquícios feudais, como acreditava parte da esquerda brasileira sob a influência de Alberto Passos Guimarães, mas a herança colonial e o imperialismo, como defendiam Caio Prado Jr e Ruy Mauro Marini. Sendo o Brasil um país já capitalista, portanto, a revolução deveria ser socialista, sem passar pela etapa democrático-burguesa, como propunha o PCB.

Em documento de 1969, intitulado *A situação internacional* (apud, CODARIN, 2018, p. 101), a DI-GB propunha um equilíbrio entre a ênfase no papel da vanguarda e no da massa, de modo que ambas deveriam atuar de maneira conjugada, embora coubesse à primeira o papel de indicar o caminho a ser seguido pela segunda. O processo armado era compreendido como algo mais amplo que incluía “uma infinidade de formas não armadas de luta que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta”. Da mesma forma, o trabalho político desenvolvido com as massas do campo, para seguir as inspirações chinesa e cubana, deveria ser conjugado com o trabalho junto ao operariado urbano. O foco guerrilheiro, instrumento estratégico da luta revolucionária, era entendido como uma forma de “mediação para a formação do exército de trabalhadores”. Os sindicatos eram estrategicamente criticados pois representavam uma ligação com o Estado e a conciliação de classes, o que deveria ser destruído.

O raptó do embaixador americano Charles Elbrik em 04/09/1969 tornou o MR-8 um dos alvos preferenciais da repressão. Com isso, os militantes que ainda não haviam passado para a clandestinidade precisaram fazê-lo, o que isolou ainda mais a organização em relação à população. Diante dessa nova conjuntura, em fevereiro de 1970, a organização escreveu um documento³¹³, que orientou sua atuação durante aquele ano. Nele, identificava-se o militarismo e o espontaneísmo como práticas que estavam dificultando o sucesso da organização, justamente porque afastava os militantes das “massas fundamentais”. Importa notar que, apesar da concordância com a tese de que o campo seria o espaço prioritário da luta revolucionária, tal como afirmado em documentos anteriores, neste documento a prioridade é o trabalho com o operariado urbano e rural e com “setores empobrecidos”, “não-operários, mas que têm com ele grande proximidade”.

Em setembro de 1970, a organização lançou outro documento³¹⁴ cuja novidade é uma análise sobre o campo brasileiro. Nele, o MR-8 analisou as dificuldades enfrentadas pela população do campo, que intensificavam o êxodo rural. Dentre os aspectos apontados como

nevrálgico da produção”, o nordeste era considerado uma região estratégica para o processo revolucionário, daí o movimento de integração com a dissidência baiana (CODARIN, 2018).

³¹³ MR-8. *Sobre o trabalho da organização em 1970*. Mimeo, fevereiro de 1970. Disponível em: Centro de Documentação da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem/Unesp), *Coleção Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro* (Asmob).

³¹⁴ MR-8. *Tribuna de Debates*. Mimeo, setembro de 1970. Centro de Documentação da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem/Unesp), *Coleção Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro* (Asmob). Com relação às massas urbanas, o documento propõe especial atenção aos recém-chegados nas cidades vindos do campo a fim de “desenvolver sua consciência política” ou então estimulá-los a retornarem ao campo, “elevando assim as condições de trabalho revolucionário nos campos”. Parte dessas ideias sofreram influência de textos escritos por Ladislav Dawbor, conhecido como Jamil, um deles publicado como parte do documento supracitado.

causa para tal situação destacam-se o “imperialismo”, a “deflação da agricultura” e o crescimento da pecuária. O documento apontou para a necessidade de a organização compreender melhor as consequências dos planos de colonização agrária empreendidos pelos governos militares, pois “são irrisórios e não amainam as tensões sociais no campo como pode parecer à primeira vista”, bem como o significado da construção da rodovia Transamazônica. Segundo o manuscrito, a despeito da propaganda do governo, tal projeto não solucionaria as tensões sociais no campo, cuja amplitude, na interpretação do MR-8, não se resumia à região nordeste, como era a leitura usual sobre o tema.

O documento transparece o otimismo dos militantes quando anuncia o planejamento do início da luta armada no campo para o ano de 1972. Tal confiança é melhor compreendida quando tomamos em conta uma das características apontadas por Reis (1990, p. 107) do marxismo-leninismo: sua crença da inevitabilidade da revolução, como algo imanente ao processo histórico. “Daí decorreria a ideia de que, apesar dos pesares, o processo revolucionário estaria, sempre, em termos históricos, avançando”.

Ainda de acordo com o documento de setembro de 1970, a luta no campo, descrita como o “instrumento principal da guerra revolucionária”, seria organizada a partir da “guerrilha tática” e da “coluna guerrilheira estratégica”. A primeira se constituiria em ações de propaganda armada em diferentes pontos do território nacional a fim de promover a adesão da população rural e desgastar o inimigo, que passaria se dividir para dar conta das diferentes frentes de ação e, assim, se enfraqueceria. A segunda, como uma fase subsequente, seria o “efeito globalizador de todas as outras formas de luta em curso no país todo” e deveria se situar em uma região de importância econômica. João Lopes Salgado, que compôs a direção geral do MR-8 e contribuiu na elaboração do documento, refere-se à linha de trabalho que o MR-8 possuía para o campo como “um arremedo de linha” devido à diversidade de inspirações teórico-políticas de que se valeu para a definição da estratégia: “Peguei um pouco de tudo e fiz uma salada” (João Lopes Salgado, entrevista a Vera Sílvia Magalhães e a Daniel Aarão Reis, 17/07/1988)³¹⁵. Em entrevista mais recente, complementou:

Todas as organizações que optaram pela luta armada tinham como objetivo o campo porque a gente achava que a luta armada ia se consolidar no campo. O meio urbano era importante, mas a gente tinha essa primazia, todas as revoluções, as últimas revoluções, a cubana, a chinesa, o campo é que tinha consolidado. A cidade foi tomada a partir do campo. A gente tinha essa visão que o camponês era mais susceptível ao engajamento armado, (...) que os camponeses eram nossa classe privilegiada para a luta armada (...) e que era possível nas matas, nas regiões mais inóspitas a gente ter grandes vitórias contra as Forças Armadas (João Lopes Salgado, entrevista a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017).

Por fim, o documento avalia ainda que, para a inserção no campo, o ideal seria a entrada via sítios de contatos já próximos à organização, e “segurar com disposição no cabo da enxada”, trabalho que “não pode ser contornado se não com extremo sacrifício do companheiro”. A despeito das dificuldades que isso gerava, a organização acreditava que a compra de sítios e jipes apenas atrairia a repressão e colocaria em risco tanto os militantes como os camponeses.

O MR-8 ganhou destaque especialmente após a entrada de Carlos Lamarca³¹⁶, um dos militantes mais procurados pelos agentes da repressão. Depois de ter conseguido fugir do Vale

³¹⁵ Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

³¹⁶ Como conta Salgado, antes de Lamarca, vários outros militantes da VPR já haviam migrado para o MR-8 em função do fato de esta ser uma das poucas organizações que ainda possuía uma base social relativamente significativa que lhe dava capital político para atrair a adesão de novos militantes: “O MR-8 foi um dos últimos a ser completamente desbaratado porque no Rio tínhamos uma base social na classe média muito grande –

do Ribeira, quando o Exército invadiu a área onde havia sido ministrado treinamento militar ainda durante o período em que fazia parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)³¹⁷, Lamarca ingressou no MR-8 e foi enviado, pela direção da organização, a Brotas de Macaúbas/BA, onde José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, em conjunto com Luiz Antônio Santa Bárbara, coordenava um trabalho de mobilização de camponeses da região para aderirem à tática da guerrilha. Salgado assim descreveu o ingresso do militante:

Lamarca se interessou pela linha política da organização, que fazia mais a ligação entre a luta armada e o movimento de massas. Eu acho que a gente era a organização que sabia que sem o movimento forte na cidade, sem a revolta da organização operária, sem a revolta dos trabalhadores do campo não seria possível fazer luta armada, a revolução armada. Claro que tinha muito de que você ficava na superfície, não ia em profundidade para saber se isso era possível ou não porque a gente não tinha cabedal teórico para comprovar isso, mas a gente defendia essa tese. A guerrilha só vai ser vitoriosa se tiver um grande movimento da cidade e do campo. Movimento de massas. E Lamarca acho que foi a primeira vez que ele teve contato com quem tinha esse tipo de movimento, com esse tipo de ideia e se interessou em conhecer mais e começou a fazer contato. (...). Aí passamos dois dias conversando em um apartamento sobre nossas teses, como é que a gente queria fazer o trabalho no campo, com é que seria, e aí ele se interessou. Mas o processo de recrutamento era um processo mais longo (João Lopes Salgado, entrevista concedida a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017).

Cesar Benjamin, colega de militância, comentou sobre a importância do ingresso de Lamarca para que a questão agrária se tornasse objeto de reflexão do grupo de que fazia parte:

Não conheci pessoalmente o Lamarca, mas troquei muitas cartas com ele logo que veio para o MR-8. Ele estava colocando elementos novos na discussão. Para ter uma ideia, a primeira vez que ouvi falar em boia-fria foi numa carta dele, apontando as modificações que estavam havendo no campo brasileiro com a concentração de trabalhadores rurais na periferia das cidades do interior: o papel do gato, o declínio do colonato. É pena que não haja registros escritos desse debate, da autocrítica que se fazia no MR-8 (Cesar Benjamin, Rio de Janeiro, entrevista a Marcelo Ridenti, 28/01/1986)³¹⁸.

O depoimento evidencia um problema fundamental da esquerda armada brasileira da época: a falta de conhecimento sobre a realidade agrária a partir da qual acreditava poder iniciar o processo revolucionário. Por mais que algumas lideranças dominassem minimamente o tema, a maior parte dos militantes, de origem urbana, não conhecia os problemas estruturais que caracterizavam o Brasil rural da década do final da década de 1960 e início da de 1970, o que comprometia significativamente tanto o planejamento como a implementação do projeto de mobilização dos camponeses para a guerrilha.

O próprio Lamarca já reconhecia essa dificuldade ainda quando liderava a VPR. Em entrevista concedida a um jornal em junho de 1970, logo após o fim da experiência no Vale do Ribeira, havia afirmado: “Devemos considerar que os companheiros treinados no exterior não estão preparados para a guerrilha rural, uma vez que ficaram sempre na cidade” (*apud*, JOSÉ e

intelectuais de esquerda, artistas, estudantes, professores” (João Lopes Salgado, entrevista concedida a Fabricio Teló, em Petrópolis/RJ, em 27/01/2017). Ver mais em Codarin (2018, p. 162).

³¹⁷ A experiência da VPR no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, foi uma tentativa de implantação de uma base guerrilheira para fins de treinamento, iniciada em janeiro de 1970, com 18 militantes oriundos de São Paulo, Guanabara (atual Rio de Janeiro) e Rio Grande do Sul. Em março, quando ainda estavam no início, um dos militantes foi preso, obrigando Lamarca, comandante da iniciativa, a desmobilizar o grupo. Ver mais em Ceará e Migliato (2004) e José e Miranda (2015).

³¹⁸ Disponível no Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada, Caixa 5.

MIRANDA, 2015, p. 151). A despeito disso, enfatizava a viabilidade da ideia e afirmava que era uma “questão de tempo” para “organizar mais amplamente” a população para a guerrilha. Perguntado sobre se havia condições para tanto, respondeu:

Há, não só no Brasil, como em toda a América Latina. É no campo que a exploração capitalista é mais desumana e ali se encontram os elos mais fracos do sistema capitalista, onde a repressão tem sido mais feroz em todas as lutas travadas. Existe todo um passado de lutas e organização do trabalhador rural, que a classe dominante omite da nossa história (Carlos Lamarca, junho de 1970, *apud*, JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 152).

Destaco nesse trecho três elementos: o otimismo de Lamarca em relação à ideia da guerrilha rural, característica da maior parte dos militantes do período, como mencionado anteriormente³¹⁹; a semelhança com as ideias de Fanon (1968) e dos teóricos da tradição chinesa de que a probabilidade de adesão da população à iniciativa revolucionária é maior no campo em função da maior vulnerabilidade em que se encontra a população que nele vivia; e, por fim, o conhecimento e a interpretação de Lamarca sobre as lutas por terra protagonizadas pelos camponeses no período prévio ao golpe de 1964, a repressão que já se abatia sobre eles ainda antes de se iniciar a ditadura e o apagamento da memória sobre essas lutas na história do país como um produto da luta de classes. O papel de Lamarca em relação ao campo, porém, foi mais importante para o caso de Brotas de Macaúbas. Analiso a seguir o caso da Baixada Fluminense e posteriormente o caso baiano, que contou com a participação do capitão.

5.2 O MR-8 na Baixada Fluminense

5.2.1 O campesinato da Baixada Fluminense

A ocupação da Baixada data do século XVI. Nessa região foram instalados engenhos, plantações de cana e, por pouco tempo, já no século XIX, café. Grynszpan (1987, pp. 21-22) descreve a região como “grandes extensões de terras, a maior parte públicas, mas também privadas, abandonadas, incultas e, em alguns trechos, pantanosas e sujeitas a doenças”. Por esse motivo, por muito tempo a região foi considerada como uma área “abandonada e decadente”. Já no século XX, lavradores oriundos de diversas regiões do próprio estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e outros estados do Nordeste passam a ocupar essas terras e a produzir para si e para os mercados mais próximos, boa parte deles como posseiros. As maiores propriedades da Baixada possuíam administradores que geriam o trabalho dos lavradores. Outras ainda eram arrendadas.

Na década de 1930, o Governo Vargas implementou um programa de recuperação da Baixada que consistia na construção de estradas e em obras de saneamento e drenagem, o que favoreceu o aumento das áreas dedicadas a lavoura, bem como provocou uma valorização das terras da região, fazendo crescer o interesse de grileiros interessados especular e lotear as terras para a venda. Com isso, um número expressivo de despejos de posseiros começou a ocorrer na região, resultando em violentos conflitos fundiários (GRYNSZPAN, 1987).

Boa parte dos camponeses que migraram para a Baixada o fizeram em função da notícia que circulava de que o governo estaria distribuindo terras na região. Esta iniciativa estava

³¹⁹ Embora o próprio MR-8 já fosse também otimista em relação à guerrilha rural, José e Miranda (2015) afirmam que o ingresso de Lamarca no MR-8 proporcionou que ele repensasse sua leitura do contexto e se desse conta de que a deflagração da guerrilha não seria tão rápida como havia previsto anteriormente.

inserida em um plano de colonização para a Baixada, que se deu através de núcleos coloniais. Um dos objetivos desse plano eram combater as crises de abastecimento pelas quais passava a cidade do Rio na época e criar o que se chamou de um “cinturão verde” no entorno da então capital federal. Com exceção de um, localizado em Macaé, todos os núcleos de colonização criados no território fluminense encontravam-se na Baixada. Outros objetivos do plano, como os de “recuperar a região tornando-a produtiva, eliminar dali a apropriação indébita de terras, evitar a especulação” não foram alcançados, uma vez que os casos de grilagem e despejos arbitrários continuaram acontecendo (GRYNSZPAN, 1987, p. 51).

Paralelamente a esse processo, a Baixada vinha passando também por uma intensa urbanização. A instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém, município de Duque de Caxias, atraiu contingente significativo de imigrantes em busca de trabalho. Como assinala Ramalho (1989), alguns foram contratados para trabalhar nas terras da própria FNM a fim de produzir alimentos para o consumo dos operários, outros acumulavam a função de lavradores e operários. A presença dessa fábrica e de outras grandes indústrias na Baixada favorecia o que Maia (2018) chamou de articulações rufo-fabris, que marcavam a especificidade do perfil dos trabalhadores daquela região (majoritariamente imigrante e com origens bastante diversas) e lhes permitiam transitar entre o urbano e o rural de maneira mais fluida. Era comum haver trabalhadores que exerciam o emprego de operários na FNM, mas possuíam suas próprias lavouras, usando das horas livres para delas tomar conta. O caminho percorrido pelo MR-8 para chegar aos camponeses da Baixada passou, como veremos neste item, por esse imbricamento característico dessa região entre os universos operário e camponês.

Nilson Venâncio, um dos camponeses que aderiu ao MR-8, pode ser citado como o exemplo por excelência dessa articulação rufo-fabril. Seus pais eram imigrantes de Itaperuna, região norte fluminense. Instalaram-se como posseiros na Fazenda Lamarão, próximo a Xerém. Seu pai começou a trabalhar como empregado da FNM, ainda no processo de desmatamento da área para a construção das instalações, no início da década de 1940 (a fábrica foi fundada em 1942). “Ficou lá uns tempos, mas ele tinha uma vocação rural”, contou Nilson. Depois disso, mudou-se para a Fazenda São Lourenço, vizinha às terras da FNM, para trabalhar vendendo lenha e carvão. Nilson, que nasceu em 1937 e chegou na Baixada aos dois anos de idade, conta que cresceu acompanhando as cenas de despejo recorrentes na região, inclusive de sua família, que foi obrigado a sair da Fazenda São Lourenço e mudar-se para Belford Roxo. Depois de um tempo, seu pai voltou a Xerém, como posseiro na área rural da FNM. Nilson, na adolescência serviu ao Exército e depois seguiu os passos do pai e começou a trabalhar como operário da FNM, ao mesmo tempo em que morava na área rural da própria fábrica.

A Baixada Fluminense foi palco de intensos conflitos por terra no pré-64³²⁰. Em vários deles, os camponeses se armaram para se defender de despejos. Com base em reportagens dos jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Luta Democrática* e *Jornal do Brasil*, Lima (1985) apontou alguns exemplos. Ele identificou, apenas entre junho de 1961 e julho de 1962, 15 conflitos com essa característica: São Lourenço, Piranema, Capivari, Xerém e Santa Rita, em Duque de Caxias; Imbariê, Santo Aleixo e Camarão, em Magé; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; Pedra Lisa e Fazenda Reunidas (Tinguá), em Nova Iguaçu; Santa Alice, em Itaguaí; e Engenhoca, em Silva Jardim.

A Fazenda São Lourenço era uma das áreas mais conflitivas da Baixada, devido às ações de despejo que passaram a ocorrer a partir de 1961. Temendo novos despejos, os posseiros restantes se organizaram e construíram trincheiras para resistirem armados a eventuais novas investidas policiais (LIMA, 1985; GRYSZPAN, 1987). Tal resistência ocorreu no mesmo ano

³²⁰ Ver mais em Araújo (1982), Lima (1985), Grynszpan (1987), Corrêa e Macedo (2007), Barcelos (2008), Maia (2018), Bastos (2018), Teixeira (2011, 2018) e Brito (2018).

da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu, liderada por Mariano Beser, liderança crítica ao “reformismo” do PCB, fortemente influenciado pela Revolução Cubana e ligada a Francisco Julião, que visitou a área nesse período³²¹. Manoel Antônio da Costa (conhecido como Manoelão), uma das lideranças da resistência de São Lourenço, relatou que havia participado de um “curso de guerrilha” ministrado por Julião pouco tempo antes do que ele chamou de “revolução de São Lourenço” (Manoel Antônio da Costa, entrevista a Marcelo Hernandez de Macedo, Duque de Caxias/RJ, 27/12/2004).

Aqui vale um comentário sobre a posição do PCB em relação a esse processo. Braulio Rodrigues da Silva, liderança do PCB fluminense, em entrevista ao mesmo pesquisador, fez questão de marcar que, se Manoelão fez algum curso de guerrilha, “não foi pelo Partidão”, mas admitiu que dentro do partido havia uma divisão entre militantes “mais revolucionários” e os que eram menos (Braulio Rodrigues da Silva, Rio de Janeiro, entrevista a Marcelo Hernandez de Macedo, 28/12/2004). A posição do então presidente da Falerj, José Pureza da Silva, quadro da direção estadual do partido no Rio de Janeiro, é interessante nesse sentido: apesar de a orientação oficial do PCB nacional pós Declaração de Março de 1958 ser a luta institucional e o afastamento da via armada, Pureza manifestou-se por acatar “tudo o que fosse determinado pela massa”. Em entrevista a Frederico Araújo em 1979, comentou: “Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos” (*apud* ARAÚJO, 1982, p. 38), ou seja, a Falerj apoiou essas ações de resistência armada.

Tal posicionamento pode ser lido como um indício de que alguns militantes fizeram valer a ressalva descrita por Gorender (1987) como “para efeitos rituais”, de que apenas “se a realidade os obrigasse”, adeririam à luta armada. Não à toa, na mesma entrevista, Pureza comentou: “Não vamos escolher a forma de lutar. A própria realidade é que vai dizer” (*apud* ARAÚJO, 1982, p. 38). De fato, o contexto político da época tendia para a radicalização, como apontava o slogan “Reforma Agrária na lei ou na marra” aprovado no Congresso Camponês de Belo Horizonte realizado naquele mesmo ano de 1961.

Apesar do relato de Manoelão sobre o “curso de guerrilha” ministrado por Julião e da experiência dos camponeses de Cachoeiras de Macacu, de fato orientados pela influência cubana, não temos evidências de que essa experiência prévia dos camponeses da Baixada estivesse inserida em uma estratégia propriamente “revolucionária”, tal como viriam posteriormente a propor o MR-8 e as demais dissidências do PCB, pois o foco era a defesa do direito de permanecer na terra diante das ameaças iminentes de despejo³²². Todavia, é importante tomar em conta essa trajetória para perceber que, para esses camponeses, a utilização de armas para fins de resistência coletiva, ainda que voltada tão somente para garantir o direito de permanecer na terra, já não era uma novidade quando os militantes do MR-8 deles se aproximaram para convidá-los a aderirem à sua organização³²³.

5.2.2 A aproximação da organização

³²¹ Chico Julião no Rio. *Terra Livre*, 13/06/1960.

³²² Para os que se sentiam ameaçados por essas mobilizações, no entanto, a perspectiva dos camponeses era, sim, “revolucionária”, portanto “subversiva” e merecedora de repressão, como de fato ocorreu (LIMA, 1985). O IPM 709, que investigou o PCB, ilustra claramente a preocupação dos militares em relação a esses episódios.

³²³ Em sua análise sobre o imbricamento entre violência, poder local e política na Baixada Fluminense, Alves (2003) coloca essas experiências camponesas de resistência armada como o momento em que o uso da violência deixou de ser restrito a alguns grupos político e econômicos e se expandiu para a sociedade de forma mais geral: “Proprietários e lavradores justificariam o confronto armado na defesa ou conquista das suas propriedades e de seus interesses enquanto grupos mobilizados politicamente. (...) Pela primeira vez na história da região, a violência assumiria tais proporções e significados” (2003, p. 74).

De acordo com Codarin (2019), o início do trabalho do MR-8 na Baixada Fluminense ocorreu por meio de Felix Escobar³²⁴, cujo filho trabalhava no estaleiro Ishikiwajima, na praia do Caju, no Rio de Janeiro, onde a organização realizou algumas ações, sob a coordenação da Frente de Trabalho Operário (FTO). Felix possuía um sítio no Núcleo São Bento, em Duque de Caxias, onde cultivava frutas, aipim e um canavial, mas também trabalhava como vendedor de persianas na empresa Columbia.

Segundo relato de Antônio Escobar, filho de Felix, foi seu tio, Manoel Escobar Sobrinho, quem aproximou Felix do PCB ainda antes do golpe de 1964³²⁵. Antônio conta ainda que Felix chegou a ir à Rússia para estudar e que falava muito em Tchecoslováquia e União Soviética (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019). Irany Escobar, viúva de Felix, relata que seu falecido companheiro costumava dizer que queria “derrubar o governo para ser todo mundo igual”, questionando por que alguns “tinham conforto e outros não” (Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 18/05/2019).

Indiciado no IPM 709, que investigou o PCB, Felix foi preso em junho de 1965 e prestou um depoimento, no qual relata ter sido responsável pela criação de uma organização de base ligada à Associação dos Lavradores de Caxias na localidade de Lamarão, a fim de discutir problemas do cotidiano camponês, de modo que, “uma vez conquistadas as reivindicações, o Partido passaria a prestigiar-se no seio dos trabalhadores do campo³²⁶”. Em documento³²⁷ anterior do mesmo IPM, Felix já era descrito como “comunista confesso”, ligado às atividades do partido no “setor campo”. O documento acrescenta ainda que Felix militava no Sindicato dos Empregados do Comércio, “sendo ao mesmo tempo orientador sindical do Sindicato dos Lavradores de Caxias”. Conforme Codarin (2019), Felix chegou a participar de algumas reuniões de articulação em torno do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas não se tem indícios de que de fato tenha aderido à iniciativa.

Felix e Manoel viviam na localidade de Pilar, município de Duque de Caxias. Os pais deles, José Mansano Escobar e Emília Mansano Escobar, imigrantes espanhóis, haviam recebido um lote de terra no então Núcleo Colonial São Bento, criado pelo governo Vargas em 1932. Segundo Antônio, plantavam cana, quiabo, aipim e frutas (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019 e Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 18/05/2019).

Manoel ocupou o cargo de segundo secretário na direção da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), de 1961 a 1963 (MAIA, 2018). Um documento do SNI³²⁸ descreve Manoel como “organizador do movimento comunista entre os trabalhadores rurais em Duque de Caxias/RJ” desde 1958. Seu nome também consta nos arquivos do Dops³²⁹ e na lista dos indiciados pelo IPM 709³³⁰, que investigou militantes e

³²⁴ Embora apareça em alguns registros como Felix Escobar Sobrinho, seu nome é apenas Felix Escobar. O filho mais novo Antônio relata que o acréscimo de Sobrinho ao final do nome fazia parte da estratégia de contra-informação, característica da vida clandestina (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista em 01/06/2019).

³²⁵ Em depoimento prestado em 1965, no entanto, Felix afirmou ter sido convidado a ingressar no PCB por João Anastácio Bezerra, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e de Marceneiros (Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.631).

³²⁶ Termo de perguntas ao indiciado. Depoimento de Felix Escobar à Polícia do Exército em 05/07/1965, IPM 709, BNM 279, p. 2.632.

³²⁷ Ofício nº 59-E/2-114, IPM 709, 30/06/1965. BNM 279, p. 2.596.

³²⁸ Informação 073/115/76/ARJ/SNI sobre José Inácio Romeiro Junior, datada de 19/11/1976. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099729_d0001de0001).

³²⁹ Aperj, Prontuário RJ, pasta 23184, referente a Domingos Lopes.

³³⁰ Disponível no BNM 279. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/279.html>. Acesso em 10/06/2019.

pessoas associadas ao PCB. Pelos nomes dados por Manoel a seus filhos, é possível perceber seu engajamento no PCB: um deles recebeu o nome de Luiz Carlos em homenagem a Prestes. Outra recebeu o nome de Olga, esposa do líder comunista, e uma terceira recebeu o nome de Zoya Kosmodemyanskaya, em referência à guerrilheira russa morta pelos nazistas em 1941, na defesa da União Soviética, durante a Segunda Guerra³³¹.

João Lopes Salgado, que foi dirigente da organização e se deslocou para a Baixada, relata que, logo que o MR-8 optou pela luta armada, decidiu agregar o trabalho com camponeses ao que já vinha sendo realizado junto aos operários. Não foi coincidência que os primeiros contatos se deram nas imediações da divisa entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. As experiências anteriormente citadas foram centrais para a aproximação dos militantes do MR-8 com o campo na Baixada. “Era um pessoal muito interessante mesmo”, comentou Salgado sobre o grupo com o qual manteve contato, formado por Felix Escobar, Francisco José da Silva (conhecido como Chico Silva), Manoel Escobar Sobrinho (conhecido como Maneco) e Nilson Venâncio.

Salgado acredita ter sido destacado para essa tarefa por ser naquele momento a pessoa mais velha da organização em termos de idade e por ser oriundo do campo³³². Sua experiência prévia o ajudaria a melhor se inserir junto aos camponeses (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017). Codarin (2019) acrescenta que outra razão pela qual houve esse deslocamento foi o fato de que Salgado correria muitos riscos se permanecesse na Guanabara em função de sua participação no rapto do embaixador norte-americano, em setembro de 1969.

Para Nilson Venâncio, o MR-8 não chegou a construir uma base sólida no campo na Baixada. Segundo ele, quem tinha base forte era o “Partidão”, que tinha um enraizamento maior, com militantes ou simpatizantes inseridos em diversas instituições, até mesmo nas Forças Armadas e a Igreja, ao passo que os militantes do MR-8 teriam “apenas” recrutado esses camponeses ligados ao PCB, porém insatisfeitos com “as leis do partido”. Segundo ele, na Baixada, em se comparando com a capilaridade que tinha o PCB, o MR-8 eram “quatro gatos pingados”. Em 1962 Nilson se desligou do PCB e migrou para o PCdoB por avaliar que o primeiro “estava muito lento³³³” (Nilson Venâncio, Duque de Caxias/RJ, entrevista em a Fabricio Teló 13/09/2018).

Também Salgado relatou que a aproximação que teve com camponeses da Baixada no sentido de “recrutamento” foi em locais onde já havia uma experiência política prévia: “Eu não cheguei nunca a recrutar um quadro aqui no estado do Rio. Os contatos já foram com quadros já [engajados], outro já ex-PCB”. Seu objetivo, no entanto, era mobilizar novos camponeses para aderirem à organização. Durante a maior parte dos cerca de oito meses em que permaneceu na Baixada (aproximadamente de setembro de 1969 a março ou abril de 1970), Salgado permaneceu no sítio de Manoel Escobar Sobrinho, que cultivava cana, para vender o caldo dela

³³¹ Ver mais sobre a história desta guerrilheira em Harris (2012) e Platt (2016).

³³² Sua família era do hoje município mineiro de Abre Campo, à época, interior do município de Caratinga. Ainda criança, iniciou seus estudos como seminarista em Mariana/MG. Com sonho de ser médico, deixou o seminário e mudou-se para o Rio, onde tomou conhecimento de um concurso para a Aeronáutica, para o qual foi aprovado, o que lhe permitiu tornar-se sargento depois de um curso de dois anos em Guaratinguetá/SP. De volta ao Rio, passou a trabalhar no aeroporto do Galeão e foi aprovado no vestibular da então Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ. Foi a partir de sua participação no movimento estudantil que se aproximou da dissidência Guanabara, que veio a formar posteriormente o MR-8 (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 27/01/2017).

³³³ Atualmente, Nilson se arrepende dessa avaliação e a qualifica como uma “pressa pequeno-burguesa que se apoderou da gente”. Para ele, o PCB possuía uma força política muito maior do que a que as pessoas falam geralmente. “[Em última instância], fomos nós que destruímos o PCB, pela intemperança, falta de conhecimento e de paciência política”. Ao longo de suas falas, insistiu várias vezes na crítica ao que ele chamou de “romantismo da esquerda” (Nilson Venâncio, Duque de Caxias, entrevistas a Fabricio Teló em 13/09/2018 e 01/06/2019).

extraído. Por sugestão de Felix, foi introduzido ao local como um empreiteiro. Felix articulou duas pessoas para se somarem a ele no trabalho. Após uma semana, Salgado conta ter começado a “trabalhar como um camponês mesmo” por considerar que era a única maneira que poderia se integrar à comunidade e cumprir sua missão política:

Senão eu ficaria como um cara branquinho, da cidade e tal (...) Então eu comecei limpando a cana realmente, capinando... E era um trabalho muito duro porque a cana tem aquelas palhas, aqueles espinhos que colam em você, aquele pelo. Era um troço muito ruim. Mas eu sei que com um tempo, com uns dois meses lá, eu já estava bastante integrado no local. Já trabalhava o dia inteiro com os outros trabalhadores que estavam lá comigo, ele empreitava para nós e a gente trabalhava o dia inteiro ali (...) Fazia minha comida lá em um ranchinho, em uma casinha lá no meio do canavial (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 27/01/2017).

Salgado conta que aproveitava esses momentos de trabalho coletivo para conversar com os camponeses:

Aí eu começava a trabalhar eles: “puxa, mas que condição de... será que não tem outra forma de a gente viver melhor do que isso? Será que a gente não tem o direito de ter um pedaço de terra para nós?”. Aí já era uma conversa muito mais inicial mesmo e alguns reagiram e outros não. Outros queriam saber de pegar aquele dinheiro e tomar uma cachaça no final de semana. Outros regiam “porra, é mesmo” (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017).

Ele destaca ainda seu esforço para tornar-se também parecido com os camponeses não apenas no que se referia a suas práticas, mas também à aparência física. Para tanto, decidiu arrancar os quatro dentes da frente, visto que a maior parte daquela população não tinha acesso a serviços odontológicos. A mudança na aparência dificultaria também sua identificação pela repressão, que naquele momento estava buscando os responsáveis pelo sequestro do embaixador estadunidense. Conta ter havido uma ocasião em que seus próprios companheiros de organização não o reconheceram em um dos pontos que haviam marcado para trocar informações. Perguntado sobre a origem de tal ideia, Salgado citou Ho Chi Minh: “Você só vai ter o respeito e a confiança dos outros caras quando você for igual a eles. Se cair um mosquito dentro do café, você tem que tirar e tomar. (...) Para mim Ho Chi Minh é muito mais importante que o Mao” (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017).

Salgado comenta ainda sobre a necessidade de uma radical disposição a abrir mão de um conjunto de características físicas, comportamentais e identitárias, garantidoras de certa estabilidade e conforto para deslocar-se de um mundo a outro ou de um papel social a outro em nome de uma causa coletiva. Silva (2003) nos ajuda a entender as origens dessa disposição dos militantes de dar tudo de si à causa revolucionária. Com base no historiador francês Marc Bloch, o autor destacou o paralelo entre a prática militante e a religiosa. Segundo ele, “o adjetivo militante foi largamente utilizado na linguagem teológica da Idade Média” para se referir especificamente aos *milites*, soldados católicos que guerrearam nas Cruzadas e que acumularam as tarefas de combater e propagar a fé, o que para eles era motivo de orgulho e “razão de ser”. No século XIX, o termo militante começou a ser usado com mais regularidade no campo político, carregando consigo as três dimensões que fizeram parte de sua história: a religiosa, a militar e a política. Como resultado, Silva (2003, p. 2) observa que quem se reconhece como militante compartilha de um *ethos* específico, “formado por esse amálgama de fé, razão, ação, disciplina, ética, moral etc”. No caso dos militantes em questão nesta tese, a dimensão da fé não se refere a crenças religiosas, mas a uma adesão fiel ao conjunto das ideias revolucionárias, que os estimula a agir com a intensidade de empenho semelhante aos cavaleiros medievais das

Cruzadas: “a militância política, *mutati mutandi*, estrutura a vida dos militantes e transforma-se numa espécie de substituto simbólico e efetivo da religião” (SILVA, 2003, p. 64).

Ainda conforme Silva, ambos (*militares* e militantes políticos) baseiam sua ação em uma determinada verdade e dão tudo de si para que essa verdade seja igualmente adotada pelo maior número de pessoas possível, uma vez que por meio dela se chega à “salvação”. No caso dos cavaleiros cruzados, esse objetivo se expressa na redenção divina, ou na chegada ao “céu”. Para os militantes comunistas, na revolução socialista. A diferença é que, para os primeiros, a “salvação” viria apenas no futuro, em uma outra vida, ao passo que para os últimos, a revolução seria buscada no tempo presente.

Tal esforço de se aproximar dos camponeses, no entanto, não era compartilhado por todos os demais militantes que haviam igualmente se deslocado para a região, como prossegue seu relato:

Eu me lembro em uma das reuniões em que um companheiro me disse: “Mas, companheiro, você não está lá para trabalhar! Você está lá para organizar os camponeses”. Eu falei “Mas fulano, eu acho que...”. Aí eu tinha lido muito Ho Chi Minh. Ho Chi Minh tinha essa ideia de que você tem que se transformar num deles para poder ter o respeito deles. Você tinha que se transformar em um deles e que era duro esse negócio. Eu realmente não concordava com a visão da organização que eu estava lá para organizar os caras. Também isso, sim, mas eu estava lá para poder adquirir a confiança deles em primeiro lugar e eu acho que fui bem nesse sentido (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017).

Por esse relato, é possível inferir que a forma de aproximação dos militantes com os camponeses não dependia apenas de uma orientação das organizações, mas também do entendimento individual de cada militante. Depreende-se ainda que a compreensão hegemônica no MR-8 era que o trabalho de mobilização dos camponeses objetivava “organizá-los”, ou seja, seguia a influência leninista, baseada no pressuposto de que as massas devem ser guiadas por uma vanguarda conhecedora do caminho mais apropriado para a revolução.

5.2.3 A chegada dos marinheiros

Após um tempo, uma dupla de marinheiros, Avelino Capitani e Antônio Duarte dos Santos, somaram-se a Salgado no sítio de Manoel. Filho de camponeses³³⁴ da região do Vale do Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, ainda antes de golpe Avelino havia entrado para a Marinha, onde se engajou na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)³³⁵, entidade na qual ocupou o cargo de Primeiro Vice-Presidente e a partir da qual participou da Revolta dos Marinheiros de março de 1964³³⁶. Duarte, por sua vez, era oriundo

³³⁴ A origem camponesa era uma característica comum dos marinheiros e fuzileiros navais naquele período (RODRIGUES, 2017).

³³⁵ A AMFNB era próxima do movimento camponês no pré-1964. Em seu livro de memórias, Capitani (1997, p. 16) afirma que ainda no pré-64, os integrantes dessa associação prestavam assistência “direta e indireta aos camponeses do Rio de Janeiro que invadiam latifúndios”. Em entrevista a Rodrigues (2017), Antônio Duarte dos Santos também relata que, na ocasião do golpe, procurou os portuários para, “em conjunto com as Ligas Camponesas”, empreender uma resistência às tropas do General Mourão, ou seja, havia uma expectativa de que os camponeses tivessem militantes suficientemente organizados para tal, o que não correspondia à realidade.

³³⁶ Episódio ocorrido em 25 de março de 1964, a uma semana do golpe que daria início à ditadura empresarial-militar, a revolta se deu em função da resistência dos marinheiros a uma ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, por terem realizado uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Contou com a participação de cerca de mil e duzentos marinheiros e fuzileiros navais, além do então deputado federal Leonel Brizola. Ver mais em Capitani (1997) e Rodrigues (2017).

do Rio Grande do Norte e havia ocupado o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da AMFNB (RODRIGUES, 2017, CAPITANI, 1997).

Conforme Rodrigues (2017), Capitani e Duarte faziam parte de um grupo de marinheiros que, apesar do golpe de 1964, manteve-se coeso ao longo dos primeiros anos da ditadura em torno dos princípios e valores construídos e compartilhados durante a militância na AMFNB, motivo pelo qual atuavam geralmente de forma coletiva. Logo no início da ditadura, ambos compuseram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Brizola, responsável pela primeira tentativa de formação de um movimento guerrilheiro para derrubar o regime. No âmbito do MNR, Capitani participou da guerrilha do Caparaó e Duarte de uma tentativa de formação de um foco guerrilheiro em Imperatriz, Maranhão. Presos na Penitenciária Lemos de Brito, contribuíram no planejamento e execução de uma bem sucedida fuga em maio de 1969³³⁷. Posteriormente, ainda como clandestinos, tiveram passagem pela ORM-Polop e pelo PCBR. Apenas depois disso, quando já começavam a reavaliar a viabilidade da luta armada, Capitani e Duarte se aproximaram do MR-8 (fins de 1969 e início de 1970). Capitani (1997, pp. 159-60) assim relata esse processo:

Embora cada vez mais acossados pela repressão, iniciamos um processo de autocrítica no que sobrou do nosso grupo e no MR-8. As precárias condições não permitiam realizar uma discussão profunda, mas apenas extrair algumas conclusões: a) Conservar nossas armas para a defesa; b) Diluir-se no meio do povo e em suas entidades, agindo especialmente na conscientização e organização; c) Mesmo que, em certas circunstâncias, o trabalho pudesse virar um foco guerrilheiro, este não seria o objetivo imediato. A orientação era buscar resultados políticos a médio e longo prazo; d) Os companheiros mais procurados pela repressão seriam afastados dos grandes centros urbanos onde atuavam.

Era o caso de Capitani e Duarte, cujo principal propósito ao deslocarem-se para a Baixada, era fugir da repressão. Conforme conta Salgado, os marujos sequer haviam aderido organicamente à organização: “Eles, na verdade, estavam ali discutindo uma linha política para poder entrar”, fato que acabou interrompido pela perseguição da ditadura que se tornava cada vez mais intensa. Capitani (1997, pp. 160-1) narra sua chegada no sítio de Manoel Escobar Sobrinho da seguinte forma³³⁸:

Fui para o interior da Baixada Fluminense morar em um pequeno barraco coberto de capim no meio de um canavial. O dono [Manoel] era simpatizante do MR-8. João Lopes Salgado, o Dino, estudante do quinto ano de medicina, me acompanhou. Também estava sendo muito procurado porque havia participado do sequestro do embaixador americano. Saía muito pouco para fazer contato com a organização. Duarte passou muitos dias conosco no refúgio provisório. Enquanto aguardávamos a ida para outro local, trabalhávamos na capina da cana.

Como conta Salgado, a decisão de participar ou não das atividades laborais no sítio foi objeto de discussão também entre ele e a dupla de marinheiros:

³³⁷ Por coincidência, Gerson da Conceição, que participou da tentativa do Colina de formação de um grupo de guerrilha rural em Cachoeiras de Macacu, conta que contribuiu para essa fuga visto que conhecia bem o funcionamento da penitenciária por ter nela atuado como seminarista no âmbito da pastoral carcerária (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 06/05/2015).

³³⁸ Em dezembro de 1969, Capitani participou de uma ação enquanto militante do PCBR. O momento de sua ida para a Baixada pode ser estimada entre dezembro de 1969 e fevereiro de 1970 com base nas seguintes informações: segundo depoimento de Chico Silva à Polícia do Exército, a queda do aparelho de outra organização que estava na área (voltarei a esse ponto na sequência) ocorreu em 11 de abril de 1970. A viúva de Chico acredita que Capitani ficou em seu sítio por cerca de um mês. Antes de ir para lá, Capitani ficou por um tempo no sítio de Manoel.

Depois fui criticado também quando os marinheiros foram para lá. Os marinheiros: “Não, nós não viemos trabalhar. Nós viemos aqui para poder fazer um levantamento para ver se dá para montar uma guerrilha aqui, pô”. Aí “Ta bom, eu não acho assim. Vou continuar trabalhando como eles” (...). Os marinheiros achavam que o trabalho de campo era para você organizar os caras, treinar militarmente. Eles eram muito mais militaristas que a gente, não tinham essa visão conjugada da revolução. Eram militares e tinham essa visão deformada. Eu também era militar, mas eu fui ganho em outro contexto, tinha uma formação teórica um pouco melhor que a deles (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017).

Depois dessa experiência no sítio de Manoel, o grupo se mudou para o sítio de Francisco José da Silva³³⁹, conhecido como Chico Silva, outra importante liderança nas lutas por terra do pré-64, que naquele momento morava na localidade de Chapéu do Sol, nas imediações de Xerém. Ele havia ocupado o cargo de Primeiro Secretário do Núcleo de Lavradores Ramal, no km 41 da estrada de Xerém (LOPES, 2016). Em seu requerimento de reparação à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, elencou as diversas detenções e prisões que sofreu ao longo de sua vida: três antes do golpe e duas depois dele, tendo permanecido 17 dias preso em agosto de 1964, além dos diversos processos que foi obrigado a responder por conta de sua militância política na luta pela terra³⁴⁰.

Sua viúva, Sebastiana Silva, se recorda dos três jovens que passaram um tempo no sítio onde viviam. Segundo ela, Capitani foi quem ficou mais tempo. Não se recorda exatamente quanto tempo Capitani ficou, mas imagina ter sido cerca de um mês, utilizando o codinome de Manoel “para não dar o nome dele para ninguém”. Ela rememora que “ele não podia aparecer muito porque a polícia estava atrás dele. Era uma criatura que eu acho que não tinha defeito”. Conta ainda que ele não convivia muito publicamente com os vizinhos, mas participava dos cultos realizados na casa do casal, que era da Assembléia de Deus, e conversava com pessoas que visitavam a residência de Chico e Sebastiana (Sebastiana Silva, Tinguá, Nova Iguaçu/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 04/06/2019).

Em seu livro de memórias, Capitani (1997, p. 161) assim relata esse período de convivência:

Fui hospedado na casa do seu Chico, um velho camponês preso 24 vezes e manco em consequência das torturas. Fizemos muitas reuniões onde discutíamos tudo. Gostaram de minhas ideias políticas, e o trabalho foi ampliando com a adesão constante de novos camponeses. A maioria foi da área de influência do PCB e sabíamos que era uma área sob vigilância constante da repressão. Fiquei muito conhecido na redondeza e resolvi morar no mato. Durante o dia ajudava na lavoura do seu Chico, à noite dormia na mata, no alto de um morro.

Sebastiana contou que dificilmente participava das conversas. “Só se me chamassem pra eu dizer alguma palavra”, indício de que as reuniões a que Capitani se refere seguiam a tendência da época de excluir as mulheres das discussões políticas. É preciso relativizar, no entanto, o comentário do militante sobre a “adesão constante de novos camponeses”. Não encontrei nas fontes consultadas evidências que corroborem tal afirmação, sobretudo se tomarmos em consideração o curto período de atuação de Capitani no local e sua condição de clandestino.

A viúva de Chico Silva também mencionou o esconderijo a que Capitani (1997) se refere e acrescentou que se lembrava bem, que “ficava próximo a um pé de abacate”. Além disso,

³³⁹ Foi para este sítio que Salgado se mudou quando soube que estava correndo riscos no sítio de Manoel Escobar Sobrinho. Porém ficou pouco tempo, retornando posteriormente à Guanabara.

³⁴⁰ Carta de Francisco José da Silva ao Ministro da Justiça solicitando reparação política em 26/05/2003 (ano de seu falecimento). Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Processo nº 2002.01.08772.

relatou que todo dia “levava pra ele o café, o almoço e a janta”, o que Capitani também menciona em seu livro e Salgado reafirma em seu relato. Sebastiana contou ainda que ela e Chico deram a Capitani um chapéu típico de camponês para que ele pudesse usar para se tornar mais parecido com o perfil da população local, o que teria sido fundamental para que ele conseguisse passar despercebido pelos carros da polícia quando esta foi à região à procura dele. Perguntada sobre como aqueles jovens tinham chegado até o sítio deles, relatou que tinham sido enviados por outros. Acredita ter sido por intermédio de Felix Escobar, “um grande amigo do Francisco”, o que vai ao encontro do que informam os demais entrevistados, os documentos consultados e Codarin (2019).

Ainda que não tenham se engajado organicamente no MR-8, Chico Silva e Sebastiana, além de Manoel Escobar, cumpriram um papel fundamental de apoio ao dar abrigo a esse trio de militantes que precisavam de um espaço de proteção naquele momento. Dentre os diversos elementos que compõem o processo de engajamento esquematizadas no modelo analítico proposto por Silva e Ruskowski (2016), os camponeses supracitados estariam na “etapa”³⁴¹ das interações associativas, uma vez que já possuíam um histórico de socialização prévia (a militância no PCB durante o pré-golpe) e já teriam passado pela mediação (estabelecida principalmente por Felix Escobar).

5.2.4 As dificuldades enfrentadas: desconfianças e a chegada da repressão

A relação entre Felix e os militantes do MR-8 não era imune a tensionamentos. Como conta Salgado, havia uma desconfiança por parte de Duarte de que Felix pudesse levar o grupo à queda. “Ele [Duarte] não gostava do Felix. Dizia que o Felix era raposinha, quadro viciado do PC [PCB] e eu protegia o Felix (...). Ele [Duarte] tinha certa razão. O Felix era um quadro antigo, com aqueles vícios do PC, considerava a gente uns merdas e tal...” (João Lopes Salgado, entrevista a Vera Sílvia Magalhães e a Daniel Aarão Reis, 17/07/1988)³⁴².

De acordo com Nilson Venâncio, Chico Silva não chegou a ser propriamente um militante do MR-8. Apenas cedia sua casa para os militantes ficarem temporariamente, como o faziam vários outros simpatizantes na Baixada. Situação semelhante era a de Manoel Escobar. “O fato de a pessoa não ser do MR-8 não a impedia de ajudar [a organização]” (Nilson Venâncio, Duque de Caxias, entrevista em 01/06/2019). No mesmo sentido, Sebastiana enfatizou que “o negócio do velho Chico era com os sem-terra”, especialmente em relação ao conflito da Fazenda São Lourenço. De fato, a defesa da reforma agrária foi a principal pauta pela qual lutou Chico até o final de sua vida.

Tais informações são também expressas pelo próprio Chico em depoimento em 26/10/1971, em um dos IPMs que investigou o MR-8³⁴³, no qual relata ter sido procurado por Felix Escobar, “a quem conhecia das atividades sindicais”, para providenciar um abrigo temporário a “um indivíduo que teria tido problemas com a polícia”. Tratava-se de Avelino Capitani, “que dizia chamar-se Manoel” e que inclusive “ajudava no serviço”. Posteriormente chegou outro, João Lopes Salgado, identificado como “Valdeir”, responsável por realizar uma “cirurgia” em Capitani, que tinha sido baleado durante uma fuga na Guanabara. Felix informou-me que a dupla pertencia à mesma organização clandestina de que também fazia parte. Chico, no entanto, não informou o nome MR-8 no depoimento. É possível que, se não tivesse havido

³⁴¹ Coloquei a palavra etapas entre aspas para assinalar que o modelo analítico construído por Silva e Ruskowski (2016) não está organizado por etapas, porém a forma como o argumento foi construído prevê uma determinada sequência dos diversos mecanismos e condições apresentados, ainda que os autores ressalvem a possibilidade de alguns desses mecanismos serem pulados sem prejuízo do processo como um todo.

³⁴² Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

³⁴³ Depoimento de Francisco José da Silva, 26/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 95-7.

repressão tão cedo, Chico tivesse se engajado de maneira mais orgânica na organização, devido às conversas desenvolvidas na convivência com os militantes. O que parece ter havido, no entanto, foi um apoio humanitário fundamentado em uma simpatia política.

Importa notar que, além da interlocução com os militantes do MR-8, Chico Silva também mantinha contato com integrantes da Frente de Libertação Nacional (FLN), uma organização menor, liderada por Joaquim Pires Cerveira, cuja intenção, segundo o SNI, era congregar diferentes organizações para empreender ações conjuntas³⁴⁴. Daí sua parceria com a ALN e com a VPR. Um casal de militantes dessa organização, Albertina Rodrigues Costa e Arthur Paulo de Souza instalaram-se em um sítio, também no Tinguá, com a finalidade de construir um esconderijo subterrâneo a fim de ser usado como cativo de eventuais sequestros de autoridades³⁴⁵. Tal informação também foi relatada por uma enteada de Chico Silva, que, assim como o padasto, frequentava o sítio. Segundo Neusah Cerveira³⁴⁶, filha de Joaquim, a VPR estava organizando o sequestro do embaixador alemão Von Holleben e a FLN havia ficado responsável pela logística, mas alguns dias antes da ação, um militante da VPR foi preso e revelou o esquema, o que resultou na queda do aparelho. A queda se deu entre março e abril de 1970 (CODARIN, 2019).

Em seu depoimento após sua prisão³⁴⁷, Albertina citou os nomes de Chico e Domingos Lopes³⁴⁸ como “pertencentes” à FLN, além de um “João de tal”, que caracterizou como “camponês local, simpatizante de esquerda”. É importante relativizar a informação sobre a organicidade de Chico e Domingos como “pertencentes” à FLN, uma vez que a relação que estabeleciam com esses militantes era mais de colaboração do que de pertencimento formal à organização. O próprio Chico, em depoimento afirmou que declinou do convite de “Miguel” [Joaquim Pires Cerveira], que, ainda segundo o mesmo depoimento, chegou na região no início de 1970, apresentando-se como o fundador da FLN.

A dupla de camponeses tinha um histórico de militância prévia em conjunto. Domingos, por exemplo, que trabalhava como caseiro do sítio, é referido como o “relações públicas dos agitadores” em uma reportagem do jornal *O Globo* sobre os conflitos fundiários do pré-64 na região³⁴⁹. Junto com Chico Silva, o nome de Domingos Lopes é citado em relatório do SNI com a relação dos participantes de “reuniões subversivas” na Fazenda São Lourenço mesmo após o golpe, no ano de 1965³⁵⁰, e que ambos haviam respondido a inquérito da Dops/RJ por “atividades subversivas no meio camponês de Duque de Caxias”³⁵¹.

Capitani (1997) e Salgado relatam que Chico Silva os havia alertado para a forte possibilidade de a repressão identificar a presença desses “elementos estranhos” (os militantes

³⁴⁴ Sobre esse aspecto, Nilson Venâncio comentou: “Todo mundo queria o Chico Silva”.

³⁴⁵ Informação 670/CH/70 do Primeiro Exército, Segunda Seção – Prisão de Elementos Subversivos – Estouro de aparelho rural, 24/07/1970. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004441_d0001de0001).

³⁴⁶ “Lágrimas não comovem carrascos”. Depoimento de Neusah Cerveira. *A Nova Democracia*, Ano IX, N. 67, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2D0pGXr>. Acesso em 12/06/2019.

³⁴⁷ Ministério do Exército. Termo de depoimento da presa Albertina Rodrigues Costa, FLN, s/d. Disponível em BNM 083, pp. 140-3.

³⁴⁸ Tenente reformado do Exército, natural de Curvelo, Minas Gerais, Domingos mudou-se como posseiro para a região do Xerém por intermédio de um conhecido que trabalhava como funcionário do Ministério da Agricultura na Baixada. Conforme o trabalho de conclusão de curso de um de seus netos (LOPES, 2016), Domingos passou por diversos sítios até se instalar na Fazenda da Cachoeira, onde atuou como presidente do núcleo de lavradores, e depois na Fazenda São Lourenço.

³⁴⁹ Montou-se mm dispositivo de guerra na Baixada Fluminense. *O Globo*, 04/07/1963.

³⁵⁰ Tal informação é um indício de que, apesar da forte repressão de que foram vítimas no imediato pós-golpe, com suas casas reviradas, prisões, torturas e inquéritos, continuavam a resistir na medida do possível.

³⁵¹ Informação 809/SNI/ARJ, 22/09/1965. Sem título. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_83008793_d0001de0001).

da FLN) em Tinguá. O próprio Chico relata em seu depoimento à Polícia do Exército que havia solicitado a Felix para que sugerisse a Cerveira retirar-se do local, “pois que isto acabaria com a paz no lugar”. Embora Felix tenha atendido seu pedido, Cerveira não aceitou a sugestão.

Salgado e Capitani contam que também estabeleceram contato com os militantes da FLN antes da chegada da repressão, em uma tentativa mal sucedida de convencê-los a abortar o plano de levar o embaixador alemão para o aparelho do Tinguá. Relata Salgado:

O Chico disse pra mim: “essa coisa vai feder”. [Os militantes da FLN] andavam armados, de jipe para cima e para baixo com o revólver no corpo. Tivemos uma reunião com eles. Nessa reunião eles disseram: “Bom, vocês chegaram depois”. Eu argumentava que ali era uma área de trabalho político importante, tinha muita massa e não seria bom fazer um “aparelho” para sequestrar ninguém, pedi para que eles analisassem com a direção, dizendo que o trabalho político seria longo, que estávamos ali havia vários meses. (...) Um deles me respondeu: “Não, aqui é uma área militar, é assim que a gente concebeu. (...) Depois dessa conversa o Duarte saiu” (João Lopes Salgado, entrevista a Daniel Aarão Reis e Vera Sílvia Magalhães, 17/07/1988)³⁵².

À sua forma, Capitani (1997) conta que pediu a Chico para lhe dar mais informações e que no dia seguinte, “o seu Chico trouxe um camponês, seu amigo, que era vizinho do sítio [onde estava o aparelho da FLN]”³⁵³, que lhe relatou com mais detalhes a intenção da FLN de para lá levar o embaixador. Diante disso, Capitani pediu que esse camponês solicitasse um encontro com o responsável do grupo:

Vieram dois para falar comigo e se apresentaram como pertencentes à VPR³⁵⁴, aliados a mais um grupo comandado pelo Major Silveira (sic) [refere-se provavelmente a Joaquim Pires Cerveira] (...). Após identificar-me, tentei mostrar a fragilidade do plano:

- Companheiros, o plano de vocês está todo furado. Toda redondeza está sabendo e os que não sabem estão desconfiados. Estão arriscando a vida de todos.

- Temos que fazer esse sequestro. Está tudo planejado e vai funcionar.

Percebi que não adiantava, eles levariam o plano adiante. Quando Dino chegou, discutimos o assunto e concluímos que deveríamos nos afastar da região até eles concluírem o plano. Já estava previsto que em breve sairíamos daquele local e outro companheiro [Felix Escobar] continuaria o trabalho. (...). Dino foi à cidade e em dois dias estaria de volta para seguirmos um novo destino. Na mesma noite, percebi a movimentação do grupo. Quando passou o jipe, saí do meu esconderijo no mato [e perguntei]:

- Vocês vão para a cidade?

- É, parece que há problemas por lá.

- Mas, então, é lá mesmo que vocês não devem ir.

- Sim, mas nós precisamos de informações diretas. A gente volta já porque queremos ter uma conversa contigo.

- Tudo bem, eu já estou indo embora daqui, mas espero vocês amanhã cedo. Vou ficar aqui pelo mato e assim que ouvir o barulho do jipe, chego até a estrada.

Na manhã seguinte, como o jipe não passou, fiquei alerta. Ouvi um barulho conhecido e olhei para cima. Era o famoso aviãozinho de reconhecimento, o mesmo de Caparaó e Angra dos Reis³⁵⁵. Concluí que foram presos e falaram tudo. Tinha acabado de almoçar um prato de comida que a mulher do seu Chico [Sebastiana] tinha deixado na

³⁵² Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Vera Sílvia Magalhães, caixa 02, doc. 28.

³⁵³ Trata-se provavelmente de Domingos Lopes.

³⁵⁴ De fato, o sequestro estava sendo planejado pela VPR. A FLN estava contribuindo com a responsabilidade de providenciar a infra-estrutura para alojar o embaixador enquanto refém.

³⁵⁵ Em Angra dos Reis, em um morro de difícil acesso, Capitani havia participado da construção de um campo de treinamento de guerrilha, no refúgio para onde foi com outros militantes logo após à fuga da Penitenciária Lemos de Brito. Ver mais em Rodrigues (2017).

beira do mato, conforme o combinado³⁵⁶. Pensei em avisar os companheiros do sítio. Por precaução, segui naquela direção no meio da mata. Tinha caminhado mais ou menos metade da distância quando ouvi o barulho de carros. Subi em uma árvore e observei a casa do seu Chico. A casa estava cercada e ele estava sendo preso. Ao lado de um jipão, vi mais camponeses presos. Apressei o passo e logo ouvi gritos e tiros que vinham do sítio [do aparelho da FLN]. Cercaram o sítio e foram todos presos (CAPITANI, 1997, pp. 161-3).

O trecho evidencia variações de níveis de experiência militar e de compreensão de parte dos militantes da esquerda armada em relação ao planejamento de suas ações: enquanto alguns planejavam ações com pouca fundamentação realística, outros procuravam alertar para os riscos e a inviabilidade de determinadas ações.

Domingos Lopes também acabou sendo preso no dia em que foi descoberto o aparelho, junto com Chico Silva e o casal Albertina e Artur, além de outros que, por não terem sido considerados envolvidos, foram posteriormente liberados³⁵⁷. Domingos acabou sendo ouvido apenas “na qualidade de informante”, descrito em relatório parcial do inquérito que investigou a VPR e a FLN, como “indivíduo portador de tuberculose, de idade avançada (57 anos) e completamente ignorante, assinando o nome com dificuldade”. O relatório afirma ainda que o informante “não sabia tratar-se de um aparelho subversivo e, se soubesse, não faria diferença pois não sabe ou não sabia do que se tratava”³⁵⁸.

Possivelmente os militares não cruzaram os dados sobre a participação de Lopes nos movimentos de luta pela terra no pré-64, nem os informes sobre ele produzidos pela famosa “comunidade de informações”, como, por exemplo, a denúncia recebida pelo Departamento de Polícia Política e Social da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro recebeu em abril de 1968 sobre ele, Francisco Silva e Mario Gorgonha³⁵⁹. De acordo com o informe, eles estariam preparando, na região do Rio Paty, entre Tinguá e Piranema, “um movimento para eclodir até o dia 1º de maio vindouro [de 1968]”. Afirma o documento:

Foram identificados como líderes do citado movimento conhecidos agitadores, que desde antes da Revolução de Março de 1964, sublevavam aquela região. Consta que, para angariar simpatia da população, faziam distribuição de remédios. Segundo a mesma fonte, os participantes do movimento fazem exercício de tiro no local denominado Lagoa Velha ou Lagoa Seca, naquela área. O informante tomou conhecimento de dois estudantes dentre os líderes³⁶⁰.

³⁵⁶ Sebastiana conta que no dia da chegada da repressão, quando foi levar o café da manhã para ele, encontrou apenas um abacate com algo escrito nele (daí a lembrança do pé de abacate ao lado do esconderijo onde Capitani ficava), mas que não foi capaz de ler a mensagem por não ter sido alfabetizada (Sebastiana Silva, Tinguá, Nova Iguaçu/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 04/06/2019).

³⁵⁷ Informação 670/CH/70 do Primeiro Exército, Segunda Seção – Prisão de Elementos Subversivos – Estouro de aparelho rural, 24/07/1970. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004441_d0001de0001).

³⁵⁸ Relatório parcial do Inquérito 10/70 referente à VPR e à FLN. BNM 428, p. 114.

³⁵⁹ Antigo militante do PCB no campo, Gorgonha foi o responsável pelo convite a Nilson Venâncio para que ele também aderisse ao PCB à época.

³⁶⁰ Informe 59/DPPS/RJ, 26/04/1968. Prontuário RJ 23.184 – Domingos Lopes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Não foi possível confirmar a consistência dessa informação uma vez que os três mencionados já estão falecidos e não foram encontradas referências a esse fato em outros documentos. Salgado afirmou ter se deslocado para a Baixada apenas em 1969 (provavelmente após setembro, quando participou do sequestro do embaixador norte-americano). Em 1968 ainda estava na Guanabara estudando medicina e militando no movimento estudantil como liderança das passeatas ocorridas naquele ano. Nos BNMs 233 e 316, encontram-se algumas referências a treinamentos de tiro na serra do Tinguá por militantes do Colina e do PORT, respectivamente, mas não constam referências aos nomes de Francisco Silva, Domingos Lopes ou Mario Gorgonha. De todo modo, a denúncia foi realizada e registrada pelos órgãos da repressão.

A probabilidade de Domingos Lopes ser inocentado caso houvesse sido lida essa denúncia seria muito pequena. Seu nome, no entanto, consta na lista dos militantes e simpatizantes da Colina, VAR e VPR produzida pelo SNI³⁶¹, o que evidencia algumas brechas do sistema repressivo da ditadura. Além de Domingos, segundo relato de Sebastiana, um filho dele também foi perseguido pela polícia por conta do envolvimento do pai com tais militantes. Outro filho de Domingos relatou a um sobrinho por ocasião de seu trabalho monográfico (LOPES, 2016), que foi várias vezes convidado para aderir à organização, mas que não o fez por considerar perigoso e que alguns de seus colegas de infância haviam aderido e nunca mais voltado.

5.2.5 As articulações pós-repressão

Sebastiana valorizou o fato de que “depois que acabou tudo”, Capitani lhes fez uma visita “para agradecer por tudo o que a gente tinha feito por ele”. Ele também relatou a mesma visita em seu livro de memórias:

Muitos anos depois, em 1981, visitei o velho Chico e sua mulher. Moravam no mesmo lugar e foi um encontro emocionante. Ao ver-me ficaram meio assustados, constrangidos. Perguntei o que estava havendo.

-Todos nós pensamos que tinhas morrido. Fomos presos, sofremos muito e eles nos disseram que tinham te matado quando tentavas sair do cerco. Como não tivemos mais notícias tuas, acreditamos.

Comecei a rir.

- Então mataram-me pela segunda vez, mas estou aqui.

Tivemos um abraço demorado (CAPITANI, 1997, p. 164).

Nilson Venâncio, por sua vez, critica a ausência dos militantes do MR-8 nos requerimentos de reparação política de moradores da Baixada que se engajaram na organização, como Chico Silva e Felix Escobar, por exemplo³⁶².

Capitani e Duarte conseguiram escapar da prisão e articularam uma forma de deixar a organização e o país. Por meio de uma rede de apoio, conseguiram um carro com o qual foram até Rondônia, de onde atravessaram a fronteira com a Bolívia, para seguir em direção ao Chile. De acordo com Codarin (2019), as articulações do MR-8 na Baixada continuaram por mais alguns meses com Felix Escobar, Nilson Venâncio e militantes urbanos³⁶³. Perdera-se, contudo, a perspectiva adotada por Salgado de aproximar-se de camponeses para “despertá-los a uma consciência política”. Os “recrutamentos” agora se concentraram em alguns antigos conhecidos da militância sindical prévia ao golpe, como João Joaquim Santana e Milton Costa Lopes, ambos comerciantes. A exceção foi o sogro de Santana, Joaquim Antônio da Silva, camponês que havia sido “recrutado” pelo PCB ainda nos anos 1950 no contexto da campanha pela paz contra a bomba atômica (Nilson Venâncio, Duque de Caxias/RJ, entrevista em 01/06/2019).

Eu depoimento atribuído a Joaquim Antônio da Silva em um dos IPMs que investigou o MR-8, em 25/10/1971³⁶⁴, consta que o depoente residia em Nova Iguaçu e que em fevereiro de 1971, Felix o procurou na fazenda onde trabalhava e lhe ofereceu uma “proposta para

³⁶¹ Informação 0328/Jun/70. Militantes, aliados e simpatizantes das organizações VPR, VAR-Palmares e Ex-Colina. 13/07/1970. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional. (br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80003287_d0001de0001).

³⁶² Nilson é atualmente presidente da Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas, com sede em Duque de Caxias/RJ, voltada ao assessoramento de vítimas de violações de direitos humanos durante à ditadura para o encaminhamento de solicitações de reparação política junto à Comissão de Anistia.

³⁶³ Dentre eles, Sergio Rubens de Araújo Torres, José Gomes Teixeira, Carlos Alberto Muniz, Cesar Benjamin.

³⁶⁴ Depoimento de Joaquim Antônio da Silva em 25/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 77-80.

melhora de condições de vida”, mas Joaquim Antônio não aceitou. Posteriormente, foi novamente procurado, desta vez por Nilson Venâncio, a pedido de Felix. A oferta era para trabalhar em um “serviço muito bom, inclusive com trabalho em roça, que sabia ser do agrado do depoente”, e que Joaquim receberia uma “ajuda de custo”. Diante da aceitação da proposta, Nilson o apresentou para Cesar Benjamin (conhecido como Menininho por ter começado a militar aos 14 anos) e Nelson Raimundo Braga (agrônomo formado pela UFRRJ), que lhe ofereceu a possibilidade de plantar um bananal “na serra”³⁶⁵.

Considerando-se que tal depoimento foi provavelmente tomado sob tortura, é igualmente provável que a narrativa apresentada para o engajamento na organização tenha sido construída de modo a atribuir o mínimo possível de iniciativa ao depoente. A razão exposta por Joaquim, no entanto, é consoante com outros casos de camponeses que se engajaram diante de uma perspectiva de busca por “melhorias nas condições de vida”, o que converge com a interpretação de Migdal (1974), cuja tese para o engajamento camponês nos processos revolucionários é justamente a satisfação de necessidades imediatas do cotidiano. Esta explicação, todavia, é incompleta. A partir de Fillieule (2001), pode-se supor que a trajetória de Joaquim com experiências de engajamento prévio nas lutas do pré-64 por meio do PCB também foi determinante tanto para o fato de ter sido convidado pelos militantes do MR-8, como para sua aceitação, ou seja, tudo indica que havia uma compreensão política em seu engajamento.

Voltando ao depoimento, Joaquim Antônio sugeriu então procurar por João Geraldo Magalhães (conhecido como Índio), camponês de Cachoeiras de Macacu e conhecedor da região. Os três foram até essa fazenda, mas Joaquim Antônio não teria sido informado sobre a finalidade da compra da área, que não chegou a ser concretizada. Além disso, Joaquim Antônio relatou ter realizado vários transportes para a organização, seja de objetos (um mimeógrafo, por exemplo), seja de pessoas vinculadas ao MR-8. No depoimento de seu genro, João Joaquim Santana³⁶⁶, que residia com ele, consta que algumas reuniões do MR-8 eram realizadas na casa de Joaquim Antônio. Depois disso, a organização providenciou recursos para que Santana alugasse outra casa para a realização de reuniões e hospedagem de militantes.

No depoimento de João Geraldo no mesmo IPM³⁶⁷, essas informações são confirmadas. No documento, consta que ele e Joaquim Antônio se conheciam dos tempos de militância do pré-golpe, quando João atuava como Segundo Tesoureiro da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, o que evidencia novamente o acionamento de uma rede de militância anterior ao golpe, fundamental para as articulações em torno das organizações armadas em certo sentido fortalecidas após o AI-5.

Para quem conhecia o caso do Colina em Cachoeiras de Macacu, é impossível não associar um caso a outro. Foi o que fizeram alguns militares em uma reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971, cujo relatório³⁶⁸ informa que a prisão do então padre Gerson da Conceição no ano anterior havia se dado graças às informações fornecidas por Cesar de Queiroz Benjamin em depoimento prestado uma semana antes, no qual se referia à área do MR-8 no município. O depoimento, no entanto, não menciona em nenhum momento o nome de Gerson, nem de nenhum outro militante do Colina envolvido com o caso de Cachoeiras de Macacu. Além disso, não há evidências de que João Geraldo tenha participado do grupo de camponeses formado em torno do então Padre Gerson

³⁶⁵ “A serra” a que o depoente se refere é uma área em Cachoeiras de Macacu, que a organização estava buscando comprar para realizar treinamento militar e para servir como esconderijo de militantes. Segundo o depoimento de Cesar Benjamin às Forças Armadas, na divisão das áreas rurais do MR-8, essa área era denominada Acre.

³⁶⁶ Depoimento de João Joaquim Santana em 26/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 99-102.

³⁶⁷ Depoimento de João Geraldo Magalhães em 25/10/1971. Disponível em BNM 190, pp. 74-76.

³⁶⁸ Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971. Arquivo Nacional, AC_ACE_39659_71_001.

da Conceição, como vimos no quarto capítulo, o que impede de estabelecer correlação entre um processo e outro. A coincidência, por outro lado, é que Gerson conhecia Capitani por conta de sua contribuição no episódio da fuga da Penitenciária Lemos de Brito, sobre cujo funcionamento tinha domínio em função de seu trabalho pastoral nos tempos de seminarista. Futuras pesquisas poderão investigar se havia alguma articulação entre o MR-8 e o grupo de Gerson³⁶⁹.

Nos diversos depoimentos consultados, há menção ainda a um projeto de instalação de uma serraria em Nova Iguaçu, a ser gerida por João Joaquim Santana e Nelson Raimundo Braga a fim de utilizar a madeira que seria retirada da área de Cachoeiras de Macacu, porém não chegou a ser instalada em função da prisão dos militantes, embora conste no depoimento de Nelson que um galpão já havia sido comprado para tal finalidade e que o processo de regularização do empreendimento também estava em andamento. De acordo com o depoimento de Cesar Benjamin, João Joaquim quebrou o acordo da estanquização ao compartilhar com seu sogro Joaquim Antônio a informação acerca da serraria, motivo pelo qual estaria sendo desligado da organização³⁷⁰.

Sobre a dificuldade da organização de se inserir no meio camponês da Baixada, Nilson Venâncio comentou:

O MR-8 não chegou a atuar [de fato] ali. Estava tentando se criar. Estava pegando a gente e, ao mesmo tempo, o pessoal caindo e morrendo. Eu não era um militante do MR-8 no campo. Eu até tinha influência, mas não fazia reuniões da organização no campo. Nem quando eu estava no PCdoB, eu conseguia fazer. Só o partidão. E mesmo esse, nas áreas evangélicas, não usava publicamente o nome do partido. [No pré-64], o pessoal ia de arma para lutar contra a polícia³⁷¹, mas não podia botar o nome do partido, porque “comunista comia criancinha” (Nilson Venâncio, Duque de Caxias, entrevista em 01/06/2019).

Salgado narra sua experiência na Baixada da seguinte forma:

A primeira experiência [rural da organização] foi essa aqui de Xerém [e arredores], que deu em nada por causa desse episódio que eu te contei [a presença da FLN preparando a infraestrutura para o sequestro do embaixador alemão]. Acho que a gente foi importante do ponto de vista de recrutamento. A gente recrutou alguns quadros importantes para a organização. Tava o Nilson, tava Félix, tava o Seu Manuel. (...) E a gente decidiu sair e só continuar o trabalho de assistência aos militantes antigos, os quadros que a gente tinha conhecido. Aí veio o trabalho da Bahia (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista em 27/01/2017).

O trabalho a que Salgado se refere na Bahia era dividido em duas regiões, além da capital Salvador: uma no Recôncavo e outra na Chapada Diamantina, que abordarei no item subsequente. No Recôncavo, havia militantes do MR-8 em Feira de Santana, Alagoinhas e Candeias. Do grupo de camponeses da Baixada que tinham interlocução com o MR-8, Felix Escobar e Nilson Venâncio se deslocaram para a Bahia. O primeiro ficou um tempo em Salvador, depois Alagoinhas e, por fim, Feira de Santana. O segundo foi para Candeias e depois se juntou a Felix em Feira de Santana.

Em 1965, Felix tinha ficado viúvo de sua primeira esposa, Raimunda, com quem tinha seis filhos. Logo depois iniciou um relacionamento com Irany Escobar, com quem teve mais

³⁶⁹ Não consegui elucidar essa questão, uma vez que Gerson faleceu em julho de 2017 e Cesar Benjamin, apesar de procurado, não retornou meus pedidos de entrevista.

³⁷⁰ Informação 2116/S/102 – 51 – CIE, de 08/10/1971 – Declarações prestadas por Cesar Queiroz Benjamin. Memórias Reveladas, Arquivo Nacional (AC_ACE_39659_71_001).

³⁷¹ Refere-se às resistências aos despejos anteriormente referidas.

dois filhos. Quando foi para a Bahia, em meados de 1970, não levou a família. Irany e vários de seus filhos foram presos, assim como Manoel Escobar Sobrinho, sua esposa e uma das filhas (Antônio Escobar e Irany Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevistas a Fabricio Teló em 01/06/2019 e 18/05/2019, respectivamente). Cabral e Lapa (1979, p. 124) também relataram a repressão sofrida pela família e vizinhos de Felix:

Em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100, mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofetado violentamente pelos homens do Exército.

Apenas depois de três meses, conseguiu articular a ida de sua nova companheira e os dois filhos pequenos. Depois de mais alguns meses, foi a vez de Antônio Escobar, que era adolescente na época. Ele conta que em Feira de Santana os militantes faziam treinamento na Serra das Agulhas: “Me convidavam pra ir, mas eu não queria ir”. Ainda segundo ele, Felix chegou a chamar os demais filhos para irem também à Bahia, mas não o fizeram porque, como já eram adultos, já tinham um projeto de vida próprio. Antônio manifestou arrependimento por ter ido: “Se eu não tivesse ido, poderia ser dono de muita coisa aqui. [apesar de ser um adolescente], eu tinha animal e um tanto de coisas aqui. Acabei com estudo, com tudo” (Antônio Escobar, Pilar, Duque de Caxias/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 01/06/2019).

Em Candeias, Nilson relatou ter morado com um camponês de cujas informações não se recorda. Lembra-se apenas que era um “contato da organização” e que o objetivo da ida para lá era fundamentalmente esconder-se da repressão, embora a aproximação com camponeses estivesse inserida na estratégia da organização naquele momento (Nilson Venâncio, Duque de Caxias, entrevista a Fabricio Teló em 13/09/2018).

Uma das primeiras frases que Irany me disse em entrevista foi que o que mais marcou sua vida durante o tempo em que acompanhou Félix foi a contínua andança. Ela e Antônio chegaram a ficar presos em duas ocasiões por alguns dias a cada detenção: uma em Caxias, logo depois de Felix ter ido para a Bahia³⁷², e a outra em Feira de Santana, durante uma viagem de Felix ao Rio de Janeiro, em 1971, quando foi preso, em um ponto em Nova Iguaçu. Ele foi morto sob custódia do Estado e permaneceu como desaparecido político até dezembro de 2014, quando seus restos mortais foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, no Cemitério Ricardo de Albuquerque, zona norte do Rio de Janeiro³⁷³.

Joaquim Antônio e Chico Silva depois de soltos, atuaram em conjunto como importantes lideranças na luta pela terra no período da redemocratização por meio do Núcleo Agrícola Fluminense (SILVA, 1998). Nilson Venâncio foi preso em 1971 e assim permaneceu até 1979, quando foi solto em função da Lei de Anistia. Manoel havia sido solto antes.

Neste item observei a experiência de três militantes do MR-8 com camponeses da Baixada Fluminense. Os dados a que tive acesso na pesquisa, contudo, não permitiram analisar o processo comunicativo como um todo, uma vez que a análise da recepção a que se refere Martin-Barbero (1997) ficou prejudicada com a impossibilidade de ouvir a perspectiva dos camponeses que tiveram contato com os militantes. Os únicos sobreviventes encontrados foram Nilson Venâncio e familiares de Chico Silva e Felix Escobar, camponeses cujo engajamento

³⁷² Nessa ocasião, apenas alguns dias depois, foram presos também Manoel Escobar Sobrinho, sua esposa Valduí e sua filha Olga.

³⁷³ Investigação da CNV revela o destino de Félix Escobar. *Portal do governo do Brasil*, 28/01/2015. Disponível em: <https://bit.ly/2X1Kn9D>. Acesso em 10/06/2019.

era consequência de um envolvimento prévio no PCB, ou seja, não foi possível ouvir os camponeses com quem Salgado procurava conversar nos momentos de trabalho conjunto.

A despeito destas incompletudes, as entrevistas que tive oportunidade de realizar demonstraram certo distanciamento entre os militantes com origem no movimento estudantil e os que vinham do movimento sindical de trabalhadores rurais da Baixada dirigido pelo PCB, como revelam os relatos de Salgado sobre a visão crítica de Felix a respeito da organização, bem como os comentários do próprio Nilson Venâncio. Se o envolvimento prévio com o PCB, por um lado, foi um elemento facilitador do engajamento desses militantes, por outro, foi também fonte de desconfianças e antipatias que dificultavam o fortalecimento da organização. Além disso, experiência de repressão sobre os camponeses, ainda no pré-golpe, quando dos despejos praticados pela polícia pode ter sido outro fator dificultante para a aproximação com os camponeses.

5.3 O MR-8 em Brotas de Macaúbas/BA

De acordo com edição de janeiro de 1972 do jornal *Resistência*³⁷⁴, editado pelo MR-8, os critérios da escolha da área para dar início à guerrilha rural eram a situação objetiva da população, as condições militares e a existência de uma liderança previamente estabelecida na região. Brotas atendia especialmente ao primeiro e ao terceiro critério, devido às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos sertanejos e pela presença de José Campos Barreto, conhecido como Zequinha. O ex-militante Daniel Aarão Reis, por ocasião da defesa desta tese, acrescentou que a aproximação com militantes que haviam pertencido à Dissidência da Bahia foi mais ocasional do que estratégica.

5.3.1 O campesinato de Brotas de Macaúbas

Localizado na região da Chapada Diamantina, Brotas de Macaúbas possui cerca de 10 mil habitantes. Sua ocupação iniciou-se no final do século XVIII por conta da procura por ouro e minerais valiosos, tendo sido a mineração do diamante um dos principais propulsores do seu desenvolvimento econômico, atraindo imigrantes que trabalhavam na mineração e desenvolviam atividades agrícolas paralelamente.

Embora boa parte do campesinato brasileiro no contexto dos anos 1960 vivenciasse a falta de acesso ou dispusesse de um acesso precário à terra, os camponeses da região de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, em sua maioria, eram proprietários de pequenas extensões de terra. Eles produziam o necessário para consumo próprio: plantavam arroz, feijão, mandioca e outros vegetais e criavam animais para corte, sobretudo caprinos, bem como bovinos leiteiros. Para a venda, a principal produção era o fumo, vendido em forma de rolo, e a cana-de-açúcar, vendida em forma de rapadura. Tais produtos, no entanto, precisavam ser escoados por meio de animais de carga, no “lombo do burro”, como dizem os moradores, pois não havia estradas para carros ligando a sede do município às localidades rurais. Antigos moradores acrescentam ainda a existência de teares para a fabricação de tecidos para a confecção de roupas. Os próprios camponeses plantavam o algodão utilizado para o tear.

Ainda que os camponeses de Brotas desenvolvessem tais atividades produtivas, a fome ainda era um problema enfrentado por parte deles, em boa medida devido à falta de chuva. Nas entrevistas realizadas com antigos moradores dos espaços rurais da região, eram recorrentes as referências a períodos de dificuldade para encontrar alimentos. Ainda conforme tais relatos, na

³⁷⁴ Disponível no Centro de Documentação da Universidade Estadual de São Paulo (Cedem/Unesp), Coleção *Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro* (Asmob).

época não havia escolas. As famílias que quisessem garantir a alfabetização de seus filhos eram obrigadas a pagar professores particulares. Foi essa uma das formas de aproximação de um dos militantes vindos de fora junto aos camponeses, conforme veremos no decorrer do texto.

Outra característica dos camponeses da região, conforme relato de Olderico Barreto, irmão de Zequinha, era o que ele chamou de “total desapareço pela política”, ou seja, uma compreensão de que a política era um assuntos dos “Senhores, não dos trabalhadores”. Como consequência disso e do controle da Igreja Católica, de acordo com a interpretação do entrevistado, os camponeses não teriam percebido grandes diferenças entre o regime democrático pré-golpe e o posteriormente instaurado sob comando dos militares. Para um grupo que se propunha a mobilizar camponeses para um processo revolucionário contra o governo militar, a ausência de mudanças concretas na vida dessas pessoas depois do golpe tornava mais difícil aos militantes a utilização de narrativas que associassem os governos militares às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos camponeses. O discurso precisava estar baseado em outros argumentos.

5.3.2 *O início do trabalho político*

O trabalho do MR-8 em Brotas, voltado ao projeto da guerrilha rural³⁷⁵, era o que dava algum sentido político de esperança à organização em um momento em que a repressão estava prendendo parte significativa de seus militantes, que precisavam dedicar mais tempo procurando se esconder do que atuando propriamente para o projeto político a que estavam voltados.

Nesse sentido, o papel de José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, foi central. Sua família é oriunda da localidade de Pintada, hoje município de Ipujiara (coincidentemente o local onde Zequinha e Lamarca foram mortos). Em 1951, mudaram-se para o povoado de Pé do Morro, em Brotas, onde plantavam fumo e comercializavam nas cidades vizinhas. Posteriormente mudaram-se para Buriti Cristalino, no mesmo município, onde instalaram uma casa de comércio para vender tecidos e objetos em geral. Além da propriedade que possuía em Buriti Cristalino, a família Barreto tinha outra em um local chamado Buquirão, para onde Olderico ia todas as manhãs para ordenhar vacas. Além de gado, criavam também burros e cabras. Na roça plantavam mandioca. Em frente à casa deles, acontecia aos sábados a feira local³⁷⁶. Quando moravam em Pé do Morro, a mãe de Zequinha atuou por um tempo como professora, mas depois, quando a família se mudou para Buriti e instalou a loja, preferiu ter uma professora em casa porque ela destinava seu tempo para o preparo da comida e para a costura de roupas, a serem vendidas na loja. Tratava-se, portanto, de uma família relativamente bem estabelecida.

Como as demais famílias do local, a de Zequinha era muito religiosa. Era comum os pais terem a expectativa de que os filhos se tornassem padres ou freiras. Foi o que aconteceu com a família Barreto. Zequinha foi aos 12 anos estudar para ser padre no Seminário de Garanhuns/PE, onde ficou por dois anos, tendo sido posteriormente transferido para Campina Grande/PB, onde permaneceu por mais quatro. Olderico conta que sua mãe, Nair Campos Barreto, preparava banquetes quando recebia a visita de alguma autoridade eclesiástica. “Minha mãe recepcionava muito bem a Igreja” (Olderico Barreto, Brotas de Macaúbas/BA, entrevista

³⁷⁵ O fato de Zequinha atuar em função de um projeto de guerrilha rural não significava necessariamente que ele tivesse como objetivo imediato a criação de um foco em Brotas. Como relatou Cesar Benjamin, em entrevista a Marcelo Ridenti, “a guerrilha seria fruto de um trabalho político de massas de anos” (RIDENTI, 2010, p. 224).

³⁷⁶ Uma comadre de Nair conta que toda semana preparava seus “miúdos” para vender na feira: café, que eles mesmos plantavam, bolo de milho e biscoitos (brevidade, avoador, ginete, dentre outros). Apesar disso, ela ressaltou que nem sempre eles tinham comida suficiente para alimentar toda a família. Carne era ingrediente raro nas refeições.

em 10/02/2017)³⁷⁷. Embora seja apenas um primeiro passo na carreira eclesiástica, o ser seminarista já era suficiente para ser atribuída a Zequinha uma autoridade em relação à comunidade de onde saiu.

Em 1964, depois de ter passado quase seis anos no seminário, e um curto tempo em Brotas aguardando chegar à maioridade, o jovem brotense seguiu a corrente migratória que caracterizava o país naquele momento e mudou-se para São Paulo, onde ingressou no Exército. Serviu no Forte de Quitaúna, em Osasco, mesmo quartel onde estava naquele momento Carlos Lamarca, mas não chegaram a ter contato nesse momento. Terminado o período do serviço militar obrigatório, Zequinha buscou emprego nas fábricas de Osasco. Já como operário, o jovem imigrante baiano começou a fazer parte de um grupo que discutia política na Vila Yolanda, na mesma cidade, composto, dentre outros, por Antonio Roberto Espinosa, Osni Gomes, João Joaquim da Silva, João Domingues da Silva e Roque Aparecido da Silva, este último ocupando um papel proeminente de liderança. Boa parte deles viriam posteriormente a integrar a VPR (INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO, 2008).

Durante esse período, Zequinha conciliou o trabalho na fábrica com a retomada dos estudos no Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares (Ceneart), onde concluiu o que se chamava de “curso clássico”³⁷⁸. Nos dois espaços, seja no trabalho, seja no estudo, Zequinha se destacou como líder. Foi presidente do Círculo Estudantil de Osasco, que promovia a discussão de autores como Marx, Lenin e Che Guevara, ao mesmo tempo em que se destacou na famosa greve da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários (Cobrasma), em 1968, que o levou à prisão, de onde saiu depois de três meses (INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO, 2008).

Olderico conta que a família soube da prisão por meio de uma reportagem de jornal enviada pelo tio de Zequinha com quem ele morava em Osasco. Na matéria, ele aparecia como líder da greve. “Nós começamos então a sair de uma casca de ovo politicamente”, relata Olderico, que decidiu ir para São Paulo para passar um tempo curto com o irmão: “Eu começo a vivenciar a vida política dessa maneira”. Com o AI-5, Zequinha deixou de ir todo mês até a Auditoria Militar assinar ponto por conta de sua prisão, como havia sido obrigado, o que o levou a passar para a clandestinidade, já como militante da VPR. Olderico então se coloca à disposição de Zequinha para as atividades que demandavam “nome limpo” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 10/02/2017).

Com o endurecimento da repressão, Zequinha percebeu a necessidade de sair de São Paulo. Passou um tempo no Rio de Janeiro e, no início de 1970, voltou para a Bahia, no que Olderico o acompanhou. Durante o ano de 1970, ficaram um tempo curto em Salvador, mas depois de um assalto a dois bancos (ação denominada pelas organizações de “expropriação”), Zequinha avaliou que aquilo atrairia a repressão para Salvador e que não poderiam mais continuar ali. Nesse momento, Zequinha já havia migrado da VPR para o MR-8. Em Salvador, entrou em contato com Lúcia Murat³⁷⁹, da direção regional do MR-8 na Bahia, com quem conversou sobre a possibilidade de realizar um trabalho político com os camponeses de sua região por meio do MR-8 (João Lopes Salgado, entrevista a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017). Nesse momento, Olderico havia voltado para São Paulo, para trabalhar em São

³⁷⁷ Ainda hoje a religiosidade católica é um fator estruturante da vida da população de Brotas de Macaúbas. A celebração anual pela memória dos militantes mortos por ocasião da repressão no município é organizada pela Igreja, que, utilizando-se de uma linguagem própria, refere-se a eles como “mártires”.

³⁷⁸ O decreto-lei 4.244, de 1942, determinou que o “ensino secundário” (atual ensino médio) seria dividido no Brasil entre ciclos e cursos. O primeiro ciclo compreendia apenas o curso ginásial. Já o segundo ciclo compreendia os cursos clássico e científico, cada qual com duração de três anos, sendo o primeiro voltado às humanidades e o segundo, às ciências naturais.

³⁷⁹ Oriunda do Rio de Janeiro, foi enviada para a Bahia em fevereiro de 1970, tendo lá permanecido até dezembro daquele mesmo ano (CODARIN, 2018).

Caetano. Depois de um tempo, Zequinha lhe enviou uma carta informando que decidira mudar-se para Brotas de Macaúbas e Olderico decidiu fazer o mesmo. Trata-se do exemplo por excelência do movimento descrito por Gramsci (1987) dos camponeses da metade sul italiana que migravam para o norte industrializado, estabeleciam contato com as ideias revolucionárias mais fortemente espalhadas naquela região e retornavam para seus povoados difundindo tais ideias.

De acordo com Olderico, Zequinha fazia ressalvas em relação à luta armada: “Ele achava que não havia ainda a consciência na população. Então a etapa que defendia primordialmente era a da conscientização. A luta armada viria depois. É como colocar o telhado por primeiro na construção de uma casa” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 10/02/2017). Esse era o sentido de seu retorno a Brotas. Daí as diversas atividades de formação política que começaram a ser realizadas no local, como veremos adiante.

Salgado, que neste momento era da direção geral da organização, responsável pelo campo, conta que, na primeira conversa que teve com Zequinha, na Bahia, encaminharam que o objetivo do trabalho naquela região era apenas de “recrutamento”, uma vez que as características geográficas (área de caatinga) não eram propícias para se iniciar uma guerrilha. “Para isso, tinha que ser mata”. Era importante, no entanto, aproveitar o fato de que Zequinha possuía vínculos prévios junto à população local por ser “filho daquela terra”. Como pontuam Silva e Ruskowski (2016, p. 214), nesses casos, “a mediação tende a ocorrer de forma ‘natural’, uma vez que estes indivíduos já se encontram indiretamente conectados às organizações a partir laços construídos em outras esferas de vida”.

Ademais, a Chapada Diamantina estava relativamente próxima da divisa entre Goiás e Bahia, região que a organização considerava potencialmente “estratégica para uma coluna guerrilheira”, por conter mata fechada, ser cruzada por várias rodovias importantes e estar a uma distância da capital perto o suficiente para se aproximar com certa rapidez e longe o bastante para não atrair a repressão (João Lopes Salgado, entrevista a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017).

Por ser filho de uma família “muito respeitada” na região, ter estudado no seminário, morado em outros estados, saber tocar violão, conhecer músicas novas (muitas delas em inglês) e ser muito e ser “muito inteligente” e “carismático”, Zequinha geralmente atraía muitas pessoas a seu redor e tinha considerável prestígio entre os moradores, o que lhe facilitava a cativar a atenção dos camponeses para ouvirem o que tinha a dizer. Narra Salgado:

Zequinha convencia os caras da injustiça que eles viviam lá. (...) Ele começou a desenvolver um trabalho de politização dos caras que conhecia, com quem tinha uma relação de confiança, com o cara que se interessava em saber a história dele. E ele tinha uma característica de liderança muito acentuada. Ele era um líder mesmo. Um cara que chegava e ia para a beirada da estrada e sentava ali e começava a conversar num bar de beirada de estrada. Ele tocava violão, cantava muito bem. Era um quadro importantíssimo para a revolução, um agitador de grande valia (João Lopes Salgado, entrevista a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017).

Edelzuita Pacheco da Silva, comadre do casal Barreto, relata que Zequinha realizava falas públicas para as quais compareciam os moradores de Buriti Cristalino e de comunidades vizinhas, como São Francisco:

Zequinha dava palestras, falava sobre o homem, que o homem era racional. Ensinava que irracional é quem não tem raciocínio. A gente escrevia alguma coisa. Como eu era mãe de família, tinha menino doente, criança pequena, eu ia, mas não era todo dia. Eu sei que ficou uns dois meses ele dando essa aula. Mas era só palestra. Ia gente daqui de São Francisco também. Mas não era assim, acho que não falava nada [sobre

guerrilha] (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Nas entrevistas que conduzi com antigos moradores que conviveram com Zequinha, era recorrente a menção à preocupação do militante com a pauta do direito dos camponeses à previdência. Um primo dele, por exemplo, enfatizou:

Zequinha dedicou sua vida à causa dos camponeses. Não desistia até que não resolvesse esse problema. Ele sabia das dificuldades do homem do campo. Dizia: “O governo tem que procurar uma solução para dar um suporte a essas pessoas do campo que vão envelhecendo, trabalham até morrer e não deixam nada para a família”. A tecla em que ele mais batia era essa: achar alguma saída para os camponeses. E por ironia do destino, alguns meses depois da morte dele, saiu a aposentadoria para os trabalhadores rurais (Miguel Barreto, Ibotirama/BA, entrevista a Fabricio Teló, 08/02/2017).

Edelzuita igualmente relatou que Zequinha dizia: “vocês vão se aposentar, vocês têm direito, porque vocês trabalham!” Além do direito à previdência³⁸⁰, outro ponto enfatizado era a questão tributária: Zequinha defendia que era injusto os camponeses precisassem pagar impostos específicos sobre a propriedade e sobre a comercialização de gado (vivo ou abatido)³⁸¹, já que muitos deles, apesar de serem proprietários de pequenas áreas de terra, seguidamente chegavam a passar fome em razão de diversos fatores, especialmente da falta de chuva. Edelzuita conta que Zequinha conseguiu convencer seu falecido marido Abel Pereira da Silva, que era coletor de impostos, a interromper sua prática:

Abel era agente arrecadador, naquele tempo. Se alguém vendesse alguma coisa, se levasse produtos para vender na feira, por exemplo uma carga de melancia, tinha que pagar o imposto, da ocupação de solo. O dia que você não vendesse uma melancia, tinha que pagar a ocupação de solo. Aí Zequinha tirou isso do Abel. Ele dizia: “ô Abel, não faz isso não, moço... isso aí, é uma coisa ridícula. Como é que você vai cobrar imposto de uma coisa que a pessoa trabalhou.” (...). Aí Abel pegou e largou aquilo. Aí ficou outra pessoa cobrando (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Percebe-se aqui, à semelhança do caso da AP, um estímulo dos militantes à mudança de hábitos e práticas dos camponeses. Para o processo de engajamento revolucionário, no qual os camponeses estariam eventualmente ingressando, não bastaria apenas a concordância com as ideias. Era preciso, assim como os militantes, adotar um novo estilo de vida, coerente com a proposta revolucionária, de modo que era preciso abandonar as práticas, como a cobrança de impostos, que reproduziam a lógica da exploração contra a qual o projeto político da organização se voltava.

Um quadro importante do MR-8 que se deslocou para a região no início de 1971 foi Luiz Antonio Santa Barbara, que vinha do movimento estudantil de Feira de Santana. “Ele não tinha queimação e veio para ajudar. Zequinha o apresentou como um ex-seminarista que havia

³⁸⁰ Como vimos no capítulo 3, o direito à previdência só foi estendido aos trabalhadores do campo em 1971, atendendo apenas os homens, com meio salário mínimo.

³⁸¹ De acordo com a lei estadual 1.246 de 1959, seria arrecadado 1% de Imposto Territorial das terras de domínio particular e 1,2% das terras devolutas. Estariam isentas as propriedades que valessem menos de Cr\$ 50 mil e haveria um desconto de 50% deste índice tributário para as propriedades cujo valor estivesse entre Cr\$ 50 mil e Cr\$ 100 mil. Ainda por meio desta lei, o estado da Bahia instituiu o Imposto sobre Vendas e Consignações de gado em pé ou abatido, a partir do qual arrecadava 7% do valor de cada cabeça de gado comercializada. Ver mais em: <https://bit.ly/2NLTwtB>. Lamarca, que, como veremos na sequência, ficou um tempo escondido em Buriti, escreveu em seu diário em 01/07/1971 que ouviu pelo rádio a notícia de que “o imposto para o meio rural” havia aumentado de 1 para 2%. (José e Miranda, 2015, p. 226).

estudado com ele e que viria passar uns tempos, para, quem sabe, trabalhar no garimpo, algo assim” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 10/02/2017). A atividade mineradora funcionava como um álibi para justificar a presença de estranhos, pois atraía muita gente de fora.

Na prática, contudo, a principal inserção de Santa Bárbara, que utilizava o codinome de Roberto, foi como professor. Diante da precariedade do sistema escolar nos lugares afastados da sede, como mencionei anteriormente, a informação recebida pelos camponeses de que Roberto seria ex-seminarista, como tinha se apresentado, foi suficiente para Edelzuita oferecer-lhe a possibilidade de começar a trabalhar como alfabetizador. Era uma maneira estratégica para se aproximar da comunidade, ganhar respeito, ter um espaço por meio do qual poderia difundir ideias e construir relações de afeto com as pessoas. “Ele ficava naquela amizade, entrosado lá em casa, eu fazia mingau de milho pra ele”, comenta Edelzuita, referindo-se à intimidade que se criou entre ele e sua família. De fato, como apontou Migdal (1974), a probabilidade de os camponeses acolherem novos arranjos institucionais propostos pelos militantes é maior quando há “incompetências estruturais” por parte do Estado. Nesse caso, isso se expressou em relação à educação. Não fosse a chegada precoce da repressão, o trabalho de alfabetização poderia ter sido uma forma de, ao mesmo tempo, “minar” a autoridade estatal e fortalecer o lugar da organização revolucionária junto à população³⁸².

A principal atividade desenvolvida sob a coordenação de Santa Bárbara foi uma peça de teatro com as crianças de Buriti Cristalino e povoados vizinhos. Segundo Olderico, as temáticas trabalhadas na peça eram “o custo de vida, a violência tributária, a saúde e a educação”. Segundo José e Miranda (2015, p. 221), “um faria o papel do trabalhador, outro do cobrador de impostos e outros o papel da escolta armada que acompanhava o fiscal”. Um dos camponeses da vizinhança emprestou sua radiola para ser usada nas apresentações. Boa parte dos entrevistados relatou ter ouvido falar do “teatro do professor Roberto”, indício de que essa atividade pode ter tido algum impacto sobre aqueles povoados.

Vargas (1980) analisa a entrada do teatro libertário no Brasil, particularmente em São Paulo, a partir da imigração de trabalhadores europeus, sobretudo italianos, que traziam consigo a experiência anarquista, que utilizava as representações teatrais como uma ferramenta política fundamental para se comunicar com a população. Ao mesmo tempo em que reunia os trabalhadores enquanto grupo étnico, os fortalecia também enquanto classe, uma vez que as peças tratavam de temas do cotidiano, com ênfase nas relações de trabalho³⁸³. Entender o teatro como uma forma de comunicação é especialmente importante para nossa reflexão, já que esse é um dos eixos analíticos da tese. A constante referência às lembranças sobre as discussões realizadas à época sobre a necessidade de pagamento de impostos é um indicativo de relativo sucesso das encenações organizadas por Santa Bárbara junto aos camponeses do Buriti.

Além do teatro, duas outras atividades desenvolvidas pelo “professor Roberto” ficaram na memória de Edelzuita: a festa junina que organizou, na qual “ensinou os meninos a brincar quadrilha, desde os pequenos até os maiores”, e a homenagem às mães no primeiro domingo de maio, evento no qual Santa Bárbara e Edelzuita trocaram um afeto especial devido à associação que ele estabeleceu entre ela e sua mãe, que não encontrava havia muitos anos:

³⁸² Análise semelhante poderia ser feita em relação aos trabalhos de alfabetização realizados pelas demais organizações. A diferença é que Santa Bárbara estava focando na alfabetização infantil, em substituição ao Estado, ao passo que os militantes da AP em Itanagé atuaram como professores nas escolas da Prefeitura Municipal, não havendo, portanto a dimensão da substituição da presença do Estado pela dos militantes, como foi o caso do MR-8. Além disso, quando se tratava de uma alfabetização realizada fora dos espaços estatais, tratava-se de atividades voltadas ao público adulto (tanto no caso da AP, como do Colina), algo que não fazia parte da cultura brasileira à época, se esperar do Estado de forma sistemática e capilarizada como o era em relação ao ensino primário.

³⁸³ Reprimida pelo governo Vargas, tal prática definiu a partir dos anos 1930, com uma inflexão significativa com o Estado Novo.

Ele me abraçou e me apertou tanto... Debruçou aqui nesse ombro direito, molhou a meu ombro de lágrima. Chorou, chorou e disse assim: "Você sabe que eu tô chorando? É que eu estou recordando da minha mãe, que tem treze anos que eu não a vejo". Aí eu fiquei tão emocionada que eu comecei chorar também (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Novamente percebemos a importância das emoções recíprocas teorizadas por Jasper (1998) no estabelecimento de laços de proximidade entre militantes e novos adeptos. A relação entre Edelzuita e Santa Barbara evoluiu para um padrão de confiança e cumplicidade tal, que ela atendeu ao pedido dele de manter segredo a respeito de sua verdadeira identidade até para o marido. Ela só compartilhou essa informação com Abel depois que receberam a reparação da Comissão de Anistia. Episódio interessante rememorado por Edelzuita foi o da sua "inocência" ao sugerir a Roberto a ideia de estabelecer um diálogo com a Prefeitura Municipal, para verificar se esta não poderia dar algum apoio alfabetizar as crianças. Ele, no entanto, preferiu evitar a circulação da informação a fim de diminuir sua exposição junto a órgãos estatais, já que estava no local como clandestino: "Aí depois que a gente foi entender que eles tinham outra política, né. Não queriam nada de prefeitura".

José e Miranda (2015, p. 220) acrescentam que Santa Bárbara se destacava como jogador de futebol, uma vez que, quando adolescente, jogava no time juvenil do Clube Fluminense, de Feira de Santana: "Encantava o Buriti Cristalino e conquistou Brotas de Macaúbas com seu futebol elegante, sempre de cabeça erguida, o campo todo sob seu domínio, os dribles curtos, secos, os gols surgindo fácil".

5.3.3 Os instrumentos de formação política e mobilização

Um dos instrumentos utilizados pelos militantes do MR-8 para desenvolver seu trabalho era a distribuição de panfletos e livretos de formação política. A organização havia providenciado uma máquina de datilografar para a produção desses materiais. De acordo com Olderico, a recomendação era que os panfletos deveriam ser destruídos depois de lidos. Moradores da cidade também recebiam. Euval Rosa Campos, filho de um comerciante da sede de Brotas, se lembra de ter recebido tais materiais. Carlos Araújo, de Ibotirama, com quem Zequinha também discutia política, relatou ter recebido emprestado de Zequinha um exemplar d'*O Capital*, de Marx. Edelzuita se recorda de um livreto que recebeu e guardou com carinho, chamado "O ABC dos Trabalhadores":

Era um livro instruindo as pessoas. Para as pessoas trabalharem sem serem muito dependentes das outras, porque as pessoas naquele tempo eram quase como escravas e não se desenvolviam. [Eles propunham o] desenvolvimento para os trabalhadores, para as pessoas. E era para saber também que quem trabalhasse não deveria precisar pagar imposto. E era tudo rimado. Era um romance. Não era livro, era um romance, um romance dos trabalhadores. Era dito assim, romance dos trabalhadores (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Conversas em torno do conteúdo transmitido pela Rádio Havana também constituíam o trabalho do grupo junto aos camponeses. Este veículo de comunicação foi criado por Raul Castro em 1961, com o objetivo de difundir informações sobre a Revolução Cubana e as demais experiências políticas revolucionárias ao redor do mundo³⁸⁴. Edelzuita relata que seu falecido marido Abel costumava ouvir essa estação na companhia de Zequinha, com quem passava horas

³⁸⁴ A Rádio Havana é mencionada em um relatório da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos: "Cuba: Castro's Propaganda Apparatus and Foreign Policy. CIA, March, 25, 1985". Disponível em: <https://bit.ly/2NLh4Ks>. Acesso em 21/06/2019.

trocando ideias, o que novamente corrobora a tese de Sales (2005) a respeito da importância da experiência da ilha caribenha para o contexto brasileiro.

Espaços públicos de convivência, como jogos de futebol, rodas de bar, festas religiosas, teatro e as rodas de música em torno do violão de Zequinha eram estratégicos para se encontrar com os camponeses e iniciar conversas sobre as condições sociais em que se encontrava aquela região e estimular uma leitura crítica desta realidade, o que constituía um primeiro passo no processo de mobilização política. Nesse sentido, merece destaque a contribuição de Cefai (2009;2011) para quem a política se faz especialmente nos locais onde as pessoas se encontram pelos motivos mais triviais na sua vivência cotidiana.

Olderico rememora as partidas de futebol organizadas pelo irmão, às vezes em localidades relativamente distantes: “Zequinha era um articulador na região. Imagina, a gente saía do Buriti para jogar bola na Lagoa de Dentro³⁸⁵. Andávamos 27 quilômetros a cavalo”. Nos bares, Zequinha também compartilhava o que aprendeu em sua experiência de vida morando em São Paulo e usava esse conhecimento para conversar com os camponeses sobre as desigualdades sociais e regionais e como a própria noção do que é ser rico e ser pobre ou fartura e escassez varia de acordo com as regiões. Olderico compartilhou uma história que lhe foi contada por um primo: “Zequinha uma vez me disse que comer feijão e arroz era passar fome. Eu não entendi na hora. Só fui entender isso depois que fui morar em São Paulo. Lá fui entender que, se você não tiver uma mistura, você está passando fome” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017). Euval complementou com outra ideia discutida por Zequinha para estimular o senso crítico de seus interlocutores sobre a desigualdade:

Ele falava o seguinte: “Na Rede Globo passa que a cachorra de fulana de tal passou por cirurgia de ligadura de trompas. A cachorra de doutor fulano de tal fez não sei o que... enquanto aqui não se tem um comprimido, um Melhoral”. Não tinha acesso, no Buriti Cristalino não tinha. Era pouco acesso a um Melhoral, um Anador. Qualquer produto desse (Euval Rosa Campos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017).

Assim como para os demais casos analisados nesta tese, outro espaço importante para os militantes eram os matagais. Sobre isso, Edelzuita comentou: “Eles gostavam muito de sair para o mato, caçar, ver coisas assim no mato”. Ela chegou a iniciar uma frase para levantar alguma hipótese sobre a motivação que os levava a frequentar tantas vezes o mato: “Acho que era...” Ela, no entanto, preferiu não concluir a frase.

De acordo com o projeto do MR-8, não apenas os camponeses, mas também os moradores das cidades precisavam ser mobilizados para o projeto revolucionário. Desse modo, a sede da pequena Brotas de Macaúbas e a cidade de Ibotirama, polo regional do meio-oeste baiano, também foram espaços de atuação política. Euval relata: “Sempre que Zequinha vinha, ficávamos todos ao redor. Todo mundo gostava demais dele. Jogava bola com a gente, sabia fazer versão livre de música. Aquele era o tempo dos Beatles, Geraldo Vandré, esse pessoal todo da esquerda” (Euval Rosa Campos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017).

Zequinha tinha interlocução também com autoridades locais, como o “Dr. Antônio”, juiz do município, com quem costumava ter longas conversas³⁸⁶, e com o ex-vereador pelo PSD, Carlos Souza, comerciante de fumo de corda e neto de um ex-prefeito de Brotas. Ele conta

³⁸⁵ Povoado rural de Brotas de Macaúbas, localizado a oeste da sede do município.

³⁸⁶ Quando chegou a repressão, Dr. Antônio colaborou com os militares na perseguição a Zequinha e Lamarca. Vários entrevistados mencionaram essa postura como tendo sido uma traição. Um deles, no entanto, comentou: Mas também, se não o fizesse, poderia perder o cargo, não é?”

que Zequinha era “muito inteligente”, que falava latim e inglês e que conversavam sobre política, socialismo, desigualdade. Em um primeiro momento afirmou que, como relação entre eles restringia-se aos espaços de “farra, futebol e violão”, nunca haviam conversado sobre o MR-8 ou a luta armada. Em outro momento da conversa, no entanto, relatou que Zequinha havia-lhe contado detalhes sobre o assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, indício de que havia algum grau de confiança entre os dois (Carlos Souza, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 13/02/2017).

Miguel Barreto, primo de Zequinha, que morava em Ibotirama, relatou que, nas passagens do parente pela cidade, nos intervalos entre uma música e outra, “comentava sobre os países onde tinha havido guerrilha”. Carlos Araújo acrescentou que Zequinha falava também sobre Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, no pré-64. Lamartine Araújo, irmão de Carlos, avalia que, apesar de Zequinha conversar muito sobre política com eles, não entrava em temas relativos à luta armada porque não quis envolver quem ele considerava “muito inocente” ou que não tivesse estrutura para aguentar (Miguel Barreto, Carlos Araújo e Lamartine Araújo, entrevistas a Fabricio Teló, Ibotirama/BA, 08/02/2017).

Salgado menciona ainda a preocupação de Zequinha em procurar mobilizar também os garimpeiros, que trabalhavam na mineração de lasca de rocha na região. “Tentou organizá-los em sindicato”³⁸⁷, registrou seu companheiro sobrevivente de militância. Euval também acrescentou esse elemento em sua narrativa: “Na época da Mineração Boquira³⁸⁸, teve início uma revolta lá, houve morte de pessoas, e ele foi lá fazer um levantamento da situação, das pessoas que morriam intoxicadas pela mineração. Acho que não teve nenhum entrosamento por lá. Mas chegou a ir” (Euval Rosa Campos, Brotas de Macaúbas/BA, entrevista em 11/02/2017). Olderic também se recorda de ter acompanhado o irmão em conversas com contatos em Xique-Xique e em Oliveira dos Brejinhos. “Mas eram poucos”, comentou. Como se percebe pelos depoimentos, o trabalho do MR-8 na Chapada Diamantina possuía escopo regional e focava concomitantemente a mobilização de camponeses, garimpeiros e moradores das cidades, o que o aproxima do que Bambilra (1974) descreve em relação à revolução cubana, cujo sucesso decorreu em boa medida dessa aliança de classes entre operários urbanos e camponeses.

Preocupações relativas à comercialização dos produtos locais também compunham os diálogos de Zequinha com a população:

ele se preocupava [com a importância de] o povo se organizar em cooperativas, essas coisas, de a população se unir, ter mais participação ativa [neste âmbito]. Uma das coisas que ele pensava muito era na igualdade de vida das pessoas. Ele pensava naquela coisa do pobre não ter o que comer, não ter o medicamento, não ter nada. Hoje já tem um pouquinho dessa coisa, mas quantos anos [demorou] para que isso chegasse aqui? (Euval Rosa Campos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017).

³⁸⁷ Aqui novamente nos deparamos com um caso de militantes de organizações armadas promovendo a organização dos camponeses em sindicatos, a despeito da visão crítica dos guerrilheiros sobre essa forma organizativa, tal como anteriormente discutido.

³⁸⁸ Mineradora do município homônimo, com cerca de 20 mil habitantes, localizado a 134 km de Brotas de Macaúbas. Destacava-se pela extração de minério de chumbo. Navarro Filho (2018) descreve o processo de desenvolvimento do município a partir da instalação da empresa em terras expropriadas de camponeses em 1950, quando o padre local enganou a população recolhendo assinaturas com a justificativa de solicitar ao governo ajuda para a construção de uma nova igreja e posteriormente pervertendo o abaixo-assinado em um documento falso de procuração que lhe permitiu expropriar as terras para a instalação da mineradora. O autor relata ainda que, uma vez instalada, a mineradora procurava “conquistar os moradores espoliados pelo padre e por ela” por meio de empréstimos de dinheiro, distribuição de agrados como comidas e bebidas e organização de eventos, além da instalação de um Núcleo de Assistência Rural. Por ser praticamente a única provedora de dinamismo econômico, a Companhia exercia controle político no município, determinando a escolha de prefeitos e vereadores.

Nesse mesmo sentido, Carlos Araújo, antigo morador e amigo de Zequinha, descreve que outra ideia apresentada pelo militante, inspirado na experiência das Ligas Camponesas de Pernambuco, que havia conhecido quando seminarista, era a construção de um engenho comunitário a partir do qual pudessem produzir rapadura e outros produtos oriundos da cana, vender e dividir igualmente a receita³⁸⁹ (Carlos Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Ibotirama/BA, 08/02/2017).

Apesar de seu carisma e das diversas atividades públicas que realizava, conforme os relatos, Zequinha causava estranhamento a seus interlocutores ao dar sinais de que, em alguns momentos, precisava manter certa discrição para evitar ser identificado pela repressão. Carlos relatou um episódio em que estavam na praça em Ibotirama tocando violão, quando passou por eles um policial, ao que Zequinha parou de tocar e disse: “Não gosto dessa gente”. No mesmo sentido, Euval relatou que o amigo não gostava de aparecer em fotos. Provavelmente porque isso aumentaria a probabilidade de ser descoberto pelos militares.

Olderico, que já dava seus primeiros passos como militante engajado, afirmou que, “por questões de segurança, ninguém deveria saber das atividades. Zequinha trabalhava as pessoas, conversava. Tinha um nível [diferente de abertura] com cada pessoa e ele não fazia isso coletivamente, mas individualmente” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 10/02/2017). Tal nível dependia do grau de confiança que desenvolvia com cada pessoa. Ele conta que “Crispin e Zé de Virgílio eram dois camponeses mais próximos”. “Comerciante não alfabetizado” em Buriti Cristalino, este último teria se engajado “nessa luta”³⁹⁰, na interpretação de Olderico, por duas razões: primeiro pelo o apoio dado por seu Zé Barreto quando Zé de Virgílio quase perdeu sua casa de comércio numa disputa judicial³⁹¹; segundo porque ele queria que Olderico namorasse sua filha. Sobre o processo que levou ao engajamento de Crispin, não consegui maiores informações. Uma antiga moradora comentou sobre o engajamento dele, mas limitou-se a dizer que “era tudo no silêncio, por baixo dos panos”.

De acordo com Olderico, Crispin era um senhor negro de cerca de 65 anos à época, marceneiro e agricultor que possuía muitas fruteiras e uma casa para fabricação de farinha de mandioca a partir de sua própria produção. Eventualmente trabalhava como garimpeiro. Segundo a interpretação de Olderico, ele foi convidado a fazer parte da organização especialmente em função de ter avistado Lamarca escondido, de modo que a preservação da

³⁸⁹ Carlos Araújo defende que a experiência de Zequinha como seminarista “o tornou socialista antes mesmo de ler Marx e Lenin”, devido à formação humana que teve no seminário, onde conheceu também o projeto político das Ligas Camponesas, forma de organização na qual encontrava inspiração para o trabalho que desenvolveu em Brotas (Carlos Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Ibotirama/BA, 08/02/2017). No entanto, outras pessoas com quem conversei não concordam com essa leitura. Olderico, por exemplo, argumenta que, quando Zequinha estava no seminário, defendia a Aliança para o Progresso (projeto do governo dos EUA para evitar o avanço do comunismo na América Latina) e discordava de um senhor de Brotas simpático ao comunismo com quem discutia. Teria sido apenas quando já estava em São Paulo que Zequinha teria se aproximado das ideias socialistas. José e Miranda (2015), baseados no depoimento de Olderico, corroboram essa interpretação. É possível que as duas interpretações estejam corretas no sentido de que Zequinha, enquanto seminarista, pode ter defendido ideias conservadoras e ao mesmo tempo ter conhecido a experiência das Ligas Camponesas e ter se interessado por elas, o que não significava tornar-se imediatamente simpático ao comunismo, caminho que percorreu com mais intensidade, de fato, em Osasco.

³⁹⁰ Não é possível afirmar que Zé de Virgílio tenha se engajado “na luta do MR-8” especificamente. Pelo restante do relato de Olderico, pode-se perceber que o apoio dado pelo vizinho estava mais centrado na defesa da dignidade de José Campos Barreto, o patriarca da família, quando estava sob tortura a fim de dar informações sobre o paradeiro do filho militante, que estava com Lamarca.

³⁹¹ “Inesperadamente chegou um homem mandando ele sair e meu pai, que era uma das pessoas esclarecidas do local, achou aquilo um absurdo e se contrapôs ao homem e entrou em defesa do seu Zé e ele não perdeu a casa dele” (Olderico Barreto, Brotas de Macaúbas/BA, entrevista em 10/02/2017).

informação seria mais garantida se Crispin se tornasse um membro do grupo do que o inverso. Olderico, no entanto, apenas soube do grau de engajamento de Crispin na organização depois que tomou conhecimento da ida de Crispin a Milagres para se encontrar com Salgado. Durante o tempo anterior à chegada da repressão, por conta da estratégia de estagnação, Olderico não possuía essa informação.

Além de Crispin e Zé de Virgílio, outros camponeses faziam parte de um grupo de confiança de Zequinha, como um vizinho da família Barreto, que preferiu não conceder entrevista. Ao ser perguntado de maneira informal em um encontro rápido na casa de Edelzuita sobre a interação com os militantes, respondeu: “Você sabe qual era a intenção deles, não é? Então, falavam isso com a gente. Queriam convencer um bocado de gente para fazer um exército e ir para outro lugar³⁹²” (vizinho da família Barreto, Brotas de Macaúbas/BA, conversa informal em 10/02/2017). Edelzuita relatou que Abel também sabia da existência de Lamarca e que o havia conhecido, o que indica um grau alto de confiança³⁹³.

As características desses camponeses, como apresentadas no item 5.3.1, principalmente o fato de serem donos de sua própria terra, permitem enquadrá-los na categoria proposta por Alavi (1965) e Wolf (1984) de “camponeses médios”, o grupo mais propenso a aderir à proposta revolucionária. Todavia, como ressaltaram os autores, a simples propensão não é explicação suficiente para entender o processo de engajamento político. É preciso compreender as condições por meio das quais os camponeses *se tornam* sujeitos políticos. No caso da experiência do MR-8, a autoridade representada por Zequinha e o trabalho político realizado por ele e por Santa Bárbara, somados às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos moradores de Brotas constituíram as condições básicas para o processo referido pelos autores.

Euval também foi alguém com quem Zequinha teve segurança em compartilhar com mais profundidade algumas ideias sobre o projeto político que estava tentando construir:

Ele falava dos outros países, de Cuba, por exemplo. De Fidel Castro, dos regimes socialistas. E começava a falar, introduzindo. Eu, às vezes, discutia com ele. Eu falava: “Zequinha, mas enfrentar o exército brasileiro, não fica difícil pra nós?” Ai ele respondia falando da guerra fria, que quando os Estados Unidos invadiram o Vietnã, perdeu mesmo tendo mais soldados, então os camponeses brasileiros também poderiam derrotar o exército brasileiro. Ele falava que a luta não seria uma luta peito a peito, metralhadora contra espingarda. Que seria uma luta para o futuro, e que iriam sendo formadas equipes que pudessem ir... [para o combate] e certamente, o pensamento era que logo também chegariam armas, também, de qualidade, para que a gente entrasse nessa luta armada. (...) Para nós era difícil de entender de guerrilha, mas pela amizade, eu estava disposto a ir. E além de mim, vários outros também estavam (Euval Rosa Campos, entrevistas a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017 e 23/09/2018).

A Euval, Zequinha chegou até a atribuir uma responsabilidade:

Eu não vou dizer que era um militante, mas tinha a confiança deles. Zequinha pediu que, [se eu identificasse] qualquer movimento estranho aqui, nos bares, na cidade, no hotel de dona Águida³⁹⁴, ali, se chegassem pessoas estranhas, que eu colocasse um

³⁹² De acordo com o relato de Salgado, esse “outro lugar” era uma área próxima ao município de Barreiras, na região da divisa da Bahia com o então estado de Goiás (hoje Tocantins), para onde a organização já havia enviado dois militantes para iniciar a organização de um aparelho para executar a estratégia da guerrilha rural: “Já tinham tomado posse de um terreno lá, uma terra de posseiros, estavam lá instalados”. O plano de Salgado era enviar Lamarca para essa área assim que fosse possível (João Lopes Salgado, entrevista a Vera Silvia Magalhães e a Daniel Aarão Reis, 17/07/1988).

³⁹³ Edelzuita relata que Abel apenas lhe contou que sabia da existência de Lamarca muitos anos depois do ocorrido.

³⁹⁴ Hotel onde Lamarca havia pernoitado no dia em que chegou em Brotas, como “geólogo”. Voltarei a esse ponto na sequência do texto.

“x” na parede do colégio. Alguém ia ver e fazia contato com eles lá [o grupo do MR-8 em Buriti³⁹⁵]. Quando veio um investigador me procurar perguntando informações sobre Zequinha, se ele era terrorista ou não – eu nem sabia o que era terrorista, o Zequinha que explicava algumas coisas pra gente – eu fui fazer o “x”. Quando cheguei no colégio, vi que outra pessoa já tinha feito (Euval Rosa Campos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017).

Ou seja, esta tarefa havia sido atribuída também a outras pessoas, que atenderam seu pedido e fizeram o sinal a fim de alertar o grupo de que estavam sendo procurados. Voltarei a esse ponto na sequência. Com base nesses relatos, é possível perceber que Euval enfatiza sua proximidade com Zequinha e com a ideia de guerrilha e fala de seu engajamento com orgulho, de modo a evidenciar uma dimensão de coragem em sua personalidade. Olderico, por sua vez, prioriza a narrativa de que não havia para Brotas um projeto de guerrilha e de que esse assunto não era muito presente nas conversas, o que revela distintas formas de lidar com esse passado. O lugar que cada ator ocupava nesse processo, se mais central (como Olderico, por ser irmão de Zequinha) ou menos (como Euval, primo), pode ser um elemento explicativo para tais diferenças uma vez que a associação ao evento é muito mais intensa em relação ao primeiro do que ao segundo.

Quando Salgado chegou em Brotas, Zequinha já havia iniciado sua atuação havia algum tempo:

A aproximação que eu tive de recrutamento foi já com um trabalho político iniciado. Então alguns já tinham certo nível de consciência, ainda não político, [mas] um certo nível de consciência de revolta, [o que nos permitia dizer]: “mas tem jeito de resolver isso. É lutando contra a ditadura, é lutando contra o imperialismo. Por que a gente tem essas condições de vida aqui?” Aí discorria: por que eles eram tão explorados, por que cobravam imposto³⁹⁶ e ITR deles? Como é que o cara tem coragem de ir lá cobrar ITR e outros impostos? (...) Eu já peguei os caras sensibilizados e já foi uma questão de apresentar para eles “olha, existe uma forma orgânica de resolver isso. Existe um partido, existe uma luta armada” (...) Eu tinha acesso a algumas famílias. Era um trabalho feito mais à noite. Aí quando o cara já estava mesmo mais engajado, eu ia conversar com a família, com a mulher, com o filho. Jantava na casa da pessoa. Eu particularmente tive contato com essa esposa do Crispim, que era uma senhora que estava ficando cega por causa de diabetes, e com o filho dele que depois passou também a trabalhar com a gente, que tinha um problema de saúde. Numa dessas vindas para o Rio eu o trouxe. Tinha um problema de coluna e conseguimos tratar (João Lopes Salgado, entrevista a Fabricio Teló, Petrópolis/RJ, 27/01/2017).

Percebe-se aqui o relato de um segundo passo no processo de engajamento. Com base na reflexão de Novaes (1994) sobre mediação, poderíamos dizer que, depois de um trabalho previamente conduzido por Zequinha, um “mediador de dentro”, passava-se para uma segunda etapa, com o aprofundamento do debate político, a partir do diálogo com outra liderança, vinda de outro estado, um “mediador externo”. O fato de a conversa se realizar à noite com alguém que não poderia aparecer publicamente também é um indicativo de que essas famílias, ainda

³⁹⁵ Sob a coordenação local de Zequinha, o grupo era composto por ele, Santa Bárbara, Olderico, Otoniel (irmão mais novo de Zequinha e Olderico), Crispim e Salgado, da direção nacional da organização, que apenas visitava com regularidade. Lamarca chegou em junho de 1971, tendo convivido com o grupo até meados de agosto, quando chegou a repressão e teve início sua fuga ao lado de Zequinha. Zé de Virgílio, Abel e outros são apontados como “próximos”, “entrosados” e que “sabiam de Lamarca”, mas não é possível confirmar uma vez que já faleceram.

³⁹⁶ Deodete relata que, embora o imposto não fosse muito caro, não eram todos que pagavam. “Mas quem pensava bem pagava”.

que em número reduzido³⁹⁷, haviam assumido algum nível de cumplicidade com o projeto em construção.

Ainda que, como contou Salgado, tenha havido diálogos com algumas mulheres, era apenas com os homens que as conversas sobre a luta armada eram realizadas. “Deve ser realmente o desvio de a gente achar que só homem pode fazer a luta. O PCdoB já tinha muita mulher engajada, né? Mas acho que isso vem um pouco da nossa cultura”, avaliou Salgado quando perguntado sobre a questão de gênero no processo de mobilização. De fato, as questões identitárias apenas começaram a ganhar mais força nos movimentos sociais brasileiros nos anos 1980, quando os movimentos feministas e de gênero em geral conseguiram dar mais publicidade (CEFAI, 2009; 2011) ao tema.

Em Brotas, a luta pela terra no processo de mobilização dos camponeses para a luta armada não teve centralidade. Por ser uma área com predominância de minifúndios, em que a maioria dos lavradores possuíam sua área de terra, a questão agrária não constituía para eles um problema público. “A luta deles não era por mais terra, era por melhores condições de vida. Passavam fome mesmo tendo um pedaço de terra. Tinham que ser garimpeiros de lasca de rocha porque não tinham condições de viver” argumentou Salgado para explicar por que a luta pela terra não era prioridade nas conversas travadas pelos militantes do MR-8 com os camponeses. Por outro lado, se a questão agrária não esteve presente nas conversas dos militantes, ela o esteve no discurso dos militares para legitimar a repressão, como veremos no item 5.3.6.

5.3.4 A presença de Lamarca

A ida de Carlos Lamarca para Brotas para se esconder da repressão levou um conjunto de desafios para Zequinha e os demais envolvidos. Salgado explica que não estava nos planos do MR-8 levar Lamarca naquele momento (junho de 1971) para Brotas. O trabalho lá ainda estava no início, de acordo com sua avaliação. No entanto, por conta do endurecimento da perseguição, não era mais possível manter Lamarca no Rio, de modo que foram obrigados a antecipar sua ida para a Bahia, junto com Iara Iavelberg, então sua companheira. Chegando em Jequié/BA, tomaram rumos diferentes: ela foi para Feira de Santana, ele para Brotas. Ao chegar, Lamarca foi apresentado como um geólogo que estaria na cidade para fins de pesquisa. Novamente o álibi era o garimpo. Todavia, algumas suspeitas foram levantadas pela população que viu Lamarca chegando, já que estava acompanhado de Zequinha, que não possuía histórico de trabalho no setor mineral.

Olderico expôs que Zequinha havia compartilhado com ele a informação de que um companheiro de militância estava para chegar, porém, no bojo da estanquização, não havia revelado tratar-se de Lamarca: “Imagine o que foi trazer Lamarca para cá tendo que andar 18 quilômetros à noite para evitar se encontrar com pessoas durante o caminho”. No Buriti Cristalino, Lamarca ficava escondido em um local preparado por Zequinha e seus irmãos Olderico e Otoniel. Todo dia alguém da família Barreto levava-lhe as refeições, sem que os pais de Zequinha soubessem.

Olderico relata lembrar de situações em que Lamarca demonstrava vontade de poder participar das conversas desenvolvidas na lida diária, mas estava impossibilitado porque não poderia ser visto por ninguém para evitar o risco de ser denunciado. Passava a maior parte do tempo escrevendo. Em seu diário, escrito na forma de cartas para Iara, encontramos no primeiro parágrafo do primeiro dia de anotações: “Hoje (29 de junho) é considerado dia santo aqui, dia de festa; como sou um clandestino, ouvirei de longe um pouco da alegria do camponês” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 222). Na sequência, narra seu encontro com um “velho e rijo

³⁹⁷ Tem-se notícia de três: Crispin, Zé de Virgílio e Abel. É possível que houvessem outras, mas não há como saber.

companheiro camponês politizado”, a partir de quem, após uma conversa, sentiu “aquela força revolucionária”. Neste trecho, Lamarca refere-se provavelmente a Crispin, vizinho da família Barreto que se engajou no projeto, mas de maneira também clandestina, o que lhe permitiu não ser descoberto pela repressão. Tal informação é relatada por Olderico e Salgado, que conviveram com esse camponês durante o trabalho do MR-8 na região.

Outros entrevistados também mencionaram que mais pessoas sabiam da presença de Lamarca, mas não é possível confirmar quantos, nem quem. É provável que sejam outros camponeses que, à semelhança de Crispin e Abel, também haviam passado por um processo de discussão política com Zequinha e Santa Bárbara e, portanto, criado uma relação de confiança suficiente para saber da presença de Lamarca na região, mesmo que não soubessem necessariamente tratar-se do militante mais procurado pela ditadura naquele momento. Edelzuita comentou: “ninguém sabia que tinha gente escondida, a não ser Abel [seu marido] e algumas outras pessoas [dentre elas Crispin]”. Não é possível, no entanto, saber quem, nem quantas eram essas pessoas.

Uma amiga da família Barreto, sinalizou que sabia que a família Barreto levava a marmitta para alguém, mas “como segredo, que não podia conversar”. É provável, contudo, que não sabia se tratar de Lamarca. Ela conta ainda que depois que Zequinha chegou com o Lamarca, passou a evitar aparecer publicamente. Além disso, por mais que as pessoas de Brotas não soubessem que o recém-chegado era Lamarca, o fato de ter chegado um desconhecido trouxe apreensão na população. “O que se falava não era que eles tinham vindo para buscar o bem da humanidade e para os camponeses, mas para derrotar todo mundo” (Deodete Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 21/09/2018). Percebe-se aqui que, depois da chegada de Lamarca, começou-se a suspeitar da presença de “comunistas” na região e, por consequência, o acionamento do então recorrente e eficaz discurso anticomunista, que atribui ao comunismo a “destruição de tudo”.

Uma antiga professora do município, que preferiu não dar entrevista, relatou informalmente que Zequinha a procurou para ser professor de inglês na escola em que ela era diretora à época. Ela, contudo, não o admitiu por estar convicta de que logo ele abandonaria o cargo. Disse que as pessoas temiam Zequinha, especialmente após a ida de Lamarca porque, embora tivesse sido apresentado como geólogo, as pessoas desconfiaram porque sabiam da trajetória de Zequinha e de sua prisão em São Paulo. Não faria sentido Zequinha estar trazendo um geólogo para o município.

Miguel Barreto, primo de Zequinha residente em Ibotirama, acrescentou que certa vez, Zequinha foi buscá-lo em sua casa para jogar no time dele no torneio que estava organizando, mas seu pai, já desconfiado de que alguma coisa errada estava acontecendo, o proibiu de ir. De acordo com Miguel, o próprio José Barreto estava querendo se mudar de lá para o município de Santa Maria porque já estava desconfiado de que havia algo errado, mas não deu tempo. A repressão chegou primeiro.

Outros, como Euval, com quem Zequinha já havia avançado com seu trabalho político, não se deixaram levar pelo discurso anticomunista. Para ele, por causa da boa convivência que havia desenvolvido com Zequinha, “não tínhamos por que fugir. Quando uma pessoa dizia: ‘olha...’, sobre ele ter sido preso em São Paulo, e depois quando vieram os militares: ‘Zequinha é terrorista etc’. De jeito nenhum! Para nós, não alterava” (Euval Rosa Campos, Brotas de Macaúbas/BA, entrevista a Fabricio Teló em 11/02/2017).

A despeito dessa dificuldade, durante o curto período em que Lamarca permaneceu em Buriti, ia escrevendo seu diário. Ainda no relato escrito no seu primeiro dia de anotações,

escreveu: “Os documentos sobre o campo³⁹⁸ surtiram um efeito extraordinário. Todos estão contentes, gostaram, (...) acho que querem definir a principalidade do campo” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 223). Como um militante recém-chegado ao MR-8 oriundo da VPR, Lamarca estava comemorando o fato de haver convergência de ideias com os militantes do MR-8 em relação à centralidade da guerrilha rural como estratégia para a revolução. No dia seguinte, mencionou novamente que discutiria “com uns companheiros os documentos sobre o campo (...) e o plano de educação que desenvolvem com os camponeses” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 225). Relata ainda que precisariam discutir o que fazer ali e onde mais desenvolveriam o mesmo trabalho. “Iniciamos a discussão sobre as perspectivas da área – é de tensão mesmo, empobrecida, sem boas condições geográficas” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 226). Ao comentar esse trecho dos escritos de Lamarca, os autores escreveram:

Quanto mais os militantes se integravam à região, mais se convenciam de que a realidade não coincidia com a visão original. Mesmo para a implementação de grupos guerrilheiros táticos [não a coluna guerrilheira estratégica], era necessário que a região tivesse alguma importância econômica para que a ação armada pudesse, de alguma forma, abalar o governo, provocar comoção. E todo aquele agreste não tinha qualquer importância para a Bahia, muito menos para o país. Seria um erro fazer ali a guerrilha: área pouco habitada, agricultura de subsistência, garimpo em decadência (JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 226).

Por isso é que tanto Olderico como Salgado reiteram a ideia de que Brotas era uma região apenas para “recrutamento” de camponeses, não para a realização de ações armadas.

Na sequência dos escritos de Lamarca, encontramos ainda em suas anotações do dia 02/07/1971: “Integrei-me no plano de educação dos camponeses. Participarei escrevendo e os companheiros discutirão com eles, lendo e explicando. Coube-me explicar o que é imperialismo. Vou me esforçar para ser bem entendido” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 227). Olderico acrescenta que também o roteiro da peça de teatro que Santa Barbara coordenou em Buriti foi escrito por Lamarca com uma máquina de escrever, providenciada pela organização (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017).

De acordo com a perspectiva freireana da comunicação dialógica, por maior que fosse o esforço de Lamarca, não haveria possibilidade de haver uma comunicação efetiva sem que houvesse uma convivência entre os interlocutores, condição para que o diálogo se desse com base em pressupostos comuns. Se bem que Lamarca conhecesse parcial e indiretamente a realidade da região por estar vivendo nela e recebendo informações de nativos como Zequinha e seus irmãos Olderico e Otoniel, tais informações não eram suficientes para que tivesse condições de identificar as “palavras geradoras” a que Freire (2018) se refere como fundamentais para se iniciar um processo de educação popular. O próprio Lamarca comenta a impossibilidade de conviver diretamente com os camponeses, na sequência de seu escrito: “Só lamentando não estar em contato direto para me adaptar melhor e iniciar a Revolução Cultural” (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, p. 227). Apesar disso, Lamarca foi ao encontro da teoria da ação dialógica quando demonstrou perceber a importância da religião para a vida daqueles camponeses no seguinte comentário:

Decididamente, temos que incorporar aspectos religiosos nesta fase de implantação política. Aqui (...) a miséria é grande, a religião explica os questionamentos sobre tudo e [o camponês] se apega a ela arraigadamente. A prática vai nos exigir esforços muito

³⁹⁸ Refere-se provavelmente ao texto sobre o campo e seu papel na revolução, escrito por Ladislav Dawbor (Jamil), militante da VPR, lido pelos militantes do MR-8 no documento *Tribuna de Debates*, de setembro de 1970, que reunia o texto de Dawbor e um posicionamento do próprio MR-8.

grandes e muita habilidade política. Não vai ser fácil, mas é necessário (*apud* JOSÉ e MIRANDA, 2015, pp. 227-8).

Por fim, Lamarca menciona ainda em seus escritos a “necessidade de dar conteúdo político aos ditos populares” e a intenção do grupo de “dinamizar o jornal *Luta Camponesa*”, objetivo que não chegou a ser alcançado.

5.3.5 A chegada da repressão

Com a prisão de um militante da organização que sabia da presença de Lamarca em Brotas, Salgado propôs o deslocamento do grupo para outro local, mas não obteve a concordância de Lamarca que acreditava ser improvável a descoberta de sua presença no Buriti. Ocorreu, no entanto, que Lamarca enviou um conjunto de cartas para Iara por intermédio de um militante que, em uma batida policial, acabou deixando cair a pasta onde se encontravam essas cartas, que continham o famoso “diário de Lamarca”, no qual eram registrados todos os passos e a estratégia da organização. “Todo dia ele escrevia o tempo todo”, comentou Salgado.

Antes de viajar para o Rio de Janeiro, Salgado havia combinado com Crispin, por prevenção, de encontrá-lo em Milagres, a 400 quilômetros de Brotas, para se certificar de que a área não houvesse “caído” e que não seria preso quando retornasse. Cumprindo com o combinado, Crispin encontrou Salgado e lhe disse: “Olha, já caiu tudo. Já mataram dois”. Tratava-se de Otoniel, irmão de Zequinha, e Santa Bárbara, o professor³⁹⁹. Foi o que salvou Salgado de ser igualmente preso, pois pode voltar ao Rio e encaminhar sua saída do Brasil.

Olderico foi atingido por dois tiros (um na mão e outro na face), mas sobreviveu e foi levado preso para Salvador. Zequinha e Lamarca conseguiram fugir a pé e permaneceram perambulando entre uma casa e outra por algumas semanas até serem identificados e mortos em 17 de setembro daquele ano de 1971⁴⁰⁰. Zequinha havia comentado com Euval que preferia a morte do que voltar a ser preso e torturado (Euval Rosa Campos, Brotas de Macaúbas/BA, entrevista em 11/02/2017).

A repressão não atingiu apenas os militantes. Todos os moradores, especialmente a família Barreto e os vizinhos, eram considerados pelos militares como potenciais apoiadores dos militantes. Por isso revistavam casas e pertences de quem estivesse andando pela rua. “A polícia queria saber o paradeiro dos caras, passamos muito aperto”, afirmou Francisco Maciel (entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 26/09/2018). Edelzuita assim rememorou o dia da chegada da repressão:

No dia, disseram: “óh, mataram o professor”. E aí eu logo lembrei do ABC dos Trabalhadores, peguei esse ABC, li ligeiro assim, enfiei entre um papelão e outro e guardei em cima do guarda roupa. Deus me ajudou tanto, que eles [os soldados que fizeram revista na casa dela] não viram. Porque, se eles acham isso, eles tinham me pegado e eu tinha tido a conta, né. Eu tinha que dar conta desse negócio (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Olderico relata que seu pai, apesar de representar para ele “o sistema, a direitona mesmo”, quando chegou a repressão, “vestiu a roupa de pai, de um pai decente, não negociou e acabou sofrendo as maiores agruras da terra” porque os militares o torturavam para forçá-lo

³⁹⁹ O episódio ocorrera em 28 de agosto de 1971, no âmbito da Operação Pajuçara, após algumas semanas de investigação prévia.

⁴⁰⁰ Lamartine Araújo, outro amigo de Zequinha em Ibotirama, relata que existe uma crença por parte de alguns moradores locais que Zequinha e Lamarca estavam destinados a morrer juntos como amigos porque em outra encarnação os coronéis Horácio de Matos e Militão, que marcaram a história da região, haviam morrido como inimigos (Lamartine Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Ibotirama/BA, 08/02/2017).

a dizer onde Zequinha e Lamarca estavam escondidos. Nesse momento, o vizinho Zé de Virgílio “usava de seu bom humor para se aproximar dos soldados” e, por meio disso, poder ajudar seu José Barreto, com água e comida enquanto permanecia pendurado entre uma sessão e outra de tortura⁴⁰¹.

Edelzuita acrescenta que Abel, seu falecido marido, embora não tenha sido fisicamente torturado, o foi psicologicamente, o que ela considera pior. Ela destacou ainda que seu compadre José Barreto pediu aos militares para que não torturassem Abel, pois não tinha culpa alguma: “Oh, gente [soldados], eu vou pedir a vocês, o que vocês tiverem de fazer, façam comigo, que eu pelo menos tenho culpa, que eu sou pai. Esse aí, ele não tem culpa nenhuma, que ele é só amigo meu e compadre”. Outro vizinho, Francisco Maciel denunciou que os soldados seguiam sua esposa quando levava comida para os porcos porque desconfiavam que fosse para Zequinha. “Os soldados morriam de medo do Lamarca e do Zequinha”, comenta o antigo morador.

Durante os dias em que estiveram se escondendo da repressão, Zequinha e Lamarca contaram com o suporte de amigos para se alimentar e pousar. Carlos Araújo relatou que em Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos⁴⁰², amigos os acolheram em suas casas e os ajudaram a se locomover de um ponto a outro sem serem descobertos. Carlon Cruz, em seu livro sobre a passagem de Lamarca pela região, colheu diversos depoimentos de pessoas que proveram abrigo e alimentação à dupla durante sua saga. De acordo com o que ouviu, a ajuda prestada devia-se mais a uma relação de parentesco ou amizade com os pais de Zequinha do que propriamente com ele e ainda menos em função de um eventual compromisso político (CRUZ, s/d⁴⁰³).

No dia sete de setembro, quando os soldados saíram do local para participar das solenidades do Dia da Independência, Zequinha e Lamarca aproveitaram para passar pela casa de Francisco, que morava em um povoado vizinho, e pedir comida. Ele deu alimentos, mas falou: “Não demora muito pra ir embora porque os caras estão nos prensando para dizer onde vocês estão”. Chamou a atenção de Francisco que Lamarca, mesmo na condição de fugitivo, estava mais interessado em conhecer como funcionava o engenho de fabricação de rapaduras que Francisco tinha, do que apreensivo com a fuga. Ele falava: “Olha, que interessante... e me fazia perguntas sobre os detalhes”. Francisco comentou ainda que, além de Crispim, havia outro camponês que fazia parte do grupo, Carlos Preto, com quem trabalhava eventualmente. “Ficou pálido quando os homens chegaram” por conta do medo de ser igualmente morto ou torturado, caso viesse a público seu envolvimento. Segundo Francisco, a repressão deixou ainda implicações econômicas, como o declínio do garimpo, porque “deixou o local sem graça” e ninguém mais queria ir para lá.

Deodete abordou o impacto da repressão da seguinte forma:

Foi muito sofrimento para nós, moradores. A gente não podia sair com uma lata de água na cabeça, que, caso a gente encontrasse com um soldado, a gente seria revistado porque achavam que a gente poderia estar levando comida ou bebida para estes que estavam fugindo [Zequinha e Lamarca]. Parecia que eles achavam que todos nós moradores éramos culpados (Deodete Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 21/09/2018).

⁴⁰¹ José Barreto sobreviveu às torturas e faleceu de morte natural em 1993. Uma entrevista em que relata sua experiência está no documentário *Do Buriti à Pintada* (2011), de Reizinho Pereira dos Santos.

⁴⁰² Município vizinho de Brotas de Macaúbas.

⁴⁰³ Não há data na publicação, mas pelos dados que apresenta no livro, é possível estimar que tenha sido publicado por volta do ano 2010.

Eu seu livro de memórias sobre a passagem de Lamarca pela região, Carlon Cruz, antigo morador de Oliveira dos Brejinhos, vizinha a Brotas, descreveu como os sertanejos foram pegos de surpresa e não compreenderam o que estava acontecendo:

A rotina foi quebrada com a chegada da repressão em procura do tal capitão Carlos Lamarca. Com homens armados até os dentes, a pensar que o sol do semi árido baiano brilhava exclusivamente para os repressores. Capitão Carlos Lamarca neste sertão? A pergunta para o sertanejo mais parecia uma confusão de linguagem. Ninguém antes, exceto o prefeito Francelino, que havia confessado ter ele, junto a outros policiais, dado óleo-30 a um médico comunista e presenciado o mesmo cagar até as tripas antes da morte, ninguém sabia nada sobre o porquê de comunistas serem mercedores de tais crueldades. O que desejava Lamarca em um lugar tão bucólico, como Buriti Cristalino, se aquele que mais tarde viria a ser seu amigo na vida e na morte [Zequinha] levava uma vida campestre cercada de amizades acanhadas, irrigada a boa cachaça de alambique de barro? Não dava para entender. Queriam eles subverter a ordem e iniciar uma revolução autêntica, forte e popular para dali ganhar o Brasil com mais cinco camaradas guerrilheiros armados apenas de revólveres? Isso não passava de uma piada! Ora, nada das falácias assombrativas da repressão soava com seriedade aos ouvidos daqueles sertanejos (...) Meter medo, dizendo que eles [os militantes] queriam tomar terras de latifundiários para dividir entre os que não tinham, sendo que aqui terra era o que bem tinha? Não, papos às soltas não convenciam a teimosia do sertanejo tacanho! (CRUZ, s/d, pp. 10-11).

Pela narrativa de Carlon, é possível perceber que os militares procuraram utilizar a questão agrária como parte de seu discurso legitimador de suas práticas violentas, mesmo em uma região em que esta não era uma pauta central. O impacto das lutas por terra no contexto pré-golpe a nível nacional tinha sido tamanho que os militares passaram a pressupor (ou pelo menos reproduziam a narrativa de) que qualquer ação de militantes comunistas no campo visava a tomada de terras dos grandes proprietários.

De todo modo, retomando o relato de Carlon, se por um lado houve alguma reticência dos camponeses em aceitar o discurso dos militares, devido à falta de compreensão sobre as razões para tamanha operação, com o tempo o discurso repressivo foi ganhando espaço. Uma das estratégias para facilitar a adesão da população à narrativa dos agentes estatais foi a operação Aciso, assim descrita por Carlon:

Aviões e carros, em uma verdadeira imitação “cruz vermelha” trouxeram médicos, dentistas, fotógrafos, pessoas para atendimento ao público, para aquisição de carteira de trabalho, de identidade, de motorista, remédios, colchões, reforma do único prédio público, etc. Um verdadeiro mutirão no interior do centro-oeste baiano para distribuição de coturnos e roupas usadas para o povo que esperava em uma fila comparada aos desvalidos da seca. Roupas e sapatos muito bem-vindos para os trabalhadores roceiros. Tal mutirão passou por Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos (CRUZ, s/d, p. 70).

Por conta disso, uma das pessoas ouvidas por Carlon comentou: “Nem tudo foi medo” (CRUZ, s/d, p. 71). De acordo com Olderico, havia uma tentativa de convencimento da população para que ela própria matasse Lamarca: “Os açougueiros daqui chegaram a amolar suas facas esperando por ele. [Os militares] levavam as pessoas para exposição de *slides* nas paredes da igreja, que naquele contexto, apoiava a ditadura. A imagem que passavam era de que os militantes eram terroristas” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017). Diversos antigos moradores relataram que, no dia da morte da dupla, os corpos foram levados para o campo de aviação da cidade, onde teriam sido chutados por moradores locais, algo que chama atenção pela brutalidade, especialmente em se tratando de uma população para a qual a religião possuía centralidade. Depois disso, foram colocados

nas aeronaves e levados para Salvador. Um tio de Zequinha relatou a Olderico que, ao ver essa cena, preferiu ir para casa e não demonstrar tristeza em público: “eu não tive coragem de chorar ali, porque eu vi que eu morreria se derramasse minhas lágrimas ali. Iam me chamar de terrorista”. Ainda que a narrativa do “terrorismo” não fosse uma particularidade de Brotas, Olderico conta que ela ficou tão forte no imaginário local, que mesmo anos depois do ocorrido, era comum ele ser chamado de terrorista por ter tomado parte no grupo sob a liderança do irmão.

Euval ressalta, no entanto, que havia quem tivesse coragem de defender Zequinha. Ele se recorda de um episódio em um bar, quando se começou a celebrar a derrota dos militantes e Carlos Souza, amigo de Zequinha, se manifestou: “nós não estamos alegres com nada disso. Zequinha era nosso amigo e pessoa correta” e negou-se a participar da comemoração. Apenas por conta desse comentário, não é possível saber qual era o grau de amizade de Carlos com Zequinha, nem seu grau de engajamento no projeto político defendido pelo amigo, mas a postura que sustentou neste episódio é um indicativo de um pensamento crítico que o levou a não aceitar a narrativa difundida pelos militares de que os militantes eram “terroristas” e, ainda mais importante, a arcar com as consequências da defesa pública dessa posição. Na disputa de narrativas, portanto, com a vantagem do aparato estatal à disposição, os militares foram capazes de difundir para a parcela majoritária da população a sua interpretação dos fatos e conquistar seu apoio, a despeito dos diversos relatos de violência praticada contra os moradores.

Em resumo, foram dois anos e meio de trabalho político do MR-8 com os camponeses de Brotas (início de 1969 a agosto de 1971), marcados pela liderança de Zequinha, um “mediador de dentro”, que contava com o respeito e a confiança dos moradores locais e, ao mesmo tempo, levava consigo a experiência de trabalho e de militância política que adquiriu durante sua vivência em São Paulo entre 1964 e 1968. Tal característica é central para essa experiência, uma vez que os camponeses que se engajaram o fizeram muito mais em função da confiança que depositavam em Zequinha, um “filho daquela terra”, do que por experiências prévias de envolvimento político, como no caso dos camponeses da Baixada Fluminense, ou em função da satisfação de necessidades imediatas, como propõe Migdal (1974). Em outras palavras, o fato de Zequinha ser conhecido da população local o colocava um passo à frente em relação a militantes desconhecidos que chegavam de fora, atenuando, assim, o problema do distanciamento entre militantes e camponeses a que se refere Scott (1979).

Assim como as demais experiências, a do MR-8 na Chapada foi interrompida ainda em seu momento inicial. Embora já contasse com a adesão de alguns camponeses, ainda dependia de um longo trabalho político para ganhar alguma força. No entanto, a intensidade da repressão, por um lado, e a expressiva parcela da população que legitimava o regime, por outro, impediram que tais projetos avançassem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise comparativa entre os três casos

Para comparar os três casos estudados nesta tese, baseio-me nas questões apresentadas na introdução. Para isso, observo o perfil dos camponeses e dos militantes envolvidos, as formas de aproximação destes e a recepção daqueles, o processo comunicativo, as trocas afetivas, os efeitos da clandestinidade e o grau de engajamento. Ao final comparo o lugar da questão agrária e as implicações da repressão para cada caso.

Dentre os pontos em comum em relação ao perfil dos camponeses com os quais as organizações interagiram estão sua condição de vulnerabilidade social e uma forte religiosidade cristã (especialmente católica, mas também evangélica), características presentes na maior parte do campesinato brasileiro. Se na Chapada Diamantina, onde atuaram AP e MR-8, o campesinato era mais enraizado, no Rio de Janeiro e no Bico do Papagaio, onde atuaram Colina e VAR-Palmares, tratava-se de um perfil mais itinerante, recém-chegado, em busca de terra disponível para iniciar uma vida nova, com a diferença de que no espaço agrário fluminense, a imigração havia sido mais intensa nos anos 1940 e 1950, ao passo que na região amazônica, por se tratar de fronteira agrícola, tal fluxo migratório se concentrou mais nos anos 1960 e 1970.

Tais características são importantes uma vez que implicaram na necessidade de distintas formas de aproximação por parte dos militantes: se no Bico do Papagaio era possível justificar a chegada de estranhos com o argumento da busca por terra, na Chapada Diamantina, os militantes precisavam inventar histórias como a contada por Marcos e Eneida, de que estavam fugindo em função de um casamento proibido, ou então assumir papéis sociais outros que não o de camponeses. Assim o fizeram Euler Ivo e *Marilson*, por exemplo, que adotaram ofícios como os de mascate e fotógrafo.

Na Baixada Fluminense, embora o perfil dos camponeses fosse de imigrantes, tratava-se de um tecido social estabelecido havia mais tempo, de modo que também exigia-se alguma justificativa para os militantes que se deslocaram para essa região, como o fez João Lopes Salgado ao adotar a justificativa de pertencer a uma empreiteira prestadora de serviços. Tais estratégias, todavia, nem sempre evitavam que os camponeses desconfiassem das reais circunstâncias que levavam aquelas pessoas a se deslocarem para o campo. Não foram poucos os relatos de estranhamento entre as populações locais diante da chegada de novos elementos que, embora procurassem se tornar o mais semelhante possível aos camponeses, geralmente deixavam transparecer aspectos socioculturais que deixavam evidentes determinadas inconsistências da justificativa apresentada. Tal dificuldade era mitigada quando os militantes se apresentavam como comerciantes ou prestadores de algum serviço. Nesse caso, porém, tratava-se da ocupação de um lugar social distinto dos camponeses, o que dificulta a socialização de experiências comuns e a construção de uma eventual identidade coletiva.

Os perfis dos camponeses se diferenciaram também quanto à trajetória política. Se no caso de Cachoeiras de Macacu, onde atuou o grupo Colina/VAR-Palmares, e Duque de Caxias e Nova Iguaçu, onde esteve presente o MR-8, os camponeses possuíam um histórico de participação sindical e de mobilização políticas em proximidade com o PCB do pré-64, nos demais casos analisados não havia tal experiência. A trajetória política dos camponeses constituiu um critério importante para a escolha das regiões onde as organizações atuariam, pois se entendia, à semelhança do que propôs Fillieule (2001; 2012), que um camponês com experiências prévias de engajamento em organizações comunistas ou em conflitos nos quais atuaram lideranças comunistas estaria mais propenso a aderir à proposta da guerrilha, mas não era uma condição para tal. Esse tipo de argumento é mais explorado pela perspectiva

disposicional de explicação do engajamento militante aludida por Silva e Ruskowski (2016). Como vimos, outros critérios também foram levados em conta, sobretudo a existência de mediadores ligados às organizações e a posição geográfica da região.

Dentre os militantes, em consonância com os perfis apresentados por Ridenti (2010), parte significativa era oriunda das classes médias, na faixa dos 20 anos de idade⁴⁰⁴ e com histórico de movimento estudantil. Fugiam a essa caracterização os militantes da VAR no Bico do Papagaio, cuja origem era do movimento operário, os militares desertados, como Severino Viana Colon (Colina) e Carlos Lamarca (MR-8), além de Gerson da Conceição (Colina) e José Campos Barreto (MR-8), que passaram pela institucionalidade eclesiástica, este último com o acréscimo de ter passado também pelo movimento operário⁴⁰⁵. A maior parte dos militantes do Colina, VAR e MR-8 não tinha envolvimento com práticas religiosas, mas Gerson, Zequinha e a maioria dos integrantes da AP constituíam uma parcela significativa dos militantes cuja trajetória envolveu engajamento em organizações católicas, o que favoreceu a aproximação com os camponeses e contribuiu para a construção de sua credibilidade.

Outra característica em comum à quase totalidade dos militantes dos casos aqui analisados era a identificação do deslocamento para as áreas rurais como alternativa à perseguição que sofriam em função de sua atuação política nas cidades. Tal informação é relevante, pois permite observar que a decisão de atuar junto aos camponeses não era apenas produto da estratégia político-revolucionária das organizações, mas também da necessidade de fuga da repressão militar. Chama ainda atenção a significativa quantidade de agrônomos no Colina e posteriormente na VAR, o que mostra a importância de certos espaços, mesmo no interior do Estado, como foi o caso do Ibra, para a articulação de quadros e a formação de uma espécie de rede de recrutamento de novos militantes.

Dentre as organizações, cumpre notar as diferentes estratégias que cada uma adotou. Enquanto a AP planejava um trabalho político de longo prazo com os camponeses (à semelhança do Partido Comunista Chinês, que atuou por décadas junto ao campesinato), o MR-8 e o Colina/VAR-Palmarenses, mais influenciados pelo foquismo, almejavam iniciar a guerrilha rural em um espaço de tempo mais curto, embora o MR-8 parecia ter uma estratégia menos premente do que o Colina/VAR-Palmarenses.

A alfabetização e a organização de atividades recreativas esteve presente na experiência do Colina em Cachoeiras de Macacu, da AP em Livramento de Nossa Senhora e do MR-8 em Brotas de Macaúbas. Pelo menos nos dois primeiros casos, foi utilizado o método pedagógico desenvolvido por Paulo Freire, baseado na identificação de palavras geradoras que despertavam a atenção dos estudantes porque relacionadas à sua prática cotidiana. Por um lado, a adoção desse método e a disposição de conviver na mesma realidade caminhava no sentido de uma ação dialógica para com os camponeses, condição apontada pelo mesmo Paulo Freire para uma ação revolucionária libertadora. Por outro, o fato de os militantes estarem informados por uma tradição política leninista (divergente da proposta por Freire) impedia que o trabalho com os camponeses assumisse integralmente uma perspectiva dialógica. No caso do MR-8, o projeto de alfabetização possuía a especificidade de assemelhar-se ao que Migdal (1974) se refere ao mencionar a criação de novas institucionalidades em substituição ao Estado, a fim de enfraquecê-lo e fortalecer o projeto revolucionário.

Nos três casos analisados, ouvi relatos de momentos em que militantes e camponeses saíam juntos para caçar. Tratava-se de um espaço de comunicação estratégico, pois além de

⁴⁰⁴ Lenin (1978) assinala que os líderes da revolução russa também eram em sua maioria jovens na faixa dos 20 anos.

⁴⁰⁵ Em função dessa multiplicidade de espaços pelos quais Zequinha circulou, Ridenti (2010, p. 238) o qualifica como uma figura-síntese que encarnou “o processo social diversificado em que se enraizou a oposição armada ao regime militar na segunda metade dos anos 1960”.

oportunizar um tempo longo de conversa privada entre os interlocutores, possibilitava ainda, tanto para camponeses, como para militantes, a familiarização com o uso de armas (ou o aperfeiçoamento e a troca de conhecimentos para os já familiarizados). Por fim, proporcionava aos militantes, a oportunidade de conhecer o território para o planejamento da guerrilha.

Distintos processos comunicativos foram desenvolvidos em cada caso. A AP baseou seu trabalho político fundamentalmente no que chamou de método das contas, a partir do qual buscava estimular um senso de injustiça que tornaria os camponeses mais propensos ao engajamento, uma abordagem convergente com a proposta freireana da ação dialógica. O Colina lançou mão da organização de reuniões de formação política, cujo atrativo era a alfabetização, o que também era desenvolvido sob influência de Paulo Freire, já que tanto Rosalina Santa Cruz, como o então Padre Gerson da Conceição haviam tido experiências prévias de uso desse método. O MR-8, personificado basicamente em José Campos Barreto, o Zequinha, difundia suas ideias políticas nos diversos espaços de convivência a que tinha acesso, desde o futebol, passando pelas conversas de bar, até as rodas de cantiga. Depois da chegada de Santa Bárbara, o MR-8 lançou mão ainda do teatro como forma de comunicação com a população local.

A prestação de assistências várias, como distribuição de alimentos, remédios, ferramentas e ajudas em geral, foi uma forma de comunicação marcante nas entrevistas concedidas pelos camponeses. Em tese, tal prática não difere das estratégias de candidatos a cargos políticos que oferecem ajudas aos eleitores em troca de seu voto, ou de proprietários de terras que estabeleciam práticas clientelistas com os camponeses que trabalhavam em suas fazendas, como bem analisou Wolf (2003). A diferença, no caso dos militantes, é que, a despeito de estarem em uma posição de poder privilegiada em relação aos camponeses por disporem de mais recursos, tanto materiais quanto em termos de capital cultural, político e social, eles estavam convivendo na mesma realidade, compartilhando do mesmo espaço, em casas de “pau-a-pique”, distantes dos centros urbanos e, talvez o mais importante, intercambiando afetos e tentando construir um projeto político em conjunto.

As práticas de ajuda transmitiam a mensagem de comprometimento, disponibilidade e altruísmo, bem recebidas pelos camponeses, que corresponderam com a abertura para as emoções recíprocas de amizade, gratidão e lealdade, fundamentais para o processo de engajamento, já que a afinidade e a reciprocidade construídas a partir dessas ajudas tornam o convite ao ingresso no projeto revolucionário mais atendível, pois provem de alguém em quem se confia, dotado de autoridade.

No caso do MR-8, as entrevistas não evidenciaram a priorização da prestação de auxílios assistenciais, o que pode ser explicado pelo fato de que Zequinha já possuía autoridade junto à população local por ser “um filho da terra”, ter estudado no seminário e ser uma pessoa considerada sábia, além de pertencer a uma família respeitada. Era, portanto, desnecessário, para ele desempenhar esse tipo de atividade naquele contexto, o que não quer dizer que outros militantes da organização em outras regiões não pudessem lançar mão da prestatividade como forma de aproximação com as populações locais.

Em função da condição de clandestinidade, a proposta da guerrilha era apresentada apenas para os camponeses em quem os militantes depositavam confiança. Por esse motivo, foram relativamente poucas as ocasiões em que isso ocorreu. No caso da AP na Chapada, apesar dos cerca de quatro anos de convivência, nenhum camponês foi considerado preparado para ser-lhe aberto o projeto guerrilheiro, o que faz sentido considerando-se a estratégia de longo prazo adotada pela organização. Na Baixada Fluminense, o MR-8 não precisou utilizar muito tempo para compartilhar sua estratégia com camponeses remanescentes do PCB, pois compreendia que a trajetória política deles era fonte suficiente de confiança. Já em Brotas de Macaúbas, Zequinha apenas conversava sobre guerrilha com quem ele realmente confiava. Em

Cachoeiras de Macacu, os militantes do Colina valeram-se da relação de amizade entre o então Padre Gerson e a família de um camponês-chave para começar a discutir ações armadas. De maneira semelhante, também *André*, da VAR-Palmares, apresentou a proposta da guerrilha apenas para um pequeno grupo mais próximo.

Nessas conversas, os relatos a que tive acesso indicam que, no início, os militantes procuravam apresentar a proposta revolucionária de maneira simples, em termos de “lutar contra o governo”, contra “o exército poderoso que está no poder”, para “ser todo mundo igual”, de modo a facilitar a compreensão dos camponeses, à semelhança do que apontou Medeiros (1995) sobre a linguagem desenvolvida pelo PCB nos anos 1950 para se comunicar com o campesinato. Já o conteúdo das conversas com os camponeses cujo engajamento foi mais duradouro permanece desconhecido, uma vez que tais atores já se encontram falecidos, à exceção de *Fábio*, o que também nos impede de saber qual era o sentido atribuído pelos camponeses para a ideia de guerrilha. Para *Fábio*, além de atender a um convite de um amigo a quem respeitava e com quem trocava emoções recíprocas, tratava-se de uma forma de empoderamento dos que, como ele, sofriam com uma série de violências estruturais causadas pela desigualdade, sobretudo em relação à vulnerabilidade do acesso à terra, sempre ameaçado por grileiros.

A sensibilidade do tema dificultou a produção de relatos dos camponeses que conviveram com os militantes e poderiam compartilhar suas memórias sobre as conversas que tiveram sobre a proposta da guerrilha. De todo modo, as evidências encontradas dão conta de que houve uma adesão pontual de camponeses, com destaque para os grupos que se formaram em três diferentes municípios: Cachoeiras de Macacu, sob a liderança do Colina, Itaguatins, coordenado pela VAR-Palmares e Brotas de Macaúbas, construído pelo MR-8, semelhantes quanto ao número reduzido de camponeses engajados (nove, cinco e quatro, respectivamente), mas distintos em relação à maneira como se constituíram e ao nível de engajamento. Enquanto no primeiro grupo alguns chegaram a se envolver efetivamente na preparação de ações armadas (ainda que não executadas), como os assaltos que estavam sendo planejados a uma agência bancária de Duas Barras e à Fábrica América Fabril em Magé, nos outros dois, não houve tempo para tal, embora em Itaguatins tenha sido praticado treinamento militar e havia disposição, pelo menos de *Fábio*, para participação efetiva na guerrilha.

Não incluí na análise do parágrafo anterior os camponeses de Xerém e Tinguá que se associaram ao MR-8, em razão de se tratar de uma experiência de apenas alguns meses, em que aparentemente não foram “recrutados” camponeses sem histórico de participação política, tal como ocorreu nos demais casos em que a maior parte dos camponeses adeptos passaram por um processo de formação política. No caso da Baixada, tratou-se mais de uma migração de organização por parte daqueles camponeses já engajados politicamente do que de um processo de iniciação à participação política, como nos demais casos.

A análise das emoções foi uma chave de leitura importante na pesquisa. As que mais apareceram nas entrevistas como fator de estímulo ao engajamento dos camponeses foram as emoções recíprocas de afeto e amizade, o entusiasmo com as iniciativas dos grupos de guerrilha que estavam em gestação e o “prazer de fazer”, ou seja, o sentir-se bem ao estar com os companheiros de militância. Enquanto o medo apareceu com frequência nos relatos dos entrevistados como justificativa para o não-engajamento, o destemor foi uma característica marcante nas descrições dos que se engajaram. O recurso à caça, como vimos anteriormente foi também uma das formas encontradas pelos militantes para “gerir” esse sentimento dos camponeses, visto que garantia privacidade para tratar de assuntos da clandestinidade e permitia praticar o uso de armas e reconhecer o terreno. O ressentimento em relação à repressão também esteve presente, a exemplo de *Márcio*, quando do assassinato do filho *Renato*, em maio de 1969, o que fortaleceu seu engajamento com a organização.

A condição de clandestinidade, característica do trabalho político realizado pelas organizações em questão, também foi uma dimensão central. Uma de suas principais consequências é a necessidade de estagnação das informações da organização. Como consequência, os atores envolvidos tornam-se impossibilitados de estar a par do processo político como um todo em que estavam inseridos, fragilizando em alguma medida a qualidade de seu engajamento. Não me refiro aqui à estagnação relativa ao verdadeiro nome e endereço dos militantes ou a qual tarefa cada um era responsável, uma vez que isso não constitui condição para uma participação esclarecida do indivíduo no processo. Refiro-me à importância de os envolvidos (camponeses e demais participantes) estarem cientes das dificuldades e desafios enfrentados pela organização à qual estavam aderindo, em que etapa do processo revolucionário se encontravam, etc. Outra decorrência da clandestinidade é o isolamento político dos militantes que, perseguidos, passaram a progressivamente buscar no campo um local para militar menos visado pela repressão.

Por fim, o desgaste gerado pela condição de clandestino provocou em alguns camponeses o desejo de desengajamento, como foi o caso de *Vitor*, o que não necessariamente significou o desligamento imediato da organização, dada a pressão das lideranças da organização para a permanência e a própria dificuldade prática de deslocar-se de um local tão distante como Imperatriz para voltar a Cachoeiras de Macacu, onde já não teria mais terra para sobreviver, posto que os lotes haviam sido redistribuído pelo então Ibra. O desengajamento de *Vitor* e de seu sogro *Márcio* ocorreu na prática quando foram presos em agosto de 1971. Outros, como *Adilar*, por exemplo, se desligaram por medo ou divergências. Com as diversas investidas da repressão, os demais camponeses que não tomaram a decisão de se desengajar, acabaram “sendo desengajados” à força, seja devido à prisão (casos de *Sérgio* e *Aldazir*), seja em função do próprio desmantelamento das organizações.

Se Fillieule (2012) destaca a importância de analisar o desengajamento como uma dimensão importante do estudo dos movimentos sociais, os dados discutidos nesta tese convidam a pensar também no não-engajamento, ou seja, a não aceitação do convite à adesão a uma iniciativa política (caso do primo de *Fábio* e outros). Dentro dessa categoria, incluem também os camponeses que sequer convidados foram por falta de abertura para tal, como foi o caso dos camponeses da Chapada Diamantina com quem os militantes da AP interagiram. Scott (1977; 1979) interpretaria esse fato como resultado da autonomia e da “não-manipulabilidade” do campesinato, que se expressa não apenas em relação a atores políticos, mas também religiosos, técnicos, dentre outros, externos às comunidades. Para o autor, os camponeses que participaram de revoluções, como na China, na Rússia e no Vietnã, por exemplo, o fizeram porque estavam revoltados e os líderes revolucionários foram capazes de adaptar sua linguagem e seus objetivos a essa insatisfação existente antes de sua chegada. A mobilização camponesa, para Scott, não foi resultante do trabalho de militantes das organizações, mas de um processo de revolta que se deu internamente. Nos casos em questão nesta tese, portanto, uma das explicações para o não-engajamento dos camponeses seria inexistência desse clima de revolta a que se refere Scott, ainda que houvesse um clima de descontentamento silencioso, como assinala Brito (2018) em relação a Cachoeiras de Macacu. Outra dimensão do não-engajamento é a desconfiança em relação aos militantes *outsiders*, em função de suas diferenças culturais⁴⁰⁶.

Ao jogar luz sobre o não-engajamento, aproximo-me de Bourdieu (2014), que sublinha a necessidade de a Sociologia não se restringir ao estudo das mudanças sociais, mas procurar compreender também o que mantém a ordem social, o que garante o consentimento dos atores

⁴⁰⁶ Inspirado em George Orwell, Scott destaca que o hiato cultural entre militantes de classe média e trabalhadores na Inglaterra fazia com que estes olhassem para aqueles com ceticismo e desconfiança, consequência do uso do que Scott (1979, p. 100) chamou de “mecanismos de defesa cognitiva que as classes subordinadas desenvolvem para se isolar das instruções morais das elites”, sejam elas conservadoras ou revolucionárias.

sociais em relação a esse ordenamento, que os leva a não aderirem a iniciativas que propõem mudanças sociais, e o papel do Estado, enquanto “monopólio da violência física e simbólica”. O relato de *Elza* sobre os argumentos do marido para justificar seu não-engajamento em termos de “quem somos nós para querer ir contra o governo?” exemplifica a eficácia do poder simbólico exercido pelo Estado brasileiro, no sentido de dificultar a adesão dos camponeses ao grupo formado pelo Colina em Cachoeiras de Macacu.

As contribuições de Scott e Bourdieu dialogam com o conceito de dominação tradicional, desenvolvido por Weber (1973), segundo o qual uma determinada ordem social se torna legítima na medida em que os indivíduos atribuem um sentido de concordância com as regras que os regem com base na força da tradição. No caso do universo camponês em questão, o não-engajamento nas propostas de guerrilha pode ser compreendido também segundo esta lógica garantidora da dominação: se o Estado brasileiro tradicionalmente determinou os rumos da sociedade e derrotou tentativas revolucionárias, não faria sentido correr tanto risco. Isso não quer dizer que não houvesse outras formas de participação política dos camponeses, como as organizações sindicais, os abaixo-assinados, associações etc, que fogem ao escopo desta tese.

A questão agrária, enquanto fonte de conflito social, ocupou centralidades distintas nos diferentes casos que analisei. Em Brotas de Macaúbas, a grande maioria dos camponeses era de pequenos proprietários, razão pela qual não encontrei registros de conflitos fundiários. Lá, o fator de descontentamento era a cobrança de impostos, considerada excessiva. Como vimos, esse foi um dos principais temas discutidos pelos militantes do MR-8 em seu trabalho político na região. Em Livramento de Nossa Senhora, a despeito de boa parte dos moradores não ser proprietária, tampouco identifiquei a ocorrência de conflitos fundiários significativos, o que não significa que a questão agrária não fosse uma questão latente. Ao contrário, os principais assuntos trabalhados pelos militantes da AP na região estavam relacionados à dimensão trabalhista da questão agrária: o valor pago aos trabalhadores diaristas e a necessidade dos meeiros de pagarem 50% do valor da produção ao dono da terra e outros 20% ao dono da água. Já na Baixada Fluminense e no Bico do Papagaio, a maior parte dos camponeses possuíam um acesso precário à terra e as disputas por ela constituíam o principal foco de conflito social. Por isso, no caso da relação dos militantes do Colina com os camponeses de Cachoeiras de Macacu, um ponto chave foi a possibilidade de permanecer na terra. Em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, nas conversas dos membros do MR-8 com assalariados rurais, o tema gerador de esperanças era a chance de um dia ter acesso a um pedaço de terra. No Bico do Papagaio, a despeito de tratar-se de uma região de intensos conflitos fundiários, tal tema não apareceu nos relatos sobre os diálogos com os integrantes da VAR-Palmares que lá atuaram, fato que pode estar relacionado à origem operária-urbana de tais militantes, sem trajetória de atuação com o tema da questão agrária.

Nos casos onde houve repressão (Baixada Fluminense, Bico do Papagaio e Brotas de Macaúbas), os traumas na memória da população foram significativos e se expressam ainda hoje no medo de falar sobre a luta armada. Durante a pesquisa, foi nítida a diferença de disposição para me receber e conversar entre os camponeses dos locais onde houve repressão, e os de Itanagé, em Livramento de Nossa Senhora, ou da localidade de Mato Grosso, em Rio de Contas, onde os militantes evadiram-se antes de serem identificados e conseguiram evitar a repressão. Abordarei essa questão no item que segue. No quadro abaixo, sintetizo a comparação até aqui elaborada:

Quadro 1: Síntese comparativa entre os casos analisados nesta tese

	Chapada Diamantina (AP)	Cachoeiras de M. (Colina/VAR-Palmares)	Bico do Papagaio (VAR-Palmares)	Baixada Fluminense (MR-8)	Brotas de Macaúbas (MR-8)
Perfil do campesinato	Enraizado	Itinerante	Itinerante, recém-chegado	Itinerante, chegado há mais tempo	Enraizado
Trajétoria política dos camponeses	Sem registro de envolvimento massivo em organizações políticas	Experiência prévia de duas ocupações de terra (1961 e 1963) e organização sindical	Experiência prévia de terem que lutar pela terra e resistir contra a violência de grileiros	Parte deles era envolvida no PCB e participou de ocupações de terra	Sem registro de envolvimento massivo em organizações políticas
Perfil dos militantes	Estudantes e profissionais liberais	Padre, profissionais liberais e ex-militar	Ex-operários	Estudantes, ex-militares	Ex-operário, estudantes, ex-militares
Justificativa apresentada aos camponeses	História fictícia ou identidade de mascate ou afins	Relação de prestação de assistência religiosa	História fictícia	História fictícia	Acionamento de vinculações prévias e história fictícia
Principais atividades de aproximação e formação	Alfabetização, método das contas, lazer, assistência, caça	Alfabetização, construção de capela/escola, treinamento militar, panfletos	Assistência, treinamento militar	Trabalho conjunto em empreitadas nas lavouras de cana	Panfletos, teatro, conversas individuais, caça
Recepção dos camponeses	Hospitaleira, porém desconfiada	Padre era autoridade respeitada, mas alguns desconfiavam	“Quem será esse homem sabido no meio da população fraca?”	Sem informação	Confiam no militante oriundo do local, mas também havia desconfianças
Quantidade de camponeses que aderiram	Não houve tempo suficiente para convidar	9	5	Sem informação	4
Questão agrária	Relações trabalhistas	Acesso à terra	Acesso à terra	Acesso à terra	Pagamento de impostos

Memórias dos militantes e camponeses sobre suas experiências

Como afirma Portelli (2016, p. 12) “a história oral (...) não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Assim, os relatos colhidos durante os trabalhos de campo informam não apenas sobre os fatos em si, mas também sobre o significado assumido por essa experiência na vida dos atores em questão.

Em geral, os militantes entrevistados se orgulham de terem participado das experiências políticas até agora analisadas, mas também apontam para elementos que gostariam de ter feito diferente. As observações mais positivas destacam que se tratou de um processo de resistência que lhes demandou coragem, desprendimento e generosidade. Exemplo dessa forma de leitura é o comentário de Rosalina Santa Cruz sobre as motivações que a levaram junto a seu então companheiro Geraldo, a participar da luta armada:

Eu acho que tem uma dimensão ética, a revolta de todos os oprimidos. Por exemplo, a revolta do menino que hoje está na rua e te assalta no farol, eu acho justa, extremamente justa. Porque numa sociedade tão injusta como essa, e numa sociedade onde você está lutando por direitos... Eu acho que aquele texto do [Franz] Fanon, que fala que a revolta dos condenados, dos colonizados, elas [as ações armadas] têm um princípio ético justo. Porque você está lutando por direitos da humanidade, não só pela tua. É muito maior. É pelo ser humano. Pela liberdade humana (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

As ações armadas, nesse discurso, são vistas, mais do que como uma simples forma de ação política, como um dever ético/moral, justificado pela ideia de que a luta armada era a única opção disponível naquele contexto em função do fechamento das vias democráticas, embora houvesse grupos, como o PCB, que ainda apostavam na via não armada. A indiferença diante da injustiça social, nesse caso, é interpretada como certa conivência com a opressão. Essa forma de conceber a política coloca em xeque a teoria weberiana de que apenas o Estado pode fazer uso da força física legitimamente. No caso dos adeptos das ideias de Fanon (1968), que atuaram na oposição ao regime inaugurado em 1964 no Brasil, a legitimidade do uso da força física estava justamente no enfrentamento aos agentes do Estado, tendo em vista a forma ilegítima como haviam chegado ao poder – por meio de um golpe.

Avaliação semelhante é exposta por *Marilson*, que militou na AP e depois migrou para o PCdoB. Ele reconhece que houve situações de desorientação, mas enfatiza as qualidades dos militantes:

A atividade da AP na Chapada Diamantina foi muito embrionária, muito inicial. Ela denota alguns traços importantes para as novas gerações. Um deles é a generosidade. Esses jovens que estiveram na década de 1970 nessa região eram todos universitários, da elite das universidades onde atuavam, não no sentido vulgar do termo, mas no sentido de pessoas estudiosas, sérias, aplicadas e engajadas socialmente e largaram tudo isso para se dedicar [à luta]. (...). Um segundo é a determinação. (...). E um terceiro aspecto, competência. O aparente caos que os fatos levantados de como foram essas experiências podem indicar – e eu não vou dizer que não indiquem situações caóticas – mas eles foram todos fruto de uma certa visão muito competente de como conduzir a luta de resistência naquele período, porque, apesar de hoje vivermos dias muito difíceis, naquele tempo as mediações políticas eram muito mais brutas do que hoje (*Marilson*, São Paulo, entrevista em 29/05/2019).

Outras avaliações apontam para aspectos que poderiam ter sido diferentes na atuação dos militantes. Veja-se, por exemplo a avaliação de Marcos Panzera:

Como a AP tinha recém começado o seu processo de conhecimento sobre o marxismo-leninismo, ainda não tinha muita profundidade, então acabou indo muito nessa onda maoísta de querer transferir para o Brasil a experiência de um país completamente diferente. Uma forma mecânica de compreender as coisas. Só mais na frente que a gente foi compreender um pouco isso (Marcos Panzera, entrevista em 31/10/2018, Belém/PA).

Gerson da Conceição apresenta uma leitura similar ao lamentar não ter se preparado teoricamente antes de iniciar sua atuação política:

Faltou-me a fundamentação teórica, quer política, quer econômica. Eu trazia dentro de mim a contradição de classe, pois vinha de uma família operária e pobre, havendo anseios nostálgicos de ter deixado o ambiente fabril de Pau Grande, lembrando-me no Seminário, o que vinha a representar clamorosa fuga da realidade (...). Criticamente, eu teria de ter acesso aos escritos e obras de Marx, Engels e Lenin para entender o processo histórico. Deles só tive conhecimento por meio de panfletos e artigos de organizações políticas e clandestinas. Faltou-me, pois, o juízo crítico que me levaria à ação (CONCEIÇÃO, 2016, p. 209).

Um documento⁴⁰⁷ de autocrítica da VAR-Palmares, de novembro de 1970, aponta que este era um problema mais amplo enfrentado pela organização como um todo. Na avaliação que realizou sobre o processo de recrutamento (nesse caso não apenas de camponeses), a organização apontou cinco problemas, dentre eles a limitação teórica de seus militantes:

Teoricismo – Admitir no partido elementos fracos ideologicamente, com uma prática deficiente, mas que se destacavam em “brilhantes intervenções analíticas”;
Massismo – Recrutar elementos (geralmente bons agitadores) que tinham influência junto à massa e que poderiam mesmo apoiar e encaminhar nossas posições, mas não tinham condições de ser militantes, não estavam ganhos para o Partido;
Obreirismo – Recrutar operários e camponeses despreparados, no interesse de “mudar a composição social do partido”, confundindo o partido com a massa, a vanguarda e a classe, e incorrendo no liquidacionismo⁴⁰⁸;
Aristocratism – Subestimar a formação político-ideológica dos operários e camponeses avançados, preparando-os como militantes do partido. Tratá-lo sempre como massa ou aliados. Admitir, com isso, que camponeses e operários jamais poderão tornar-se comunistas;
Praticismo – Recrutar elementos combativos, que tinham uma prática constante, mas eram puros ativistas, sem a formação político-ideológica que justificasse o seu recrutamento. Isso se manifestou na frente de massas e na frente militar. Refletiu-se no recrutamento dos “bravos e robustos”, os caceteiros, bons lutadores, mas sem a devida formação.

Em outro trecho do mesmo documento, a VAR-Palmares também apontou como um erro “subestimar o estudo da problemática dos trabalhadores, da realidade concreta, das suas lutas, etc., assumir ares professorais, doutrinários”, avaliação expressa também por Gerson da Conceição em seu livro de memórias: “Fato que já me intrigava era que todos [os militantes]

⁴⁰⁷ VAR-Palmares. *A luta ideológica: uma autocrítica*, 09/11/1970, p. 9. Aperj, Setor Dops, notação 164.

⁴⁰⁸ Na revolução russa, os liquidacionistas eram o grupo dos mencheviques que, após a derrota de 1905-1907, difundiam a ideia de que o partido revolucionário e suas atividades clandestinas deveriam ser liquidados e que as massas deveriam iniciar um movimento de conciliação com a burguesia. No trecho citado, o termo se refere à secundarização da importância da teoria revolucionária nos partidos comunistas. Gerson relata que o recrutamento de operários e camponeses era um objetivo defendido por Severino Viana Colon, que “dizia que a maioria dos quadros [da organização] provinha da classe média e do meio estudantil e, para superar tal lacuna, era preciso infiltrar-se no meio povo, levando-o a promover ações armadas contra a repressão e a estrutura da burguesia, de onde provinha o poder econômico (CONCEIÇÃO, 2016, pp. 224-5).

divergiam do status quo, mas calavam-se em quererem ser donos da revolução brasileira, que por direito, pertenceria ao povo” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 221). Em outro trecho de seu escrito, o ex-padre reconheceu também nele uma postura semelhante: “Faltou-me humildade, talvez pensando em me tornar um herói nacional. De certa feita, alguém comparou-me ao padre Camilo Torres, da Colômbia” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 237).

Ridenti (2010, pp. 224-5) também cita um trecho de uma avaliação feita por um militante não identificado: “(...) a dinâmica e a lógica dos movimentos no campo a gente não conhecia, não entendia e não era possível isso, era uma ficção da nossa cabeça. Você não implanta uma coisa de fora para dentro”. Esta última frase converge claramente com a tese de Freire (2018) sobre a importância da participação ativa dos trabalhadores (no caso em questão, os camponeses) desde o início da construção do projeto revolucionário. A frase dialoga ainda com Scott (1977; 1979) a respeito do isolamento do campesinato como elemento de autonomia e da dificuldade (enfrentada não apenas por militantes, mas por qualquer ator externo às comunidades camponesas) de se superar tal fechamento que, na visão do autor, caracteriza os camponeses.

Os problemas apontados nas autocríticas, especialmente o não estudo da realidade dos trabalhadores, a abordagem “professoral, doutrinária” e a subestimação dos operários e camponeses enquanto atores políticos menos capazes, coincidem com o que Freire (2018) descreve como características de uma ação antidialógica, que dificulta a comunicação entre as partes e o processo revolucionário como um todo. Martin-Barbero (1997) acrescentaria que uma das razões para a ocorrência de tais óbices é a raiz “ilustrada” que marca a história de parte significativa do marxismo, especialmente o ortodoxo, que associa a cultura popular à ignorância e à irracionalidade.

Valverde (1986) interpreta a questão de maneira semelhante. Ele atribui à militância comunista a marca de um “despotismo esclarecido”, que implica em uma tríplice tutela: primeiro dos próprios militantes, depois das “massas” e, por fim, da sociedade como um todo. Os militantes comunistas, argumenta o autor, partem do pressuposto de que o Partido Comunista precisa ser capaz de “educar” os trabalhadores a fim de impor-lhes a disciplina necessária para a organização do socialismo.

Uma das autocríticas do MR-8 em relação a seu trabalho político com a classe trabalhadora foi sua despreocupação com as demandas concretas do cotidiano das pessoas:

Às vezes nos sentíamos, devido à nossa origem pequeno-burguesa, como intelectuais da luta armada falando para gente preocupada com o seu feijão com arroz. Tínhamos razão. Provavelmente devido a nossa formação política, de base intelectual, sempre demos (...) uma importância exagerada aos processos intelectuais da massa. Mesmo quando começamos a falar dos problemas mais concretos seguidos pela massa de cada local, sentíamos, muitas vezes, que nossa propaganda ficava meio solta no ar. A massa gosta de ver pensamentos seguidos de prática, mais ainda, de sentir benefícios concretos nessa prática (MR-8. Orientações para a prática, 1971, *apud* CODARIN, 2018, p. 185).

De fato, como vimos anteriormente, dentre os três casos analisados, o MR-8 foi o único que, de acordo com os relatos que ouvi, não investiu na prestação de assistência aos camponeses. Uma eventual análise desse ponto com base em Migdal (1974) qualificaria tal procedimento do MR-8 como uma falha elementar, já que para esse autor, a busca pela satisfação das necessidades imediatas é o principal elemento motivador do engajamento dos camponeses em movimentos revolucionários. No entanto, como vimos ao longo da tese, uma série de outros aspectos para além do pragmatismo interferem igualmente nesse processo: as relações interpessoais de vizinhança e parentesco, as emoções recíprocas de amizade e lealdade,

bem como as experiências políticas prévias foram os caminhos por meio dos quais os militantes do MR-8 difundiram suas ideias junto ao campesinato.

João Lopes Salgado avalia sua experiência de maneira positiva, mas aponta para um certo exagero, que ele chamou de masoquismo, um gosto pelo sofrimento: “Se precisasse cortar um braço eu cortava, sem dúvida. Mas você precisa ter um grau de deformação para fazer um troço desses. Precisa ser meio masoquista. Porque a revolução não estava colocando para mim essa exigência naquele momento” (João Lopes Salgado, Petrópolis/RJ, entrevista a Fabricio Teló em 27/01/2017).

De acordo com Valverde (1986), os militantes são marcados por um niilismo que possui como um de seus elementos definidores o ascetismo característico dos religiosos. No limite, tal perspectiva desumanizaria o indivíduo, pois o estimula a esquecer-se de si mesmo em nome da causa coletiva⁴⁰⁹. Segundo o autor, a militância localiza o “bem” na coletividade e neutraliza a individualidade. O interesse só aparece como virtude enquanto “interesse” de classe e o discurso se baseia na moral do altruísmo e da piedade. Valverde subscreve a crítica nietzschiana à moral e cita a passagem em que o autor alemão afirma que “o mais moral é quem se sacrifica aos costumes”. O “masoquismo” de Salgado poderia ser interpretado, portanto, como esse autossacrifício em prol de uma moralidade militante.

Volto às avaliações, trazendo agora a perspectiva de alguns camponeses. *Fábio* avalia como positiva a experiência como participante da tentativa da VAR-Palmares. Apesar de ter sido obrigado a ficar um tempo escondido para não ser preso, nas conversas informais que tive com ele, afirma que, se dependesse dele, o projeto revolucionário não teria sido interrompido e reafirma a esperança de que um dia a revolução aconteça.

Salete, por sua vez, devido ao sofrimento a que ela e sua família foram submetidas, demonstra arrependimento. Ela destaca sua imaturidade à época e aponta para as consequências da desigualdade entre os militantes oriundos da classe média urbana e os camponeses:

A gente não sabia da gravidade da situação. Porque naquela época eu tinha 16 anos. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu ia trocar cana de braço com esse povo [expressão utilizada para se referir a argumentar em contrário, discordar, resistir a uma ideia]. Eu não ia deixar meu povo cair numa furada, não. Não ia. Está certo que era um objetivo bom? Era um objetivo bom. Mas acontece o seguinte: a corda só quebra para o lado mais fraco. Se tem corda aqui e se tem cabo de aço lá, você acha que vai quebrar no cabo de aço? Não vai (*Salete*, Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista a Fabricio Teló e Alberto Santos, 18/09/2015).

Tal sentimento de mágoa não se restringiu a *Salete*. Gerson relatou que *Márcio* também atribuiu ao engajamento na luta armada a causa das desgraças que sofreu:

Eles [os militares] conseguiram catequisar o seu *Márcio*, dizendo que eu o levei para o mal caminho – “O filha da puta do padre... vocês estavam bem. O filha da puta de um padre é que levou vocês para o mau caminho. Enganou vocês.” – e então essa foi a cartilha – “O senhor perdeu um filho por causa dele.” – e o seu *Márcio* acabou me odiando. Porque ele perdeu o filho por causa de mim (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros, 06/05/2015).

⁴⁰⁹ Durkheim (2004) utiliza o conceito de solidariedade coletiva para se referir a contextos sociais em que os indivíduos dão tamanha centralidade à dimensão coletiva de sua vida, que acaba por secundarizar sua própria individualidade. Nesse tipo de contexto, o autor identificou como mais provável a ocorrência do que chamou de suicídios altruístas (realizados em nome de uma causa coletiva), fato que se verifica com frequência no âmbito das organizações em questão nesta tese. Se o número de fatos consumados pode não ser expressivo, era comum o acordo entre os militantes no sentido de carregar consigo algum tipo de veneno para ser ingerido em caso de prisão, a fim de evitar o risco de comprometer a segurança da organização por meio da entrega de alguma informação relevante à repressão sobre os companheiros perseguidos.

Cumpra notar ainda que, além das diversas violências decorrentes da repressão física, as três famílias de camponeses que se deslocaram de Cachoeiras de Macacu para Imperatriz têm sido também submetidas a outra forma de violência, não mais física, mas simbólica: a invisibilidade. No contexto da justiça de transição, por exemplo, *Salete* e *Cláudia*, as sobreviventes, só souberam que teriam direito à reparação em 2015 a partir do projeto sobre repressão no campo do qual participei, que veio a dar origem a esta tese⁴¹⁰. Os requerimentos de reparação foram submetidos à Comissão de Anistia⁴¹¹, mas até o momento não foram julgados e não há previsão para que o sejam tão brevemente, sobretudo levando-se em considerações as recentes mudanças na sua composição, que levaram a comissão a perder o caráter de reparação que lhe foi atribuído pela lei que a criou.

Em Brotas de Macaúbas, devido à intensidade da repressão, o medo de que as violências se repitam é presente até hoje em boa parte da população local. Durante as entrevistas, percebia a insistência de boa parte dos entrevistados em reafirmar que “não sabiam de nada” e que a convivência com Zequinha e o “professor” era a esperada de qualquer morador da região, de conhecimento mútuo, respeito e reciprocidade. Notava, com isso, certa desconfiança em relação a mim: quais seriam minhas reais intenções ao fazer perguntas sobre a relação que tinham com Zequinha? Seria eu realmente um pesquisador ou algum infiltrado das Forças Armadas para investigar a vida das pessoas? Além disso, em conversas informais em bares e praças percebia que o assunto era evitado. Em uma ocasião, cheguei em uma lanchonete, que estava vazia e comecei a conversar com o dono sobre minha pesquisa. Ele estava começando a me contar uma história quando outro cliente chegou. Finalizado o atendimento, pedi que continuasse a história que havia começado, mas ele respondeu: “Então, eu presenciei alguns fatos, mas depois me desliguei porque fui morar em outro lugar. Acho que outras pessoas podem lhe informar melhor”. Mesmo Olderico, acostumado com falas em público sobre a memória dos irmãos mortos, desconversou quando um amigo lhe perguntou o que Lamarca e Zequinha lhe falavam.

Como bem discutiu Favret-Saada (2007), a elaboração da memória depende de quem ouve. Nesse sentido, esse medo de falar se torna menos presente em espaços onde a memória de tais militantes é homenageada, como nas celebrações em honra “aos mártires” organizadas anualmente pela Igreja Católica na localidade de Pintada, município de Ipujiara (vizinho a Brotas), local onde Zequinha e Lamarca foram mortos. Em 2018 tive a oportunidade de acompanhar a celebração, que começou com uma missa na capela da comunidade e seguiu com uma procissão até o Memorial dos Mártires, construído ao lado da famosa baraúna onde Lamarca dormia no momento em que foi descoberto. Nesse contexto, diferente dos demais, como a proximidade a Zequinha era fonte de prestígio, foi possível perceber certa disputa de memórias para ver quem sabia mais sobre ele ou quem havia tido mais contato com ele para definir quem tinha mais legitimidade para narrar a história: “Fulano contou tal história, mas não foi bem assim, ele nem conviveu com Zequinha”; “Beltrano quer se gabar porque é parente”; “Cicrano inventa demais da conta”, e assim por diante.

Para além das variações em relação a medo ou disposição de falar sobre os militantes ou de afirmar alguma proximidade com eles, há também distintas narrativas a respeito da prática deles e da imagem que possuíam diante da população. Algumas narrativas, a exemplo da de Euval Rosa Campos sobre Zequinha, tratam abertamente do projeto político da guerrilha.

⁴¹⁰ A localização de *Salete* e *Cláudia* se deu graças à ajuda do historiador de Itaboraí/RJ Alberto Santos, que contribuiu decisivamente com a pesquisa e infelizmente faleceu em meio deste ano de 2019. Minha gratidão aqui registrada é uma homenagem à sua memória.

⁴¹¹ Quando criada, em 2001, a Comissão de Anistia foi atrelada ao Ministério da Justiça. Neste ano de 2019, em um movimento de esvaziamento das políticas justas transicionais por parte do governo federal, a Comissão foi transferida ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos.

Outras, como a de Carlon Cruz, procuram focar em características mais “socialmente aceitas” de acordo com os valores hegemônicos da região à época: “a maioria dos jovens conhecia Zequinha do violão, da cachaça no bar (...) e do futebol, não das frentes de greve (...). Nem conhecia Lamarca. Conhecia o Zequinha que os pais queriam que fosse padre” (CRUZ, s/d, p. 12). Esta última frase é central pois evidencia a construção de uma memória que reforça as virtudes de Zequinha não como um militante, muito menos como militante da luta armada, mas como alguém com prestígio religioso, inserido no conjunto de valores hegemônico à época. Trata-se, portanto, de uma narrativa que evita possíveis associações entre a população da região com um projeto de guerrilha.

Para reforçar seu argumento, ao comentar sobre a narrativa dos militares, Carlon Cruz escreveu: “Tudo parecia explicável, menos que ele [Zequinha] estivesse naquele lugar para treinar camponeses para uma futura guerrilha” (CRUZ, s/d, p. 13). Para o autor, não faria sentido haver treinamento para os camponeses da região porque, para além do fato de não estarem engajados em um projeto guerrilheiro, mesmo que estivessem, não seria necessário o treinamento pois já teriam as habilidades necessárias para tanto devido às dificuldades inerentes à sua vida sertaneja: “Qualquer vaqueiro que sabia se rasgar entre os espinhos da caatinga sem muita gravidade estaria pronto para qualquer combate” (CRUZ, s/d, p. 13).

Outra dimensão da memória é abordada por Edeluza, que descreveu como o medo do retorno da repressão é usado politicamente por alguns candidatos locais:

Moço, o povo tem medo até hoje. Eu não tenho medo de conversar essas coisas, porque eu sei que não [vai acontecer nada], já estou cheia de idade. Eu vou ter medo de morrer? [risos] Eu não... Mas tem gente que se fosse pra contar essas coisas aí, não te contava. Vou te dizer. Uma mulher ganhou a política uns quatro mandatos [de vereadora], por causa disso. O marido dela chegava e dizia: “se vocês não votarem pra fulana, vai vir aqui, vai ter uma guerrilha, vão matar gente, vai ter tiroteio”. Ela ganhava por causa disso, por medo. E esses tempos eu vi gente dizendo: “é, vocês ficam aí... Ainda vai voltar, agora com esse negócio da ditadura, o povo do impeachment da Dilma... Ainda vai ter a ditadura e ainda vai ter a mesma coisa do Lamarca” (Edeluza Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Apesar da repressão, as memórias de Edeluza enfatizam aspectos positivos da experiência dos militantes. “O contato com esse pessoal deu tanto desenvolvimento para a minha vida!”, comentou ao final da entrevista.

Edvando Oliveira dos Santos, ex-padre de Brotas de Macaúbas, interpreta posições simpáticas aos militantes argumentando que os camponeses conheceram o pensamento revolucionário às avessas, pela repressão, ou seja, mesmo sem terem se engajado no MR-8 e sem nem saberem de sua existência, foram objeto da repressão pelo fato de potencialmente terem tido contato com as ideias socialistas. Assim, os camponeses teriam entendido a “maldade dos militares” e percebido que, se Zequinha e Lamarca combatiam esses militares, então seriam “do bem”. Dito em outras palavras, se o Estado usou tanta violência, foi porque o outro lado tinha algo bom a dizer (Edvando Oliveira dos Santos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 19/09/2018).

Outras memórias, no entanto, são menos nostálgicas. Carlos Araújo, por exemplo, amigo de Zequinha residente em Ibotirama, avalia que os militantes do MR-8 achavam que iam ter apoio da população, mas não tiveram. Ele lembra, por exemplo, que a experiência prévia dos comunistas da Coluna Prestes na Chapada Diamantina (mencionada no capítulo 3) já havia sido desastrosa, dada a hostilidade com que foram recebidos pela população, que os chamava de “revoltosos”. Sua narrativa conduz para a conclusão de que o projeto político da luta armada foi imaturo e efêmero devido à falta de adesão da sociedade.

Os nomes de Zequinha e Lamarca são conhecidos pela população de toda a região. É difícil encontrar alguém com mais de 60 anos que nunca tenha ouvido falar deles. Um senhor de cerca de 50 anos relatou que, quando criança, costumava brincar de guerrinha com um primo e lembra que costumavam dizer: “Vamos começar, eu sou o Zequinha e você é o Lamarca”, em referência aos dois militantes como bons atiradores. Em um bar, em Ibotirama, no trabalho de campo que realizei em fevereiro de 2017, foi-me relatado que a dupla tinha um poder sobrenatural de não se deixar ver quando não quisessem, uma vez que haviam conseguido fugir da polícia por diversas vezes antes de serem mortos. Em um dado momento da conversa, iniciou-se um diálogo entre dois frequentadores do bar, que reproduzo aqui, não com base em gravação, mas no que anotei imediatamente ao deixar o bar:

- Ninguém sabia que eles [Zequinha e Lamarca] eram terroristas.
- Mas eles eram comunistas [com ênfase], queriam que todos tivessem as mesmas condições, que ninguém tivesse mais que ninguém.
- Mas Lamarca, dizem que ele matou muita gente, que todos que ele via quando estava em fuga, matava.
- Isso é mentira!
- Mas Zequinha, não sabemos se participou ou não [das ações armadas que resultaram em mortes] porque ele era um moço muito bom. Ele queria o bem da população.
- Eles lutavam para ficar como está agora [democracia], lutavam por liberdade, não é? [olhando para mim] (Diálogo entre dois moradores de Ibotirama em um bar da cidade, 08/02/2017).

Percebe-se aqui o conflito entre uma visão mais simpática e outra mais crítica em relação aos militantes da luta armada, desdobramento de uma disputa pela memória sobre esse período da história, que marca os embates políticos até os dias de hoje⁴¹². Chama atenção que mesmo a pessoa contrária aos militantes, por conhecer Zequinha, ressaltou suas qualidades como pessoa que “queria o bem da população” e colocou em dúvida sua participação nas ações armadas.

Uma tentativa de interpretação

Sem desconsiderar os efeitos brutais da repressão estatal, os resultados da pesquisa parecem sugerir que o não engajamento de boa parte dos camponeses e o engajamento “conquistado” (FREIRE, 2018) de alguns camponeses pelos militantes podem estar relacionados à tensão entre universos culturais distintos e hierarquizados, cujos membros

⁴¹² Situações como essa geralmente constituem um dilema para o pesquisador, especialmente quando se é instado a se posicionar. Se, por um lado, eu me encontrava no local para fins de lazer e, portanto, em um espaço em que poderia emitir minha opinião política, por outro, independentemente da minha vontade, as pessoas me ouviriam enquanto um pesquisador do tema, de modo que não é simples, como propõe Weber (1973), a separação entre os momentos de trabalho, em que o sociólogo deveria se abster de expor suas posições, e de vida pessoal, nos quais seria possível fazê-lo. Procurando não alimentar o embate e, ao mesmo tempo, não deixar a pessoa sem resposta, limitei-me a completar a frase do interlocutor: “eles lutavam por liberdade e por igualdade”. No momento em que escrevo esta análise, dois anos e meio após o diálogo, avalio que minha postura poderia ter sido mais agregadora se eu tivesse buscado apontar para as contribuições e os limites das duas perspectivas em questão, contextualizando o período histórico da ditadura e sociologizando os termos terrorismo e comunismo. Na segunda vez em que estive na região (setembro de 2018), tal dilema foi ainda mais intenso devido à proximidade com as eleições presidenciais, que naquele ano, foram marcadas pela ascensão de um candidato abertamente favorável à repressão e entusiasta dos principais ícones da ditadura. Fui frequentemente perguntado sobre minha opinião sobre o assunto, inclusive em situações de entrevistas. Diferentemente da situação de 2017, o contexto de 2018 trouxe novos elementos a serem considerados. Não se tratava mais apenas de uma avaliação sobre a atuação dos militantes da luta armada. Tratava-se de um conjunto de pressupostos como o respeito aos direitos humanos, às liberdades individuais, à laicidade do Estado e vários outros que estavam sendo postos em xeque, de modo que avaliei como um imperativo ético a defesa desses valores e o fiz sempre que fui consultado.

conheciam pouco a realidade um do outro. Ao lado disso, as eventuais relações antidialógicas, sempre muito difíceis de serem evitadas, também podem ter contribuído para este não engajamento. Isso não significa que a conformação deste tipo de relação seja produto de uma intencionalidade dos militantes enquanto indivíduos. O mais provável é que tal abordagem seja resultante da formação política que receberam, marcada pelo pressuposto de que o partido possui uma verdade que devia ser difundida e absorvida pelas massas.

Como pontua Scott (1979), tendo em vista o fato de as tradições camponesas serem mais antigas (em alguns casos chegando a ser milenar), os camponeses tendem a se identificar mais enquanto clãs, etnias, linhagens, grupos familiares ou religiões, do que enquanto classe, categoria privilegiada pelos militantes. Além disso, o campesinato tem uma tradição de resistência passiva, expressa em estratégias como a morosidade, fuga, dissimulação, etc, além de um histórico de rebeliões inspiradas em valores religiosos, o que igualmente se distingue da perspectiva da revolução socialista. Tamanho hiato não se supera sem um longo e continuado investimento de tempo e esforço no sentido de compreender e compartilhar a realidade camponesa, para, a partir disso, estabelecer um diálogo político. Dentre as organizações aqui observadas, a AP parece ter sido a que mais avançou nesse sentido, mas semelhantemente às demais, acabou prejudicada pela repressão.

O acionamento de contatos de antigos militantes do PCB do pré-golpe foi uma característica das diversas organizações. Dentre os casos estudados, o Colina e o MR-8 o fizeram com sindicalistas da Baixada Fluminense que haviam precisado se afastar das atividades do partido em função da repressão no imediato pós-golpe. Ridenti (2010) aponta que outras organizações, como a ALN também lançavam mão desse recurso. Trata-se, em certo sentido, do acionamento das socializações prévias (SILVA e RUSKOWSI, 2016) que conferem ao indivíduo uma disposição maior ao engajamento.

A literatura apresentada no primeiro capítulo me conduz a refletir o caso brasileiro no contexto internacional, embora esse seja um objetivo audacioso e complementar ao que compõe o foco central da tese. Inspirado por Moore Jr. (1983), que reflete sobre as “condições estruturais” que permitem ou favorecem a eclosão de revoluções agrárias, comparo as experiências brasileira e chinesa para contribuir com a interpretação sobre o porquê da derrota de um processo revolucionário e da vitória de outro. Para além das imensas diferenças histórico-geográficas entre os dois países e do fato de já haver revoltas camponesas armadas na China previamente à ida do Partido Comunista ao campo, um elemento relevante para nossa análise é o fato de que tal partido investiu energias para com o movimento camponês desde, pelo menos, a década de 1920, o que significa no mínimo 30 anos de construção de um projeto, ao passo que o Partido Comunista Brasileiro apenas começou a tomar iniciativas consistentes de mobilização camponesa na segunda metade da década de 1940 e de maneira pontual. Tal argumento leva a que tão importante quanto as condições estruturais é o tempo dispendido pelas organizações comunistas no sentido de conhecer com profundidade a realidade camponesa e, a partir disso, estabelecer um trabalho político de longo prazo, que torne mais sólida a participação camponesa no processo revolucionário.

Voltando ao diálogo com a literatura discutida no primeiro capítulo, enquanto Paige (1975) propõe que o sistema de trabalho à meia é o mais propício para a ocorrência de revoluções agrárias, a experiência dos militantes da AP na Chapada Diamantina e, em alguma medida, da VAR-Palmares no Bico do Papagaio reforçam a tese de que apenas a propensão à revolução não significa muito. Embora muitos dos camponeses em questão trabalhavam como meeiros, a maioria deles não respondeu positivamente ao estímulo dos militantes para se rebelar contra tal sistema. Alavi (1965) e Wolf (1984), a despeito de considerarem os “camponeses médios” como os mais propensos ao engajamento revolucionário, acreditam que os “camponeses pobres” também possuem potencial participativo, desde que ocorra uma mediação

de agentes externos, caso das situações aqui analisadas. As reflexões elaboradas ao longo desta tese permitem acrescentar que mais importante do que a identificação de uma correlação entre perfil de campesinato e propensão política é a maneira como se dá a comunicação entre esses mediadores e os camponeses e a importância de a mobilização ser conduzida a partir da problematização da realidade concreta da população.

Na maior parte dos casos, os militantes eram vistos pelos camponeses como autoridades, não no sentido institucional, mas em termos de alguém merecedor de respeito. Nos casos de Gerson da Conceição e Zequinha, a autoridade que eles possuíam estava fundamentalmente baseada na sua ligação com a institucionalidade eclesiástica, ainda que Zequinha tivesse passado apenas alguns anos no seminário e Gerson também prestava assistências diversas, mas o fato de ser padre lhe colocava alguns passos a frente no processo de construção de sua autoridade diante dos camponeses. O capital político desses dois líderes se alimentava intensamente do capital religioso que possuíam. Nos demais casos, os relatos indicam que houve um esforço dos militantes no sentido de construírem sua autoridade diante dos camponeses por meio da prestação de assistências várias como as mencionadas anteriormente.

Não se tratava, contudo, apenas de uma relação utilitarista, como interpretariam autores baseados na teoria da escolha racional, a exemplo de Migdal (1974). Tampouco de uma relação meramente clientelista ou de patronagem, como poderia concluir uma análise baseada em Wolf (2003), por exemplo. Nesse processo, construíam-se também, de acordo com os relatos, relações genuínas de amizade e companheirismo, geradoras de emoções recíprocas, fundamentais para o início do processo de engajamento. Ao lado disso, vimos alguns exemplos bem sucedidos de troca de conhecimentos e de estímulo a mudanças de hábitos, como Seu Abel, que deixou de ser coletor de impostos; os camponeses que mantiveram em sua memória o exemplo da escolha de um casal camponês pobre e negro para batizar um filho e que também rememoraram as falas dos militantes sobre a importância de se organizar em associações, o que conseguiram depois de alguns anos; os camponeses que passaram a comer mais verduras; os militantes que tiveram que adequar sua alimentação e seu nível de consumo às possibilidades locais; as militantes que se tornaram parteiras e aprenderam a viver e a trabalhar no campo, dentre outros.

Por fim, os militantes se empenharam ainda na produção de esperança e de “prazer de fazer”, responsáveis por fortalecer a interação associativa e a socialização militante dos camponeses que se engajaram. Por isso, ao mesmo tempo que a relação entre os atores aqui em questão apresentou algumas características compatíveis com o que Wolf (2003) chama de patronagem e com o que Freire (2018) chama de relação antidialógica, os elementos que acabo de mencionar jogam luz para o esforço de ambos os grupos sociais no sentido de se estabelecer uma comunicação efetiva e construtiva, embora, como vimos, nem sempre bem sucedida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973. In: *Mana*, Vol. 18, N. 1, 2012.
- ALAVI, Hanza. Peasants and Revolution. In: *Socialist Register*. Vol. 2, 1965.
- ALMEIDA, Dinorah. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.
- ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização do Brasil*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALVES, Bernard. *Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- ALVES, José. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias/RJ: APPH, CLIO, 2003.
- AMINZADE, Ronald.; McADAM, Doug. “Emotions and contentious politics”. In: AMINZADE, R. [et. al.] (orgs.) *Silence and voice in contentious politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BAMBIRRA, Vania. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. México: Nuestro Tiempo, 1974.
- BARCELLOS, Fernando. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- BASTOS, Gabriel. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing Process and Social Movements: an overview and assessment. In: *Annual Review of Sociology*. Vol. 26. 2000.
- BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: _____. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2011.
- BERRIEL, Maycon. O Campesinato e o Marxismo: algumas breves considerações de Marx e Engels. In: *Anais do V Colóquio Marx e Engels*. Centro de Estudos Marxistas - Unicamp, 2007.
- BEZERRA, Gregorio. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- BOHAMON, Silvia. Emociones y movimientos sociales: algunas claves útiles para estudiar el conflicto armado. In: *Colombia Internacional*, Vol. 63, 2006.
- BORGES, Barsanufu. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. In: *História Revista*. Vol. 1, N. 2, 1996.
- BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In : *Actes de la recherche en sciences sociales*. N. 17-18, 1977.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRAN, Antonio. Guatemala: organización popular y lucha de clases en el campo. In: CASANOVA, Pablo. *Historia política de los campesinos latinoamericanos*. Volume 2. Cidade do México: Siglo XXI, 1998.
- BRANDÃO, Gildo. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964). In: *Lua Nova*, N. 15, 1988.
- _____. O Partido Comunista como “esquerda positiva”. In: *Lua Nova*, N. 35, 1995.
- BRITO, Ricardo. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BRODERICK, Walter. *Camilo Torres, el cura guerrillero*. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. In: *Tempos Históricos*. Vol. 16, 2008.
- CABRAL, Michelle. *Teatro anarquista, futebol e propaganda: tensões e contradições no âmbito do lazer*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (Orgs.). *Desaparecidos Políticos*. Rio de Janeiro: Opções/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
- CAMPOS, Marcos. *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais). Universidade do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2014.
- CAMPOS FILHO, Romualdo. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Editora Anita Garibaldi, 2012.
- _____. *Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois e Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

- CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Salgado de Oliveira – Universo, 2009.
- CARNEIRO, Maria E. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois e Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CASTILHO, Denis. As transformações socioespaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970. In: *Ateliê Geográfico*. Vol. 4, nº 3, 2010.
- CASTOR, Suzy. Campesinado haitiano: su potencial revolucionario. In: CASANOVA, Pablo. *Historia política de los campesinos latinoamericanos*. Volume 1. Cidade do México: Siglo XXI, 1998.
- CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elisabeth. *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Eduff/Proed, 1986.
- CEARÁ, Bianca; MIGLIATO, Celine. *Guerrilha no Ribeira: memórias de um período de perseguições políticas*. Campinas: Editora da PUC-Campinas, 2004.
- CEFAÏ, Daniel. Les cadres de l'action collective. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques*. Paris: École de Hautes Études em Scineces Sociales, 2001.
- _____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: *Dilemas*. Vol. 2, N. 4, 2009.
- _____. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: CEFAÏ, Daniel. [et al] (orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2011.
- CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de La Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CLAUSEWITZ, Carl. *De la guerre*. Paris: Éditions de Minuit, 1955.
- CODARIN, Vitor. *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.
- _____. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). In: *Diálogos*. VOL. 23, N. 2, 2019.
- COMERFORD, John. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.

- CORRÊA, Elisa; MACEDO, Marcelo. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Vol. 15 N. 2, 2007.
- COSTA, Isabel. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- COSTA, Luiz F. C. *Sindicalismo Rural Brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Edur, 1996.
- COSTA, Maria; JACCOUD, Vera; COSTA, Beatriz. *MEB: uma história de muitos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- COSTA, Maria. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. In: *Matrizes*, Ano 3 – nº 2 jan./jul. 2010.
- CRUZ, Carlon. *Lamarca*. Brotas de Macaúbas e Olilveira dos Brejinhos/BA: edição do autor, s/d.
- CUNHA, Magali. Memória, verdade e justiça: o Projeto Brasil Nunca Mais e a comunicação alternativa nos anos de chumbo no Brasil. In: *Lumina*, Vol. 8 N. 2, 2014.
- DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 14, N. 40, Junho, 1999.
- _____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro de 2011.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latinoamericano, 1967.
- DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEL PINO, Ponciano. Los campesinos en la guerra: o de como la gente comienza a ponerse macho. In: DEGREGORI, Carlos, ESCOBAL, Javier, MARTICORENA, Benjamín (orgs.). *Perú: El Problema Agrario en Debate – SEPIA IV – Iquitos*. Lima: Sepia, 1992.
- DELLA PORTA, Donatella. *Social Movements, Political Violence, and the State: a comparative analysis of Italy and Germany*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- _____. Las motivaciones individuales en las organizaciones políticas clandestinas. En: Ibarra, P. & Tejerina, B. (orgs.) *Los movimientos sociales*. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- _____. *Social Movements Studies and Political Violence*. Centre for Studies in Islamism and Radicalisation (CIR), Department of Political Science. Denmark: Aarhus University, 2009.
- _____. *Clandestine political violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- DIAS, Marcelo. Uma abordagem introdutória sobre concepções e práticas de extensão rural no Brasil. In: *Anais do Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária*. Belo Horizonte, 2006.
- DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUCK, Jaime. *A Guerrilha do Araguaia*. Série História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- DREIFUSS, René A. *1964: a Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DURKHEIM, Emile. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: _____. *Escritos e ensaios 1: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José G. e STOLCKE, Verena (orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. In: _____. *Revolução antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Sobre a autoridade*. Portal “Sobre a história do Socialismo”, 2014. Disponível em: http://www.hist-socialismo.com/docs/Sobre_a_autoridade_F_%20Engels_1873.pdf.
- FABRNI, João. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. In: *Revista Nera*. Ano 10, N. 11, 2007.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FALSBORDA, Orlando. Las revoluciones inconclusas en América Latina. In: _____. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. The way things are said. In: *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*. Blackwell Publishing, 2007.
- FERREIRA, Maicon M. VOL. *Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.
- FERRERA, Salvatore. *Regis Debray and Revolution*. Theses (Master of Political Science). Loyola University. Chicago, 1969.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular*. Vol. 1. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.
- FILLIEULE, Oliver. Propositions pour une analyse processuelle del’engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, Vol. 51, n. 1-2, 2001.
- _____. Le disengagement d’organization radicales: approches par les processus et configurations. In: *Lien social et politique*, N. 68, 2012.
- _____. Disengagement from Radical Organizations: a process and multilevel model of analysis. In: KLANDERSMANS, Bert; STRALIN, Cornelis. (eds.) *Movements in times of democratic transitions*. Philadelphia: Temple University Press, 2015.
- FORIGO, Adriano. *Litígio de terra, litígio de memória: a questão agrária em Porecatu/PR a partir das narrativas locais (Dos conflitos de 1948-51 até o presente)*. Dissertação. (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.
- FLAM, Helena. Micromobilization and Emotions. En: DELLA PORTA, Donatela; DIANI, Mario. (orgs.) *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford, Oxford University Press, 2015.
- FRANKLIN, Adalberto; LIMA, Valdizar. *Repressão e resistência em Imperatriz*. Imperatriz/MA: Ética Editora, 2016.
- FREHSE, Fraya. Os informantes que os jornais e as fotografias nos revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. In: *Estudos Históricos*, N. 36, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GIAP, Vo N. *Guerra del Pueblo, Ejército del Pueblo (1959)*. México: DR Ediciones, 1971.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GODWIN, Jeff; JASPER, James; POLETTA, Francesca. Introduction. In: _____. *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James. Emotions and Social Movements. In: STETS, Jan; TURNER, Jhonatan. *The Handbook of Sociology of Emotions*. New York: Springer, 2006.
- GODWIN, Jeff; PFAFF Steven. Emotion Work in High-Risk Social Movements: Managing Fear in the U.S. and East German Civil Rights Movements. In: JASPER, James; GODWIN, Jeff; POLETTA, Francesca. *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- GOMES, Paulo. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. In: _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- GUEVARA, Che. *Che Guevara Speaks: selected speeches and writings*. New York, Groove Press, 1968.
- _____. *Política*. (Organização de Eder Sader). São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GUIMARÃES, Alberto P. *As Classes Perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Plínio F. *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

_____. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARRIS, Adrienne. Memorializations of a martyr and her mutilated bodies: Public monuments to Soviet war hero Zoya Kosmodemyanskaya, 1942 to the present. In: *Journal of War and Culture Studies*. VOL. 5, N. 1, 2012.

HERLER, Thomaz J. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)*. Dissertação. (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon/PR, 2015.

HOBBSBAWN, Eric. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. Os Camponeses e a Política. In: *Ensaio de Opinião*, Vol. 8, 1978.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOELZ, Mauricio. Prefácio. In: CUNHA, Euclides. *Os sertões: a luta*. (História em quadrinhos. Ilustrações de Carlos Ferreira e Rodrigo Rosa). Quadrinhos na Cia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, José VOL. (org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone Editora e Unicamp, 1985.

INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO. *Zequinha Barreto: um revolucionário brasileiro*. Osasco/SP: Sindicato dos Químicos e Instituto Zequinha Barreto, 2008.

JASPER, James. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento (V) – a última clandestina em Paris e outras histórias*. São Paulo: Caros Amigos, 2016.

JOSE, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capião da guerrilha*. São Paulo: Global, 2015.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora UFPB, 2003.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, Isabel. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960. In: SALES, Jean (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LENIN, Vladimir. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

- _____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultura, 1982.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.
- LIMA, Ulisses. *Luta armada: Baixada Fluminense (1961)*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- LOERA, Nishiele. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria. *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. VOL. II. São Paulo: Unesp, Brasília: Nead, 2009.
- LOPES, Rogerio. *Tenente Domingos Lopes e a guerrilha em Xerém*. Monografia (Licenciatura em História). Fundação Educacional de Duque de Caxias. Duque de Caxias 2016.
- LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. A questão fundiária na Amazônia. In: *Estudos Avançados*. Dossiê Amazônia Brasileira II, Vol. 19, N. 54, 2005.
- LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Ed. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. In: *Revista de Direito*. FGV, Vol 3, N. 1, 2007.
- LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação*. Religião e Política na América Latina. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.
- MAIA, Aline. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MALINOWSKI, Bronislau. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MALAGODI, Edgar. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. In: *Raízes*, Campina Grande, Vol. 22, N. 2, 2003.
- MACIEL, Fred. Armas e campo: participação contrarrevolucionária camponesa na sandinista. In: *Tempos Históricos*, Vol. 17, 2013.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MAHONEY, James; RUESCHMEYER, Dietrich (edits). *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARCELIN, Louis. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. In: *Mana*. Vol. 5, N. 2, 1999.
- MARIATEGUI, José. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso, Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MECHI, Patricia. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1995.

_____. José Gomes da Silva: uma figura emblemática. In: *Carta Maior*, 08/03/2006. Disponível em: <https://bit.ly/2qDQXMm>.

MEDEIROS, Leonilde [et al]. *Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência*. In: *Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/32yCqyM>.

MESQUITA, Benjamin. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). In: *XVIII Annual Student Conference of Latin America*. Insitute of Latin Studies Student Association. Universidade do Texas: Austin, 1998.

MIGDAL, Joel S. *Peasants, Politics, and Revolution: pressures toward Political and Social Change in the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

MITHEN, Steven. *The singing Neanderthals: The origins of music, language, mind, and body*. Harvard University Press, 2006.

MOLESTINA, Carlos. *IICA: 60 anos de história institucional*. São José: IICA, 2002.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAIS, Clodomir. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE, João P. *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

MORENO, Rafael. *Informe de evaluación del proyecto 206 del Programa de Cooperación Técnica de la OEA*. IICA, 1975.

NAVARRO FILHO, Carlos. *Boquira*. Salvador: edição particular, 2018.

NEVES, Erivaldo F. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no alto sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

- NORDSTROM, Carolyn, ROBBEN, Antonius C.G.M. The Anthropology and Ethnography of Violence and Sociopolitical Conflict. In: NORDSTROM, Carolyn, ROBBEN, Antonius C.G.M (eds.). *Fieldwork under Fire: Contemporary Studies of violence and Survival*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1995.
- NOVAES, Regina. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde [et al] (orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- _____. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide [et al.]. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ORTEGA, Franisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida e Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PAIGE, Jeffery M. *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: Free Press, 1975.
- PAGE, Joseph. Caos no campo. In: STÉDILE, João P. *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PANZERA, Marcos. *Histórias de rebeldia: um recorte instigante de 50 anos de vida e de luta de Neco Panzera e do PCdoB*. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- PEDLER, Anne. Going to the People: The Russian Narodniki in 1874-5. In: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 6, N. 16, 1927.
- PERES, Paulo, MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. In: *Opinião Pública*. Vol. 23, N. 1, 2017.
- PÉREZ, Cristián. Guerrilla rural en Chile: la Batalla del Fundo San Miguel. In: *Estudios Públicos*. Vol. 78, 2000.
- PIPPA, Norris. Recrutamento político. In: *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 21, N. 46, 2013.
- PLATT, Jonathan. Zoya Kosmodemianskaya: between sacrifice and extermination. In: *New Formations*, 89/90, 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Vol. 2, N. 3, 1989.
- POMAR, Márcio. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo, Editora Busca Vida, 1987.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944) mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.
- _____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PRESTES, Anita L. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1995.

- PRIORI, Angelo. *O Levante dos Posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011.
- QUEIROZ, Maria I. *História do Cangaço*. São Paulo: Global, 1986.
- QUIRÓS, Julieta. Economia e Política na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. In: *Maná*. Vol. 10, N. 15, 2009.
- _____. *Por que vêm? Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- RAMALHO, José. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- REIS, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Braziliense, 1990.
- _____. O maoísmo e a trajetória dos comunistas brasileiros. In: REIS [et al] (orgs.) *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. Lenin e as heranças do populismo. In: *X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ: História e Biografias*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. In: *Latin American Studies Association Congress*. Chicago, 1998.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.
- RÍOS, Maria. Ernesto Cardenal: los vaivienes de una revolución. In: *Revista Iberoamericana*. Vol LXXX, N. 247, 2014.
- RODRIGUES, Flavio. *Marinheiros contra a ditadura brasileira: AMFNB, prisão, guerrilha – nacionalismo e revolução?* Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- RODRIGUES, Georgete M. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- ROMANOS, Eduardo. Emociones, identidad y represión: el activismo anarquista durante el franquismo. In: *Reis*, Vol. 134, 2011.
- ROSA, Dora L. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1973.
- ROSA JR, Ailton. *A pedra e a bala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960-1964)*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- _____. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SÁ, Ayberê. *Das Ligas Camponesas à Anistia: memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação da Cultura Cidade do Recife, 2007.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Edufrgs, 2011.

SALES, Jean. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2005.

SANTANA, Cristiane. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SANTOS, Manoel. *Essa terra é nossa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 1964. In: STÉDILE, João P. *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. In: *Cadernos de Sociologia*, Vol. 9, 1998.

SCOTT, James. Hegemony and the Peasantry. In: *Politics and Society*. Vol. 7, N. 3, 1977.

_____. Revolution in the Revolution: peasants and the commissars. In: *Theory and Society*. Vol. 7, N. 1/2, Special Double Issue on State and Revolution, 1979.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Raízes*. Vol. 21, N. 1, 2002.

SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. In: _____. (org.) *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, Aline. *Memória Camponesa no Rio de Janeiro: conflito agrário de Fazenda Lagoinha, Cachoeiras de Macacu (1969-1976)*. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2018.

SILVA, Angelo. *A formação do militante anarquista: primeiros movimentos para uma leitura distinta*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

SILVA, Jaime. Novos marcos para o acesso aos documentos da ditadura militar (1964-1985). In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

SILVA, Lígia. Lenin: A Questão Agrária na Rússia. In: *Crítica Marxista*, N. 35, p.111-129, 2012.

SILVA, Luiz. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Assis/SP, 1994.

SILVA, Marcelo; RUSKOWSKI, Bianca. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. N. 21, 2016.

SILVA, Renato. *Reforma Agrária em Duque de Caxias: 1952 a 1992*. Duque de Caxias: Gabinete do Vereador José Zumba, 1998.

- SILVA, Wellington. *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. In: *Maná*, Vol. 10, N. 1, 2004.
- SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. In: *Estudos Históricos*, Vol. 33, p. 159-166, 2004.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1979.
- _____. Review: What Makes Peasants Revolutionary? In: *Comparative Politics*. Vol. 14, N. 3, 1982.
- SNOW, David [et al.]. Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. In: *American Sociological Review*. Vol. 51, N. 4, 1986.
- SNOW, David. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective: mobilizations dans des arènes publiques*. Paris: École de Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.
- SOARES, Paula. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- SOUZA, Sandra. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador*. Salvador: UFBA, 2013.
- STÉDILE, Miguel. Clubes de futebol operário como espaço de autonomia e dominação. In: *Espaço Plural*, Ano XIV, N. 29, 2013.
- STEWART, Julian [et. al.]. *The people of Puerto Rico: a study in Social Anthropology*. Urbana: The University of Illinois Press, 1956.
- STINCHCOMBE, Arthur. Agricultural enterprise and rural class relations. In: *American Journal of Sociology*, Vol. 67, 1961.
- STUDART, Hugo. *O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2005.
- _____. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- TEITEL, Ruti. Transitional Justice Genealogy. In: *Harvard Human Rights Journal*. Vol. 16, 2003.
- TEIXEIRA, Gabriel [et. al.]. Guerrilha rural e cultura política no interior de São Paulo. In: *Retratos de Assentamentos*. Vol. 18, N. 2, 2015.
- TEIXEIRA, Marco. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

TELÓ, Fabrício; BRITO, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/33LwXpI>.

TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In: SALES, Jean; MORAES, Luis e BRETAS, Marcos (orgs). *História escrita, história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política durante a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

THIESEN, Iceia. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A. (orgs.) *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles. *The politics of collective violence*. New York: Cambridge University Press, 2003.

TSETUNG, Mao. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011.

VARGAS, Thereza. *Teatro operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira: 1980.

VALVERDE, Monclar. *Militância e poder: balizas para uma genealogia da militância*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1986.

VIANA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, Flavia. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.

WANDERLEY, Luiz. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1973.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global, 1984.

_____. Phases of rural protest in Latin America. In: _____. *Pathways of power: building an anthropology of the modern world*. Berkeley, Los Angeles and London: The University of California Press, 2001.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bella; RIBEIRO, Gustavo. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*. Brasília: UnB, Campinas/SP: Unicamp, 2003.

WOOD, Elisabeth. The emotional benefits of insurgency in El Salvador. In: GODWIN, Jeff; JASPER, James. & POLETTA, Francesca. *Passionate Politics: emotions and social movements*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

WOORTMAN, Ellen. Comida como linguagem. In: *Habitus*, Vol. 11, N.1, 2013.